FOLHA DE S.PAULO

DESDE 1921 ★★★ UM JORNAL EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA

ANO 105 ★ Nº 35.059 SÁBADO, 29 DE MARÇO DE 2025 R$ 7,90

Corte espanhola anula condenação de Daniel Alves por crime sexual

O Tribunal Superior de Justiça da Catalunha anulou a condenação do ex-jogador Daniel Alves a 4 anos e 6 meses de prisão por agressão sexual. A corte, com três mulheres e um homem, disse que a decisão se deu em razão de "lacunas, imprecisões, inconsistências e contradições sobre os fatos" e que o testemunho da suposta vítima carecia de confiabilidade. A acusação recorrerá. Esporte A49

Dorival é demitido depois de vexame contra a Argentina

O técnico Dorival Júnior foi demitido do comando da seleção brasileira ontem, três dias após o Brasil ser goleado em 4 a 1 pela Argentina. Carlo Ancelotti e Jorge Jesus são os principais nomes no radar da CBF para o cargo. Esporte A50

ilustrada


Leonardo Aversa - 19.nov.2010/Agência O Globo

A autora, morta aos 85

MORRE A INTELECTUAL HELOISA TEIXEIRA

Imortal da Academia Brasileira de Letras, ela mudou os rumos da crítica literária e do feminismo no país B12

cotidiano

Casa da Moeda propõe entrega de passaporte em domicílio A41

Carga tributária do Brasil atinge maior patamar em 15 anos e vai a 32,3% do PIB

Tributação federal é principal responsável pelo crescimento em 2024, diz o Tesouro; impostos da União equivalem a 21,43% do PIB

A carga tributária do Brasil atingiu 32,3% do PIB (Produto Interno Bruto) em 2024, maior patamar em 15 anos, quando começou a série histórica, de acordo com estimativa do Tesouro Nacional. Os números oficiais devem ser divulgados pela Receita Federal no meio do ano.

Em relação a 2023, houve acréscimo de 2,06 ponto percentual do PIB, a maior parte pela tributação federal (1,5 ponto). O restante veio de estados (0,45 ponto) e municípios (0,12 ponto). Em 2024, o governo Lula (PT) foi criticado pelas investidas legislativas para elevar a arrecadação.

Algumas medidas contribuíram para o resultado, como a taxação dos fundos exclusivos de investimentos, voltados para os "super-ricos". Também pesou a reoneração federal sobre combustíveis. Ao todo, a União respondeu por carga de 21,43% do PIB, recorde na série. Mercado A15

País cria 431,9 mil vagas formais em fevereiro, recorde desde 2020

O mercado de trabalho formal abriu 431,9 mil vagas em fevereiro, recorde da série histórica iniciada em 2020, segundo o Ministério do Trabalho e Emprego.

Os serviços se destacaram, com 254,8 mil vagas, seguidos por indústria (69,8 mil), comércio (46,5 mil), construção (40,8 mil) e agro (19,8 mil). Mercado A13

BRB adquire controle acionário do Banco Master

O Banco de Brasília comprou 58% das ações do Banco Master e passa a ser o novo controlador da instituição, em negócio de cerca de R$ 2 bilhões. Daniel Vorcaro, dono do Master, vai para o conselho do BRB. A16


Athit Perawongmetha/Reuters

Terremoto de magnitude 7,7 devasta Mianmar e Tailândia e mata ao menos 152

Equipes de resgate em prédio que desabou na capital tailandesa, Bancoc, assim como ponte de 90 anos na região mianmarense de Mandalay; autoridades falam em ao menos cem desaparecidos, e não há registros vítimas brasileiras, segundo o Itamaraty Mundo A36

M. Lisboa e D. Bizarria

Consignado com FGTS: avanços e atrasos

A iniciativa do governo federal deve resultar em menores juros no consignado, mas preserva confisco sobre a poupança dos trabalhadores com carteira assinada. Mercado A14



EDITORIAIS A2

Decisão do MEC de não divulgar dados é indefensável Sobre números da alfabetização.

Erdogan acelera marcha autoritária na Turquia A respeito de prisão de oposicionista.


ISSN 1414-5723

mundo

ITÁLIA LIMITA CIDADANIA POR DIREITO DE SANGUE

Reconhecimento será dado só até os netos de cidadão nascido em solo italiano; nada muda para quem já tem passaporte A38

Moraes autoriza prisão domiciliar para pichadora golpista do 8/1

Atendendo a pedido da PGR, o ministro Alexandre de Moraes, do STF, concedeu prisão domiciliar, com uso de tornozeleira eletrônica, a Débora dos Santos, que pichou a estátua 'A Justiça' no 8 de janeiro. A6

STF manda arquivar apuração sobre Bolsonaro no caso da vacinação A7

Eufrázio

opinião

EDITORIAIS

folha.com/editoriais
editoriais@grupofolha.com.br

Decisão do MEC de não divulgar dados é indefensável

Imersa em disputa de métodos, pasta chefiada por Camilo Santana engaveta números sobre alfabetização do Saeb; medida infringe princípio da transparência e corre o risco de ser vista como politicamente motivada

Um governo que não publica dados produzidos por seus órgãos de pesquisa não só infringe o princípio da transparência, que deve reger a administração pública, como cria desconfiança na sociedade, que passa a cogitar motivação política para tal omissão.

Pois foi o que fez, na gestão de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o Ministério da Educação, que engavetou os resultados do 2º ano do ensino fundamental da última edição do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb).

A cada dois anos, provas de português e matemática são aplicadas a alunos do 5º e 9º ano do ensino fundamental e 3º ano do médio em todas as escolas públicas e numa amostra da rede privada. Os domínios de português no 2º ano e de ciências no 5º e 9º do fundamental também são medidos por meio de amostragem.

O Saeb e as taxas de aprovação escolar compõem o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), que é calculado regularmente pelo Instituto Nacional de Estudos Educacionais (Inep), órgão ligado ao MEC.

Em agosto do ano passado, durante a divulgação do Ideb, os mesmos números do 2º ano da etapa fundamental não foram divulgados, mas havia uma projeção de que, futuramente, seriam.

Mas, segundo ofício do Inep obtido pela **Folha**, decidiu-se de modo inédito que os brasileiros não terão acesso às informações, que ajudam a compor o cenário da alfabetização no país —alunos do 2º ano devem saber ler e escrever.

Apuração da reportagem revelou indícios de que a ocultação poderia estar relacionada a discrepâncias entre as notas do Saeb e de outro recurso de avaliação usado pelo governo federal.

Em maio de 2024, o ministro da Educação, Camilo Santana, anunciou com pompa que a alfabetização havia avançado no país devido a ações da gestão petista.

A fala não foi respaldada por dados do Saeb, mas por provas aplicadas pelos estados no fim de 2023, cujos resultados foram parametrizados e comparados com o Saeb —método que teria sido criticado por técnicos do Inep.

Para piorar, até novembro de 2023, nenhum centavo previsto para o programa federal Compromisso Nacional Criança Alfabetizada fora empenhado.

O governo Lula faria melhor se parasse de brigar com os números da educação e começasse a atuar na prática para modificá-los

Resta claro que o MEC precisa botar ordem na casa e resolver problemas que indicam gestão de dados precária. Não há avanço em educação sem diagnóstico preciso de aprendizagem que esteja aberto ao escrutínio da opinião pública e de especialistas.

Sem isso, torna-se mais difícil criar políticas eficientes e alocar recursos em setores do ensino e regiões do país mais sensíveis.

Na mais recente edição do maior exame internacional de alfabetização (Pirls), divulgada em 2023, dentre as 65 nações avaliadas em 2021, o Brasil ficou à frente apenas de Irã, Jordânia, Egito, Marrocos e África do Sul.

O governo Lula faria melhor se parasse de brigar com os números e começasse a atuar na prática para modificá-los.

Erdogan acelera marcha autoritária na Turquia

Prisão do prefeito oposicionista de Istambul, potencial candidato às eleições de 2028, desencadeia protestos duramente reprimidos; situação é preocupante para o mundo, dado o peso do país para o Oriente Médio

A Turquia mergulhou em uma crise política de consequências ainda imprevistas desde o último dia 19, quando o governo do presidente Recep Tayyip Erdogan determinou a destituição e a prisão do prefeito de Istambul, Ekrem Imamoglu, seu potencial adversário nas eleições presidenciais de 2028.

Os protestos diários nas principais cidades do país não dão sinais de arrefecer, mesmo sob violenta reação policial. A escalada das detenções, que superam 1.800 pessoas, injeta combustível nas manifestações. As palavras de ordem abarcam toda sorte de descontentamento popular —do avanço autoritário de Erdogan, no poder desde 2003, à inflação próxima dos 40% ao ano.

Reeleito em março de 2024, quando a oposição notavelmente avançou nos principais municípios, Imamoglu é considerado um líder com capital político suficiente para catalisar a aversão de setores democráticos a uma possível reforma da Constituição que, especula-se, permitiria a Erdogan a disputa de mais um mandato de cinco anos em 2028.

Mais do que isso, o prefeito tem sido apontado como o candidato com melhores condições de aglutinar a oposição nas urnas contra qualquer que seja o concorrente do Partido da Justiça e do Desenvolvimento —o próprio Erdogan, fundador da legenda, ou um eventual títere.

Não passou despercebido o fato de a prisão do oposicionista, sob acusações de corrupção, ter ocorrido dias antes de sua consagração nas primárias do Partido Popular Republicano como candidato presidencial.

Igualmente preocupante foi a pressa de Erdogan em vincular as manifestações em curso a uma tentativa de golpe de Estado. Recorda-se que o levante das Forças Armadas em 2016 proporcionou ao mandatário o ponto de partida para sua guinada autoritária.

Desde então, o regime turco vê-se maculado pela suspensão de direitos fundamentais, perseguição a setores da oposição, erosão da autonomia do Judiciário e restrição à liberdade de imprensa.

O regime foi maculado por suspensão de direitos, perseguição a oposicionistas, erosão da autonomia do Judiciário e restrições à liberdade de imprensa

Não à toa, a Turquia esteve entre os dez países com maior declínio de liberdades civis na última década, segundo relatório do Stockholm Center for Freedom. Figurou ainda na 103ª posição do mais recente Índice de Democracia da revista The Economist.

O que está por vir é tão incerto quanto inquietante. Para a sociedade turca, sobretudo, que se vê mais distante dos princípios democráticos, mas também para a comunidade internacional, dado o papel geopolítico da Turquia na equação dos conflitos no Oriente Médio e no Leste Europeu.

FOLHA DE S.PAULO ★★★
UM JORNAL EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA
Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias

DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila

SUPERINTENDENTES Carlos Ponce de Leon e Judith Brito

CONSELHO EDITORIAL Fernanda Diamant, Hélio Schwartsman, Joel Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Luiza Helena Trajano, Patricia Blanco, Patrícia Campos Mello, Persio Arida, Ronaldo Lemos, Thiago Amparo, Luiz Frias e Sérgio Dávila (*secretário*)

DIRETOR DE OPINIÃO Gustavo Patu

DIRETORIA-EXECUTIVA Alexandre Bonacio (*financeiro, planejamento e novos negócios*), Anderson Demian (*mercado leitor e estratégias digitais*), João Cestari (*tecnologia*) e Marcelo Benez (*comercial*)

CIRCULAÇÃO FOLHA (VERIFICADO POR PWC)
860.629 - Fechamento 1º Semestre de 2024
Assinantes Folha + Venda Avulsa Impressa.
Veja os critérios em folha.com.br/circulacao-verificada/

Marília Marz



COLUNISTAS

folha.com/editoriais
editoriais@grupofolha.com.br

SÃO PAULO

Não sentir-se ofendido é um direito?

Hélio Schwartsman

O professor Vitor Blotta (ECA-USP) publicou há pouco um interessante artigo em que contesta coluna minha em que, depois de algumas considerações sobre o café e a esfera pública habermasiana, eu criticava a ideia, cada vez mais popular, de que existe um direito de não ser ofendido.

Para Blotta, tal direito, que ele identifica à dignidade pessoal e de grupos, deve ser juridicamente protegido e fazê-lo é um pressuposto do livre debate de ideias subsumido na noção de esfera pública de Habermas.

Antes de apresentar minha objeção, devo dizer que estou de acordo com o que talvez seja a principal conclusão do professor, a saber, a de que a tática da extrema direita de tentar transformar o debate numa linha de produção de ofensas enfraquece a democracia. Mas é preciso cuidado para não jogar fora a criança com a água do banho.

Uma particularidade da psicologia humana faz com que as pessoas se identifiquem com suas ideias a ponto de as utilizarem como ingrediente básico quando constroem sua autoimagem. Daí que não são poucos os indivíduos que interpretam contestações a essas ideias como ataques pessoais.

Dando um pouco mais de concretude a meu argumento, se eu disser "Deus não existe" —juízo aceitável numa discussão contemporânea sobre religião—, haverá um ultracarola que se sentirá ferido em sua dignidade pela afirmação. Basta ver que as pessoas hoje se cancelam e se processam por declarações apenas ligeiramente controversas —muitas delas perfeitamente legítimas num debate franco.

É claro que xingar e ofender não é o objetivo último do Estado democrático e de direito, mas eu receio que a possibilidade de deixar algumas pessoas chateadas e até indignadas seja um efeito colateral inafastável de uma esfera pública operacional.

Colocando em outros termos, suscetibilidades individuais não deveriam ser o critério para definir legalmente o que pode e o que não pode ser dito. Se queremos de fato discutir questões substantivas, o sarrafo precisa ser mais alto e mais objetivo.

helio@uol.com.br

BRASÍLIA

Recorde de emprego desafia Gabriel Galípolo

Adriana Fernandes

A confirmação de que foram criados surpreendentes 432 mil empregos com carteira assinada no país em fevereiro (número recorde) elevou o grau de pressão para o Banco Central no combate à inflação.

O resultado do Caged, com informações sobre o total de empregados e desempregados, liga o sinal de alerta para Gabriel Galípolo, que ainda se vê às voltas com dificuldades de ancorar as expectativas de inflação e com projeções que só a colocam perto da meta de 3% no terceiro trimestre de 2027. Um incômodo para ele.

Com o novo dado, a discussão de que a economia está desacelerando perde força, tornando mais desafiador definir a dosagem de alta de juros para desacelerar a atividade econômica, sem que o remédio seja forte demais a ponto de machucar o doente além do necessário. O doente é a economia, e o BC quer desacelerar o crescimento para controlar a alta dos preços.

O dado impactou o mercado nesta sexta-feira (28), que já na véspera viveu um pico de estresse com o vazamento para alguns grupos. Um sinal preocupante para o Ministério do Trabalho, responsável pelo Caged, diante da importância que o indicador passou a ter.

A sensação que fica é a de que o BC está tateando para chegar ao fim do ciclo de alta, mas a economia segue forte. No mais, só resta lamentar que um dado positivo, como o aumento do emprego, seja um problema.

O presidente do Banco Central tocou nesse tema, nesta semana, ao contar que seus colegas de outros BCs lhe questionam como é possível chegar a taxas mínimas de desemprego e ainda assim precisar de doses de juros elevadas.

A resposta de Galípolo é a de que será preciso fazer mais reformas para que o remédio dos juros funcione melhor, o que na linguagem do BC significa dizer desobstruir os canais de transmissão da política monetária. Estamos longe disso. Se o governo atrapalhar o BC e turbinar o PIB, veremos mais juro. Essa é uma queda de braço entre Lula e a instituição. Galípolo sabe que o momento é delicado para o presidente e não vai cornetear o problema em praça pública falando mal das medidas do governo.

RIO DE JANEIRO

Fantasmas da rua Larga

Alvaro Costa e Silva

Desde 2010, a Prefeitura do Rio tenta estimular a construção de prédios residenciais no Centro. Além de recuperar uma região histórica, com vocação para o lazer e o turismo, a ideia é equilibrar ou reduzir a pressão da especulação imobiliária (muitas vezes clandestina) na zona oeste. Esta passou a concentrar quase metade da população, que mora longe do trabalho e é vítima da ação do crime organizado, que domina territórios e impõe modos de vida e cobranças de serviço.

Depois dos incentivos ao setor de construção, parece que agora vai. Nos próximos meses, cerca de 6.000 pessoas passarão a morar no Centro. Mais de 2.200 unidades residenciais foram vendidas, 54% delas para famílias com renda de até 10 salários. O grosso dos novos moradores é da zona norte (39%). Da zona oeste, mais necessitada, 23%. A explicação é que os edifícios, com apartamentos em formato de estúdio, não comportam famílias maiores. Mas agradam aos investidores, que compraram 35% das unidades.

Tanto os investidores quanto os moradores terão de conviver com um problema sem solução. Nos primeiros dois meses do ano, o portal 1749, da prefeitura, recebeu 633 chamados com pedidos à Defesa Civil de vistoria em imóveis ameaçados de desabamento. Entre 600 e 750 prédios e casarões estão vazios ou abandonados, gerando suspeitas de especulação, o "deixa cair".

O Itamaraty solicitou vistoria em 37 imóveis vizinhos à sede do órgão, que fica na avenida Marechal Floriano, antiga rua Larga, que já foi a mais importante da cidade e onde há imóveis com a estrutura danificada, tijolos caídos no chão, vegetação cobrindo a fachada, infiltração nas paredes. Perto dali, na esquina das ruas Senador Pompeu e Visconde da Gávea, um casarão desabou na semana passada, matando um homem que estava no carro atingido pelos escombros.

Apesar de se localizar no miolo de áreas contempladas pelos projetos Porto Maravilha e Reviver Centro, o desabamento ocorreu no intransitável entorno da Central do Brasil, habitado por fantasmas e zumbis.

A luta contra o marco temporal não acabou

Como na Constituinte, seguimos mostrando a força do movimento indígena na defesa de nossos direitos

Txai Suruí

Coordenadora da Associação de Defesa Etnoambiental - Kanindé. Escreve aos sábados

Nesta quinta-feira (27), retornou a Câmara de Conciliação sobre a Lei do Marco Temporal para a demarcação de terras indígenas. Algumas pessoas têm chamado esse de um dos maiores ataques contemporâneos aos povos indígenas no Brasil. Após fortes críticas do movimento indígena e de organizações da sociedade civil à última minuta, apresentada no início da sessão, o ministro Gilmar Mendes anunciou que, por decisão da relatoria, o tema sobre mineração em terras indígenas foi retirado das discussões. No entanto, determinou a abertura de uma nova comissão para tratar do assunto.

A minuta que o ministro havia apresentado anteriormente não extinguia a tese ruralista do marco temporal e tinha outras proposições. Incluía a possibilidade de mineração em terras indígenas em caso de "relevante interesse público da União"; desrespeitava o direito ao consentimento livre, prévio, informado e de boa-fé das comunidades; e previa a indenização de fazendeiros por terra nua e a criminalização de retomadas indígenas.

A expectativa dos povos indígenas é que prevaleça a decisão que julgou a inconstitucionalidade da tese e o respeito à Constituição, sem que nenhum direito seja retirado, enfraquecido ou usado como moeda de troca sobre uma tese tão absurda.

A Constituição Cidadã, concebida no processo de redemocratização, pós-ditadura militar, assegura o direito de liberdade de pensamento, afirmando a legitimidade dos direitos civis e políticos e o dever do Estado em assegurá-los.

A tese do marco temporal, que já foi julgada inconstitucional, não passa de uma tese política e uma afronta à Constituição Federal em benefício dos mais poderosos deste país

A Assembleia Constituinte foi convocada em 1985 e durou 20 meses, com 559 parlamentares e intensa participação da sociedade. A Carta Magna trouxe conquistas revolucionárias, como a criação do Sistema Único de Saúde (SUS).

O movimento indígena, apesar de não ter tido uma cadeira oficial na Constituinte, fez uma mobilização histórica para garantir a participação dos povos indígenas e assegurar direitos essenciais, com cenas memoráveis e históricas, como a do líder Ailton Krenak pintando seu rosto com jenipapo enquanto proferia seu discurso.

A Constituição de 88 assegurou direitos essenciais aos povos indígenas, trazendo o capítulo "Dos Índios". A partir dela, nossos povos foram considerados cidadãos, detentores de capacidade civil, de direitos e de deveres e não mais tutelados. Em seu artigo 231, a Constituição reconhece o "direito originário dos povos indígenas sobre as terras que tradicionalmente ocupam, cabendo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens". A bancada ruralista quer mudar isso e inserir a tese do marco temporal.

Essa tese, que já foi julgada inconstitucional, não passa de uma tese política e é uma afronta à Constituição em benefício dos mais poderosos.

O Acampamento Terra Livre, maior mobilização indígena do país, completa 20 anos e será realizado após o fim da mesa de conciliação sobre a Lei do Marco Temporal, em nova mobilização e articulação dos povos indígenas na luta para assegurar os direitos conquistados na Constituição de 1988 e na busca pelo fortalecimento da democracia. Como na Constituinte, seguimos mostrando a força do movimento indígena na defesa de nossos direitos.

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias
debates@grupofolha.com.br

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

O STF deve definir regras para intervenções policiais no Rio de Janeiro?

Não

Separação dos Poderes e equilíbrio institucional

A intenção de proteger os direitos humanos e a redução da letalidade é louvável, mas deve-se questionar a corte por ultrapassar limites

Fernando Castelo Branco
Advogado criminal, é doutor em processo penal (PUC-SP) e sócio de Castelo Branco Advogados

O recente posicionamento do ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), ao estabelecer diretrizes para operações policiais em comunidades do Rio de Janeiro (a arguição de descumprimento de preceito fundamental 635, a ADPF das Favelas), levanta questões cruciais sobre a separação dos Poderes e suas respectivas competências.

Embora a intenção de promover a proteção dos direitos humanos e a redução da letalidade policial seja louvável, é necessário questionar se o STF ultrapassou os limites de sua função jurisdicional.

A Constituição Federal de 1988 delineia as atribuições dos três Poderes, estabelecendo entre Legislativo, Executivo e Judiciário independência e harmonia. Cada qual possui responsabilidades específicas, sendo vedado a um Poder invadir a esfera de competência do outro.

A gestão e a execução das políticas de segurança pública, por sua vez, são responsabilidades primárias do Poder Executivo (art. 144 da Constituição Federal), a quem cabe, por meio de seus órgãos e agentes de polícia, planejar, coordenar e implementar protocolos operacionais que visem à manutenção da ordem pública e à proteção dos cidadãos.

Já ao Supremo cabe a guarda da Constituição, atuando como intérprete máximo das normas constitucionais e árbitro nos conflitos que envolvam sua aplicação. Tem, assim, o dever de contenção de abusos praticados que afrontem os mandamentos da Lei Maior.

Ao se autoinvestir da condição de idealizador de regras para a atuação operacional policial, o STF invade seara típica do Poder Executivo e, em certa medida, do Legislativo. Essa postura levanta preocupações acerca do respeito ao princípio da separação dos Poderes e da manutenção do equilíbrio institucional. Aliás, ultimamente, uma das críticas recorrentes à corte é o seu exacerbado ativismo.

E quando o Estado não cumpre com a sua obrigação? É possível eximir-se desse mister ou transferi-lo para outro Poder, de forma correcional ou reparatória? Entendemos que, em situações extremas e pontuais, sim.

A dignidade da pessoa humana, parametrizada pelos princípios do mínimo existencial e da vedação ao retrocesso, ou seja, o conjunto de direitos sociais que asseguram as condições básicas para uma vida digna, evitando que conquistas já alcançadas pelo cidadão sejam desconstituídas, possibilita que o Poder Judiciário, em especial a Suprema Corte, corrija eventuais distorções, ao reconhecer a violação massiva de direitos fundamentais.

Foi o que aconteceu quando o STF, ao julgar a ADPF 347, em outubro de 2023, declarou o estado de coisas inconstitucional no sistema carcerário brasileiro e determinou que a União, os estados e o Distrito Federal elaborassem um plano de intervenção para reduzir a superlotação e outros problemas. Ou seja, o ativismo judicial da Suprema Corte foi essencial para detectar os desvios do gestor público e alertá-lo para a necessidade da solução do problema. E parou por aí. Não lhe coube estabelecer diretrizes operacionais como agora.

A ingerência do Judiciário em atribuições notadamente executivas pode criar precedentes que fragilizam a autonomia dos Poderes, desvirtuando o sistema de freios e contrapesos estabelecido pela Constituição.

Embora seja essencial buscar a melhoria das práticas de segurança pública e a proteção dos direitos fundamentais, é papel institucional do Executivo o estabelecimento das diretrizes da atuação policial.

Não cabe à corte constitucional formular a política de segurança pública que governantes eleitos devem implementar.

Ultimamente, uma das críticas recorrentes ao Supremo é o seu exacerbado ativismo. (...) Não cabe à corte constitucional formular a política de segurança pública que governantes eleitos devem implementar

Sim

O Estado de Direito precisa subir o morro

Ao contrário da desinformação propagada, a ADPF das Favelas não impede operações; ação busca respeitar direitos constitucionais dos moradores

Camila Asano e Gabriel Sampaio
Cientista política e diretora-executiva da Conectas Direitos Humanos
Jurista e diretor de Litigância e Incidência da Conectas Direitos Humanos

Bruna ainda guarda o uniforme escolar que seu filho, Marcos Vinicius, usava quando foi morto, aos 14 anos, por disparo de fuzil durante uma operação da Polícia Civil e do Exército no Complexo de Favelas da Maré, no Rio de Janeiro, em 2018. Seu luto é uma dor que atravessa as mais de 800 favelas do Rio, ecoando em milhares de outras mães que, como ela, têm seus filhos mortos pela ação do Estado.

Marcos era um adolescente negro; pessoas negras têm sete vezes mais risco de serem mortas por um agente de Estado. Em 2024, 699 pessoas morreram por intervenção policial no Rio, a maioria negra. A Maré, um dos maiores complexos de favelas do Rio, abriga cerca de 140 mil pessoas e tem uma realidade ainda mais cruel. De acordo com a Redes da Maré, a taxa de homicídios por intervenção policial é de 16 mortes a cada 100 mil habitantes, enquanto a média estadual é de 4,3 e a nacional de 2,9. Esses dados foram apresentados ao Conselho de Direitos Humanos da ONU em Genebra (Suíça), na sexta-feira (28), por um jovem da Maré, que, em 2019, escreveu uma das mais de 1.500 cartas enviadas por crianças e adolescentes à Justiça descrevendo o horror da vida sob fogo cruzado.

Em julgamento no Supremo Tribunal Federal, a arguição de descumprimento de preceito fundamental 635, a ADPF das Favelas, é uma ação protocolada em 2019 que visa garantir que as operações policiais respeitem os direitos constitucionais de moradores de favelas. Desde sua implementação parcial, a letalidade policial no Rio caiu 61,5%.

Um marco dessa ação foi a reação à morte de João Pedro, 14, no Complexo do Salgueiro, em uma ação policial na pandemia. João morreu enquanto brincava em casa. As medidas adotadas pelo tribunal evitaram novas mortes como a dele, mas não todas.

Ao contrário da desinformação propagada, a ADPF não impede operações policiais. De julho de 2020 a janeiro de 2025, o Rio realizou cerca de 4.600 operações, uma média de 3 por dia. A população da Maré foi impactada por 42 delas em 2024. Em apenas 5 havia a presença de ambulâncias e, em 9, o uso de câmeras corporais. Em 88% das operações, veículos blindados transitaram no entorno de escolas e mais de 7.300 estudantes foram afetados, com 37 dias de aulas perdidas. Foram ao menos 30 dias sem atendimento médico e 8.715 consultas canceladas.

Esta **Folha**, no editorial "Normas para ações policiais exige sensatez do Rio e do STF" (26/3), afirmou que "grande parte do que está em exame são regras civilizatórias básicas que deveriam reger qualquer atuação policial complexa, como a presença de equipes de saúde e o respeito à lei no caso de busca domiciliar, bem como limites ao uso de helicóptero como plataforma de tiro em regiões populosas".

É assustador que o governo do Rio se empenhe em rechaçar a adoção destes e de outros critérios estabelecidos pela ação como o uso de câmeras corporais, a criação de planos de redução da letalidade policial, investigações independentes sobre mortes causadas pelo Estado e a implementação de protocolos para o uso progressivo da força. Deve-se ressaltar que a ADPF se desenvolveu graças à participação de movimentos sociais de territórios de favela que, atuando como "amici curiae", ofereceram dados e documentação de violações.

O ministro Edson Fachin, relator da ação, propôs em seu voto a criação de um comitê de acompanhamento, com entidades da sociedade civil e órgãos públicos. A participação efetiva da sociedade civil do território no monitoramento da decisão é fundamental para garantir sua efetividade.

O voto de Fachin ressalta que a ADPF "é uma oportunidade de reconhecimento de uma injusta discriminação histórica", reforçando a necessidade de "se combater o crime sem cometer crimes". O Supremo tem nas mãos a oportunidade de fazer o Estado de Direito subir o morro.

É assustador que o governo do Rio se empenhe em rechaçar a adoção de critérios como o uso de câmeras corporais, a criação de planos de redução da letalidade policial, investigações independentes e a implementação de protocolos para o uso progressivo da força

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor
leitor@grupofolha.com.br

Magnitude 7,7

"Terremoto mata ao menos 144 em Mianmar e 8 na Tailândia; veja vídeos" (Mundo, 28/3). Tragédias arrepiantes. A humanidade agitada pelas crises precisa fazer uma pausa para pensar na vida.
Benedicto Ismael Dutra (São Paulo, SP)

☆

Deus dê forças aos povos desses dois países para enfrentar tamanha tragédia.
Silene Maria de Sousa (Goiânia, GO)

Educação

"Governo Lula barra divulgação de dados de alfabetização da principal avaliação do país" (Educação, 27/3). Infelizmente, mais um tiro no pé deste governo que eu ajudei a eleger –e tendo em vista a alternativa, não me arrependo. Mas não sou cego.
Marcos Loureiro (Osasco, SP)

☆

Prefeitos, secretários e diretores sem compromisso com a educação, docentes exaustos e muitos com baixa qualificação, merenda e transporte ruins, alunos que não veem sentido nas aulas... Essa educação fordista já está com a cartilha vencida faz tempo.
José Davi (Castanhal, PA)

☆

Escondendo porque está feio na foto. Vamos continuar dando auxílio para jovens frequentarem a escola. Escola, dedicação e consequente aprendizado são obrigatórios.
Dirce Buzato (José Bonifácio, SP)

Convite formal

"Lula manda Anielle ir à posse da presidente da Namíbia, mas ministra não vai" (Painel, 27/3). Ainda não entendeu que ser ministra não permite a mesma desorganização de dirigir um grêmio estudantil.
Mara Passos (São Paulo, SP)

☆

O motivo que a ministra alegou é esdrúxulo e a conduta é inadequada ao cargo. Fosse na área privada, nem seguro-desemprego receberia.
Almir Alexandre (Jaraguá do Sul, SC)



Terremoto de magnitude 7,7 em Mianmar derruba edifícios e deixa mortos nesta sexta-feira (28) Myo Kyaw Soe/Xinhua

Expoente feminista

"Morre Heloisa Teixeira, que mudou rumos do feminismo e da crítica cultural no Brasil" (Ilustrada, 28/3). Uma mulher que deixa um legado precioso à cultura brasileira. Dia desses vi e ouvi um documentário para e sobre ela e sua obra. Gostei muito. Uma Mulher sempre antenada no seu tempo.
Maria Christina de Almeida (São Paulo, SP)

☆

Antes de tudo, feminista e, como crítica, trouxe à tona Ana Cristina César, levando-a ao cânone e fazendo-me também um estudante de letras.
Gabriel Vidal (Rio de Janeiro, RJ)

Violência sexual

"Tribunal da Espanha anula condenação de Daniel Alves" (Esporte, 28/3). A força da grana liberou. Agora vai jogar na terceira divisão do campeonato brasileiro. Campo de terra e levar vaia da torcida.
Ana Maria Vaz (Olinda, PE)

☆

Além dos tribunais de Justiça, temos o tribunal da opinião pública. Uns atacam, outros defendem, todos dão pitaco. E os envolvidos seguem em evidência.
Jose Walter da Mota Matos (Pouso Alegre, MG)

Economia argentina

"Turismo de brasileiros na Argentina registra maior queda desde a pandemia" (Mercado, 28/3). A economia da Argentina estava doente, Milei trouxe um remédio –que mata os doentes e fortalece os sadios. Essa é clássica receita liberal, nunca foi diferente. Não é teoria econômica, é ideologia política.
Antônio João da da Silva (Brasília, DF)

☆

Tudo bem. Buenos Aires agora é para nossa burguesia. Só que lá aumentou a pobreza e o medo da violência pode afastar essa elite branca brasileira. Com o Guedes foi a mesma coisa no Brasil. Aumentou a pobreza e a violência. Parabéns aos pseudoliberais.
Alvaro Almeida (Rio de Janeiro, RJ)

Massacre do Carandiru

"Seu Araújo, um carcereiro experiente" (Drauzio Varella, 26/3). Ele fez mais pela humanidade do que muitos com mais poder e condições.
Rodolfo Verano Iozzi (Brasília, DF)

☆

A experiência e a sensibilidade são fundamentais nos momentos críticos. A vida é isso: saber usar bem o que ela nos ensinou.
Marco Antônio M. de Oliveira (São Paulo, SP)

LEITORES NO SITE

Temas mais comentados pelos leitores no site entre 15 e 22.mar.
Total de comentários: 21.476

416 Moraes vota por 14 anos de prisão a mulher que pichou 'perdeu, mané' na estátua da Justiça **(Política, 21.mar)**

373 Débora virou um símbolo espinhoso **(Elio Gaspari, 25.mar)**

369 Trama golpista no STF tem ritmo 14 vezes mais rápido que mensalão **(Política, 22.mar)**

FOLHA DE S.PAULO UM JORNAL EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA

EDIÇÃO DIGITAL ILIMITADA R$ 29,90 (plano mensal)
EDIÇÃO DIGITAL PREMIUM R$ 49,90 (plano mensal)

EDIÇÃO IMPRESSA	VENDA AVULSA seg. a sáb.	dom.	ASSINATURA MENSAL* Todos os dias
SP	R$ 7,90	R$ 9,90	R$ 204,90
MG, PR e RJ	R$ 7,90	R$ 9,90	R$ 209,90
DF e SC	R$ 8,90	R$ 11	R$ 266,90
ES, GO, MT, MS e RS	R$ 9,90	R$ 12	R$ 334,90
AL, BA, PE, SE e TO	R$ 14,90	R$ 15,50	R$ 361,90
Outros estados	R$ 15,90	R$ 16,50	R$ 448,90

* Com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

REDAÇÃO SÃO PAULO
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222

OMBUDSMAN
ombudsman@grupofolha.com.br
0800-015-9000 (das 14h às 18h)

ATENDIMENTO AO ASSINANTE
(11) 3224-3090 | 0800-775-8080

ATMOSFERA



Fonte: www.climatempo.com.br

MARGINAL TIETÊ INTERDITADA

Pista central da marginal Tietê será interditada no sentido Ayrton Senna para obras na ponte Anhembi

QUANDO O bloqueio é previsto para as 22h de sexta-feira (28) às 6h do dia seguinte e das 22h de sábado (29) às 18h do dia seguinte.

ALTERNATIVAS Com o bloqueio das faixas da direita, motoristas poderão utilizar as faixas da esquerda e prosseguir pela própria marginal Tietê.

BLOQUEIO DE RUAS

Rua Oscar Freire será bloqueada na altura do nº 1.582, junto à r. Artur de Azevedo, para estacionamento de guindaste.

QUANDO O bloqueio é previsto para as 12h de sábado (29) às 20h de domingo (30).

ALTERNATIVAS Os veículos com origem na quadra anterior da r. Oscar Freire devem seguir à direita na r. Artur de Azevedo e à esquerda na r. Alves Guimarães. Já os com origem na r. Artur Azevedo, com destino ao sentido centro ou à região do Jardins, deverão seguir pela r. Alves Guimarães.

ACERVO FOLHA

Leia mais em acervo.folha.com.br

HÁ 50 ANOS | 29.MAR.1975



FOLHA DE S. PAULO

O retorno já começa a preocupar

Em Angola um acordo precário

Os trágicos números de 74

Por que fugir da cidade?

Grupo maoísta português é marginalizado

Viagem de Borja cria expectativa

Paulo VI ora pelo Vietnã

Anna Cândida é a 1ª mulher a chefiar a Procuradoria de SP

A Procuradoria Geral do Estado de São Paulo tem pela primeira vez uma mulher como chefe: Anna Cândida da Cunha Ferraz. "Como eu cheguei até a esse posto? Atualmente, a mulher está participando cada vez mais da atividade pública, e um exemplo disso é que 22% dos procuradores no estado são mulheres", declarou. Segunda a nova chefe da Procuradoria, a questão de gênero não representou nenhuma barreira no seu caminho profissional. "Sempre tive um ótimo relacionamento com os colegas masculinos", disse. Anna Cândida também afirmou que defende a mulher, mas destacou que ela não é feminista.

PAINEL

Fábio Zanini
painel@grupofolha.com.br

Cotovelo

O ministro da Casa Civil, Rui Costa, vetou a nomeação do novo secretário de Comunicação da Bahia, que já havia sido convidado para o cargo pelo governador Jerônimo Rodrigues (PT). Um dos motivos alegados é a proximidade do indicado, o publicitário Cid Andrade, com Fernando Haddad, rival de Costa no governo Lula. Andrade participou da campanha do atual ministro da Fazenda para o governo de São Paulo, em 2022, e compunha até o mês passado a assessoria de comunicação dele.

PANELA Outra razão apontada é o fato de o nome de Andrade ter sido sugerido pelo grupo do senador Jaques Wagner, que disputa com o do ministro a hegemonia no PT local. Procurada, a assessoria de Rui Costa não quis se manifestar.

PRESENTE Ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco participou na manhã desta sexta (28), em horário de expediente, de evento do PT de apoio à candidatura de Edinho Silva para presidir o partido. O ministério diz que a ida à reunião partidária fez parte da agenda oficial. "Ela foi convidada para realizar um breve discurso sobre conjuntura e fortalecimento das pessoas negras em espaços de poder".

MÚLTIPLA ESCOLHA
Secretário de Governo de SP, Gilberto Kassab defendeu um país "mais sereno e menos polarizado" em evento do Grupo Voto com empresários, na quarta (26), em SP. Ele afirmou que, caso Tarcísio de Freitas (Republicanos) não seja candidato a presidente, haverá uma fragmentação no campo da centro-direita de nomes ao Planalto, no ano que vem.

QUANTA DIFERENÇA... Hoje contrário às emendas impositivas ao Orçamento, o prefeito de SP, Ricardo Nunes (MDB), apresentou projeto defendendo a medida em 2015, quando era vereador. Na época, disse que era preciso "tirar a faca do coração, do pulmão e da barriga do vereador, que quer trabalhar e não pode, por não ter emenda liberada". Ao Painel, Nunes diz que na época os vereadores de oposição não tinham acesso ao prefeito Fernando Haddad (PT), e que ele tem comportamento diferente.

PEDRA SOBRE PEDRA Parlamentares do PSOL acionaram o Ministério Público contra o "prisômetro", instalado pela prefeitura na região central de SP. O argumento do vereador Celso Giannazi e dos deputados Luciene Cavalcante (federal) e Carlos Giannazi (estadual) é que o totem que marca o número de presos pelo sistema de câmeras Smart Sampa foi colocado em área tombada, em um chão formado por pedras portuguesas —algumas teriam sido arrancadas.

VISITA À FOLHA Margareth Menezes, ministra da Cultura, esteve no jornal nesta sexta-feira (28). Acompanhavam-na Marcio Tavares, secretário-executivo, Teresa Carvalho, assessora especial, Gabriella Gualberto, chefe da assessoria de comunicação, e Milton da Luz Filho, chefe do cerimonial.

Com Danielle Brant e Carlos Petrocilo

Cláudio



Moraes autoriza prisão domiciliar para mulher que pichou estátua no 8 de janeiro

Medida ocorre após Luiz Fux levantar em julgamento discussão sobre o caso, que tem sido usado por bolsonaristas para pedir anistia



A cabeleireira Débora Rodrigues dos Santos após pichar a estátua A Justiça Gabriela Biló - 8.jan.23/Fohapress

Ana Pompeu

BRASÍLIA O ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), concedeu prisão domiciliar, com uso de tornozeleira eletrônica, à cabeleireira Débora Rodrigues dos Santos, que pichou a estátua "A Justiça" nos ataques de 8 de janeiro, após pedido do procurador-geral da República, Paulo Gonet, ainda nesta sexta-feira (28).

Débora, 39, estava detida em regime fechado havia dois anos. Bolsonaristas usam o caso dela em pedidos de anistia aos acusados do 8 de janeiro e falam em desproporcionalidade da Justiça.

No início da semana, o ministro Luiz Fux paralisou o julgamento dela, que ocorre no plenário virtual. Moraes havia votado por pena de 14 anos, sendo 12 anos e 6 meses em regime fechado.

Ela se tornou ré em agosto, acusada pela PGR (Procuradoria-Geral da República) da prática dos crimes de associação criminosa armada, tentativa de abolição violenta do Estado democrático de Direito, tentativa de golpe de Estado e dano qualificado por violência e grave ameaça contra o patrimônio da União.

Agora, Gonet disse que o pedido de vista —mais tempo para análise do processo— tornaria a concessão da prisão domiciliar razoável.

Na decisão, Moraes afirma que o adiamento do término do julgamento tornou necessária a análise da situação de privação de liberdade de Débora.

Segundo ele, caso o julgamento tivesse sido encerrado com a aplicação das sanções propostas no voto dele, relator do caso, a cabeleireira seria condenada a pena de 14 anos de prisão.

"Há, portanto, necessidade de compatibilização entre o 'direito à liberdade' e a 'aplicação da lei penal', com a adequação das necessárias, razoáveis e adequadas restrições à liberdade de ir e vir e os requisitos legais e processuais".

Assim, ele substituiu a prisão pela domiciliar, com o uso de tornozeleira eletrônica, proibição de uso de redes sociais, de comunicar-se com os demais envolvidos nos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023, de dar entrevistas ou de receber visitas, com exceção dos advogados dela.

O caso tem tido muita repercussão, principalmente após a iniciativa de Fux. Em meio à análise da denúncia da PGR sobre a trama golpista, ele falou em preocupação com a questão da dosimetria das penas impostas pela corte aos réus do 8 de janeiro, ou seja, quanto tempo cada acusado pode enfrentar se condenado.

"Julgamos sob violenta emoção após a verificação da tragédia do 8 de janeiro", disse ele.

Nesta sexta, em evento na Uerj (Universidade Estadual do Rio de Janeiro), o presidente do STF, Luís Roberto Barroso, disse que, em casos como o de Débora, os brasileiros vão da "indignação à pena".

"O Brasil tem a característica que, na hora em que os episódios acontecem, as pessoas têm uma indignação profunda. E depois, na medida em que o tempo passa, elas vão ficando com pena", afirmou Barroso.

O presidente da corte disse que a não punição do episódio "pode fazer parecer que, na próxima eleição, alguém pode pregar a derrubada do governo eleito e pode invadir prédios públicos". "Não é bom para o país que prevaleça esse tipo de visão. Ninguém gosta de punir, mas a punição é inevitável. Se vai comutar pena mais adiante, é outra discussão", disse.

O sigilo do processo da cabeleireira foi retirado nesta semana. Em depoimento prestado em novembro passado, ela disse que não invadiu nenhum prédio na ocasião e que "o calor do momento" fez com que agisse sem pleno domínio de suas faculdades mentais.

A cabeleireira, moradora de Paulínia (117 km de São Paulo), pediu perdão por atentar contra o Estado democrático de Direito, disse que ficar presa fez com que enxergasse que "o país depende de hierarquias que precisam ser respeitadas".

Também afirmou que nunca mais se envolverá em manifestações políticas, pois pegou "um pouco de repulsa".

Colaborou Yuri Eiras, do Rio de Janeiro

'Débora, o Brasil te ama', afirma Bolsonaro após decisão de ministro

O caso da cabeleireira Débora Rodrigues dos Santos, 39, que pichou a estátua A Justiça nos ataques de8 de janeiro, tem mobilizado bolsonaristas, principalmente nas últimas semanas.

O ex-presidente tem citado a situação de Débora, presa há dois anos, com frequência para criticar o Supremo. Nesta sexta, ele postou, após a decisão de Moraes: "Imagine a felicidade de seus filhos. Débora, o Brasil te ama".

Moraes arquiva investigação contra ex-presidente sobre fraude em vacina

Ministro acolhe pedido da procuradoria-geral dois dias depois de Bolsonaro virar réu

Ana Pompeu

BRASÍLIA O ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), arquivou nesta sexta (28) o inquérito que envolve o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e apura a falsificação de certificados de vacinas contra a Covid-19.

O relator do caso acolheu pedido feito pelo procurador-geral da República, Paulo Gonet, na quinta-feira (27) sob argumento da ausência de elementos suficientes para justificar a responsabilização do ex-presidente.

A decisão se dá dois dias após Bolsonaro se tornar réu pelo STF em processo relatado por Moraes, sobre a trama golpista de 2022.

A iniciativa da Procuradoria-Geral ocorreu no dia seguinte ao julgamento realizado pela Primeira Turma da corte.

No pedido enviado a Moraes nesta quinta, um documento com cinco páginas, Gonet afirmou que o caso do cartão de vacina é diferente da investigação acerca da trama golpista de 2022.

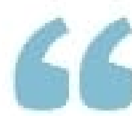
Na decisão, Moraes afirma ser do Ministério Público o titular da ação penal, ou seja, o início de um processo penal só deve ocorrer depois de denúncia do órgão.

O ministro acrescentou, no entanto, que no sistema acusatório brasileiro, a titularidade da ação penal pelo Ministério Público não afasta "o dever do Poder Judiciário de exercer sua 'atividade de supervisão judicial'".

Gonet afirma ao STF que há apenas a delação o ex-ajudante de ordens Mauro Cid como elemento contra Bolsonaro e, portanto, não poderia denunciá-lo.

O relator, então, deferiu o pedido com base nesses termos.

"Tendo o Ministério Público requerido o arquivamento no prazo legal, não cabe ação privada subsidiária, ou a título originário, sendo essa manifestação irretratável, salvo no surgimento de novas provas", disse o ministro.



A legislação proíbe o recebimento de denúncia que se fundamente somente nas declarações do colaborador

Alexandre de Moraes
ministro do STF, ao arquivar investigação

Citando a PGR, escreveu ainda que "a legislação proíbe o recebimento de denúncia que se fundamente somente nas declarações do colaborador, exigindo-se, consequentemente, que seu oferecimento esteja embasado em provas autônomas e independente".

Bolsonaro, Cid, o deputado federal Gutemberg Reis (MDB-RJ) e outras 14 pessoas foram indiciados pela Polícia Federal e, 2024.

Em relação a Reis, a PGR afirmou que ele efetivamente se vacinou contra a Covid-19.

Gonet pediu ainda que os autos sejam enviados para as instâncias inferiores para o seguimento da investigação de envolvidos sem foro especial.

Moraes, portanto, acolheu os pedidos de arquivamento para Bolsonaro e o parlamentar e determinou o envio do processo em relação aos demais envolvidos à Seção Judiciária do Distrito Federal.

Bolsonaro busca ativar militância e acirrar discurso contra condenação

Marianna Holanda e Thaísa Oliveira

BRASÍLIA O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) retomou o tom incisivo e aumentou a exposição pública nos últimos meses. O movimento ficou mais claro com o julgamento da trama golpista no STF (Supremo Tribunal Federal), que o fez réu na quarta (26).

No mesmo dia, fez um pronunciamento de 50 minutos e, no fim da tarde, falou a jornalistas por cerca de 45 minutos no Senado.

O objetivo, segundo aliados e parlamentares bolsonaristas, é corrigir rumo na estratégia diante de uma provável condenação criminal: ativar a militância, acirrar a campanha contra o julgamento e tentar se defender.

Há pressa na estratégia, já que a expectativa é de condenação ainda neste ano. Assim, ele busca criar um movimento popular significativo a seu favor, na expectativa de um fato novo que possa mudar o curso do julgamento —seja aprovação da anistia no Congresso ou sanção dos Estados Unidos ao Judiciário brasileiro.



O ex-presidente Jair Bolsonaro em encontro com apoiadores Pablo Porciuncula - 16.mar.25/AFP

A avaliação de bolsonaristas é que ele sofre perseguição do Judiciário e que o processo é político, não criminal. A Primeira Turma o tornou réu junto a sete nomes sob acusação de integrar o núcleo central da trama golpista que, em 2022, buscou evitar que Lula (PT) assumisse a Presidência.

A decisão do STF abre caminho para julgar o mérito da denúncia contra Bolsonaro até o fim do ano, para agilizar o trâmite e evitar que o caso seja contaminado pelas eleições de 2026.

Para ativar a militância, aliados creem que o melhor é deixar Bolsonaro falar, inclusive sem roteiro. Ele só foi orientado a não xingar nem a falar palavrões em suas críticas.

Nas falas recentes, o ex-presidente usou um tom mais explosivo e retomou temas como a ofensiva contra o sistema eleitoral. "Eu não sou obrigado a acreditar, confiar num programador. Eu confio na máquina", disse na quarta.

"[O STF] Quer botar 30 [anos de cadeia] em mim. Se eu estivesse devendo qualquer coisa eu não estaria aqui. Fui para os Estados Unidos, graças a Deus, que se eu estivesse aqui no dia 8 de janeiro, eu estaria preso até hoje. Ou morto, que é o sonho que eu sei de alguns aí. Porque preso eu vou dar trabalho."

A anistia aos presos do 8 de janeiro é sua principal bandeira no momento. Inclusive, bolsonaristas celebraram o ato chamado pela esquerda para pedir a prisão de Bolsonaro em São Paulo, porque querem comparar fotografias e demonstrar força política.

Setores da esquerda convocaram ato na avenida Paulista para domingo (30). O do ex-presidente será no domingo seguinte, dia 6, com parlamentares e governadores, na mesma avenida.

"Vamos rodar o Brasil inteiro e fazer manifestação pela anistia. Ele vai para Rio Grande do Norte, vai para Santa Catarina, vai para Paraná, vai para São Paulo. Vai tocar a vida dele normal. Ano que vem é uma eleição importante. Tem que fortalecer as lideranças dos nossos partidos, dos aliados", disse o senador Jorge Seif (PL-SC).

"A nossa massa é engajada. O povo está do nosso lado. Sabe que história de golpe aí ninguém cola", completou o senador.

Nas viagens, Bolsonaro vai intensificar a campanha contra sua condenação, repetindo os argumentos de sua defesa no STF no julgamento que o tornou réu. Um dos pontos será a crítica à delação do ex-ajudante de ordens Mauro Cid.

Ao intensificar o modo militância, o ex-presidente tenta usar a pressão das ruas ao Congresso, para que os parlamentares aprovem uma anistia —o texto que está em discussão hoje é amplo e beneficia inclusive o ex-presidente.

Em outra frente, aliados dele também esperam que o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, imponha algum tipo de sanção ou restrição a ministros do STF, sobretudo Moraes, e que isso possa alterar a correlação de forças, de alguma forma. Ainda não está claro como isso poderia ocorrer.

"Pode, inclusive, fazer com que algum ministro possa pedir vista. Tu pode ter algum posicionamento de instituições internacionais sobre o que está acontecendo", disse o líder da oposição na Câmara, deputado Zucco (PL-RS).

Na Primeira Turma, onde ocorre o julgamento de Bolsonaro, apenas o ministro Luiz Fux expôs discordâncias em relação a posicionamentos de Moraes nos processos relativos aos ataques de 8 de janeiro e à trama golpista.



[O STF] Quer botar 30 [anos de cadeia] em mim. Se eu estivesse devendo qualquer coisa eu não estaria aqui. Fui para os Estados Unidos, graças a Deus, que se eu estivesse aqui no dia 8 de janeiro, eu estaria preso até hoje. Ou morto, que é o sonho que eu sei de alguns aí. Porque preso eu vou dar trabalho

Jair Bolsonaro
ex-presidente da República

CIDADE DE SÃO PAULO
EstúdioFOLHA
Prefeitura inaugura 11 parques e amplia área verde, de preservação e de lazer

Aponte a câmera de seu celular ou tablet e saiba mais


SAIBA MAIS
SOBRE A JHSF


DM9
JHSF
SURPREENDENTE
SÃO PAULO SURF CLUB.
AS MELHORES ONDAS SEGUNDO
OS MELHORES SURFISTAS.

Eufrázio

política

Os réus, entre a lei e a política

Nunca, desde a redemocratização, STF encarou uma ação penal tão relevante

Demétrio Magnoli
Sociólogo, autor de "Uma Gota de Sangue: História do Pensamento Racial". É doutor em geografia humana pela USP

Na ditadura, o destino dos perdedores é a cadeia ou a morte. Na democracia, é a oportunidade futura de retornar ao governo. A principal virtude do sistema democrático reside nisso: a concorrência entre as elites políticas exclui o recurso à violência, protegendo a sociedade do espectro da guerra civil. Daí decorrem as liberdades públicas, a independência do Judiciário e a subordinação dos corpos armados ao poder civil. É à luz de tais conceitos que devem ser julgados Bolsonaro e seus asseclas, acusados pelo crime de tramar um golpe de Estado.

Nunca, desde a redemocratização, o STF encarou uma ação penal tão relevante. Os réus sabem que pesa contra eles um rochedo de provas incontornáveis. Resta-lhes apelar ao atalho clássico de exibir-se como vítimas de perseguição política. A estratégia repousa sobre os desvios judiciais de um STF que prefere a popularidade fácil aos rigores do devido processo legal.

Os juízes supremos que, antes, curvavam-se às vontades de Sergio Moro, conferiram a Alexandre de Moraes o papel de xerife-geral da democracia. Na sua encarnação passada, de secretário da Segurança de SP, Moraes foi tachado de "fascista" pela esquerda. Desde que tornou-se relator do inquérito-polvo sobre as fake news e os atos antidemocráticos, a esquerda transfigurou o "fascista" de ontem em indômito herói do povo. Suas peripécias legais oferecem aos réus a única chance de contestar o previsível desfecho da ação penal.

> **Os juízes supremos que, antes, curvavam-se às vontades de Sergio Moro, conferiram a Alexandre de Moraes o papel de xerife-geral da democracia**

Moraes não é "juiz natural": tornou-se relator pela lógica arbitrária do inquérito-polvo. Também não é um juiz legítimo: figura como vítima potencial do planejado ato inicial da conjuração golpista. Quando rejeita declarar seu impedimento, o STF presta um favor involuntário à defesa dos réus.

Não é o único. Embriagados pela noção demagógica de "justiça exemplar", os juízes supremos condenaram os idiotas úteis das depredações a penas hiperbólicas de até 17 anos. Hoje, diante do dilema posto pelo julgamento de Bolsonaro et caterva, começam discretamente a urdir fórmulas excepcionais destinadas a reduzir penas daqueles condenados.

Há mais. A maioria dos réus menores do 8 de janeiro foi sentenciada pelo pleno do STF. Graças, porém, a mais uma reviravolta circunstancial do tribunal, o núcleo dirigente da trama golpista será julgado apenas pela Primeira Turma. Na hora da verdade, o STF tropeça nas placas luminosas com as quais enfeitou seu próprio percurso.

Os réus perderam a batalha política inaugural. O fracasso da manifestação bolsonarista de Copacabana atesta que as ruas já não os amparam. Mas a presença vergonhosa do governador de SP Tarcísio de Freitas ilumina uma encruzilhada histórica: a incapacidade da direita de expurgar inclinações golpistas.

Trata-se de nó crucial da democracia brasileira. Na década que precedeu o golpe de 1964, líderes da direita multiplicaram suas visitas à caserna. O bolsonarismo desenrola esse fio antigo de nossa tradição republicana. A ação penal contra Bolsonaro e sua camarilha cívico-militar coloca lideranças como Tarcísio, Zema e Caiado frente a uma alternativa polar: os réus ou a democracia? A resposta a tal pergunta, mais ainda que a sentença do STF, indicará o estado de saúde do nosso sistema democrático.

DOM. Elio Gaspari, Celso Rocha de Barros
SEG. Camila Rocha / Lara Mesquita **TER.** Joel Pinheiro da Fonseca
QUA. Elio Gaspari **QUI.** Conrado H. Mendes
SEX. Marcos Augusto Gonçalves **SÁB.** Demétrio Magnoli

Anistia, graça ou indulto a Bolsonaro pode esbarrar em entendimento do STF

Tipificação de crime, gravidade da conduta e contexto da medida são obstáculos à aplicação dos benefícios, afirmam especialistas

Arthur Guimarães de Oliveira

SÃO PAULO Eventual anistia, graça ou indulto que perdoasse o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) após condenação judicial poderia esbarrar em entendimento do STF (Supremo Tribunal Federal) e ser eventualmente derrubado pela corte.

Bolsonaro virou réu na última quarta (26) sob suspeita de liderar uma trama golpista em 2022.

Ante uma provável condenação criminal, o ex-presidente poderia contar com um projeto de anistia que o contemplasse ou decreto de graça ou indulto, caso um sucessor da direita assuma o Palácio do Planalto a partir de 2027 — mas isso encontraria resistência.

Advogados e professores consultados pela Folha dizem não ver impedimento específico para as medidas na hipótese de condenação, mas alguns ressalvam que há limites e que o STF tem avançado na construção de precedentes nesse sentido.

Anistia, graça e indulto extinguem as penas, mas têm particularidades. Concedida pelo Congresso, a primeira também apaga consequências da condenação. Graça e indulto, dados pelo presidente da República, mantêm outros efeitos da condenação, como perda do status de réu primário.

Mas os instrumentos não são absolutos. A lei diz que crimes hediondos, prática da tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e o terrorismo são insuscetíveis de anistia, graça e indulto.

O ex-presidente é acusado de abolição violenta do Estado democrático de Direito, golpe de Estado, organização criminosa armada, dano qualificado e deterioração de patrimônio tombado. Somadas, as penas máximas podem passar de 40 anos de prisão.

Professor de direito processual penal da USP, Gustavo Badaró diz que, pelo prisma jurídico, em tese seria viável o Congresso conceder anistia ou o presidente editar um decreto de graça ou de indulto, mesmo para crimes contra o Estado democrático de Direito.

"Não há nenhuma vedação", diz. "Em tese, os crimes contra o Estado democrático de Direito não estão entre aqueles para os quais é vedado conceder anistia ou graça ou indulto."

Já a advogada Raquel Scalcon, professora de direito penal da FGV Direito SP, diz que a condenação por crimes contra as instituições democráticas seria um ponto central da discussão sobre a validade do benefício.

"O tipo de crime, a gravidade, o fato de ser contra o Estado democrático certamente seriam usados [nesse caso]", diz ela.

Segundo Scalcon, o Supremo vem, nos últimos anos, se debruçando sobre a matéria. Um exemplo recente foi a graça que Bolsonaro em 2022 concedeu ao ex-deputado federal pelo PTB-RJ Daniel Silveira, condenado inclusive por manifestações contra o Estado democrático de Direito.

A validade da medida virou tema no tribunal, que, por maioria, considerou que houve desvio de finalidade na concessão do benefício só por o ex-congressista ser aliado do então presidente. Daniel cumpriu a pena de oito anos e nove meses.

Georges Abboud, professor da PUC-SP e do IDP, diz que há limites e lembra que a corte entendeu constitucional o indulto de Michel Temer (MDB) que perdoou condenados por corrupção e lavagem de dinheiro em 2017.

"Se o STF entender que a gravidade da conduta e do crime não justifica, se encaixa em um constitucionalismo abusivo ou desvio de finalidade, pode fazer o controle do indulto, graça ou anistia."

Líder do PSB sugere indulto de Lula a quem foi 'massa de manobra' no 8 de janeiro

Líder do PSB na Câmara dos Deputados, o deputado Pedro Campos (PE) sugere que o presidente Lula (PT) conceda indulto a "quem foi massa de manobra" nos ataques de 8 de janeiro de 2023 às sedes dos três Poderes.

O perdão, segundo ele, seria um contraponto ao projeto de lei de anistia ampla dos acusados por golpe de Estado —que pode beneficiar inclusive o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

"Tinha gente que era massa de manobra e tinha quem comandava as massas. Essas pessoas devem ter tratamento diferente [entre elas]", disse ele à Folha



Evento recebe ministros do Supremo Tribunal Federal

Os ministros do STF Alexandre de Moraes e Cármen Lúcia participaram do evento Democracia, Justiça, Política e o Futuro do Ministério Público na Perspectiva Feminina, em São Paulo Paulo Pinto/Agência Brasil

Eufrázio



O vice-governador de SãoPaulo, Felicio Ramuth Marcelo S. Camargo - 24.mar.25/Divulgação/Governo do Estado de São Paulo

Vice de Tarcísio adota tom bolsonarista em meio a negociações para 2026

Nas redes sociais, Felício Ramuth diz que ataques de 8/1 não foram tentativa de golpe e afirma que 'Lula apoia o Hamas'

Bruno Ribeiro e Victória Cócolo

SÃO PAULO O vice-governador de São Paulo, Felício Ramuth (PSD), promoveu uma mudança de rota em suas redes sociais e adotou posições do bolsonarismo, como negar que o 8 de janeiro foi uma tentativa de golpe e criticar as penas aplicadas aos participantes dos ataques antidemocráticos.

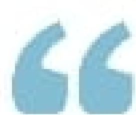
A guinada ocorreu em meio a especulações sobre o futuro do atual governador, Tarcísio de Freitas (Republicanos), diante da possível prisão do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), réu no STF (Supremo Tribunal Federal) sob a acusação de liderar a trama golpista, e as negociações sobre quem irá sucedê-lo em São Paulo.

No Instagram, Felício criticou a pena de 14 anos que pode ser imposta à cabeleireira Débora Rodrigues dos Santos, acusada de participar da tentativa de golpe que pichou a estátua "A Justiça", na sede do Supremo, em 2023.

Ele também criticou o uso da palavra "golpe" para descrever os eventos. "Ao longo da história, a esquerda e o PT sempre utilizaram a palavra 'golpe' em momentos de crise política", disse.

Felício costumava usar suas redes sociais para divulgar ações com as quais tinha relação no governo, em especial programas ligados à revitalização do centro da capital paulista.

Agora, além das publicações de tom bolsonarista, a equipe do vice-governador posta mensagens com críticas à inflação e a políticas do governo Lula (PT). A primeira, publicada na noite de quinta (27), diz que o petista apoia o Hamas e mostra uma manifestação da população palestina contra o grupo.



Minhas posições são de centro-direita. Acho que chegou o momento de as pessoas conhecerem o que eu penso sobre política e gestão pública

Felício Ramuth
vice-governador do estado de São Paulo, sobre a mudança de tom nas postagens de suas redes sociais

A aposta no meio político no estado é que Tarcísio deixará o cargo no ano que vem para disputar a Presidência com apoio de Bolsonaro, aglutinando votos antipetistas. A possibilidade, ainda incerta, já deu início a uma disputa aberta pelo cargo de Felício entre políticos de centro-direita.

Só nas últimas semanas, o secretário estadual de Governo e presidente do PSD, Gilberto Kassab, o presidente da Assembleia, André do Prado (PL), e o deputado federal Ricardo Salles (Novo-SP) se apresentaram como possíveis postulantes ao governo no ano que vem, buscando votos que vão do eleitor de centro ao bolsonarista. O prefeito da capital, Ricardo Nunes (MDB), também já evita prometer que ficará no cargo até o fim de seu mandato.

O secretário estadual da Segurança Pública, Guilherme Derrite, é outro que articula nos bastidores para disputar o cargo, dizem aliados.

Publicamente, Felício tem se mantido afastado da disputa até o momento. Segundo aliados, ele diz a quem lhe pergunta que sua relação com Tarcísio é boa e que as pressões sobre seu cargo vêm de fora, não dos aliados do Palácio dos Bandeirantes.

Mas, caso Tarcísio renuncie em 2026 para tentar o Planalto, Felício se tornará governador e terá a chance de buscar a reeleição com a vantagem de comandar a máquina pública paulista, cujo orçamento é de R$ 372 bilhões.

Por outro lado, o vice descarta adotar a mesma estratégia que Márcio França (PSB) seguiu em 2018, segundo interlocutores.

O atual ministro do Empreendedorismo era vice de Geraldo Alckmin (hoje no PSB) quando o então tucano deixou o Bandeirantes para disputar a Presidência. O PSDB lançou João Doria ao governo, mas França decidiu concorrer contra os antigos aliados.

A interlocutores Felício nega que sairia em disputa contra o grupo de Tarcísio no ano que vem caso esteja no governo. No entanto, admite a seu círculo próximo que concorreria se tivesse apoio do governador, embora diga que poderia ajudar mais Tarcísio trabalhando com ele em Brasília, em caso de vitória.

Kassab, presidente do PSD, não esconde o desejo de disputar o governo. Conforme mostrou a **Folha**, a antecipação dos movimentos eleitorais trouxeram desgaste à relação dele com Tarcísio. O PSD é conhecido no meio político pelo pragmatismo —a legenda faz parte tanto do governo Tarcísio como da gestão Lula.

À **Folha** Felício negou que a mudança em suas redes sociais seja um passo para a pré-candidatura. "Minhas posições são de centro-direita. Acho que chegou o momento de as pessoas conhecerem o que eu penso sobre política e gestão pública", disse.

Ex-tucano, foi prefeito de São José dos Campos (interior de SP) e ganhou projeção regional especialmente por políticas voltadas à segurança pública.

Em 2020, enquanto comandava a cidade paulista, fez críticas ao então presidente Bolsonaro sobre a atuação na pandemia de Covid. "Até o momento, se mostrou omisso. Depois, ele vai ter que arcar com as consequências", disse o então prefeito.

Um integrante do primeiro escalão de Tarcísio disse que o o vice consultou o governador sobre as postagens de teor bolsonarista. Ele perguntou se havia acertado no tom; Tarcísio disse que sim.

Em São José dos Campos, Felício construiu sua carreira rivalizando com nomes petistas, como o da ex-prefeita Ângela Guadagnin.

Moraes manda inquéritos contra Kassab, Geddel e Salles de volta ao STF

José Marques

BRASÍLIA O ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), determinou o retorno à corte dos autos de investigações sobre políticos como o presidente do PSD, Gilberto Kassab, o ex-ministro Geddel Vieira Lima (MDB) e o ex-ministro do Meio Ambiente e deputado federal Ricardo Salles (Novo-SP).

Essas apurações haviam sido enviadas a instâncias inferiores porque eles deixaram os cargos e perderam o foro especial. Com a mudança de entendimento do STF respeito do tema, Moraes ordenou que todos os casos sob sua relatoria voltem ao tribunal.

No total, oito casos voltam ao gabinete de Moraes, que também envolvem o ex-deputado Aelton Freitas (PP-MG) e o ex-senador pelo PSDB-SC Dalírio Beber.

Há, ainda, uma notícia-crime apresentada por Flávio Dino em 2023, quando ainda era ministro da Justiça, contra o ex-procurador Deltan Dallagnol, ex-deputado federal que foi cassado.

Dino acusava Deltan de crimes contra a honra por ter dito que o então titular da Justiça tinha ligação com o crime organizado.

8
casos que haviam sido enviados por Alexandre de Moraes a instâncias inferiores voltam agora para sua relatoria, com a decisão do STF de que casos iniciados durante cargos com foro especial se mantêm com ele mesmo após os titulares deixarem esses cargos

Os casos contra Geddel também envolvem seu irmão, o ex-deputado Lúcio Vieira Lima (MDB-BA). Um deles trata de suspeita de "rachadinha" no gabinete de Lúcio na Câmara, e outro sobre suposta lavagem de dinheiro por meio de negócios agropecuários.

A ação contra Salles é sobre suspeitas de favorecimento ilegal a madeireiras no governo Jair Bolsonaro (PL).

A investigação sobre Kassab é originária da delação de Wesley Batista e Ricardo Saud, da JBS. À época da abertura dessa investigação, em 2018, Kassab era ministro de Ciência e Tecnologia do governo Michel Temer (MDB).

Após a posse de Bolsonaro e a saída de Kassab do governo federal, em 2019, o processo foi enviado à Justiça Eleitoral de São Paulo.

O ex-ministro chegou a ser denunciado pela Promotoria Eleitoral de São Paulo sob acusação de corrupção, lavagem de dinheiro e caixa dois, mas foi absolvido.

Em tese, casos julgados definitivamente podem ser desarquivados em algumas situações, e dependerá da PGR (Procuradoria-Geral da República) decidir se pedirá para reabrir a investigação.

Lula e militares mantêm silêncio sobre aniversário do golpe de 1964

Estratégia é repetida mesmo após ofensiva do STF sobre anistia e 'Ainda Estou Aqui'

Catia Seabra e Cézar Feitoza

BRASÍLIA O governo Lula (PT) e os comandantes das Forças Armadas decidiram manter a estratégia adotada desde 2023 de ignorar o aniversário do golpe militar de 1964, que completa 61 anos na segunda (31).

O acordo prevê que a data não seja comemorada nos quartéis nem repudiada pelo governo. O silêncio é parte do esforço do ministro da Defesa, José Mucio Monteiro, de conciliar as demandas do governo com os ânimos dos militares.

A discrição da data este ano é considerada ainda mais relevante diante da ofensiva do STF (Supremo Tribunal Federal) de rediscutir a amplitude da anistia concedida na ditadura militar (1964-1985).

O tema voltou à pauta como resultado da repercussão do filme "Ainda Estou Aqui", de Walter Salles, vencedor da categoria de melhor filme internacional no Oscar.

Eventuais celebrações da data, segundo dois generais ouvidos pela **Folha**, devem ficar restritas aos círculos militares da reserva.

O Clube Militar vai realizar almoço em comemoração ao que chama de "movimento democrático de 31 de março de 1964" no Rio de Janeiro. O evento terá discurso do desembargador aposentado do DF Sebastião Coelho, hoje advogado de bolsonaristas.

De outro lado, petistas históricos como José Dirceu e José Genoino devem participar de evento em São Paulo, na segunda, para discutir os impactos da ditadura na sociedade.

Já a ministra dos Direitos Humanos, Macaé Evaristo (PT), estará fora de Brasília. Ela viaja a Belo Horizonte para homenagem aos defensores dos direitos humanos promovida pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

No dia 24 de março, a ministra fez um pedido de desculpas às famílias de mortos e desparecidos da ditadura.

Um integrante da Defesa disse, sob reserva, que Mucio nem sequer precisou reunir comandantes das Forças para pedir que o aniversário do golpe não fosse comemorado.

A percepção dessa autoridade é que o ministro está tão afinado com os chefes das Forças que não foi preciso passar uma ordem expressa para que o acordo de silêncio fosse mantido.

Do lado do governo, a avaliação é que a data para fazer eventos em defesa da democracia deixou de ser 31 de março e passou a ser 8 de janeiro, em referência aos ataques contra as sedes dos Poderes ocorridos em 2023.

As cerimônias alusivas à depredação na praça dos Três Poderes, porém, também têm sido motivo de desgaste na relação entre Lula e os militares. Parte pelo fato de Mucio e os comandantes tentarem virar a página, parte pelas acusações contra oficiais-generais por participação na trama golpista do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Aliados de Lula passaram a repassar o vídeo de uma entrevista dada por Mucio em setembro de 2023 para a CNN Brasil em que o ministro diz que o Brasil precisa reconhecer que não houve golpe de Estado naquele ano por oposição das Forças Armadas.

"Em todos os golpes que você vê na história vão as Forças Armadas na frente e o povo apoiando atrás. O que aconteceu em 8 de janeiro foi uma absoluta baderna patrocinada por alguns irresponsáveis. Não havia uma liderança, não havia uma palavra de ordem [...] A postura das Forças Armadas foi uma postura absolutamente responsável", diz o ministro no trecho.

A gravação circula com frequência nos grupos de aliados de Lula, que geralmente discordam das decisões do ministro da Defesa. O mal-estar permanente entre petistas e Mucio é ignorado pelo presidente.

Nos quatro anos de governo Bolsonaro, o Ministério da Defesa publicou ordens do dia em celebração ao golpe militar de 1964. A comemoração foi uma ordem dada pelo ex-presidente.

"Nosso presidente já determinou ao Ministério da Defesa que faça as comemorações devidas com relação ao 31 de março de 1964 incluindo a ordem do dia, patrocinada pelo Ministério da Defesa, que já foi aprovada pelo nosso presidente", disse em 2019 o então porta-voz da Presidência, general Otávio Rêgo Barros.

Desde então, os à época ministros Fernando Azevedo e Walter Braga Netto divulgaram comunicados sobre o dia, que foram lidos nos quartéis e em eventos militares marcados para 31 de março.

Azevedo escreveu que "o movimento de 1964 é um marco para a democracia brasileira. Muito mais pelo que evitou".

Braga Netto, depois, foi ainda mais incisivo em sua manifestação. Ele disse que a ditadura militar merece ser "celebrada".

"O movimento de 1964 é parte da trajetória histórica do Brasil. Assim devem ser compreendidos e celebrados os acontecimentos daquele 31 de março."



Lula em evento no Vietnã Ricardo Stuckert/Divulgação PR

Edinho diz que bolsonarismo tem base social

Candidato de Lula para o comando do PT, o ex-prefeito de Araraquara Edinho Silva reconheceu nesta sexta-feira (28) o poder de mobilização do bolsonarismo.

"Todos nós trabalhamos que o ato de Copacabana, claro que eles chamaram 1 milhão, foi um vexame porque puseram 18 mil. Nós, para colocarmos 10 mil pessoas nas ruas, muitas vezes, a gente sua sangue". Ele emendou: "Portanto, temos que reconhecer que eles têm base social, sim."

O público do ato de Bolsonaro no Rio, no dia 16, foi estimado em 30 mil pessoas pelo Datafolha.

INCLUSÃO

Rede JP lança manual de práticas antirracistas para a comunicação digital

Paola Ferreira Rosa

SÃO PAULO A Rede de Jornalistas Pretos pela Diversidade na Comunicação lançou, na quinta-feira (27), o "Manual de Boas Práticas Antirracistas para a Comunicação Digital", para ajudar profissionais da comunicação a adotar práticas inclusivas, antirracistas e responsáveis em suas produções.

O material, que é gratuito e pode ser baixado no site da Rede JP, foi desenvolvido em parceria com o Instituto de Referência Negra Peregum e com apoio de instituições como a Fenaj (Federação Nacional dos Jornalistas) e a Cátedra de Comunicação da Unesco.

A autoria é de Marcelle Chagas, jornalista e coordenadora da Rede JP, e Denise Mota, editora da AFP (Agência France Press) e colunista da **Folha**.

Denise conta que o ebook é um material de fácil acesso que reúne informações sobre temas relacionados à justiça social.

"Penso nas pessoas que estão chegando no jornalismo agora, nos influencers e nos jornalistas que não estão familiarizadas com temas de diversidade, mas precisam escrever sobre isso. Como faz? São tantos termos, tantos conceitos, tantas discussões, e nós temos pouco tempo", diz.

De acordo com ela, o tema exige conhecimento e leitura prévios. Por isso, o manual apresenta um resumo das principais discussões relacionadas ao debate racial com linguagem acessível.

O material também apresenta verbetes explicando termos como "Woke", "identitarismo", "racismo", "interseccionalidade", "decolonialidade" e "branquitude".

As autoras reconhecem que o lançamento acontece no momento em que as discussões raciais estão sob ataque.

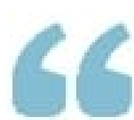
"A gente precisa sair do terraplanismo racial para voltar a conversar de forma informada, com base em conceitos sólidos", diz Denise.

Tarcísio diz que governo de petista é movido por campanha eleitoral

Victória Cócolo

SÃO PAULO O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) disse nesta sexta (28) que o governo Lula (PT) é movido pela pauta eleitoral e que "o Brasil precisa de uma pacificação".

"A gente está preso em uma agenda que não vai levar a lugar nenhum. A energia está dispersa em coisas que não são as mais importantes. Estamos vendo uma antecipação da campanha e um governo federal movido pela campanha eleitoral", disse.



A gente está preso em uma agenda que não vai levar a lugar nenhum. (...) Estamos vendo uma antecipação da campanha e um governo federal movido pela campanha eleitoral

Tarcísio de Freitas
governador de São Paulo

A declaração foi dada em painel da Arko Conference do qual participava, sobre sua análise do atual contexto político, envolvendo o julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e as movimentações de Lula para 2026.

O evento aconteceu na Galápagos Capital, empresa de investimentos, na zona oeste de São Paulo.

Segundo Tarcísio, o julgamento de Bolsonaro não deveria dominar a pauta, mas sim questões como o envelhecimento da população, inteligência artificial, inflação e reforma política.

"A gente está preso sempre no mesmo assunto. O exemplo é o próprio julgamento do Bolsonaro. As redações estão se preparando para a cobertura e, a partir de agora, só vamos falar disso. [...] Vamos ficar para trás mais uma vez. Se um evento acaba pautando o país durante anos, o que vamos ganhar com isso?", disse.

Ao lado de André de Ângelo, CEO da Acciona (concessionária responsável pelas obras da linha 6-laranja do Metrô de São Paulo), o governador, cotado como nome da direita para a disputa ao Palácio do Planalto com a inelegibilidade de Bolsonaro até 2030, elogiou as políticas de austeridade do presidente argentino Javier Milei.

Segundo ele, Milei tomou medidas impopulares, mas conseguiu reduzir a inflação e aumentar o crescimento econômico do país.

"Se você me perguntasse se seria possível cortar 5% do PIB de despesa do Estado em um ano, eu diria que é impossível, e ele fez. Consequência: a inflação está caindo e o fluxo de capital aumentou. Ele ainda tem um problema com o câmbio, mas está indo bem", afirmou o governador.

Mercado de trabalho mantém força com impulso do emprego formal

Caged registra abertura de 432 mil vagas em fevereiro; pela Pnad Contínua, do IBGE, contingente dos que trabalham com carteira assinada vai a 39,6 milhões, novo recorde

Leonardo Vieceli

RIO DE JANEIRO Apesar do aumento da taxa de juros, o mercado de trabalho ainda se mostra forte no Brasil, com destaque para o emprego formal, apontam analistas a partir de dados divulgados nesta sexta-feira (28).

À tarde, o Ministério do Trabalho e Emprego informou que o país gerou quase 432 mil vagas com carteira assinada em fevereiro, um recorde na nova série do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), que começou em 2020. O saldo resultou da diferença de cerca de 2,6 milhões de admissões e 2,1 milhões de desligamentos.

Antes, durante a manhã, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) disse que o número de empregados trabalhando com carteira assinada no setor privado chegou a 39,6 milhões no trimestre até fevereiro.

Assim, o contingente renovou a máxima da Pnad Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua), iniciada em 2012. O recorde anterior (39,3 milhões) havia sido registrado nos três meses até em janeiro.

A taxa de desemprego até subiu, ao marcar 6,8% até fevereiro, após atingir a mínima de 6,1% até novembro. O avanço da desocupação na pesquisa do IBGE, contudo, era esperado por questões sazonais e teve relação com o fechamento de vagas informais.

"O mercado de trabalho segue forte. Não está dando sinalização de uma desaceleração relevante da economia até o momento", afirma Sergio Vale, economista-chefe da consultoria MB Associados. Ele diz que o avanço do emprego formal pode refletir ainda o crescimento da economia nos últimos anos, além de fatores como mudanças trazidas pela reforma trabalhista.

A força dos indicadores é vista como um estímulo para o consumo no PIB (Produto Interno Bruto). O efeito colateral dessa sequência em alta é a pressão sobre a inflação. Para tentar conter a demanda que impacta os preços de bens e serviços, o BC (Banco Central) vem subindo a taxa básica de juros, a Selic, que alcançou 14,25% ao ano na semana passada.

O mercado financeiro espera Selic de 15% ao final de 2025, mas um patamar superior a esse não pode ser descartado, de acordo com Vale. "O Banco Central vai ter trabalho para conter a inflação deste ano e as expectativas de 2026", afirma o economista.

O IBGE sinalizou que a taxa de informalidade recuou a 38,1% no trimestre até fevereiro, após marcar 38,7% nos três meses encerrados em novembro. Esse indicador mede a proporção de informais em relação à população ocupada com trabalho.

Taxas de informalidade menores do que a mais recente só foram verificadas durante a pandemia, que havia retirado do mercado brasileiros sem carteira ou CNPJ em um primeiro momento.

O novo resultado, segundo o IBGE, indica que mais profissionais podem estar buscando postos formais. "Esse retrospecto é bem consistente, um indicativo de um processo maior de formalização", disse Adriana Beringuy, coordenadora de pesquisas domiciliares do instituto.

Outro destaque da Pnad foi o novo recorde da renda do trabalho da população ocupada. O rendimento médio foi estimado em R$ 3.378. A máxima anterior havia sido verificada até janeiro de 2025 (R$ 3.365). Segundo o IBGE, a saída de informais do mercado levou a renda para cima na média. Fatores como o reajuste do salário mínimo também podem ter contribuído para o crescimento do rendimento, conforme o instituto.

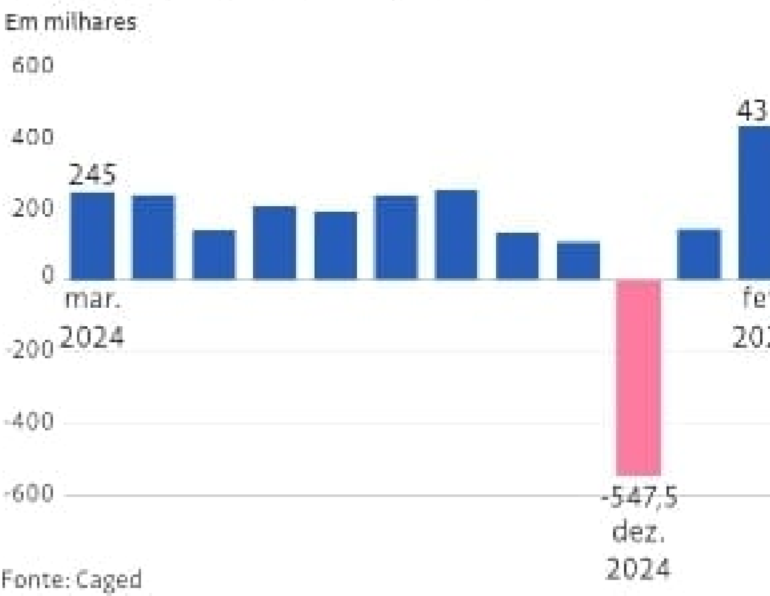
"A gente ainda não vê forte desaquecimento da atividade econômica e do mercado de trabalho. A taxa de desemprego piorou um pouquinho, em linha com o que se esperava, mas os números positivos são muito fortes ainda", diz Fernando de Holanda Barbosa Filho, pesquisador sênior do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas). "O copo está cheio [no mercado de trabalho], mas deve esvaziar um pouco ao longo do ano. O aumento dos juros tende a desacelerar a atividade econômica."

O pesquisador trabalha com projeção de taxa de desemprego de 7,4% no trimestre até dezembro. Ele, contudo, não descarta que o governo Lula (PT) continue "apertando os botões" para manter a economia aquecida, o que traria novos desafios para o combate à inflação.

Geração de vagas em fevereiro



Criação de trabalho formal nos últimos 12 meses com ajustes



Fonte: Caged



Mutirão do emprego em SP em edição que teve mais vagas que procura Rafaela Araújo - 12.ago.24/Folhapress

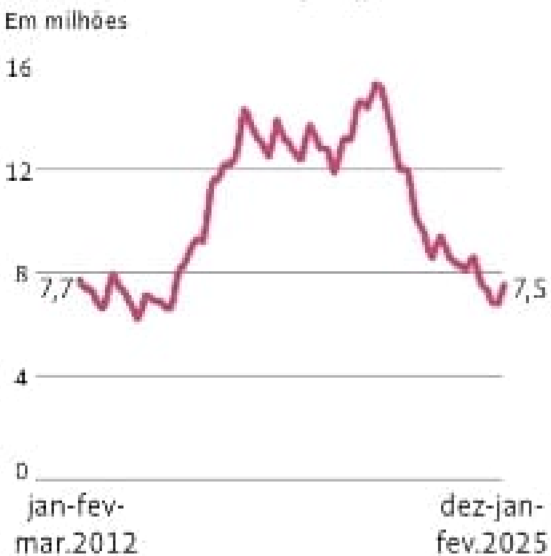
> **A gente ainda não vê forte desaquecimento da atividade econômica e do mercado de trabalho. A taxa de desemprego piorou um pouquinho, em linha com o que se esperava, mas os números positivos são muito fortes ainda**
>
> **Fernando de Holanda Barbosa Filho**
> pesquisador sênior do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas)

Mercado de trabalho no Brasil

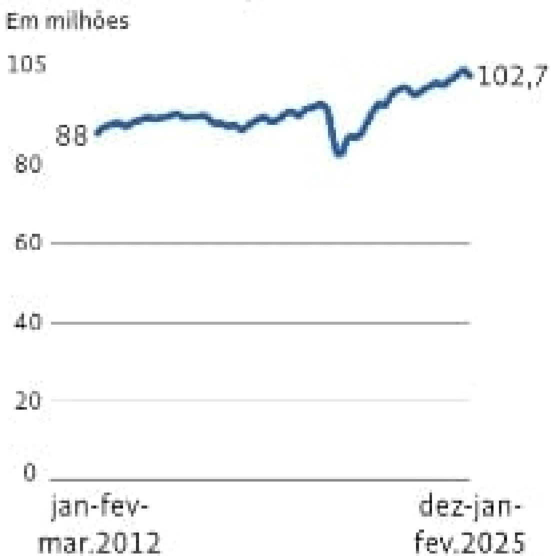
Taxa trimestral de desemprego



Número de desempregados



Número de ocupados com trabalho



Renda média dos ocupados



Fonte: IBGE

Eufrázio

Consignado com FGTS tem avanços em meio a velhos atrasos

Opinião

Iniciativa parte de diagnóstico correto, mas preserva um confisco sobre a poupança do trabalhador

Deborah Bizarria e Marcos Lisboa

Lisboa é economista, ex-presidente do Insper e ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda (2003-2005, governo Lula); Bizarria é economista pela UFPE, estudou economia comportamental na Warwick University (Reino Unido); evangélica e coordenadora de Políticas Públicas do Livres

O governo federal lançou uma nova modalidade de crédito consignado voltada aos trabalhadores formais. A iniciativa deve resultar em menores taxas de juros, mas preserva um confisco sobre a poupança dos trabalhadores com carteira assinada.

A operação, acessível por meio do aplicativo da Carteira de Trabalho Digital, permite ao trabalhador contratar empréstimos com taxas mais baixas, usando até 10% do saldo do FGTS e 100% da multa rescisória como garantia. O valor das parcelas é descontado diretamente da folha de pagamento.

A iniciativa parte de um diagnóstico correto: melhores garantias de que as dívidas serão pagas tempestivamente resultam em menores taxas de juros para os tomadores de empréstimos.

A vantagem é clara quando se comparam diferentes linhas de crédito. A taxa média do rotativo do cartão de crédito em janeiro foi de 12,6% ao mês, segundo o Banco Central. No cheque especial, o custo médio chegou a 7,3%. Por outro lado, as taxas de juros do consignado ou do financiamento de automóveis oscilam entre 1% e 2% ao mês.

A proposta do governo permite a migração de contratos antigos para essa nova estrutura. A partir de abril, trabalhadores com consignado ativo poderão transferir seus empréstimos, aproveitando taxas mais baixas.

Apesar dessas melhorias, a proposta traz à tona uma discussão frequentemente adiada. O FGTS é um fundo compulsório formado por depósitos mensais dos empregadores, que pertence ao trabalhador, mas ao qual ele tem acesso restrito.

Os recursos ficam retidos e são remunerados por uma taxa fixa de 3% ao ano mais TR, cerca de 1% ao ano. Até 2024, quando o STF garantiu reposição mínima pelo IPCA, a correção da poupança do trabalhador não chegava nem sequer a compensar a inflação anual.

A iniciativa do governo permite que trabalhadores deem como garantia seus recursos no FGTS, que rendem 4% ao ano, para obter empréstimos que cobram taxa de juros perto de 40% ao ano.

Por que impor esse pedágio aos trabalhadores? Eles têm uma poupança, mas, para acessá-la, vão ter que pagar uma taxa de juros dez vezes mais elevada do que a que recebem. Não seria melhor que eles pudessem sacar a sua poupança, e evitar pagar esse custo elevado?

A iniciativa do governo permite que trabalhadores deem como garantia seus recursos no FGTS, que rendem 4% ao ano, para obter empréstimos que cobram taxa de juros perto de 40% ao ano. Por que impor esse pedágio aos trabalhadores? Eles têm uma poupança, mas, para acessá-la, vão ter que pagar uma taxa de juros dez vezes mais elevada do que a que recebem. Não seria melhor que eles pudessem sacar a sua poupança, e evitar pagar esse custo elevado?

A poupança forçada dos trabalhadores, contudo, subsidia o FGTS, que financia empréstimos para empresas, especialmente no setor da construção civil. São muitos os tentáculos do patrimonialismo no Brasil.

Os títulos da dívida pública pagam mais de 7% ao ano, além da correção do valor da poupança pela inflação. Caso fosse permitido aos trabalhadores direcionar seus recursos para o Tesouro Direto, eles teriam uma taxa de retorno mais de três vezes maior.

Isso garantiria o maior crescimento da poupança do trabalhador, seja para os momentos de vulnerabilidade, como desemprego, seja para a sua aposentadoria.

Além disso, o trabalhador deveria ter a liberdade de escolher entre investir em títulos públicos, aderir ao consignado ou ainda utilizar o saque-aniversário. A política pública não deveria impor aos trabalhadores uma poupança forçada com taxa de retorno bem menor do que o próprio governo paga aos grupos de maior renda.

Conceder subsídios para moradias populares é uma política meritória. Contudo, deveria ser financiada diretamente pelos recursos do Orçamento da União, e não por meio do confisco da poupança dos trabalhadores.

Governo Lula reajusta em 9% salário dos militares das Forças Armadas

Cézar Feitoza

BRASÍLIA O governo Lula (PT) publicou nesta sexta (28) medida provisória que aumenta em 9% o salário dos militares das Forças Armadas. O reajuste será feito em duas parcelas. A primeira, de 4,5%, a partir de 1º de abril. A segunda, em 1º de janeiro de 2026.

O governo estima impacto de R$ 3 bilhões aos cofres públicos.

O reajuste foi negociado entre o ministro da Defesa, José Mucio Monteiro, e Lula, e fechado às vésperas do envio do projeto com o Orçamento de 2025.

R$ 3 bi é o impacto estimado pelo governo aos cofres públicos com o aumento salarial dos militares

É o mesmo aumento de 9% dado aos servidores públicos federais. No caso dos civis, o governo deve enviar um projeto de lei para viabilizar o pagamento dos novos salários na folha de abril, com depósito em 2 de maio.

O aumento era um pleito dos chefes das Forças Armadas desde o início do governo Lula. Apesar dos pedidos, os militares não receberam reajustes nos dois primeiros anos da gestão petista.

Com o aumento, o salário bruto de um oficial-general de quatro estrelas —topo da carreira— pode superar R$ 40 mil.

MUNICÍPIO DE CATANDUVA – SP
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 01/2025 – Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de RECAPEAMENTO ASFÁTICO no município de Catanduva-SP, conforme as especificações descritas no Termo de Referência, Anexo I deste edital. **LIMITE DE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: ATÉ O DIA 11/04/2025 ÀS 08:30 HORAS. DATA E HORA DA SESSÃO PÚBLICA: DIA 11/04/2025 ÀS 09:00 HORAS**. O edital completo encontra-se disponível: Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil (www.bll.org.br); e site do Município www.catanduva.sp.gov.br – link: https://www.catanduva.sp.gov.br/portal/editais/1. Informações: Prefeitura do Município de Catanduva – Divisão de Licitações e Contratos – 5º Andar, sito à Praça Conde Francisco Matarazzo, 01 – Centro – Catanduva-SP ou, através do e-mail: licitacao.edital@catanduva.sp.gov.br. Catanduva, 28/03/2025 - Ozório Ap. Morais – Pregoeiro

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JANDIRA
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2025 - Processo Nº 15931/2024
Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios estocáveis para alimentação escolar, bem como para atender as demandas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, em atendimento à Secretaria de Educação. A Prefeitura do Município de Jandira torna público que realizará licitação na modalidade **Pregão Eletrônico**, por intermédio da "Bolsa Brasileira de Mercadorias - BBMNET" - sítio https://novobbmnet.com.br.
Estando o início de recebimento das propostas agendado para o dia **01/04/2025** às 09h00 e a abertura da sessão de disputa de lances agendada para o dia **11/04/2025 às 09h01.** O edital e seus anexos estão disponíveis em www.novobbmnetlicitacoes.com.br
E www.jandira.sp.gov.br - aba licitações. As informações poderão ser obtidas pelo e-mail licitacoes@jandira.sp.gov.br e telefone (11) 4619-8512.
Fernanda Aparecida Domingas - Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRISTAIS PAULISTA
Pregão Eletrônico nº 0022/2025 Processo nº 0022/2025 Objeto: Registro de preços para eventual aquisição parcelada de grama, com a finalidade de atender as diversas Secretarias Municipais, conforme Edital e seus anexos. Total de itens 04. Entrega das propostas: **a partir 14:00 do dia 31/03/2025** na plataforma www.portaldecompraspublicas.com.br (Portal de Compras Publicas) Abertura das propostas: dia 10 de abril de 2025 às 09:00horas. www.portaldecompraspublicas.com.br (Portal de Compras Publicas). O Edital e anexos a partir das 14:00 horas de 31 de março de 2025 no setor de licitações sito na Av. Antônio Prado, nº 2720, fone (16) 3133-9500. Das 8:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas ou no site: www.cristaispaulista.sp.gov.br e www.portaldecompraspublicas.com.br (Portal de Compras Publicas). Elson Gomes dos Santos - Prefeito **Pregão Eletrônico nº 0018/2025 Processo nº 0018/2025** Objeto: Registro de Preços para a aquisição parcela Fraldas Geriátricas conforme Edital e anexos. Total de itens 12. Entrega das propostas: a partir 14:00 do dia 31/03/2025 até as 14:00 do dia 11/04/2025 na plataforma eletrônica www.bll.org.br. Abertura das propostas: **dia 11 de abril de 2025 às 14:00 horas**. www.bll.org.br. O Edital e anexos a partir das 14:00 horas de 31 de março de 2025 no setor de licitações sito na Av. Antônio Prado, nº 2720, fone (16) 3133-9500. Das 8:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas ou no site: www.cristaispaulista.sp.gov.br e www.bll.org.br. Elson Gomes dos Santos. Prefeito **Pregão Eletrônico nº 0017/2025 Processo nº 0017/2025** Objeto: Registro de preços para a futura e eventual contratação de troféus e medalhas, conforme Edital e anexos. Total de itens 22. Entrega das propostas: a partir 09:00 do dia do dia 31/03/20225 na plataforma www.bll.org.br. Abertura das propostas: dia 11 de abril de 2025 às 09:00 horas. www.bll.org.br. O Edital e anexos a partir das 09:00 horas de 11 de abril de 2025 no setor de licitações sito na Av. Antônio Prado, nº 2720, fone (16) 3133-9500. Das 8:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas ou no site: www.cristaispaulista.sp.gov.br e www.bll.org.br. Elson Gomes dos Santos - Prefeito.

Prefeitura do Município de Caieiras
Secretaria de Administração - Departamento de Licitação
EDITAL DE ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2025
ÓRGÃO: Município de Caieiras. **EDITAL**: 026/2025. **OBJETO**: Registro de Preços para eventual aquisição de areia, conforme Termo de Referência. **MODALIDADE**: Pregão Eletrônico. **O RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS**: será das 14h00min horas do dia 31/03/2025 até às 14h00min do dia 10/04/2025 e **ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS**: no horário às 14h05min do dia 10/04/2025. As empresas interessadas poderão retirar o edital pelo site www.portaldecomprascaieiras.com.br. Maiores informações pelo telefone (11) 4445 - 9240 ou pelo site www.portaldecomprascaieiras.com.br, no horário das 09:00h às 16:00h. Não enviamos o edital por fax e/ou correio.
Caieiras, 28 de Março de 2.025.
VINICIUS SILVEIRA SILVA
Departamento de Licitação

Santander SOLD LEILÕES
EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
1º LEILÃO: 11 de abril de 2025, a partir das 09h20min
2º LEILÃO: 15 de abril de 2025, a partir das 13h20min (*horário de Brasília)
Alexandre Travassos, Leiloeiro(a) Oficial, JUCESP nº 951, com escritório na Rua Sebastião Aniceto de Jesus Lins, 1177 – Jardim Elisa – Embu das Artes/SP, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo presencial e/ou online, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizado pelo **Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** - CNPJ nº 90.400.888/0001-42, nos termos do instrumento particular com efeito de escritura pública, nº 0010232095, firmado em 27/05/2021, com o(s) **Fiduciante(s) VANESSA DE ALMEIDA SANTOS JUSTO/FRANCISCO ERIVANDRO JUSTO DA SILVA**, maior/maior, inscritos no CPF nº 451.067.498/85/215.492.848-00, no **dia 11 de abril de 2025, a partir das 09h20min em PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 342.596,66 (Trezentos e quarenta e dois mil, quinhentos e noventa e seis reais e sessenta e seis centavos)**, o imóvel matriculado sob o nº **16.700 do Oficial de Registro de Imóveis de Jardinópolis/SP**, constituído pela Casa situada na Rua Alfredo Gomes Freire, nº 57, lote 25, quadra 24, no Jardim Maria Regina, em Jardinópolis/SP, com área de terreno de 250,00m² e área construída de 79,39m². Cadastro Municipal 25.303. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação que se encontra. Consta conforme R.05 a alienação fiduciária em favor do Banco Santander (Brasil) S/A. Imóvel Ocupado. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia **15 de abril de 2025, a partir das 13h20min**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 267.446,79 (Duzentos e sessenta e sete mil, quatrocentos e quarenta e seis reais e setenta e nove centavos)**, nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97. **O leilão presencial ocorrerá no escritório do Leiloeiro(a). Os interessados em participar do leilão de modo on-line**, deverão se cadastrar no site na Loja SOLD LEILÕES (sold.superbid.net) e no SUPERBID EXCHANGE (www.superbid.net), e solicitar habilitação até 01 (uma) **hora do início do leilão. Outras informações no site do leiloeiro(a)**: Loja SOLD LEILÕES (sold.superbid.net) e no SUPERBID EXCHANGE (www.superbid.net) ou telefone (11) 4950-9600 ou e-mail moveis.sac@superbid.net. (Dossiê 02.23004)

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU
NOTIFICAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
LEI Nº 14.133/2021 - UASG: 986219 - Edital nº 149/2025 - Processo n. º **177.580/2024** - **Modalidade:** Pregão Eletrônico nº **005/2025** - do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE - DIFERENCIADA NO MODO EXCLUSIVA PARA ME/EPP/EQUIPARADAS - MODO DE DISPUTA ABERTO - OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVANDERIA PARA LAVAGEM DE COLETES QUE SÃO UTILIZADOS NOS CONCURSOS PUBLICOS/PROCESSOS SELETIVOS PROMOVIDOS PELO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, CONFORME DESCRIÇÃO COMPLETA NOS ANEXOS I E III DO EDITAL. Interessadas:** Departamento de Recursos Humanos. **Período para entrega das propostas: 01/04/2025 às 09h até 15/04/2025 às 09h. Data prevista para abertura da sessão pública: dia 15/04/2025 às 09h.** Informações e edital na Secretaria da Administração/Divisão de Licitações, sito na Praça das Cerejeiras, 1-59, Vila Noemy - 2º andar, sala 10 - CEP. 17.014-500 - Bauru/SP, no horário das 08h às 12h e das 13h às 17h e telefone (14) 3235-1113 ou através de **download** gratuito no site **www.bauru.sp.gov.br**, ou pelo **Id contratação PNCP: 46137410000180-1-000159/2025**, ou através do site **https://www.gov.br/compras/pt-br - Nº 98005/2025**, onde se realizará a sessão de pregão eletrônico, com os licitantes devidamente credenciados.
Bauru, 28/03/2025 - Ana Carolina de Carvalho Fraga - Diretora Substituta da Divisão de Licitações.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU
NOTIFICAÇÃO DE ABERTURA
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
LEI Nº 14.133/2021 - UASG: 986219 - Edital nº 151/2025 - PE SMS nº 97/2025 - Processo: 9.816/2025 - **Modalidade:** Pregão Eletrônico **COMPRAS GOV nº Nº 93151/2025** - Registro de Preços - **AMPLA PARTICIPAÇÃO - MODO DE DISPUTA ABERTO** - por meio da INTERNET - Tipo Menor Preço por item - **Objeto** Aquisição anual estimada de MEDICAMENTOS, devidamente especificados no anexo I do edital, através de sistema de registro de preços - Período para entrega das propostas: **31/03/2025 às 8h até 11/03/2025 às 9hm.** Data prevista para abertura da sessão pública: **11/03/2025 às 9h. Pregoeiro(a): Talita Costa Silva Buk Cruz,** O Edital completo e informações poderão ser obtidos na Divisão de Compras e Licitações, Rua Gérson França, 7-49, 1º andar, Centro, CEP. 17015-200 - Bauru/SP, fone (14) 3104-1463/1464/1465, ou pelo site www.bauru.sp.gov.br, ou através do site https://www.gov.br/compras/pt-br - **Id contratação PNCP: 46137410000180-1-000147/2025** onde se realizará a sessão de pregão eletrônico, com os licitantes devidamente credenciados.
Bauru, 28/03/2025 - compras_saude@bauru.sp.gov.br
Juliana Priscilla Dionisio Zanutto - Diretora da Divisão Compras e Licitações - S.M.S.



Governo continuará moderado na economia, diz Haddad

'Vamos manter o curso da política econômica cumprindo as metas e entendendo que esse é o caminho', afirmou nesta sexta (28) o ministro, para quem o mercado não deve esperar soluções exóticas Adriano Machado - 18.mar.25/Reuters

Carga tributária sobe em 2024 para 32,3% do PIB, maior patamar em 15 anos

Maior parte da alta de 2,06 pontos percentuais veio do governo federal; Haddad já virou meme nas redes devido às investidas para elevar receita

Idiana Tomazelli

BRASÍLIA A carga tributária brasileira atingiu 32,3% do PIB (Produto Interno Bruto) em 2024, o maior patamar em 15 anos, segundo dados divulgados nesta sexta-feira (28) pelo Tesouro Nacional.

Houve crescimento de 2,06 ponto percentual do PIB em relação a 2023, e a maior parte é explicada pela tributação federal (com aumento de 1,5 ponto). O restante do impulso adicional veio de estados (0,45 ponto) e municípios (0,12 ponto).

A chamada carga tributária bruta é estimada pelo Tesouro Nacional seguindo o padrão do manual de estatísticas do FMI (Fundo Monetário Internacional). A série histórica começou em 2010 —ou seja, o número de 2024 é o maior já observado. O dado oficial da carga tributária costuma ser divulgado pela Receita Federal no meio do ano.

A constatação de alta na carga tributária ocorre após o governo de Lula (PT) virar alvo de críticas, do Congresso e da população, pelas investidas legislativas para elevar a arrecadação. A estratégia até fez com que o ministro Fernando Haddad (Fazenda) virasse meme nas redes e ganhasse o apelido jocoso de "Taxadd".

Algumas das medidas implementadas pelo governo de fato contribuíram para o aumento da carga. Segundo o relatório do Tesouro, a taxação dos fundos exclusivos de investimentos, voltados para os chamados "super-ricos", e dos recursos mantidos em paraísos fiscais (offshores) ampliou em 0,5 ponto do PIB a arrecadação de impostos sobre a renda.

A reoneração de tributos federais sobre combustíveis também influenciou o resultado. Segundo o Tesouro, houve incremento de 0,81 ponto do PIB nas receitas com impostos sobre bens e serviços, entre os quais se destacam PIS e Cofins. O crescimento da economia e seu reflexo positivo sobre a venda de bens ajudaram a ampliar a arrecadação.

Ao todo, a União respondeu por uma carga de 21,43% do PIB, um patamar recorde na série. Mas o relatório destaca que uma parcela dessas receitas é repartida com estados e municípios. A arrecadação líquida do governo federal foi menor, equivalente a 16,8% do PIB —abaixo dos números observados entre 2010 e 2013, todos iguais ou acima dos 17% do PIB. A comparação indica que, com o passar dos anos, a União ampliou as transferências aos governos regionais.

Na esfera estadual, o aumento da carga decorreu principalmente da reoneração do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) sobre combustíveis e do crescimento da venda de bens. Já nos governos municipais, o principal fator foi a maior arrecadação com o ISS (Imposto sobre Serviços), influenciada pela expansão no volume de vendas desse setor em 2024.

Em 2023, a carga tributária bruta ficou em 30,3% do PIB. Esse número foi revisado recentemente pelo Tesouro Nacional. Quando divulgado originalmente, no ano passado, ele era de 32,1% do PIB.

Segundo o órgão, a revisão de metodologia foi recomendação do FMI, que aconselhou os técnicos a retirarem do cálculo os recolhimentos ao FGTS e as contribuições para o Sistema S.

A reclassificação segue o entendimento de que o FGTS é um fundo de poupança dos trabalhadores. Já as receitas do Sistema S ficam fora do controle governamental e, por isso, foram enquadradas como recursos do setor privado. A revisão foi aplicada em toda a série, desde 2010, de modo que o patamar da carga caiu nos anos anteriores, mas não houve mudança em sua trajetória —que atingiu patamar recorde em 2024.

Penduricalhos só devem aumentar

Problema é o desenho do sistema; se não mudarmos isso, vamos continuar pagando

Rodrigo Zeidan

Professor da New York University Shangai (China) e da Fundação Dom Cabral. É doutor em economia pela UFRJ

Os penduricalhos do Judiciário não são questão moral ou legal, mas sim econômica. Todo trabalhador que faz hora extra pode requerer ser compensado por isso. Se a lei permite ou não, é outra questão. A legislação brasileira é clara: gestores em cargo de confiança no setor privado não têm direito a horas extras. Se no setor público as leis são diferentes, tudo bem.

O que apoia a legislação no setor privado é o conceito econômico de conflito de agência. Em instituições públicas ou privadas, grandes ou pequenas, nacionais ou estrangeiras, há diferença entre os incentivos de grupos e seus representantes. "O olho do dono é que engorda o gado" é uma frase que descortina esse conflito. Os donos de manadas podem terceirizar administrações dos seus rebanhos, mas nenhum representante vai ser tão cuidadoso como eles mesmos.

Muitas das questões de governança corporativa envolvem esse conflito, já que acionistas indicam gestores que podem tentar sugar valor para si mesmos em vez de trabalhar para a empresa. Problemas principal-agente (donos e representantes) são difíceis de resolver quando não há mecanismo para que principais monitorem ou limitem o poder dos agentes.

Quando uma empresa privada paga hora extra, as condições para a resolução de contencioso são claras: gestores querem minimizar o pagamento, enquanto trabalhadores querem ser remunerados. Numa democracia, um político, em tese, deve responder aos seus eleitores, senão não é reeleito. São as regras do jogo.

Quem julga os pedidos de penduricalhos? Os próprios órgãos do Judiciário ou o Conselho Nacional de Justiça, não seus 'donos', o cidadão comum. Isso é uma falha gigantesca

Vigiar o gado é forma de evitar o conflito, mas não é eficiente. Milhões de empresas familiares nunca crescem, pois os donos não sabem gerenciar um negócio em que precisam monitorar representantes que podem não ser confiáveis. Mas o pior mesmo é quando donos não têm capacidade de influenciar quem os deveria representar.

"Colocar raposas para tomar conta do galinheiro" é a metáfora perfeita para conflitos nos quais os proprietários perdem. E, embora esse não seja o caso dos penduricalhos do Judiciário, não é tão diferente assim.

No caso do Judiciário, os "donos" são os cidadãos comuns. Quando membros do Judiciário requerem pagamentos extras, estão no seu direito. Mas um sistema democrático decente é aquele no qual representantes da sociedade resolvem pedidos analisando seus pesos contra o desejo de Judiciário eficiente que não estoure o Orçamento.

Mas é aí que falhamos. Quem julga esses pedidos? Os próprios órgãos ou o CNJ (Conselho Nacional de Justiça). Isso é uma falha gigantesca, porque não há governança que sobreviva a esse desenho, mesmo quando instituições internas tentam impor limites. Quando o Ministério Público de São Paulo inclui tempo de estágio para conceder penduricalhos, não há representante da sociedade que tenha real poder de limitar isso. Pode ser que seja devido ou não, mas precisamos de contrapesos. O CNJ é composto primariamente por representantes do Judiciário que podem se beneficiar de penduricalhos. É como se o conselho de administração de uma empresa pudesse votar sobre quanto pagar a cada conselheiro sem que os acionistas tivessem direito a votar sobre o pacote de benefícios.

O problema dos penduricalhos é de desenho do sistema. Enquanto não mudarmos isso, vamos continuar pagando. E caro.

colunistas da semana

DOM. Samuel Pessôa, Vinicius Torres Freire, Ana Paula Vescovi / Marcos Lisboa / Candido Bracher **SEG.** Marcos de Vasconcellos, Ronaldo Lemos, Eduardo Cucolo, Michael Viriato **TER.** Michael França / Cecilia Machado, Mauro Zafalon **QUA.** Bernardo Guimarães / Lorena Hakak, Vinicius Torres Freire, Jerson Kelman **QUI.** Cida Bento / Solange Srour, Vinicius Torres Freire, Rômulo Saraiva **SEX.** Bráulio Borges, Vinicius Torres Freire **SÁB.** Marcos Mendes / Rodrigo Zeidan, Laura Muller Machado



Daniel Vorcaro, atual presidente do Banco Master, que passará ao conselho de administração do BRB Rubens Cavallari - 22.abr.24/Folhapress

Banco de Brasília compra 58% das ações e assume o controle do Banco Master

Valor da aquisição da instituição de Daniel Vorcaro não é divulgado, mas gira em torno de R$ 2 bi; operação depende do BC e do Cade

Júlia Moura e Adriana Fernandes

SÃO PAULO E BRASÍLIA O BRB (Banco de Brasília) adquiriu 58% das ações do Banco Master e passa a ser o novo controlador da instituição. O acordo foi aprovado pelo conselho de administração do BRB nesta sexta (28) e informado ao mercado via fato relevante.

O valor exato da operação, antecipada pelo jornal O Globo, não foi revelado, mas o negócio gira em torno de R$ 2 bilhões, segundo pessoas a par da operação.

O comunicado informa que o preço de aquisição será equivalente a 75% do patrimônio líquido do consolidado do Banco Master, ajustado por eventuais baixas de ativos ou reconhecimentos de apontamentos no balanço.

"A operação tem como objetivo a incorporação do Banco Master ao Conglomerado Prudencial do Banco BRB, em linha com sua estratégia de expansão e fortalecimento de sua posição no mercado financeiro", disse o BRB no comunicado ao mercado.

Com a venda, o atual presidente e dono do Master, Daniel Vorcaro, vai para o conselho de administração do BRB, cujo maior acionista é o Governo do Distrito Federal. A interlocutores Vorcaro disse que a operação é ganha-ganha para os dois bancos e que terá uma cogestão com o BRB no banco. O Master passará ter acesso ao funding do BRB, considerado mais barato e de longo prazo pelo banco de Vorcaro.

A expectativa de dirigentes do Master é que o banco fique menos dependente da oferta de aplicações em CDBs, que têm como estratégia a promessa ao investidor de grande rentabilidade por meio do seguro do FGC (Fundo Garantidor de Crédito). O fundo cobre até R$ 250 mil por CPF em casos de problemas com a instituição financeira.

Esse tipo de operação com a propaganda do FGC está na mira do Banco Central e é motivo de reclamações dos grandes bancos, que fazem aportes maiores ao fundo. O Master foi um dos bancos que mais cresceu com esse tipo de operação, chamando a atenção dos analistas do sistema bancário e dos concorrentes.

O BRB tem um funding que não depende do FGC, de acordo com executivos do Master, e esse seria um dos interesses do banco em fazer a operação com o BRB.

A parceria do BRB com o Master começou em julho do ano passado, quando o banco de Vorcaro fez sessões de carteiras de crédito consignado para o banco do Governo do Distrito Federal. As conversas para aquisição do Master pelo BRB começaram no final do ano passado.

Um atrativo para o negócio é que, com a junção dos dois bancos, o conglomerado passaria a ter R$ 10 bilhões de PL (Patrimônio Líquido). Um executivo do Master ressaltou o ROE (Retorno sobre o Patrimônio) do BRB está abaixo da média de mercado e que, com a operação, o banco vai ampliar o resultado

O BTG Pactual também havia feito uma proposta pelo banco, que preferiu fechar negócio com a instituição brasiliense. Na oferta do banco de André Esteves, Vorcaro teria que sair da instituição.

A operação ainda depende aprovação do Banco Central e do Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica).

Após a reorganização e na data de fechamento da operação, o Master terá como controladas somente as seguintes sociedades: Banco Master Múltiplo S.A. (e suas controladas Will Holding Financeira S.A., Will Financeira S.A. – Crédito Financiamento e Investimento e Will Produtos Ltda.) e Maximainvest Securitizadora S.A.

Ainda segundo o comunicado, as empresas manterão as estruturas apartadas, porém irão compartilhar "governança, expertise, sinergias e coordenação estratégica e operacional."

O Master tem forte operação em cartão de crédito consignado, câmbio, mercado de capitais e atacado. Já o banco digital Will Bank foca atendimento mais ágil e eficiente ao público de baixa renda. Sua atuação fortalece a estratégia de inclusão financeira e potencializa a capacidade de rentabilização da base de clientes, diz o BRB. Outro destaque do Master são os seus CDBs, que estão entre os mais rentáveis do mercado.

O banco de Vorcaro informou ter, em 30 de junho de 2024, um lucro líquido do primeiro semestre daquele ano de R$ 501 milhões, com um ROE (indicador que mede a rentabilidade de bancos) de 32,2%, acima da média do setor.

Já o Banco BRB teve um lucro líquido recorrente de R$ 92,2 milhões no mesmo período e um ROE de 10,2%. O banco brasiliense expandiu sua atuação regional focada em crédito consignado para 20 estados, com 8,9 milhões de clientes, R$ 61 bilhões em ativos, com atuação no varejo bancário, crédito imobiliário, agronegócio, setor público, meios de pagamento, seguros e investimentos.



Perfil agressivo deu projeção a banqueiro

Novato na Faria Lima, Daniel Vorcaro ganhou a atenção do mercado financeiro desde que comprou 80% do projeto Fasano Itaim, que reúne hotel, torre residencial e restaurantes, no fim de 2022. Em 2024, ele voltou a surpreender com a aquisição do Banco Voiter e do Will Bank.

Considerado como um jovem de empreendedorismo agressivo, o mineiro de 40 anos, que assumiu o controle do Banco Máxima em 2019 e o rebatizou como Master em 2021, pretendia que a instituição chegasse a R$ 10 bilhões de patrimônio líquido em 2026 — em 2018, girava em torno de R$ 30 milhões, segundo a instituição.

Seu nome também repercute no noticiário pela realização de eventos luxuosos.

André Esteves vai para conselho da Eneva, gigante do gás natural

Alexa Salomão

SÃO PAULO O banqueiro André Esteves, chairman do BTG Pactual, assumirá assento no conselho de administração da Eneva, maior operadora privada de gás natural do país. A mudança na composição foi anunciada nesta sexta (28), dentro de uma reestruturação do colegiado que eleva, de três para quatro, o número de representantes do BTG.

Felipe Gottilieb, da área de capital privado do BTG, deixa o conselho para integrar o comitê financeiro. Em seu lugar assume Rodrigo Alves, sócio do BTG, da área de private equity e infraestrutura, que acompanha o setor de energia, especialmente o de térmicas, e está no banco há 17 anos.

Também pelo BTG seguem no conselho Renato Mazzola, sócio do banco da área de private equity e infraestrutura, e Barne Laureano, diretor executivo do banco, que atua há quase 50 anos na implantação de projetos de distribuição, geração e transmissão no setor elétrico brasileiro.

A gestora Cambuhy Investimentos passa a ter um representante. O sócio-fundador da Cambuhy, Marcelo Medeiros, deixa o conselho, e permanece Guilherme Bottura. Também ficam os conselheiros independentes Henri Philippe Reichstul, que está na presidência do colegiado, e José Afonso Castanheira, que ocupa a vice-presidência.

A nova chapa para o conselho vai ser votada em 30 de abril. Em 14 de maio será a escolha do presidente.

A nova composição do conselho faz parte de um processo maior que reforça a aposta do BTG na Eneva. O banco até tentou um voo solo no setor de gás. Mas em julho passado, consolidou na Eneva seus ativos de geração de energia e fez aporte de capital, reduzindo a alavancagem e elevando a sua participação para 48,5%. Se consolidou como o principal acionista da Eneva, que tem capital pulverizado na Bolsa.

Nos últimos dez anos, a Eneva investiu cerca de R$ 14 bilhões para se posicionar na exploração e produção de gás e na geração de energia térmica.

R$ 14 bi

foi o investimento da Eneva, nos últimos dez anos, para se posicionar na exploração e produção de gás e na geração térmica

4º

lugar é a posição em produção de gás no Brasil, atrás de Petrobras, Shell e Total

Grupo Comporte, criado por fundador da Gol, arremata leilão da CPTM

Companhia desbanca a CCR, que domina as concessões de antigas linhas em SP, e leva lote composto por 11-coral, 12-safira e 13-jade

Leilão pelo lote Alto Tietê

Linhas 11-coral, 12-safira e 13-jade da CPTM foram leiloadas pelo governo de São Paulo



Diego Felix

SÃO PAULO O grupo Comporte Participações arrematou nesta sexta-feira (28) o lote Alto Tietê, composto de três linhas da CPTM (11-coral, 12-safira e 13-jade). Essas vias interligam a zona central de São Paulo à zona leste da capital e cidades como Suzano, Mogi das Cruzes e Guarulhos. A companhia ofereceu um deságio de 2,57%. O mínimo estabelecido pelo governo de São Paulo era de 1,16%. Derrotada no leilão, a proposta do grupo CCR foi de 1,45%.

Por se tratar de uma parceria público-privada (PPPs), em que o governo prevê pagamentos ao concessionário, o critério do leilão era quem pedisse o menor valor de contraprestação. Neste caso, o edital exige um investimento de R$ 10 bilhões por parte do governo paulista, que serão repassados ao longo de 25 anos para ajudar a bancar as reformas de modernização e expansão das linhas.

A Comporte, criada por Nenê Constantino, da família fundadora da companhia aérea Gol, é uma holding voltada ao setor de transporte, principalmente rodoviário.

Hoje, a companhia controla a concessão do metrô de Belo Horizonte e da linha 7-rubi, em São Paulo, adquirida em leilão no ano passado pelo consórcio C2 Mobilidade Sobre Trilhos —união da Comporte com a gigante estatal chinesa CRRC (China Rail Road Company), uma das maiores fornecedoras de equipamentos de transporte ferroviário do mundo.

Além da linha 7, a concessão envolve a criação de um "trem parador" de Jundiaí a Campinas e um trem entre São Paulo e Campinas. O projeto prevê investimentos de R$ 14,3 bilhões em 25 anos e abrange melhorias operacionais —como a redução no tempo de espera entre os trens—, tecnológicas e na estrutura da rede ferroviária, que será ampliada.

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), disse que a competição das duas empresas, classificadas por ele como supergrupos, era um indicador de sucesso para o leilão. "As pessoas às vezes não têm noção de um desconto de 2,57% na contraprestação. Mas isso, ao longo do período de concessões, estamos falando em R$ 1 bilhão."

O governo se movimentou para evitar que somente uma empresa ofertasse na disputa, como aconteceu no leilão de fevereiro do ano passado pela linha 7-rubi.

Segundo Tarcísio, não é fácil trazer interessados, pois são poucos os operadores no mundo no setor, muitos deles reticentes em assumir o risco de engenharia. A disputa desta sexta, segundo o governador, tinha características que eram mais atrativas.

O leilão desta sexta foi o primeiro feito pelo governo paulista em 2025. Em julho, a gestão prevê a disputa do lote Paranapanema, com os 285 km da rodovia Raposo Tavares entre Itapetininga e Ourinhos. Em agosto deve ser leiloado o túnel Santos-Guarujá.



O governador de SP, Tarcísio de Freitas, bate o martelo em leilão de linhas da CPTM Rafaela Araújo/Folhapress

Governo de MG lança edital de concessão de trecho a Ouro Preto e Mariana com R$ 6 bi em investimento

Artur Búrigo

BELO HORIZONTE O governo de Minas Gerais lançou nesta sexta-feira (28) o edital de concessão da chamada Via Liberdade, que liga a região metropolitana de Belo Horizonte até o município de Rio Casca, em um trajeto que passa pelas cidades históricas de Ouro Preto e Mariana. Estão previstos cerca de R$ 6 bilhões de investimentos para melhorias em um trecho de 187 quilômetros, que abrange 11 municípios.

O edital determina a construção de quatro pórticos de pedágio no modelo "free-flow", em que câmeras identificam as placas de veículos em movimento ou o sinal das tags de cobrança.

O leilão de concessão está previsto para o dia 10 de julho, na B3, Bolsa de Valores em São Paulo.

Do total de investimento previsto, R$ 2 bilhões serão de recursos do acordo de reparação da tragédia de Mariana, firmado em novembro passado entre governos, a Samarco e suas controladoras —Vale e BHP.

O vencedor do certame será aquele que oferecer o maior desconto em relação a essa quantia, segundo o secretário de Infraestrutura e Mobilidade de Minas, Pedro Bruno. "O acordo prevê que os R$ 2 bilhões sejam usados preferencialmente nessa concessão, e se houver deságio [desconto], o restante será investido em melhorias de infraestrutura na bacia do rio Doce. Por isso que definimos essa modelagem para o leilão", disse o secretário.

O trecho concedido passa pelas rodovias BR-356, MG-262 e MG-329, sendo que 120 km serão duplicados. Haverá ainda 30 km de construção de terceira faixa, a correção de um traçado de cerca de 22 km e uma área de escape na serra da Santa de Itabirito.

Entre os objetivos, estão a redução do índice de acidentes no trecho em 45% e a diminuição em 60% no número de ocorrências com mortes, segundo o secretário. Outra meta é reduzir o tempo de deslocamento de Belo Horizonte a Rio Casca em ao menos 40 minutos, e da capital mineira a Ouro Preto em 20 minutos.

Os quatros pórticos ficarão nos municípios de Itabirito, Ouro Preto, Acaica e Ponte Nova.

O motorista que sair de Belo Horizonte até Rio Casca irá pagar uma tarifa de R$ 22,32. O valor do pedágio para quem trafegar da capital mineira a Ouro Preto ou Mariana será de R$ 11,16.

Está previsto desconto progressivo de até 64% para usuários frequentes do trecho e haverá isenção para o transporte coletivo e aos veículos oficiais, de segurança e de emergência.

A cobrança da tarifa será automática para os veículos que possuírem tag de pagamento. Os motoristas ainda poderão pagar o pedágio em até 30 dias após trafegar no local pelo aplicativo ou no site da concessionária. Segundo o secretário, haverá pontos de pagamento também durante o trajeto na rodovia, como totens, postos de gasolina e restaurantes.

A cobrança do pedágio começará apenas após a entrega das intervenções previstas para o primeiro ano de contrato, que envolvem revitalização, sinalização e recuperação do pavimento em todo o trecho. O contrato, segundo o secretário, deve ser assinado cerca de seis meses após o leilão marcado para julho.

Governo de MG lança edital de concessão da Via Liberdade



Vietnã diz a Lula que comprará carne brasileira

Segundo representante do setor, contrapartida é o reconhecimento do país como economia de mercado

Nelson de Sá

PEQUIM O primeiro-ministro do Vietnã, Pham Minh Chinh, disse ao presidente Lula em encontro fechado nesta sexta (28) na capital, Hanói, que o mercado vietnamita de carnes está aberto para a pecuária brasileira. Ele é o responsável pela economia, no país.

"Depois de muitos anos de tentativa, o primeiro-ministro anunciou que finalmente vai comprar", publicou o brasileiro em rede social. "É uma notícia extraordinária e acho que é muito importante para o Vietnã e para o Brasil."

Ele creditou a decisão à participação dos presidentes do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil), e da Câmara, Hugo Motta (Republicanos), o que "mostrou a força da amizade que queremos ter com o Vietnã".

A decisão havia sido adiantada ao setor por Roberto Perosa, presidente-executivo da Abiec (Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes), um dos representantes do agro que acompanham Lula. Até três meses atrás, quando assumiu a entidade, Perosa era o secretário de Comércio e Relações Internacionais do Ministério da Agricultura.

"Mostra a competência e o charme do presidente para abrir mercado", falou. Segundo ele, "a contrapartida foi o reconhecimento que o Brasil fez do Vietnã como economia de mercado".

Para a pecuária brasileira, a mudança traz o acesso a um mercado que importa aproximadamente 300 mil toneladas anuais, ainda dominado hoje pela carne de búfalo, mas que está em transição. "A sociedade está crescendo a 7% ao ano, e a classe média está buscando algo de mais qualidade", diz Perosa.

A disputa pelo consumidor vietnamita será agora do Brasil com fornecedores como Índia, que envia carne de búfalo, EUA e Austrália. Segundo três fontes da delegação brasileira, que antes passou por Tóquio com o mesmo propósito de abertura de mercado para a carne bovina, há a expectativa também de que a JBS faça um investimento de porte no Vietnã na indústria de alimentos.

No Japão, o primeiro-ministro Shigeru Ishiba afirmou publicamente, ao lado de Lula, sua "disposição em enviar especialistas para avançar à próxima etapa" de abertura também do mercado japonês à carne brasileira.

O anúncio foi considerado uma vitória pela pecuária brasileira, mas ainda não há data para a missão japonesa de inspeção.



Lula e o secretário-geral do Partido Comunista do Vietnã, To Lam, em Hanói An Nguyen/AFP

Argentino e chileno conquistam o Oscar dos vinhos na América do Sul em ranking do 'Guia Descorchados'

Isabelle Moreira Lima

SÃO PAULO Imagine um Oscar em que há um empate, há dois melhores filmes do ano. Foi assim o resultado do "Guia Descorchados", que premia os melhores vinhos produzidos na América do Sul em seis países: Argentina, Chile, Brasil, Uruguai, Bolívia e Peru.

Da Argentina, um dos premiados é o malbec Catena Zapata Adrianna Vineyard Mundos Bacillus Terrae 2022, cujas uvas são cultivadas ao pé da cordilheira dos Andes, no norte do vale de Uco, a 1.400 m de altitude e em solo calcário. Assinado por Alejandro Vigil, um dos mais respeitados enólogos do mundo, é vinho sem excessos: não passa por madeira, não é superconcentrado, não pesa. Não é supermaduro; traz notas de frutas mais ácidas, além de toques florais e herbáceos. O conjunto, para o guia, valeu 100 pontos. No Brasil, o vinho é importado pela Mistral, que vende a safra anterior, também de 100 pontos, por R$ 3.572,39.

Do Chile, recebeu a pontuação máxima o Undurraga Altazor 2021, um blend de 94% cabernet sauvignon, 4% carignan e 2% carménère que vem da região de Pirque, a leste do Maipo, a 700 m de altitude. Sua principal característica é a elegância, ou seja, é bebida que passa aveludada pela boca, fazendo salivar, o que é bastante diferente do que o Chile fez nos últimos anos, mas retoma uma tradição. A safra premiada já está esgotada no Brasil, mas é possível encontrar a 2022 em algumas lojas físicas da Wine.com.br, por volta de R$ 505.

Do Brasil, são as borbulhas que recebem as mais altas pontuações, sendo o grande campeão o espumante Casa Valduga Maria Valduga Nature N/V (R$ 549 na loja da vinícola), um corte de 80% chardonnay e 20% pinot noir, com 95 pontos. No processo de produção, o vinho fica em contato com as borras por 60 meses, o que lhe confere mais complexidade e cremosidade. A vinícola, tradicional do Vale dos Vinhedos, teve espumantes com altas pontuações nesta edição e Eduardo Valduga foi eleito enólogo do ano.

O autor do guia, o crítico e jornalista chileno Patricio Tapia, é entusiasta dos espumantes brasileiros, mas crítico dos nossos tintos "muito ruins". Em entrevista nesta semana, ele explicou: os vinhos de que não gosta vêm da Serra Gaúcha, que tentava fazer tintos potentes e muito extraídos. Para ele, a região tem vocação mais à la Champagne, que, além dos espumantes, faz tintos leves, muito frescos, que não tentam emular a potência dos Bordeaux. "Creio que haja evolução na Serra Gaúcha e de seus produtores. Neste ano, encontramos um tannat da região que é um dos melhores do país", diz. Ele descreve esse vinho, o Belmonte Tannat 2023, de Farroupilha, como "puro suco de frutas ácidas para cordeiro". Esse suco levou 93 pontos. Ele estará disponível na loja da vinícola por R$ 190.



Vinhedo Adrianna Vineyard, em Tupungato, Argentina Divulgação

O "Descorchados" ajuda a entender a produção de vinho da América do Sul. São três volumes que vêm embalados numa caixa com rankings de vinhos, dos mais tradicionais (por estilo) até outros que são uma mão na roda para o aficionado sem dinheiro. E traz dados sobre vinícolas, enólogos e rótulos específicos.

Tapia faz a introdução de cada volume com o que há de mais marcante na produção corrente de cada país, os pontos mais altos e os desafios. Do Brasil, ele ressalta a expansão do mapa vitivinícola, com destaque para outro tinto de 93 pontos, o Sabina Syrah Seleção de Parcelas 2024 (R$ 209 na World Wine), feito na Serra da Canastra. A região Sudeste é vista pelo crítico chileno como capaz de fazer tintos mais voluptuosos.

Do Chile, ele destaca a diversidade. Da Argentina, a profundidade que o país alcançou ao diferenciar suas regiões. Do Uruguai, fala da produção surpreendente do lado atlântico. O Peru precisa de energia e novos atores para a cena enológica brilhar. A Bolívia é o grande descobrimento.

A 27ª edição será lançada nos dias 1º em São Paulo, no espaço Villagio JK, e 3 de abril no Rio, no VillageMall. O guia, editado pela Inner, custa R$ 295. Ingresso custa R$ 350, em Adega Online.

Eufrázio

Micro e pequenos negócios buscam retomar fôlego após enchentes no RS

Empreendedores recebem doações, procuram auxílio do governo e também recorrem a empréstimos depois do acúmulo de prejuízos com catástrofe ocorrida há 11 meses

Leonardo Vieceli

PORTO ALEGRE E ARROIO DO MEIO (RS) Elisângela Lemes dos Santos, 42, realizou o sonho de ter o seu próprio negócio em janeiro de 2024, quando inaugurou uma lanchonete na Vila Farrapos, bairro da zona norte de Porto Alegre. O local abriu as portas após ela investir o dinheiro que obteve ao deixar um emprego de 11 anos com carteira assinada.

A empreendedora, porém, foi surpreendida pelas enchentes históricas que devastaram o RS na passagem de abril para maio de 2024. Sua lanchonete —ou lancheria, como os gaúchos preferem dizer— ficou quase um mês inundada em maio. "Tinha comprado quase tudo novo para cá com a rescisão [do emprego antigo]. É como se tivesse jogado no ralo", diz Elisângela.

Apesar da catástrofe, que ocorreu há quase 11 meses, ela não pretende abandonar o negócio. Na tentativa de recuperá-lo, contou com a ajuda de uma vaquinha, recebeu a doação de um balcão, limpou o que foi possível dos equipamentos, buscou medidas de auxílio dos governos e recorreu a um empréstimo no banco.

Agora a empreendedora, além de vender salgados, doces e bebidas, prepara almoços em marmitas. A ideia é ampliar as fontes de faturamento em meio a gargalos que persistem, como a ausência de forno maior para assar pães.

"Depois que você realiza um sonho, não tem lógica desistir", diz ela, conhecida como Tida, apelido que dá nome à lanchonete. "Foquei em reconstruir a minha lancheria antes que a minha casa. Meu sustento depende daqui."



Elisângela Lemes dos Santos em sua lanchonete, ou lancheria, em Porto Alegre Anselmo Cunha/Folhapress



O caso de Elisângela ilustra o que ocorre no Rio Grande do Sul. Após buscarem doações, crédito e outras medidas de auxílio, micro e pequenas empresas atingidas pelas enchentes estão repensando o modelo de negócio.

"Via de regra, o empresário, nas localidades afetadas, precisa fazer gestão refinada, até para dar tempo caso tenha de mudar o modelo de negócio", diz Paulo Bruscato, gerente da regional metropolitana do Sebrae-RS. "A circulação de público em uma localidade atingida, por exemplo, pode não voltar ao que era antes."

O número de MEIs (microempreendedores individuais), microempresas e negócios de pequeno porte diretamente afetados pelas enchentes foi estimado pelo Sebrae-RS em 147,5 mil. O número representa 10% do total de empresas no estado.

Ao considerar negócios indiretamente afetados, como os que pararam por precaução, falta de insumos ou ausência de clientes na tragédia, o grupo atingido salta para 881 mil. Levantamento parcial do Sebrae-RS indicava que 75% das empresas já tinham retomado operações em julho. Novo estudo deve ser produzido considerando o cenário atual.



Série mostra reconstrução no RS após cheias

A série Reconstrução Gaúcha mostra a tentativa de reconstrução do Rio Grande do Sul após as enchentes de históricas que começaram em abril de 2024 e atingiram centenas de municípios do estado.

A série traz mensalmente reportagens sobre os desafios em áreas como agropecuária, infraestrutura e setor imobiliário e o empenho na restauração dessas atividades.

Adriane Soares de Almeida, 53, voltou a trabalhar. Ela é dona de um hotel e creche para cães em Porto Alegre, além de oferecer serviços de pet shop. A sede ficava junto à antiga casa de Adriane, que era alugada no bairro Humaitá, zona norte. Ela alugou em agosto imóvel entre os bairros Azenha e Medianeira, longe da mancha de inundação. Para recomeçar, queimou economias e rebatizou o negócio, agora Guardiões Pet. Ela não tomou empréstimos e contou com doações — ganhou de roupas e móveis para a casa até consultoria, notebook e materiais. Ela só salvou 10% do que tinha na empresa e na antiga casa. "Clientes aceitaram pagar um ano de creche ou deixaram diárias pagas. Me virei assim."

Segundo Adriane, o faturamento está perto do de antes da crise. "Assumi algumas funções. Preciso fazer a engrenagem funcionar."

A professora aposentada Glaci Träsel, 61, ao lado do marido e da filha, é dona de espaço que trabalha com produtos naturais e serviços como aulas de ioga na cidade de Arroio do Meio, no Vale do Taquari (a 120 km de Porto Alegre). O local, chamado Aloha, foi reaberto em maio, após ficar coberto pela água. O que não voltou a funcionar é um sítio da família que recebe eventos agendados e que oferece café colonial —a propriedade teve movimentação de terra nas enxurradas, e a reinauguração deve ocorrer em maio.

Glaci diz que a família contou com doações, além de ter buscado crédito e medidas de auxílio governamentais e do Sebrae.

A solidariedade serviu para gerar caixa. Em 2024, o negócio de Glaci fez jantares e cafés em parceria com conhecidos que cederam espaço e com outros empreendedores atingidos e voluntários. "Parcerias vieram para somar. Pensamos no que fazer para manter a visibilidade da marca, sem ficar mostrando só a catástrofe."

'Foi uma reconstrução do zero', afirma dono de microcervejaria

PORTO ALEGRE Quem entra no prédio da microcervejaria Gewehr, na zona norte de Porto Alegre, dá de cara com tanques em operação, funcionários movimentando barris de chope e sacas de insumos organizadas.

É um cenário bem diferente do registrado no primeiro semestre de 2024, quando a enchente histórica da capital gaúcha devastou a estrutura da empresa. A fábrica fica no bairro Anchieta, o mesmo do aeroporto Salgado Filho, também atingido pela catástrofe.

No mês de maio, a água alcançou cerca de 2 m no pavilhão da cervejaria, que ficou inacessível por mais de 30 dias. A inundação espalhou sujeira, revirou materiais e estragou maquinário.

A empresa retomou a produção no local só no início de agosto, mas um problema em um dos equipamentos forçou nova parada para manutenção. A operação voltou nos meses seguintes, ainda com necessidade de ajustes pontuais. "Considerando o que a gente viveu, foi uma reconstrução do zero", diz Luiz Gewehr, 55, um dos sócios da cervejaria.

Ele toca o negócio em parceria com a mulher, Sonia Gewehr, 54, e Fellipe Riffel, 31. Além dos três sócios, a empresa tem cinco funcionários. "A vida como empresário não parou, porque os clientes queriam chope, e aí veio um dos dramas. Após caos da enchente, as coisas foram voltando, os shoppings estavam funcionando, e tive de procurar alternativas", diz. "Com a ajuda de outras cervejarias que cederam tanques, a gente pôde produzir e recomeçar a vender naquele reinício."

A empresa teve o apoio de voluntários que atuaram na reorganização da fábrica no bairro Anchieta. A pintura do pavilhão foi recebida por meio de doação.



Fellipe Riffel e Luiz Gewehr, sócios de microcervejaria reconstruída em Porto Alegre Leonardo Vieceli/Folhapress

E os sócios montaram engenharia financeira. Eles injetaram dinheiro próprio, buscaram crédito no programa Pronampe e recorreram a auxílio do Sebrae-RS concedido a negócios de menor porte. O prejuízo da cervejaria na enchente foi de R$ 600 mil.

Após a reconstrução, a produção aumentou. "Por termos estrutura melhor agora, conseguimos vender mais", diz Luiz. A cervejaria fornece produtos a bares e restaurantes da Grande Porto Alegre, além de atender a eventos. "Às vezes, a gente se acomoda com o que tem. Tirar experiências boas de algo assim, uma tragédia, é o melhor aprendizado", diz.

O gerente da regional metropolitana do Sebrae-RS, Paulo Bruscato, afirma que mais de 10 mil empresas no RS foram atendidas pelo programa Supera com aporte direto de recursos, que chegaram a R$ 100 milhões no total. LV

CIFRAS & LETRAS

Novos guardiões digitais controlam quem vê o quê na internet e abalam redes sociais, o quinto Poder

Antes libertadoras, plataformas viram tecnologia de manipulação nas mãos de populistas antielite

John Thornhill
Editor de Inovação do Financial Times



Elon Musk, dono do X (ex-Twitter), durante reunião na Casa Branca Carlos Branca - 24.mar.25/Reuters

LONDRES | FINANCIAL TIMES J.D. Vance contou uma história engraçada no American Dynamism Summit, em Washington, na semana passada. Ele relembrou um jantar no Vale do Silício de que ele e sua esposa, Usha, participaram, antes de se tornar vice-presidente, no qual o assunto era sobre máquinas substituindo humanos no mercado de trabalho. Segundo Vance, um presidente-executivo não identificado de uma grande empresa de tecnologia disse que os desempregados do futuro ainda poderiam encontrar propósito em jogos digitais totalmente imersivos.

"Precisamos sair daqui. Essas pessoas são completamente loucas", Usha lhe disse em uma mensagem de texto enviada por debaixo da mesa.

Por que Vance achou uma boa ideia contar essa história é intrigante, dado que contradizia o tema central de seu discurso —mas pelo menos arrancou risadas. Como Usha Vance coloridamente implicou, a visão de mundo dos tecnolibertários e dos trabalhadores comuns parece ser antagônica. Mas a principal mensagem de seu marido era o oposto: que o setor de tecnologia e os trabalhadores comuns tinham um interesse compartilhado em promover o "grande renascimento industrial americano".

O discurso de Vance foi uma tentativa clara de reconciliar as duas alas em guerra do movimento político do presidente Donald Trump: a oligarquia dos "tech bros" —ou "broligarquia"—, liderada por Elon Musk, e os nacionalistas Maga animados por Steve Bannon, que denunciou líderes tecnológicos globalistas como antiamericanos e descreveu Musk como uma "pessoa verdadeiramente má" e um "imigrante ilegal parasita".

Vance declarou-se um "orgulhoso membro de ambas as tribos". Ele pode estar certo ao afirmar que Musk e Bannon têm muito em comum, apesar de suas diferenças marcantes. Ambos são elitistas antielitistas com uma missão compartilhada de derrubar o poder do Estado administrativo e da imprensa tradicional.

Historiadores uma vez descreveram os três antigos Poderes como o clero, a nobreza e os plebeus. Um quarto Poder —a imprensa— foi adicionado posteriormente. E um quinto Poder —as redes sociais— surgiu desde então. Mas o quinto Poder pode ser visto como uma atualização de software do terceiro: plebeus armados com smartphones. Nessa visão, Bannon pode ser um tribuno do terceiro Poder enquanto Musk é um campeão do quinto. No movimento Trump, os dois se fundiram.

Em seu livro "The Fifth Estate" ("O Quinto Estado"), William Dutton argumentou que as redes sociais representavam uma nova e, em grande parte, positiva forma de Poder, permitindo que indivíduos acessassem fontes alternativas de informação e mobilizassem ação coletiva. Ele vê Greta Thunberg, a estudante sueca que emergiu como uma ativista ambiental global, como seu símbolo. "É a escala da tecnologia que muda o papel do indivíduo na política e na sociedade", ele me diz.

Mark Zuckerberg, presidente-executivo da Meta, também declarou que o quinto Poder é um bem público global que dá voz aos outrora sem voz. "As pessoas terem o poder de se expressar em escala é um novo tipo de força no mundo", disse ele em 2019.

Tudo isso soa ótimo na teoria. Mas os efeitos negativos das redes sociais tornaram-se cada vez mais evidentes: desinformação, incitação ao ódio e o surgimento de uma "geração ansiosa" de adolescentes. As redes sociais foram de uma tecnologia de libertação para uma de manipulação, que corroeu o processo político e foi sequestrada por populistas antiestablishment.

Um estudo com 840.537 indivíduos em 116 países de 2008 a 2017 descobriu que a expansão global da internet móvel tendia a reduzir a aprovação do governo. Essa tendência foi especialmente marcante na Europa, minando o apoio a governos incumbentes e impulsionando populistas antiestablishment.



THE FIFTH ESTATE: THE POWER SHIFT OF THE DIGITAL AGE (O QUINTO ESTADO: O PODER DA TRANSFORMAÇÃO DA ERA DIGITAL)
WILLIAM DUTTON
Oxford University Press (288 págs.), R$ 168,05 e R$ 109,08 (ebook)

"A disseminação da internet móvel leva a um declínio na confiança no governo. Quando o governo é corrupto, as pessoas têm mais probabilidade de entender que o governo é corrupto", me diz um dos coautores do artigo, Sergei Guriev, agora reitor da London Business School.

Políticos populistas foram rápidos em explorar a insatisfação dos eleitores despertada pelas redes sociais e usar a mesma tecnologia para mobilizar apoio de maneira barata e interativa. "É normal que políticos antielite usem novas tecnologias que ainda não foram abraçadas pelas elites", diz Guriev.

O quinto Poder certamente abalou os antigos guardiões da informação na política e na mídia. Mas surgiram novos guardiões digitais que controlam quem vê o quê na internet. O "primeiro amigo" de Trump, Musk, comprou o Twitter, agora X, que promove ou rebaixa postagens de maneira não transparente. Os absolutistas da liberdade de expressão que denunciam a moderação e a "censura" governamental muitas vezes estão encobrindo formas mais insidiosas de controle algorítmico.

Campanhas progressistas reconhecem que estão em desvantagem nas redes sociais, mas não perderam a esperança. "É mais importante do que nunca lutar pelo futuro. Precisamos usar essas ferramentas da melhor forma possível", diz Bert Wander, diretor-executivo da Avaaz, plataforma global de campanhas financiada por crowdfunding.

Com 70 milhões de membros em 194 países, a Avaaz mobiliza ações contra a corrupção e faz campanhas por responsabilidade algorítmica, como incluído na Lei de Serviços Digitais da União Europeia.

"Precisamos nos comunicar em tecnicolor com toda a emoção e ressonância que os populistas nacionalistas usam", diz Wander.

Para esses progressistas, três verdades revigorantes emergem desse debate. O poder do quinto Poder é uma força disruptiva que não vai desaparecer. Os populistas foram particularmente inteligentes em seu uso. E, para competir, os progressistas precisam urgentemente melhorar seu desempenho.

FOLHA mpme

Um guia para a micro, a pequena e a média empresa.

Patrocínio: bradesco

Realização: FOLHA

Prefeitura do Município de Caieiras
Secretaria de Administração - Departamento de Licitação
EDITAL DE ABERTURA DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 005/2025
ÓRGÃO: Município de Caieiras. **EDITAL: 005**/2025. **OBJETO:** Contratação de Empresa de engenharia especializada em pavimentação asfáltica, drenagem e execução de calçadas, guias e sarjetas, para executar nas ruas Francisco Gomes dos Santos (23°22'28.08"S – 46°42'01.53"O), Clovis Marasco (23°22'18.08"S – 46°41'58.86"0), Maria José da Cunha Santos (23°22'16.11"S 46°41'58.42"0), Pedro Gomes dos Santos (23°22'15.41"S 46°41'59.49"O), rua Roberto Teixeira Leal (23°22'17.66"S) – 46°41'59.91"O), (Morro Grande), Rua Jorgina Rodrigues Marra, continuação da rua Jorgina Rodrigues Marra (23°22'36.63"S 46°43'09.59"0), (Portal das Laranjeiras) e rua Francisco Morato, (23°21'05.76"S –46°45'02.66"0, (Vila Miraval II), Caieiras/SP, conforme Projeto Básico, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária e Cronograma Físico-Financeiro. **MODALIDADE:** Concorrência Pública. **INICIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS:** às 14h00min do dia 31/03/2025. **DATA DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** até às 14h00min do dia 15/04/2025. **DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS:** dia 15/04/2025 às 14h05min. No Portal de Compras do Município de Caieiras (www.portaldecomprascaieiras.com.br). As empresas interessadas poderão solicitar o envio do Edital via e-mail, bem como ficará disponível na íntegra no Site do Município de Caieiras (www.caieiras.sp.gov.br)no Portal de Transparência no Icone Compras/Licitações/Editais, bem como no www.portaldecomprascaieiras.com.br. Os e-mails para envio do Edital são: licitacoes@caieiras.sp.gov.br ou licitacao.caieiras@gmail.com. Maiores informações pelo telefone 4445-9240, no horário das 09h00min às 16h00min. Não enviamos o edital por fax e/ou correio.
Caieiras, 28 de Março de 2.025.
VINICIUS SILVEIRA SILVA
Departamento de Licitação

FRAZÃO Leilões

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

Itaú

[illegible]

Mídias do jornalismo profissional são as mais confiáveis, aponta pesquisa

Levantamento cita rádio, TV aberta e fechada, impresso e portais de notícias à frente de redes sociais e influenciadores

Alex Sabino

SÃO PAULO As mídias tradicionais (especialmente o rádio) e o jornalismo profissional são vistos como os meios de comunicação mais confiáveis para a população, segundo pesquisa realizada pela agência de inteligência de dados Ponto Map e pela V-Tracker, plataforma de monitoramento de redes sociais.

Do outro lado do espectro, as redes sociais e os influenciadores digitais são os menos confiáveis, apontam os números apresentados.

Para os entrevistados, o rádio é o líder na confiabilidade (81%). TV fechada (75%), TV aberta (70%), mídias impressas (68%) e portais de notícias (59%) foram identificados como os outros modos mais confiáveis de consumir informação do que WhatsApp, Telegram e Discord (51%), blogs (43%), redes sociais (41%) e influenciadores (35%).

Também obtiveram percentuais favoráveis (com 60% ou mais de índice de aprovação) sites governamentais (71%), de empresas (70%), publicidade (70%), comunicações internas (69%) e redes sociais de empresas, instituições e governos (60%).

"Com o excesso de fake news e o volume absurdo de informações disponíveis, a tendência das pessoas é recorrer à imprensa tradicional porque ela se responsabiliza. Tem CNPJ e endereço. A geração prateada [com mais de 60 anos] é mais crítica. A geração Z [de nascidos entre 1995 e 2010] recorre à imprensa [tradicional] porque a vê como mais confiável", afirma Marília Stabile, fundadora da Ponto Map.

Foram entrevistadas 2.051 pessoas em todas as regiões do país. A margem de erro é de 2,2 pontos percentuais e está alinhada, de acordo com o Ponto Map, com o Censo do IBGE divulgado em 2022.

Apesar de uma confiabilidade que pode ser considerada baixa (41%), as redes sociais são os meios de comunicação acessados mais frequentemente por 74% dos entrevistados, percentual ligeiramente maior do que WhatsApp e Telegram (73%).

Para a Ponto Map, isso significa que as pessoas recebem informação, mas não acreditam nela imediatamente. Podem buscar, em seguida, outras fontes por estarem cansadas de notícias falsas e polarização política, afirma Stabile.

"Há um olhar crítico, sim. Muitas vezes a gente está focado no noticiário partidário, de ex-presidente, do atual presidente e guerras de grupos no Congresso. Mas, quando você vai à opinião pública em geral, o recorte é outro. As pessoas têm a capacidade de pensar", diz.

De acordo com a pesquisa, os fatores que melhoram a reputação do veículo de comunicação são a utilização de fontes confiáveis (51%), apresentação de números claros (35%), qualidade do conteúdo (32%), profissionalismo dos apresentadores ou jornalistas (31%) e reputação ou tradição (21%).

A liderança de credibilidade do rádio se dá, de acordo com a CEO da Ponto Map, Giovanna Masullo, por seu alcance nacional, por atingir um público amplo com grande facilidade e por ter nomes famosos da imprensa que também estão em outras mídias, como TV e jornais.

"Mesmo quem não está envolvido com jornalismo e informação ouve rádio. No Brasil continental, isso é muito importante. É o veículo mais maltratado, mas a gente não pode dispensá-lo. Para nós, foi surpreendente [a primeira posição]", afirma.

Na pergunta sobre a capacidade de as mídias contribuírem para formar opinião, a TV aberta fica na liderança quando a resposta é "influencia bastante". São 33%, à frente de sites governamentais (32%), redes sociais (31%) e WhatsApp/Telegram/Discord (30%).

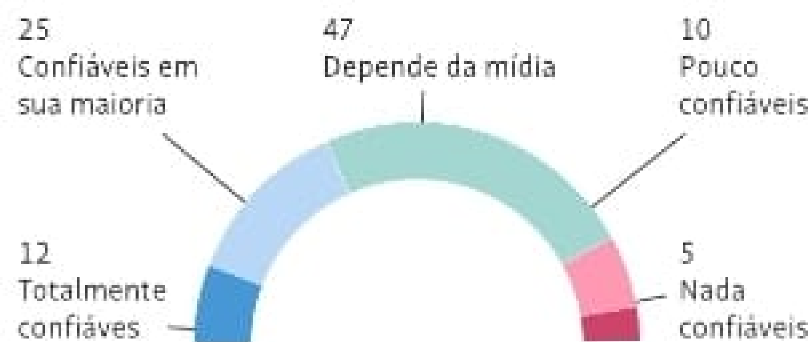
A TV aberta também é a mais citada (17%) como confiável para compartilhar e comentar. Os outros lembrados com mais frequência foram sites governamentais (12%), portais noticiosos (10%), WhatsApp/Telegram/Discord (9%) e mídia impressa (9%).

Uma das conclusões da Ponto Map é que a audiência da imprensa tem potencial para crescer mais com o uso de recursos de áudio e vídeo, já que não são os veículos mais acessados diariamente.

Outro aspecto que chamou a atenção dos responsáveis pela pesquisa foi a baixa confiabilidade dos influenciadores sociais. Mas Stabile lembra que, em 2006, foram feitas duas pesquisas sobre credibilidade das mídias e das redes sociais. A porcentagem dos influenciadores era pequena, mas agora a confiabilidade dobrou em relação há 19 anos.

> **Com o excesso de fake news e o volume absurdo de informações disponíveis, a tendência das pessoas é recorrer à imprensa tradicional porque ela se responsabiliza. Tem CNPJ e endereço**
>
> **Marília Stabile**
> fundadora da Ponto Map

Quanto você confia nas informações e notícias que consome atualmente?
Em %



Qual seu nível de confiança nas mídias?
Em %



Qual fonte de informação você avalia como mais confiável para compartilhar?
Os 5 mais citados, em %



Fonte: Ponto Map e V-Tracker

FRAZÃO Leilões
EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
itaú

FRAZÃO Leilões
EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
itaú

PODCASTS FOLHA
OS MELHORES PODCASTS ESTÃO NA FOLHA. COMECE O DIA BEM INFORMADO E EXPLORE NOVOS CONTEÚDOS.

FOLHA

Voepass vai perder slots em SP se não voltar a operar até maio

André Borges

BRASÍLIA A companhia aérea Voepass, que teve seus voos suspensos em 11 de março pela Anac (Agência Nacional de Aviação Civil), corre o risco de perder de vez as autorizações de pousos e decolagens que possui nos aeroportos de Congonhas e Guarulhos, em São Paulo, caso não retome suas operações normais até a primeira quinzena de maio.

Esse risco iminente, conforme informações obtidas pela **Folha**, está atrelado a regras que compõem o uso mínimo desses dos aeroportos. No próximo domingo (30), terá início a chamada "temporada de verão" da aviação, se estendendo até o dia 25 de outubro.

A Anac estabelece que cada companhia aérea tem que manter pelo menos 80% de voos regulares em cada temporada (inverno ou verão) para manter o controle de seus slots. Isso significa que, caso a Voepass não passe a ter voos regulares até 11 de maio —quando já terão passados 20% da temporada—, ficará impossível cumprir a meta mínima de 80%. Se isso se confirmar, a Anac pode retomar os slots por falta de uso e oferecer a outras companhias.

A aérea possui 20 slots diários em Congonhas e oito em Guarulhos. Esses espaços de voo são considerados a fatia mais nobre da aviação nacional, dada a forte movimentação de passageiros e competição de empresas de olho nesses slots.

Questionada sobre o assunto, a Anac confirmou à **Folha** que, conforme decisão da diretoria de 2022, "é necessário que a companhia aérea opere dentro da programação estabelecida".

A Voepass disse, em nota, que "trabalha para retomar suas operações o mais breve possível" e que, desde que recebeu a notificação da Anac, iniciou tratativas internas para demonstrar sua capacidade de garantir todos os níveis de segurança exigidos pela agência.

"A companhia reforça sua missão de desenvolver a aviação regional, atendendo diariamente a milhares de passageiros e beneficiando municípios e estados", disse a Voepass, que, nos últimos três anos, transportou mais de 2,7 milhões de passageiros em mais de 66 mil voos.

No governo, o sentimento é que a Voepass dificilmente retomará as operações.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA-SP

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA-SP** ATRAVÉS DE SEU REPRESENTANTE LEGAL, JULIANO VIGILATO GUIRO, PREFEITO DO MUNICÍPIO, VEM PUBLICAR A QUEM SE INTERESSAR **A ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2025, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 82/2025 EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 07/2025**, CUJO OBJETO É REGISTRO DE PREÇOS, PARA AQUISIÇÃO DE CADEIRAS, ESTANTES, ARQUIVOS E ARMÁRIOS DE AÇO, PARA USO DOS SETORES DAS UNIDADES MUNICIPAIS, DE FORMA CONTÍNUA E FRACIONADA POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES E EM CONFORMIDADE COM O TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL, SENDO A (S) SEGUINTE (S) EMPRESA (S) E VALORES: SOUZA E MASTELLINI LTDA - ME - R$ 25.200,00/ MHF MOVEIS LTDA - R$ 23.032,45/ AVM MOVEIS E CADEIRAS LTDA - R$ 33.990,00/ FOX INDUSTRIA METALURGICA LTDA - R$ 9.450,00/ JUSTO MOVEIS E TRANSPORTES LTDA - R$ 25.450,00. TUPI PAULISTA, 27 de Março de 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÂNDIDO RODRIGUES

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2025 - O MUNICÍPIO DE CÂNDIDO RODRIGUES, Estado de São Paulo, torna público para o conhecimento de quem possa interessar que no DIA 15 DE ABRIL DE 2025, às 13h30min, será realizado LICITAÇÃO, acerto através do Processo nº 13/2025, na modalidade Pregão Presencial, de nº 01/2025, do tipo maior preço global, tendo como objeto a seleção da proposta mais vantajosa para a contratação de instituição financeira pública ou privada, para operar os serviços de processamento e gerenciamento de créditos provenientes da folha de pagamento dos servidores ativos, comissionados e agentes políticos da prefeitura municipal de cândido rodrigues, em caráter de exclusividade, ressalvado o princípio da portabilidade das contas, sem ônus para o contratante, cujas especificações completas encontram-se discriminadas no Termo de Referência (ANEXO I) que faz parte integrante do edital. O instrumento convocatório e seus anexos poderão ser retirados no site www.candidorodrigues.sp.gov.br. Informações podem ser obtidas através do telefone (16)3257-1133, ramal 1133 (departamento de licitações) ou e-mail: licitacao@candidorodrigues.sp.gov.br, ou no horário normal de expediente na sede deste órgão licitante de segunda a sexta feira das 07h30 às 11h30 e das 13h às 17h. Cândido Rodrigues, 28 de março de 2025. TIAGO ALEX RIVAZZI - Prefeito Municipal.

PREFEITURA DE SÃO JOAQUIM DA BARRA

AVISO DE LICITAÇÃO Modalidade: **PREGÃO ELETRÔNICO N.º 029/2025** PROC. ADM. n.º 0704/2025 Tipo da Licitação: Maior Oferta por Item Objeto: PERMISSÃO DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO NO PAVILHÃO DO PARQUE DE EXPOSIÇÕES TANCREDO NEVES PARA INSTALAÇÃO DE 29 STANDS DURANTE A 54ª FESTA DA SOJA, NO PERÍODO DE 24/05/2025 A 01/06/2025, CONFORME ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA CONSTANTE NO EDITAL E SEUS ANEXOS. A realização da sessão será no dia 28/ABRIL/2025 – Às 09h00 no endereço eletrônico: https://bllcompras.com/Home/Login. O Edital completo está disponível para consulta e retirada no endereço eletrônico: www.saojoaquimdabarra.sp.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP): WWW.pncp.gov.br/app/editais. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (16) 3728-2427. São Joaquim da Barra, 28 de março de 2025. Dr. Wagner José Schmidt Prefeito

PREFEITURA DE SÃO JOAQUIM DA BARRA

AVISO DE LICITAÇÃO Modalidade: **PREGÃO ELETRÔNICO N.º 028/2025** PROC. ADM. n.º 0689/2025 Tipo da Licitação: Maior Oferta do Item Objeto: PERMISSÃO DE USO DE ÁREA NO PARQUE DE EXPOSIÇÕES TANCREDO NEVES PARA INSTALAÇÃO E EXPLORAÇÃO DA PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO (SEM EXCLUSIVIDADE NO FORNECIMENTO DE BEBIDAS) DURANTE A 54ª FESTA DA SOJA, NO PERÍODO DE 24/05/2025 A 01/06/2025, CONFORME ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA CONSTANTE NO EDITAL E SEUS ANEXOS. A realização da sessão será no dia 25/ABRIL/2025 – Às 09h00 no endereço eletrônico: https://bllcompras.com/Home/Login. O Edital completo está disponível para consulta e retirada no endereço eletrônico: www.saojoaquimdabarra.sp.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP): WWW.pncp.gov.br/app/editais. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (16) 3728-2427. São Joaquim da Barra, 28 de março de 2025. Dr. Wagner José Schmidt Prefeito

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 0061640532025

UASG – INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL

Modalidade: Pregão Eletrônico para Entrega Imediata
Nº Processo: 147.00031485/2024-86
Pregão Eletrônico: 532101 - 90454/2025
Objeto: Aquisição de adesivo para colar à base de solvente alifático
Total de Itens Licitados: 01 (um). **Valor total da licitação:** Sigiloso
Disponibilidade do edital: 31/03/2025
Horário: das 08h00 às 17h59
Endereço: Avenida Ibirapuera, 981 - Vila Clementino - São Paulo/SP
Link do PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais?pagina=1
Entrega das Propostas: a partir de 31/03/2025 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 10/04/2025 às 09h00 no site: www.gov.br/compras. **Fonte:** DOESP e PNCP

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE URUPÊS/SP

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2025 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 56/2025

TIPO: MENOR PREÇO

Objeto: Construção de bancos, reparos nas passarelas e guias, e iluminação nas áreas escuras, no Parque Governador Mário Covas, conforme especificações constantes do Edital. A realização da sessão pública ocorrerá em **15/4/2025 (terça-feira), às 9h (nove horas - horário de Brasília/DF)**, no sítio eletrônico oficial do Município de Urupês: **www.urupes.sp.gov.br**. O Edital estará à disposição dos interessados no Setor de Licitações da Prefeitura, situado na Rua Gustavo Martins Cerqueira, nº 463, Sagüão 2, Centro, em Urupês/SP, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, no horário das 8h às 11h e das 13h às 17h, bem como no endereço eletrônico: www.urupes.sp.gov.br/licitacoes. Quaisquer informações poderão ser obtidas pelo telefone (17) 3552-1144 ou pelo e-mail: licitacoes@urupes.sp.gov.br. **MUNICÍPIO DE URUPÊS, 28 de março de 2025. ROBERTO CACCIARI FILHO - Prefeito Municipal.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MURUTINGA DO SUL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 039/2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 016/2025 – PREGÃO P – Nº 07/2025

A Prefeitura Municipal de Murutinga do Sul torna público aos interessados a realização do PREGÃO na forma presencial sob nº 07/2025, do tipo menor preço por item. Objeto: contratação de estrutura e serviços como palco, som, iluminação, segurança, brigadista, painel de LEDs, tenda e banheiro químicos para o desenvolvimento do 29º Festa do Peão do município de Murutinga do Sul – SP. Data da realização: Dia 15/04/2025, às 08:30 h. O edital na íntegra encontra-se disponível para retirada no setor de licitação da Prefeitura Municipal de Murutinga do Sul, sito a Rua Orlando Molina, 287, Murutinga do Sul, SP, podendo ser obtido mediante requerimento pelo endereço eletrônico: licitacao@murutingadosul.sp.gov.br, disponível no sítio: www.murutingadosul.sp.gov.br. Fone para contato: 18 – 3768-9126.

Murutinga do Sul, 28 de março de 2025 – Cristiano Eleutério Soares da Silva – prefeito municipal.

PREFEITURA DE SÃO JOAQUIM DA BARRA

AVISO DE LICITAÇÃO Modalidade: **PREGÃO ELETRÔNICO N.º 030/2025** PROC. ADM. n.º 0148/2025 Tipo da Licitação: Menor Valor Unitário por item Objeto: AQUISIÇÃO DE PAPEL HIGIÊNICO E SABÃO EM PÓ PARA ATENDER A DEMANDA DAS ESCOLAS E CRECHES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DESTE MUNICÍPIO, COM ENTREGA PARCELADA, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, DE ACORDO COM AS DESCRIÇÕES, QUANTITATIVOS E CONDIÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I DO EDITAL. A realização da sessão será no dia 29/ABRIL/2025 – Às 09h00 no endereço eletrônico: https://bllcompras.com/Home/Login. O Edital completo está disponível para consulta e retirada no endereço eletrônico: www.saojoaquimdabarra.sp.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP): WWW.pncp.gov.br/app/editais. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (16) 3728-2427. São Joaquim da Barra, 28 de março de 2025. Dr. Wagner José Schmidt Prefeito

Município da Estância Turística de Piraju

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N. 11/2025

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços terceirizados de limpeza, para atender as Unidades Escolares pertencentes ao Departamento de Educação do município de Estância Turística de Piraju, pelo prazo de 06 (seis) meses.
Data da sessão: 15 de abril de 2025, às 09h00.
Edital disponível em https://www.estanciadepiraju.sp.gov.br/licitacoes/editais, https://bllcompras.com/ (acesso público) e https://www.gov.br/pncp/pt-br.
Local: Bolsa de Licitações e Leilões – BLL.
Mais informações: Setor de Licitações da Prefeitura – Praça Ataliba Leonel, 173, Centro, (14) 3305-9006 – licitacao@estanciadepiraju.sp.gov.br.

Município da Estância Turística de Piraju/SP, 28 de março de 2025.

Carlos Alberto Camargo Lima - PREFEITO MUNICIPAL

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO OSWALDO CRUZ

AVISO DE LICITAÇÃO – PL.Nº.3937.2025.CPL.HUOC.PE.0048.HUOC – Registro de Preços para o eventual fornecimento de MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES - CLIPES DE LIGADURA, para atender a demanda do HUOC. Valor total estimado R$175.027,8000 (cento e setenta e cinco mil vinte e sete reais e oitenta centavos). O pregão eletrônico ocorrerá no sistema do PE Integrado no site **www.peintegrado.pe.gov.br** no dia 10/04/2025 às 9h (horário de Brasília). O início de recebimento das propostas no sistema será a partir do dia 31/03/2025 às 8h até o dia 10/04/2025 às 8h30. PL.Nº.3935.2025.CPL.HUOC.PE.0046.HUOC – Registro de Preços para o eventual fornecimento de MEDICAMENTOS DO APARELHO RESPIRATÓRIO, ANTIDOTOS E ANTIMICROBIANOS (17 ITENS), para atender a demanda do HUOC. Valor total estimado R$435.321,4926 (quatrocentos e trinta e cinco mil trezentos e vinte e um reais e quarenta e nove centavos). O pregão eletrônico ocorrerá no sistema do PE Integrado no site **www.peintegrado.pe.gov.br** no dia 10/04/2025 às 9h (horário de Brasília). O início de recebimento das propostas no sistema será a partir do dia 31/03/2025 às 8h até o dia 10/04/2025 às 8h30. PL.Nº.3977.2025.CPL.HUOC.PE.0055.HUOC – Registro de Preços para a eventual fornecimento de MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR - DESCARTÁVEIS, para atender a demanda do HUOC. Valor total estimado R$380.313,4840 (trezentos e oitenta mil trezentos e treze reais e quarenta e oito centavos). O pregão eletrônico ocorrerá no sistema do PE Integrado no site **www.peintegrado.pe.gov.br** no dia 11/04/2025 às 14h (horário de Brasília). O início de recebimento das propostas no sistema será a partir do dia 31/03/2025 às 8h até o dia 11/04/2025 às 13H30. Nathalia Beserra, Agente de Contratação – CPL/HUOC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CÉSAR

AVISO DE EDITAL

Pregão Eletrônico nº 044/2025 – Processo nº 055/2025

Objeto: Registro de preços para eventual contratação de empresa para prestação de serviços de locação, montagem e desmontagem de tendas para atender as necessidades de realização de eventos do município. **Data de Abertura:** 11 de abril de 2025 às 11h00. **Informações:** Dep. Licitações – Rua Olímpio Pavan, nº. 200, Fone/Fax (14) 3714-7200 – Ramal 2022 – **E-mail:** licitacoes@cerqueiracesar.sp.gov.br. **Prefeitura Municipal de Cerqueira César/SP, 28 de março de 2025.**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VALINHOS

RESUMO DE EDITAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2.985/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2025
OBJETO: Registro de Preços para aquisição de medicamentos padronizados.
DATA/HORA DA SESSÃO PÚBLICA: 16/04/2025 às 09h00
O edital poderá ser consultado gratuitamente no portal eletrônico www.gov.br/compras e no site www.valinhos.sp.gov.br.

RICARDO JOSÉ PIRES CORRÊA
Secretário de Licitações

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 0061527242025

UASG – INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL

Modalidade: Pregão Eletrônico para Entrega Imediata
Nº Processo: 147.00035073/2024-15
Pregão Eletrônico: 532101 - 90432/2025
Objeto: Aquisição de suporte para copo de polipropileno para 100 copos
Total de Itens Licitados: 01 (um). **Valor total da licitação:** Sigiloso
Disponibilidade do edital: 28/03/2025
Horário: das 08h00 às 17h59
Endereço: Avenida Ibirapuera, 981 - Vila Clementino - São Paulo/SP
Link do PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais?pagina=1
Entrega das Propostas: a partir de 28/03/2025 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 09/04/2025 às 09h00 no site: www.gov.br/compras. **Fonte:** DOESP e PNCP

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 0061642017 2025

UASG – INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL

Modalidade: Pregão Eletrônico para Entrega Imediata
Nº Processo: 147.00035400/2024-39
Pregão Eletrônico: 532101 - 90413/2025
Objeto: Aquisição de tubo de extensão
Total de Itens Licitados: 01 (um). **Valor total da licitação:** Sigiloso
Disponibilidade do edital: 31/03/2025
Horário: das 08h00 às 17h59
Endereço: Avenida Ibirapuera, 981 - Vila Clementino - São Paulo/SP
Link do PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais?pagina=1
Entrega das Propostas: a partir de 31/03/2025 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 10/04/2025 às 09h00 no site: www.gov.br/compras. **Fonte:** DOESP e PNCP

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA-SP

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA-SP ATRAVÉS DO SEU REPRESENTANTE**, JULIANO VIGILATO GUIRO, **PREFEITO VÊM PUBLICAR A QUEM SE INTERESSAR A O EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2025 ORIUNDO DO EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 12/2025 PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2025 - PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 130/2025 SENDO CONTRATANTE PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA/SP**, neste ato representada pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal de Tupi Paulista Dr. JULIANO VIGILATO GUIRO, e do outro lado a (s) empresa (s). GAMA MAT. PARA CONSTRUÇÃO TUPI PAULISTA LTDA ME- CNPJ. 65.914.673/0001-00. R$259.500,00. Juntos assinam o registro de preços, **CUJO OBJETO AQUISIÇÕES FUTURAS E FRACIONADAS DE CONCRETO USINADO EM CONFORMIDADE COM O TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.** Com prazo de validade do registro de 12 meses iniciando em 28/03/2025.

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 0061644001 2025

UASG – INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL

Modalidade: Pregão Eletrônico para Entrega Imediata
Nº Processo: 147.00036082/2024-21
Pregão Eletrônico: 532101 - 90439/2025
Objeto: Aquisição de dreno de tórax e tubo de látex
Total de Itens Licitados: 02 (dois). **Valor total da licitação:** Sigiloso
Disponibilidade do edital: 31/03/2025
Horário: das 08h00 às 17h59
Endereço: Avenida Ibirapuera, 981 - Vila Clementino - São Paulo/SP
Link do PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais?pagina=1
Entrega das Propostas: a partir de 31/03/2025 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 10/04/2025 às 09h00 no site: www.gov.br/compras. **Fonte:** DOESP e PNCP

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA-SP

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA-SP ATRAVÉS DO SEU REPRESENTANTE**, JULIANO VIGILATO GUIRO, **PREFEITO VÊM PUBLICAR A QUEM SE INTERESSAR A O EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2025 ORIUNDO DO EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 07/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2025 - PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 82/2025 SENDO CONTRATANTE PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA/SP** neste ato representada pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal de Tupi Paulista Dr. JULIANO VIGILATO GUIRO, e do outro lado a (s) empresa (s): SOUZA E MASTELLINI LTDA - ME - **CNPJ:** 15.804.087/0001-27- R$ 25.200,00/ MHF MOVEIS LTDA - **CNPJ:** 57.109.731/0001-97- R$ 23.032,45/ AVM MOVEIS E CADEIRAS LTDA - **CNPJ:** 49.648.661/0001-17- R$ 33.990,00/ FOX INDUSTRIA METALURGICA LTDA - **CNPJ:** 29.178.797/0001-61- R$ 9.450,00/ JUSTO MOVEIS E TRANSPORTES LTDA - **CNPJ:** 20.252.467/0001-36- R$ 25.450,00. Juntos assinam o registro de preços, **CUJO OBJETO REGISTRO DE PREÇOS, PARA AQUISIÇÃO DE CADEIRAS, ESTANTES, ARQUIVOS E ARMÁRIOS DE AÇO, PARA USO DOS SETORES DAS UNIDADES MUNICIPAIS, DE FORMA CONTÍNUA E FRACIONADA POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES E EM CONFORMIDADE COM O TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.** Com prazo de validade do registro de 12 meses iniciando em 28/03/2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA-SP

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA-SP ATRAVÉS DO SEU REPRESENTANTE**, JULIANO VIGILATO GUIRO, **PREFEITO VÊM PUBLICAR A QUEM SE INTERESSAR O PRIMEIRO ADITAMENTO CONTRATUAL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 09/2024, SENDO CONTRATANTE A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA-SP, E CONTRATADA A EMPRESA PRIME ASSESSORIA E CONSULTORIA ADM. LTDA, CUJO OBJETO** é a contratação de empresa de assessoria técnica especializada e consultoria de apoio administrativo e operalização dos meios para gerenciamento dos recursos financeiros destinados ao Município de Tupi Paulista, assim como, acompanhamento de toda execução do procedimento até a prestação de contas, conforme especificações e quantidades estabelecidas no Documento de Demanda. **CLAUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO -** O presente aditivo contratual tem por objetivo aditamento de prazo por um período de 12 (doze) meses com início no dia 26 de março de 2025 até 25 de março de 2026, com seguinte valor: **Valor unit. Reajuste:** 1.862,81. **Valor Total reajuste:** 22.353,72. **CLAUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL-** O aditamento contratual tem como amparo legal o art. 107 da Lei 14.133/2021. **CLAUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO-** Ficam ratificadas as demais clausulas do Contrato Administrativo de Prestação de Serviços nº 09/2024. Tupi Paulista-SP, 24 de março de 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA-SP

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA-SP ATRAVÉS DO SEU REPRESENTANTE**, JULIANO VIGILATO GUIRO. **PREFEITO VÊM PUBLICAR A QUEM SE INTERESSAR O SEGUNDO ADITAMENTO CONTRATUAL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 31/2023, SENDO CONTRATANTE A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA-SP, E CONTRATADA A EMPRESA CHEIRO VERDE COMÉRCIO DE MATERIAL RECICLÁVEL AMBIENTAL LTDA, CUJO OBJETO** A contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados em coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos da saúde, conforme a lei 12.305/2010, que dispõe sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos. **CLAUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO -** O presente aditivo contratual tem por objetivo aditamento de prazo por um período de 12 (doze) meses com início no dia 04 de abril 2025 até 03 de abril 2026, e também do valor pactuado entre as partes usando como base para o reajuste IPCA-E do IBGE (4,98%) conforme clausula contratual 2.2, segue abaixo tabela com os reajustes: Vl. Unitário- reajuste: 3,83. Vl. Total- reajuste: 38.300,00. **CLAUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL-** O aditamento contratual tem como amparo legal o art. 107 da Lei 14.133/2021. **CLAUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO-** Ficam ratificadas as demais clausulas do Contrato Administrativo de Prestação de Serviços nº 31/2023. Tupi Paulista-SP, 25 de março de 2025.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE LATICÍNIOS E ALIMENTAÇÃO DE SÃO PAULO - STILASP - EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - O **Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Laticínios e Alimentação de São Paulo - STILASP**, portador do CNPJ/MF nº 62.806.575/0001-53, com sede a Avenida Celso Garcia nº 1588 - Belém - São Paulo/SP, por seu presidente, no uso de suas prerrogativas previstas no Estatuto Social, **CONVOCA** todos os trabalhadores associados e não associados, que exercem suas funções nas empregadoras **VIGOR ALIMENTOS S.A**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.324.184/0008-63 e **DAN VIGOR INDUSTRIA E COMERCIO DE LATICINIOS LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 56.586.871/0007-54 unidade do Município de São Caetano do Sul/SP, para participarem da **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE CAMPANHA SALARIAL, A SER REALIZADA PRESENCIALMENTE, NO DIA 03 DE ABRIL DE 2025 (QUINTA-FEIRA)** na subsede sindical situada a Rua Amazonas nº 430, Centro, São Caetano do Sul/SP, nos horários 11h00, 16h00 e 19h00, para deliberação da seguinte ordem do dia: a)Discussão e elaboração da Pauta de Reivindicação referente às negociações do Acordo Coletivo de Trabalho 2025/2026; b) Discussão e Autorização para celebrar o Acordo Coletivo de Trabalho da categoria profissional e na impossibilidade de sua celebração, autorização para iniciar procedimento de reclamação pré-processual (RPP) e/ou Dissídio Coletivo perante o Tribunal Regional do Trabalho. c)Discussão, deliberação do desconto da Contribuição Assistencial bem como, a manifestação da oposição observada a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal com repercussão geral (TEMA 935), em conformidade com o inciso IV do artigo 8º da Constituição Federal e Lei 13.467 de 13/07/2017, que alterou o artigo 579 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT. A decisão da assembleia servirá como autorização prévia e expressa para aplicação das normas coletivas de trabalho a todos os integrantes da categoria, independentemente de filiação. São Paulo/SP, 27 de março de 2025. **Carlos Vicente de Oliveira - Presidente**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BASTOS
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 009/2025

O Prefeito de Bastos torna público que se encontra aberto na Divisão de Compras e Licitações do município, o Edital do Pregão Eletrônico n.º 009/2025, no sistema de Registro de Preços pelo período de 12(doze) meses podendo ser prorrogado por igual período, para "AQUISIÇÃO DE CARGAS DE GÁS P-13, P-45 E VASILHAMES". O Edital minucioso será disponibilizado no PNCP - Portal Nacional de Contratação, no site www.bastos.sp.gov.br bem como na PLATAFORMA BLL - Bolsa de Licitações do Brasil no link www.bll.org.br, onde ocorrerão todas as fases do processo licitatório. A abertura das propostas e início da sessão pública, se dará, após decorrer o prazo mínimo de 08(oito) dias úteis da última publicação deste aviso em órgãos de imprensa e na Plataforma BLL. Bastos/SP., 28.03.2025. Kleber Lopes de Sousa - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA
AVISO DE RETIFICAÇÃO/REPUBLICAÇÃO DE EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2025 – EDITAL N. º 03/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1568/2025

A Prefeitura Municipal de Mococa torna público aos interessados a retificação do edital e a reabertura do Processo Administrativo. n. º 1568/2025 – Pregão Eletrônico n. º 03/2025, cujo objeto consiste na contratação de empresa especializada na Locação de Computadores e Notebooks para atender as necessidades das diversas Secretarias Municipais. O início da sessão da disputa do pregão ocorrerá no dia 14 de abril de 2025, às 09:30hs, na plataforma da Bolsa de Licitações e Leilões – BLL. Informações e o edital retificado na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no site mococa.sp.gov.br, no link: Licitações >Pregão Eletrônico e também no site da Bolsa de Licitações e Leilões-BLL (www.bll.org.br).

Mococa-SP, 28 de março de 2025.

Leandro José da Rocha Pichotano - Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIETÊ
ATO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO/PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2025

A Prefeitura Municipal de Tietê torna público aos interessados, a abertura do Pregão Eletrônico nº 13/2025, Processo Administrativo nº 1038/2025, cujo objeto consiste na **"Concessão de uso a título oneroso de 01 (um) quiosque, localizado à Avenida Fernando Costa"**, conforme edital e seus anexos. Abertura: 31 de março de 2025. Encerramento: 15 de abril de 2025. Horário: 09h00min. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no endereço eletrônico **www.tiete.sp.gov.br** e na Bolsa de Licitações e Leilões (**www.bll.org.br**). Informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações através do telefone (15) 3285-8755.

Leonardo Miguel Campos

Pregoeiro

Convocação Trabalhadores da Empresa Hamburgueria Alpha - EIRELI - EPP - CNPJ: 13.114.973/0001-01 - O SINTHORESP convoca os trabalhadores que se ativaram na empresa **Hamburgueria Alpha - EIRELI - EPP, CNPJ: 13.114.973/0001-01**, localizada na MADEIRA, 44, LOJA 06 PISO TERREO, ALPHAVILLE CENTRO INDUSTRIAL E EMPRE - BARUERI - SP - para que entrem em contato com o Sinthoresp - Subsede de Osasco, para tomarem ciência da sentença procedente em parte do Processo Coletivo que o SINTHORESP ingressou em 15/12/2011, como substituto processual, representando **todos os trabalhadores que prestaram serviço na empresa no período de 15/12/2006 até 01/07/2017**. O contato pode ser realizado por meio dos seguintes canais: **• Pessoalmente: Rua Mario Pinto Serva, 30, Centro, Osasco, das 8:00 às 17:00 horas de segunda a sexta-feira falar Dra. Roberta ou Douglas. • Fone 3681-3711/3683-4238/3683-9638; • E-mail robertagoliveria@sinthoresp.org.br e douglas.balbino@sinthoresp.org.br.** Para tomar conhecimento dos termos da ação coletiva - (gorjeta) para que os interessados que preencham os requisitos para a propositura da ação ter trabalhado na empresa no período 15/12/2006 a 01/07/2017, possam dar entrada no **processo individual para o cumprimento de sentença**, que **se tornou título executivo judicial**. Importante comparecer portando a **CTPS - Carteira de Trabalho da Previdência Social** e os documentos pessoais **RG e CPF**.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 18.946/2025
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2025
EDITAL N. º 008/2025

SESSÃO PÚBLICA DA CONCORRÊNCIA: Dia: 16/04/2025, à partir das 09.30 horas. A Prefeitura Municipal de Mococa torna público aos interessados que realizará licitação, na modalidade Concorrência Eletrônica nº 003/25, Processo Administrativo nº 18.946/25, cujo objeto consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviços de ampliação/construção creche Padrão FDE – 2 salas de aulas e um sanitário com passarela coberta na EMEB CARMEM DE JESUS SALLES no município de Mococa SP. O início da sessão da disputa da concorrência ocorrerá no dia 16 de abril de 2025, às 09:30hs na plataforma da Bolsa de Licitações e Leilões – BLL. Informações e o edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no site mococa.sp.gov.br, no link: Licitações >Concorrência Eletrônica e também no site da Bolsa de Licitações e Leilões-BLL (www.bll.org.br).

Mococa-SP, 28 de março de 2025

Leandro José da Rocha Pichotano - Agente de Contratação

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 848/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2025
EDITAL Nº 005/2025

SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO: Dia: 11/04/2025 a partir das 09:30 horas. A Prefeitura Municipal de Mococa torna público aos interessados que realizará licitação, na modalidade Pregão Eletrônico nº 005/25, Processo Administrativo nº 848/25, cujo objeto consiste na aquisição parcelada de produtos alimentícios para preparação e fornecimento de lanches para os alunos do Projeto Guri da Secretaria de Cultura e Turismo. O início da sessão da disputa do pregão ocorrerá no dia 11 de abril de 2025, às 09:30hs na plataforma da Bolsa de Licitações e Leilões – BLL. Informações e o edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no site mococa.sp.gov.br, no link: Licitações >Pregão Eletrônico e também no site da Bolsa de Licitações e Leilões-BLL (www.bll.org.br).

Mococa-SP, 28 de março de 2025

Leandro José da Rocha Pichotano - Pregoeiro

MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E MATERIAIS

LEILÃO

PC.1086/2024 – LE.10.001/2025 – ALIENAÇÃO DE ÁREA: ÁREA "A1" - UMA ÁREA DE TERRENO E SUAS BENFEITORIAS COM 9.399,78M² (NOVE MIL, TREZENTOS E NOVENTA E NOVE METROS E SETENTA E OITO DECÍMETROS QUADRADOS), CODIFICADA COMO C-024-055(PARTE), SITUADA EM ÁREA URBANA DO DISTRITO SEDE DE SÃO BERNARDO DO CAMPO, RUA ROBERTO SCARPELLI AMEDEO BIGUCCI, INSCRITO NO CADASTRO IMOBILIÁRIO MUNICIPAL SOB O Nº 024.019.073.000. – O edital estará disponível para realização de download no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) no Sistema Eletrônico Compras/SBC (https://compras.saobernardo.sp.gov.br), bem como para consulta e obtenção no Serviço de Licitações e Operações – SA.211.3, na Av. Kennedy nº 1100 – "Prédio Gilberto Pasin", Bairro Anchieta, nesta cidade, das 8h30 às 17h00, devendo o interessado estar munido de pen-drive. – **PRAZO FINAL PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS E ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:** 25/04/2025 às 09h00. – S. B. Campo, 28 de março de 2025

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Papel, Papelão e Cortiça, Artefatos de Papel e Papelão, Celulose de Luiz Antônio, Serrana, Santa Rosa de Viterbo, Tambaú, Cajuru e Ribeirão Preto

CNPJ/MF nº 50.245.586/0001-85

Sede Própria: Rua dos Lírios nº 76 - Telefax: (16) 3983-1291 - Caixa Postal nº 04 - CEP 14212-056 - Luiz Antônio/SP

E-mail: secret.sindipel@uol.com.br - Sub-sede: Rua Coronel Garcia nº 04 - Telefax (16) 3954-6212

CEP 14270-000 - Santa Rosa de Viterbo/SP - **E-mail: sindicatosrv470@gmail.com**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Pelo presente Edital o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Papel, Papelão e Cortiça, Artefatos de Papel e Papelão, Celulose de Luiz Antônio, Serrana, Santa Rosa de Viterbo, Tambaú, Cajuru e Ribeirão Preto, por seu presidente abaixo assinado, convoca **todos os trabalhadores folguistas** que praticam turno de revezamento, os da Manutenção Elétrica/Mecânica, da Conversão e da Portaria na empresa **SR Lima Papeis Finos Eireli ME**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.604.060/0001-16, localizada na Estrada Antônio Mugnaini Marincek, nº 1360 - Jardim Professor Antônio Palocci - Ribeirão Preto SP, a participarem do plebiscito por escrutínio secreto para **renovação do acordo de turno de revezamento escala 6x2 com vigência de 02 anos, ou seja, 2025-2027**, a realizar-se nas dependências da empresa **SR Lima Papeis Finos Eireli ME**, nos dias **02/04/2025 das 07h30min às 08h15min, e das 15h30min às 16h20min e no dia 03/04/2025 das 07h30min às 08h15min**, e logo após a votação haverá apuração dos resultados pela mesa diretora que será composta pelos representantes do Sindicato da base e os representantes da empresa.

Luiz Antônio, 29 de março de 2025. **Geraldo Jurandir Pinheiro - Presidente**

GalleriaBank

LEILÃO DE IMÓVEIS
SOMENTE ONLINE

BIASI leilões

dia 16 de Abril de 2025 às 11:00 horas

03 Imóveis Residenciais em: Ponta Grossa/PR, Suzano/SP e Jaboatão dos Guararapes/PE | Imperdível! Confira e Aproveite!

À VISTA OU FINANCIADO EM ATÉ 180 MESES CONFORME O EDITAL. Mais informações: (11) 4003-2575 ou www.biasileiloes.com.br

EDITAL – O diretor-presidente do **Sindicato das Empresas de Cursos e Treinamentos de Manutenção e Informática do Estado de São Paulo – SINDEINFORMÁTICA**, no uso das suas atribuições que lhe confere o estatuto social, convoca os associados da entidade, proprietários das Empresas do segmento de Cursos e Treinamentos Manutenção Informática do Estado de São Paulo, que nesta data estejam em condições de votar, para se reunirem em AGE – **Assembleia Geral Extraordinária**, a realizar-se na Rua José Martins, 35, Bairro Vila Hortência, Sorocaba/SP, no dia 31/03/2025, às 10:00hs, para deliberarem a seguinte ordem do dia: a) - Discussão e aprovação da alteração de endereço da sede social da entidade, no âmbito da Receita Federal; b) - Adequação do estatuto social no Capítulo I artigo 1º. Não havendo quórum, a AGE será realizada as 10:30 em 2ª chamada com qualquer número de presentes, conforme preceitua o estatuto social da entidade. Os associados, se identificarão com a sua credencial de associado. São Paulo, 28 de março de 2025 Lubian Nunes Sobrinho – Diretor-presidente.

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00615318582025
IAMSPE – INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL

Modalidade: Pregão Eletrônico para Entrega Imediata
Nº Processo: 147.00034941/2024-40
Pregão Eletrônico: 532101 - 90460/2025
Objeto: Aquisição de medicamentos diversos
Total de Itens Licitados: 02 (dois) **Valor total da licitação:** Sigiloso
Disponibilidade do edital: 28/03/2025
Horário: das 08h00 às 17h59
Endereço: Avenida Ibirapuera, 981 - Vila Clementino - São Paulo/SP
Link do PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais?pagina=1
Entrega das Propostas: a partir de 28/03/2025 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 09/04/2025 às 09h00 no site: www.gov.br/compras. **Fonte:** DOESP e PNCP

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00615299592025
IAMSPE – INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL
Modalidade: Pregão Eletrônico para Registro de Preço

Nº da Contratação: 90520/2025
Nº Processo: 147.00017624/2024-69
Objeto: AQUISIÇÃO DE cateter swan-ganz debito continuo cedv
Total de Itens Licitados: quantidade de itens licitados (01).
Valor total da licitação: Sigiloso. **Disponibilidade do edital:** 28/03/2025
Horário: das 08h00 às 17h59
Endereço: Avenida Ibirapuera, 981 - Indianópolis CEP 04029-000
Link do PNCP: hps://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1
Entrega das Propostas: a partir de 28/03/2025 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 10/04/2025 às 09:00h no site: www.gov.br/compras. **Fonte:** DOESP e PNCP

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00615328972025
IAMSPE – INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL

Modalidade: Pregão Eletrônico para Entrega Imediata
Nº Processo: 147.00000809/2025-15
Pregão Eletrônico: 532101 - 90465/2025
Objeto: Aquisição de clorpromazina
Total de Itens Licitados: 01 (um) **Valor total da licitação:** Sigiloso
Disponibilidade do edital: 28/03/2025
Horário: das 08h00 às 17h59
Endereço: Avenida Ibirapuera, 981 - Vila Clementino - São Paulo/SP
Link do PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais?pagina=1.
Entrega das Propostas: a partir de 28/03/2025 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 09/04/2025 às 09h00 no site: www.gov.br/compras. **Fonte:** DOESP e PNCP

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00615298052025
IAMSPE – INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL

Modalidade: Pregão Eletrônico para Entrega Imediata
Nº Processo: 147.00035619/2024-38
Pregão Eletrônico: 532101 - 90463/2025
Objeto: Aquisição de digoxina
Total de Itens Licitados: 01 (um) **Valor total da licitação:** Sigiloso
Disponibilidade do edital: 28/03/2025
Horário: das 08h00 às 17h59
Endereço: Avenida Ibirapuera, 981 - Vila Clementino - São Paulo/SP
Link do PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais?pagina=1.
Entrega das Propostas: a partir de 28/03/2025 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 09/04/2025 às 09h00 no site: www.gov.br/compras. **Fonte:** DOESP e PNCP

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇARIGUAMA
AVISO DE LEILÃO
Leilão n.º 01/2025 - Processo n.º 04/2025

Objeto: Alienação do imóvel municipal localizado loteamento denominado Vuturuna Eco Park ou "Vuturuna Eco Parque", em conformidade com a Lei Orgânica do Município de Araçariguama, a Lei Federal n.º 14.133/2021 e a Lei Municipal n.º 1037/24 e demais normas que regem a matéria. A Prefeitura de Araçariguama, por meio do Departamento de Licitações torna público que está aberto o processo licitatório acima mencionado. A sessão pública do Leilão será realizada na forma eletrônica às 10:00h (dez horas) do dia 21/05/2025, porém a abertura para oferta de lances ocorrerá às 10:00h (dez horas) do dia 05/05/2025, no site da Borges Leilões: endereço eletrônico: www.borgesleiloes.com.br, observadas as condições do Edital. O edital em seu inteiro teor estará à disposição a partir do dia 01/04/2025, das 09h às 16h30 no endereço Rua São João, n.º 228 – Centro - Araçariguama - SP, no endereço eletrônico acima mencionado e também no site da Prefeitura www.aracariguama.sp.gov.br.

Prefeitura do Municipio de Caieiras
Secretaria de Administração - Departamento de Licitação
EDITAL DE ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2025

ÓRGÃO: Municipio de Caieiras. **EDITAL**: 023/2025. **OBJETO**: Contratação de empresa especializada para execução, elaboração de projeto para implantação com planejamentos de materiais e regularização do sistema de prevenção a combate de incêndio, com vista à obtenção e aprovação de Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) para os prédios públicos municipais da Secretaria de Educação, conforme especificações do Termo de Referência. **MODALIDADE**: Pregão Eletrônico. **O RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS**: será das 14h00min do dia 31/03/2025 até às 14h00min do dia 14/04/2025 e **ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS**: no horário às 14h05min do dia 14/04/2025. As empresas interessadas poderão retirar o edital pelo site www.portaldecomprascaieiras.com.br. Maiores informações pelo telefone (11) 4445 - 9240 ou pelo site www.portaldecomprascaieiras.com.br, no horário das 09:00h às 16:00h. Não enviamos o edital por fax e/ou correio.

Caieiras, 27 de março de 2.025.

VINICIUS SILVEIRA SILVA
Departamento de Licitação

Prefeitura do Municipio de Caieiras
Secretaria de Administração - Departamento de Licitação
EDITAL DE ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2025

ÓRGÃO: Municipio de Caieiras. **EDITAL**: 021/2025. **OBJETO**: Contratação de empresa especializada em serviços de formação, instrução e capacitação para ministrar Curso Avançado de Atualização de Agentes de Trânsito, com carga horária de 32 horas/aula, exclusivamente presenciais, incluindo o material didático, certificado e corpo docente especializado, conforme disposto na Portaria da Secretaria Nacional de Trânsito – SENATRAN nº 966/2022 e Termo de Referência. **MODALIDADE**: Pregão Eletrônico. **O RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS**: será das 08h00min do dia 31/03/2025 até às 08h00min do dia 14/04/2025 e **ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS**: no horário às 08h05min do dia 14/04/2025. As empresas interessadas poderão retirar o edital pelo site www.portaldecomprascaieiras.com.br. Maiores informações pelo telefone (11) 4445 - 9240 ou pelo site www.portaldecomprascaieiras.com.br, no horário das 09:00h às 16:00h. Não enviamos o edital por fax e/ou correio.

Caieiras, 27 de março de 2.025.

VINICIUS SILVEIRA SILVA
Departamento de Licitação

Prefeitura do Municipio de Caieiras
Secretaria de Administração - Departamento de Licitação
EDITAL DE ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

ÓRGÃO: Municipio de Caieiras. **EDITAL**: 022/2025. **OBJETO**: Contratação de empresa especializada para ministrar o curso de formação continuada e implementação curricular aos profissionais da Educação Básica do Município de Caieiras, com o objetivo de aprimorar as competências técnicas e pedagógicas da equipe gestora e dos educadores, conforme Termo de Referência. **MODALIDADE**: Pregão Eletrônico. **O RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS**: será das 10h00min do dia 31/03/2025 até às 10h00min do dia 14/04/2025 e **ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS**: no horário às 10h05min do dia 14/04/2025. As empresas interessadas poderão retirar o edital pelo site www.portaldecomprascaieiras.com.br. Maiores informações pelo telefone (11) 4445 - 9240 ou pelo site www.portaldecomprascaieiras.com.br, no horário das 09:00h às 16:00h. Não enviamos o edital por fax e/ou correio.

Caieiras, 27 de março de 2.025.

VINICIUS SILVEIRA SILVA
Departamento de Licitação

mercado

1ª concessão de florestas desmatadas recebe só uma oferta

Pedro Lovisi

SÃO PAULO A Systemica foi a única desenvolvedora de crédito de carbono a participar da primeira concessão de florestas desmatadas do Brasil, organizada pelo governo do Pará. O resultado foi divulgado nesta sexta (28), durante leilão na B3.

A partir de agora, a Systemica ficará responsável por restaurar durante 40 anos a Unidade de Recuperação Triunfo do Xingu (URTX), localizada em Altamira. A área tem 10 mil hectares de floresta desmatada e está a 150 quilômetros da região urbana mais próxima.

Em troca, a empresa venderá cerca de 3,7 milhões de créditos de carbono — um crédito equivale a uma tonelada de carbono absorvida da atmosfera.

Apesar de ser a única participante da concessão, a Systemica ofereceu o teto de alíquota para a outorga variável, de 6%. A outorga é a fatia do faturamento bruto da desenvolvedora que precisará ser repassada ao governo do Pará, dono da área concedida.

Nas estimativas dos organizadores do edital, a receita bruta da empresa ao longo dos 40 anos será de cerca de R$ 950 milhões — com isso, o valor a ser recebido pelo governo ao longo de décadas será de R$ 57 milhões. Outros R$ 40 milhões serão investidos nas comunidades locais, que também abrangem São Félix do Xingu.

Já os investimentos estimados no projeto somam R$ 207 milhões, considerando Opex e Capex. Os valores, no entanto, podem variar, conforme o preço dos créditos de carbono, o modelo de venda a ser escolhido pela Systemica e o custo do crédito a ser tomado pela empresa ao longo dos anos.

AP
PA
Belém
Unidade de Recuperação Triunfo do Xingu
MA
MT
TO
200 km

mercado

Be8 e Vast estudam oferta de biocombustível no porto do Açu

FOLHA EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA

RIO DE JANEIRO | REUTERS A Be8, uma das líderes na produção de biodiesel no Brasil, assinou acordo com a Vast Infraestrutura para estudar a oferta de biocombustíveis para o setor marítimo no porto do Açu (RJ), o segundo maior do país em movimentação de embarcações.

A partir de um Memorando de Entendimento (MoU), as companhias vão avaliar o uso de infraestrutura da Vast, líder no mercado de transbordo de petróleo no país, para que a Be8 possa ofertar biocombustíveis a distribuidoras e clientes do porto do Açu, segundo ambas as companhias.

"Essa nova parceria com a Vast nos permite trabalhar com o biodiesel, que pode ser usado para o bunker ofertado aos navios, e o novo Be8 Bevant, para avançar na descarbonização das operações de gestão do porto", disse o presidente da Be8, Erasmo Battistella.

O BeVant é um novo biocombustível da Be8, que pode substituir 100% o diesel de origem fóssil nos motores. O início da sua produção em escala comercial foi anunciada em dezembro.

As empresas também informaram que vão estudar se o porto do Açu poderia ser uma alternativa para importação de insumos usados no processo de produção de biodiesel, como o metanol, e um novo ponto para exportação e cabotagem do produto final.

As opções em estudo consideram que o Terminal de Líquidos do Açu (TLA) da Vast seria a infraestrutura utilizada para receber, armazenar e expedir as matérias-primas e o biodiesel, disseram as empresas.

O porto do Açu, que recebeu em 2024 mais de 7.300 mil navios, tem ainda área industrial disponível para instalar unidades de armazenagem dos biocombustíveis produzidos pela Be8.

As companhias ressaltaram que o transporte marítimo é responsável por 3% das emissões globais de gases estufa e destacaram que a adição de biodiesel nos combustíveis marítimos tradicionais é uma das principais alternativas para a descarbonização do setor. Em 2024, pela primeira vez, a ANP autorizou a comercialização de bunker (combustível marítimo) com adição de até 24% de biodiesel.

creditas | LEILÃO DE IMÓVEIS SOMENTE ONLINE | BIASI leilões
dia 15 de Abril de 2025 às 11:00 horas
02 Apartamentos no "Edifício São Rafael" - Vila Buarque - São Paulo/SP | Confira e Aproveite!!!
À VISTA OU PARCELADO EM ATÉ 3 VEZES CONFORME O EDITAL. Mais informações: (11) 4083-2575 ou www.biasileiloes.com.br
Leiloeiro Oficial Eduardo Consentino - JUCESP nº 616 Leilão Victor Barroca Galeazzi - Preposto em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAZARÉ PAULISTA

PREGÃO ELETRÔNICO 011/2025 – MEMORANDO 638/2025 – Contratação de empresa especializada no fornecimento DUAS (2) CÂMARAS REFRIGERADAS PARA CONSERVAÇÃO DE IMUNOBIOLÓGICOS entre 326 L A 347 L E UM (1) FREEZER VERTICAL 295L, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Nazaré Paulista. Início da sessão será no dia 11 de abril de 2025, às 09h. O Edital encontra-se na íntegra no sítio www.nazarepaulista.sp.gov.br ou através do e-mail: pregao@nazarepaulista.sp.gov.br – Divisão de Licitações e Contratos – Telefone (11) 4597-1526 – Nazaré Paulista, 28 de março de 2.025 – Avanilde Aparecida Gonzaga Canêdo – Prefeita.

Prefeitura do Município de Caieiras

Secretaria de Administração - Departamento de Licitação

EDITAL DE ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2025

ÓRGÃO: Município de Caieiras. **EDITAL**: 025/2025. **OBJETO**: Contratação de empresa para fornecimento de solução integrada para gestão e processamento de multas de trânsito lavradas, com fornecimento de ferramenta de consulta ao cidadão, fornecimento talonário eletrônico de infrações e fornecimento de aplicativos de apoio a fiscalização e operação do trânsito no Município de Caieiras, conforme especificações no termo de referência. **MODALIDADE**: Pregão Eletrônico. **O RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS**: será das 08h00min horas do dia 31/03/2025 até às 08h00min do dia 15/04/2025 e **ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS**: no horário às 08h05min do dia 15/04/2025. As empresas interessadas poderão retirar o edital pelo site www.portaldecomprascaieiras.com.br. Maiores informações pelo telefone (11) 4445 - 9240 ou pelo site www.portaldecomprascaieiras.com.br, no horário das 09:00h às 16:00h. Não enviamos o edital por fax e/ou correio.

Caieiras, 27 de Março de 2.025.
VINICIUS SILVEIRA SILVA
Departamento de Licitação

José Kalil S/A Participações e Empreendimentos

CNPJ/MF nº 60.937.653/0001-23

Convocação de Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas da José Kalil S/A Participações e Empreendimentos a participarem da Assembleia Geral Ordinária que será realizada no dia 23 (vinte e três) de abril de 2025, na sede da empresa, com início às 11:00 (onze) horas, com a seguinte Ordem do Dia: a) Exame, discussão e votação do Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024; b) Deliberação sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; c) Eleição da Diretoria e fixação dos respectivos honorários e deliberação quanto ao Conselho Fiscal; e d) Outros assuntos de interesse social. ***João Carlos Piccelli*** *- Diretor Presidente.* (29, 31/03 e 01/04/2025)

PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CÉSAR

AVISO DE EDITAL

Pregão Eletrônico nº 043/2025 – Processo nº 053/2025

Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios para diversos setores. **Data de Abertura:** 11 de abril de 2025 às 09h00. **Informações:** Dep. Licitações – Rua Olímpio Pavan, nº. 290, Fone/Fax (14) 3714-7200 – Ramal 2022 – **E-mail:** licitacoes@cerqueiracesar.sp.gov.br. **Prefeitura Municipal de Cerqueira César/SP, 28 de março de 2025.**

AVISO DE EDITAL

Pregão Eletrônico nº 039/2025 – Processo nº 045/2025

Objeto: Contratação de empresa para ministrar aulas de informática e robótica para os alunos da EMEIEF Professora Maria José França Nogueira, de acordo com o Decreto nº 5.057/2024, Lei Federal nº 13.005/2014 e Lei Municipal nº 2.123/2015. **Data de Abertura:** 11 de abril de 2025 às 14h00. **Informações:** Dep. Licitações – Rua Olímpio Pavan, nº. 290, Fone/Fax (14) 3714-7200 – Ramal 2022 – **E-mail:** licitacoes@cerqueiracesar.sp.gov.br. **Prefeitura Municipal de Cerqueira César/SP, 28 de março de 2025.**

AVISO DE EDITAL

Pregão Eletrônico nº 042/2025 – Processo nº 052/2025

Objeto: Registro de preços para eventual contratação de empresa com fornecimento de mão-de-obra, equipamentos e materiais para fornecimento e implantação de sinalização horizontal e vertical. **Data de Abertura:** 14 de abril de 2025 às 09h00. **Informações:** Dep. Licitações – Rua Olímpio Pavan, nº. 290, Fone/Fax (14) 3714-7200 – Ramal 2022 – **E-mail:** licitacoes@cerqueiracesar.sp.gov.br. **Prefeitura Municipal de Cerqueira César/SP, 28 de março de 2025.**

Assembleia Geral Extraordinária - Campanha Salarial 2025/2027 São Paulo e Região - SINTHORESP - Sindicato dos Trabalhadores em Hotéis, Apart Hotéis, Motéis, Flats, Pensões, Hospedarias, Pousadas, Restaurantes, Churrascarias, Cantinas, Pizzarias, Bares, Lanchonetes, Sorveterias, Confeitarias, Docerias, Buffets, Fast-Foods (exceto na capital do Estado de São Paulo) e estabelecimentos pertinentes aos serviços de hospedagem e do comércio de alimentação preparada e bebida a varejo de São Paulo e Região - CNPJ 62.657.168/0001-21 - pelo presente edital, **CONVOCA TODOS OS TRABALHADORES DA CATEGORIA, ASSOCIADOS OU NÃO DA ENTIDADE SINDICAL** e que se ativam nos municípios de: São Paulo, Arujá, Atibaia, Barueri, Biritiba Mirim, Bom Jesus dos Perdões, Cabreúva, Caieiras, Cajamar, Carapicuíba, Cotia, Embu das Artes, Embu Guaçu, Ferraz de Vasconcelos, Francisco Morato, Franco da Rocha, Guarulhos, Itapecerica da Serra, Itapevi, Itaquaquecetuba, Jandira, Juquitiba, Mairiporã, Mogi das Cruzes, Nazaré Paulista, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Poá, Salesópolis, Santana de Parnaíba, Suzano, Taboão da Serra e Vargem Grande Paulista, para reunirem-se em ASSEMBLEIA GERAL, que será instalada na Sede Central do Sindicato, na Rua Taguá, 282, Liberdade, em São Paulo - SP, no próximo dia 03/04/2025, às 14h00 em primeira chamada e às 15h00 em segunda e última chamada, para o fim de discutir e deliberar sobre a seguinte pauta: **1)** Leitura e votação da ata da assembleia anterior; **2)** Concessão de Poderes ao Sindicato para fazer reivindicações da categoria com vistas à renovação e aperfeiçoamento das Convenções Coletivas em vigor; **3)** Determinação da extensão da representação e abrangência do normativo convencional ou judicial de modo a alcançar a categoria como um todo independente de filiação sindical; **4)** fixação do valor da contribuição assistencial embasada na alínea "e" do artigo 513, da Consolidação das Leis do Trabalho; **5)** Declaração da deliberação da assembleia afim de constituir anuência prévia e expressa da autorização do desconto das contribuições devidas ao sindicato pelos empregadores (Constituição Federal, artigo 7º, inciso XXVI); **6)** ratificação da decisão assemblear de 08/02/2018, que votou pela aprovação, por tempo indeterminado, da contribuição sindical; **7)** Em observância aos Termos dos Ajustamentos de Conduta firmados com Ministério Público do Trabalho, nos autos dos inquéritos civis nºs 000895.2006.02.000/1 e 0001882.2010.02.000/2 e, com fulcro na alínea "e", do artigo 513, da Consolidação das Leis do Trabalho, combinado com o inciso III, do artigo 8º, da Constituição Federal, deliberar sobre o exercício do direito de oposição ao desconto da contribuição assistencial, o qual deverá ser exercido pessoalmente, na sede ou nas subsedes da entidade sindical, cujo prazo para exercício será votado em assembleia e, poderá ser contado ou não, a partir da própria assembleia, objeto desta convocação como preveem os TACs ora em referência; **8)** em face do que dispõe o artigo 7º, inciso XXVI, da CF, eleição da Comissão Negociadora, com plenos poderes para debater, conciliar e, em consenso com a Presidente, esta firmar convenções coletivas de trabalho e termos aditivos com todas as entidades patronais pertinentes (SINDHOTÉIS-SP, SINDRESBAR, SINHORES OSASCO-ALPHAVILLE e REGIÃO, FHORESP e CNTUR), ficando, desde já, autorizada a instauração de dissídio coletivo, caso não haja acordo. São Paulo, 29 de março de 2024. **Elisabete dos Santos Cordeiro** - Presidenta

TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A.

CNPJ/MF nº 03.014.553/0001-91 – NIRE 35.300.159.845 – Companhia Aberta

Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

O Conselho de Administração da TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. ("Companhia"), por seu Presidente, o Sr. João Villar Garcia, convida os Senhores Acionistas da Companhia para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada às **10h00 do dia 29 de abril de 2025**, na sede da Companhia, localizada na Rua Olimpíadas, nº 205, conj. 143, sala Triunfo São Paulo/SP, CEP 04551-000, para deliberar sobre a Ordem do Dia detalhada abaixo. **Assembleia Geral Ordinária:** (i) Tomar as contas dos administradores; (ii) Analisar as Demonstrações Financeiras relativo ao exercício de 2024; (iii) Analisar o Relatório da Administração; (iv) Deliberar sobre a Destinação do Resultado relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; (v) Deliberar sobre a proposta de Orçamento de Capital plurianual, para fins do Artigo 196 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."); (vi) Deliberar a manutenção do funcionamento do Conselho Fiscal da Companhia, eleger seus membros para o exercício de 2025 e fixar sua remuneração; e (vii) Eleição de membros do Conselho do Conselho de Administração para o biênio de 2025/2027. **Assembleia Geral Extraordinária:** (i) Fixar a Remuneração Global dos administradores da Companhia para o exercício de 2025. **Informações Gerais:** • Poderá participar da Assembleia o acionista da Companhia, diretamente ou por meio de seus procuradores devidamente constituídos, desde que as ações detidas estejam escrituradas em seu nome junto à instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia, Banco Itaú S.A., consoante dispõe o Artigo 126 da Lei das S.A. • A Assembleia será realizada de forma presencial, conforme adotado pela Companhia em suas assembleias anteriores. Essa medida visa garantir maior praticidade na organização, redução de custos e otimizar a clareza e a efetividade das decisões tomadas, promovendo um ambiente de maior confiança e participação. • Os acionistas, por si ou por seus representantes, deverão se apresentar no local de realização da Assembleia com antecedência ao horário de início indicado no Edital de Convocação, portando os seguintes documentos: **(i) Pessoas Físicas:** documento de identificação com foto; **(ii) Pessoas Jurídicas:** cópia autenticada do último Estatuto ou Contrato Social consolidado, da documentação societária que outorgue poderes de representação (ata de eleição dos diretores/procuração) e documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is). **(iii) Fundos de Investimento:** cópia autenticada do último regulamento consolidado do fundo e do Estatuto ou Contrato Social do seu administrador/gestor, além da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração) e documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is). • No caso de representação do acionista por procurador, este deverá apresentar-se no local de realização da Assembleia com antecedência ao horário de início indicado no Edital de Convocação, portando documento de identificação com foto e instrumento de mandato com poderes especiais para a representação na Assembleia, outorgados nos termos do art. 126 da Lei das S.A., devendo referido instrumento de mandato ter o reconhecimento de firma do acionista. • Os acionistas encontrarão ainda as instruções para outorga de procuração na Proposta da Administração, no Formulário de Referência e no Manual para Participação na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 2025, que está disponível na página de Relações com Investidores da Companhia (www.triunfo.com/ri), na página da CVM (www.cvm.gov.br) e na página da B3 (www.b3.com.br). • Solicita-se que os documentos necessários à participação dos acionistas na Assembleia, mencionados acima, sejam preferencialmente depositados na sede da Companhia, localizada na Rua Olimpíadas, 205, conj. 143, Vila Olímpia, cidade de São Paulo, estado de São Paulo, CEP 04551-000, aos cuidados do Departamento Jurídico, com antecedência mínima de 03 (três) dias corridos, nos termos do Art. 24 do Estatuto Social da Companhia. • O acionista que desejar poderá optar por exercer o seu direito de voto por meio do sistema de votação a distância, nos termos da Instrução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("CVM 81"), enviando o correspondente boletim de voto a distância conforme as orientações constantes no Manual para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária. • Em cumprimento ao disposto no artigo 141 da Lei das S.A., e no artigo 3º da Resolução CVM nº 70, e em conformidade com o artigo 5º, I, da Resolução CVM 81, informamos que para solicitar a adoção do processo de voto múltiplo, é necessário possuir um percentual mínimo de 5% (cinco por cento) do capital votante. A solicitação para adotar o voto múltiplo deverá ser feita até 48 (quarenta e oito) horas antes da Assembleia, isto é, até as 10 horas do dia 27 de abril de 2025, horário de Brasília. • Nos termos do artigo 5º, I-A, da Resolução CVM 81, informamos que o percentual mínimo do capital votante para solicitação de instalação do Conselho Fiscal é de 1,5% (um por cento). • Acionistas da Companhia titulares de 1,5% (um e meio por cento) de ações de emissão da Companhia com direito a voto poderão incluir candidatos ao Conselho de Administração e/ou Conselho Fiscal no BVD no prazo de até 25 (vinte e cinco) dias antes da data de realização da Assembleia, isto é, até às 23h59 do dia **04 de abril de 2025**, nos termos do artigo 37 da Resolução CVM 81. Permanecem à disposição dos acionistas, na sede da Companhia, na página de Relações com Investidores da Companhia (www.triunfo.com/ri); na página da CVM (www.cvm.gov.br) e na página da B3 (www.b3.com.br) toda documentação pertinente às matérias que serão deliberadas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, incluindo o Boletim de Voto a Distância e as orientações para seu preenchimento e envio, nos termos do Artigo 133 da Lei nº 6.404, de 15 de setembro de 1976. São Paulo, 28 de março de 2025. Atenciosamente, **João Villar Garcia** – Presidente do Conselho de Administração. (28, 29 e 30/03/2025)

Cogna Educação S.A.

cogna

CNPJ nº 02.800.026/0001-40 - NIRE 31.300.025.187 - Companhia Aberta

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam os senhores acionistas da **Cogna Educação S.A.** (**"Companhia"**) convocados para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária (**"Assembleia"**), **sob a forma exclusivamente digital**, nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (**"Lei das Sociedades por Ações"**), e do artigo 5º, §2º, inciso I, e do artigo 28, §§2º e 3º, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (**"CVM"**) nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada (**"Resolução CVM 81"**), a ser realizada no dia 28 de abril de 2025, às 09 horas, por meio da plataforma digital de assembleias virtuais *Ten Meetings* (**"Plataforma Digital"**), a fim de discutir e deliberar sobre as seguintes matérias constantes da ordem do dia (**"Ordem do Dia"**): **(i)** tomar as contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; **(ii)** examinar, discutir e deliberar acerca das demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; **(iii)** deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; **(iv)** fixar o limite de valor da remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2025; **(v)** deliberar sobre a instalação do Conselho Fiscal da Companhia, nos termos previstos no seu Estatuto Social e na Lei das Sociedades por Ações; **(vi)** caso o Conselho Fiscal seja instalado, fixar o respectivo número de membros em 3 (três) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes; e **(vii)** caso o Conselho Fiscal seja instalado, eleger seus membros efetivos e suplentes. A Proposta da Administração e toda a documentação relativa às matérias constantes da Ordem do Dia, os documentos previstos na Resolução CVM 81 e outras informações relevantes para o exercício do direito de voto na Assembleia foram disponibilizados aos Acionistas da Companhia nesta data, na forma prevista na Resolução CVM 81, e podem ser acessados nos sites da Companhia (https://ri.cogna.com.br/), da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br), e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (**"B3"**) (http://www.b3.com.br/). Informações Gerais sobre Participação na Assembleia: **A Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital,** observando o disposto na Resolução CVM 81, sem a possibilidade de comparecimento físico, razão pela qual os acionistas somente poderão participar via: (i) boletim de voto a distância (**"Boletim de Voto a Distância"**); e (ii) Plataforma Digital, pessoalmente ou por procurador devidamente constituído, nos termos do artigo 28, §§2º e 3º, da Resolução CVM 81, caso em que os acionistas poderão: (ii.a) apenas participar da Assembleia, sem necessariamente votar; ou (ii.b) participar e votar na Assembleia, observado que, caso o acionista tenha enviado ou cadastrado no sistema eletrônico previamente o Boletim de Voto a Distância, as instruções de voto neste expressas serão desconsideradas. ***1. Participação na Assembleia via Plataforma Digital:*** Os acionistas ou procuradores que desejarem participar por meio da Plataforma Digital deverão realizar seu cadastramento diretamente no endereço eletrônico (https://assembleia.ten.com.br/370241392) com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, impreterivelmente, até o dia **26 de abril de 2025 (inclusive)**, preenchendo todas as informações solicitadas e anexando todos os documentos indicados abaixo e no Manual para Participação na Assembleia Geral Ordinária da Companhia (**"Manual de Participação"**) divulgado nesta mesma data e disponível aos senhores acionistas no site de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.cogna.com.br/), da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br) e da B3 (http://www.b3.com.br/). **Nos termos do artigo 6º, §3º, da Resolução CVM 81, não será admitido o acesso à Plataforma Digital dos acionistas ou procuradores que não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo aqui previsto.** Caso o acionista que tenha realizado devidamente seu cadastramento para participação na Assembleia venha a encontrar qualquer dificuldade de acesso, o acionista deverá entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores da Companhia no telefone (11) 95653-6129 ou pelo e-mail dri@cogna.com.br, com até 1 (uma) hora de antecedência do horário de início da Assembleia, para que seja prestado o suporte necessário. Para comprovar a identidade dos acionistas, será exigida a apresentação dos seguintes documentos por meio da Plataforma Digital com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, até o dia **26 de abril de 2025 (inclusive)**: • *Para pessoas físicas:* documento de identidade[1] com foto do acionista ou, se for o caso, documento de identidade com foto do seu procurador e a respectiva procuração[2]. • *Para pessoas jurídicas:* último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista e documento de identidade com foto do representante legal. • *Para fundos de investimento:* último regulamento consolidado do fundo, estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação e documento de identidade com foto do representante legal. Por fim, a Companhia esclarece que fica a cargo do acionista e representante a responsabilidade pela veracidade e integridade dos documentos apresentados, sujeitos a responderem pelo crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal). ***2. Participação na Assembleia via Boletim de Voto a Distância:*** Nos termos da Resolução CVM 81, os acionistas poderão exercer o seu direito de voto mediante o preenchimento e a entrega dos Boletins de Voto a Distância, conforme orientações constantes do Manual de Participação: (a) diretamente à Companhia por meio do e-mail dri@cogna.com.br, em conjunto com os documentos descritos no item "(1)" acima; (b) diretamente através do sistema eletrônico (https://assembleia.ten.com.br/370241392), nos termos da Proposta da Administração; (c) por meio de agentes de custódia que prestem esse serviço, no caso dos acionistas titulares de ações depositadas em depositário central ou para o escriturador das ações de emissão da Companhia, no caso de acionistas titulares de ações depositadas no escriturador; e (d) por meio da transmissão das instruções de voto diretamente à Central Depositária da B3 através da Área do Investidor, nos termos da Proposta da Administração. A Companhia alerta que, em qualquer dessas hipóteses, o Boletim de Voto a Distância, acompanhado da documentação aplicável, deverá ser recebido até, no máximo, 4 (quatro) dias corridos antes da data de realização da Assembleia, ou seja, até o dia **24 de abril de 2025**, de modo que eventuais Boletins de Voto a Distância recepcionados pela Companhia ou cadastrados através do sistema eletrônico disposto acima após a data indicada serão desconsiderados. Caso o acionista opte por enviar o Boletim de Voto a Distância diretamente à Companhia, deverá encaminhar, além da via física original ou digitalização da via original do Boletim de Voto a Distância devidamente preenchido, rubricado e assinado, a mesma documentação indicada acima, nos termos do Manual de Participação. Os documentos deverão ser enviados aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores da Companhia, preferencialmente por meio do e-mail dri@cogna.com.br, com solicitação de confirmação de recebimento. A Companhia esclarece que dispensará a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos acionistas para o escritório da Companhia (inclusive dos Boletins de Voto a Distância, caso o voto seja exercido desta forma), bem como o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do acionista, a notarização, a consularização, o apostilamento e a tradução juramentada de todos os documentos de representação do acionista, bastando o envio de cópia simples digitalizada de tais documentos para o e-mail da Companhia (dri@cogna.com.br). Documentos que não tenham sido lavrados em língua portuguesa, inglesa ou espanhola deverão vir acompanhados de tradução juramentada para um desses idiomas. O percentual mínimo de participação no capital votante da Companhia necessário ao pedido de instalação do Conselho Fiscal na Assembleia é de 2% (dois por cento) das ações. Caso não haja candidatos ao Conselho Fiscal, a solicitação de instalação formulada por meio do Boletim de Voto fica sem efeito, conforme artigo 36, parágrafo 2º, da Resolução CVM 81. Belo Horizonte, 28 de março de 2025. **Rodrigo Calvo Galindo** - Presidente do Conselho de Administração.

[1] Documento de identidade aceito: RG, RNE, CNH, passaporte e carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais oficialmente reconhecidos e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que com foto de seu titular.
[2] A procuração deve ser outorgada há menos de 1 (um) ano.

GUARIGLIA
LEILOEIRO OFICIAL
LEILÃO QUINTA-FEIRA - 03/04/2025 - 09h00 - APROXIMADAMENTE 200 VEÍCULOS
PRESENCIAL E ONLINE
VEÍCULOS DE BANCOS E FINANCEIRAS
VISITAÇÃO: 02/04/2025, das 12 às 17h e 03/04/2025, das 07 às 09h | Rod. Pres. Dutra, Km 128 - Sentido RJ-SP - CAÇAPAVA/SP
•MODELOS: MERCEDES-BENZ/ACTROS 2651S 6X4 2021/2022 - VOLVO/FH 540 6X4T 2014/2015 - LIBRELATO/SEMI-REBOQUE DLCBQRI2 2E 2021/2022 - LIBRELATO/SEMI-REBOQUE LIBRELATO DLCBQRI2 2022/2022 - MERCEDES-BENZ/AXOR 2644 S6X4 2014/2014 - MERCEDES-BENZ/416CDISPRINTERF 2020/2021 - LAND ROVER/EVOQUE LR EVOQUE DYNAMIC 5D 2014/2014 - TOYOTA/HILUX 2014/2014 - HONDA/HR-V EXL CVT 2016/2016 - HYUNDAI/HB20 10M VISION 2021/2022 - FORD/FUSION 2015/2016 - VOLKSWAGEN/GOL 1.6L MB5 2020/2021 - RENAULT/LOGAN LIFE10MT 2019/2020 - FORD/FIESTA 2017/2017 - FIAT/SIENA 2016/2017 - FORD/KA SE 1.5 2018/2019 - HONDA/NXR 160 BROS ESDD 2024/2024 - HONDA/BIZ FLEX 2024/2025 - HONDA/PCX 2024/2024 - CHEVROLET/ONIX 1.4MT LT 2013/2013 - PEUGEOT/3008 2013/2014 - FORD/EDGE V6 2012/2013 - CHEVROLET/S10 2011/2011 - VOLVO/FH 540 6X4T 2013/2014. | LOTES DE MÓDULOS FOTOVOLTAICOS / MATERIAIS / EQUIPAMENTOS.
CONSULTE RELAÇÃO COMPLETA DE VEÍCULOS NO SITE. CONDIÇÕES DE VENDA E PAGAMENTO CONSTARÃO NO CATÁLOGO PRÓPRIO. VISITE NOSSO SITE: www.GUARIGLIALEILOES.com.br
ANTONIO LUIZ GUARIGLIA - LEILOEIRO OFICIAL - JUCESP 415
/GUARIGLIALEILOES
Informações: (12) 3654-1000
SERVIÇOS FINANCEIROS bradesco Santander BANCO PAN omni STELLANTIS Safra Sicredi SESI SENAI ITAPEVA

Tribunal Eclesiástico Diocesano de Osasco
Edital de Convocação

Pelo presente edital, fica convocado o(a) Sr.(a) **Geralda Silva Barreto**, com endereço desconhecido, para que compareça de terça à sexta-feira, das 13h às 15h30m, no Tribunal Eclesiástico Diocesano de Osasco, sito na Rua Dom Ercílio Turco, 60 - Vila Osasco - Osasco - SP, para tratar de assunto de seu interesse.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCHAS

Aviso de Licitação Concorrência Eletrônica N°02/2025.

A Prefeitura Municipal de Conchas comunica que se encontra aberta licitação modalidade Concorrência Eletrônica n°02/2025, objetivando a contratação de empresa especializada para execução das obras de reforma da Escola Municipal "Cônego João Quirino de Almeida", pelo Convênio n° 100842/2024 (Demanda 065161), firmado com a Secretaria de Governo e Relações Institucionais. A Sessão Pública será realizada através da Plataforma (BLL COMPRAS), às 09h00min do dia 22 de Abril de 2025. O Edital se encontra disponível nos sites www.bll.org.br e www.conchas.sp.gov.br, ou através dos endereços eletrônicos: licitacao3@conchas.sp.gov.br / licitacao2@conchas.sp.gov.br. Informações: BLLCompras (41) 3097-4600 - WhatsApp (41) 3149-9300, email: contato@bll.org.br; Setor de Licitações: Fone: (14) 3845-8011. Paulo Nunes de Almeida - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARUERI

SECRETARIA DE OBRAS

NOVAS DATAS - PREGÃO ELETRÔNICO SO/Nº 006/2025

Registro de Preços para Contratação de Empresa para Eventual Prestação de Serviços de Iluminação para Atendimento da Secretaria de Cultura e Turismo em Eventos do Município.
Data de Abertura da Sessão: Dia 16/04/2025 às 09h00, no site eletrônico https://compras.barueri.sp.gov.br
Edital: Disponível a partir do dia 31/03/2025 - Maiores esclarecimentos https://www.barueri.sp.gov.br/sistemas/Licitacoes/Download/02-instrucoes.pdf.

Viviane Alves de Lima - Pregoeira

NOVAS DATAS - PREGÃO ELETRÔNICO SO/Nº 007/2025

Registro de Preço para Eventual Prestação de Serviços de Sonorização para Atender as Necessidades da Secretaria de Cultura e Turismo em Eventos Culturais, Incluindo Montagem, Desmontagem e Operação, Conforme Exigências e Demais Especificações Contidas no Memorial Descritivo.
Data de Abertura da Sessão: Dia 16/04/2025 às 13h00, no site eletrônico https://compras.barueri.sp.gov.br.
Edital: Disponível a partir do dia 31/03/2025 - Maiores esclarecimentos https://www.barueri.sp.gov.br/sistemas/Licitacoes/Download/02-instrucoes.pdf.

Fernando Costa da Silva - Pregoeiro

Prefeitura do Município de Caieiras

Secretaria de Administração - Departamento de Licitação

EDITAL DE ABERTURA DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2025.

ÓRGÃO: Município de Caieiras. **EDITAL: 004/2025. OBJETO:** Contratação de Empresa de engenharia especializada em pavimentação asfáltica, drenagem e execução de calçadas, guias e sarjetas, para executar na Est. Lindolfo Soares de Campos (23°23'05.68"S 46°42'10.96"O), R. Armâncio Soares de Campos (23°23'02.40"S 46°42'12.37"O), (Morro Grande) e R. Maria Benilde Gomes da Silva (23°23'09.16"S – 46°43'54.18"O), (Vila Rosina), conforme Projeto Básico, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária e Cronograma Físico-Financeiro. **MODALIDADE:** Concorrência Pública. **INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS:** às 14h00min do dia 31/03/2025. **DATA DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** até às 08h00min do dia 15/04/2025. **DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS:** dia 15/04/2025 às 08h05min. No Portal de Compras do Município de Caieiras (www.portaldecomprascaieiras.com.br). As empresas interessadas poderão solicitar o envio do Edital via e-mail, bem como ficará disponível na íntegra no Site do Município de Caieiras (www.caieiras.sp.gov.br)no Portal de Transparência no ícone Compras/Licitações/Editais, bem como no www.portaldecomprascaieiras.com.br. Os e-mails para envio do Edital são: licitacoes@caieiras.sp.gov.br ou licitacao.caieiras@gmail.com. Maiores informações pelo telefone 4445-9240, no horário das 09h00min às 16h00min. Não enviamos o edital por fax e/ou correio.

Caieiras, 28 de Março de 2.025.
VINICIUS SILVEIRA SILVA
Departamento de Licitação

auren

Auren Energia S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 28.594.234/0001-23 - NIRE 35.300.506.271| Código CVM 26620

Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 25 de Março de 2025

1. Data, Hora e Local: Realizada no dia 25 de março de 2025, às 11h40, na sede social da Auren Energia S.A. ("**Companhia**"), localizada na Avenida Dra. Ruth Cardoso, nº 8.501, 2º andar, sala 11, Edifício Eldorado Business Tower, Pinheiros, cidade e Estado de São Paulo, CEP 05425-070, e por videoconferência. **2. Convocação e Presença:** Os membros do Conselho de Administração foram devidamente convocados nos termos do artigo 23, §1º do Estatuto Social da Companhia. Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração, quais sejam, Carlos da Costa Parcias Junior, Caroline Carlos, Helena Scripilliti Ferreira Veloso, João Henrique Batista de Souza Schmidt, Marcelo Strufaldi Castelli, Maria Letícia de Freitas Costa, Ricardo Szlejf e Sergio Ricardo Romani. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. João Henrique Batista de Souza Schmidt e secretariados pelo Sr. Carlos Curci Neto. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **(i)** a determinação de voto favorável para a aprovação pelo competente órgão da administração da Auren Participações S.A., sociedade por ações com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") na categoria "B", com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Doutora Ruth Cardoso, nº 8.501, 2º andar, sala 2, Edifício Eldorado Business Tower, Pinheiros, CEP 05425-070, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 37.663.076/0001-07 ("**Emissora**" ou "**Auren Participações**") para a realização da 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, no valor total de R$2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais) ("**Debêntures**" e "**2ª Emissão - Auren Participações**", respectivamente), da Auren Participações; **(ii)** a outorga de garantia fidejussória, sob a forma de fiança, nos termos do artigo 818 e seguintes da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("**Código Civil**"), com renúncia expressa aos benefícios de ordem, novação, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 364, 366, 368, 821, 824, 827, 830, 834, 835, 837, 838 e 839, todos do Código Civil e artigos 130 e 794, da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, responsabilizando-se, solidariamente com a Emissora, pelo fiel, pontual e integral cumprimento de toda e qualquer obrigação, principal e/ou acessória, presente e/ou futura, assumidas pela Emissora nos termos da Escritura de Emissão, incluindo as obrigações relativas ao integral e pontual pagamento do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures (conforme definido na Escritura de Emissão), bem como das demais obrigações pecuniárias presentes e futuras, principais e acessórias, previstas na Escritura de Emissão, inclusive honorários do Agente Fiduciário e ao ressarcimento de despesas judiciais e extrajudiciais comprovadamente incorridas pelo Agente Fiduciário no âmbito da Emissão, na medida da necessária para a preservação dos direitos da comunhão dos Titulares das Debêntures (conforme definido abaixo), inclusive na constituição, formalização, execução e/ou excussão das garantias previstas na Escritura de Emissão ("**Obrigações Garantidas**"), pelo prazo previsto na Escritura de Emissão ("**Fiança**"), em favor dos titulares das Debêntures, representados pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição financeira, atuando por meio de sua filial com endereço na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Nações Unidas, nº 12.901, 11º andar, conjuntos 1101 e 1102, Torre Norte, Centro Empresarial Nações Unidas (CENU), Brooklin, CEP 04578-910, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("**CNPJ/MF**") sob o nº 36.113.876/0004-34 ("**Agente Fiduciário**" e "**Debenturistas**", respectivamente), no âmbito da 2ª Emissão - Auren Participações ("**Emissão**" e "**Debêntures**", respectivamente), no valor total de R$2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais), as quais serão objeto de distribuição pública sob o regime de garantia firme de colocação, realizada sob o rito de registro automático de distribuição, destinada a investidores profissionais, não estando sujeita à análise prévia da CVM, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, da Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada, da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme alterada ("**Lei 12.431**") e demais disposições legais, regulamentares e autorregulatórias aplicáveis ("**Oferta**"); mediante a celebração do "*Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, Com Garantia Adicional Fidejussória, da 2ª (Segunda) Emissão da Auren Participações S.A.*" a ser celebrado entre a Companhia, a Emissora e o Agente Fiduciário ("**Escritura de Emissão**"), obrigando-se, na qualidade de fiadora e principal pagadora, pelo fiel e exato cumprimento das Obrigações Garantidas (conforme abaixo definido); **(iii)** autorização expressa para os representantes da Companhia e procuradores bastante constituídos, nos termos do Estatuto Social da Companhia, praticarem todos os atos, tomarem todas as providências e adotarem todas as medidas necessárias relativas à consecução e formalização da Emissão e da Oferta, incluindo, sem limitação ***(iii.a)*** negociar e definir os termos e as condições das Debêntures para a realização da Emissão e da Oferta; ***(iii.b)*** a contratação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários para a realização da Oferta ("**Coordenadores**"), mediante a celebração do "*Contrato de Coordenação e Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, Com Garantia Adicional Fidejussória, da 2ª (Segunda) Emissão da Auren Energia S.A.*" a ser celebrado entre a Emissora e os Coordenadores ("**Contrato de Distribuição**"); ***(iii.c)*** a contratação dos demais prestadores de serviços da Emissão, incluindo, mas não se limitando ao Agente de Liquidação e Escriturador (conforme definido na Escritura de Emissão), os assessores legais, o Agente Fiduciário, à B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("**B3**"), agência de rating, dentre outros, podendo, para tanto, negociar os termos e condições, assinar os respectivos instrumentos de contratação e fixar-lhes os respectivos honorários; e ***(iii.d)*** a celebração da Escritura de Emissão, do Contrato de Distribuição, bem como todos os demais documentos relacionados à Emissão, à Oferta e eventuais aditamentos; **(iv)** registrar a Oferta perante a B3 e aos demais órgãos competentes, conforme aplicável; e **(v)** a ratificação dos atos já praticados pela Diretoria da Companhia e/ou procuradores bastante constituídos, relacionados exclusivamente às deliberações acima. **5. Deliberações:** Analisadas e discutidas as matérias constantes da Ordem do Dia, os membros do Conselho de Administração, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições deliberaram: **5.1.** A determinação de voto favorável para, nos termos do material apresentado na reunião, a aprovação pelo competente órgão da administração da Auren Participações da Emissão, de acordo com as características e condições principais, que serão detalhadas e reguladas na Escritura de Emissão (ou seja, no "*Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, Com Garantia Adicional Fidejussória, da 2ª (Segunda) Emissão da Auren Participações S.A.*", a ser celebrada entre a Auren Participações e o Agente Fiduciário dos Debêntures. **5.2.** Aprovar a outorga e constituição da Fiança em caráter irrevogável e irretratável, em garantia ao fiel, integral e pontual cumprimento de todas as Obrigações Garantidas no âmbito da Emissão e da Oferta. **5.3.** Autorizar expressamente os representantes da Companhia e procuradores bastante constituídos a praticarem todos os atos, tomarem todas as providências e adotarem todas as medidas necessárias relativas à Emissão e à Oferta, incluindo: (i) a formalização, efetivação e negociação dos termos e condições relacionados às deliberações ora aprovadas para a Emissão e a Oferta, estando a Companhia autorizada a celebrar todos e quaisquer atos, livros, procurações, notificações, comunicações, documentos, requerimentos, formulários, instrumentos, contratos e anexos relacionados à Emissão e à Oferta, inclusive celebrar a Escritura de Emissão, o Contrato de Distribuição, bem como eventuais aditamentos a estes documentos; (ii) a formalização e efetivação da contratação e remuneração dos Coordenadores, dos assessores legais da Oferta e dos demais prestadores de serviços necessários à implementação da Emissão e da Oferta, tais como: **(a)** Agente de Liquidação e Escriturador (conforme definido na Escritura de Emissão), agência de rating e Agente Fiduciário; e **(b)** ambientes de distribuição e negociação das Debêntures nos mercados primários e secundários, entre outros, podendo, para tanto, negociar, fixar remuneração e assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais alterações em aditamentos; (iii) registrar a Oferta perante a B3 e aos demais órgãos competentes, conforme aplicável; e **(iv)** o estabelecimento de condições adicionais, praticando todos os atos necessários e firmando todos os documentos requeridos para efetivação das deliberações aqui previstas. **5.4.** Aprovar e ratificar os atos já praticados pela Diretoria da Companhia e/ou procuradores bastante constituídos, relacionados exclusivamente às deliberações acima. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a ata, que lida e achada conforme, foi assinada pelos Conselheiros presentes. **Mesa:** João Henrique Batista de Souza Schmidt, *Presidente*; Carlos Curci Neto, *Secretário*. **Conselheiros:** Carlos da Costa Parcias Junior, Caroline Carlos, Helena Scripilliti Ferreira Veloso, Marcelo Strufaldi Castelli, Maria Letícia de Freitas Costa, João Henrique Batista de Souza Schmidt, Ricardo Szlejf e Sergio Ricardo Romani. *Confere com o original lavrado em livro próprio.* São Paulo, SP, 25 de março de 2025. Mesa: **João Henrique Batista de Souza Schmidt** - Presidente; **Carlos Curci Neto** - Secretário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAZARÉ PAULISTA

PREGÃO ELETRÔNICO 008/2025 – MEMORANDO 1847/2025 – Registro de preços para eventual e futura aquisição de gêneros alimentícios perecíveis (carnes, frango e peixe) com entregas parceladas, ponto a ponto, para utilização no cardápio da Alimentação Escolar pelo período de 12 meses, com possibilidade de contratação, conforme Termo de Referência. **A Prefeitura Municipal de Nazaré Paulista comunica aos interessados a SUSPENSÃO "SINE DIE" do PREGÃO ELETRÔNICO supracitado com sessão de abertura prevista para o dia 31/03/2025, às 09h, em virtude da análise e eventuais alterações no Edital. Oportunamente, será divulgada nova data para reabertura.** Divisão de Licitações e Contratos – Telefone (11) 4597-1526 – Nazaré Paulista, 25 de março de 2.025 – Avanilde Aparecida Gonzaga Canêdo – Prefeito.

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00616460112025
UASG – INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL

Modalidade: Pregão Eletrônico para Entrega Imediata
Nº Processo: 147.00035318/2024-12
Pregão Eletrônico: 512101 - 90462/2025
Objeto: Aquisição de tenazoprindina
Total de Itens Licitados: 01 (um). **Valor total da licitação:** Sigiloso
Disponibilidade do edital: 31/03/2025
Horário: das 08h00 às 17h59
Endereço: Avenida Ibirapuera, 981 - Vila Clementino - São Paulo/SP
Link do PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais?pagina=1
Entrega das Propostas: a partir de 31/03/2025 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 10/04/2025 às 09h00 no site: www.gov.br/compras. **Fonte:** DOESP e PNCP

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETININGA/SP

EDITAL DE ABERTURA DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 05/2025 - ABERTURA DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA A PROCESSO SELETIVO, PARA SELEÇÃO DE PROPOSTAS E CONTRATAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS INTERESSADAS EM ESCAVAR E RETIRAR TERRA DE TERRENOS PERTENCENTES A PREFEITURA DE ITAPETININGA – As empresas interessadas deverão realizar as inscrições conforme edital de abertura, os interessados poderão protocolar os documentos de proposta e habilitação na unidade do Atende Fácil, localizado no térreo do Paço Municipal - Praça dos Três Poderes, n.º 1.000, Jardim Marabá, das 9h às 17h, de segunda à sexta-feira, a partir de 31/03/2025 até 19/12/2025. O edital completo fica disponível aos interessados no site www.itapetininga.sp.gov.br/licitacao no ícone Chamada Pública a partir do dia 29.03.2025. Departamento de Licitação

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA ENERGIA ELÉTRICA DE SÃO PAULO (SINDICATO DOS ELETRICITÁRIOS DE SÃO PAULO) - CNPJ 62.194.681/0001-12 - EDITAL - Convocamos todos os trabalhadores da NEWAVE ENERGIA S.A. (CNPJ: 42.823.087/0001-47), e NEWAVE COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA. (CNPJ: 33.524.912/0001-11), a participarem da Assembleia Extraordinária, que será realizada no dia **31 de Março de 2025 às 14h**, em convocação única, esta Assembleia ocorrerá por transmissão videoconferência pela plataforma Zoom, para deliberar a **"ORDEM DO DIA": 1) Votação da proposta final apresentada pela empresa, para renovação do ACT 2024/2025**. Em função da realização da Assembleia, ser feita por videoconferência através da plataforma Zoom, a deliberação e a votação (aprovação ou rejeição) da proposta, se dará, através de ferramenta eletrônica que será encaminhada para todos trabalhadores da empresa através do seu e-mail corporativo, este valerá como assinatura de presença na Assembleia e deliberação da proposta. O encerramento da Assembleia se dará juntamente com a divulgação do resultado da apuração dos votos eletrônicos, que ocorrerá durante a transmissão. **São Paulo, 28 de Março de 2025. Eduardo de Vasconcellos Correia Annunciato (Chicão), Presidente.**

Sindicato dos Empregados em Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis de São Bernardo do Campo, Santo André, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra - SINDIMÓVEIS/ABC - Edital de Convocação de Assembleia - O presidente do **Sindicato dos Empregados em Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis de São Bernardo do Campo, Santo André, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra - SINDIMÓVEIS/ABC**, Sr. Julio Henrique Cuco, convoca todos os integrantes da categoria profissional dos empregados em empresas de compra, venda, locação e administração de imóveis dos municípios de São Bernardo do Campo, Santo André, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, associados ou não do sindicato, para participar de Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no endereço da Avenida José Versolato, 101 12º andar, Centro São Bernardo do Campo - SP, 09750-730, no próximo dia 01/04/2025, às 15h em primeira convocação e às 17h em segunda convocação, com qualquer número de presentes para deliberar sobre a seguinte pauta: 1) Elaboração e aprovação da pauta de reivindicações para a data base de 01/05/2025 para ser apresentada ao Sindicato Patronal SECOVI-SP; 2) Autorização da categoria para a diretoria do sindicato para negociar com Sindicato Patronal, e celebração de convenção coletiva de trabalho; 3) Autorização da categoria para firmar acordos coletivos de trabalho; 4) Autorização a delegação e poderes a diretoria do Sindicato, a caso as negociações sejam frustradas instaurar dissídio coletivo junto ao TRT; 5) Fixação e aprovação da percentual e desconto da contribuição assistencial, previsto no Art. 513, letra "E" da CLT - Consolidação das Leis do Trabalho, Art. 8º da Constituição Federal, e outras contribuições pertinentes. São Bernardo do Campo, 28 de março de 2025. **Julio Henrique Cuco** - Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNQUEIRÓPOLIS/SP

Extrato de Edital de Pregão Eletrônico n° 054/2025 - Objeto: A Prefeitura de Junqueirópolis/SP, em cumprimento a Lei Federal n° 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 7.421/2024, torna público que realizará Pregão Eletrônico no dia **10 de abril de 2025, às 08h30min**, visando a **AQUISIÇÃO DE PRODUTOS E MATERIAIS DE LIMPEZA, PRODUTOS DE HIGIENE E UTENSILIOS DE COZINHA PARA SEREM UTILIZADOS EM DIVERSOS SETORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNQUEIRÓPOLIS/SP.** O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.bll.org.br, no site: www.junqueiropolis.sp.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP. Quaisquer esclarecimentos serão prestados junto a Plataforma BLL, no endereço eletrônico www.bll.org.br.

Junqueirópolis/SP, 28 de março de 2025.
MARIA EDNA DO ROSÁRIO BONANCIM
Diretora de Educação, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo

Prefeitura do Município de Caieiras

Secretaria de Administração - Departamento de Licitação

EDITAL DE ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2025

ÓRGÃO: Município de Caieiras. **EDITAL**: 024/2025. **OBJETO**: Registro de preços para eventual fornecimento de emulsão asfáltica RR2C – a granel, conforme justificativa e anexos. **MODALIDADE**: Pregão Eletrônico. **O RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS**: será das 08h00min horas do dia 31/03/2025 até às 08h00min do dia 10/04/2025 e **ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS**: no horário das 08h05min do dia 10/04/2025. As empresas interessadas poderão retirar o edital pelo site www.portaldecomprascaieiras.com.br. Maiores informações pelo telefone (11) 4445 - 9240 ou pelo site www.portaldecomprascaieiras.com.br, no horário das 09:00h às 16:00h. Não enviamos o edital por fax e/ou correio.

Caieiras, 27 de Março de 2.025.
VINICIUS SILVEIRA SILVA
Departamento de Licitação

Prefeitura Municipal de Araras

Secretaria Municipal de Administração Departamento de Compras O MUNICÍPIO DE ARARAS torna público para conhecimento dos interessados que se encontra aberto no Departamento de Compras da Secretaria Municipal de Administração, as seguintes licitações:

PREGÃO ELETRÔNICO 004/2025 - REPUBLICADO – Registro de preço para aquisição de insulinas destinados a atender Processos Judiciais da Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificações constantes do Anexo I deste Edital. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08h do dia 15 de abril de 2025. ABERTURA DAS PROPOSTAS: Após às 08h do dia 15 de abril de 2025. INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 08h e 30 min do dia 15 de abril de 2025.

PREGÃO ELETRÔNICO 016/2025 – Registro de preço para aquisição de alho nacional shonan para a Secretaria Municipal de Educação, conforme especificações constantes do Anexo I deste Edital RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08h do dia 24 de abril de 2025. ABERTURA DAS PROPOSTAS: Após às 08h do dia 24 de abril de 2025. INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: às 08h e 30 min do dia 24 de abril de 2025.

PREGÃO ELETRÔNICO 017/2025 – Registro de preço de fitas reagentes para verificação de glicemia capilar, com cessão de uso em regime de comodato dos aparelhos de medição, para Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificações constantes do Anexo I deste Edital. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08h do dia 22 de abril de 2025. ABERTURA DAS PROPOSTAS: Após às 08h do dia 22 de abril de 2025. INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: às 08h e 30 min do dia 22 de abril de 2025.

PREGÃO ELETRÔNICO 018/2025 – Registro de preço para aquisição de compressa de gaze, destinado a atender a Rede Pública Municipal de Saúde, conforme especificações constantes do Anexo I deste Edital. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08h do dia 29 de abril de 2025. ABERTURA DAS PROPOSTAS: Após às 08h do dia 29 de abril de 2025. INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: às 08h e 30 min do dia 29 de abril de 2025.

A pasta contendo os editais e anexos estarão à disposição para leitura e retirada no site www.araras.sp.gov.br ou no Departamento de Compras, situada na Rua Pedro Alvares Cabral nº 83 centro, em dias úteis no horário das 09:00 às 16:00 horas. Todas as informações poderão ser obtidas no órgão supra ou telefone/fax (19) 3547-3107 ou e-mail pregao@araras.sp.gov.br.

Araras, 28 de março de 2025.
JOÃO PAULO RISSI

mercado

Conta de luz mantém bandeira verde em abril, sem sobretaxa

BRASÍLIA A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) anunciou nesta sexta-feira (28) que a conta de luz em abril terá bandeira verde, sem cobrança adicional. Esse será o quinto mês seguido sem taxas extras para os consumidores.

A agência afirma que, mesmo com a transição do período chuvoso para o seco, a geração de usinas hidrelétricas (mais barata que as térmicas) continuou em níveis estáveis no país.

A decisão é tomada apesar da elevação do PLD (Preço de Liquidação de Diferenças), indicador crucial para a definição. Nos subsistemas Sul e Sudeste/Centro-Oeste, o valor sextuplicou —de R$ 58 por MWh (megawatt-hora), no começo do ano, para R$ 354, na mais recente semana (encerrada em 28 de março). Já nas regiões Norte e Nordeste, os preços continuam próximos aos patamares mínimos do ano.

O mecanismo de bandeiras é válido para todos os consumidores conectados ao SIN (Sistema Interligado Nacional).

A bandeira ficou verde de abril de 2022 a julho de 2024, quando foi interrompida com o anúncio da bandeira amarela. Em agosto, voltou a ficar verde. Em setembro, foi aplicada a vermelha patamar 1, e, em outubro, vermelha patamar 2. Em novembro, amarela.

A conta de luz voltou à bandeira verde a partir de dezembro.

O sistema de bandeiras tarifárias foi criado em 2015 para indicar aos consumidores os custos da geração de energia no Brasil. Ele reflete o custo variável da produção de energia considerando fatores como a disponibilidade de água, o uso das fontes renováveis e o acionamento de fontes de geração mais caras como as termelétricas.

Cerca de 71% da geração do Brasil vem de hidrelétricas. O restante é complementado por outras fontes, como eólica, solar e nuclear. Como a geração hidrelétrica pode ficar comprometida em períodos de seca, o país tem um parque de usinas térmicas que são acionadas quando faltam chuvas.

Essas térmicas consomem gás, óleo combustível ou diesel e, quando são ligadas, elevam o custo de geração de energia, já que é necessário gastar com a compra do combustível.

Eufrázio

ABERTURA DE PLANTÃO NESTE F

Lazer e comodidade em um residencial completo no



VISTA AÉREA DA REGIÃO



PERSPECTIVA ILUSTRADA DO FITNESS



VISITE A CENTRAL DE ATENDIMENTO
Av. Prof. Luiz Ignácio de Anhaia Mello, 2955
ou Av. Vila Ema, 1220

eztec.con

Central de Atendimento TECVENDAS: R. Domingos de Morais, 2187 - Torre Dubai - Sl. 114 - Vila Mariana - São Paulo (SP) - Fone: 5056-8308 - CRECI Tecvendas: 5677-J. As perspectiv
– Lagoa Grande Incorporadora LTDA – CNPJ 35.721.628/0001-60. Alvará de Aprovação de edificação nova nº 6185-21-SP-ALV - Publicado em 12/03/2025. MATERIAL SUJEITO A ALTE

IM DE SEMANA - VILA PRUDENTE

melhor da Vila Prudente, a 490 m da Estação Oratório.





LumeHouse
VILA PRUDENTE

38, 69 e 71 m²
2 e 3 dorms.

n.br/lume

Informações: 3135-5119

Realização:
eztec

s são ilustrativas com sugestão de decoração com móveis e utensílios de dimensões comerciais e não fazem parte do contrato. Lume House Vila Prudente
AÇÕES. 110901

Eufrázio

mercado

Campeã da malha fina, despesa com saúde requer atenção no IR

IR 2025

Fernando Narazaki

SÃO PAULO Uma a cada quatro declarações que caíram na malha fina do Imposto de Renda no ano passado entraram nesta situação por erros em deduções de despesas com saúde.

O contribuinte obrigado a declarar precisa estar atento aos valores que informar ao fisco e ter todos os comprovantes para esclarecer divergências entre os dados informados por ele e pelos hospitais, médicos ou outros profissionais de saúde, caso seja convocado pela Receita.

As despesas com saúde têm maior atenção do fisco, pois elas não têm limite de valor e podem impactar diretamente no imposto devido pelo contribuinte.

A partir de 2026, a Receita passará a ter uma forma a mais de cruzar os dados. O fisco tornou obrigatório o preenchimento do aplicativo Receita Saúde pelo médico que atende pessoa física. O programa entrou em vigor em 1º de janeiro deste ano e obriga o profissional a informar todos os atendimentos feitos com os valores recebidos.

A medida visa aumentar o cruzamento de dados e tentar reduzir fraudes com a emissão de notas falsas, que já foram alvos de operações. Para o paciente, o Receita Saúde permitirá ter o comprovante do gasto, caso tenha perdido o documento feito manualmente.

É preciso estar atento, pois nem todas as despesas com esta área são dedutíveis. Remédios, exames e vacinas, por exemplo, só podem ser deduzidos do IR se estiverem na conta de hospital, clínica ou laboratório.

E também nem todos os gastos com profissionais de saúde são válidos para dedução no Imposto de Renda. São os casos de massagistas, enfermeiros, cuidadores de idosos, nutricionistas e assistentes sociais, que podem ser deduzidos também apenas se estiverem nas despesas de internações hospitalares.

A recomendação é que o contribuinte tenha notas fiscais, recibos e comprovantes de pagamento como Pix, extrato bancário e fatura do cartão de crédito para justificar as despesas.

LEIA MAIS SOBRE O IR
folha.com/impostoderenda

MUNICÍPIO DE SANDOVALINA
Extrato de Aviso de Retificação de Licitação
O Município de Sandovalina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que a licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 04/2025, do tipo Menor Preço, objetivando o Registro de Preços para futuro e provável fornecimento de materiais e produtos de expediente para atender a demanda de todos os setores públicos do Município de Sandovalina/SP, conforme edital e seus anexos, que seria realizada no dia 03/04/2025 a partir das 9hs00, foi transferida para o dia 10/04/2025 a partir das 9hs00, devido a retificação feita em seus anexos. O Edital devidamente Retificado em seu inteiro teor estará disponível no prédio do Paço Municipal na Av. João Borges Frias, 435 Centro de segunda a sexta-feira no horário das 8hs00 às 11hs0 e das 13hs00 às 17hs00, ou ainda site www.sandovalina.sp.gov.br e poderá ser solicitado pelo e-mail: sandovalina.licitacao@gmail.com. Sandovalina – SP, 28 de março de 2025. Marcos Mendes da Silva Prefeito Municipal

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE QUATÁ - IMPREV
EXTRATO DE ATA DE DECISÃO DE ESCOLHA
Processo Licitatório nº. 106/2023
Inexigibilidade nº. 009/2023
A Comissão de Contratação da Prefeitura Municipal de Quatá, comunica a todos os interessados do Processo Licitatório nº 106/2023, Inexigibilidade nº 009/2023, destinado ao credenciamento de empresa especializada para implantação de serviços de emissão, utilização e administração de cartão alimentação com chip, destinados aos Servidores Municipais de Quatá, que declarou CREDENCIADAS as empresas ALELO INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A. CNPJ: 04.740.876/0001-25 e VEROCHEQUE REFEIÇÕES LTDA EPP CNPJ: 06.344.497/0001-41 por terem atingido quantidade superior a 10% (dez por cento) de escolhas.
Comunique-se a decisão as empresas interessadas e publique-se.
Int.
Cumpra-se.
Quatá-SP, em 28 de março de 2025.
Luciana Aparecida Casadei - Agente de Contratação

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHA SOLTEIRA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 005/2025 – ELETRÔNICO
Nº EDITAL FS000026/25 (IDENTIFICAÇÃO BLL)
OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de oxigênio medicinal e locação de cilindros, com entrega parcelada, de acordo com a necessidade, para atendimento de pacientes em tratamento, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde. CRITÉRIO: Menor Preço Global. **DATA DA REALIZAÇÃO:** 10/04/2025, com início às 09h00 (horário de Brasília) no site: bllcompras.com. Informações e Edital na íntegra à disposição dos interessados no PNCP, nos sites: www.ilhasolteira.sp.gov.br, bllcompras.com e na Divisão de Compras e Licitações, Sala 01 da Prefeitura Municipal de Ilha Solteira, situada na Praça dos Paiaguás, nº 66, Centro, na cidade de Ilha Solteira/SP – CEP: 15.385-009. Outras informações e/ou esclarecimentos pelo fone (18) 3743-6020 ou e-mail: compras@ilhasolteira.sp.gov.br. Ilha Solteira, 28/03/2025. Rodrigo Batista Gonçalves - Prefeito.

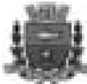
PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU
NOTIFICAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
LEI Nº 14.133/2021 - UASG: 986219 - Edital nº **191/2025** - Processo n. º **88.502/2021** - **Modalidade:** Pregão Eletrônico nº **096/2025** - do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE - AMPLA PARTICIPAÇÃO - MODO DE DISPUTA ABERTO - OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA USINA DE ASFALTO POR MEIO DE CONTRATO COM VALIDADE DE 6 MESES E PREVISÃO DE ENTREGA ÚNICA, CONFORME DESCRITIVO COMPLETO NO TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I DO EDITAL. Interessado:** Secretaria Municipal de Obras. **Período para entrega das propostas: 01/04/2025 às 9h até 11/04/2025 às 09h. Data prevista para abertura da sessão pública: dia 11/04/2025 às 9h.** Informações e edital na Secretaria da Administração/Divisão de Licitações, sito na Praça das Cerejeiras, 1-59, Vila Noemy - 2º andar, sala 10 - CEP: 17.014-500 - Bauru/SP, no horário das 08h às 12h e das 13h às 17h e telefone (14) 3235-1077 ou através de **download** gratuito no site **www.bauru.sp.gov.br**, ou pelo **Id contratação PNCP: 46137410000180-1-000157/2025** ou através do site **https://www.gov.br/compras/pt-br** - **Nº 98096/2025**, onde se realizará a sessão de pregão eletrônico, com os licitantes devidamente credenciados.
Bauru, 28/03/2025
Ana Carolina de Carvalho Fraga - Diretora Substituta de Divisão de Licitações.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU
NOTIFICAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
LEI Nº 14.133/2021 - UASG: 986219 - Edital nº **189/2025** - Processo nº **61.502/2024** - **Modalidade:** Pregão Eletrônico nº **682/2024** - do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE, AMPLA PARTICIPAÇÃO - MODO DE DISPUTA ABERTO - Objetivando: AQUISIÇÃO DE FONTE DE AR PORTÁTIL PARA SER UTILIZADA POR EQUIPES DE INTERVENÇÃO RÁPIDA EM CONFORMIDADE COM A NFPA 1981, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO ANEXO I DO EDITAL. Interessada:** Corpo de Bombeiros - Gabinete do Prefeito. **Período para entrega das propostas: 31/04/2025 às 08h até 14/04/2025 às 9h. Data prevista para abertura da sessão pública: 14/04/2025 às 9h.** Informações e edital na Secretaria da Administração/Divisão de Licitações, sito na Praça das Cerejeiras, 1-59, Vila Noemy - 2. º andar, sala 10 - CEP 17.014-500 - Bauru/SP, no horário das 08h às 12h e das 13h às 17h e fones (14) 3235-1145 ou através de **download** gratuito no site www.bauru.sp.gov.br, ou através do site https://www.gov.br/compras/pt-br - **Nº 98682/2024** ou pelo **Id contratação PNCP: 46137410000180-1-001356/2024,** onde se realizará a sessão de pregão eletrônico, com os licitantes devidamente credenciados.
Bauru, 28/03/2025 - Ana Carolina de Carvalho Fraga - Diretora Substituta de Divisão de Licitações

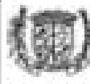
PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU
NOTIFICAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
LEI Nº 14.133/2021 - UASG: 986219 - Edital nº **141/2025** - Processo nº **9.853/2025 - Modalidade:** Pregão Eletrônico nº **078/2025** - do tipo **MENOR PREÇO - MAIOR DESCONTO - AMPLA PARTICIPAÇÃO - MODO DE DISPUTA ABERTO - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO, GERENCIAMENTO, EMISSÃO E FORNECIMENTO DE CARTÃO BENEFÍCIO EVENTUAL AUXÍLIO NATALIDADE NA FORMA DE CARTÃO ELETRÔNICO COM CHIP, MEDIANTE CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA. ANEXO I DO EDITAL. Interessado:** Secretaria Municipal de Assistência Social. **Período para entrega das propostas: 01/04/2025 às 09h até 15/04/2025 às 09h. Data prevista para abertura da sessão pública: dia 15/04/2025 às 9h.** Informações e edital na Secretaria da Administração/Divisão de Licitações, sito na Praça das Cerejeiras, 1-59, Vila Noemy - 2º andar, sala 10 - CEP. 17.014-500 - Bauru/SP, no horário das 08h às 12h e das 13h às 17h e telefone (14) 3235-1077 ou através de **download** gratuito no site **www.bauru.sp.gov.br**, ou pelo **Id contratação PNCP: 46137410000180-1-000144/2025** ou através do site **https://www.gov.br/compras/pt-br** - **Nº 98078/2025**, onde se realizará a sessão de pregão eletrônico, com os licitantes devidamente credenciados.
Bauru, 28/03/2025 - Ana Carolina de Carvalho Fraga - Diretora Substituta de Divisão de Licitações.

Sindicato dos Trabalhadores Ativos e Aposentados nas Indústrias de Alimentação e Bebidas de Campos do Jordão - STIACAMPOS - Eleições Sindicais - Edital De Convocação - Nos termos do artigo 79 do Estatuto Social, pelo presente Edital, faço saber aos trabalhadores associados que serão realizadas eleições no Sindicato dos Trabalhadores Ativos e Aposentados nas Indústrias de Alimentação e Bebidas de Campos do Jordão – STIACAMPOS, entidade sindical de primeiro grau, inscrita no CNPJ sob o nº 43.441.664/0001-07, no dia **30 de abril de 2025**, em escrutínio secreto, no período de 05H00 as 16H00 na sede desta entidade e nas unidades empregadoras onde houverem associados, para composição da Diretoria, Conselho Fiscal, Delegados Representantes Federativos e Confederativos e seus respectivos Suplentes. Ficando aberto o prazo de 3 (três) dias úteis, para Registro de Chapas a contar da publicação deste Edital, conforme o artigo 80 do Estatuto Social. Prazo em que os interessados deverão comparecer à Secretaria Eleitoral na sede do Sindicato para a efetivação do registro, munidos de toda a documentação necessária, conforme especificado no artigo 81, do Estatuto Social. O presente Edital de Convocação da Eleição, encontra-se afixado na Sede desta Entidade. O atendimento da Secretaria Eleitoral aos interessados que desejarem realizar o registro de chapa será nos horários das 09H00 às 12H00 e das 14H00 às 16H00 na sede da Entidade Sindical situada a Avenida Frei Orestes Girardi, 371, sala 01, Vila Abernessia, Campos do Jordão/SP onde se encontrará à disposição dos interessados pessoa habilitada para o atendimento, registro de chapas e informações concernentes ao processo eleitoral. A impugnação de candidaturas deverá ser feita no prazo de 03 (três) dias, a contar da publicação da relação das Chapas Registradas, conforme Artigo 91 do Estatuto Social. Campos do Jordão/SP, 28 de março de 2025. **Paulo Siqueira - Presidente**

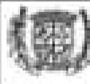
PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU
NOTIFICAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
LEI Nº 14.133/2021 - UASG: 986219 - Edital nº **135/2025** - Processo n. º **151.695/2024** - **Modalidade:** Pregão Eletrônico nº **679/2024** - do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE - DIFERENCIADO NO MODO COTA RESERVADA PARA ME/EPP/EQUIPARADAS - MODO DE DISPUTA ABERTO - OBJETIVANDO AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SALVAMENTO EM ALTURA, CONFORME DESCRITIVOS CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I E III DO EDITAL 135/2025. Interessado:** Corpo de Bombeiros (Gabinete da Prefeita). **Período para entrega das propostas: 31/03/2025 às 08h até 14/04/2025 às 08:59h. Data prevista para abertura da sessão pública: dia 14/04/2025 às 09h.** Informações e edital na Secretaria da Administração/Divisão de Licitações, sito na Praça das Cerejeiras, 1-59, Vila Noemy - 2º andar, sala 10 - CEP. 17.014-500 - Bauru/SP, no horário das 08h às 12h e das 13h às 17h e telefone (14) 3235-1062 ou através de **download** gratuito no site **www.bauru.sp.gov.br**, ou **pelo Id contratação PNCP: 46137410000180-1-001355/2024**, ou através do site **https://www.gov.br/compras/pt-br** - **Nº 98679/2024**, onde se realizará a sessão de pregão eletrônico, com os licitantes devidamente credenciados.
Bauru, 28/03/2025 - Ana Carolina de Carvalho Fraga - Diretora Substituta de Divisão de Licitações.



Município da Estância Turística de Piraju
SUSPENSÃO DE EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO N. 05/2025
O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PIRAJU**, estado de São Paulo, torna pública a **SUSPENSÃO** do vencimento do Edital do Pregão Eletrônico n. 05/2025 (processo administrativo n. 798/2025), que objetiva o registro de preços de fraldas e absorventes descartáveis destinados às necessidades do serviço social do Departamento Municipal de Saúde e dos programas por ele geridos, prevista para o dia 31/03/2025, às 9h, em virtude de questionamentos que demandam análise e viabilidade de correções do edital até deliberação.
Carlos Alberto Camargo Lima - PREFEITO MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE FARTURA
AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO 10/2025 – PROCESSO 22/2025
Objeto: Registro de Preços para eventuais aquisições de materiais de expediente, escolar e armarinhos em geral, destinados à diversos setores do município, pelo prazo de 12 (doze) meses, conforme especificações constantes no Termo de Referência. Comunicamos que o Pregão Eletrônico 10/2025 está SUSPENSO para adequações em seu Edital. O novo edital será publicado nos mesmos meios de divulgação utilizados anteriormente. INFORMAÇÕES: Telefone (14) 3308-9332; Site: www.fartura.sp.gov.br.
FARTURA, 28 de março de 2025.
Luiz Marcos de Souza – Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE FARTURA
AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO 12/2025 – PROCESSO 24/2025
Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de equipamentos e materiais de informática, telefônicos e eletrônicos para escritório, para atendimento de diversos setores do município, pelo período de 12 meses, conforme especificações constantes no Termo de Referência. Comunicamos que o Pregão Eletrônico 12/2025 está SUSPENSO para adequações em seu Edital. O novo edital será publicado nos mesmos meios de divulgação utilizados anteriormente. INFORMAÇÕES: Telefone (14) 3308-9332; Site: www.fartura.sp.gov.br.
FARTURA, 28 de março de 2025.
Luiz Marcos de Souza – Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU
NOTIFICAÇÃO DE ABERTURA
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
LEI Nº 14.133/2021 - UASG: 986219 - Edital nº 155/2025 - PE SMS nº 100/2025 - Processo: 9.637/2025 - Modalidade: Pregão Eletrônico **COMPRAS GOV nº Nº 93155/2025 - REGISTRO DE PREÇOS - AMPLA PARTICIPAÇÃO - MODO DE DISPUTA ABERTO** - por meio da INTERNET - Tipo Menor Preço por Lote - **Objeto:** AQUISIÇÃO ANUAL ESTIMADA DE MEDICAMENTOS PARA AS UNIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, DEVIDAMENTE ESPECIFICADOS NO ANEXO I DO EDITAL, ATRAVÉS DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - Período para entrega das propostas: **31/03/2025 às 8h até 11/04/2025 às 14h.** Data prevista para abertura da sessão pública: **11/04/2025 às 14h. Pregoeiro: Fabiana Batista.** O Edital completo e informações poderão ser obtidos na Divisão de Compras e Licitações, Rua Gérson França, 7-49, 1º andar, Centro, CEP: 17015-200 - Bauru/SP, fone (14) 3104-1463/1464/1465, ou pelo site www.bauru.sp.gov.br, ou através do site https://www.gov.br/compras/pt-br - **Id contratação PNCP: 46137410000180-1-000148/2025** onde se realizará a sessão de pregão eletrônico, com os licitantes devidamente credenciados.
Bauru, 28/03/2025 - compras_saude@bauru.sp.gov.br
Juliana Priscilla Dionisio Zanotte - Diretora da Divisão de Compras e Licitações - S.M.S.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU
NOTIFICAÇÃO DE ABERTURA
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
LEI Nº 14.133/2021 - UASG: 986219 - Edital nº 156/2025 - PE SMS nº 101/2025 - Processo: 9.653/2025 - Modalidade: Pregão Eletrônico **COMPRAS GOV nº Nº 93156/2025 - REGISTRO DE PREÇOS - AMPLA PARTICIPAÇÃO - MODO DE DISPUTA ABERTO** - por meio da INTERNET - Tipo Menor Preço por Item - **Objeto:** *AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS REMUME, DEVIDAMENTE ESPECIFICADOS NO ANEXO I DO EDITAL, ATRAVÉS DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS* - Período para entrega das propostas: **01/03/2025 às 8h até 11/04/2025 às 09h.** Data prevista para abertura da sessão pública: **11/04/2025 às 09h. Pregoeiro: Otávio Guadagnucci Fontanari.** O Edital completo e informações poderão ser obtidos na Divisão de Compras e Licitações, Rua Gérson França, 7-49, 1º andar, Centro, CEP: 17015-200 - Bauru/SP, fone (14) 3104-1463/1464/1465, ou pelo site www.bauru.sp.gov.br, ou através do site https://www.gov.br/compras/pt-br - **Id contratação PNCP: 46137410000180-1-000155/2025** onde se realizará a sessão de pregão eletrônico, com os licitantes devidamente credenciados.
Bauru, 28/03/2025 - compras_saude@bauru.sp.gov.br
Juliana Priscilla Dionisio Zanotte - Diretora da Divisão de Compras e Licitações - S.M.S.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU
NOTIFICAÇÃO DE ABERTURA
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
LEI Nº 14.133/2021 - UASG: 986219 - Edital nº 168/2025 - PE SMS nº 114/2025 - Processo: 4.088/2025 - Modalidade: Pregão Eletrônico **COMPRAS GOV nº Nº 93168/2025 - REGISTRO DE PREÇOS - AMPLA PARTICIPAÇÃO - MODO DE DISPUTA ABERTO** - por meio da INTERNET - Tipo Menor Preço por Lote - **Objeto:** AQUISIÇÃO ESTIMADA ANUAL DE ELETROCARDIOGRAMA PORTÁTIL DIGITAL PARA AS UNIDADES DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DE BAURU, DEVIDAMENTE ESPECIFICADOS NO ANEXO I DO EDITAL, ATRAVÉS DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - Período para entrega das propostas: **31/03/2025 às 8h até 11/04/2025 às 9h.** Data prevista para abertura da sessão pública: **11/04/2025 às 9h. Pregoeiro: Fabiana Batista.** O Edital completo e informações poderão ser obtidos na Divisão de Compras e Licitações, Rua Gérson França, 7-49, 1º andar, Centro, CEP: 17015-200 - Bauru/SP, fone (14) 3104-1463/1464/1465, ou pelo site www.bauru.sp.gov.br, ou através do site https://www.gov.br/compras/pt-br - **Id contratação PNCP: 46137410000180-1-000146/2025** onde se realizará a sessão de pregão eletrônico, com os licitantes devidamente credenciados.
Bauru, 28/03/2025 - compras_saude@bauru.sp.gov.br
Juliana Priscilla Dionisio Zanotte - Diretora da Divisão de Compras e Licitações - S.M.S.

SINDICATO DOS AGENTES COMUNITARIOS DE SAUDE E TECNICOS EM AGENTE COMUNITARIOS DE SAUDE DO ESTADO DE SAO PAULO SINDICOMUNITARIO SP
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
Pelo presente edital, o Presidente do **SINDICATO DOS AGENTES COMUNITARIOS DE SAUDE E TECNICOS EM AGENTE COMUNITARIOS DE SAUDE DO ESTADO DE SAO PAULO - SINDICOMUNITARIO - SP**, inscrito no CNPJ nº 02.916.166/0001-77, com sede na Rua Antônio de Godoi, nº 88 – 8º andar – Centro Histórico – São Paulo - CEP: 01034-902, no uso de suas atribuições estatutárias descritas no art. 22 do Estatuto e com fulcro no art. 8º, da CF e demais legislações vigentes, convoca os Agentes Comunitários da Saúde do Município de Fartura, para reunirem-se de forma **VIRTUAL** em assembleia geral extraordinária, a ser realizar no dia 02/04/2025 em primeira chamada às 18h00, e com qualquer número de participantes em segunda chamada às 18h30, cujo quórum de deliberação será de maioria simples dos interessados presentes, conforme art. 21 do Estatuto, afim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia:
I – Ações regularização insalubridade, conforme a Emenda Constitucional 120.
São Paulo, 27 de março de 2025
JOSÉ JAILSON DA SILVA
PRESIDENTE DO SINDICOMUNITÁRIO-SP

Prefeitura de SOROCABA
PUBLICAÇÃO DE TERMO ADITIVO AO ANEXO I DO EDITAL DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 306/2023
A Prefeitura de Sorocaba torna público aos interessados no **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 306/2023 - CPL Nº. 697/2023**, destinado ao **SERVIÇO DE IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO PAISAGÍSTICA EM PRAÇAS, AVENIDAS, ÁREAS PÚBLICAS E LOGRADOUROS**, que houve publicação de novo **TERMO ADITIVO AO ANEXO I DO EDITAL DE LICITAÇÃO, porém mantendo-se a Abertura para o dia 01/04/2025, às 09h30min.** O Termo Aditivo ao Anexo I do Edital de Licitação encontra-se disponível nos sites: **www.bnc.org.br**, **https://bit.ly/3N3efdk** (Licitações II) e **https://bit.ly/4hDrCGU** (PNCP). Informações pelo tel. (15) 3238-2158. Sorocaba, 28 de Março de 2025. **Paulo Horácio Fontes Bandeira Gomes – Agente de Contratação.**

PUBLICAÇÃO DE ABERTURA - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 112/2024
Acha-se aberto na Prefeitura de Sorocaba o **PREGÃO ELETRÔNICO Nº.112/2024 - CPL Nº. 310/2024**, destinado ao **REGISTRO DE PREÇOS DE MEDICAMENTOS PARA ABASTECIMENTO DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE, OS QUAIS CONSTAM NA RELAÇÃO MUNICIPAL DE MEDICAMENTOS – REMUME, conforme Decreto nº 29.382, de 29 de outubro de 2024.** O limite para o recebimento das propostas no site **www.bnc.org.br será até às 09h00min do dia 11/04/2025 e a abertura da Fase de Lances será dia 11/04/2025 às 09h30min.** Informações pelos sites: **www.bnc.org.br**, **https://bit.ly/3N3efdk** (Licitações II) e **https://bit.ly/408CrCQ** (PNCP), pelo fone (15) 3238-2158 ou e-mail **duvidaspregao@sorocaba.sp.gov.br**. Sorocaba, 28 de Março de 2025. **Paulo Horácio Fontes Bandeira Gomes – Pregoeiro.**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAVÍNIA/SP

TERMO ADITIVO Nº. 02/25
CONTRATO Nº. 36/24 – PREGÃO ELETRONICO Nº. 12/24

Objeto: Aquisição de 01 (uma) retroescavadeira nova, através do convênio firmado com Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional nº. 945086/23. Prorrogação da Vigência: 90 (noventa) dias a partir do dia 11/03/25. Data de assinatura: 26/03/25

Salvador Cazuo Matsunaka - Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ERNESTINA

AVISO DE LICITAÇÃO **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2025** A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ERNESTINA, Estado de São Paulo, através de sua Pregoeira Municipal, torna público para o conhecimento de quem possa interessar que será realizada Licitação aberta através do Edital nº 06/2025, Processo nº 10/2025 na modalidade Pregão Eletrônico nº 05/2025, do tipo menor preço, tendo como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CARTUCHO E TONNERS PARA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE SANTA ERNESTINA/SP conforme especificações técnicas contidas no Termo de Referência – Anexo I do edital regulador do certame. O início da sessão pública está previsto para as 09h00 do dia 09 de Abril de 2025. Fundamento Legal: Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 2.355/2024. O Instrumento convocatório e seus anexos encontram-se disponíveis no site oficial do município: www.santaernestina.sp.gov.br e www.bll.org.br e poderão ser retirados ou consultados no horário normal de expediente na sede deste órgão durante de segunda à sexta feira das 8h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min. Informações podem ser obtidas através dos telefones: (16) 3256-9104 e (16) 3256-9100 e WhatsApp (16) 99609-5537 ou ainda através do e-mail: licitacao@santaernestina.sp.gov.br. Santa Ernestina/SP, aos 28 de Março de 2025. LORENA MARIANE SQUEATTI SANT ANNA Pregoeira

PREFEITURA DE DIVINOLÂNDIA
Construindo Qualidade de Vida

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 11/2025
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO N.º 20/2025

A Prefeitura Municipal de Divinolândia, Estado de São Paulo, através do Prefeito Municipal, torna público para o conhecimento dos interessados que estará realizando licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, sendo do tipo Menor Preço por item, com encerramento no dia 14 de Abril de 2025, às 13:30 horas objetivando **contratação de empresa para realização de manutenção predial em salas do Departamento de Saúde.**

Maiores informações poderão ser obtidas na sede da Prefeitura Municipal, onde poderá ser retirado o edital na íntegra, no horário de expediente (das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min) de segunda a sexta-feira, bem como nas páginas eletrônicas **www.divinolandia.sp.gov.br**, **www.portaldecompraspublicas.com.br**, ou ainda pelo telefone/whatsapp (19) 99649-4285.

Antônio de Pádua Aquisti
Prefeito Municipal.

PREFEITURA DE DIVINOLÂNDIA
Construindo Qualidade de Vida

RERRATIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA PRESENCIAL N.º 01/2025

A Prefeitura Municipal de Divinolândia, Estado de São Paulo, através do Prefeito Municipal, torna público a todas as empresas interessadas em participar do referido certame, a rerratificação do Edital da Concorrência Presencial nº 01/2025 com as seguintes alterações:

- Alteração do Preambulo;
- Alteração na data de realização do mesmo para o dia 15/05/2025 às 08:30h.

Considerando as alterações acima elencadas, ficam reabertos os prazos para abertura dos envelopes sendo:

Data final de entrega de propostas: 15/05/2025

Realização da Sessão Pública: 15/05/2025

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas do referido edital.

O conteúdo rerratificado poderá ser retirado na prefeitura municipal de Divinolândia – SP de segunda a sexta feira no horário das 08:00min às 11h:00min e 13h00min às 17h00min junto a Divisão de Licitações, bem como pelo portal nacional de contratações (pncp) **www.pncp.gov.br**, bem como pelo site **www.divinolandia.sp.gov.br**.

Publique-se.

Antônio de Pádua Aquisti
Prefeito Municipal

Companhia Brasileira de Distribuição

Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ nº 47.508.411/0001-56 – NIRE 35.300.089.901

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os senhores acionistas da Companhia Brasileira de Distribuição ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada **de modo exclusivamente digital no dia 28 de abril de 2025, às 11h**, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia. Em sede de Assembleia Geral Ordinária: **I.** Tomada das contas dos administradores e exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório da Administração e dos pareceres emitidos pelos Auditores Independentes e pelo Comitê de Auditoria, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; **II.** Fixação da remuneração global anual dos Administradores da Companhia. Em sede de Assembleia Geral Extraordinária: **I.** Ratificação da nomeação e da contratação da empresa especializada responsável pela elaboração do laudo de avaliação, a valor contábil, do patrimônio líquido da GPA Malls & Properties Gestão de Ativos e Serviços Imobiliários Ltda. ("GPA Malls"); **II.** Aprovação do laudo de avaliação do patrimônio líquido da GPA Malls; **III.** Aprovação da incorporação da GPA Malls pela Companhia, nos termos do Protocolo e Justificação celebrado pelas respectivas administrações; e **IV.** Alteração do artigo 4º do Estatuto Social da Companhia e a sua consolidação. Informações Gerais: Informamos que permanecem à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Companhia, nas páginas de relações de investidores da Companhia (www.gpari.com.br), da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (www.gov.br/cvm) e da Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br), toda documentação pertinente às matérias que serão deliberadas na Assembleia ora convocada, incluindo a Proposta da Administração e Manual de Participação para esta Assembleia ("Proposta da Administração"). O acionista poderá participar da Assembleia por meio do sistema eletrônico ou via boletim de voto a distância, nos termos descritos abaixo e conforme as instruções detalhadas contidas na Proposta da Administração e nos próprios boletins de voto (no caso da participação via boletim): **1.** Participação na Assembleia via sistema eletrônico: A Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma digital "Ten Meetings", que proverá acesso à Assembleia, bem como realizará o acompanhamento e controle da votação relativa a cada uma das matérias constantes da "Ordem do Dia" da presente Assembleia ("Plataforma Digital"). Dessa forma, o Acionista que desejar participar e votar na Assembleia, deverá observar os procedimentos indicados na Proposta da Administração de acordo com o seu tipo de participação. Em atenção ao artigo 5º, parágrafo 4º da Resolução da CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), a Companhia esclarece que optou por realizar a Assembleia de forma exclusivamente digital visando a facilitar a participação dos acionistas, independentemente de sua localização geográfica, garantindo maior comodidade e acessibilidade. Essa modalidade busca otimizar a condução dos trabalhos, melhorar a eficiência na deliberação das matérias e reduzir custos operacionais, sobretudo relacionados a deslocamentos e organização de assembleias presenciais. Os acionistas que desejem participar via sistema eletrônico deverão acessar, até o dia 26 de abril de 2025, o link https://assembleia.ten.com.br/611119276 e realizar o cadastro na Plataforma Digital, preenchendo todas as informações solicitadas e fornecendo todos os documentos indicados abaixo neste Edital de Convocação e na Proposta da Administração. **Nos termos do artigo 6º, parágrafo 3º da Resolução CVM 81, o acionista que não tiver concluído adequadamente o seu cadastro até o dia 26 de abril de 2025 não estará autorizado a participar da Assembleia.** Os seguintes documentos deverão ser encaminhados pelos acionistas por meio do endereço eletrônico indicado acima: (a) Para pessoas físicas: documento de identidade com foto do acionista; (b) Para pessoas jurídicas: **(i)** estatuto social ou contrato social consolidado, conforme o caso, e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e **(ii)** documento de identidade com foto do representante legal; (c) Para fundos de investimento: **(i)** regulamento consolidado do fundo; **(ii)** estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo (ou da respectiva classe) e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e **(iii)** documento de identidade com foto do representante legal; e (d) caso qualquer dos acionistas indicados nos itens (a) a (c) acima venha a ser representado por seu Representante, além dos respectivos documentos indicados acima, deverá encaminhar **(i)** procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia; **(ii)** documentos de identidade do Representante presente, bem como, no caso de pessoa jurídica ou fundo de investimento, cópia do documento de identidade e ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) que assinou(aram) o mandato que comprovem os poderes de representação. Para esta Assembleia, a Companhia aceitará procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico, assinadas preferencialmente com uso da certificação ICP-Brasil ou por meio do portal "Gov.br". **2.** Participação na Assembleia Geral por meio de boletim de voto a distância. Conforme detalhado na Proposta da Administração, os Acionistas que tenham interesse em exercer o seu direito de voto através do envio de Boletins de Voto a Distância, nos termos da Resolução CVM 81, poderão fazê-lo **(i)** por meio do envio de cada um dos Boletins de Voto a Distância diretamente à Companhia, exclusivamente por meio da Plataforma Digital, conforme abaixo indicado; ou **(ii)** por meio do envio de instruções de preenchimento **(a)** ao Agente Escriturador; **(b)** aos seus respectivos agentes de custódia (caso prestem esse tipo de serviço); ou **(c)** ao depositário central no qual as ações estejam depositadas. Caso opte pelo envio dos Boletins de Voto a Distância diretamente à Companhia, o acionista deverá: **1.** Criar um cadastro com login e senha único no endereço eletrônico https://assembleia.ten.com.br/611119276; e **2.** Marcar e confirmar os votos na aba "BVD" em relação a cada um dos Boletins de Voto a Distância. Em todos os casos, para produzirem efeitos, os Boletins de Voto a Distância deverão ser recebidos por uma das formas indicadas neste Edital e na Proposta da Administração, em plena ordem e de acordo com o disposto acima, com, pelo menos, 4 (quatro) dias de antecedência da data de realização da Assembleia, ou seja, até o dia 24 de abril de 2025 (inclusive). Se os Boletins de Voto a Distância forem recebidos após a data acima indicada, os votos não serão computados. Informações detalhadas sobre a participação do acionista diretamente, por seu representante legal ou procurador devidamente constituído, bem como as regras e procedimentos para participação e/ou votação a distância na Assembleia, inclusive orientações para envio dos Boletins e ainda, orientações sobre acesso à Plataforma Digital e regras de conduta a serem adotadas na Assembleia constam da Proposta da Administração. Por fim, a Companhia informa que a instalação do Conselho Fiscal poderá ser solicitada pelos acionistas que detiverem, no mínimo, 2% do capital social votante, nos termos do artigo 4º da Resolução CVM nº 70.

São Paulo, 28 de março de 2025

Ronan Bergmann
Presidente do Conselho de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIRCE REIS

Processo nº 31/2025, **Pregão Eletrônico nº 04/2025**. Encontra-se aberta a mencionada licitação, visando "AQUISIÇÃO DE PRODUTOS E UTENSÍLIOS DE LIMPEZA, HIGIENE E MATERIAIS DESCARTÁVEIS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE DIVERSAS SECRETARIAS E DEPARTAMENTOS DESTA MUNICIPALIDADE". A data inicial para apresentação das propostas será das 0h do dia 01 de abril de 2025 e a final as 07h30 do dia 11 de abril de 2025, enquanto que a sessão eletrônica ocorrerá no dia 11 de abril de 2025, a partir das 8h, no Portal da Bolsa de Licitações do Brasil – BLL (www.bll.org.br). Eventuais pedidos de esclarecimentos e/ou impugnações deverão ser encaminhados, exclusivamente, pela mencionada plataforma da BLL. Dirce Reis, 28 de março de 2025. Prof. Marcelo José Romero – Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENTIM GENTIL

Aviso de Licitação
Modalidade: Pregão Eletrônico com fundamento na lei 14.133/2021
Processo nº 074/2025 – Pregão Eletrônico nº 034/2025 – Edital nº 039/2025
Critério de julgamento: menor valor unitário

Encontra-se aberto nesta municipalidade o pregão (eletrônico) acima citado para Registro de preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios, tipo carnes e derivados, para atender as necessidades da Secretaria de Educação (alimentação escolar), e para as demais secretarias do município de Valentim Gentil/SP, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no edital e seus anexos. A sessão do pregão dar-se-á no dia **22 de abril de 2025, às 09:00h** (horário de Brasília), no endereço eletrônico http://177.39.80.66:8085/comprasedital/. As empresas interessadas em participar da referida licitação poderão obter maiores informações junto ao Setor de Licitações da Prefeitura, na Praça Jacilândia, 4-33, Centro, pelo telefone (17) 3485-9400, bem como no site www.valentimgentil.sp.gov.br. Valentim Gentil, 28 de março de 2025. Claudinei Carvassan Rodrigues. Prefeito Municipal.

RICO LEILÕES

LEILÃO DE IMÓVEL
Somente Online

UNITAU

EDITAL DE REPETIÇÃO - LEILÃO PÚBLICO ELETRÔNICO DE VENDA Nº 03/2024

Imóvel em Taubaté

situado à Avenida Marechal Deodoro da Fonseca, nº 605, Centro, Taubaté/SP

Encerramento: 10/04/2025 a partir das 14h00m
Online: www.RicoLeiloes.com.br

** Maiores informações, visitação e edital completo no site.

Leiloeira Oficial - Maria Cristina Aparecida dos Santos Ferranti - JUCESP 1042

Tel. (11) 4040-8060 | www.RicoLeiloes.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMERICANA

EDITAL DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 049/2025
Processo n.º 10.592/2024.

OBJETO: "AQUISIÇÃO DE PÃO FRANCÊS PARA AS SECRETARIAS DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, MEIO AMBIENTE E CORPO DE BOMBEIROS, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO III DO EDITAL".

Abertura das Propostas: **11 de Abril de 2025**, a partir das **08h00 horas**.

Início da sessão de disputa de preços: **11 de Abril de 2025**, a partir das **08h30 horas.**

O Edital estará à disposição dos interessados na Unidade de Suprimentos, sito a Av. Brasil, nº 85, 1º andar, no horário das 09h00 às 16h00 horas, nos sites **www.americana.sp.gov.br** e **www.novobbmnet.com.br** e no PNCP (Portal Nacional de Contratações Públicas) a partir de 01 de Abril de 2025.

EDITAL DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 050/2025
Processo n.º 10.886/2024.

OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SOFTWARE PARA ACOMPANHAMENTO DA APURAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DENTRO DO SEU TERRITÓRIO, SOB A FORMA DE CESSÃO DE DIREITO DE USO, PARA A ÁREA TRIBUTÁRIA DESTA MUNICIPALIDADE, CONTEMPLANDO OS SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO, TREINAMENTO DE SERVIDORES E MANUTENÇÃO, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO III DO EDITAL".

Abertura das Propostas: **15 de Abril de 2025**, a partir das **08h00 horas**.

Início da sessão de disputa de preços: **15 de Abril de 2025**, a partir das **08h30 horas.**

O Edital estará à disposição dos interessados na Unidade de Suprimentos, sito a Av. Brasil, nº 85, 1º andar, no horário das 09h00 às 16h00 horas, nos sites **www.americana.sp.gov.br** e **www.novobbmnet.com.br** e no PNCP (Portal Nacional de Contratações Públicas) a partir de 01 de Abril de 2025.

Americana/SP, 28 de Março de 2025
José Eduardo da Cruz Rodrigues Flores
Secretário Adjunto de Administração

EMAE - EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A.

CNPJ nº 02.302.101/0001-42 - NIRE nº 35.3.001.532.4-3 - Companhia Aberta

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam os Acionistas convocados, na forma do disposto no Artigo 5º do Estatuto Social, em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, a serem realizadas no dia **30 de abril de 2025, às 11 horas**, de modo parcialmente digital, com componente presencial na sede social da Companhia, situada na Avenida Jornalista Roberto Marinho, 85 - 16º andar, São Paulo - SP, e componente digital na Plataforma Digital disponibilizada pela Companhia, conforme Resolução CVM 81/22, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **Em Assembleia Geral Ordinária:** 1. tomar conhecimento dos relatórios da Administração e dos Auditores Independentes, examinar, discutir e deliberar sobre as Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024; 2. aprovar as contas dos administradores relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; 3. deliberar sobre a destinação do lucro líquido e a distribuição de dividendos; e 4. fixar o número de membros do Conselho de Administração (nove membros), eleger os respectivos membros, aprovar a qualificação dos membros independentes e indicar o Presidente do Conselho de Administração. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** 1. fixar a remuneração global dos Administradores; 2. aprovar o grupamento da totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia, na proporção de 50 (cinquenta) ações para 1 (uma) ação e o subsequente desdobramento, de modo que 1 (uma) ação grupada passe a corresponder a 50 (cinquenta) ações, sem alteração do valor do capital social da Companhia, mas tão somente do número total de ações ("Operação"); 3. reformar o Estatuto Social, com alteração dos artigos 2º, 3º, 17, 18, 33 e demais alterações pontuais e meramente formais, de natureza gramatical, numeração e nas referências cruzadas contidas no Estatuto Social, estando a eficácia das referidas alterações condicionada à aprovação da ANEEL; 4. consolidar o Estatuto Social da Companhia; e 5. caso a Operação seja aprovada, autorizar a Diretoria da Companhia a adotar todas as medidas necessárias para sua efetivação, incluindo a definição e execução do cronograma de implementação. **Informações gerais: a)** Participação na AGO/E: os Acionistas, seus representantes legais ou procuradores poderão participar da Assembleia sob qualquer das seguintes formas: i. **Presencial**: Na sede da Companhia, mediante apresentação de documentação comprobatória de sua condição de acionista ou representante/procurador. Recomenda-se o envio antecipado da documentação para o e-mail riemae@emae.com.br para conferência. ii. **Virtual**: Por meio de sistema eletrônico que permite participação e voto. As orientações e os dados para conexão, incluindo a senha de acesso, serão enviadas ao acionista ou representante/procurador que manifestar interesse por e-mail riemae@emae.com.br e encaminharem a documentação comprobatória até as 11:00 do dia 28 de abril de 2025. **b)** Nos termos do artigo 30-A da Resolução CVM 81/2022, a Companhia não adotará o Boletim de Voto a Distância nesta Assembleia, uma vez que atende aos critérios de dispensa estabelecidos pela regulamentação vigente. **c)** O voto múltiplo na eleição do Conselho de Administração pode ser adotado se requerido por acionistas titulares de, no mínimo, 5% do capital social com direito a voto, conforme a Resolução CVM nº 70/2022. **d)** A instalação do Conselho Fiscal pode ser solicitada por acionistas com, no mínimo, 2% do capital social com direito a voto ou, no mínimo, 1% do capital social sem direito a voto, nos termos da Resolução CVM nº 70/2022. **e)** A companhia optou pela adoção do formato híbrido de Assembleia Geral visando a aliar os benefícios dos dois formatos (digital e presencial), de modo a ampliar a acessibilidade e a participação dos acionistas, que poderão comparecer à sede social da Companhia, caso queiram ter contato presencial com os demais acionistas e a administração ou participar à distância, minimizando os custos de deslocamento. **f)** Documentos e informações: os documentos pertinentes às matérias a serem deliberadas e as instruções detalhadas para credenciamento e participação presencial ou remota estão à disposição dos acionistas na sede da Empresa e nos websites de RI da Companhia (ri.emae.com.br), da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (http://www.b3.com.br).

São Paulo, 28 de março de 2025
Nelson Sequeiros Rodriguez Tanure
Presidente do Conselho de Administração

emae

mercado

H&M anuncia 3ª loja no Brasil em movimento oposto ao mundial

Fernando Narazaki

SÃO PAULO A varejista H&M anunciou nesta sexta-feira (28) que abrirá uma loja no shopping Anália Franco, na zona leste de São Paulo. A rede sueca já havia divulgado que terá um ponto comercial no shopping Iguatemi, na zona oeste da cidade, com espaço de 1.300 m². A outra loja ficará em Campinas (SP), no shopping Parque Dom Pedro.

A previsão é que os três pontos de venda sejam inaugurados no segundo semestre deste ano, e as datas devem ser anunciadas "em breve", afirma a companhia varejista.

A H&M também já informou que terá uma loja online no Brasil até o fim de 2025. De acordo com a empresa, o lançamento ocorrerá simultaneamente à abertura da loja no shopping Iguatemi, e os preços já estarão em reais. No momento, é possível fazer compras no site da empresa, que tem uma versão em português, mas os valores estão em euros.

"O Brasil é um mercado muito importante para a H&M, e estamos muito empolgados", afirmou Joaquim Pereira, gerente de vendas da H&M Brasil, em comunicado.

"Reafirmamos o compromisso de levar nossa proposta de moda e qualidade pelo melhor preço, de maneira sustentável, para ainda mais clientes", disse o executivo.

A abertura de lojas físicas da H&M no Brasil contrasta com o que a empresa vem fazendo globalmente. O balanço do primeiro trimestre deste ano, divulgado na quinta-feira (27), mostra que a rede varejista sueca reduziu em 106 lojas o número de pontos de venda na comparação com o mesmo período de 2024. No ano passado, eram 3.848, quantidade que caiu para 3.742 neste ano.

Já as vendas líquidas aumentaram 3% no primeiro trimestre de 2025 na comparação anual, atingindo 55,33 bilhões de coroas suecas (o que equivalente a R$ 31,9 bilhões).

Maiores descontos, investimentos em marketing e "fatores externos negativos" impactaram a lucratividade da H&M no trimestre, com a margem de lucro operacional caindo de 3,9% para 2,2% no mesmo período do ano passado.

mercado

Colgate Total
Seus dentes protegidos por 12 horas com Colgate Total 12 Clean Mi
Colgate Total 12
CONHEÇA

Pasta de dentes Colgate Total Clean Mint Divulgação/Colgate

Anvisa suspende interdição da Colgate Total Clean Mint

SÃO PAULO A Anvisa (Agência Nacional de Segurança Sanitária) informou nesta sexta (28) que a interdição da pasta de dente Colgate Total Clean Mint foi suspensa após a empresa apresentar recurso na quinta (27).

Agora, o processo seguirá os trâmites administrativos da agência, que publicou alerta sanitário para o produto após consumidores relatarem reações adversas relacionadas à presença da substância fluoreto de estanho.

"A recomendação do alerta é para que os consumidores observem sinais de irritação e interrompam o uso do produto nessa situação. Caso o desconforto seja persistente é importante procurar um profissional de saúde."

Os profissionais de saúde devem monitorar sinais de alterações bucais, orientar os pacientes sobre possíveis reações adversas e recomendar alternativas, disse a agência.

Já os fabricantes devem garantir que a rotulagem contenha informações claras sobre possíveis reações adversas.

O fluoreto de estanho tem benefícios antimicrobianos e anticárie conhecidos, mas pode estar associado a reações indesejáveis em alguns usuários.

A interdição de forma cautelar ocorreu após consumidores relatarem que o produto estaria causando reações alérgicas como ardência, inchaço, vermelhidão e aftas na boca, na língua e na gengiva. A interdição é uma ação de fiscalização que tem o objetivo de reduzir o risco relacionado a exposição ao produto.

A Colgate disse em nota que está trabalhando para colaborar com as autoridades e providenciando os esclarecimentos necessários.

BIASI leilões

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE

Alienação Fiduciária itaú

1º Leilão: dia 07/04/2025 às 14h30 2º Leilão: dia 17/04/2025 às 14h30

EDUARDO CONSENTINO, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 (**JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício**), com escritório à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR**, [illegible] ... **SEBASTIÃO FERRO DO LAGO JÚNIOR**, brasileiro, representante comercial, e **MARIA EWELANY ERICEIRA DO LAGO**, brasileira, advogada, [illegible] ... levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 07 de abril de 2025, às 14:30 horas**, à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 300.000,00 (Trezentos mil reais)**, o imóvel a seguir descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído por **UM TERRENO situado no segundo distrito, na Rua Frei Americo, nº 28 – Bairro São Francisco, nesta cidade, cujo terreno tem as seguintes dimensões, limites e área: FRENTE com 10,00m, limitando-se com a Rua Frei Americo; LATERAL DIREITA com 28,00m, limitando-se com o fundo de terreno da Rua Maranhão Sobrinho; LATERAL ESQUERDA com 28,00m, limitando-se com Francisco das C.F. Araujo com 10,20m, limitando-se com o terreno de terceiro, perfazendo um perímetro de 76,20m. Foi construído UMA CASA RESIDENCIAL construída em alvenaria de tijolos, constituída por: garagem, duas salas, duas suítes, um quarto, copa/cozinha, com uma área total de 144,40 m². Posteriormente, houve uma reforma e ampliação constituída por garagem, duas salas, duas suítes, um quarto, copa/cozinha, com uma área total de 166,65 m². Matrícula nº 8.780 do 1º Ofício Extrajudicial de Bacabal/MA.** [illegible] ... Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **dia 17 de abril de 2025, às 14:30 horas**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 205.771,30 (Duzentos e cinco mil, setecentos e setenta e um reais e trinta centavos)**. [illegible] ... **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil.** As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981, de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427, de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

Mais informações: (11) 4083-2575 | www.biasileiloes.com.br

DESKTOP S.A.

CNPJ/MF nº 08.170.849/0001-15 - NIRE 35300565266

EDITAL DE 2ª (SEGUNDA) CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 5ª (QUINTA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM SÉRIE ÚNICA, DA DESKTOP S.A.

DESKTOP S.A., sociedade por ações com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), categoria A, em fase operacional, com sede na Cidade de Sumaré, Estado de São Paulo, na Estrada Municipal Teodor Condiev, nº 970, 13º andar, Jardim Marchissolo, CEP 13171-105, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 08.170.849/0001-15, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo, sob o NIRE 35300565266 ("Emissor"), na qualidade de Emissor de 350.000 (trezentas e cinquenta mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única ("Debêntures"), conforme o "*Instrumento Particular de Escritura da 5ª (Quinta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, Conforme o Rito de Registro Automático de Distribuição, da Desktop S.A.*", celebrado em 24 de novembro de 2023 entre o Emissor e a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade por ações, com filial situada na Cidade São Paulo e Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 12.900, Torre Norte, CENU, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0004-34, com seus atos constitutivos devidamente registrados na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o NIRE 33.3.0027387-5 ("Escritura de Emissão" e "Agente Fiduciário", respectivamente), conforme aditado em 08 de dezembro de 2023, vem, por meio deste edital, convocar os titulares das Debêntures ("Debenturistas") para se reunirem na Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD"), a ser realizada, em segunda convocação, na data de **4 de abril de 2025, às 15h, de modo exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, com *link* de acesso a ser encaminhado pelo Emissor aos Debenturistas habilitados, de acordo com a Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("LSA") e a Resolução CVM nº 81/2022 ("RCVM 81"), a fim de deliberar sobre as seguintes Ordens do Dia, levando-se em conta que os termos iniciados por letra maiúscula, que não estiverem aqui definidos, têm o significado que lhe foi atribuído na Escritura de Emissão ou no Contrato de Cessão Fiduciária (conforme definido abaixo): **(i)** a outorga e constituição, em benefício dos Debenturistas da 5ª (quinta) emissão de Debêntures do Emissor ("Emissão"), representados pelo Agente Fiduciário, de garantia real, na forma de cessão fiduciária de todos e quaisquer direitos sobre as contas correntes vinculadas e da totalidade dos recursos nelas depositados (ou a serem recebidos ou depositados), assim como seus eventuais rendimentos, de titularidade: **(1)** da Cinet Comunicação e Informática S.A., com sede na cidade de Cerquilho, Estado de São Paulo, na Rua Tietê, nº 400, Nossa Senhora de Lourdes, CEP 18520-170, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.127.856/0001-83 ("Cinet" ou "Cedente 2"), a ser aberta e mantida junto ao Itaú Unibanco S.A., inscrito no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04, na qualidade de banco depositário ("Conta Vinculada Itaú 2" e "Banco Depositário Itaú", respectivamente), cujos dados bancários serão indicados no aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária; e **(2)** da Desktop Internet Ltda., com endereço na cidade de Lençóis Paulista, Estado de São Paulo, na Rua Manoel Amâncio, nº 342, Vila Mamedina, CEP 18681-010, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.666.183/0010-44 ("Desktop Internet" ou "Cedente 3") a ser aberta e mantida junto ao Banco do Brasil S.A., inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.000.000/0001-91, na qualidade de banco depositário ("Conta Vinculada BB 2" e "Banco Depositário BB", respectivamente) cujos dados bancários serão indicados no aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária, em todo caso, onde serão depositados parte dos recursos presentes e futuros provenientes do relacionamento comercial com os clientes da Cinet e da Desktop Internet, conforme o caso. Para fins de esclarecimentos, caso aprovada esta Ordem do Dia, a Razão Mínima Cessão Fiduciária Recebíveis será apurada isoladamente. Ou seja, **(a)** sobre a somatória da Conta Vinculada Itaú e Conta Vinculada Itaú 2 ("Contas Vinculadas Itaú") deverá transitar mensalmente, no mínimo, 8% do Saldo Devedor Conta Vinculada Itaú, conforme previsto no Contrato de Cessão Fiduciária ("Razão de Garantia Contas Vinculadas Itaú") e **(b)** sobre a somatória da Conta Vinculada BB e Conta Vinculada BB 2 ("Contas Vinculadas BB" e, em conjunto com as Contas Vinculadas Itaú, as "Contas Vinculadas"), deverá transitar mensalmente, no mínimo, 8% do Saldo Devedor Conta Vinculada BB, conforme previsto no Contrato de Cessão Fiduciária, observado disposto na cláusula 2.2 do Contrato de Cessão Fiduciária. Sendo certo que, a apuração do Valor Mínimo da Cessão Fiduciária Recebíveis da Conta Vinculada Itaú e da Conta Vinculada BB será realizada em 01 de abril de 2025 e a apuração do Valor Mínimo da Cessão Fiduciária Recebíveis das Contas Vinculadas será realizada na data de apuração subsequente; **(ii)** caso aprovado o item (i) da Ordem do Dia, a alteração do Contrato de Cessão Fiduciária, por meio do primeiro aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária para a inclusão do Cedente 2 e do Cedente 3, bem como alteração do preâmbulo, da Cláusula 2.1, item (i), Cláusula 2.2, Cláusula 4.1, Cláusula 4.1.4, Cláusula 4.1.4.1, Cláusula 6.2 itens (i) e (vi), Cláusula 7.1 e Anexo 1, Anexo 3, Anexo 4, Anexo 5 e Anexo 6, todos do Contrato de Cessão Fiduciária, de forma a refletir a nova estrutura das garantias reais da Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária; **(iii)** Caso aprovados os itens (i) e (ii) acima, autorizar a atualização do Anexo 1 do Contrato de Cessão Fiduciária, em até 120 dias contados da celebração do primeiro aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária, com objetivo de identificar os Direitos Creditórios, nos termos da cláusula 1.3 do referido instrumento, bem como providenciar a emissão de todos os boletos com os dados das respectivas Contas Vinculadas, de forma que os Direitos Creditórios sejam pagos diretamente nas respectivas Contas Vinculadas, nos termos da Cláusula 3.2 do Contrato de Cessão Fiduciária; **(iv)** a alteração da redação do Evento de Vencimento Antecipado previsto no item (xii) da Cláusula 6.1. da Escritura de Emissão, de forma a refletir que o resgate, a recompra ou amortização de ações, a distribuição e/ou pagamento, pelo Emissor, de dividendos, juros sobre o capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros aos acionistas do Emissor serão permitidos caso o Emissor esteja adimplente com as suas obrigações pecuniárias previstas nos documentos da Emissão, bem como esteja cumprindo com o Índice Financeiro previsto no item (xx) da Cláusula 6.2 da Escritura de Emissão; e **(v)** a autorização para que o Agente Fiduciário pratique, em conjunto com o Emissor, no que couber, todos e quaisquer atos e tome todas as providências necessárias para dar efeito às deliberações aprovadas no âmbito da AGD, incluindo, sem limitação, a celebração e formalização de aditamento ao "*Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Contas Vinculadas e Outras Avenças*", celebrado em 05 de dezembro de 2023 entre o Emissor e o Agente Fiduciário ("Contrato de Cessão Fiduciária"), e ao aditamento à Escritura de Emissão, ambos em até 60 (sessenta dias) contados da data da AGD. **Informações Adicionais:** A AGD instalar-se-á, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas titulares de Debêntures em Circulação, nos termos da Cláusula 9.2 da Escritura de Emissão. A matéria do item (v) da Ordem do Dia dependerá de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, em qualquer convocação e, as matérias dos itens (i), (ii), (iii) e (iv) da Ordem do Dia, dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, tudo nos termos da Cláusula 9.7 da Escritura de Emissão. Informações adicionais sobre a AGD e as matérias constantes da Ordem do Dia podem ser obtidas junto ao Emissor por meio de seu canal de relacionamento com investidores (ri@desktop.net.br), e/ou ao Agente Fiduciário, por meio do e-mail: af.assembleias@oliveiratrust.com.br. A AGD será realizada através da plataforma eletrônica *Microsoft Teams*, com *link* de acesso a ser disponibilizado pelo Emissor àqueles Debenturistas que enviarem solicitação, via e-mail, para ri@desktop.net.br, com cópia para af.assembleias@oliveiratrust.com.br, impreterivelmente, com antecedência mínima de 2 (dois) dias a contar da data de realização da AGD, nos termos do art. 6º, §3º da RCVM 81, os seguintes documentos: (i) se pessoa física: documento de identificação original, com foto; (ii) se pessoa jurídica: cópia autenticada do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração com poderes específicos para sua representação na AGD); e (iii) se Fundo de Investimento: cópia autenticada do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, além da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração com poderes específicos para sua representação na AGD). As procurações deverão ser outorgadas observando-se o art. 126 da LSA. O representante legal do Debenturista deverá submeter à AGD a respectiva procuração válida, além de documento que comprove a sua identidade. Sem prejuízo dos prazos e procedimentos aqui previstos, solicita-se ao Debenturista que envie ao Emissor e Agente Fiduciário, tão logo possível, as vias digitalizadas da documentação aplicável via e-mail: ri@desktop.net.br e af.assembleias@oliveiratrust.com.br (assunto: AGD – 4 de abril de 2025). Para o caso de envio de procuração acompanhada da manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para o Emissor ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. O Emissor não se responsabiliza por eventuais falhas de conexão ou problemas operacionais de acesso ou equipamentos dos Debenturistas. Os documentos divulgados pelo Emissor, relacionados à AGD, incluindo a Escritura de Emissão bem como a Proposta da Administração com as instruções para envio de instrução de voto e mais detalhes, estarão disponíveis para consulta na sede do Emissor, no seu website de Relações com Investidores (https://www.ri.desktop.com.br/), bem como nos websites da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e do Agente Fiduciário (www.oliveiratrust.com.br).

Sumaré, 27 de março de 2025.

Denio Alves Lindo - Diretor - Presidente

BIASI leilões

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE

Alienação Fiduciária itaú

1º Leilão: dia 07/04/2025 às 14h30 2º Leilão: dia 17/04/2025 às 14h30

EDUARDO CONSENTINO, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 (**JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício**), com escritório à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR**, [illegible] ... **MARLON SOUZA DA SILVA**, [illegible] ... levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, [illegible] ... no **dia 07 de abril de 2025, às 14:30 horas**, à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO**, [illegible] ... **R$ 189.540,00 (Cento e oitenta e nove mil, quinhentos e quarenta reais)**, o imóvel a seguir descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído pelo **APARTAMENTO nº 406, do bloco 10 (Bloco Salgueiro), do empreendimento denominado "Parque dos Sonhos", da Estrada da Mendanha nº 2.070, Campo Grande, na Freguesia de Campo Grande, com direito ao uso indistinto de uma vaga de garagem de automóvel de passeio, localizada no terreo geral, e área privativa de 48,23 m², e somada à comum, área total de 100,36 m², que corresponde à fração ideal de 0,001906 do terreno designado por lote 01, do PAL 47.536, com área de 31.446,82 m². Matrícula nº 51.681 do 12º Registro de Imóveis do Rio de Janeiro/RJ.** [illegible] ... **dia 17 de abril de 2025, às 14:30 horas**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 127.709,38 (Cento e vinte e sete mil, setecentos e nove reais e trinta e oito centavos)**. [illegible] ... **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil.** As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981, de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427, de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

Mais informações: (11) 4083-2575 | www.biasileiloes.com.br

EDITAL DE LEILÃO DE CONSOLIDAÇÃO DE PROPRIEDADE 2025/960049
ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA ARTS. 26-A, 27 E 27-A DA LEI 9.514/97

CARLA SOBREIRA UMINO, leiloeira pública oficial, [illegible] ... **JUCESP sob nº 828**, autorizada pelo credor fiduciário **BANCO DO BRASIL S.A**, por intermédio da **CESUP PATRIMÔNIO - PR, CNPJ 00.000.000/5931-81, faz saber**, [illegible] ... **ELETRÔNICA**, captando lances "on-line", através do portal www.lancenoleilao.com.br, em **PRIMEIRO LEILÃO PÚBLICO** no dia 23 de abril de 2025, a partir das 10h00min, [illegible] ... **SEGUNDO LEILÃO PÚBLICO** no dia 30 de abril de 2025, a partir das 10h00min, [illegible] ... **01. DA HABILITAÇÃO** [illegible] ... **LANCE NO LEILÃO**, [illegible] ... **TERMOS DE USO** [illegible] ... **EDITAL DE LEILÃO** [illegible] ... **TERMO DE USO**, [illegible] ... **EDITAL. 02. DOS LANCES** [illegible]

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS.
PROCESSO Nº 1015981-54.2022.8.26.0625
O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro de Taubaté, Estado de São Paulo, Dr(a). Rodrigo Valério Sbruzzi, na forma da Lei, etc.
FAZ SABER a(o) **MARCOS ALVES DE OLIVEIRA**, CPF 12201579881, com endereço à Avenida Brigadeiro Jose Vicente de Faria Lima, 845, Jardim Maria Augusta, CEP 12070-191, Taubaté - SP, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de Sicoob Unimais Mantiqueira, alegando em síntese a pretensão fundada em pendências de três CONTRATOS DE MÚTUO celebrados pelo canal digital Sicoobnet Celular em 26.04.2021, 25.04.2022 e 06.06.2022 para concessão de créditos de R$36.050,54, R$5.643,54 e R$4.089,90, com vencimentos para 27.02.2023, 26.07.2023 e 06.06.2023, bem como de um crédito disponibilizado em sua conta corrente (n.12.443-5) sem ter efetuado os correlatos pagamentos, sendo apontado o débito total de R$34.924,03. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua **CITAÇÃO**, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de Taubaté, aos 30 de setembro de 2024.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Presencial e Online
Itaú zuk

Credor Fiduciário: ITAÚ UNIBANCO S/A • Fiduciante: JANAINA DE SOUZA VENTURA

LOTE 01 - Constituído por **UM TERRENO** situado na Rua B, no loteamento denominado Zona 6, 3 e 4, Vila Sol, 13º Subdistrito Butantã, que assim se descreve e caracteriza: "inicia-se a divisa no marco nº 01, localizado no alinhamento da Rua B, e distante 147,50m do cruzamento desta rua com o alinhamento da Rua A, deste marco segue pelo alinhamento da mesma rua, numa distância de 7,50m, até encontrar o marco 2, deste marco deflete à esquerda dividindo com terreno da Ioniam Agricultura, Indústria e Comércio S/A, numa distância de 25,00m, até encontrar o marco 3, deste marco deflete à esquerda dividindo com terras de Ioniam Agricultura, Indústria e Comércio S/A numa distância de 7,50m, até encontrar o marco 4, daí deflete à esquerda dividindo com propriedade da Ioniam Agricultura, Indústria e Comércio S/A numa 1 distância de 25,00m, até encontrar o marco 1, ou seja, o ponto de partida, encerrando a área de 187,50m²". Consta na **Av.2** a alteração da denominação da Rua B para Rua Cunha Matos. Conforme **Av.5**, foi edificado um Prédio que recebeu o nº 22-A da Rua Cunha de Matos, com a área construída de 101,00m². Conforme **Av.6**, consta que o prédio nº 22-A desta matrícula teve sua numeração alterada para 48 da Rua Cunha Matos. **Imóvel objeto da matrícula nº 190.467 do 18º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo/SP. Observação**: Imóvel Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. **1º Leilão no dia 11/04/2025, às 11:00 horas**, à Rua Minas Gerais, 316, Cj. 62, Higienópolis – 01244-010 – São Paulo/SP, com **lance mínimo igual ou superior a R$ 584.777,06 (quinhentos e oitenta e quatro mil, setecentos e setenta e sete reais e seis centavos). 2º Leilão dia 25/04/2025**, no mesmo horário e local, com **lance mínimo igual ou superior a R$ 468.721,81 (quatrocentos e sessenta e oito mil, setecentos e vinte e um reais e oitenta e um centavos).**

O arrematante presente pagará no ato o preço total da arrematação e a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor de arremate. Inclusive o devedor fiduciante, no caso do exercício do direito de preferência, na forma da lei. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. Edital completo no site do leiloeiro. Leiloeira Oficial: Dora Plat - Jucesp 744.

MAIS INFORMAÇÕES: Whatsapp: (11) 99514-0467
contato@portalzuk.com.br | PORTALZUK.com.br

BIASI leilões — **LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE** — Itaú
1º Leilão: dia 07/04/2025 às 14h30 2º Leilão: dia 17/04/2025 às 14h30

EDUARDO CONSENTINO, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 **(JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício)**, [illegible] **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR** [illegible]

Mais informações: (11) 4083-2575 | www.biasileiloes.com.br

BIASI leilões — **LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE** — Itaú
1º Leilão: dia 07/04/2025 às 14h30 2º Leilão: dia 17/04/2025 às 14h30

EDUARDO CONSENTINO, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 **(JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício)**, [illegible] **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR** [illegible]

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

BIASI leilões — **LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE** — Itaú
1º Leilão: dia 07/04/2025 às 14h30 2º Leilão: dia 17/04/2025 às 14h30

EDUARDO CONSENTINO, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 **(JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício)**, [illegible] **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR** [illegible]

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2331/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2025
EDITAL Nº 004/2025
SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO: Dia: 15/04/2025, a partir das 09:30 horas. A Prefeitura Municipal de Mococa torna público aos interessados que realizará licitação, na modalidade Pregão Eletrônico nº 004/25, Processo Administrativo nº 2331/25, cujo objeto consiste no REGISTRO DE PREÇOS para aquisição futura e parcelada de Massa Asfáltica tipo Concreto Betuminoso Usinado a Quente e Emulsão Asfáltica RR 2C para fins de atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Serviços Públicos. O início da sessão da disputa do pregão ocorrerá no dia 15 de abril de 2025, às 09:30hs na plataforma da Bolsa de Licitações e Leilões – BLL. Informações e o edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no site mococa.sp.gov.br, no link: Licitações >Pregão Eletrônico e também no site da Bolsa de Licitações e Leilões-BLL (www.bll.org.br).
Mococa-SP, 28 de março de 2025
Leandro José da Rocha Pichiolano - Pregoeiro

FRAZÃO leilões — **EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA** — Itaú

Ana Claudia Carolina Campos Frazão, [illegible] **ITAÚ UNIBANCO S/A** [illegible] **JOCARLY FERREIRA DE PAULA JUNIOR** [illegible] **LETICIA MEDEIROS DE PAULA** [illegible] **PÚBLICO LEILÃO** [illegible] A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil. [illegible]

BIASI leilões — **LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE** — Itaú
1º Leilão: dia 07/04/2025 às 14h30 2º Leilão: dia 17/04/2025 às 14h30

EDUARDO CONSENTINO, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 **(JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício)**, [illegible] **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR** [illegible] **RENAN GRALHA** [illegible] **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 329.484,96** [illegible] **"CONDOMÍNIO RESIDENCIAL PORTO VERÍSSIMO"** [illegible] **SEGUNDO LEILÃO** [illegible] **R$ 292.161,11** [illegible]

Mais informações: (11) 4083-2575 | www.biasileiloes.com.br

BIASI leilões — **LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE** — Itaú
1º Leilão: dia 07/04/2025 às 14h30 2º Leilão: dia 17/04/2025 às 14h30

EDUARDO CONSENTINO, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 **(JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício)**, [illegible] **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR** [illegible]

Mais informações: (11) 4083-2575 | www.biasileiloes.com.br

BIASI leilões — **LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE** — Itaú
1º Leilão: dia 07/04/2025 às 14h30 2º Leilão: dia 17/04/2025 às 14h30

EDUARDO CONSENTINO, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 **(JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício)**, [illegible] **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR** [illegible]

Mais informações: (11) 4083-2575 | www.biasileiloes.com.br

mercado

Justiça aceita recurso e suspende falência da tecelagem Teka

SÃO PAULO A Teka, uma das empresas têxteis mais tradicionais do país, disse nesta semana que o Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ-SC) aceitou em parte um recurso que contestava a decisão que converteu sua recuperação judicial em falência continuada.

A empresa catarinense afirmou na terça (25) que o desembargador Robson Luz Varella decidiu, no dia 20 de março, suspender a conversão, interrompendo todos os atos de arrecadação e venda de bens relacionados à decisão anterior, de fevereiro.

A medida também suspende a determinação de afastamento da diretoria eleita e a proibição de seu acesso às instalações da empresa e a dispensa da auditoria, sendo restabelecida a atuação da PwC.

Administradora judicial nomeada na recuperação judicial, a Leiria & Cascaes permanece no caso e não havia se manifestado até a publicação deste texto.

A Justiça de Santa Catarina decretou, em 27 de fevereiro, a falência continuada da Teka após mais de 12 anos em recuperação judicial. O fundo de investimentos Alumni, que detém 24% da companhia, foi um dos acionistas a convencer a Justiça a barrar o pedido.

Segundo os escritórios Chiarottino e Nicoletti Advogados e Modesto Carvalhosa Kuyven e Ronco Advogados (MKR), representantes do Alumni, a suspensão da falência era "indispensável em razão de o administrador judicial nada ter feito para reduzir o passivo tributário de R$ 2,3 bilhões".

A Teka é a empresa com a maior dívida ativa de tributos federais em Santa Catarina e a segunda maior do Sul. Do total de débitos, R$ 205 milhões são referentes às dívidas trabalhistas, enquanto a dívida tributária soma R$ 2,3 bilhões.

Nos últimos seis meses, a empresa fez pagamentos e recolhimentos de direitos em dia, o que permitiu a decretação da falência continuada, uma modalidade que garante a continuidade das operações até a liquidação do patrimônio e pagamento dos credores.

Fundada há mais de um século, a companhia emprega diretamente 2.000 pessoas em suas unidades de Blumenau e Artur Nogueira e atende cerca de 50% da rede hoteleira do Brasil.

mercado imobiliário

Ar-condicionado vira item essencial na hora de comprar a casa própria em SP

De acordo com levantamento do grupo QuintoAndar, consumidores buscam locais que permitem a instalação do equipamento

Ana Paula Branco

SÃO PAULO Ter ar-condicionado em casa já se tornou item essencial para quem vai comprar um imóvel em São Paulo, de acordo com levantamento do QuintoAndar. O equipamento, que em 2023 ocupava apenas a sétima posição entre os filtros mais utilizados nas buscas, agora lidera as pesquisas na plataforma.

A demanda cresceu em meio ao aumento da temperatura média na cidade. Segundo o Inmet (Instituto Nacional de Meteorologia), 2024 foi o ano mais quente desde 1961 —início da série histórica do órgão oficial de meteorologia brasileiro, que aponta recordes consecutivos de temperatura na capital paulista.

A Associação Comercial de São Paulo projeta um crescimento de, pelo menos, 20% nas vendas de aparelhos de ar-condicionado, enquanto a Abrava (Associação Brasileira de Refrigeração, Ar-Condicionado, Ventilação e Aquecimento) estima alta de 15% na produção só neste ano.

Entretanto, muitos prédios não têm uma rede elétrica com capacidade para aguentar o aumento do consumo causado pelos aparelhos e precisam adaptar sua estrutura, o que pode ser um desafio tanto técnico quanto financeiro. O investimento pode superar R$ 1 milhão, dependendo da complexidade do projeto.

"Mesmo sendo um imóvel para compra, em que é possível investir e até realizar uma obra para a colocação, muitos condomínios em São Paulo não permitem a instalação do equipamento, seja por motivos estéticos ou estruturais. O uso do filtro [na plataforma] facilita a busca por locais que já possuem essa autorização", afirma Thiago Reis, gerente de Dados do Grupo QuintoAndar.

Os apartamentos de cobertura e as unidades novas ou reformadas ocupam, respectivamente, a segunda e a terceira posições na lista dos filtros mais utilizados na busca por um imóvel no site do QuintoAndar.

"Um imóvel desse tipo é sempre atrativo, pois reúne características muito valorizadas por quem busca um apartamento, como privacidade, tranquilidade, uma vista livre e uma valorização constante", afirma Reis.

O levantamento da startup também apontou um crescimento de 4,28% nos preços em São Paulo no último ano, alcançando o valor médio de R$ 7.315 por metro quadrado.

Vila Madalena, Brooklin e Vila Olímpia são os três bairros mais caros da capital considerando o preço por metro quadrado. A cifra se refere aos valores de contratos fechados pelo QuintoAndar no trimestre em São Paulo.

No terceiro trimestre, a alta na cidade foi de 1,36%. A valorização ficou abaixo da inflação, medida pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), que chegou a 4,83% no período. Isso resultou em uma desvalorização real de 0,55% no mercado imobiliário da capital paulista.

De acordo com Reis, o mercado tem sido impactado pela alta da taxa Selic, que reduziu a demanda e estabilizou os preços. "A dificuldade de obtenção de crédito, com os bancos aumentando as taxas de financiamento, tem obrigado muitos a adiar, pelo menos temporariamente, o sonho do imóvel próprio", afirma o executivo da startup.

A Selic deve permanecer em rota de escalada. Nas previsões de 74% dos agentes econômicos consultados pelo Banco Central, o Copom (Comitê de Política Monetária) elevará a taxa básica de juros em 0,5 ponto percentual, de 14,25% a 14,75% ao ano, em maio.

20%

é o crescimento estimado pela Associação Comercial de São Paulo para a venda de aparelhos de ar-condicionado neste ano

> **Mesmo sendo um imóvel para compra, em que é possível investir e até realizar uma obra para a colocação, muitos condomínios em São Paulo não permitem a instalação do equipamento, seja por motivos estéticos ou estruturais**
>
> **Thiago Reis**
> gerente de dados do grupo QuintoAndar



Fachada de prédio com varandas fechadas e aparelhos de ar-condicionado instalados Allison Sales/Folhapress,



Como se refrescar sem ar condicionado

Algumas alternativas podem reduzir o consumo de energia e minimizar impactos ambientais

- Ventiladores de teto favorecem a dissipação do calor. É a solução mais econômica e com a menor manutenção. Não consegue reduzir a temperatura do ambiente, apenas faz a circulação do ar
- Circulador de ar tem função semelhante a do ventilador, e é ideal para espaços fechados, nos quais a ventilação natural é limitada
- Climatizadores funcionam resfriando o ar por meio da evaporação da água. Consomem menos energia e aumentam a umidade do ambiente. Requerem manutenção regular, como a limpeza do reservatório e dos filtros
- Em imóveis onde o problema é o sol batendo diretamente na janela, persianas externas e películas refletivas atuam como barreiras térmicas. Assim como manter cortinas fechadas nas horas mais quentes pode reduzir a temperatura interna
- Para quem tem uma casa inteligente, sensores de temperatura podem acionar automaticamente janelas motorizadas, ventiladores, persianas e cortinas para otimizar a regulação térmica sem desperdício de energia
- Quem estiver prevendo uma reforma, pode optar pela ventilação cruzada, alternativa mais sustentável. O recurso utiliza aberturas posicionadas de forma estratégica para permitir a circulação natural do ar
- Sistema de resfriamento de teto e piso. O processo é feito por meio de placas montadas em forros metálicos ou aplicadas sobre forros de gesso ou lajes. Essas placas possuem tubos de cobre ou de plástico, pelos quais a água gelada circula e resfria o teto



Monotrilho passa pela estação Oratório, na Vila Prudente, área que recebe projetos imobiliários Pedro Affonso/Folhapress

Vila Prudente cresce com operação urbana, metrô e proximidade do ABC

Aumento de vendas no bairro é quatro vezes maior do que no resto da cidade; mas população se preocupa com inundações

Paulo Vieira

SÃO PAULO O começo foi doce. Em 1890, os irmãos Bernardino, Emídio e Panfílio Falchi compraram terras próximas ao rio Tamanduateí e lá ergueram uma unidade fabril de sua Chocolates Falchi, marca que já fazia certo sucesso em São Paulo. Áreas da grande gleba dos "fratelli" foram destinadas a funcionários e seus familiares, no que viria a se tornar o marco de fundação da Vila Prudente, distrito da cidade que hoje passa por momento de significativa valorização imobiliária.

Pesquisa do Secovi-SP mostra que na sub-região em que também se encontram Carrão, São Lucas, Vila Formosa e Aricanduva, o distrito foi campeão de lançamentos residenciais em 2024.

De acordo com a startup imobiliária Loft, a Vila Prudente teve crescimento de vendas de 16,1% de agosto de 2024 a janeiro de 2025 na comparação com os seis meses anteriores, um percentual quatro vezes maior do que a média da cidade.

"Uma característica interessante da região é que há mais transações de apartamentos de 140 m² ou mais de área total. Como o tíquete médio da Vila Prudente é menor do que o da média da cidade, os compradores veem margem para ter mais espaço", diz Fábio Takahashi, gerente de dados da Loft. O tíquete médio desses produtos na Vila Prudente, apurado pela Loft, foi de R$ 526.730.

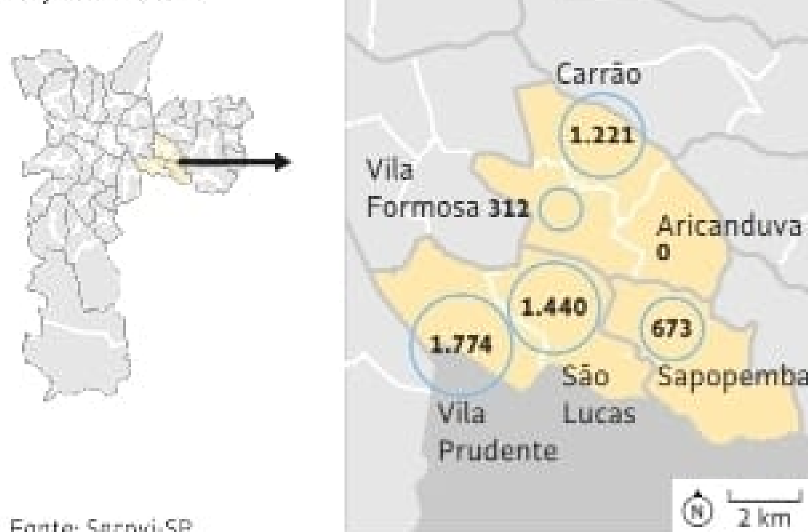
Um dos vetores da movimentação imobiliária é a Operação Urbana Consorciada dos Bairros do Tamanduateí, regulamentada em janeiro, em que a Vila Prudente tem algumas ruas elegíveis e, portanto, de maior potencial construtivo. A operação abrange ainda bairros como Cambuci, Mooca, Ipiranga e Vila Carioca e deve induzir a um crescimento de oferta de moradia de modo a comportar um aumento populacional da ordem de 100 mil pessoas, segundo a prefeitura.

Metrô e proximidade de bairros estruturados explicam ainda o interesse pela Vila Prudente. No primeiro caso, há a estação de integração Vila Prudente, que conecta a linha 2-verde com o monotrilho 15-prata. A linha 2 passa neste momento por obras de expansão em direção à Penha.

É nas imediações do monotrilho que a Plano&Plano fincou um de seus grandes projetos, o Portal Vila Prudente, com 2.406 apartamentos distribuídos por dez torres. Focada na habitação de interesse social, a incorporadora tem outro lançamento na região, o Plano&Vila Ema, próximo do metrô São Lucas, com 448 unidades e boa estrutura de lazer, voltado para faixas de renda mais elevadas do Minha Casa, Minha Vida.

Carrão e Vila Prudente são distritos com mais lançamentos em suas regiões

Unidades residenciais de jan. a dez.2024



Fonte: Secovi-SP

16,1%
é o crescimento de vendas de imóveis na Vila Prudente, entre agosto de 2024 e janeiro de 2025, comparado aos seis meses anteriores, de acordo com a startup Loft

2.406
apartamentos distribuídos em dez torres formam o projeto Portal Vila Prudente, da Plano&Plano

Para Renée Silveira, diretora de incorporação da Plano&Plano, uma das razões que distinguem a Vila Prudente é sua proximidade e interconexão com as cidades do ABC. "Nas nossas pesquisas, percebemos que há muita gente que mora na Vila Prudente e trabalha no ABC e vice-versa", diz.

Quanto a ser vizinho dos icônicos bairros do Ipiranga e Mooca, há vantagens logísticas, mas seria injusto com a Vila Prudente —homenagem a Prudente de Morais, então presidente (governador) de São Paulo e mais tarde presidente da República— terceirizar seus próprios ativos.

Afinal, a Vila, ocupada em seus primeiros tempos por muitos imigrantes italianos e hoje lar de pouco mais de 100 mil almas, tem em seu interior bairros de personalidade como a Vila Zelina, com marcas fortes de imigração eslava; e a arborizada Vila Alpina, que, ainda que lembrada pelo crematório, ostenta algo bem menos fúnebre, o parque Ecológico, com seu dileto jardim japonês.

Tem ainda atrações como a Cepam, a maior padaria de São Paulo, com produção diária de 16 mil pães franceses —e uma recuperação judicial acatada em 2024 para dar conta de uma dívida de R$ 73 milhões.

Como em toda cidade, dores muitas vezes se sobrepõem às delícias, e é manifesta a preocupação dos "prudentinos" com as recentes inundações na capital. Uma pessoa morreu e vários carros ficaram submersos na noite de 1º de fevereiro nas imediações da avenida Professor Luiz Ignácio Anhaia Melo, via por onde corre o monotrilho.

Alguns dias depois, em seu editorial, o jornal Folha de Vila Prudente perguntou se o piscinão em construção pela prefeitura dará conta do problema em tempos de "temporais cada vez mais violentos" e de "agressiva especulação imobiliária".

Carrão troca clima de interior e casas baixas por potencial mais construtivo

SÃO PAULO Incorporadoras devem salivar com a fartura de quadras com casas térreas e sobrados que marca boa parte das ruas do Carrão, distrito da zona leste vizinho ao Tatuapé; e com a perspectiva de a população local finalmente ter acesso a transporte de massa com as estreias das futuras estações da expansão da linha verde do Metrô, algo previsto para 2027 ou além.

Mais do que mudar o coeficiente hoje nulo de acesso a metrô e trem do distrito —a estação Carrão da linha vermelha fica ironicamente no Tatuapé—, o que faz de fato crescer os olhos dos players imobiliários é o potencial construtivo ampliado que vem de brinde com os novos trilhos.

A construtora e incorporadora Diálogo, atuante na ZL, se prepara com artilharia pesada. Dois grandes terrenos, um deles de 6.500 m² a passos da futura estação Guilherme Giorgi, deverão virar condomínios com mais de 500 apartamentos, algo inédito para a atuação da empresa na região, cuja demanda, segundo Guilherme Nahas, sócio-diretor, estava "reprimidíssima".

"É um retorno da Diálogo a esse lugar que representou o início de tudo para a gente na zona leste", diz Nahas. Os lançamentos terão múltiplas tipologias (até 212 m²), estrutura de lazer e valor de m² na casa dos R$ 13 mil.

Para a startup imobiliária Loft, o valor médio apurado nas transações de apartamentos de 140 m² ou mais no distrito foi de R$ 787.012 entre agosto de 2024 e janeiro último.

A Diálogo e seu controlador tratam o Carrão quase como uma Cocanha, um lugar idílico, um bairro com "clima de interior", "ruas largas" e "vistas panorâmicas".

Não se sabe se as famílias japonesas de Okinawa, que se estabeleceram por lá na primeira metade do século 20, tinham a mesma impressão de idílio de Nahas, mas do Carrão não arredaram pé, deixando marcas como a Associação Okinawa, fundada ainda em 1956 e promotora de um festival anual de cultura, o Okinawa Festival.

Restaurantes japoneses e izakayas também surgiram, como o Shima, de Luiz Kanashiro, o Tio Lu, figura popular do bairro da ZL.

O distrito tem opções públicas de lazer um tanto tímidas, como o Centro Esportivo Vila Manchester e, já na Anália Franco, o Ceret. No aspecto de curiosidades bizarras, há os nomes extravagantes de algumas ruas, casos de Xiririca, Piramboia, Jericino, Engenheiro Pegado. Não se tem certeza se essas denominações também representam um ativo para o mercado imobiliário. (PV)



Daniel Verpa/Folhapress

Mauricio Soler O mercado é cíclico e as crises são recorrentes, mas o imóvel nunca perdeu valor

CEO da Patriani destaca time de inovações da incorporadora, que aposta em tendências como elevador regenerativo e garagem com vagas para carros elétricos, e avalia que muitas regiões de SP enfrentam escassez de construções

ENTREVISTA

Diego Felix

SÃO PAULO Conhecida no mercado imobiliário por ser uma empresa moldada para a sucessão familiar, a Patriani optou por dar uma guinada nesse perfil quando anunciou, há um ano, Mauricio Soler como CEO da companhia.

Executivo com mais de 20 anos no setor, ele chegou à construtora de Valter Patriani em 2021 como diretor financeiro (CFO) e abraçou a vice-presidência de praticamente todos os departamentos, exceto o de construção.

Em forte expansão, a Patriani se estabelece como uma empresa de público definido. São imóveis que miram um público de classe média, acima dos 40 anos, e que oferecem detalhes pouco usuais, como fazendas solares e garagens adaptadas para carros elétricos.

*

Existe no mercado uma visão de que a Patriani é uma empresa de sucessão garantida, já que um dos sonhos do Valter é colocar os filhos à frente. Como foi essa troca de comando? Cheguei na Patriani em 2021 como CFO. A Patriani estava para alcançar seu primeiro R$ 1 bilhão de VGV [valor geral de vendas] na época. No entendimento do Valter era preciso reforçar a empresa. Ele viabilizou o negócio, deu o DNA, fez o que imaginava de uma empresa. Depois, precisou reforçar todo o time.

Como sempre trabalhei em empresas de capital aberto, trouxe toda a parte de governança. Depois de um ano, assumi como vice-presidente de finanças, comercial, marketing, tudo, menos construção. No ano passado, o Valter falou, 'você assumiu tudo isso aqui, foi bem, agora me ajuda na construção'. E aí eu virei CEO.

O Bruno segue na operação? O Bruno continua o trabalho de sucessão, ele é o futuro da Patriani, mas ele é um rapaz novo, que teve a vivência dentro da própria empresa. O Valter, sabiamente, colocou pessoas de mercado que já viveram experiências fora, e o Bruno está adquirindo essa experiência conosco. Estou como CEO e o Bruno é o presidente. Ele e o Valter atuam como um conselho.

Virar CEO era uma meta? Não é que eu vim para a Patriani pensando nesse objetivo. Mas pelo meu envolvimento na incorporação, aconteceu de forma natural. Algum dia eu pensei em ser o CEO de uma incorporadora? Com certeza, porque é onde eu poderia tomar decisões estratégicas.

Quais são as projeções financeiras para este ano? Temos uma projeção de venda de R$ 1,5 bilhão.

E a meta de entregas? O ciclo da construção civil é muito grande, vai da compra até a entrega do imóvel. Em 2024, nós fizemos o primeiro ciclo da entrega de R$ 1 bilhão, com 11 obras em sete municípios. Este ano a quantidade é um pouquinho menor, são oito empreendimentos, porém, o VGV será de R$ 1,1 bilhão.

As obras são feitas somente em São Paulo? Estamos situados em Santo André, mas temos uma estratégia de atuar em municípios ao redor de São Paulo, com um raio de mais ou menos 100 km e com mais de 100 mil habitantes.

O PIB de São Paulo representa mais ou menos 25% do PIB do país. E esse raio de 100 km, com a região metropolitana e Campinas, representa 75% do PIB do estado. É um potencial gigantesco de renda, mas na nossa projeção levaria em torno de 40 anos para entrar nessas pouco mais de 50 cidades. Cada região é peculiar, a gente tem que entender o que aquele cliente deseja.

Quais são as dificuldades que vocês encontram para operar na capital? Para o ano que vem, nossa expectativa é ter dois lançamentos em São Paulo. É mais fácil trabalhar com o consumidor da capital, o do interior é mais difícil. Por outro lado, as restrições, a questão de áreas e tempo de aprovação, são maiores.

> **“ É claríssimo que São Paulo vai ter escassez de imóvel. Mais de 60% dos imóveis em Manhattan são locados, ninguém tem condição mais de comprar. Isso já acontece em algumas regiões de São Paulo**

Mauricio Soler, 51

Formado em engenharia mecânica, possui MBA em administração pela FGV. Passou por empresas como General Motors, Gafisa e Tegra Incorporadora. Na Patriani, foi vice-presidente dos departamentos financeiro, de marketing e comercial, cargo que deixou em março de 2024 para se tornar CEO

Em qualquer cidade do interior os incorporadores levam de nove a 12 meses para aprovar um projeto; em São Paulo, se for tudo rápido, são 18 meses. Só esse tempo já dificulta muito a nossa vida.

Como esse ciclo de alta dos juros impacta vocês? É impactante porque você começa a concorrer com o dinheiro das aplicações. Só que, quando você fala de imóvel na planta, está pegando a taxa de juros com uma referência de hoje para ter um imóvel entregue lá na frente. O grande impacto é o que o cliente vai tirar dinheiro do rendimento hoje para te entregar.

Via de regra, o mercado trabalha vendendo de 20% a 30% durante o período de construção e de 70% a 80% para a parte do financiamento. Na Patriani temos uma política de 50%/50%.

No ano passado a Caixa abaixou para 70% o valor de financiamento com recurso do SBPE [Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo] e já tem notícias circulando que vai baixar para 50%. Então, todo mundo que está vendendo unidades hoje com essa tabela de 20% por 80% entra num sério risco no pós-obra, porque o cliente pode não ter crédito.

Pensar no longo prazo também se torna uma forma do mercado driblar o problema com os juros, não? E é natural. Porque o mercado é cíclico. As crises são recorrentes, mas o imóvel nunca perdeu valor. É claríssimo que São Paulo vai ter escassez de imóvel. Mais de 60% dos imóveis em Manhattan [em Nova York] são locados, ninguém tem condição mais de comprar. Isso já acontece em algumas regiões de São Paulo. E quem tiver um imóvel nesses espaços terá uma fonte de renda, é o mercado de futuro.

A Patriani vende a imagem de um imóvel adaptado ao gosto do cliente. Como é o processo de inovações? Um dos valores da Patriani é que os nossos empreendimentos sejam modernos daqui a 20 anos. Temos um time de inovação que viaja para Tóquio, Dubai e vai enxergar o que que é tendência. Existem coisas que o cliente nem sabe que quer. Um elevador regenerativo, por exemplo? Geralmente, para o cliente, isso é nada, mas quanto eu instalo, gera uma economia no condomínio que é perene.

O imóvel sai mais valorizado por virtudes como a fazenda solar, prédios preparados com vagas para carros elétricos. Hoje em dia, com o aquecimento, os imóveis estão cada vez mais quentes e a gente procura sempre que possível fazer prédios onde a ventilação cruza o apartamento inteiro. Isso é um prédio saudável, que usa menos ar-condicionado.

Pretendem abrir capital em algum momento? Eu acho que a Patriani tem potencial em uma janela de IPO. Essa é uma escolha do fundador, mas ele tem o sonho de estar presente nesses 50 municípios e quer que cada vez mais pessoas possam usufruir dos nossos produtos. Se o IPO possibilitar que esses 40 anos de crescimento virem 4 ou 10 anos, a gente olhará com carinho.

Eufrázio

Bem-vindo ao seu >>

eztec

MUDE EM 2025

Escolha o seu **Eztec** e aproveite vantagens imperdíveis por tempo limitado

Studios e aptos. **1 a 4 dorms.**

Financiamento direto

Sem burocracia

Preços e condições especiais

Alto padrão de acabamento

Os melhores endereços

ENTREGA EM 2025 • BROOKLIN

ARKADIO

PERSPECTIVA ILUSTRADA DO VOO ROOFTOP

- Art Design internacional by Carlos Ott
- Rooftop a mais de 100 m de altura
- Quadra de tênis oficial de saibro
- Piscina adulto e infantil cobertas

M² A PARTIR DE **R$ 14.800,00**(A)

3 DORMS. a 4 SUÍTES
107 a 180 m² • 2 a 3 vagas

Endereço do empreendimento: **Rua Santo Arcádio, 92**
Visite os decorados: **Av. Roque Petroni Jr., 837**

(A) ARKADIO - À VISTA. Válido para a unidade 58 - Metragem de 142,55 m². A partir de R$ 2.112.000,00. Valor do m² de R$ 14.800,00. Vigência da condição para o mês de MARÇO/2025.

ENTREGA EM 2025 • PARQUE TORONTO

UNIQUE GREEN

PERSPECTIVA ILUSTRADA DO VOO LAZER - TOURMALINE

- Ao lado do Parque Toronto
- Lazer completo com mais de 30 itens
- Praça central com mais de 5.500 m²
- Gerador para atender às áreas comuns(1)
- Rua particular de acesso ao empreendimento

(1) Conforme Memorial Descritivo

M² A PARTIR DE **R$ 9.900,00**(B)

2 DORMS. a 4 SUÍTES
69 a 152 m² • 1 a 3 vagas

Endereço do empreendimento: **Rua Ocrísia, 100**
Visite a central de atendimento: **Rua Inácio Luis da Costa, 218**

(B) UNIQUE GREEN - TOURMALINE - À VISTA. Válido para a unidade 102 - Torre A - Metragem de 90,27 m². A partir de R$ 892.000,00. Valor do m² de R$ 9.900,00. Vigência da condição para o mês de MARÇO/2025.

CONHEÇA MAIS EMPREENDIMENTOS EM: **EZTEC.COM.BR/BEMVINDO >> 3135-5110**



VISITE AS CENTRAIS DE ATENDIMENTO:

SHOWROOM IBIRAPUERA: **AV. IBIRAPUERA, 1806**
HOME STORE: **AV. ROQUE PETRONI JR., 837**
CENTRAL ZONA LESTE: **RUA BARÃO DE MONTE SANTO, 1350**
CENTRAL UNIQUE GREEN: **RUA INÁCIO LUIS DA COSTA, 218**
CENTRAL GUARULHOS: **AV. TRANSGUARULHENSE, 1017**
CENTRAL ZONA OESTE: **RUA ALVES GUIMARÃES, 230**

Realização e Construção:



Central de Atendimento TECVENDAS: R. Domingos de Morais, 2187 - Torre Dubai - Sl. 114 - Vila Mariana - São Paulo (SP) - Fone: 5056-8308 - CRECI Tecvendas: 5677-J. As perspectivas são ilustrativas com sugestão de decoração com móveis e utensílios de dimensões comerciais e não fazem parte do contrato. ARKADIO EZ BY OTT - GUARA INCORPORADORA LTDA. CNPJ: 12.802.327/0001-66. Memorial de Incorporação, registro nº 01, em 15/07/2021, na matrícula 278.186 do 15º Registro de Imóveis de São Paulo. UNIQUE GREEN - PARQUE TORONTO - GOL INCORPORADORA LTDA. CNPJ: 08.304.161/0001-80. Memorial de Incorporação, registro nº 4, em 03/11/2021, na matrícula 186.867, do 16º Registro de Imóveis de São Paulo. 110875



Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 33.466.988/0001-38

Relatório da Administração - Dezembro de 2024

Apresentação: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração do Banco Caixa Geral - Brasil S.A. submete à apreciação de V. Sas., o Relatório de Administração, as Demonstrações Financeiras e as respectivas notas explicativas relativas a 31 de dezembro de 2024, bem como o Relatório dos Auditores Independentes. **Desempenho:** 2024 foi mais um ano de crescimento sólido e sustentável para o Banco Caixa Geral - Brasil apoiado, principalmente, em suas operações nos segmentos de crédito e tesouraria. A carteira de crédito avançou de forma seletiva e com uma relação risco/retorno adequada à estratégia de negócios definida. A atividade de tesouraria manteve seu foco principal no apoio aos clientes. Assim ambas as áreas contribuíram de forma positiva para que o Banco Caixa Geral - Brasil encerrasse o ano de 2024 com lucro líquido de R$ 10,36 milhões. **Índice de Basileia:** O Banco adota a apuração dos limites de Basileia de forma consolidada, tomando-se como base os dados financeiros consolidados do Conglomerado Prudencial, de acordo com as diretrizes do Banco Central do Brasil. Em 31 de dezembro de 2024, o índice de Basileia do Conglomerado Prudencial era de 19,13%. **Gerenciamento de Riscos:** A Área de Riscos no Banco Caixa Geral - Brasil é independente das áreas de negócios e mantém vínculo funcional com a Diretoria de Riscos da Caixa Geral de Depósitos. Esta área conta com processos integrados de gestão de risco através dos quais pode monitorar, avaliar e administrar os riscos assumidos na realização da atividade do Banco. Os processos incluem a gestão da exposição ao risco de mercado, de crédito, de liquidez, operacional e socioambiental. A estrutura de gestão de risco foi desenvolvida com base em três componentes essenciais: governança, processos e pessoas. O Banco Caixa Geral - Brasil também conta com uma estrutura própria para a Gestão do Capital. Conforme determinado pelas regras do Banco Central do Brasil, os relatórios das estruturas de Gerenciamento de Risco Operacional, de Mercado, de Crédito e Gerenciamento de Capital estão disponíveis na sede do Banco, e as informações requeridas pela Resolução BCB nº 54 e a estrutura de Gerenciamento de Risco de Liquidez são divulgadas no sítio da instituição na Internet, no endereço: www.bcgbrasil.com.br. **Agradecimentos:** A Administração do Banco Caixa Geral - Brasil agradece aos clientes que em nós depositam confiança, ao seu acionista Caixa Geral de Depósitos pelo apoio recebido, aos seus funcionários pelo compromisso e dedicação e aos nossos fornecedores e demais entidades com quem nos relacionamos pela colaboração.

A Administração

Balanços Patrimoniais - 31 de Dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de reais)*

Ativo	Nota	2024	2023
Disponibilidades	4	5.255	1.078
Instrumentos financeiros		2.228.329	1.817.357
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	394.016	279.431
Carteira de câmbio	10	411.367	316.573
Títulos e valores mobiliários	6.a	928.274	607.833
Instrumentos financeiros derivativos	7.a	17.282	94.310
Operações de crédito	9.a	477.390	517.210
Outros ativos		48.220	44.926
Ativos não financeiros mantidos para venda	11.a	48.394	48.394
Provisões para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros mantidos para a venda	11.a	(17.284)	(15.284)
Diversos	11.b	17.110	11.816
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9.a	(52.905)	(47.690)
Ativos fiscais correntes e diferidos	17.b	95.121	62.647
Investimento em participação em controlada	12.a	26.284	27.309
Imobilizado e intangível		7.351	6.998
Depreciações e amortizações		(4.106)	(3.544)
Total do ativo		2.353.549	1.929.981

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2024	2023
Depósitos e demais instrumentos financeiros		2.009.513	1.505.272
Depósitos	13.a	748.640	555.850
Captações no mercado aberto	13.b	75.673	30.892
Carteira de câmbio	10	368.424	323.815
Recursos de aceites e emissão de títulos	13.c	243.033	242.824
Obrigações por empréstimos e repasses	13.d	523.319	374.310
Instrumentos financeiros derivativos	7.a	50.424	67.581
Provisões	14	11.099	10.519
Outras obrigações		19.868	8.310
Sociais e estatutárias		4.646	2.296
Fiscais e previdenciárias	15.a	9.466	5.765
Diversas	15.b	5.556	249
Obrigações fiscais correntes e diferidas	17.c	9.055	7.571
Patrimônio líquido		304.014	308.309
Capital social		323.728	323.728
De domiciliados no exterior	18.a	323.728	323.728
Outros resultados abrangentes		(6.809)	2.346
Prejuízos acumulados		(12.905)	(17.765)
Total do passivo		2.353.549	1.929.981

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2024 *(Em milhares de reais)*

	Capital social	Redução de capital	Reserva de Lucros: Reserva legal	Reserva de Lucros: Reserva Especial	Ajuste ao valor de mercado - TVM	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	323.728	–	–	–	(903)	(21.734)	301.091
Ajuste ao valor de mercado - TVM	–	–	–	–	3.249	–	3.249
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	6.469	6.469
Destinação:							–
Reservas de lucros	–	–	323	–	–	(323)	–
Absorção de prejuízo do exercício com reservas de lucros	–	–	(323)	–	–	323	–
JCP a pagar						(2.500)	(2.500)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	323.728	–	–	–	2.346	(17.765)	308.309
Ajuste ao valor de mercado - TVM	–	–	–	–	(9.155)	–	(9.155)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	10.360	10.360
JCP a pagar						(5.500)	(5.500)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	323.728				(6.810)	(12.905)	304.014
Saldos em 30 de junho de 2024	323.728	–	–	–	(410)	(13.894)	309.424
Ajuste ao valor de mercado - TVM	–	–	–	–	(6.400)	–	(6.400)
Lucro líquido do semestre	–	–	–	–	–	6.490	6.400
JCP a Pagar	–	–	–	–	–	(5.500)	(5.500)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	323.728	–	–	–	(6.810)	(12.904)	304.014

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2024 *(Em milhares de reais, exceto o lucro (prejuízo) por ação)*

	Nota	2024 2º Semestre	2024 Exercício	2023 Exercício
Receitas da intermediação financeira		149.667	288.405	160.397
Operações de crédito	9.g	24.353	52.251	63.100
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6.e	85.161	155.780	126.696
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7.e	40.153	80.374	(29.399)
Despesas da intermediação financeira		(123.160)	(229.867)	(131.391)
Operações de captações no mercado		(54.451)	(104.285)	(99.120)
Operações de operações de câmbio	10.b	(58.049)	(113.062)	(2.385)
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	9.e	(10.660)	(12.520)	(7.771)
Resultado bruto da intermediação financeira		26.507	58.538	51.122
Outras (despesas) receitas operacionais		(20.392)	(46.439)	(45.194)
Receitas de prestação de serviços	21	14.128	15.270	1.882
Resultado de participação em controlada	12.b	1.484	2.556	3.582
Despesas de pessoal		(17.112)	(30.313)	(28.693)
Outras despesas administrativas	22	(8.237)	(15.876)	(15.571)
Despesas tributárias	23	(3.283)	(5.160)	(2.835)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	24.a e 24.b	(7.372)	(12.916)	(3.569)
Resultado operacional		6.115	12.099	5.928
Resultado não operacional		10	242	999
Resultado antes da tributação sobre o lucro		6.125	12.341	6.927
Imposto de renda e contribuição social	17.a	365	(1.981)	(457)
Provisão para imposto de renda		(1.663)	(3.034)	(1.525)
Provisão para contribuição social		(1.340)	(2.447)	(1.254)
Ativo (passivo) fiscal diferido		3.368	3.500	2.322
Lucro (prejuízo) líquido dos semestres/exercícios		6.490	10.360	6.469
Quantidade de ações		869.321	869.321	869.321
Lucro por ação básico/diluído no final do semestre/exercícios(R$)		7,47	11,92	7,44

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente - Exercícios Findos em 30 de Dezembro de 2024 e de 2023, e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2024 *(Em milhares de reais)*

	2024 2º Semestre	2024 Exercício	2023 Exercício
Lucro (prejuízo) líquido do semestre, exercícios	6.490	10.360	6.469
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado em períodos subsequentes	(6.400)	(6.810)	3.249
Outros resultados abrangentes - ajuste ao valor de mercado, líquido dos impostos	(6.400)	(6.810)	3.249
Resultado abrangente total	90	3.550	9.718

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2024 *(Em milhares de reais)*

	Nota	2024 2º Semestre	2024 Exercício	2023 Exercício
Fluxo de caixa de atividades operacionais				
Lucro (prejuízo) líquido ajustado do semestre/exercícios		55.064	100.751	(44.342)
Lucro (prejuízo) líquido do semestre/exercícios		6.490	10.360	6.469
Ajustes ao (prejuízo) lucro líquido:		48.574	90.391	(50.811)
Depreciações e amortizações	22	281	581	463
Perda ou (ganho) na venda de imobilizado		34	53	(111)
Resultado de participação em controlada	12.b	(1.484)	(2.556)	(3.582)
Provisão para riscos de crédito de garantias e fianças prestadas	24.b	(344)	(543)	210
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		10.660	12.520	7.772
Baixa de operação de crédito		(6.924)	(7.304)	–
Constituição para impostos e contribuições diferidos		2.095	1.484	3.723
Provisão (reversão) para bens não de uso	24.b	–	–	6.618
Provisão (reversão) para outras provisões		4.994	3.138	(235)
Provisão (reversão) para contingências fiscais e trabalhistas	24.b	(15)	(15)	307
Reversão (constituição) de Créditos tributários		(5.462)	(4.984)	(3.197)
Ajuste de Valor de Mercado - TVM		44.739	88.017	(62.779)
Variações nos ativos e obrigações		(161.486)	(12.047)	31.373
(Aumento) em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (ativos/passivos)		(34.402)	(365.233)	(44.078)
Redução/(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez		(31.501)	(31.501)	–
(Aumento)/redução em carteira de câmbio (ativo/passivo)		(14.510)	(48.185)	9.700
(Aumento)/redução em operações de crédito		(20.023)	39.820	35.630
(Aumento)/redução em outros ativos		753	(1.024)	5.735
Aumento/(redução) em depósitos		29.184	192.789	(26.608)
Aumento/(redução) em captação no mercado aberto		35.701	44.781	(83.606)
Aumento/(redução) em recursos de aceites e emissão de títulos		(16.292)	209	73.372
Aumento/(redução) em outras obrigações		13.379	11.558	35.016
Aumento/(redução) em obrigações por empréstimos e repasses		(121.129)	149.009	28.641
Imposto pago		(2.646)	(4.271)	(2.429)
Fluxo de caixa aplicados das atividades operacionais		(106.423)	88.703	(12.969)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aplicações no imobilizado de uso		(258)	(425)	(1.321)
Recebimento pela venda de imobilizado		–	–	323
Dividendos recebidos	12.b	3.582	3.582	185
Fluxos de caixas aplicados nas atividades de investimentos		3.324	3.157	(813)
Juros sobre o capital próprio	18.b	(5.500)	(5.500)	(2.500)
Fluxos de caixas aplicados nas atividades de financiamentos		(5.500)	(5.500)	(2.500)
Redução do caixa e equivalentes de caixa		(108.599)	86.360	(16.282)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercícios		476.369	281.409	297.691
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercícios	4	367.770	367.770	281.409
Redução do caixa e equivalentes de caixa		(108.599)	86.360	(16.282)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de dezembro de 2024 *(Em milhares de reais)*

1. Contexto operacional

O Banco Caixa Geral - Brasil S.A. ("Banco"), é parte integrante do Grupo Caixa Geral de Depósitos, de origem portuguesa, iniciou suas operações em 1º de abril de 2009, e está organizado sob a forma de banco múltiplo, atuando através das carteiras comercial, de câmbio e de investimento.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN e Conselho Monetário Nacional - CMN, apresentadas em conformidade com a Resolução BCB nº 2/2020 e com a Resolução CMN nº 4.818/20. A partir de janeiro de 2020, as alterações advindas da Resolução BCB nº 2/2020 e da Resolução CMN nº 4.818/20 foram incluídas nas demonstrações financeiras, e posteriormente para o ano de 2022, a Resolução CMN nº 4.910/21, foram incluídas nas demonstrações financeiras. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards (IFRS)*. As principais alterações implementadas foram: a) As contas do Balanço Patrimonial estão sendo apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; b) Os saldos do Balanço Patrimonial do período estão sendo apresentados comparativamente com os do final do exercício social imediatamente anterior; e c) Reclassificação dos adiantamentos de contratos de câmbio para a conta de operações de crédito no Balanço. As demais demonstrações estão sendo comparadas com os mesmos períodos do semestre anterior para as quais foram apresentadas. As alterações implementadas pelas novas normas não impactaram o Lucro Líquido ou o Patrimônio Líquido. As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas revisadas periodicamente pelo Banco como a mensuração de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, valorização de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, avaliação do valor recuperável, vida útil de determinados ativos e constituição de imposto de renda e contribuição social diferido. Os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas e premissas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Os pronunciamentos contábeis aprovados são: • Resolução nº 4.924/21 - Redução ao valor recuperável de ativos; • Resolução nº 4.910/21 - Demonstração do fluxo de caixa; • Resolução nº 4.818/20- Divulgação sobre partes relacionadas; • Resolução nº 3.823/09 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes; • Resolução nº 4.818/20 - Evento subsequente; • Resolução nº 3.989/11 - Pagamento baseado em ações; • Resolução nº 4.924/21 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro; • Resolução nº 4.924/21 - Pronunciamento conceitual básico; • Resolução nº 4.924/21 - Mensuração do valor justo; e • Resolução nº 4.877/20 - Benefícios a empregados. As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Banco. A autorização para emissão das demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração do Banco em 14 de março de 2025. Adicionalmente, o Bacen emitiu as Resoluções CMN nº 4.966/21, 5.019/22 e 309/23, que tratam de conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), buscando a convergência do critério contábil do COSIF para os requerimentos da norma internacional do IFRS 9. Referidas normas entram em vigor em 1º de janeiro de 2025, sendo que o Banco adotou as medidas necessárias para atender sua implementação e identificação dos impactos esperados. A adoção da Resolução 4.966 será aplicada de forma prospectiva e eventuais ajustes de saldos contábeis de ativos e passivos financeiros serão reconhecidos em 1º de janeiro de 2025, em contrapartida do Patrimônio Líquido. O impacto total estimado, em conformidade com o estabelecido pela nova regulamentação, líquido dos efeitos tributários, é imaterial e totaliza uma redução sobre o Patrimônio Líquido inferior a 1%.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e elaboração das demonstrações financeiras estão apresentadas a seguir: a) Apuração do resultado: As receitas e despesas das operações ativas e passivas são apropriadas pelo regime de competência, o qual reconhece os efeitos das operações sujeitas à variação monetária em base "pro rata" dia. As operações ativas e passivas com cláusula de variação cambial são atualizadas pela taxa de compra ou de venda da moeda estrangeira, nas datas das demonstrações financeiras, de acordo com as disposições contratuais. b) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros ("*impairment*"): É reconhecida uma perda por "*impairment*" se o valor de contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por "*impairment*" são reconhecidas no resultado do exercício. Os valores dos ativos não financeiros, exceto os créditos tributários, são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda, ou sempre que houver indícios objetivos de "*impairment*". c) Caixa e equivalentes de caixa: São representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas e em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo. d) Aplicações interfinanceiras de liquidez: São demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos proporcionais auferidos até as datas dos balanços. e) Títulos e valores mobiliários: De acordo com a Circular nº 3.068/01, do BACEN, os títulos e valores mobiliários são classificados em três categorias distintas, conforme intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização: *(i) Títulos para negociação:* são avaliados pelo valor de mercado, e seus ajustes são contabilizados em contrapartida à conta adequada de receitas e despesas do semestre. *(ii) Títulos disponíveis para venda:* contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado do exercício, e ajustados pelo valor de mercado. Os ganhos e perdas não realizados, líquidos dos efeitos tributários, decorrentes das variações no valor de mercado são reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajuste ao valor de mercado - TVM". *(iii) Títulos mantidos até o vencimento: são adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para manter até o vencimento.* São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado do exercício. O Banco, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.924/2021 do Banco Central do Brasil, usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível, para mensuração do valor justo dos seus ativos. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). f) Instrumentos financeiros derivativos: De acordo com a Circular nº 3.082/02 do BACEN, e a Instrução Normativa 276/22, os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações a termo, futuros, "swaps" e opções são contabilizados segundo os seguintes critérios: • Operações a termo: pelo valor final do contrato líquido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito. As receitas e despesas são auferidas em razão da fluência dos contratos até a data das demonstrações financeiras. • Operações de futuros: os valores dos ajustes diários são contabilizados em conta de ativo ou passivo, de acordo com a natureza do saldo, e apropriados mensalmente no resultado do semestre. • Operações de "*swaps*": os valores relativos ao diferencial a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa "*pro rata*" dia até a data das demonstrações financeiras. • Opções: os valores dos prêmios pagos ou recebidos são reconhecidos em adequada conta de ativo ou passivo, respectivamente, na data da operação até seu efetivo exercício, quando então são baixados como redução ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo valor de exercício, ou, caso a opção não seja exercida, como receita ou despesa, conforme resultado auferido. Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelos seus valores de mercado e a valorização ou desvalorização reconhecida no resultado do semestre. Os instrumentos financeiros derivativos do Banco, designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ("*hedge*"), foi classificado como "*hedge*" risco de mercado. Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "*hedge*" e os respectivos objetos de "*hedge*" são ajustados ao valor de mercado, sendo a valorização ou a desvalorização dos "*hedges*" de risco de mercado registradas em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do semestre. g) Operações de crédito e provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: São registradas considerando os rendimentos decorridos, reconhecidos em base "pro rata" dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuada. As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são constituídas considerando-se a classificação pelo nível de risco feita pela área de Risco de Crédito e levada a conhecimento da Administração do Banco no Comitê de Crédito, que considera a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, com observância dos parâmetros e diretrizes estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional - CMN, editada pelo BACEN, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo - perda). Em consonância com os critérios da Resolução 4.512/16 do Conselho Monetário Nacional - CMN, a provisão para garantias prestadas é constituída com base nos requerimentos estabelecidos na Resolução 2.682/99 do Banco Central do Brasil. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nesta classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente a renegociação. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão, e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita somente quando efetivamente recebidos. h) Operações em moeda estrangeira: As operações ativas e passivas com cláusula de variação cambial são atualizadas pela taxa de compra ou de venda da moeda estrangeira, na data das demonstrações financeiras, de acordo com as disposições contratuais e as diferenças decorrentes de conversão de moeda reconhecidas no resultado do semestre. i) Ativos e passivos: Os ativos e passivos são demonstrados pelo custo, incluindo os juros e as variações monetárias, podendo o ativo, quando aplicável ser deduzido das correspondentes provisões para perdas ou ajustes a valor de mercado. j) Permanente: a) *Investimentos:* A participação em controlada é avaliada pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos estão registrados pelo custo de aquisição. b) *Imobilizado e intangível:* Os bens e direitos, classificados no imobilizado de uso, são demonstrados pelo custo de aquisição deduzido, quando aplicável, dos saldos da respectiva conta de depreciação, calculadas pelo método linear, com base em taxas que levam em conta a vida útil econômica dos bens. Os ativos intangíveis são registrados pelo custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada, a partir da data da sua disponibilidade para uso. k) Ativos e passivos contingentes, obrigações legais e provisão para risco: O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes, obrigações legais (fiscais e previdenciárias) e provisão para risco são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 do Conselho Monetário Nacional, que aprovou o Pronunciamento Técnico nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, sendo os principais critérios: • Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. • Provisão para risco - são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. • Passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perdas remotas não são passíveis de provisão ou divulgação. • Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se às demandas administrativas ou judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, independentemente à classificação do risco, e atualizadas de acordo com a legislação vigente. l) Ativos não financeiros mantidos para venda: O Banco possui ativos não financeiros mantidos para venda compostos basicamente por imóveis recebidos em dação de pagamento, registrados pelo menor valor entre o valor contábil da dívida e o valor justo, na data em que foram classificados nessa categoria, deduzido por provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável. A Administração avalia a existência de indicativos de redução ao valor de realização desses ativos, com base em laudos de avaliação elaborados por avaliadores externos. m) Imposto de renda e contribuição social: A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% acima de limites específicos. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 20% do lucro antes do imposto de renda. Adicionalmente, são constituídos créditos tributários, à taxa vigente à época das demonstrações financeiras, calculados sobre prejuízos fiscais e adições temporárias no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos e são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos". Os créditos tributários são realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. n) Lucro por ações: O lucro por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade de ações em circulação durante o exercício, excluindo as ações compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria. o) Segregação entre circulante e não circulante: Os ativos e passivos realizáveis até doze meses subsequentes ao balanço são

continua →

→ continuação

Banco Caixa Geral - Brasil S.A. CNPJ/MF nº 33.466.988/0001-38

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de dezembro de 2024 *(Em milhares de reais)*

classificados no circulante e aqueles cujo vencimentos ou possibilidade efetiva de liquidação ocorram nos doze meses após a data do balanço são classificados em não circulante. Os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas estão classificados em sua totalidade em não circulante independentemente do prazo de realização. Os títulos classificados como títulos para negociação, independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no ativo circulante e os títulos classificados como disponível para venda são classificados conforme a data de vencimento do papel, independentemente de sua liquidez, conforme estabelecido pela Circular Bacen nº 3.068/2001. A segregação do balanço patrimonial entre circulante e não circulante está demonstrado nas respectivas notas explicativas, em conformidade com a Resolução CMN 4.818/20 e Resolução BCB nº 2/2020. As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas considerando os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.910/21, Resolução BCB nº 2/2020 e Resolução CMN nº 4.910/20.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Disponibilidades	5.255	1.978
Aplicações em operações compromissadas	317.144	217.447
Aplicações em depósitos interfinanceiros	15.770	50.748
Aplicações em moeda estrangeira	29.601	11.236
Total	367.770	281.409

As aplicações em operações compromissadas com taxas prefixadas, no montante de R$317.144 (R$217.447 em dezembro de 2023), apresentam taxas médias ao ano de 12,14% (11,65% em dezembro de 2023).

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	2024 Até 3 meses	2024 De 3 a 12 meses	2024 Total	2023 Até 3 meses	2023 De 3 a 12 meses	2023 Total
Aplicações em depósitos interfinanceiros	15.770	31.501	47.271	5.165	45.583	50.748
Aplicações em operações compromissadas	317.144	–	317.144	217.447	–	217.447
Aplicações em moeda estrangeira	29.601	–	29.601	11.236	–	11.236
Total	362.515	31.501	394.016	233.848	45.583	279.431
	Circulante		394.016	Circulante		279.431

6. Títulos e valores mobiliários

a) Composição da carteira em 31 de dezembro de 2024, e em 31 de dezembro de 2023

	2024 Valor de custo	2024 Valor de mercado	2023 Valor de custo	2023 Valor de mercado
Carteira Livre				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	157.743	147.631	129.609	132.081
Notas do tesouro Nacional - NTN	57.876	56.310	48.240	48.204
Fundo de Investimento - FIDC	122	122	2.968	2.068
Certificado de Recebíveis Imobiliários - CRI	3.037	3.882	11.194	10.936
Certificado de Recebíveis Agronegócio - CRA	–	–	16.290	16.161
Certificado de Recebíveis - CR	3.079	3.909	7.754	7.754
Certificado de Produto Rural - CPR	147.119	147.119	61.179	61.179
Nota Comercial - NC	282.215	292.215	128.318	128.318
Nota Comercial NC - Pré	30.321	30.321	–	–
Debêntures	74.556	6.624	101.422	38.271
Total de Carteira Própria	756.847	678.133	506.981	445.770
Vinculados a compromissos de recompra				
Debêntures	17.817	17.758	9.995	10.144
Letras do Tesouro Nacional - LTN	31.426	30.149	343	353
Certificado de Recebíveis Imobiliários - CRI	5.379	6.854	–	–
Certificado de Recebíveis Agronegócio - CRA	17.583	22.859	19.447	19.907
Total de vinculados a compromisso de recompra	72.205	77.620	29.785	30.404
Vinculados à prestação de garantias				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	48.645	48.747	64.985	66.363
Notas do tesouro Nacional - NTN-B e NTN-F	112.810	107.384	47.491	47.215
Fundo de Investimento - FILCB	18.390	18.390	18.081	18.081
Total de vinculados a prestação de garantias	179.845	172.521	130.557	131.659
Total de títulos e valores mobiliários	1.008.897	928.274	867.323	607.833

b) Composição da carteira em 31 de dezembro de 2024, e em 31 de dezembro de 2024 por classificação, e por prazo:

	2024 Valor de custo	2024 Valor de mercado	2023 Valor de custo	2023 Valor de mercado
Títulos para negociação:				
Títulos públicos				
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B e F (*)				
De 3 a 12 meses	–	–	863	852
Total de títulos públicos	–	–	863	852
Títulos privados				
Cotas de Fundos de Investimento (*)				
Sem vencimento	18.511	18.511	21.049	21.049
Debêntures (**)				
Acima de 3 anos	68.241	–	63.496	–
Total de títulos privados	86.752	18.511	84.545	21.049
Total de títulos para negociação	86.752	18.511	85.408	21.901
Títulos disponíveis para venda				
Títulos públicos				
Letras do Tesouro Nacional - LTN (*)				
De 3 a 12 meses	–	–	1.200	1.188
De 1 a 3 anos	223.734	211.009	192.824	196.880
Acima de 3 anos	14.080	13.525	913	917
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B e F (*)				
Até 3 meses	6.916	6.951	44.134	43.655
De 1 a 3 anos	145.018	139.231	21.737	21.844
Acima de 3 anos	18.751	17.512	29.006	29.088
Total de títulos públicos	408.501	388.222	338.708	336.678
Títulos privados				
Certificado de Recebíveis do Agronegócio - CRA				
De 1 a 3 anos	7.402	3.768	12.974	12.866
Acima de 3 anos	10.182	13.091	22.763	23.203
Certificado de Recebíveis Imobiliários - CRI				
Acima de 3 anos	8.415	10.736	11.194	10.936
Certificado de Recebíveis				
De 1 a 3 anos	3.879	3.909	7.754	7.754
Debêntures: (***)				
Até 3 meses	–	–	397	397
De 1 a 3 anos	24.111	24.362	17.297	17.349
Acima de 3 anos	–	–	30.227	30.570
Total de títulos privados	53.989	61.886	102.606	103.074
Total de títulos disponíveis para venda	462.490	450.108	441.315	439.752
Títulos mantidos até o vencimento				
Títulos privados				
CPR Financeira				
Até 3 meses	14.906	14.906	1.003	1.003
De 3 a 12 meses	47.464	47.464	8.356	8.356
De 1 a 3 anos	84.747	84.747	6.375	6.375
Acima de 3 anos	–	–	43.445	43.445
Nota Comercial				
Até 3 meses	10.901	10.901	–	–
De 3 a 12 meses	120.710	120.710	76.325	76.325
De 1 a 3 anos	180.925	180.925	51.991	51.991
Total de títulos privados	459.655	459.656	189.495	189.495
Total de títulos mantidos até o vencimento	459.655	459.656	189.495	189.495
Circulante	212.304	214.733	161.719	161.159
Realizável a longo prazo	796.593	713.541	505.605	446.674
Total de títulos e valores mobiliários	1.008.897	928.274	867.324	607.932

(*) Em 31 de dezembro de 2024, o montante de R$ 172.521 (R$131.659 em dezembro de 2023) estava bloqueado em garantia de operações na B3 S.A.Brasil, Bolsa, Balcão (nota nº 7.f). c) Custódia dos títulos e valores mobiliários: Em 31 de dezembro de 2024, os títulos públicos, no montante de R$ 388.221 (R$ 294.215 em dezembro de 2023), estão custodiados no Sistema de Liquidação e Custódia - SELIC e os títulos privados, no montante de R$ 205.096 (R$ 174.356 em dezembro de 2023), estão custodiados na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão. Com exceção das Notas Comerciais e Créditos de Recebíveis, no montante de R$ 316.445 (R$ 123.907 em dezembro de 2023) que estão custodiadas na Laqus Dep. De Val. Mob. As cotas de fundos de investimentos, no montante total de R$ 18.511 (R$21.049 em dezembro de 2023), estão custodiadas junto aos administradores dos fundos de investimentos. d) Valor de mercado: Para os títulos públicos classificados nas categorias "disponíveis para venda" e "negociação" o valor de mercado foi apurado com base em preços e taxas praticadas em 31 de dezembro de 2024, e em 31 de dezembro de 2023, divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA. Para a marcação a mercado das debêntures emitidas segundo a instrução CVM nº 475 e que não apresentavam preço indicativo pela ANBIMA ou outra fonte alternativa (cotações fornecidas por Corretoras), foi utilizada a metodologia baseada nas últimas negociações que ocorreram no mercado secundário em taxas indicativas divulgadas pela ANBIMA. As cotas de fundos de investimentos foram marcadas a mercado com base nos valores das cotas divulgadas pelos administradores dos fundos. Os títulos públicos e privados registrados na categoria "disponíveis para venda" resultaram em ajuste negativo no montante de R$ 12.381 (R$3.900 em dezembro de 2023). O impacto no patrimônio líquido do Banco foi de R$ 6.809 (R$ 2.345 negativo em dezembro de 2023), líquidos dos efeitos tributários. A composição da carteira em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, considerando os níveis hierárquicos de mensuração de valor justo são demonstrados como segue:

Dezembro de 2024	Nível 2	Total
Negociação	18.511	18.511
Disponível para venda	450.108	450.108
Total	**468.619**	**468.619**
Dezembro de 2023	**Nível 2**	**Total**
Negociação	21.901	21.901
Disponível para venda	439.752	439.752
Total	**461.653**	**461.653**

e) Resultado:

	2024 2º Semestre	2024 Exercício	2023 Exercício
Aplic. interf. Liquidez	28.258	50.172	56.099
Títulos de renda fixa	56.503	107.934	61.758
Títulos de renda variável	(75)	(150)	(1.785)
Fundos de Investimento	1.004	2.319	5.225
Ajuste ao Valor de Mercado	1.730	12	15
Desvalorização/Valorização	(2.450)	(4.497)	3.382
Total	85.161	155.781	126.696

7. Instrumentos financeiros derivativos

O Banco realiza operações com derivativos, que se destinam a atender necessidades próprias ou de seus clientes, no sentido de reduzir sua exposição a riscos de mercado, moeda e juros. O gerenciamento desses riscos é efetuado através da determinação de limites e estabelecimentos de estratégias de operações. Os derivativos, de acordo com sua natureza e legislação específica, são contabilizados em contas patrimoniais e/ou de compensação. Em 31 de dezembro de 2024, e em 31 de dezembro de 2023, a composição dos instrumentos financeiros derivativos registrados nas demonstrações financeiras é a seguinte:

a) Comparação entre o valor de custo e o valor de mercado

	dez/24 Valor de curva	dez/24 Ganhos/(perdas) não realizados	dez/24 Valor de Mercado	dez/23 Valor de curva	dez/23 Ganhos/(perdas) não realizados	dez/23 Valor de Mercado
Swap - diferencial a receber	1.032	9.737	10.769	79.490	13.585	93.075
Swap - diferencial a pagar	(51.683)	3.618	(48.265)	(61.933)	(3.109)	(65.042)
Total *Swap*	(50.651)	13.355	(37.496)	17.557	10.476	28.033
NDF - a receber	5.564	(51)	6.513	1.209	26	1.235
NDF - a pagar	(595)	(111)	(706)	(2.471)	(68)	(2.539)
Total NDF	5.060	(162)	5.807	(1.262)	(42)	(1.304)
OPÇÕES - a pagar	(695)	(758)	(1.453)	–	–	–
Total opções	(695)	(758)	(1.453)	–	–	–
Total	(45.577)	12.435	(33.142)	16.295	10.434	26.731
Circulante - ativo			11.514			71.203
Não circulante - ativo			5.768			25.107
Circulante - passivo			50.265			67.581
Não circulante - passivo			159			–

Os instrumentos financeiros derivativos referem-se a operações de "*Swap*", "*Non-Deliverable Forward - NDF*" e Futuros, sendo registrados na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão. O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi apurado com base nos preços e taxas divulgados pela B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão.

b) Composição do valor de referência por vencimento

	2024 Até 1 mês	2024 Até 3 meses	2024 3 a 12 meses	2024 1 a 3 anos	2024 Acima de 3 anos	2024 Total	2023 Até 1 mês	2023 Até 3 meses	2023 3 a 12 meses	2023 1 a 3 anos	2023 Acima de 3 anos	2023 Total
"*Swap*" - posição ativa	–	1.900	22.300	–	252.716	276.916	1.200	1.300	61.640	187.798	–	251.938
"*Swap*" - posição passiva	49.205	–	177.089	15.000	–	241.294	–	–	55.333	–	–	55.333
NDF - posição ativa	–	30.100	56.572	–	–	86.672	24.476	1.270	36.674	–	–	62.420
NDF - posição passiva	18.096	–	–	–	–	18.096	–	40.147	38.051	–	–	78.198
Futuros - posição comprada	99.368	173.637	641.815	211.487	212.346	1.338.653	179.198	69.063	252.361	256.311	–	756.933
Futuros - posição vendida	107.377	215.808	176.727	210.543	–	710.255	155.982	98.334	133.381	55.083	–	442.661
Opções -posição comprada	–	–	13.275	–	–	13.275						
Total	274.046	421.245	1.087.778	437.030	465.062	2.685.161	360.736	210.114	577.440	499.192	–	1.647.483

c) Composição por indexador:

	2024 Valor a receber	2024 Valor a pagar	2024 Valor de referência	2023 Valor a receber	2023 Valor a pagar	2023 Valor de referência
Operações de "swap"						
Posição ativa	10.776	–	276.916	93.077	–	251.938
CDI x PRÉ	3.826	–	12.200	74.130	–	76.340
DÓLAR VENDA x LIBOR	6.950	–	264.716	18.947	–	175.598
Posição passiva	–	(48.265)	241.294	–	(65.043)	55.333
IPCA x CDI	–	(48.265)	241.294	–	(65.022)	50.000
DÓLAR VENDA X CDI	–	–	–	–	(21)	5.333
DÓLAR VENDA x LIBOR 3 M	–	–	–	–	–	–
Total de operações de "swap"	10.776	(48.265)	518.210	93.077	(65.043)	307.271
Operações de NDF						
Posição ativa	6.577	–	86.672	1.254	–	62.420
Dólar venda	6.577	–	86.672	1.254	–	62.420
Posição passiva	–	(706)	18.096	–	(2.538)	78.198
Dólar venda	–	(706)	18.096	–	(2.538)	78.198
Euro venda	–	–	–	–	–	–
Total de operações de NDF	6.577	(706)	104.768	1.254	(2.538)	140.618
Operações de futuros						
Posição comprada (*)	1.338.653	–	1.338.653	756.934	–	756.934
DDI	977.761	–	977.761	611.657	–	611.657
DI1	141.358	–	141.358	53.119	–	53.119
DOL	219.514	–	219.514	81.369	–	81.369
EUR	–	–	–	10.789	–	10.789
Posição vendida (*)	–	(710.256)	710.256	–	(442.660)	442.660
DDI	–	(457.044)	457.044	–	(217.452)	217.452
DI1	–	(20.233)	20.233	–	(48.195)	48.195
DOL	–	(138.925)	138.925	–	(177.013)	177.013
DAP	–	(94.054)	94.054	–	–	–
Total de operações de futuros	1.338.653	(710.256)	2.048.909	756.934	(442.660)	1.199.594
Opções BMF	–	–	–	–	–	–
Posição comprada (*)	13.275	–	13.275	–	–	–
DOL	13.275	–	13.275	–	–	–
Posição vendida(*)	–	–	–	–	–	–
Total de Opções BMF	13.275	–	13.275	–	–	–
Total	1.369.281	(759.227)	2.685.162	851.265	(510.241)	1.647.483

(*) Os ajustes sobre os contratos de futuros são apurados diariamente, e liquidados em D+1, na conta de negociação e intermediação de valores.

d) Valor de referência por local de negociação

	Mercado Organizado	Mercado Balcão	2024	Mercado Organizado	Mercado Balcão	2023
Operações de "swap"	12.200	506.010	518.210	126.340	180.931	307.271
Operações de NDF	–	104.766	104.768	–	140.618	140.618
Futuros - posição comprada	1.338.653	–	1.338.652	756.934	–	756.934
Futuros - posição vendida	710.256	–	710.256	442.659	–	442.659
Opções BMF posição comprada	13.275	–	13.275	–	–	–
Total	2.074.384	610.776	2.685.162	1.325.933	321.549	1.647.482

As operações envolvendo contratos de futuros de índices e de moedas são realizadas para proteção das exposições globais do Banco e em operações para atendimento aos seus clientes. e) Resultado com instrumentos financeiros derivativos: Informamos a seguir os ganhos e as perdas que impactaram os resultados do semestre findo em 31 de dezembro de 2024, e dos exercícios findos em 2024 e de 2023. O resultado líquido é composto pelo resultado dos derivativos operados para clientes acrescido do resultado dos *hedges* de risco de mercado, também realizados com derivativos, para estas posições.

	2º Semestre 2024 Ganho	2º Semestre 2024 Perda	2º Semestre 2024 Líquido	Exercício 2024 Ganho	Exercício 2024 Perda	Exercício 2024 Líquido	Exercício 2023 Ganho	Exercício 2023 Perda	Exercício 2023 Líquido
"*Swap*"	180.928	(198.205)	(17.277)	331.127	(372.625)	(41.497)	340.938	(309.376)	31.562
NDF	11.050	(8.940)	2.110	19.113	(14.733)	4.380	48.293	(44.940)	3.353
Opções	–	(758)	(758)	–	(854)	(854)	–	–	–
Futuros	581.139	(525.061)	56.078	988.385	(870.040)	118.345	850.212	(914.527)	(64.315)
Total	773.117	(732.964)	40.153	1.338.625	(1.258.156)	80.374	1.239.443	(1.268.843)	(29.400)

f) Valor e tipo de margem dadas em garantia: O montante de margem depositado em garantia na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão das operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2024, e em 31 de dezembro de 2023 tem a seguinte composição:

	2024	2023
Títulos e valores mobiliários - Carteira própria		
Letras do Tesouro Nacional - LTN	46.747	66.363
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B e NTN-F	107.384	47.215
Fundo de Investimento - FILCB	18.390	18.081
Total	172.521	131.659

g) Derivativos utilizados como instrumentos de "hedge": Em 31 de dezembro de 2024, a estrutura de "hedge" de risco de mercado é composta por contratos futuros, com valor de referência atualizado de R$ 647.814 (R$ 580.769 em dezembro de 2023) e vencimentos que variam de janeiro de 2025 a janeiro de 2027 (janeiro de 2024 a abril de 2025), e visam proteger o Banco das flutuações do câmbio nos adiantamentos de contrato de câmbio e nas captações no exterior. O valor dos adiantamentos de contratos de câmbio, em 31 de dezembro de 2024, é de R$ 241.460 (R$ 194.610 em dezembro de 2023) e está classificado como objeto de "hedge" de risco de mercado. O ajuste a mercado que foi reconhecido no resultado como despesa é de R$ 1.274 (despesa de R$ 577 em 2023). O valor dos empréstimos no exterior, em 31 de dezembro de 2024, é de R$ 189.464 (R$ 294.704 em dezembro de 2023) e está classificado como objeto de "*hedge*" de risco de mercado. O ajuste a mercado que foi reconhecido no resultado como receita é de R$ 1.080 (despesa de R$ 6.013 em dezembro de 2023). A efetividade das estruturas de "*hedge*" de risco de mercado é medida mensalmente por intermédio do resultado financeiro, oriundo do valor de mercado dos derivativos designados para "hedge" e do instrumento objeto de "*hedge*". A efetividade apurada para a carteira de "*hedge*" em 31 de dezembro de 2024, e em 31 de dezembro de 2023 está em conformidade com o padrão estabelecido pelo BACEN. As operações acima não representam a exposição global do Banco aos riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros, por contemplarem apenas os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge".

8. Gestão de riscos

O Conglomerado Financeiro Caixa Geral Brasil conta com processos integrados de gestão de risco através dos quais pode monitorar, avaliar e administrar os riscos assumidos na realização de suas atividades. Estes processos incluem a gestão da exposição ao risco de mercado, de crédito, de liquidez, operacional e socioambiental. A estrutura de gestão de risco foi desenvolvida com base em três componentes essenciais: governança, processos e pessoas. O processo de gestão de riscos tem como objetivo identificar, avaliar, monitorar os eventos de risco (natureza interna e externa) que possam afetar as estratégias das unidades de negócio e de suporte, bem como o cumprimento de seus objetivos, gerando impactos nos resultados, no capital e na liquidez do Banco. A estrutura de controle dos riscos de Mercado, Crédito, Liquidez e Operacional é centralizada e visa assegurar que as diversas unidades seguem as políticas e os procedimentos estabelecidos. A identificação, agregação e acompanhamento dos riscos são feitos de modo a fornecer informações para as decisões da alta direção. I) Risco de mercado: O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos fatores de risco de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias ("commodities"). A gestão de riscos de mercado é o processo pelo qual a instituição identifica, mensura, monitora os riscos de variações nas cotações de mercado dos instrumentos financeiros, objetivando a otimização da relação risco retorno, valendo-se de estrutura de limites, modelos e ferramentas de gestão adequados. O controle de risco de mercado é realizado por área independente das áreas de negócios, responsável por executar as atividades diárias de mensuração, avaliação e reporte de risco. Além disso, também realiza monitoramento, avaliação e reporte consolidado das informações de risco de mercado, visando fornecer subsídios para acompanhamento pela Administração local, pela Matriz e para atendimento aos órgãos reguladores no Brasil e no exterior. O processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhado às melhores práticas de mercado. As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas: • Valor em Risco (VaR - "Value at Risk"): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando horizonte de tempo e intervalo de confiança definidos. • Perdas potenciais em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos e passivos do portfólio quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão ou própria). • Alerta de "*Stop Loss*": perdas efetivas somadas num determinado horizonte de tempo. O Banco adota uma política de alertas baseada em gatilhos. • Sensibilidade (BPV): impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa, quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base a.a. nas taxas de juros atuais. Os limites e a exposição aos riscos de mercado são conservadores quando comparados ao Patrimônio de Referência do Banco. Em 31 de dezembro de 2024, o VaR para um horizonte de 10 dias ao qual o Banco estava exposto era de R$ 3.904 (R$ 4.773 em dezembro de 2023). II) Risco de crédito: O risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. Em linha com os princípios da Resolução CMN nº 4.557/17, 4.745/19 e 4.945/21, o Banco possui uma estrutura e uma política de gerenciamento do risco de crédito, aprovada pelo seu Conselho de Administração. A gestão de risco de crédito do Banco visa preservar a qualidade dos ativos de crédito em patamares adequados. Esta gestão é feita tanto no nível individual dos ativos que compõem a carteira, quanto no nível consolidado desta carteira. No nível individual, o risco de crédito é avaliado quando da concessão dos limites/operações e acompanhamento periódico da qualidade do ativo. São levados em consideração a qualidade intrínseca da contraparte/grupo e a estrutura da operação, que pode conter mitigadores de risco como garantias. Destas análises, derivam as classificações de risco das operações e correspondentes níveis de provisionamento em linha com a perda esperada, por sua vez calculada com base nos parâmetros utilizados para o cálculo do capital. No nível consolidado, são monitorados os elementos globais da carteira, visando atender os requisitos regulatórios e as políticas internas aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco. Este monitoramento busca identificar possíveis concentrações de carteira, de forma estática e dinâmica. A avaliação deste monitoramento pode resultar em ações corretivas ou preventivas, quando a Administração do Banco julgar necessária. III) Risco operacional: O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pelo Banco, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. A crescente sofisticação do ambiente e dos negócios bancários e a evolução da tecnologia tornam mais complexos os perfis de risco das organizações, delineando com mais nitidez esta classe de risco, cujo gerenciamento apesar de não ser prática nova, requer agora uma estrutura específica, distinta das tradicionalmente aplicadas aos riscos de crédito e de mercado. Em linha com os princípios da Resolução CMN nº 4.557/17, o Banco definiu uma política de gerenciamento do risco operacional, com a aprovação ratificada pelo seu Conselho de Administração. A política constitu

continua →

→ continuação

Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 33.466.988/0001-38

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de dezembro de 2024 *(Em milhares de reais)*

um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que proporcionam uma permanente adequação do gerenciamento à natureza e complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas. A estrutura formalizada na política prevê os procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e comunicações relacionados ao risco operacional, e os papéis e responsabilidades dos órgãos que participam dessa estrutura. O Banco possui também metodologia e sistema aplicativo, que é o mesmo utilizado por sua Matriz - a Caixa Geral de Depósitos - para o registro dos eventos de risco operacional e indicação dos processos a que se relacionam. Foi estabelecido um Comitê de Riscos Operacionais onde são apresentadas as ocorrências, as perdas operacionais e os mitigantes implementados ou propostos. O Banco utiliza a Abordagem do Indicador Básico. IV) Risco de liquidez: O risco de liquidez é a possibilidade de ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - "descasamentos" entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O *Stress Test* de liquidez utiliza como premissas uma queda na base de captações, inadimplência e stress na carteira de derivativos para assim simular um fluxo de caixa para situações adversas. Essa métrica é acompanhada mensalmente no Comitê de Ativos e Passivos (ALCO). Para administrar a liquidez do caixa são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pelas áreas de controle e de gestão de liquidez. Como partes dos controles diários são estabelecidos limites de caixa mínimo, os quais permitem que ações prévias sejam tomadas para garantir um caixa confortável e rentável. V) Gestão de Capital: A gestão de capital é conduzida em conjunto pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração, com base em atividades coordenadas pelo Comitê de Gerenciamento de Capital, responsável pela estruturação e acompanhamento do Plano Estratégico Anual. Fica a cargo da área de Controladoria a estruturação do plano estratégico anual e o acompanhamento do orçamento. Participa do processo também a área de Gestão de Riscos, que contribui com informações, subsídios e avaliações complementares. As instituições financeiras do Conglomerado Financeiro Caixa Geral de Depósitos Brasil apuram o seu Patrimônio de Referência de forma consolidada. Em atendimento à Resolução nº 4.557/17 do Banco Central do Brasil, as informações referentes ao processo de gestão de capital estão disponíveis no sítio da instituição na internet, acessíveis através do seguinte endereço: www.bcgbrasil.com.br, que não fazem parte destas demonstrações financeiras.

9. Operações de crédito

As informações da carteira de crédito, em 31 dezembro de 2024 e de dezembro de 2023, estão assim apresentadas: a) Composição da carteira por modalidade de operação:

	dez/24	dez/23
Capital de giro	26.970	54.998
Financiamento à exportação	52.056	156.431
Total de operações de crédito	79.025	211.430
Confissão de dívida	48.925	38.387
Adiantamento sobre contrato de câmbio	349.440	267.393
Total de operações de crédito e outros créditos com característica de concessão de crédito	477.390	517.210
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(7.102)	(5.492)
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (*)	(45.803)	(42.198)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(52.905)	(47.690)
Circulante	289.896	344.641
Não circulante	187.494	172.569

b) Composição da carteira por setor de atividade

	2024	2023
Setor Privado:		
Indústria	63.359	111.357
Comércio	256.550	242.543
Rural	104.981	122.623
Outros	52.500	40.687
Total	477.390	517.210

c) Composição da carteira por vencimento:

	2024							2023
		A vencer						
	Vencido	01 a 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima 360 dias	Total	Total
Capital de giro	–	–	–	–	5.892	21.078	26.970	54.998
Financiamento à exportação	–	–	–	17.447	12.056	22.552	52.056	156.431
Confissão de dívida	1.293	–	–	9.962	–	37.680	48.925	38.388
Adiantamento sobre Contrato de Câmbio - ACC	–	35.860	81.264	55.867	70.718	105.731	349.440	267.393
Total	1.293	35.860	81.264	83.266	88.666	187.041	477.390	517.210

d) Composição da carteira por nível de risco:

		2024				2023			
Nível	Faixa de provisão %	Vencidos (*)	Curso Normal	Provisão Resolução 2.682	Provisão Prudencial	Vencidos (*)	Curso Normal	Provisão Resolução 2.682	Provisão Prudencial
AA	–	–	5.892	–	–	–	15.998	–	–
A	0,50%	–	105.850	1.347	–	–	25.519	152	–
B	1,00%	–	214.966	4.467	–	–	361.218	5.269	–
C	3,00%	–	61.411	2.810	–	–	33.604	1.560	–
D	10,00%	–	22.183	2.218	–	–	24.042	2.404	–
E	30,00%	–	–	2.272	–	–	–	–	–
F	50,00%	–	55.306	27.653	354	4.296	32.751	18.520	–
G	70,00%	–	–	–	–	–	–	–	–
H	100,00%	1.293	10.491	11.784	–	1.321	18.464	19.784	–
Total		1.293	476.098	52.551	354	5.617	511.595	47.689	–

(*) Referem-se as operações vencidas a partir de 15 dias.

e) Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

	2024		2023
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Saldo no início	(43.160)	(47.690)	(39.918)
Provisão constituída	(13.400)	(26.258)	(11.369)
Reversão de provisão	16.922	20.912	3.597
Cessão de crédito	(7.174)	(7.174)	–
Baixa para prejuízo	7.335	7.685	–
Reversão Baixa	(380)	(380)	–
Saldo ao final	(52.905)	(52.905)	(47.690)
Circulante	(14.339)	(14.339)	(17.835)
Não circulante	(38.566)	(38.566)	(29.854)

f) Cessões de crédito, créditos renegociados e créditos recuperados: No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 realizamos a cessão de 2 operações no montante de R$ 7.174. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, e no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não houve recuperação de crédito anteriormente baixado como prejuízo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram renegociadas 2 operações de crédito, o saldo destas operações em 31 de dezembro de 2024 é de R$ 14.797. Em dezembro de 2023, foram renegociadas 5 operações no montante total de R$ 24.328.

g) Composição Resultado:

	2024		2023
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Empréstimos	8.512	22.394	39.978
Financiamento	15.692	29.616	22.563
Títulos e crédito a receber	149	241	558
Total	24.353	52.251	63.100

10. Carteira de câmbio

a) Composição da Carteira:

	2024	2023
Ativo:		
Câmbio comprado a liquidar	376.080	274.859
Direitos sobre venda de câmbio	33.534	41.756
Outros valores a receber	1.753	1.958
Total	411.367	318.573
Passivo:		
Câmbio vendido a liquidar	34.911	41.123
Obrigações por compras de câmbio	333.513	282.692
Total	368.424	323.815

A carteira de câmbio, em 31 de dezembro de 2024, possui prazo médio de 462 dias (368 dias em dezembro de 2023).

b) Composição Resultado:

	2024		2023
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Variação e diferença de taxas	27.042	56.156	(15.799)
Obrigações c/ banqueiro no exterior	(85.172)	(170.981)	10.558
MTM - Hedge	1.080	762	2.857
Total	56.949	113.062	(2.384)

11. Outros ativos

a) Ativos não financeiros mantidos para a venda:

	2024			2023		
Imóvel - Localização	Principal	Provisão	Líquido	Principal	Provisão	Líquido
Jaboatão dos Guararapes - PE	27.888	(11.283)	16.606	27.888	(9.283)	18.605
Cascavel - CE	7.413	(3.098)	4.315	7.413	(3.098)	4.315
Aquiraz - CE	13.093	(2.903)	10.190	13.093	(2.903)	10.189
Total	48.394	(17.284)	31.110	48.394	(15.284)	33.109
Não circulante	48.394	(17.284)	31.110	48.394	(15.284)	33.109

Referem-se a imóveis recebidos em dação de pagamento nos exercícios de 2019 e 2020.

b) Diversos:

	2024	2023
Impostos e contribuições a compensar	5.769	3.869
Pagamentos a ressarcir	5	3
Adiantamentos e antecipações salariais	503	265
Rendas a receber	9.562	4.210
Depósitos judiciais (nota nº 16.a)	838	871
Despesas antecipadas	264	614
Outros	169	1.984
Total	17.110	11.816
Circulante	9.458	10.945
Não Circulante	7.652	871

12. Investimentos

a) Participação em controlada:

	2024	2023
Dados da controlada	CGD Investimentos	CGD Investimentos
Capital social	12.595	12.595
Patrimônio líquido	26.283	27.309
Lucro líquido nos exercícios	2.556	3.582
Participação societária	100%	100%
Valor do investimento em controlada por equivalência patrimonial	26.283	27.309
Total do investimento	26.283	27.309
Resultado de equivalência patrimonial nos exercícios	2.556	3.582

b) Movimentação dos investimentos:

	2024		2023
	2º Semestre CGD Investimentos	Exercício CGD Investimentos	Exercício CGD Investimentos
Saldo ao início dos semestres/exercícios	28.381	27.309	23.912
Resultado da participação em controlada	1.484	2.556	3.582
Dividendos recebidos	(3.581)	(3.581)	(185)
Saldos ao final dos semestres/exercícios	26.284	26.284	27.309
Não circulante	26.284	26.284	27.309

13. Instrumentos financeiros - passivo

a) Depósitos

	2024	2023
Depósitos à vista	3.005	8.679
Depósitos à prazo	719.637	519.312
De 1 a 90 dias	63.751	20.145
De 91 até 360 dias	395.083	437.206
A vencer após 360 dias	260.803	61.961
Depósitos interfinanceiros	25.998	27.859
De 1 a 90 dias	18.984	20.931
De 91 a 360 dias	7.014	6.928
Total de depósitos	748.640	555.850
Circulante	487.837	493.889
Não circulante	260.803	61.961

Os depósitos a prazo e interfinanceiros com taxas posfixadas, no montante de R$ 640.103 (R$ 547.172 em dezembro de 2023), apresentam percentuais do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") que variam de 92% a 115,50% (de 94% a 116% em dezembro de 2023). Os depósitos a prazo com taxas prefixadas, no montante de R$ 105.532 (R$ 8.499 em dezembro de 2023), apresentam taxas ao ano que variam de 10,03% a 16,41% (5,46% a 14,05% em dezembro de 2023).

b) Captações no mercado aberto:

	2024			2023
	De 1 a 90 dias	De 91 a 360 dias	Total	Total
Carteira própria:				
Letra do Tesouro Nacional- LTN	30.000	–	30.000	350
Debêntures	16.462	1.993	18.455	10.200
Certificados de Recebíveis Imobiliários	5.950	–	5.950	–
Certificados de Recebíveis Agronegócio	21.268	–	21.268	20.343
Total de captações no mercado aberto	73.680	1.993	75.673	30.893
Circulante	73.680	1.993	75.673	30.893

c) Recursos de aceites e emissão de títulos: As letras de crédito do agronegócio com taxas posfixadas, no montante de R$ 192.259 (R$ 208.388 em dezembro de 2023) apresentam percentuais do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") que variam de 93% a 104,5% (92% a 106,50% em dezembro de 2023). Já as letras de crédito imobiliário no montante de (R$ 2.052 em dezembro de 2023) apresentam percentuais do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") que variam de (92% a 98% em dezembro 2023). As letras de crédito do agronegócio com taxas prefixadas, no montante de R$ 45.329 (R$ 32.383 em dezembro de 2023), apresentam taxas ao ano que variam de 9,20% a 15,08% (9,39% a 13,76% em dezembro de 2023). Em dezembro de 2023 as letras de crédito imobiliário o montante de R$ 2.052, com percentuais de "CDI" de 92% a 98%. E as letras financeiras com taxas posfixadas, no montante de R$ 5.445 apresentam percentuais do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") de 101 a 101,5%. Em 30 de dezembro de 2024, o total das captações com letras de crédito do agronegócio até 360 dias é de R$ 162.766 (R$ 170.025 em dezembro de 2023), e acima de 360 dias é de R$ 74.822 (R$ 70.747 em dezembro de 2023).

d) Obrigações por empréstimos no exterior:

		2024		2023	
		Moeda	Reais	Moeda	Reais
Empréstimo no Exterior:					
Grupo Caixa Geral de Depósitos (*)	USD	70.254	434.932	65.853	319.581
Grupo Caixa Geral de Depósitos (*)	EUR	13.737	88.387	10.229	54.729
Total		–	523.319	–	374.310
Circulante		–	523.319	–	374.310

(*) Operações com parte relacionada, conforme descrito na nota nº 19. b, em 2024, com vencimentos de janeiro a dezembro de 2025 de R$ 482.207 (em dezembro de 2023 vencimentos de janeiro a dezembro de 2024 de R$ 374.311).

14. Provisões

	2024	2023
Provisão para risco de crédito de garantias e fianças prestadas (*)	1.883	1.344
Provisão para riscos fiscais e previdenciários (nota nº 16.a e b)	596	583
Provisão para despesas de pessoal	7.844	7.305
Fornecedores a pagar	516	795
Outras	260	492
Total	11.099	10.519
Circulante	8.620	8.593
Não circulante	2.479	1.926

(*) As responsabilidades por garantias e fianças prestadas, locais, montam em R$ 125.062 (R$56.466 em dezembro de 2023) (nota 26.a), para as quais foram registradas provisões para risco de crédito no montante de R$1.884 (R$1.344 em dezembro de 2023), calculada com base nos mesmos critérios adotados para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa das operações de crédito, estabelecido na Resolução CMN nº 2.682/99.

		2024		2023	
Nível	Faixa de provisão - %	Curso normal	Provisão	Curso normal	Provisão
A	0,50%	63.148	316	12.431	62
B	1,00%	14.487	145	1.943	19
C	3,00%	47.427	1.423	42.092	1.263
Total		125.062	1.884	56.466	1.344

15. Outras obrigações

a) Fiscais e previdenciárias:

	2024	2023
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	5.481	2.780
Impostos e contribuições a recolher	9.466	5.765
Total	14.947	8.545
Circulante	14.947	8.545

b) Diversas:

	2024	2023
Negociação e Intermediação de Valores	1.457	6
Resultado de Exercícios Futuros	924	64
Relações Interfinanceiras	3.172	177
Outros	3	2
Total	5.556	249
Circulante	5.556	249

16. Provisão para risco e obrigações legais

A Administração, consubstanciada na opinião de seus assessores jurídicos, avaliou os riscos e provisões, conforme estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC 25 e Resolução CMN nº 3.823/09. a) Obrigações legais, contingências fiscais e trabalhistas: O Banco é parte em processos administrativos de natureza tributária de IRPJ e CSLL sobre juros sobre o capital próprio deduzido da base de cálculo do ano de 2011 classificado como possível em parte no montante de R$ 3.127 (R$2.967 em dezembro de 2023), e de débitos compensados de IRPJ e CSLL não homologados referentes ao ano de 2015, no montante total de R$ 1.004 (R$952 em dezembro de 2023), que são caracterizados como passivos contingentes e cujo risco de perda está classificado como possível pelos advogados externos. Em maio de 2023 o Banco aderiu ao PRLF - Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal, regulamentado pela Portaria RFB-PGFN nº 31 de 12/01/23, referente aos processos de compensação de Prejuízo Fiscal IRPJ 2010.

	2024		2023	
Descrição	Provisão	Depósitos judiciais	Provisão	Depósitos judiciais
Contingências fiscais:				
Outros	596	–	583	–
Subtotal	596	–	583	–
Contingências cíveis:				
Processos cíveis	–	838	–	834
Subtotal	–	838	–	834
Contingências trabalhistas:				
Recursos trabalhistas	–	–	–	37
Subtotal	–	–	–	37
Total	596	838	583	871

(i) Refere-se ao processo de IRPJ e CSLL de juros sobre o capital próprio deduzido da base de cálculo do ano de 2011, e utilização da Base Negativa classificado como possível referente ao JCP, e provável referente a Base Negativa. b) A movimentação das provisões passivas para o semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e para o exercício findo em 31 dezembro de 2023 é a seguinte:

	Obrigações legais e contingências fiscais e previdenciárias	Contingências trabalhistas	Total
Saldo em 31/12/2023	583	–	584
Constituição (nota nº 24.b)	15	–	15
Reversão (nota nº 24.a)	(2)	–	(2)
Saldo em 31/12/2024	596	–	596

	Obrigações legais e contingências fiscais e previdenciárias	Contingências trabalhistas	Total
Saldo em 31/12/2022	544	1.614	2.158
Constituição (nota nº 24.b)	336	58	395
Reversão (nota nº 24.a)	–	(88)	(88)
Pagto. BN e PF	(137)	–	(137)
Pagamento	(160)	(1.584)	(1.744)
Saldo em 31/12/2023	583	–	584

c) O detalhamento das obrigações legais e contingências fiscais, trabalhistas e cíveis por probabilidade de perda em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 é o seguinte:

2024

	Obrigações legais e contingências fiscais		Contingências cíveis e sucumbências		Contingências Trabalhistas	
Perdas	Valor em risco	Valor provisionado	Valor em risco	Valor provisionado	Valor em risco	Valor provisionado
Prováveis	596	596	–	–	–	–
Possíveis	3.535	–	838	–	751	–
Remotas	–	–	–	–	–	–
Total	4.131	596	838	–	751	–
Quantidade	3		2		1	

2023

	Obrigações legais e contingências fiscais		Contingências cíveis e sucumbências		Contingências Trabalhistas	
Perdas	Valor em risco	Valor provisionado	Valor em risco	Valor provisionado	Valor em risco	Valor provisionado
Prováveis	564	564	–	–	–	–
Possíveis	3.356	–	834	–	678	–
Remotas	–	–	–	–	–	–
Total	3.920	564	834	–	678	–
Quantidade	3		2		3	

17. Imposto de renda e contribuição social

a) Os encargos com imposto de renda e contribuição social estão assim demonstrados:

	2024		2023
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Resultado antes da tributação sobre o lucro	6.125	12.342	6.926
Imposto de renda e contribuição social, às alíquotas de 25% e 20%	(2.756)	(5.554)	(3.117)
Efeito das adições e (exclusões) na apuração do imposto:	3.120	3.573	2.660
Despesas com gratificações e benefícios	(25)	(44)	(33)
Resultado de Equivalência Patrimonial	2.475	2.475	1.612
JCP	668	1.150	1.125
Outros	2	(8)	(44)
Resultado do imposto de renda e da contribuição social do semestre/exercícios	364	(1.981)	(457)

b) Composição e movimentação de crédito tributário sobre diferenças temporárias: A Administração do Banco mantém créditos tributários sobre diferenças temporárias no montante de R$ 95.121 (R$ 82.647 em dezembro de 2023), fundamentado em estudo técnico, o qual considera a previsão de lucro tributário no futuro, conforme requerido pela Resolução CMN nº 4.842/20. Dessa forma, os créditos tributários e as obrigações diferidas foram constituídos sobre as adições e exclusões temporárias às alíquotas vigentes e serão realizados quando da utilização, dedutibilidade e/ou reversão das respectivas provisões constituídas, conforme demonstrado abaixo:

	2024	2023
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	58.277	54.771
Provisão para risco de crédito de garantias e fianças prestadas	847	605
Provisão outros valores e bens imóveis	7.778	6.878
Marcação a Mercado de Futuros (DDI/DI)	1.197	–
Marcação a Mercado Títulos Disponíveis para Venda	9.360	564
Gratificações e benefícios a empregados e diretores	2.355	2.169
Provisão para contingências fiscais	268	262
Outros	8	8
Base Negativa e Prejuízo Fiscal	15.031	17.390
Total	95.121	82.647

c) Composição de obrigações diferidas:

	2024	2023
Ajuste de marcação a mercado de Títulos e Valores Mobiliários, Instrumentos Financeiros e Empréstimos no Exterior	(5.267)	(4.614)
Ajuste de marcação a mercado de títulos disponíveis para venda	(3.788)	(2.483)
Marcação a Mercado de Futuros (DDI/DI)	–	(474)
Total de obrigações diferidas	(9.055)	(7.571)

d) Movimentação dos créditos tributários e obrigações diferidas:

	Saldo em 31 de dezembro de 2023	Constituição/ realização	Saldo em 31 de dezembro de 2024
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	54.771	3.506	58.277
Provisão para risco de crédito de garantias e fianças prestadas	605	242	847
Provisão outros valores e bens imóveis	6.878	900	7.778
Marcação a Mercado Futuros (DDI/DI)	–	1.197	1.197
Marcação a Mercado de Títulos Disponíveis para Venda	564	8.796	9.360
Gratificações e benefícios a empregados e diretores	2.169	186	2.355
Provisão para contingências fiscais	261	7	268
Outros	8	–	8
Base Negativa e Prejuízo Fiscal	17.391	(2.360)	15.031
Total	82.647	12.474	95.121
Ajuste de marcação a mercado de Títulos e Valores Mobiliários, Instrumentos Financeiros e Empréstimos no Exterior	(4.614)	(653)	(5.267)
Ajuste de marcação a mercado de títulos disponíveis para venda	(2.483)	(1.305)	(3.788)
Marcação a Mercado de Futuros (DDI/DI)	(474)	474	–
Saldo de obrigações diferidas	(7.571)	(1.484)	(9.055)

e) Expectativa de realização e valor presente dos créditos tributários e obrigações diferidas. Os créditos tributários e as obrigações diferidas serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os prejuízos fiscais que os originaram forem compensados. Apresentamos abaixo a estimativa de realização desses créditos tributários e obrigações diferidas, de acordo com o estudo técnico formalizado pela Administração do Banco:

	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos	Total
Créditos tributários	(14.246)	(7.196)	(13.560)	(8.636)	(33.008)	(82.646)
Obrigações diferidas	7.571	–	–	–	–	7.571

Para cálculo do valor presente dos créditos tributários, foi utilizada como custo de captação a taxa SELIC atual, aplicada sobre o valor nominal. O valor presente dos créditos tributários e obrigações diferidas totalizavam R$80.943 e R$6.750 (R$78.358 e R$6.222 em dezembro de 2023), respectivamente.

18. Patrimônio líquido

a) Capital social: O capital social, em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, totalmente subscrito e integralizado está representado por 869.321 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de domiciliados no exterior no montante de R$323.728. b) Dividendos: Conforme o estatuto social do Banco, aos acionistas é assegurado dividendo mínimo obrigatório à razão de 25% do lucro líquido anual, nos termos da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores. No exercício de 2024, foi deliberado, em reunião do Conselho de Administração, o pagamento de juros sobre o capital próprio, no

continua →

Eufrázio

→ continuação

Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 33.466.988/0001-38

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de dezembro de 2024 *(Em milhares de reais)*

montante de R$ 5.500. (montante líquido de R$ 4.675, após retenção na fonte de 15%, no valor de R$ 825). c) Reservas de lucros: A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro do exercício até o limite definido pela legislação societária. d) Lucro por ação: O lucro por ação básico foi calculado e está sendo apresentado na demonstração de resultado do Banco. O lucro por ação diluído é calculado de forma similar ao lucro básico por ação. Em 31 de dezembro 2024 e de 2023 o lucro por ação diluído é igual ao lucro por ação básico.

19. Transações com partes relacionadas

a) Remuneração da Administração: A Remuneração da Administração está em conformidade com as disposições da Resolução 3.921/10, Conselho Monetário Nacional. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi pago aos Administradores o montante de R$ 3.729 (R$ 3.367 em dezembro de 2023), considerando salários e benefícios. b) Transações com partes relacionadas: As partes relacionadas do Banco incluem transações com a entidade controladora, a Caixa Geral de Depósitos S.A. - Lisboa, e as demais entidades do Grupo Caixa Geral de Depósitos, de capital exclusivamente público e controlado pelo Estado de Portugal. As transações com partes relacionadas foram contratadas em condições compatíveis com as práticas de mercado vigentes nas datas das operações, considerando-se a ausência de risco e estão resumidas a seguir para 31 de dezembro de 2024, e 31 de dezembro de 2023:

		2024		2023	
Disponibilidades:	Grau de relação	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa	Controladora	856	–	1.356	–
Investimento - participação em coligadas e controladas					
CGD Investimentos, CVC	Controlada	26.284	2.555	27.308	3.581
Depósitos					
CGD Investimentos, CVC	Controlada	(26.000)	(2.813)	(27.661)	(3.019)
Obrigações por empréstimo no exterior					
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa (nota nº 13.d)	Controladora	523.318	(35.272)	(374.311)	(27.357)
Outras obrigações - Sociais e Estatutárias					
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa	Controladora	(4.846)	–	(171)	–
Outras obrigações - diversas					
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa	Controladora	(2)	–	(2)	–

20. Limites operacionais - Índice de Basileia e limite de imobilização

O Banco Central do Brasil, através das Resoluções CMN nº 4.955/21, instituiu a apuração do Patrimônio de Referência em bases consolidadas sobre o conglomerado financeiro e através da Resolução CMN nº 4.958/21, instituiu apuração do Patrimônio de Referência mínimo requerido para os ativos ponderados por risco (RWA). O quadro abaixo demonstra a apuração do patrimônio de referência mínimo requerido para os ativos ponderados por risco (RWA) que é de 8,00% desde 2019:

a) Índice da Basileia:	2024	2023
Risco de crédito - PEPR	85.933	64.080
Riscos de mercado- PCAM, PJURs e PACS	24.583	9.033
Risco Operacional - POPR	9.408	7.692
Patrimônio de referência exigido - PRE	119.924	80.805
Patrimônio de Referência - PR para limite de compatibilização com PRE	286.818	290.912
Índice da Basileia (*)	19,13%	28,80%
Rban	2.172	2.532
Índice da Basileia Amplo	18,73%	27,93%

(*) O índice de Basileia é calculado para o Conglomerado Financeiro Caixa Geral de Depósitos, o qual é composto pelo Banco e sua controlada, a CGDI CVC ("Corretora").

b) Limites de imobilização: As instituições financeiras devem manter suas aplicações no ativo permanente em nível inferior a 50% de seu Patrimônio de Referência - PR, na forma da regulamentação em vigor. Em 31 dezembro de 2024, este limite, controlado com base no Conglomerado Financeiro Caixa Geral de Depósitos, corresponde a 10% (11% em dezembro de 2023).

21. Receita de prestação de serviços

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, estão assim representadas:

	2024		2023
	2º semestre	Exercício	Exercício
Rendas garantias prestadas	754	1.410	1.269
Comissões	13.356	13.832	509
Rendas de prestação de serviços	19	28	14
Total	14.129	15.270	1.892

22. Outras despesas administrativas

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 estão assim representadas:

	2024		2023
	2º semestre	Exercício	Exercício
Processamento de dados	3.587	6.705	8.078
Aluguel	563	1.139	1.113
Serviços técnicos especializados	1.059	2.075	1.881
Depreciação e amortização	281	581	463
Serviços do sistema financeiro	607	1.154	1.146
Viagens	187	324	220
Publicações	30	63	55
Seguros	173	365	499
Manutenção e conservação de bens	146	286	256
Comunicação	65	220	295
Serviço de terceiros	994	1.699	841
Transportes	20	40	42
Água, energia e gás	39	67	39
Outras	486	1.008	643
Total	8.237	15.876	15.571

23. Despesas tributárias

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 estão representadas por:

	2024		2023
	2º semestre	Exercício	Exercício
Despesas de contribuição ao COFINS	2.199	3.743	2.323
Despesas de impostos sobre serviços prestados - ISS	707	764	94
Despesas de contribuição ao PIS	357	608	377
Outras	20	45	41
Total	3.283	5.160	2.835

24. Outras despesas operacionais, líquidas

a) Outras receitas operacionais:	2024		2023
	2º semestre	Exercício	Exercício
Recuperação de encargos e despesas	70	75	55
Variação monetária ativa	–	8	28
Reversão de outras provisões	–	–	2.261
Reversão de provisões trabalhistas e fiscais (nota nº 16.c)	2	2	88
Receita de juros com a venda a prazo de ativo não financeiro	32	200	890
Reversão de provisão para riscos de crédito de garantias e fianças prestadas	3	3	247
Reversão provisão PLR	–	–	235
Outros	37	106	150
Total	144	394	3.954

b) Outras despesas operacionais:

	2024		2023
	2º semestre	Exercício	Exercício
Processos fiscais e trabalhistas (nota nº 16.b)	(15)	(15)	(395)
Provisão para outros créditos	(1.034)	(1.035)	–
Ajuste valor presente comissão	(3.802)	(3.802)	–
Perda financeira	(305)	(5.899)	–
Provisão para riscos de crédito de garantias e fianças prestadas	(344)	(543)	(37)
Outras Provisões	–	–	(138)
Multas e juros	(16)	(16)	–
Provisão para perdas outros valores e bens (nota nº 11.a)	(2.000)	(2.000)	(6.618)
Outras despesas	–	–	(325)
Total	(7.516)	(13.310)	(7.513)
Total outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(7.372)	(12.916)	(3.559)

25. Resultados não recorrentes

Conforme disposto na Resolução BCB nº 02/2020, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas do Banco e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

	2024	2023
Resultado não recorrente	Exercício	Exercício
Receitas não operacionais	14	767
Despesas não operacionais	(34)	–

26. Informações complementares

a) Avais e fianças: Responsabilidade do Banco por avais, fianças e garantias concedidas a terceiros:

	2024	2023
Fianças e garantias prestadas - pessoas físicas e jurídicas (nota nº 14)	125.062	56.466

b) Benefícios a empregados: O Banco oferece o benefício de um plano de previdência privada a seus funcionários, contribuindo mensalmente para entidade aberta de previdência privada, com um percentual sobre o salário bruto do funcionário, desde que o mesmo contribua com o mesmo percentual. O objetivo é o de complementar os benefícios de previdência social em um plano de contribuição definida, enquanto forem funcionários, sendo esta a única responsabilidade do Banco como patrocinador. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o montante de contribuição é de R$ 327 (R$ 298 em 2023) e foi registrado como despesa de pessoal. c) Contratos de seguros: O Banco possui seguro de riscos nomeados com cobertura básica para incêndio, raio, explosão ou implosão - prédio, maquinismo, móveis e utensílios, danos elétricos, equipamentos eletrônicos, interrupção de negócio em decorrência de cobertura básica, perda ou pagamento de aluguel, despesas com recomposição de registros e documentos e responsabilidade civil para estabelecimentos comerciais. O valor máximo de cobertura é de R$88.536 (R$88.536 em 2023). E o período de cobertura se estende até dezembro de 2024. A Administração já renovou a apólice para o período de um ano. d) Outras informações: Acordo de compensação e liquidação de obrigações - o Banco possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.263/05, resultando em maior garantia de liquidação de seus haveres para com os clientes com os quais possua essa modalidade de acordo.

27. Eventos subsequentes

Em fevereiro de 2025, realizamos a venda do imóvel localizado em Jabotaão dos Guararapes, registrado como BNDU na instituição desde 2020, pelo valor de R$14.000.

A Diretoria

Contadora: Nayra Fernanda de S. Ribas - CRC 1SP347146/O-3

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e acionistas do **Banco Caixa Geral - Brasil S.A.** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Caixa Geral - Brasil S.A. ("Banco") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Caixa Geral - Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A diretoria do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2025

EY Shape the future with confidence

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP-034519/O-F
Henrique Furtado Maduro
Contador CRC 1SP-291892/O

FOLHA DE S.PAULO

Sem tarifas de Trump, dólar fecha abaixo de R$ 6

PUBLICIDADE LEGAL NA FOLHA

UMA GRANDE EMPRESA ANUNCIA EM UM GRANDE JORNAL

WWW.PUBLICIDADE.FOLHA.COM.BR - 11 3224-3690 OU 11 98405-3428

FOLHA DE S.PAULO ★★★ | Portal de Publicidade Legal Folha ★★★ | EstúdioFOLHA | Datafolha INSTITUTO DE PESQUISAS | Folhapress

CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A.

CNPJ/MF nº 07.554.076/0001-08

Relatório de Administração - Dezembro de 2024

Apresentação: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A. submete à apreciação de V. Sas., o Relatório de Administração, as Demonstrações Financeiras e as respectivas notas explicativas relativas a 31 de dezembro de 2024, bem como o Relatório dos Auditores Independentes. **Desempenho:** A CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A. encerrou o ano de 2024 com um lucro de R$ 2,56 milhões. A Administração mantém foco no controle de custos e busca uma gestão eficiente do caixa. **Índice de Basileia:** A Corretora adota a apuração dos limites de Basileia de forma consolidada, tomando-se como base os dados financeiros consolidados do Conglomerado Prudencial, de acordo com as diretrizes do Banco Central do Brasil. Em 31 de dezembro de 2024, o Índice de Basileia do Conglomerado Prudencial era de 16,79%. **Gerenciamento de Riscos:** A estrutura de gerenciamento de risco do BCG Brasil S.A., líder do conglomerado, garante o gerenciamento e mitigação dos riscos inerentes à atividade da Instituição. Esta estrutura visa assegurar que as políticas e os procedimentos estão sendo seguidos. Uma descrição mais detalhada da estrutura de riscos está disponível no site www.bcgbrasil.com.br/Divulgacao-informacoes/Gestao-Risco. **Agradecimentos:** A Administração da CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A. agradece ao seu acionista Banco Caixa Geral - Brasil S.A. e a Caixa Geral de Depósitos de Portugal (Controladora do Grupo CGD no Brasil) pelo apoio recebido, e aos nossos fornecedores e demais entidades com quem nos relacionamos pela colaboração.

A Administração

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de reais)*

	Nota	2024	2023	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2024	2023
Ativo				Provisões	8	115	738
Disponibilidades	4	6	12	Outras obrigações		2.218	1.677
Instrumentos financeiros		25.997	27.860	Diversos	9	2.218	1.677
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	25.997	27.860	Obrigações fiscais diferidas	11.c	331	331
Outros ativos		1.044	2.183	Patrimônio líquido		24.383	27.309
Diversos	7	1.044	2.183	Capital social		12.595	12.595
				De domiciliados no país	12.a	12.595	12.595
				Reserva legal		2.519	2.519
				Reserva especial de lucro		9.269	12.195
Total do ativo		27.047	30.055	Total do passivo		27.047	30.055

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2024 *(Em milhares de reais)*

	Capital social	Reservas de Lucros: Reserva legal	Reservas de Lucros: Reserva especial	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	12.595	2.519	8.798	–	23.912
Lucro do exercício	–	–	–	3.582	3.582
Constituição de reservas (Nota explicativa 12.c)	–	–	3.582	(3.582)	–
Dividendos pagos	–	–	(185)	–	(185)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	12.595	2.519	12.195	–	27.309
Lucro do exercício	–	–	–	**2.556**	**2.556**
Constituição de reservas (Nota explicativa 12.c)	–	–	**2.556**	**(2.556)**	–
JCP a Pagar	–	–	–	**(1.900)**	**(1.900)**
Dividendos pagos (Nota explicativa nº 12.b)	–	–	**(3.582)**	–	**(3.582)**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**12.595**	**2.519**	**11.169**	**(1.900)**	**24.383**
Saldos em 30 junho de 2024	12.595	2.519	13.267	–	28.381
Lucro do semestre	–	–	–	1.484	1.484
Constituição de reservas	–	–	1.484	(1.484)	–
JCP a Pagar	–	–	–	(1.900)	**(1.900)**
Dividendos pagos (Nota explicativa nº 12.b)	–	–	**(3.582)**	–	**(3.582)**
Saldos em 31 dezembro de 2024	**12.595**	**2.519**	**11.169**	**(1.900)**	**24.383**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2024 *(Em milhares de reais, exceto o lucro (prejuízo) por ação)*

	Nota	2024 2º Semestre	2024 Exercício	2023 Exercício
Receitas da intermediação financeira		1.411	2.813	3.273
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	15	1.411	2.813	3.273
Resultado bruto da intermediação financeira		1.411	2.813	3.273
Outras receitas (despesas) operacionais		(278)	(240)	188
Outras despesas administrativas	16	(161)	(322)	(616)
Despesas tributárias	17	(66)	(140)	(162)
Outras receitas operacionais	18	–	273	1.266
Outras despesas operacionais	19	(51)	(51)	(300)
Resultado operacional		1.133	2.573	3.461
Resultado não operacional		–	–	828
Resultado antes da tributação sobre o lucro		1.133	2.573	4.289
Imposto de renda e contribuição social	11.a	351	(17)	(707)
Provisão para imposto de renda		217	(8)	(858)
Provisão para contribuição social		134	(9)	(529)
Reversão de passivo fiscal diferido		–	–	680
Lucro (prejuízo) líquido dos semestres		1.484	2.556	3.582
Quantidade de ações do capital social - lote de mil	12.a	4.686	4.686	4.686
Lucro por lote de mil ações - em R$		317	545	764

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2024 *(Em milhares de reais)*

	2024 2º Semestre	2024 Exercício	2023 Exercício
Lucro (prejuízo) líquido do semestre, exercícios	**1.484**	**2.556**	**3.582**
Outros resultados abrangentes	–	–	–
Resultado abrangente total	**1.484**	**2.556**	**3.582**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2024 *(Em milhares de reais)*

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Nota	2024 2º Semestre	2024 Exercício	2023 Exercício
Lucro (prejuízo) líquido dos semestres		**1.484**	**2.556**	**3.582**
Ajustes ao lucro:				
Reversão de passivo fiscal diferido		–	–	**(798)**
Outras provisões		–	–	**250**
Provisões para riscos	10.b	–	–	**46**
(Reversões) provisões para outras despesas operacionais		–	–	**4.205**
(Reversões) provisões trabalhistas		–	–	**(1.074)**
Total dos ajustes				**2.629**
Lucro líquido ajustado		**1.484**	**2.556**	**6.211**
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		**(7.013)**	**(7.013)**	**3.537**
Redução/(aumento) em outros ativos		**498**	**1.139**	**(680)**
(Redução)/aumento em outras obrigações		**1.557**	**541**	**1.666**
Provisões pagas		**238**	**(480)**	**(4.377)**
Impostos pagos		**(225)**	**(143)**	**(1.575)**
Caixa líquido (aplicado) oriundo nas atividades operacionais		**(4.945)**	**(5.956)**	**(1.429)**
Juros sobre o capital próprio		**(1.900)**	**(1.900)**	–
Dividendos pagos		**(3.582)**	**(3.582)**	**(185)**
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		**(5.482)**	**(5.482)**	**(185)**
Redução de caixa e equivalentes de caixa		**(8.943)**	**(8.882)**	**4.597**
No início dos semestres/exercícios	4	**27.933**	**27.872**	**23.275**
No fim dos semestres/exercícios	4	**18.990**	**18.990**	**27.872**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2024 *(Em milhares de reais)*

1. Contexto operacional

A CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A. ("Corretora"), pertencente ao Conglomerado CGD (Grupo Caixa Geral de Depósitos) desde 2012. Iniciou suas atividades no mercado financeiro brasileiro em 01 de setembro de 2005. No ano de 2015, as operações da CGD ficaram reduzidas ao mínimo regulatório, tendo sido integradas na estrutura do Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN e Conselho Monetário Nacional - CMN, apresentadas em conformidade com a Resolução BCB nº 2/2020 e com a Resolução CMN nº 4.818/20. A partir de janeiro de 2020, as alterações advindas da Resolução BCB nº 2/2020 e da Resolução CMN nº 4.818/20 foram incluídas nas demonstrações financeiras, e posteriormente para o ano de 2022, a Resolução CMN nº 4.910/21. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade das diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards* (IFRS). As principais alterações implementadas foram: a) As contas do Balanço Patrimonial estão sendo apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; b) Inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente; c) Divulgação dos resultados não recorrentes. As alterações implementadas pelas novas normas não impactaram o Lucro Líquido ou o Patrimônio Líquido. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Os pronunciamentos contábeis aprovados são: • Resolução nº 4.924/21 - Redução ao valor recuperável de ativos; • Resolução nº 4.910/21 - Demonstração do fluxo de caixa; • Resolução nº 4.818/20- Divulgação sobre partes relacionadas; • Resolução nº 3.823/09 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes; • Resolução nº 4.818/20 - Evento subsequente; • Resolução nº 3.989/11 - Pagamento baseado em ações; • Resolução nº 4.924/21 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro; • Resolução nº 4.924/21 - Pronunciamento conceitual básico; • Resolução nº 2/21 - Resultado por ação; • Resolução nº 4.924/21 - Mensuração do valor justo; e • Resolução nº 4.877/20 - Benefícios a empregados. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 14 de março de 2025. As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Corretora. Conforme estabelecido no Art. 78 da Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/2021, as instituições devem divulgar, nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício de 2024, os impactos estimados da implementação da regulação contábil estabelecida por esta Resolução sobre o resultado e a posição financeira da instituição. Além disso, o Comunicado Nº 42.403 de 12/11/2024 ressalta aspectos importantes para a atividade da auditoria independente no que tange à revisão de divulgação de impactos qualitativos e quantitativos nas Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2024 das Instituições. Para a CGD Corretora não teremos impactos com a implementação da Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/2021, a partir de janeiro de 2025.

3. Principais diretrizes contábeis

Apresentamos a seguir o resumo das principais práticas contábeis: a) Apuração do resultado: As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência, incluindo os efeitos das variações monetárias e cambiais computados sobre os ativos e passivos indexados. b) Caixa e equivalentes de caixa: O caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a noventa dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Corretora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. c) Aplicações interfinanceiras de liquidez: As operações com cláusula de atualização monetária e as operações com encargos prefixados estão registradas a valor presente e calculadas "pró-rata" dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados. d) Títulos e valores mobiliários: São classificados na carteira de "negociação", avaliados a valor de mercado, e seus ajustes são contabilizados em contrapartida à conta adequada de receitas e despesas do exercício. Os títulos classificados na categoria de "títulos para negociação" são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados e avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício, sendo classificados no Ativo Circulante, independente do seu vencimento. A Corretora, em conformidade com o CPC 46/Resolução nº 4.924/2021 do Banco Central do Brasil, usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível, para mensuração de valor justo dos seus ativos. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). e) Ativos e passivos: Os ativos e passivos são demonstrados pelo custo, incluindo os rendimentos, encargos, e as variações monetárias auferidos, deduzidos, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes a valor de mercado. f) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias: O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09. • Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabe mais nenhum recurso. • Provisões para riscos - são avaliados por assessores jurídicos e pela Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa que possa gerar uma saída de recursos que seja mensurável com suficiente segurança. São constituídas provisões para os processos classificados como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e divulgados em notas explicativas: • Passivos contingentes - são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota, e: • Obrigações legais: fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais em que estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, provisionado e atualizado mensalmente. g) Imposto de renda e contribuição social corrente: O imposto de renda é calculado pela alíquota de 15%, com um adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R$240 no exercício, ajustados pelas adições e exclusões previstas na legislação. A provisão para contribuição social, até 31 de dezembro de 2023, era de 15% do lucro antes dos impostos. h) Uso de estimativas: Estas demonstrações financeiras incluem estimativas que foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação de instrumentos financeiros a valores justos e a provisão para riscos contingentes. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Disponibilidades	6	12
Aplicações em depósitos interfinanceiros	18.984	20.931
	18.990	20.943

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	2024 Até 3 meses	2024 De 3 meses a 1 ano	2024 Total	2023 Até 3 meses	2023 De 3 meses a 1 ano	2023 Total
Aplicações em depósitos interfinanceiros	18.984	7.013	25.997	20.931	6.929	27.860
Total	18.984	7.013	25.997	20.931	6.929	27.860

6. Títulos e valores mobiliários

A Corretora em 31 de dezembro de 2024 não possui títulos e valores mobiliários.

7. Outros ativos - diversos

	2024	2023
Impostos e contribuições a compensar	204	220
Devedores por depósitos em garantia	11	1.134
Outros	829	829
Total	1.044	2.183
Circulante	829	829
Não circulante	215	1.354

8. Provisões

	2024	2023
Provisão para riscos trabalhistas/cíveis (*)	–	560
Fornecedores a pagar	2	14
Publicação e serviços de assessoria	21	83
Provisão honorários	92	81
Total	115	738
Circulante	115	178
Não circulante	–	560

(*) As ações trabalhistas são de ex-funcionários da Corretora, que estavam sendo discutidos na esfera judicial, e o assessor jurídico julgava como "provável" a perda (nota 10a), processo encerrado no 1º semestre de 2024.

9. Outras obrigações - diversas

	2024	2023
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	17	1.388
Impostos e contribuições a recolher	298	14
JCP a pagar	1.615	–
Credores - conta liquidações pendentes	288	275
Total	2.218	1.677
Circulante	1.930	1.402
Não Circulante	288	275

10. Provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e obrigações legais

a) Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

Descrição	2024 Provisão	2024 Depósitos judiciais	2023 Provisão	2023 Depósitos judiciais
Provisões para riscos trabalhistas: (a)	–	–	560	1.134
Total	–	–	560	1.134

(a) Em 31 de dezembro de 2024, a Corretora possui 2 processos de natureza trabalhista classificados como possível (1 em dezembro de 2023 como provável no montante de R$ 560, liquidado no 1º semestre de 2024). A Corretora está discutindo na esfera administrativa da Receita Federal a autuação da dedutibilidade da amortização do ágio, no montante de R$45.564, na base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, dos anos calendário de 2013 e 2014. O nosso assessor jurídico classificou como possível a perda para este processo.

b) Movimentação das provisões para riscos

	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2022	1.641	–	1.641
Constituição (nota nº 19)	4	46	50
Reversão (nota nº 18)	(1.074)	–	(1.074)
Pagamento processo	(11)	(46)	(57)
Saldo em 31/12/2023	560	–	560

	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2023	560	–	560
Constituição (nota nº 19)	–	–	–
Reversão (nota nº 18)	–	–	–
Pagamento processo	**(560)**	–	**(560)**
Saldo em 31/12/2024	–	–	–

11. Imposto de renda e contribuição social

a) Os encargos com imposto de renda e contribuição social estão assim apresentados

	2024 2º semestre	2024 Exercício	2023 Exercício
Resultado antes da tributação sobre o lucro, líquido da participação no lucro	2.573	4.289	4.289
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 15% e 15% (25% e 15% em 2023)	(772)	(1.692)	(1.692)
Efeito das adições e (exclusões) temporárias na apuração do imposto:	716	748	380
Reversão de provisões para contingências trabalhistas	169	169	432
Outras provisões	(23)	9	(52)
JCP	570	570	–
Prejuízo fiscal e base negativa utilizada (30% do lucro)	(156)	7	605
Resultado de imposto de renda e da contribuição social do exercício	351	(17)	(707)

b) Composição do crédito tributário sobre diferenças temporárias: A Corretora possui créditos tributários não contabilizados. Os benefícios do imposto de renda e da contribuição social serão reconhecidos quando efetivamente realizados ou quando as perspectivas para sua recuperação se tornarem factíveis, de acordo com as regras estabelecidas na Resolução CMN nº 4.842/20.

	2024	2023
Prejuízo fiscal e base negativa	13.384	13.393
Outras provisões temporárias	316	552
Total de créditos tributários não contabilizados	13.700	13.945

c) Composição de obrigações diferidas

	2024	2023
CSLL a recolher - Outros	(124)	(124)
IRPJ a recolher - Outros	(207)	(207)
Total de obrigações diferidas	(331)	(331)

d) Movimentação dos créditos tributários e obrigações diferidas

	Dez/23	Realização/ Constituição	Dez/24
CSLL a recolher - Outros	(124)	–	(124)
IRPJ a recolher - Outros	(207)	–	(207)
Total	(331)	–	(331)

	Dez/22	Constituição/ realização	Dez/23
PIS a recolher - "*Escrow Account*"	(16)	16	–
COFINS a recolher - "*Escrow Account*"	(101)	101	–
CSLL a recolher - "*Escrow Account*"	(379)	379	–
IRPJ a recolher - "*Escrow Account*"	(633)	633	–
CSLL a recolher - Outros	–	(124)	(124)
IRPJ a recolher - Outros	–	(207)	(207)
Total	(1.129)	798	(331)

e) Expectativa de realização e valor presente das obrigações diferidas: Para o cálculo do valor presente, foi utilizada como custo de captação a taxa SELIC atual, aplicada sobre o valor nominal. O valor presente das obrigações diferidas totalizava R$ 288 (R$ 304 em dezembro de 2023). O saldo do diferido de R$ 331 possui expectativa de realização de até 1 ano.

12. Patrimônio líquido

a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2024, e em 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito e integralizado de R$12.595 está representado por 4.685.908 ações sem valor nominal, sendo 2.342.954 ações ordinárias e 2.342.954 ações preferenciais. b) Destinações do lucro líquido: O estatuto assegura aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustados nos termos da legislação societária. Em outubro de 2024, a Corretora pagou dividendos no montante de R$ 3.582, aprovados em Assembleia Geral Ordinária de 25 de abril de 2024. c) Reserva legal: A legislação societária prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2023 e 2024, não foram constituídos novos valores para a reserva legal, uma vez que já representa 20% do capital social da empresa. d) Reservas especiais de lucros: As reservas especiais de lucros foram constituídas em cumprimento das exigências estabelecidas na legislação e conforme previsto na Resolução CMN 4.872/20. Conforme estatuto social, foram constituídas reservas de lucro de R$ 2.556 (R$ 3.582 em 2023). e) Lucro por ação: O lucro por ação básico foi calculado e está sendo apresentado na demonstração de resultado da Corretora. Em 31 de dezembro de 2024 e em 2023, o lucro por ação diluído é igual ao lucro por ação básico. f) Juros sobre o Capital Próprio: No exercício de 2024, foi deliberado pela diretoria, o pagamento de juros sobre o capital próprio, no montante de R$ 1.900, sendo o valor a pagar de R$ 1.615, líquido do imposto de renda retido na fonte de 15% de R$ 285.

13. Transações com partes relacionadas

A Corretora realiza operações com partes relacionadas e suas informações são divulgadas em atendimento à Resolução CMN nº 4.818/20, observado o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) - Divulgação de Partes Relacionadas, aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, considerando-se ausência de risco, conforme abaixo:

Disponibilidades	Grau de relação	2024 Ativo (passivo)	2024 Receita (despesas)	2023 Ativo (passivo)	2023 Receita (despesas)
Banco Caixa Geral - Brasil S.A.	Controladora	3	–	1	–
Aplicação interfinanceiras de liquidez Banco Caixa Geral - Brasil S.A.	Controladora	25.997	2.813	27.860	1.606

14. Gerenciamento de riscos - Acordo da Basileia

A Corretora adotou estrutura voltada para o gerenciamento e mitigação dos riscos inerentes das operações intermediadas. Esta estrutura visa assegurar que as políticas e os procedimentos estão sendo seguidos. Uma descrição mais detalhada da estrutura de riscos está disponível no site www.bcgbrasil.com.br/Divulgacao-informacoes/GestaoRisco/Paginas/GestaoDeRisco.aspx. Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.958/21, a apuração do Patrimônio de Referência Exigido - PRE para integrantes de conglomerado financeiro deve ser calculado de forma consolidada. Desta forma, a apuração do índice de Basileia da CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A., apresentado pelo Conglomerado da CGD, em 31 de dezembro de 2024, é de 16,79% (27,93% em dezembro de 2023).

15. Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	2024 2º semestre	2024 Exercício	2023 Exercício
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	1.411	2.813	3.273
Total	**1.411**	**2.813**	**3.273**

16. Outras despesas administrativas

	2024 2º semestre	2024 Exercício	2023 Exercício
Processamento de dados	(9)	(18)	(18)
Serviços do sistema financeiro	(22)	(53)	(76)
Serviços técnicos especializados	(113)	(208)	(353)
Serviço de terceiros	(5)	(9)	(23)
Publicações	(11)	(23)	(24)
Outras	–	(11)	(122)
Total	(161)	(322)	(616)

17. Despesas tributárias

	2024 2º semestre	2024 Exercício	2023 Exercício
COFINS	(56)	(120)	(139)
PIS	(9)	(19)	(23)
Outras	(1)	(1)	–
Total	(66)	(140)	(162)

18. Outras receitas operacionais

	2024 2º semestre	2024 Exercício	2023 Exercício
Atualização de depósitos judiciais	–	192	38
Reversão processos trabalhistas	–	–	1.074
Reversão de provisão de sucumbência		81	–
Outros	–	–	154
Total	–	273	1.266

continua ★

→ continuação

CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A.

CNPJ/MF nº 07.564.076/0001-08

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2024 *(Em milhares de reais)*

19. Outras despesas operacionais

	2024 2º semestre	2024 Exercício	2023 Exercício
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	–	–	(46)
Sucumbência	(51)	(51)	(250)
Outras despesas	–	–	(4)
Total	(51)	(51)	(300)

20. Resultados não recorrentes

Conforme disposto na Resolução BCB nº 02/2020, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da Corretora e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Em 2024 e 2023 não tivemos reconhecimento de resultados não recorrentes.

21. Evento subsequente

Não há eventos subsequentes no período.

A Diretoria

Contadora: Nayra Fernanda de S. Ribas - CRC 1SP347146/O-3

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A.** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A. ("Corretora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas financeiras. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Corretora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A diretoria é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Corretora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Corretora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Corretora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Corretora. • Avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Corretora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Corretora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2025

EY Shape the future with confidence

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP-034519/O-F
Henrique Furtado
Contador CRC 1SP-291892/O

FOLHA DE S.PAULO

Sem tarifas de Trump, dólar fecha abaixo de R$ 6 pela

GRANDES RESULTADOS MERECEM GRANDE REPERCUSSÃO. ANUNCIE O BALANÇO DA SUA EMPRESA NO MAIOR JORNAL DO PAÍS.

Circulação paga multiplataforma[1]:
860.629 exemplares por dia

Site de jornal com maior tempo de leitura do país[2]:
6,3 minutos/visitante

Audiência qualificada[3]:
34 MM usuários únicos

UMA GRANDE EMPRESA ANUNCIA EM UM GRANDE JORNAL
WWW.PUBLICIDADE.FOLHA.COM.BR - 11 3224-3690 OU 11 98405-3428

FOLHA DE S.PAULO ★★★ | Portal de Publicidade Legal Folha ★★★ | EstúdioFOLHA | Datafolha INSTITUTO DE PESQUISAS | Folhapress

(1) PWC - ASSINANTES FOLHA + VENDA AVULSA IMPRESSA. (2) COMSCORE MEDIA METRIX - MULTI-PLATAFORMA, NOTÍCIAS, MÉDIA DE MINUTOS POR VISITANTE. DEZ DE 2024, BRASIL. (3) GOOGLE ANALYTICS - MÉDIA MENSAL 2024.



Notre Dame Intermédica Minas Gerais Saúde S.A.

CNPJ nº 62.550.256/0001-20

ANS nº 348520

Mensagem da Administração: A Administração da **NOTRE DAME INTERMEDICA MINAS GERAIS SAUDE S.A.**, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, acompanhado do relatório da opinião dos Auditores Independentes. Encerramos 2024, com a marca de 535.402 mil clientes, sendo 400.142 mil em plano médico hospitalar e 45.260 mil em planos odontológicos.

• Capacidade Financeira

A Companhia finaliza o ano de 2024 com R$ 378.514.153 em caixa (R$ 308.880.539 em 2023) sendo parte em disponível e parte em aplicações financeiras (fundos de investimento de renda fixa). A Companhia possui intenção e capacidade de manter até o vencimento todos os títulos classificados na categoria de mantidos até o vencimento. Não houve recursos captados por meio da emissão de Debêntures.

• Qualidade Assistencial e Sustentabilidade

Mudanças disruptivas em nosso setor estão acontecendo e estamos conscientes de que para uma história corporativa de sucesso, a inovação é um fator chave. Sendo líderes em saúde, acreditamos que o uso e aprimoramento de novas tecnologias no Grupo Hapvida NotreDame Intermédica pode promover mais saúde às pessoas, melhorar a qualidade assistencial, promover a eficiência em custos, e, consequentemente, aumentar a acessibilidade e a experiência dos clientes e beneficiários.

• Performance de resultado

Nossa receita líquida anual alcançou R$ 987.087.714 em 2024 (R$ 1.013.172.660 em 2023), um aumento de 2,64% em comparação ao exercício anterior. Os custos dos serviços prestados apresentaram aumento de 4,85% quando comparado ao exercício de 2023. O prejuízo líquido da Companhia foi de R$ (6.538.531) em 2024 (R$ 57.821.966 em 2023).

• Investimentos em Sociedades Coligadas e Controladas

No exercício de 2024, não foram realizados investimentos em suas sociedades controladas.

• Endividamento

Em 31 de dezembro de 2024, a Operadora não possuía empréstimos e financiamentos a pagar.

• Declaração sobre capacidade financeira

A Operadora dispõe e tem capacidade financeira suficiente para cumprir as obrigações, junto a ANS e seus fornecedores.

• Declaração de não ocorrência

Para fins de atendimento ao disposto no inciso III do art. 11 da Lei no 9.613, de 3 de março de 1998, comunicamos a não ocorrência, no período indicado abaixo, de propostas, transações ou operações passíveis de serem comunicadas ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF.

• Política de destinação de lucros

A política de reinvestimento de lucros e distribuições está de acordo com o definido no estatuto social da Operadora.

• Considerações finais

A Companhia, e o Grupo Hapvida NotreDame Intermédica do qual ela faz parte, tem usado toda a experiência de mais de 40 anos de gestão médico-hospitalar para minimizar possíveis impactos em suas operações e continuar cuidando dos clientes e colaboradores com o acolhimento de sempre.

A Administração da Companhia reitera que confia no seu modelo de negócio, declara não haver ocorrência de operações suspeitas e está certa de que todas as conquistas de 2024 são frutos de um trabalho em conjunto de pessoas engajadas e inspiradas.

A todos os colaboradores, prestadores médicos e odontológicos, parceiros de negócios, demais stakeholders e, principalmente, aos clientes que fizeram parte de cada uma dessas conquistas a administração agradece! **A Administração.**

Declaração

A Notre Dame Intermédica Minas Saúde S.A. submete a apreciação dos investidores e do público em geral as Demonstrações Financeiras resumidas, acompanhadas do relatório de auditoria emitido pelos auditores independentes referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 e a declaração dos diretores da Companhia. De acordo com as alterações do artigo no 289, incisos I e II, da Lei 6.404/76, introduzidas pela Lei no 13.818/2019, com vigência a partir de 1 de janeiro de 2022, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) divulgou o Parecer de Orientação de 20 de dezembro de 2021, que define os requisitos de publicação a serem observados nas demonstrações financeiras resumidas. A Companhia optou por divulgar em jornal as suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 de forma resumida e apresenta o seguinte aviso:

1) As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.
2) As demonstrações financeiras completas auditadas, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:

https://publicidadelegal.folha.uol.com.br/

• https://www.gndminas.com.br/institucional/demonstrativos-financeiros

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 *(Valores em Reais - R$)*

	Nota	Controladora 31 de dezembro de 2024	Controladora 31 de dezembro de 2023 (Reapresentado)	Controladora 1 de janeiro de 2023 (Reapresentado)	Consolidado 31 de dezembro de 2024	Consolidado 31 de dezembro de 2023 (Reapresentado)	Consolidado 1 de janeiro de 2023 (Reapresentado)
Ativo							
Circulante		**447.345.483**	**377.786.160**	**288.412.074**	**463.297.037**	**390.373.009**	**307.011.767**
Disponível		12.408.631	13.143.740	6.333.865	12.889.463	16.813.371	7.671.164
Realizável		**434.936.852**	**364.642.420**	**282.078.209**	**450.407.573**	**373.559.638**	**299.340.603**
Aplicações financeiras	5	**366.105.290**	**295.736.584**	**182.777.636**	**366.105.290**	**295.736.583**	**182.777.636**
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		366.050.399	295.685.688	182.731.024	366.050.399	295.736.583	182.731.024
Aplicações livres		54.891	50.896	46.612	54.891	–	46.612
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	6	**23.063.790**	**27.905.358**	**55.688.986**	**23.063.790**	**27.905.358**	**55.688.986**
Contraprestações pecuniárias a receber		16.215.203	23.177.086	54.914.412	16.215.203	23.177.086	54.914.412
Participação de beneficiários em eventos/sinistros indenizáveis		6.848.587	4.728.272	731.334	6.848.587	4.728.272	731.334
Operadoras de planos de assistência à saúde		–	–	34.413	–	–	34.413
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde		–	–	8.827	–	–	8.827
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora		842.010	442.415	2.436.749	(1.826.760)	1.197.574	10.042.445
Despesas de comercialização	7	2.905.655	5.331.421	13.501.125	2.905.655	5.331.421	13.501.125
Créditos tributários e previdenciários	8	37.819.478	28.289.228	16.920.084	44.346.966	27.559.857	17.879.017
Bens e títulos a receber	9	4.501.620	8.357.414	10.682.713	15.811.143	15.828.845	19.356.743
Despesas antecipadas		–	–	70.916	1.469	–	94.651
Não circulante		**425.405.269**	**525.428.729**	**389.064.997**	**482.923.765**	**580.393.968**	**449.012.279**
Realizável a longo prazo		**226.196.458**	**308.898.113**	**225.106.829**	**248.050.056**	**339.182.930**	**244.025.091**
Aplicações financeiras		**232**	**215**	**–**	**232**	**215**	**–**
Aplicações livres (LP)	5	232	215	–	232	215	–
Créditos tributários e previdenciários	8	–	28.289.228	16.920.084	–	27.559.857	17.879.017
Títulos e créditos a receber	9	2.504.703	1.999.810	193.933	2.504.703	1.999.810	193.933
Despesas de comercialização diferidas	7	–	–	–	–	–	–
Ativo fiscal diferido	10	66.698.861	61.738.558	58.070.544	94.587.899	74.193.407	65.983.712
Depósitos judiciais e fiscais	17	39.769.228	109.070.875	85.228.529	42.526.906	111.487.188	86.619.900
Outros créditos a receber a longo prazo	11	117.223.434	138.088.655	81.813.823	108.430.314	151.502.310	91.227.546
Investimentos	12	**67.956.761**	**80.628.753**	**64.839.130**	**3.007.867**	**3.007.868**	**3.007.868**
Participações societárias pelo método de equivalência patrimonial		**65.083.593**	**77.755.585**	**61.965.962**	**–**	**–**	**–**
Participações societárias em rede assistencial		65.083.593	77.755.585	61.965.962	–	–	–
Participações societárias em outras sociedades		–	–	–	–	–	–
Outros investimentos		2.873.168	2.873.168	2.873.168	3.007.868	3.007.868	3.007.868
Imobilizado	13	**130.501.540**	**134.920.436**	**98.442.341**	**230.955.670**	**236.963.004**	**200.823.577**
Imóveis de uso próprio		**17.807.332**	**18.491.283**	**16.963.245**	**47.948.516**	**50.045.335**	**51.339.623**
Imóveis - hospitalares/odontológicos		–	–	372.731	30.141.184	35.862.294	34.749.109
Imóveis - não hospitalares/odontológicos		17.807.332	18.491.283	16.590.514	17.807.332	14.183.041	16.590.514
Imobilizado de uso próprio		**84.808.780**	**69.166.350**	**17.343.836**	**107.780.951**	**32.579.933**	**28.509.196**
Imobilizado - hospitalares/odontológicos		63.938.701	54.038.787	13.552.404	79.034.984	11.233.297	24.435.592
Imobilizado - não hospitalares/odontológicos		20.870.079	15.127.563	3.791.432	28.745.967	21.346.636	4.073.604
Imobilizações em curso		2.212.062	19.623.794	32.281.689	4.626.470	19.623.794	32.397.962
Outras imobilizações		83.526	–	12.469.626	83.526	134.713.942	88.576.796
Direito de uso de arrendamento		25.589.840	27.639.009	19.383.945	70.516.207	–	–
Intangível		750.510	991.427	676.697	910.171	1.240.166	1.155.743
Total do ativo		**872.750.752**	**903.214.889**	**677.477.071**	**946.220.802**	**970.766.977**	**756.024.046**

	Nota	Controladora 31 de dezembro de 2024	Controladora 31 de dezembro de 2023 (Reapresentado)	Controladora 1 de janeiro de 2023 (Reapresentado)	Consolidado 31 de dezembro de 2024	Consolidado 31 de dezembro de 2023 (Reapresentado)	Consolidado 1 de janeiro de 2023 (Reapresentado)
Passivo							
Circulante		**351.346.920**	**361.393.404**	**304.810.172**	**370.837.438**	**372.908.107**	**330.519.087**
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	14	**298.691.642**	**323.927.184**	**232.207.045**	**298.574.673**	**320.618.909**	**232.207.045**
Provisão de contraprestações		**10.330.862**	**25.084.724**	**13.065.799**	**10.330.862**	**25.084.724**	**13.065.799**
Provisão de contraprestação não ganha (PPCNG)		10.227.632	19.388.362	13.035.129	10.300.050	19.388.362	13.035.129
Provisões de Prêmios/Contraprestação		72.418	–	–	–	–	–
Provisão de Insuficiência de Prêmios		–	5.669.481	–	–	5.669.481	–
Provisão para emissão		30.812	26.881	30.670	30.812	26.881	30.670
Provisão de eventos a liquidar para SUS		30.288.340	74.966.886	56.340.421	30.288.340	74.966.886	56.340.421
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais		159.891.721	85.700.274	47.613.020	159.774.752	82.392.000	47.613.020
Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA)		98.180.710	138.175.300	115.187.805	98.180.710	138.175.299	115.187.805
Débitos de operações de assistência à saúde		**25.434.256**	**1.306.028**	**4.804.992**	**25.434.255**	**1.317.508**	**4.804.992**
Contraprestações/prêmios a restituir		–	–	8.832	–	–	8.832
Receita antecipada de contraprestações/prêmios		599.836	149.223	2.080.365	599.836	149.223	2.080.365
Comercialização sobre operações		32.291	1.156.805	2.715.795	32.291	1.168.285	2.715.795
Operadoras de planos de assistência à saúde		24.802.129	–	–	24.802.129	–	–
Débitos com operações de assistência à saúde não relacionadas com plano de saúde da operadora		–	–	34.377	–	–	384.653
Provisões		**5.147.168**	**5.147.168**	**5.147.168**	**5.147.168**	**5.147.168**	**5.147.168**
Provisão para imposto de renda e contribuição social		5.147.168	5.147.168	5.147.168	5.147.168	5.147.168	5.147.168
Tributos e encargos sociais a recolher	15	5.648.033	9.835.462	10.798.884	8.167.687	12.592.620	13.037.485
Empréstimos e financiamentos a pagar		–	–	–	–	–	215.655
Débitos diversos	16	16.425.821	21.177.562	51.817.706	33.513.655	33.231.902	74.722.089
Não circulante		**77.341.766**	**161.220.889**	**146.710.650**	**131.321.298**	**217.258.274**	**199.548.710**
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	14	**3.956.706**	**30.802.156**	**22.842.366**	**3.956.706**	**30.802.155**	**22.842.366**
Provisão para remissão		499.732	455.038	477.163	499.732	455.037	477.163
Provisão de eventos a liquidar para SUS		3.456.974	30.347.118	22.365.203	3.456.974	30.347.118	22.365.203
Provisões		**52.978.462**	**102.193.497**	**98.571.002**	**56.835.888**	**105.182.400**	**102.065.635**
Provisões para tributos diferidos	10	–	1.523.251	1.089.298	212.450	1.666.138	1.148.002
Provisões para ações judiciais	17	52.978.462	100.670.246	97.481.704	56.623.438	103.516.262	100.917.633
Tributos e encargos sociais a recolher	15	**3.275.029**	**4.227.035**	**5.009.885**	**3.275.029**	**4.227.035**	**5.009.885**
Parcelamento de tributos e contribuições		3.275.029	4.227.035	5.009.885	3.275.029	4.227.035	5.009.885
Empréstimos e financiamentos a pagar		–	–	–	–	–	–
Débitos diversos	16	17.131.569	23.998.201	20.287.397	67.253.675	77.046.684	69.630.824
Patrimônio líquido		**444.062.066**	**380.600.596**	**225.956.249**	**444.062.066**	**380.600.596**	**225.956.249**
Capital social	18	729.848.766	510.848.766	430.348.766	729.848.766	510.848.766	430.348.766
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)		–	149.000.000	16.500.000	–	149.000.000	16.500.000
Reservas:		**2.919.863**	**2.919.863**	**2.919.863**	**2.919.863**	**2.919.863**	**2.919.863**
Reserva de capital/reservas patrimoniais		2.919.863	2.919.863	2.919.863	2.919.863	2.919.863	2.919.863
Prejuízos acumulados		(288.706.563)	(282.168.033)	(223.812.380)	(288.706.563)	(282.168.033)	(223.812.380)
Total do passivo e patrimônio líquido		**872.750.752**	**903.214.889**	**677.477.071**	**946.220.802**	**970.766.977**	**756.024.046**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 *(Valores em Reais - R$)*

	Notas	Controladora 31 de dezembro de 2024	Controladora 31 de dezembro de 2023 (Reapresentado)	Consolidado 31 de dezembro de 2024	Consolidado 31 de dezembro de 2023 (Reapresentado)
Contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde		**987.087.714**	**1.013.172.660**	**985.431.065**	**1.015.149.484**
Receitas com operações de assistência à saúde		**1.003.863.785**	**1.037.770.265**	**1.002.207.136**	**1.036.059.603**
Contraprestações líquidas	19	998.242.930	1.043.413.831	996.586.281	1.041.703.169
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde		5.620.855	(5.643.566)	5.620.855	(5.643.566)
(–) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora		(16.776.071)	(24.597.605)	(16.776.071)	(20.910.119)
Eventos indenizáveis líquidos	20	**(853.542.498)**	**(872.255.927)**	**(870.460.424)**	**(817.361.203)**
Eventos conhecidos ou avisados		(893.537.088)	(849.268.433)	(910.455.013)	(794.373.709)
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)		39.994.590	(22.987.494)	39.994.590	(22.987.494)
Resultado das operações com planos de assistência à saúde		**133.545.216**	**140.916.733**	**114.970.641**	**197.788.281**
Outras receitas operacionais de planos de assistência à saúde		85.608	2.367.003	85.608	2.367.004
Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	21	**30.396.361**	**10.124.126**	**85.223.090**	**83.661.352**
Receitas com operações de assistência médico-hospitalar		30.396.007	9.182.738	86.094.206	76.616.562
Outras receitas operacionais		354	941.388	(871.117)	7.044.790
(–) Tributos diretos de outras atividades de assistência à saúde		(1.400.278)	–	(12.194.139)	(13.120.834)
Outras despesas operacionais com planos de assistência à saúde		**(41.619.150)**	**(59.225.103)**	**(56.975.667)**	**(59.224.959)**
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde		(3.074.807)	(19.221.740)	(18.431.324)	(19.221.596)
Programas de promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças		–	(1.204.295)	–	(1.204.295)
Provisão para perdas sobre créditos		(38.544.343)	(38.799.068)	(38.544.343)	(38.799.068)
(–) Recuperação de outras despesas operacionais de assistência à saúde					
Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com plano de saúde da operadora		(21.143.203)	(4.352.360)	(60.814.086)	(170.421.485)
Resultado bruto		**99.864.554**	**89.830.399**	**70.295.447**	**41.049.359**
Despesas de comercialização	22	(54.975.932)	(61.333.531)	(55.426.148)	(61.333.531)
Despesas administrativas	23	(74.044.582)	(93.259.491)	(83.991.440)	(92.490.275)
Resultado financeiro líquido	24				
Receitas financeiras		76.859.133	42.800.556	78.652.771	44.426.867
Despesas financeiras		(26.191.407)	(9.835.285)	(31.387.610)	(16.369.763)
		50.667.727	**32.965.271**	**47.265.162**	**28.057.104**
Resultado patrimonial					
Receita patrimonial		33.066.668	27.445.391	33.066.668	26.203.020
Despesa patrimonial		(64.822.011)	(54.294.739)	(36.717.890)	(3.814.498)
		(31.755.343)	**(26.849.348)**	**(3.651.222)**	**22.388.522**
Resultado antes dos impostos e participações		**(10.143.577)**	**(58.646.700)**	**(25.508.201)**	**(62.328.821)**
Imposto de renda	10	(2.110.197)	(1.765.211)	(2.110.197)	(1.641.460)
Contribuição social	10	(768.311)	(644.116)	(768.311)	(590.926)
Impostos diferidos	10	6.483.554	3.234.061	21.848.179	7.727.051
		3.605.046	**824.734**	**18.969.671**	**5.494.665**
Resultado líquido		**(6.538.531)**	**(57.821.966)**	**(6.538.531)**	**(56.834.156)**
Atribuível aos acionistas:					
Controladores		(6.538.531)	(57.821.966)	(6.538.531)	(57.821.966)
Não controladores		–	–	–	987.810

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO DIRETO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 *(Valores em Reais - R$)*

	Controladora 31 de dezembro de 2024	Controladora 31 de dezembro de 2023	Consolidado 31 de dezembro de 2024	Consolidado 31 de dezembro de 2023
Atividades operacionais				
(+) Recebimento de planos de saúde	1.188.601.368	1.129.110.680	1.188.601.368	1.129.110.680
(+) Resgate de aplicações financeiras	1.374.254.013	29.107.201	1.374.254.013	86.115.309
(+) Recebimento de juros de aplicações financeiras	15.403.344	11.308.789	15.611.816	11.310.025
(+) Outros recebimentos operacionais	14.337.937	2.416.438	147.525.452	171.661.217
(–) Pagamento a fornecedores/prestadores de serviços de saúde	(916.857.116)	(893.123.235)	(916.857.116)	(893.123.235)
(–) Pagamento de comissões	(46.343.587)	(45.871.502)	(46.343.587)	(45.871.502)
(–) Pagamento de pessoal	(47.588.091)	(50.287.005)	(47.588.091)	(71.168.099)
(–) Pagamento de serviços de terceiros	(57.726.300)	–	(57.726.300)	(3.820.476)
(–) Pagamento de tributos	(66.623.676)	(67.099.969)	(72.120.646)	(64.879.033)
(–) Pagamento de contingências (cíveis/trabalhistas/tributárias)	(30.331.612)	(35.298.375)	(30.331.612)	(35.273.482)
(–) Pagamento de aluguel	(8.856.338)	–	(8.856.338)	–
(–) Pagamento de promoção/publicidade	(73.495)	–	(73.495)	–
(–) Aplicações financeiras	(1.429.523.507)	(128.535.652)	(1.429.523.507)	(184.376.692)
(–) Outros pagamentos operacionais	(28.127.515)	(74.120.366)	(174.931.056)	(265.326.221)
Caixa líquido de atividades operacionais	**(39.442.675)**	**(122.292.716)**	**(58.347.299)**	**(185.241.508)**
Atividades de investimentos				
(+) Outros recebimentos das atividades de investimentos	65.002.418	18.410.838	83.802.418	18.410.838
(–) Pagamentos de aquisição de ativo imobilizado - hospitalar	(143.793)	–	(3.227.970)	–
(–) Pagamento de aquisição de ativo imobilizado - outros	(75.060)	(24.008.247)	(75.060)	(24.030.917)
(–) Pagamento relativo ao ativo intangível	(507)	–	(507)	–
(–) Outros pagamentos das atividades de investimentos	(54.157)	(54.300.000)	(54.157)	(54.300.000)
Caixa líquido de atividades de investimentos	**64.728.901**	**(59.897.409)**	**80.444.724**	**(59.920.079)**
Atividades de financiamentos				
(+) Integralização de capital em dinheiro	–	213.000.000	–	278.500.000
(+) Recebimento - empréstimos/financiamentos	–	24.000.000	25.000.000	24.000.000
(+) Outros recebimentos das atividades de financiamentos	25.000.000	–	–	(50.218)
(–) Outros pagamentos das atividades de financiamento	(51.021.335)	(48.000.000)	(51.021.333)	(48.000.000)
Caixa líquido das atividades de financiamentos	**(26.021.335)**	**189.000.000**	**(26.021.333)**	**254.449.782**
Variação de caixa e equivalentes de caixa	**(735.109)**	**6.809.875**	**(3.923.908)**	**9.288.195**
Caixa - saldo inicial	**13.143.740**	**6.333.865**	**16.813.371**	**7.525.176**
Caixa - saldo final	**12.408.631**	**13.143.740**	**12.889.463**	**16.813.371**
Ativos livres no início do exercício	**50.896**	**6.380.477**	**50.896**	**7.571.788**
Ativos livres no final do exercício	**55.123**	**13.194.851**	**55.123**	**13.041.746**
Aumento/(diminuição) nas aplicações financeiras - recursos livres	**4.227**	**6.814.374**	**4.227**	**5.469.958**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 *(Valores em Reais - R$)*

	Controladora 31 de dezembro de 2024	Controladora 31 de dezembro de 2023 (Reapresentado)	Consolidado 31 de dezembro de 2024	Consolidado 31 de dezembro de 2023 (Reapresentado)
Resultado líquido do exercício	(6.538.531)	(57.821.966)	(6.538.531)	(56.834.156)
Resultado abrangente do exercício	**(6.538.531)**	**(57.821.966)**	**(6.538.531)**	**(56.834.156)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 *(Valores em Reais - R$)*

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2023 (reapresentado)	**430.348.766**	**16.500.000**	**2.919.863**	**(223.812.380)**	**225.956.249**
Aumento de capital	80.500.000	–	–	–	80.500.000
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	132.500.000	–	–	132.500.000
Resultado líquido	–	–	–	(57.821.966)	(57.821.966)
Alteração de participação societária de controladas	–	–	–	(533.686)	(533.686)
Saldo em 31 de dezembro de 2023 (reapresentado)	**510.848.766**	**149.000.000**	**2.919.863**	**(282.168.032)**	**380.600.596**
Aumento de capital	219.000.000	(149.000.000)	–	–	70.000.000
Resultado líquido	–	–	–	(6.538.531)	(6.538.531)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**729.848.766**	**–**	**2.919.863**	**(288.706.563)**	**444.062.066**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

continua →★

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA NOTRE DAME INTERMÉDICA MINAS GERAIS SAÚDE S.A.
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 *(Valores em Reais - R$)*

1. Contexto Operacional: A Notre Dame Intermédica Minas Gerais Saúde S.A. é uma sociedade empresária organizada sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, com sede em São Paulo na Avenida Paulista, nº 867, 8º andar, conjunto 81, sala 2, CEP: 01311-100, na cidade de São Paulo, Estado São Paulo. A Companhia tem por objetivo social a operação de planos privados de assistência à saúde, coletivos e individuais familiares, e a prestação de serviços médicos, ambulatoriais, clínicos, hospitalares e terapêuticos e a prestação de serviços de diagnóstico aos beneficiários dos referidos planos de saúde. A Companhia é controladora direta da Lifecenter Sistema de Saúde S.A., entidade de capital fechado e não regulada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e tem por objeto social a exploração de serviços médicos hospitalares, um centro educacional e a participação em sociedades que tenham objetos com ela afins ou relacionados. A composição acionária da Companhia é apresentada conforme disposto a seguir:

Acionista	Quantidade de Ações	(%) Participação
NotreDame Intermédica Minas Gerais Ltda.	781.296.230	99,96%
Não controlador	296.968	0,04%
	781.593.198	100,00%

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e suas controladas de continuarem operando normalmente e está convencida de que possuem recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração em 28 de fevereiro de 2025. **2. Outros assuntos: 2.1 Riscos atrelados as mudanças climáticas:** A Companhia e suas controladas promoveram um estudo de riscos e oportunidades climáticas considerando os horizontes temporais de 2030 e 2050, avaliando os principais riscos físicos associados ao aquecimento global e os efeitos das mudanças climáticas no aumento da demanda por serviços de saúde, considerando o curto, médio e longo prazo, objetivando obter melhor compreensão e informações técnicas para auxiliar a tomada de decisão em planos de adaptação às mudanças climáticas. Entre os aspectos identificados no estudo, destaca-se os possíveis impactos de eventos climáticos extremos nas unidades e instalações e os desdobramentos da mudança de clima na saúde das populações e na busca por atendimento médico. A Companhia e suas controladas trabalham para mitigar os riscos à integridade física das unidades, levando em consideração no planejamento de obras e reformas a ocorrência de tempestades, inundações, ciclones e granizo. Em determinados casos, é avaliada ainda a possibilidade de mudança de endereço de um ativo diante da impossibilidade de adequação da infraestrutura para um atendimento dentro dos padrões de segurança e qualidade estabelecidos. Além disso, as apólices de seguros da Companhia e suas controladas incluem cobertura para eventos extremos. O aumento de casos de doenças respiratórias decorrentes da queda de temperatura ou aumento da poluição, doenças cardiovasculares pelo aumento de temperatura e doenças limitadas a certas áreas geográficas (como a dengue, cujo vetor está relacionado ao acúmulo de água e pode ser impactado pelo regime de chuvas) são monitorados de forma recorrente pela Companhia e suas controladas. Por fim, são realizados investimentos constantes na diversificação geográfica das unidades assistenciais, em programas de medicina preventiva e em ações educativas e de conscientização nos canais de comunicação. Até 31 de dezembro de 2024, não foram identificados pela Administração da Companhia impactos relevantes decorrentes de riscos atrelados a mudanças climáticas nas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia, no que tange a: i) impairment de ativos não financeiros; ii) instrumentos financeiros; iii) Provisões e passivos contingentes; iv) mensurações de valor justo; v) impostos diferidos; vi) julgamentos e estimativas relevantes; ou de quaisquer outros impactos. **2.2 Reforma tributária sobre o consumo:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar. Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar ("PLP") 68/2024, que regulamentou parte da Reforma, a ser sancionado pelo presidente da República. Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31 de dezembro de 2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto. Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Não houve qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas. **2.3 Adesão ao acordo para liquidação parcial de tributos e multas:** A Companhia aderiu a acordo de liquidação parcial de valores relacionados ao ressarcimento ao SUS (Sistema Único de Saúde) e multas impostas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) a operadoras de saúde controladas da Companhia (Acordo). As condições propostas pelo Acordo, intermediado pela AGU (Advocacia-Geral da União), viabilizaram considerável redução dos valores em discussão, eliminando incertezas e liberando esforços da administração para a gestão do negócio. O montante original do passivo negociado foi de R$ 1.670.571, o qual, após desconto, remanesceu em R$ 927.802, com um efeito positivo no resultado no montante de R$ 6.144, composto por um resultado operacional de R$ (67.510) e um resultado financeiro de R$ 73.654. Para fazer frente ao referido passivo negociado, foram utilizados depósitos judiciais no montante de R$ 913.534. A adesão ao Acordo implicará, além da liberação dos depósitos judiciais, em pagamento adicional de R$ 13.469 à Secretaria da Receita Federal. **3. Entidades controladas:** A Companhia encerrou o 31 de dezembro de 2024 com a seguinte estrutura societária:

NOTRE DAME INTERMÉDICA SAÚDE S.A.
↓ 100,00%
NOTRE DAME INTERMÉDICA MINAS GERAIS LTDA.
↓ 99,96%
NOTRE DAME INTERMÉDICA MINAS GERAIS SAÚDE S.A.
↓ 100,00%
LIFECENTER SISTEMA DE SAÚDE S.A.

4. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: 4.1 Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), as quais abrangem os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), inclusive seguindo os critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela Resolução Normativa - RN nº 528, de 29 de abril de 2022. A Administração considera que a Companhia e suas controladas possuem recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no princípio da continuidade. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens, que são mensurados a valor justo a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais: • Aplicações financeiras mensuradas a valor justo por meio do resultado; e • Pagamentos contingentes assumidos em uma combinação de negócio são mensurados pelo valor justo. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.3. **4.2 Conversão de moeda estrangeira:** *Moeda funcional e moeda de apresentação:* Estas demonstrações intermediárias individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. *Transações e saldos:* As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado na rubrica "Resultado financeiro". **4.3 Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. ***(a) Julgamentos:*** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota explicativa nº 06** - Provisão para perda do valor recuperável do contas a receber. Reconhecimento e mensuração da provisão ao valor recuperável do contas a receber de clientes. • **Nota explicativa nº 10** - Imposto de renda e contribuição social diferidos. Realização e disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizadas. • **Nota explicativa nº 14** - Provisões técnicas de operações de assistência à saúde. Avaliação de passivos. • **Nota explicativa nº 16** - Arrendamentos a pagar e *Sale&Leaseback*. A Companhia e suas controladas não têm condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato. A taxa incremental sobre empréstimo do arrendamento é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. *Sale&Leaseback* a determinação de ganho e perda na operação, baseado no valor justo dos ativos vendidos. • **Nota explicativa nº 17** - Provisões para ações judiciais. A Companhia e/ou suas controladas são partes em demandas administrativas e judiciais de naturezas trabalhista, tributária, cível e regulatória, na qual constitui provisões contábeis em relação às demandas com probabilidade de perda provável. A avaliação da probabilidade de perda é realizada através da avaliação de evidências disponíveis, hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no detalhamento jurídico, bem como as opiniões de seus consultores jurídicos. ***(b) Incertezas sobre premissas e estimativas:*** As estimativas e premissas são revisadas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que são efetuadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possam resultar em um resultado real diferente do estimado estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota explicativa nº 06** - Provisão para perda do valor recuperável do contas a receber. Reconhecimento e mensuração da provisão ao valor recuperável do contas a receber de clientes. • **Nota explicativa nº 07** - Despesas de comercialização diferidas. Identificação do tempo médio de duração dos contratos para determinar o prazo de diferimento das comissões e, consequentemente, sua apropriação ao resultado contábil do período. • **Nota explicativa nº 10** - Imposto de renda e contribuição social. Realização e disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados. • **Nota explicativa nº 13** - Revisão da vida útil econômica de bens do ativo imobilizado. Determinação da vida útil estimada dos bens e, consequentemente, da taxa de depreciação a ser utilizada nos cálculos e registro contábeis no resultado do período. • **Nota explicativa nº 14** - Provisões técnicas de operações de assistência à saúde. Reconhecimento e mensuração de passivos de seguro. • **Nota explicativa nº 17** - Provisões para ações judiciais. Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas para determinar o valor e a probabilidade da saída de recursos. ***(c) Mensuração a valor justo:*** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia e suas controladas estabeleceram uma estrutura de controle para mensuração do valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, que discute as estratégias para estabelecer a composição da carteira de investimentos no Comitê de Finanças. A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos estabelecidos das normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas utilizam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia e suas controladas reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período/exercício das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota explicativa nº 16** - Arrendamentos a pagar. **4.4 Base de Mensuração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens, que são mensurados a valor justo a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais: • Aplicações financeiras. • Pagamentos contingentes assumidos em uma combinação de negócios. **4.5 Principais políticas contábeis:** A Companhia e sua controlada aplicam as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação contrária. **4.5.1 Base de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2024. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder de exercício em relação à investida. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem todas as controladas diretas e indiretas da Companhia, conforme mencionado na nota explicativa 3. *(i) Controladas:* A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras das controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. *(ii) Perda de controle:* Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle. *(iii) Transações eliminadas na consolidação:* Saldos e transações em intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **4.5.2 Reconhecimento de receitas e custos operacionais:** A Companhia e suas controladas atuam no ramo da prestação de serviços da assistência à saúde e odontológica. Os serviços são vendidos em contratos separados, individual por cliente ou agrupados como um pacote de serviços. Para esta, com planos de assistência à saúde, a Companhia adota como política para o reconhecimento de receita os critérios dispostos no CPC 47 - Contratos com clientes e a Resolução Normativa RN nº 528/2022. *(i) Reconhecimento de receitas operacionais:* A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido. A receita é contabilizada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. As receitas de contraprestações, na modalidade de preço preestabelecido, são apropriadas no resultado pelo montante correspondente ao período de cobertura do risco incorrido (*pro rata die*). Nos casos em que a fatura é emitida antecipadamente em relação ao período de cobertura dos contratos com clientes, o valor dos contratos com os clientes é registrado na rubrica "Provisões técnicas de operações de assistência à saúde", no subitem "Provisão de contraprestação não ganha - PPCNG", conforme destacado na nota explicativa 14, classificada no passivo circulante. As receitas pertinentes aos serviços prestados de assistência à saúde são contabilizadas pelo regime de competência. *(ii) Receitas de contratos com clientes:* Os serviços são vendidos em contratos separados, individual por cliente ou agrupados como um pacote de serviços. Os planos de assistência à saúde e odontológicos são tratados de acordo com a política para o reconhecimento de receita os critérios dispostos no CPC 47 - Contratos com clientes. *(iii) Receitas de contraprestações:* Os serviços de assistência à saúde e odontológica são realizados por meio de seus hospitais e rede credenciada. A Companhia e suas controladas avaliaram que os serviços são satisfeitos ao longo do tempo, dado que o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios prestados. As receitas com as contraprestações são apropriadas pelo valor correspondente ao rateio diário - *pro rata dia* - do período de cobertura individual de cada contrato, a partir do primeiro dia de cobertura. *(iv) Reconhecimento dos custos dos serviços prestados:* Os custos com a operação da rede própria de atendimento são reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. Os custos dos serviços prestados pela rede credenciada de atendimento (hospitais, laboratórios e clínicas) são contabilizados com base nas notificações que avisam a ocorrência dos eventos cobertos pelos planos. **4.5.3 Receitas e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras da Companhia e suas controladas compreendem: • Receita de juros; • Despesas de juros; • Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros; • Perdas por redução ao valor recuperável (e reversões) sobre investimentos em títulos de dívida contabilizados ao custo amortizado. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A Companhia e suas controladas classificam dividendos e juros sobre capital próprio pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: • Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou • Ao custo amortizado do passivo financeiro. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto. **4.5.4 Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. *(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente:* A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. *(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido:* Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para: • Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; • Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, na extensão em que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e • Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial do ágio. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e suas subsidiárias individualmente. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Não foram realizadas reduções aos ativos fiscais diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. **4.5.5 Imobilizado:** Os itens que compõem o imobilizado são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção de longo prazo se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. A depreciação é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, conforme apresentado a seguir:

Grupo do ativo imobilizado	Vida útil (anos)	Taxa média anual de depreciação - % a.a.
Terrenos e imóveis	25 a 50	2%
Veículos	1 a 10	17%
Instalações	5 a 10	14%
Máquinas e equipamentos	1 a 25	14%
Móveis e utensílios	1 a 15	10%
Equipamentos de computação	1 a 15	25%

A Companhia e suas controladas revisam o valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação no encerramento de cada exercício e os ajustam de forma prospectiva, quando for o caso. Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. **4.5.6 Ativos Intangíveis:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo dos ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável, se houver. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida e indefinida. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizados por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação às perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

	Vida útil
Aquisição da carteira de plano de saúde	2 a 13 anos
Sistema de computadores	20% a.a.
Ágio adquirido por combinação de negócios	Indefinida
Ativos intangíveis	7 anos
Outros ativos intangíveis	Indefinida

Um ativo é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício. **4.5.7 Despesas de comercialização diferidas:** Representados por comissões pagas pela comercialização de planos coletivos e individuais reconhecidas ao resultado pelo prazo médio estimado de permanência dos beneficiários na carteira de clientes. Os indicadores de permanência de clientes são apurados a partir da observação do tempo médio ponderado compreendido entre a data da contratação do plano e a data em que se efetiva o cancelamento de tais contratos. Apenas as despesas de comercialização referentes aos contratos ativos permanecem diferidas, ou seja, quando um contrato é cancelado no transcorrer do período de vigência do diferimento, o saldo residual remanescente é integralmente reconhecido como despesa do período em que o cancelamento for realizado. **4.5.8 Instrumentos financeiros:** ***(i) Reconhecimento e mensuração inicial:*** O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. ***(ii) Classificação e mensuração subsequente:*** *Ativos Financeiros:* No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao Custo amortizado; ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia e suas controladas podem optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em Outros Resultados Abrangentes ("ORA"). Essa escolha é realizada através de análise de cada investimento, individualmente. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. *Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:* A Companhia e suas controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira, pois isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Objetiva identificar se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia e suas controladas; • Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e suas controladas. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. *Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:*

continua ★

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA NOTRE DAME INTERMÉDICA MINAS GERAIS SAÚDE S.A.
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 *(Valores em Reais - R$)*

Ativos financeiros VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros ao custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	*Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.*
Instrumentos patrimoniais a VJORA	*Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.*

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. ***(iii) Desreconhecimento:*** *Ativos financeiros:* A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou ainda na qual a Companhia e suas controladas nem transferem nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro, bem como não retêm o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia e suas controladas realizam transações em que transferem ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantêm todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. *Passivos financeiros:* A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia e suas controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. ***(iv) Compensação:*** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenham a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **4.5.9 Informações por segmento:** A Companhia e suas controladas atuam no setor de saúde suplementar e direcionam sua estratégia à prestação dos serviços de forma verticalizada, em que o atendimento ao beneficiário é prioritariamente realizado em rede própria de atendimento, e proporciona assistências médica e odontológica, operando em apenas um segmento operacional, cujos resultados operacionais e financeiros são regularmente revistos pelo Conselho de Administração de forma agregada, sobre a qual conduz sua tomada de decisões. Embora a Companhia e suas controladas tenham em sua estrutura diversos hospitais, clínicas e outras unidades de atendimento, elas funcionam como executores dos serviços demandados pelos clientes dos planos de saúde e odontológicos das operadoras pertencentes a Companhia e suas controladas, dentro do modelo integrado de verticalização, no qual o objetivo final é maximizar a geração de valor consolidado (operadora de planos de saúde/odontológica + unidades de atendimento médico) para seus acionistas. A Administração determinou que a Diretoria Estatutária é representada pelo *Chief Operating Decision Maker* (CODM). Este recebe e analisa informações sobre os resultados operacionais e financeiros do negócio e toma as decisões estratégicas, uso de tecnologias e estratégias de marketing para diferentes produtos e serviços de forma centralizada. Toda a receita da Companhia e suas controladas são derivadas de clientes localizados geograficamente no Brasil e não há concentração de vendas por contrato de clientes. Além disso, todos os ativos circulantes da Companhia e suas controladas estão localizados no Brasil. Os resultados não flutuam com base na sazonalidade. **4.5.10 Disponível:** O Disponível inclui saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses ou menos, a partir da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins. Para efeitos de demonstrações financeiras individuais e consolidadas, os saldos bancários a descoberto são incluídos como componentes de caixa e equivalentes de caixa em decorrência da alta liquidez em curto espaço de tempo, compondo integralmente na gestão de caixa da Companhia e de suas controladas. **4.5.11 Perda de recuperabilidade sobre créditos:** A Companhia constitui provisão para perdas de recuperabilidade sobre créditos por meio da metodologia de apuração utilizada em estrito acordo com a Resolução Normativa - RN 528/22. A perda de recuperabilidade sobre créditos relacionados com planos de saúde é constituída sobre os créditos vencidos há mais de 60 dias para os contratos de pessoas física (planos individuais) e há mais de 90 dias para os contratos com pessoa jurídica (planos coletivos e corporativos), salvo casos específicos avaliados individualmente pela Administração. Para os créditos não relacionados com planos de saúde, a constituição da perda de recuperabilidade de créditos para saldos vencidos acima de 90 dias, salvo casos específicos avaliados individualmente pela Administração. **4.5.12 Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e, em certos casos, implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia e suas controladas concluíram que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste. **4.5.13 Investimentos - controladas:** A participação societária e Companhia possui em suas controladas é avaliada pelo método de equivalência patrimonial e está registrada na rubrica "Resultado de equivalência patrimonial" na demonstração do resultado. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação que as da Companhia. Quando necessário, são realizados ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as políticas contábeis da Companhia. **4.5.14 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis nesse sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos nesse modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis. A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e nesses orçamentos financeiros detalhados, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nesses previsões e nesses orçamentos geralmente abrangem o período de 5 anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano. A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda. Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado. O teste de redução do valor recuperável do ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado. A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa à qual o ágio esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil do ágio alocado à unidade geradora de caixa; e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo. Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. **4.5.15 Provisões:** Provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), como consequência de um evento passado, uma indicação provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia e suas controladas esperam que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento. *(i) Provisão para ações judiciais:* A Companhia e suas controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. *(ii) Contratos onerosos:* Se a Companhia e suas controladas possuem um contrato que é oneroso, a obrigação presente do contrato é reconhecida e mensurada como uma provisão. No entanto, antes que uma provisão separada para um contrato oneroso seja estabelecida, a Companhia e suas controladas reconhecem qualquer perda por redução ao valor recuperável que tenha ocorrido em ativos dedicados a esse contrato. Um contrato oneroso como um contrato em que os custos inevitáveis de satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se espera que sejam recebidos ao longo do mesmo contrato. Os custos inevitáveis do contrato refletem o menor custo líquido de sair do contrato e este é determinado com base: • No custo de cumprir o contrato; ou • No custo de qualquer compensação ou de penalidades provenientes do não cumprimento dos contratos; dos dois, o menor. O custo para cumprir um contrato compreende os custos diretamente relacionados ao contrato (por exemplo, custos incrementais) e uma alocação de outros custos diretamente associados às atividades do contrato. *(iii) Provisões técnicas de operações de assistência à saúde:* Constituídas de acordo com Resoluções Normativas emitidas pela ANS, essas provisões são representadas pela: *a) Provisão de prêmio contraprestação não ganha (PPCNG) (Resolução Normativa RN 393/2015, RN 442/2018 e RN 472/2021)* é calculada *pro rata die*, com base nos prêmios dos planos de saúde e odontológicos, representando o valor cobrado pela operadora proporcional aos dias ainda não transcorridos dentro do próprio mês em que a vigência de cobertura do risco foi iniciada em benefício do cliente. *b) Provisão de eventos e sinistros a liquidar para o SUS (Sistema Único de Saúde)* é calculada a partir das notificações enviadas pelo SUS, representando a restituição das despesas em eventual atendimento de seus beneficiários que já foram efetivamente cobradas, uma estimativa de futuras notificações de cobranças que estão em processo de análise, calculadas conforme decisão judicial obtida pela Companhia para adoção de metodologia própria. *c) Provisão para eventos a liquidar* é constituída com base nos avisos de sinistros recebidos até a data do balanço, incluindo os sinistros judiciais e custos relacionados atualizados monetariamente. *d) Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA) (Resolução Normativa RN 574/2023 e RN 528/2022)* é calculada atuarialmente a partir da estimativa dos sinistros já ocorridos e ainda não avisados, com base em triângulos de *run-off* mensais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros avisados nos últimos 12 meses, dos futuros pagamentos de eventos relacionados com ocorrências anteriores à data-base de cálculo, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência. *e) Provisão para eventos ocorridos e não avisados para SUS (PEONA-SUS)* é calculada a partir da estimativa do montante de eventos/sinistros originados no Sistema Único da Saúde (SUS), que tenham ocorrido e que não tenham sido avisados. O montante calculado é informado, mensalmente, no sítio institucional da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), sendo adotada, pela Companhia, a contabilização de 12/24 avos do montante, tal como permitido pela Resolução Normativa da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) nº 528/22. *f) Provisão para remissão (Resolução Normativa RN 574/2023)*: é constituída para os beneficiários que ficarem isentos dos pagamentos das contraprestações em um determinado período conforme cobertura prevista em contrato. g). *h) Provisão de Insuficiência de Contraprestações (PIC (Resolução Normativa RN 442/2018))*: para os seguros de saúde, tem como objetivo apurar a insuficiência de contraprestações/prêmios para a cobertura dos eventos/sinistros a ocorrer. A provisão é calculada a partir de metodologia definida no anexo VII da resolução normativa 574, para as operadoras que não possuem metodologia atuarial própria. Para o cálculo leva-se em consideração: (i) o FIC (Fator de Insuficiência de Contraprestações), obtido através da soma dos eventos indenizáveis, acrescidos das despesas administrativas totais e de comercialização com a dedução dos totais de multas administrativas, divididos pela soma de contraprestações efetivas; (ii) A base de cálculo da provisão será o somatório das contraprestações efetivas dos 12 meses, incluindo a competência do cálculo; (iii) todos os contratos médico-hospitalares na modalidade de preço preestabelecido, contemplando as segmentações individual, coletivo por adesão e coletivo empresarial. **4.5.16 Arrendamentos:** No início de um contrato, a Companhia e suas controladas avaliam se um contrato é ou contém um arrendamento. A Companhia e suas controladas avaliam se os contratos celebrados são ou contêm elementos de arrendamentos, e reconhece os direitos de uso dos ativos arrendados e passivo para fluxo futuro dos contratos celebrados, são eles aqueles que transmitem o direito de controlar e obter os benefícios sobre o uso de ativo identificado por um período em troca de contraprestação. A Companhia e suas controladas reconhecem um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado por determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros incremental calculada pela Companhia e suas controladas. A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo direito de uso em ambiente econômico similar. A Companhia e suas controladas são arrendatárias de diversos ativos, incluindo imóveis, equipamentos hospitalares e equipamentos de TI. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, há alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, a Companhia e suas controladas alteram sua avaliação se exercerão uma opção de compra, extensão ou rescisão, há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. *Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor:* A Companhia e suas controladas aplicam a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia e suas controladas esperam recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **4.5.17 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio:** A Companhia e suas controladas reconhecem um passivo para pagamento de dividendos quando essa distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da empresa ou, ainda, quando previsto em Lei. Conforme legislação societária vigente, uma distribuição é autorizada quando aprovada pelos acionistas e o montante correspondente é diretamente reconhecido no patrimônio líquido. A legislação societária estabelece ainda o requerimento de pagamento de um dividendo mínimo obrigatório, após efetuados os ajustes ao lucro auferido no exercício e destinação das reservas também previstas no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações e seu estatuto social. A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no Estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas. **4.5.18 Teste de adequação de passivos (TAP):** A Companhia e suas controladas elaboram o Teste de Adequação de Passivos (TAP) para todos os contratos vigentes a cada data de balanço e que estão vigentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado anualmente e revisado trimestralmente, considerando estimativas correntes de fluxos de caixa futuro, utilizando a data-base referência de clientes ativos, sem novas entrantes. A metodologia projeta entradas e saídas de recursos financeiros, considerando os reajustes técnicos e financeiros, alteração de valor por mudança de faixa etária, variação nos custos assistenciais, despesas administrativas e comerciais, retornos dos investimentos e valor do dinheiro no tempo utilizando a taxa de desconto Estruturas a Termo das Taxas de Juros livres de risco (ETTJ). O Teste de Adequação de Passivos realizados foi segregado para as carteiras de planos individuais, coletivos empresariais e coletivos por adesão. O teste efetuado de adequação de passivos não demonstrou insuficiência. Caso seja identificada qualquer insuficiência, a Companhia e suas controladas registram a perda imediatamente como uma despesa no resultado do exercício, primeiramente reduzindo os custos de aquisição até o limite de zero e depois constituindo provisões adicionais aos passivos já registrados na data do teste. **4.5.19 Alterações de novas normas que ainda não estão em vigor:** Novas normas ou alterações de normas e interpretações serão aplicáveis quando referendadas pela ANS. **CPC 50 - Contratos de seguros:** Com a emissão do CPC 50, em substituição ao CPC 11 - Contratos de Seguro, que estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguros dentro do escopo da norma. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. A Companhia e suas controladas estão avaliando a efetiva aplicabilidade da referida Norma, considerando a sua estratégia de negócios amparada na "verticalização" de suas operações, o que a torna, essencialmente prestadora de serviço de assistência à saúde. Esta norma é vigente a partir 1º de janeiro de 2023 e a data de transição 1º de janeiro de 2022, sendo que os efeitos de transição impactam diretamente a rubrica de Lucros Acumulados no Patrimônio Líquido. **4.5.20 Reapresentação das demonstrações financeiras:** Em 2024, a Companhia e suas controladas identificaram ajustes de exercícios anteriores, relacionados à retificação de erros no reconhecimento de ativos, passivos e transações contábeis que impactaram o lucro líquido de 2023. As referidas correções afetaram o ativo circulante, ativo não circulante, passivo circulante, passivo não circulante, patrimônio líquido, resultado bruto, despesas administrativas, resultado financeiro, impostos diferidos e resultado líquido. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro e 1º de janeiro de 2023, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas. Os efeitos da reapresentação, bem como a natureza dos ajustes, são demonstrados a seguir: (a) Decorrente de efeitos de atualização monetária, ativa e passiva, sobre saldos de depósitos judiciais, obrigações contratuais, provisões técnicas e provisões para contingências. (b) Refere-se a regularização de saldo contábil de depósitos e bloqueios judiciais liberados anteriormente, porém sem a baixa contábil correspondente. (c) Refere-se a regularização de saldos ativos e passivos para os quais não há expectativa de realização. (d) Refere-se ao resultado de equivalência sobre os ajustes de resultado. *Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2023 (controladora e consolidado):*

	31 de dezembro de 2023 (Publicado)	Ajustes		Controladora 31 de dezembro de 2023 (Reapresentado)
Ativo				
Circulante	**377.786.160**	**–**		**377.786.160**
Disponível	13.143.740	–		13.143.740
Realizável	364.642.420	–		364.642.420
Aplicações financeiras	**295.736.584**	**–**		**295.736.584**
Aplicações garantidoras de provisões técnicas	295.685.688	–		295.685.688
Aplicações livres	50.896	–		50.896
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	**27.905.358**	**–**		**27.905.358**
Contraprestações pecuniárias a receber	23.177.086	–		23.177.086
Participação de beneficiários em eventos/sinistros indenizáveis	4.728.272	–		4.728.272
Operadoras de planos de assistência à saúde	–	–		–
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde	–	–		–
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	442.415	–		442.415
Despesas de comercialização	5.331.421	–		5.331.421
Créditos tributários e previdenciários	26.269.228	–		26.269.228
Bens e títulos a receber	8.957.414	–		8.957.414
Despesas antecipadas	–	–		–
Não circulante	**515.538.323**	**9.890.406**		**525.428.729**
Realizável a longo prazo	**299.007.707**	**9.890.406**		**308.898.113**
Aplicações financeiras	**215**	**–**		**215**
Aplicações livres	215	–		215
Títulos e créditos a receber	1.999.810	–		1.999.810
Despesas de comercialização diferidas	–	–		–
Ativo fiscal diferido	59.681.168	2.057.590	(d)	61.738.558
Depósitos judiciais e fiscais	81.596.300	77.474.574	(a)/(b)	109.070.875
Outros créditos a receber a longo prazo	155.730.214	(19.641.558)	(a)/(b)/(c)	136.088.656
Investimentos	**80.628.753**	**–**		**80.628.753**
Participações societárias pelo método da equivalência patrimonial	**77.755.585**	**–**		**77.755.585**
Participações societárias em operadoras de plano de assistência à saúde	–	–		–
Participações societárias em rede assistencial	77.755.585	–		77.755.585
Participações societárias em outras sociedades	–	–		–
Outros investimentos	2.873.168	–		2.873.168
Imobilizado	**134.920.436**	**–**		**134.920.436**
Imóveis de uso próprio	**18.491.283**	**–**		**18.491.283**
Imóveis - hospitalares odontológicos	–	–		–
Imóveis - não hospitalares odontológicos	18.491.283	–		18.491.283
Imobilizado de uso próprio	**69.166.350**	**–**		**69.166.350**
Imobilizado - hospitalares odontológicos	54.038.787	–		54.038.787
Imobilizado - não hospitalares/odontológicos	15.127.563	–		15.127.563
Imobilizações em curso	19.623.794	–		19.623.794
Outras imobilizações	–	–		–
Direito de uso de arrendamento	27.639.009	–		27.639.009
Intangível	981.427	–		981.427
Total do ativo	**893.324.483**	**9.890.406**		**903.214.889**
Passivo				
Circulante	**361.393.404**	**–**		**361.393.404**
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	**323.927.184**	**–**		**323.927.184**
Provisão de contraprestações	**25.084.724**	**–**		**25.084.724**
Provisão de contraprestação não ganha (PPCNG)	19.388.362	–		19.388.362
Provisão de Insuficiência de Prêmios	5.669.481			5.669.481
Provisão para remissão	26.881	–		26.881
Provisão de eventos a liquidar para SUS	74.966.886	–		74.966.886
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais	85.700.274	–		85.700.274
Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	138.175.300	–		138.175.300
Débitos de operações de assistência à saúde	**1.306.028**	**–**		**1.306.028**
Contraprestações/prêmios a restituir	–	–		–
Receita antecipada de contraprestações/prêmios	149.223	–		149.223
Comercialização sobre operações	1.156.805	–		1.156.805
Operadoras de planos de assistência à saúde	–	–		–
Débitos com operações de assistência à saúde não relacionadas com plano de saúde da operadora	–	–		–
Provisões	**5.147.168**	**–**		**5.147.168**
Provisão para imposto de renda e contribuição social	5.147.168	–		5.147.168
Tributos e encargos sociais a recolher	9.835.462	–		9.835.462
Empréstimos e financiamentos a pagar	–	–		–
Débitos diversos	21.177.562	–		21.177.562
Não circulante	**156.672.064**	**4.548.824**		**161.220.889**
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	**27.776.582**	**3.025.573**		**30.802.156**
Provisão para remissão	455.038	–		455.038
Provisão de eventos a liquidar para SUS	27.321.544	3.025.573	(a)/(b)/(c)	30.347.118
Provisões	**100.670.246**	**1.523.251**		**102.193.497**
Provisões para tributos diferidos	–	1.523.251	(d)	1.523.251
Provisões para ações judiciais	100.670.246	–		100.670.246
Tributos e encargos sociais a recolher	**4.227.035**	**–**		**4.227.035**
Parcelamento de tributos e contribuições	4.227.035	–		4.227.035
Empréstimos e financiamentos a pagar	–	–		–
Débitos diversos	23.998.201	–		23.998.201
Patrimônio líquido	**375.259.015**	**5.341.581**		**380.600.596**
Capital Social	510.848.766	–		510.848.766
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	149.000.000	–		149.000.000
Reservas:	**2.919.863**	**–**		**2.919.863**
Reserva de capital/reservas patrimoniais	2.919.863			2.919.863
Prejuízos acumulados	(287.509.614)	5.341.581		(282.168.033)
Total do passivo e patrimônio líquido	**893.324.483**	**9.890.406**		**903.214.889**

	31 de dezembro de 2023 (Publicado)	Ajustes	Consolidado 31 de dezembro de 2023 (Reapresentado)
Ativo			
Circulante	**390.373.009**	**–**	**390.373.009**
Disponível	16.813.371	–	16.813.371
Realizável	**373.559.638**	**–**	**373.559.638**
Aplicações financeiras	**295.736.583**	–	**295.736.583**
Aplicações garantidoras de provisões técnicas	295.736.583	–	295.736.583
Aplicações livres	–	–	–

continua ★

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA NOTRE DAME INTERMEDICA MINAS GERAIS SAÚDE S.A.
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 *(Valores em Reais - R$)*

	31 de dezembro de 2023 (Publicado)	Ajustes		Consolidado 31 de dezembro de 2023 (Reapresentado)
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	27.905.358	–		27.905.358
Contraprestações pecuniárias a receber	23.177.086	–		23.177.086
Participação de beneficiários em eventos/sinistros indenizáveis	4.728.272	–		4.728.272
Operadoras de planos de assistência à saúde	–	–		–
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde	–	–		–
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	1.197.574	–		1.197.574
Despesas de comercialização	5.331.421	–		5.331.421
Créditos tributários e previdenciários	27.559.857	–		27.559.857
Bens e títulos a receber	15.828.845	–		15.828.845
Despesas antecipadas	–	–		–
Não circulante	**570.503.562**	**9.890.406**		**580.393.968**
Realizável a longo prazo	**329.292.524**	**9.890.406**		**339.182.930**
Aplicações financeiras	215	–		215
Aplicações livres	215	–		215
Títulos e créditos a receber	1.999.810	–		1.999.810
Despesas de comercialização diferidas	–	–		–
Ativo fiscal diferido	72.136.017	2.057.390	(d)	74.193.407
Depósitos judiciais e fiscais	84.012.613	27.474.574	(a)/(b)	111.487.188
Outros créditos a receber a longo prazo	171.143.869	(19.641.558)	(a)/(b)/(c)	151.502.310
Investimentos	**3.007.868**	–		**3.007.868**
Participações societárias pelo método de equivalência patrimonial	–	–		–
Participações societárias em operadoras de plano de assistência à saúde	–	–		–
Participações societárias em rede assistencial	–	–		–
Participações societárias em outras sociedades	–	–		–
Outros investimentos	3.007.868	–		3.007.868
Imobilizado	**236.963.004**	–		**236.963.004**
Imóveis de uso próprio	50.045.335	–		50.045.335
Imóveis - hospitalares/odontológicos	35.862.294	–		35.862.294
Imóveis - não hospitalares/odontológicos	14.183.041	–		14.183.041
Imobilizado de uso próprio	32.579.933	–		32.579.933
Imobilizado - hospitalares/odontológicos	11.233.297	–		11.233.297
Imobilizado - não hospitalares/odontológicos	21.346.636	–		21.346.636
Imobilizações em curso	19.623.794	–		19.623.794
Outras imobilizações	134.713.942	–		134.713.942
Direito de uso de arrendamento	–	–		–
Intangível	1.240.166	–		1.240.166
Total do ativo	**960.876.571**	**9.890.406**		**970.766.977**

Passivo	31 de dezembro de 2023 (Publicado)	Ajustes		Consolidado 31 de dezembro de 2023 (Representado)
Circulante	**372.908.107**	–		**372.908.107**
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	320.618.909	–		320.618.909
Provisão de contraprestações	25.084.724	–		25.084.724
Provisão de contraprestação não ganha (PPCNG)	19.388.362	–		19.388.362
Provisão de Insuficiência de Prêmios	5.669.481			5.669.481
Provisão para emissão	26.881	–		26.881
Provisão de eventos a liquidar para SUS	74.968.886	–		74.968.886
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais	82.392.000	–		82.392.000
Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	138.175.299	–		138.175.299
Débitos de operações de assistência à saúde	1.317.508	–		1.317.508
Contraprestações/prêmios a restituir	–	–		–
Receita antecipada de contraprestações/prêmios	149.223	–		149.223
Comercialização sobre operações	1.168.285	–		1.168.285
Operadoras de planos de assistência à saúde	–	–		–
Débitos com operações de assistência à saúde não relacionadas com plano de saúde da operadora	–	–		–
Provisões	5.147.168	–		5.147.168
Provisão para imposto de renda e contribuição social	5.147.168	–		5.147.168
Tributos e encargos sociais a recolher	12.502.820	–		12.502.820
Empréstimos e financiamentos a pagar	–	–		–
Débitos diversos	33.231.902	–		33.231.902
		–		
Não circulante	**212.709.449**	**4.548.824**		**217.258.274**
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	27.776.581	3.025.573		30.802.155
Provisão para remissão	455.037	–		455.037
Provisão de eventos a liquidar para SUS	27.321.544	3.025.573	(a)/(b)/(c)	30.347.118
Provisões	103.659.149	1.523.251		105.182.400
Provisões para tributos diferidos	142.887	1.523.251	(d)	1.666.138
Provisões para ações judiciais	103.516.262	–		103.516.262
Tributos e encargos sociais a recolher	4.227.035	–		4.227.035
Parcelamento de tributos e contribuições	4.227.035	–		4.227.035
Empréstimos e financiamentos a pagar	–	–		–
Débitos diversos	77.048.884	–		77.048.884
Patrimônio líquido	**375.259.015**	**5.341.581**		**380.600.596**
Capital Social	510.849.765	–		510.849.765
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	149.000.000	–		149.000.000
Reservas:	**2.919.863**	–		**2.919.863**
Reserva de capital/reservas patrimoniais	2.919.863			2.919.863
Prejuízos acumulados	(287.509.614)	5.341.581		(282.168.033)
Total do passivo e patrimônio líquido	**960.876.571**	**9.890.406**		**970.766.977**

(i) Demonstração do Resultado em 31 de dezembro de 2023 (controladora e consolidado)

	31 de dezembro de 2023 (Publicado)	Ajustes		Controladora 31 de dezembro de 2023 (Reapresentado)
Contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde	**1.013.172.660**	–		**1.013.172.660**
Receitas com operações de assistência à saúde	**1.037.770.265**	–		**1.037.770.265**
Contraprestações líquidas	1.043.413.831	–		1.043.413.831
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde	(5.643.566)	–		(5.643.566)
(–) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da Operadora	(24.597.605)	–		(24.597.605)
Eventos indenizáveis líquidos	**(872.255.927)**	–		**(872.255.927)**
Eventos conhecidos ou avisados	(849.268.433)	–		(849.268.433)
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	(22.987.494)	–		(22.987.494)
Resultado das operações com planos de assistência à saúde	**140.916.733**	–		**140.916.733**
Outras receitas operacionais de planos de assistência à saúde	2.367.003	–		2.367.003
Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	**10.124.126**	–		**10.124.126**
Receitas com operações de assistência médico-hospitalar	9.182.738	–		9.182.738
Receitas com operações de assistência odontológica	–	–		–
Outras receitas operacionais	941.388	–		941.388
(–) Tributos diretos de outras atividades de assistência à saúde	–	–		–
Outras despesas operacionais com planos de assistência à saúde	**(59.225.103)**	–		**(59.225.103)**
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde	(19.221.743)	–		(19.221.743)
Programas de promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças	(1.204.295)	–		(1.204.295)
(–) Recuperação de outras despesas operacionais de assistência à saúde	–	–		–
Provisão para perdas sobre créditos	(38.799.068)	–		(38.799.068)
Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com plano de saúde da operadora	(4.352.360)	–		(4.352.360)
Resultado bruto	**89.830.399**	–		**89.830.399**
Despesas de comercialização	(61.333.531)	–		(61.333.531)
Despesas administrativas	(87.568.411)	(5.691.080)	(a)/(b)/(c)	(93.259.491)
Resultado financeiro líquido				
Receitas financeiras	37.254.520	5.546.036	(a)	42.800.556
Despesas financeiras	(7.535.285)	(2.300.000)	(a)/(b)/(c)	(9.835.285)
	29.719.235	3.246.036		32.965.271
Resultado patrimonial				
Receita patrimonial	27.445.391	–		27.445.391
Despesa patrimonial	(54.294.739)	–		(54.294.739)
	(26.849.348)	–		(26.849.348)
Resultado antes dos impostos e participações	**(56.201.656)**	**(2.445.044)**		**(58.646.700)**
Imposto de renda	(1.765.211)	–		(1.765.211)
Contribuição social	(644.116)	–		(644.116)
Impostos diferidos	3.668.014	(433.953)	(d)	3.234.061
	1.258.687	(433.953)		824.734
Resultado líquido	**(54.942.969)**	**(2.878.997)**		**(57.821.966)**

	31 de dezembro de 2023 (Publicado)	Ajustes		Consolidado 31 de dezembro de 2023 (Reapresentado)
Contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde	**1.015.149.484**	–		**1.015.149.484**
Receitas com operações de assistência à saúde	**1.036.059.603**	–		**1.036.059.603**
Contraprestações líquidas	1.041.703.169	–		1.041.703.169
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde	(5.643.566)	–		(5.643.566)
(–) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da Operadora	(20.910.119)	–		(20.910.119)
Eventos indenizáveis líquidos	**(817.361.203)**	–		**(817.361.203)**
Eventos conhecidos ou avisados	(794.373.709)	–		(794.373.709)
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	(22.987.494)	–		(22.987.494)
Resultado das operações com planos de assistência à saúde	**197.788.281**	–		**197.788.281**
Outras receitas operacionais de planos de assistência à saúde	2.367.004	–		2.367.004
Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	**83.661.352**	–		**83.661.352**
Receitas com operações de assistência médico-hospitalar	76.616.562	–		76.616.562
Receitas com operações de assistência odontológica	–	–		–
Outras receitas operacionais	7.044.790	–		7.044.790
(–) Tributos diretos de outras atividades de assistência à saúde	(13.120.834)	–		(13.120.834)
Outras despesas operacionais com planos de assistência à saúde	**(59.224.959)**	–		**(59.224.959)**
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde	(19.221.506)	–		(19.221.506)
Programas de promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças	(1.204.295)	–		(1.204.295)
(–) Recuperação de outras despesas operacionais de assistência à saúde	–	–		–
Provisão para perdas sobre créditos	(38.799.068)	–		(38.799.068)
Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com plano de saúde da operadora	(170.421.485)	–		(170.421.485)
Resultado bruto	**41.049.359**	–		**41.049.359**
Despesas de comercialização	(61.333.531)	–		(61.333.531)
Despesas administrativas	(86.799.195)	(5.691.080)	(a)/(b)/(c)	(92.490.275)
Resultado financeiro líquido				
Receitas financeiras	38.880.831	5.546.036	(a)	44.426.867
Despesas financeiras	(14.069.763)	(2.300.000)	(a)/(b)/(c)	(16.369.763)
	24.811.068	3.246.036		28.057.104
Resultado patrimonial				
Receita patrimonial	26.203.020	–		26.203.020
Despesa patrimonial	(3.814.498)	–		(3.814.498)
	22.388.522	–		22.388.522
Resultado antes dos impostos e participações	**(59.883.777)**	**(2.445.044)**		**(62.328.821)**
Imposto de renda	(1.641.460)	–		(1.641.460)
Contribuição social	(590.926)	–		(590.926)
Impostos diferidos	8.161.004	(433.953)	(d)	7.727.051
	5.928.618	(433.953)		5.494.665
Resultado líquido	**(53.955.159)**	**(2.878.997)**		**(56.834.156)**
Atribuível aos acionistas				
Controladores	(54.942.969)	–		(57.821.966)
Não controladores	987.810			987.810

(ii) Balanço Patrimonial em 01 de janeiro de 2023 (controladora e consolidado)

	01 de janeiro de 2023 (Publicado)	Ajustes		Controladora 01 de janeiro de 2023 (Reapresentado)
Ativo				
Circulante	**288.412.074**	–		**288.412.074**
Disponível	6.333.865	–		6.333.865
Realizável	282.078.209	–		282.078.209
Aplicações financeiras	182.777.636	–		182.777.636
Aplicações garantidoras de provisões técnicas	182.731.024	–		182.731.024
Aplicações livres	46.612	–		46.612
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	55.688.986	–		55.688.986
Contraprestações pecuniárias a receber	54.914.412	–		54.914.412
Participação de beneficiários em eventos/sinistros indenizáveis	731.334	–		731.334
Operadoras de planos de assistência à saúde	34.413	–		34.413
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde	8.827	–		8.827
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	2.436.749	–		2.436.749
Despesas de comercialização	13.501.125	–		13.501.125
Créditos tributários e previdenciários	16.920.084	–		16.920.084
Bens e títulos a receber	10.682.713	–		10.682.713
Despesas antecipadas	70.916	–		70.916
Não circulante	**376.729.546**	**12.335.451**		**389.064.997**
Realizável a longo prazo	**212.771.378**	**12.335.451**		**225.106.829**
Aplicações financeiras	–	–		–
Aplicações livres	–	–		–
Títulos e créditos a receber	190.933	–		190.933
Despesas de comercialização diferidas	–	–		–
Ativo fiscal diferido	56.013.154	2.057.390	(d)	58.070.544
Depósitos judiciais e fiscais	63.268.220	21.960.309	(a)/(b)/(c)	85.228.529
Outros créditos a receber a longo prazo	93.296.071	(11.682.248)	(a)/(b)/(c)	81.613.823
Investimentos	**64.839.130**	–		**64.839.130**
Participações societárias pelo método de equivalência patrimonial	61.965.962	–		61.965.962
Participações societárias em operadoras de plano de assistência à saúde	–	–		–
Participações societárias em rede assistencial	61.965.962	–		61.965.962
Participações societárias em outras sociedades	–	–		–
Outros investimentos	2.873.168	–		2.873.168
Imobilizado	**98.442.341**	–		**98.442.341**
Imóveis de uso próprio	16.963.245	–		16.963.245
Imóveis - hospitalares/odontológicos	372.731	–		372.731
Imóveis - não hospitalares/odontológicos	16.590.514	–		16.590.514
Imobilizado de uso próprio	17.343.836	–		17.343.836
Imobilizado - hospitalares/odontológicos	13.552.404	–		13.552.404
Imobilizado - não hospitalares/odontológicos	3.791.432	–		3.791.432
Imobilizações em curso	32.281.689	–		32.281.689
Outras imobilizações	12.469.626	–		12.469.626
Direito de uso de arrendamento	19.383.945	–		19.383.945
Intangível	670.897	–		670.897
Total do ativo	**665.141.620**	**12.335.451**		**677.477.071**
Passivo				
Circulante	**304.810.172**	–		**304.810.172**
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	232.207.045	–		232.207.045
Provisão de contraprestações	13.065.799	–		13.065.799
Provisão de contraprestação não ganha (PPCNG)	13.035.129	–		13.035.129
Provisão de Insuficiência de Prêmios	–			–
Provisão para emissão	30.670	–		30.670
Provisão de eventos a liquidar para SUS	56.340.421	–		56.340.421
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais	47.613.020	–		47.613.020
Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	115.187.805	–		115.187.805
Débitos de operações de assistência à saúde	4.804.992	–		4.804.992
Contraprestações/prêmios a restituir	8.832	–		8.832
Receita antecipada de contraprestações/prêmios	2.080.365	–		2.080.365
Comercialização sobre operações	2.715.795	–		2.715.795
Operadoras de planos de assistência à saúde	–	–		–
Débitos com operações de assistência à saúde não relacionadas com plano de saúde da operadora	34.377	–		34.377
Provisões	5.147.168	–		5.147.168
Provisão para imposto de renda e contribuição social	5.147.168	–		5.147.168
Tributos e encargos sociais a recolher	10.798.884	–		10.798.884
Empréstimos e financiamentos a pagar	–	–		–
Débitos diversos	51.817.706	–		51.817.706
		–		
Não circulante	**142.595.778**	**4.114.871**		**146.710.650**
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	19.816.792	3.025.573		22.842.366
Provisão para remissão	477.163	–		477.163
Provisão de eventos a liquidar para SUS	19.339.629	3.025.573	(a)/(b)/(c)	22.365.203
Provisões	97.481.704	1.089.298		98.571.002
Provisões para tributos diferidos	–	1.089.298	(d)	1.089.298
Provisões para ações judiciais	97.481.704	–		97.481.704
Tributos e encargos sociais a recolher	5.009.885	–		5.009.885
Parcelamento de tributos e contribuições	5.009.885	–		5.009.885
Empréstimos e financiamentos a pagar	–	–		–
Débitos diversos	20.287.397	–		20.287.397
		–		
Patrimônio líquido	**217.735.670**	**8.220.579**		**225.956.249**
Capital Social	430.348.766	–		430.348.766
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	16.500.000	–		16.500.000
Reservas:	**2.919.863**	–		**2.919.863**
Reserva de capital/reservas patrimoniais	2.919.863			2.919.863
Prejuízos acumulados	(232.032.959)	8.220.579		(223.812.380)
Total do passivo e patrimônio líquido	**565.141.620**	**12.335.451**		**677.477.071**

Ativo	31 de dezembro de 2023 (Publicado)	Ajustes		Consolidado 31 de dezembro de 2023 (Representado)
Circulante	**307.011.767**	–		**307.011.767**
Disponível	7.671.164	–		7.671.164
Realizável	299.340.603	–		299.340.603
Aplicações financeiras	182.777.636	–		182.777.636
Aplicações garantidoras de provisões técnicas	182.731.024	–		182.731.024
Aplicações livres	46.612	–		46.612
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	55.688.986	–		55.688.986
Contraprestações pecuniárias a receber	54.914.412	–		54.914.412
Participação de beneficiários em eventos/sinistros indenizáveis	731.334	–		731.334
Operadoras de planos de assistência à saúde	34.413	–		34.413
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde	8.827	–		8.827
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	10.042.445	–		10.042.445
Despesas de comercialização	13.501.125	–		13.501.125
Créditos tributários e previdenciários	17.879.017	–		17.879.017
Bens e títulos a receber	19.356.743	–		19.356.743
Despesas antecipadas	94.651	–		94.651
Não circulante	**436.676.828**	**12.335.451,21**		**449.012.279**
Realizável a longo prazo	**231.689.640**	**12.335.451,21**		**244.025.091**
Aplicações financeiras	–	–		–
Aplicações livres	–	–		–
Títulos e créditos a receber	193.933	–		193.933
Despesas de comercialização diferidas	–	–		–
Ativo fiscal diferido	63.926.322	2.057.390,26	(d)	65.983.712
Depósitos judiciais e fiscais	64.659.591	21.960.309,07	(a)/(b)/(c)	86.619.900
Outros créditos a receber a longo prazo	102.909.794	(11.682.248,12)	(a)/(b)/(c)	91.227.546
Investimentos	**3.007.868**	–		**3.007.868**
Participações societárias pelo método de equivalência patrimonial	–	–		–
Participações societárias em operadoras de plano de assistência à saúde	–	–		–
Participações societárias em rede assistencial	–	–		–
Participações societárias em outras sociedades	–	–		–
Outros investimentos	3.007.868	–		3.007.868
Imobilizado	**200.823.577**	–		**200.823.577**
Imóveis de uso próprio	51.339.623	–		51.339.623
Imóveis - hospitalares/odontológicos	34.749.109	–		34.749.109
Imóveis - não hospitalares/odontológicos	16.590.514	–		16.590.514
Imobilizado de uso próprio	28.509.196	–		28.509.196
Imobilizado - hospitalares/odontológicos	24.435.592	–		24.435.592
Imobilizado - não hospitalares/odontológicos	4.073.604	–		4.073.604
Imobilizações em curso	32.397.962	–		32.397.962
Outras imobilizações	88.576.796	–		88.576.796
Direito de uso de arrendamento	–	–		–
Intangível	1.155.743	–		1.155.743
Total do ativo	**743.688.595**	**12.335.451,21**		**756.024.046**

Passivo	31 de dezembro de 2023 (Publicado)	Ajustes		Consolidado 31 de dezembro de 2023 (Representado)
Circulante	**330.519.087**	–		**330.519.087**
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	232.207.045	–		232.207.045
Provisão de contraprestações	13.065.799	–		13.065.799
Provisão de contraprestação não ganha (PPCNG)	13.035.129	–		13.035.129
Provisão de Insuficiência de Prêmios	–			–
Provisão para emissão	30.670	–		30.670
Provisão de eventos a liquidar para SUS	56.340.421	–		56.340.421
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais	47.613.020	–		47.613.020
Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	115.187.805	–		115.187.805
Débitos de operações de assistência à saúde	4.804.992	–		4.804.992
Contraprestações/prêmios a restituir	8.832	–		8.832
Receita antecipada de contraprestações/prêmios	2.080.365	–		2.080.365
Comercialização sobre operações	2.715.795	–		2.715.795
Operadoras de planos de assistência à saúde	–	–		–
Débitos com operações de assistência à saúde não relacionadas com plano de saúde da operadora	384.653	–		384.653
Provisões	5.147.168	–		5.147.168
Provisão para imposto de renda e contribuição social	5.147.168	–		5.147.168
Tributos e encargos sociais a recolher	13.037.485	–		13.037.485
Empréstimos e financiamentos a pagar	215.655	–		215.655
Débitos diversos	74.722.089	–		74.722.089
		–		
Não circulante	**195.433.838**	**4.114.871**		**199.548.710**
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	19.816.792	3.025.573		22.842.366
Provisão para remissão	477.163	–		477.163
Provisão de eventos a liquidar para SUS	19.339.629	3.025.573	(a)/(b)/(c)	22.365.203
Provisões	100.976.337	1.089.298		102.065.635
Provisões para tributos diferidos	58.704	1.089.298	(d)	1.148.002
Provisões para ações judiciais	100.917.633	–		100.917.633
Tributos e encargos sociais a recolher	5.009.885	–		5.009.885
Parcelamento de tributos e contribuições	5.009.885	–		5.009.885
Empréstimos e financiamentos a pagar	–	–		–
Débitos diversos	69.630.824	–		69.630.824
Patrimônio líquido	**217.735.670**	**8.220.579**		**225.956.249**
Capital Social	430.348.766	–		430.348.766
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	16.500.000	–		16.500.000
Reservas:	**2.919.863**	–		**2.919.863**
Reserva de capital/reservas patrimoniais	2.919.863			2.919.863
Prejuízos acumulados	(232.032.959)	8.220.579		(223.812.380)
Total do passivo e patrimônio líquido	**743.688.595**	**12.335.451**		**756.024.046**

DIRETORIA

Fernando Miguel Augusto - *Diretor de Contabilidade - CRC SP 319932/O-0*
Thiago Fontelles Freitas - *Gerente de Demonstrações Financeiras*

CONTADOR

Emanuel Oliveira Jorge de Lima - *Gerente de Contabilidade*

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores, Acionistas e Conselheiros da entidade **Notre Dame Intermédica Minas Gerais Saúde S.A** - CNPJ 62.550.256/0001-20 - São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da entidade **Notre Dame Intermédica Minas Gerais Saúde S.A**, identificadas como controladora e consolidada, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade **Notre Dame Intermédica Minas Gerais Saúde S.A** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

continua ★

→★ continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA NOTRE DAME INTERMÉDICA MINAS GERAIS SAÚDE S.A.

Base para Opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas". Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 4.5.20 às demonstrações contábeis, que descreve os efeitos da reapresentação dos saldos do exercício de 2023, em decorrência de retificação de "erros" no reconhecimento de ativos, passivos e transações contábeis. Essa reapresentação impactou os valores divulgados nas demonstrações contábeis do exercício de 2023. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Outras Informações que acompanham as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas e o Relatório do Auditor:** A administração da entidade é responsável por essas outras informações obtidas até a data deste relatório, que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração obtido antes da data deste relatório, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da Governança pelas Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança mas não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade e suas controladas; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 27 de fevereiro de 2025

GRUNITZKY - Auditores Independentes S/S
CRC PR-004.552/O-5 S/SP
CVM 7862

Charles André Rovigo
CRC PR-042.964/O-6 S/SP
CNAI 2908

seminários**folha** ★★★

saúde
tecnologia
cultura
diversidade
economia
cibersegurança
meio ambiente
educação
agronegócio
indústria
saneamento
sustentabilidade
e muito mais

Os temas mais necessários e relevantes a um play de distância de você.

Existem discussões que não podem mais ser adiadas. Com o propósito de contribuir com ideias para solucionar os maiores desafios do país, a **Folha** promove debates importantes sobre temas essenciais à nossa realidade. Todos abordados com a credibilidade, o criticismo e o pluralismo que caracterizam o jornal.

Acesse o site
folha.com/seminariosfolha





CONCESSIONÁRIA RODOVIA DOS TAMOIOS S.A.

CNPJ nº 21.581.284/0001-27

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente em 31 de dezembro de 2024

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	324.956	318.650
Contas a receber	6	14.053	12.752
Estoques		1.517	1.175
Impostos a recuperar	7	5.949	4.713
Adiantamentos a fornecedores	8	3.115	35.728
Outros ativos	9	6.120	16.410
Ativo financeiro - concessão de serviços públicos	10	32.012	34.276
Total do ativo circulante		**387.722**	**423.904**
Ativo não circulante			
Contas a receber	6	4.269	8.881
Impostos diferidos	7	29.488	-
Imobilizado	11	9.043	4.803
Intangível	12	268.671	224.859
Total do ativo não circulante		**311.471**	**238.543**
Total do ativo		**699.193**	**662.447**

Passivo e patrimônio líquido	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Passivo circulante			
Debêntures	13	20.580	5.371
Fornecedores	14	10.362	15.131
Salários e encargos sociais	15	4.833	4.274
Obrigações tributárias	16	7.580	24.096
Outros passivos	17	4.524	3.834
Total do passivo circulante		**47.879**	**53.606**
Passivo não circulante			
Obrigações tributárias	16	271.945	257.455
Provisão para demandas judiciais	18	2.630	6.712
Provisão para manutenção	19	24.171	41.428
Debêntures	13	86.933	101.507
Outros passivos	17	8.076	8.046
Total do passivo não circulante		**393.761**	**415.148**
Patrimônio líquido	20		
Capital social		137.151	137.151
Reservas		120.402	56.542
Total do patrimônio líquido		**257.553**	**193.693**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**699.193**	**662.447**

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - (Valores expresso em milhares de reais)

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Receita líquida	21	1.375.673	1.467.552
Custos	22	(1.238.403)	(1.342.807)
Resultado bruto		**137.270**	**124.745**
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	22	(115.250)	(92.903)
(Provisão) reversão para manutenção		3.309	(9.401)
Depreciação e amortização	11/12	(15.115)	(9.075)
Outros resultados operacionais		22	31
Total		**(127.052)**	**(101.348)**
Resultado operacional antes do resultado financeiro líquido		**10.218**	**23.397**
Receitas financeiras	24	34.189	44.165
Despesas financeiras	24	(20.021)	(15.482)
Resultado financeiro		**14.168**	**28.681**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		**24.386**	**52.078**
Imposto de renda e contribuição social corrente	25	(11.874)	(14.581)
Imposto de renda e contribuição social diferido	25	51.348	(21.799)
Lucro líquido do exercício		**63.860**	**15.898**

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expresso em milhares de reais)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	**63.860**	**15.898**
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	**63.860**	**15.898**

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expresso em milhares de reais)

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		**24.386**	**52.078**
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Ajustes para conciliar o resultado às demonstrações geradas pelas atividades operacionais:			
Depreciação do imobilizado	11	418	367
Amortização do intangível	12	14.697	8.707
Juros sobre debêntures	13	13.483	14.205
Provisão para demandas judiciais	18	(4.079)	3.396
Baixas do intangível	12	4.819	-
Provisão para manutenção	19	(17.257)	(3.845)
Lucro ajustado		**36.467**	**74.908**
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber de clientes - Ativo circulante e não circulante		3.311	(9.567)
Estoques		(142)	(402)
Impostos a recuperar		(1.236)	19.118
Adiantamentos a fornecedores		32.613	(30.883)
Outros ativos - Ativo circulante e não circulante		10.290	5.837
Ativos e passivos financeiros - concessão de serviços públicos		2.264	(34.276)
Fornecedores		(4.769)	7.432
Obrigações sociais e trabalhistas		559	1.499
Obrigações tributárias - Passivo circulante e não circulante		17.958	32.874
Pagamentos de juros		(8.436)	(3.896)
Outras contas a pagar - Passivo circulante e não circulante		720	(43.654)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**89.599**	**18.990**
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		**(10.895)**	**(8.086)**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Adições no imobilizado	11	(4.658)	-
Adições no intangível	12	(63.359)	(20.371)
Recebimento na venda de imobilizado	12	31	41
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos		**(67.986)**	**(20.330)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Debêntures - Passivo circulante e não circulante	13	(4.412)	(4.099)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamentos		**(4.412)**	**(4.099)**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		**6.306**	**(13.525)**
Variação no saldo de caixa e equivalentes de caixa			
Saldos iniciais de caixa mais equivalentes de caixa		318.650	332.175
Saldos finais de caixa mais equivalentes de caixa		324.956	318.650
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		**6.306**	**(13.525)**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expresso em milhares de reais)

			Reservas			
	Notas	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**137.151**	**2.033**	**38.611**	-	**177.795**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	15.898	15.898
Constituição de reserva legal e de reserva de retenção de lucros	20(c)	-	795	15.103	(15.898)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**137.151**	**2.828**	**53.714**	-	**193.693**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	63.860	63.860
Constituição de reserva legal e de reserva de retenção de lucros	20(c)	-	3.193	60.667	(63.860)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**137.151**	**6.021**	**114.381**	-	**257.553**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional - A Concessionária Rodovia dos Tamoios S.A. (Companhia), endereço Rodovia dos Tamoios, s/n, KM 66-400, Zona Rural, Caraguatatuba - SP, CEP 12246-870, tem como objeto social a exploração da infraestrutura e da prestação de serviços públicos de operação e manutenção dos trechos da Rodovia SP 099, compreendidos entre os quilômetros 11+500 km e 83+400 km, das SPAs 032/099, 033/099, 035/099 e 037/099, assim como a operação e manutenção dos Contornos Viários de Caraguatatuba e São Sebastião, quando entregues pelo Poder Concedente, bem como a execução de obras civis para a construção da Ampliação Principal do trecho compreendido entre os quilômetros 60+480 km e 82+000 km da Rodovia SP 099 (objeto de Concessão). A Companhia iniciou sua arrecadação de pedágio em 1º de julho de 2015 e o período de concessão irá até abril de 2045. No dia 27 de agosto de 2021 por intermédio da assinatura do Termo Aditivo Modificativo nº 6, foi transferido ao escopo da Concessionária a obrigação contratual originalmente atribuída ao Poder Concedente de execução das obras remanescentes dos Contornos Viários de Caraguatatuba e São Sebastião. No dia 17 de fevereiro de 2023 por intermédio da assinatura do Termo Aditivo Modificativo nº9, foi transferido ao escopo da Concessionária a obrigação contratual originalmente atribuída ao Poder Concedente de execução das obras remanescentes da Automação dos Contornos Viários de Caraguatatuba e São Sebastião. A obra foi inaugurada dia 18 de novembro de 2024. Em 26 de março de 2022 houve a finalização da obra e inauguração do Novo Trecho de Serra. Denominada como ampliação principal, refere-se a obra de duplicação compreendida entre os quilômetros 60+480 km e 82+000 km da Rodovia SP 099. O novo trecho faz parte do contrato de concessão e tem vigência até o ano de 2045. No dia 17 de fevereiro de 2023 por intermédio da assinatura do Termo Aditivo Modificativo nº10, foi transferido ao escopo da Concessionária a obrigação de execução das Obras e Serviços do Planalto - Fase 1. A obra foi inaugurada em 28 de junho de 2024. No dia 25 de março de 2024 por intermédio da assinatura do Termo Aditivo Modificativo nº12, foi identificado a materialização do Risco Geológico relacionado aos túneis do Trecho de Serra da Rodovia dos Tamoios - SP 099, tendo sido reconhecido esse evento como EVENTO DE DESEQUILÍBRIO. No dia 11 de outubro de 2024 por intermédio da assinatura do Termo Aditivo Modificativo nº15, foi transferido ao escopo da Concessionária a obrigação de execução das Obras e Serviços do Planalto - Fase 2. **2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis - 2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis - a) Declaração de conformidade** - As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base nas políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei Societária Brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábeis-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão. A administração entende que a Companhia atende aos preceitos do ICPC 01 (R1), que trouxe uma mudança na forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas sujeitas ao alcance do referido normativo contábil. O ICPC 01 (R1) determina que a infraestrutura dentro do seu alcance não será registrada como ativo imobilizado do concessionário, uma vez que o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controlar o uso da infraestrutura dos serviços públicos. Este é um dos conceitos mais importantes mencionados nas normas contábeis, em outras palavras, o concessionário deverá registrar tais valores como ativos intangíveis, ativos financeiros ou ambos. As demonstrações contábeis da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram autorizadas para emissão pela administração em 27 de março de 2025. **b) Base de mensuração** - As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto pela valorização de certos ativos financeiros (mensurados a valor justo). A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requerem o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Empresa. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as demonstrações contábeis estão demonstradas na nota explicativa nº4. **c) Moeda funcional e moeda de apresentação** - As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional de apresentação da Companhia. **3. Principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas - 3.1 Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa incluem substancialmente depósitos à vista e certificados de depósitos bancários, denominados em moeda corrente, com alto índice de liquidez de mercado e vencimentos contratuais não superiores a 90 dias e para os quais inexistem multas ou quaisquer outras restrições para seu resgate imediato, junto ao emissor do instrumento. A Companhia possui classificados em caixa e equivalentes de caixa saldos em conta corrente bancária e aplicações financeiras, conforme Nota Explicativa nº 5. **3.2 Instrumentos financeiros - 3.2.1 Ativos financeiros não derivativos** - A Companhia reconhece os ativos financeiros inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia classifica seus ativos financeiros ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os instrumentos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.2.2 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros** - Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo. **3.2.3 Passivos financeiros não derivativos** - A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo os passivos designados pelo valor justo registrados no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte nas disposições contratuais do instrumento. Os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos a valor justo por meio do resultado. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **3.2.4 Instrumentos financeiros derivativos** - A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos. De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia não efetua operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. **3.3 Contas a receber de clientes** - Os créditos a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela arrecadação de pedágio, receitas acessórias, ou pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As receitas de pedágio são registradas pelo valor da tarifa correspondente à categoria do veículo. A administração avalia periodicamente a recuperação dos créditos e concluiu não haver perdas estimadas em seus recebíveis, razão pela qual não constituiu provisão para perdas esperada em 31 de dezembro de 2024 e 2023. **3.4 Estoques** - Estão demonstrados pelo custo médio de aquisição e não excedem ao custo de reposição ou valores líquidos de realização. **3.5 Concessão de serviços públicos** - O ativo ou passivo financeiro está demonstrado como o reconhecimento do aporte a receber do poder concedente para as obras de implantação da nova pista para duplicação do Trecho Serra da SP 099 (Ampliação principal) que, de acordo com o disposto no contrato de Concessão Patrocinada e ajustado conforme TAM nº 01/2017, em fevereiro de 2017, será efetuado por 60 meses, sendo posteriormente prorrogado para o mês de fevereiro de 2022, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1. Em agosto de 2021 por intermédio da assinatura do Termo Aditivo Modificativo nº6, foi transferido ao escopo da Concessionária a obrigação contratual originalmente atribuída ao Poder Concedente de execução das obras remanescentes dos Contornos Viários de Caraguatatuba e São Sebastião, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1. No dia 17 de fevereiro de 2023 por intermédio da assinatura do Termo Aditivo Modificativo nº 9, foi transferido ao escopo da Concessionária a obrigação contratual originalmente atribuída ao Poder Concedente de execução das obras de Implantação da Automação dos Contornos Viários de Caraguatatuba e São Sebastião. No dia 17 de fevereiro de 2023 por intermédio da assinatura do Termo Aditivo Modificativo nº 10, foi transferido ao escopo da Concessionária a obrigação de execução das Obras e Serviços do Planalto - Fase 1. A obra foi inaugurada em 28 de junho de 2024. Conforme ICPC 01 (R1), durante a fase de construção, o ativo operador (que representa seu direito acumulado a ser pago pelo fornecimento/prestação de serviços de construção) deve ser classificado como ativo financeiro quando ele representar caixa ou outro Ativo Financeiro devido pelo Poder Concedente, ou conforme sua instrução. **3.6 Imobilizado** - O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição ou formação e deduzido da depreciação, calculada pelo método linear, a taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, apropriada ao resultado do exercício e perdas ao valor recuperável, se for o caso. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e pode incluir os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores. Os encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinado para o item do imobilizado aos quais foram incorporados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais líquidas", quando aplicável, na demonstração do resultado. **3.7 Intangível - 3.7.1 Infraestrutura** - A Companhia reconhece um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços quando ele tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, conforme interpretação técnica ICPC 01 (R1), item 17, mediante o qual são estimados o valor justo de construção e outros custos incorridos na infraestrutura. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, o qual inclui os custos de empréstimo capitalizados, durante a fase de construção. O reconhecimento do valor justo dos ativos intangíveis decorrentes de contratos de concessão está sujeito a pressupostos e estimativas, bem como a utilização de diferentes premissas que possam afetar os saldos registrados. Os ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão tiveram sua amortização iniciada a partir da cobrança do pedágio, sendo o prazo equivalente à curva de demanda estimada. **3.7.2 Software** - As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os ativos e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável às taxas anuais. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. **3.8 Fornecedores** - As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **3.9 Provisão para demandas judiciais** - As provisões para demandas judiciais (cível, trabalhista e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; (iii) e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões foram constituídas conforme parecer de seus assessores jurídicos, sendo as mesmas consideradas suficientes para cobrir eventuais perdas. **3.10 Provisão para manutenção** - As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade, ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada, antes de ser devolvida ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidação da obrigação presente na data do balanço. Considera-se uma obrigação presente de manutenção, somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída, e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários. A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão, trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio. Para fins de cálculo do valor presente, a taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento. **3.11 Reconhecimento da receita** - A Companhia reconhecerá a receita quando o valor dela puder ser mensurado com segurança, e for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma de suas atividades, conforme descrição a seguir: **3.11.1 Receita de serviços** - A receita de serviços somente é reconhecida quando da efetiva execução dos serviços contratados e na medida em que os custos relacionados a esses serviços possam ser mensurados confiavelmente e o valor da receita possa ser mensurado com segurança e seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia. **3.11.2 Receita de construção** - A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o ICPC (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) 01, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do Poder Concedente (ativo financeiro) pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita. A receita é reconhecida sobre os custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão. **Receita financeira** - A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (impairment) é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber. **3.12 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos** - A Companhia optou pelo lucro real como forma de tributação. Dessa forma o imposto de renda é calculado à alíquota de 15% acrescidos do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. A despesa com imposto de renda e contribuição social, quando aplicável, compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do período, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. Quando aplicável, a Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. **3.13 Pronunciamentos, normas e interpretações novas e ainda não adotadas - Normas revisadas com adoção a partir de 1º de janeiro de 2024:** A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. • Alterações ao CPC 06 (R2): Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento); • Alterações ao CPC26 (R1): Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante; • Acordos de Financiamento de fornecedores - Alterações ao CPC 03 (R2) e CPC 40 (R1). Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia. **Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2024:** • Alterações ao CPC 36 (R3) e CPC 18 (R3); • Alterações ao CPC 02; • Alterações ao CPC 40 (R1) e ao CPC 48 - classificação e mensuração de instrumentos financeiros; • Contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - Emendas ao CPC 48 e ao CPC 40 (R1); • Melhorias Anuais nas Normas Contábeis — Volume 11. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia. **4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos** - As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para período, estão contemplados a seguir: **a) Contabilização de contratos de concessão** - Na contabilização do Contrato de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerado no Contrato de Concessão. **b) Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis** - A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível. **c) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos** - A Companhia está sujeita ao imposto de renda e contribuição social com base nas alíquotas vigentes. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessa avaliação é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado. **d) Provisão para manutenção** - Provisão para manutenção e obras futuras decorrentes dos gastos estimados, para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia, e provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões é calculada, anualmente, por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos, para fazer frente às respectivas obrigações (estimado para o ciclo de investimento - 05 anos), e descontado por meio da aplicação da taxa de desconto, conforme a dívida da Concessionária. **e) Passivos contingentes** - A Companhia é parte envolvida em processos cíveis e trabalhistas que se encontram em instâncias diversas. As provisões para demandas judiciais, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas. **f) Determinação das receitas de construção** - A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com a Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, ICPC 01, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do Poder Concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa que efetua os serviços de construção. **g) Perda (impairment) estimada de ativos financeiros e não financeiros** - A Companhia verifica se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que podem ser estimados de maneira confiável. Os ativos que têm uma vida útil indefinida, e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (impairment). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Os ativos não financeiros que tenham sido ajustados por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não foram identificadas pela administração, evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de impairment dos ativos não financeiros. **5. Caixa e equivalentes de caixa**

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa	5	8
Numerários em trânsito (i)	1.735	1.022
Banco conta movimento	1.645	1.228
Aplicações financeiras		
Poupança	5.434	5.156
Títulos de renda fixa (ii)	316.137	311.236
Total	**324.956**	**318.650**

(i) o saldo se refere a numerários recebidos dos clientes e que em função do float das instituições financeiras, só serão repassados à Concessionária em data futura. (ii) o saldo de aplicações financeiras é composto basicamente por Certificados de Depósito Bancários (CDB) junto ao Banco Bradesco, e foi apresentada uma rentabilidade de 102% do CDI em 2023 e 101% em 2024 e depósitos de poupança que está relacionado ao licenciamento ambiental conforme Nota Explicativa nº 17. **6. Contas a receber de clientes** - Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Empresa apresentava os seguintes saldos de contas a receber:

	2024	2023
Contas a receber - Circulante (i)	14.053	12.752
Contas a receber - Não circulante (ii)	4.269	8.881
Total	**18.322**	**21.633**

(i) Os saldos de contas a receber de clientes, correspondem em sua maioria sobre os pedágios eletrônicos. Referem-se aos clientes CGMP, Move Mais, Conectcar, Greenpass com vencimentos para 30 dias; (ii) Em 2018 foi celebrado um contrato de locação de rede apagada com a empresa Multivale Engenharia e Serviços Ltda. A Companhia fornecerá um par de fibras ópticas apagadas e realizará a manutenção durante quinze anos, iniciados em 17 de dezembro de 2018. As quantias referentes às parcelas de 30% e 40% do valor total já foram recebidas, respectivamente, em dezembro de 2018 e abril de 2019. Os 30% restantes serão recebidos por meio de 15 parcelas anuais. O saldo das contas a receber vencidos e a vencer podem ser assim demonstrados: ***Aging list***

	2024	2023
A vencer	-	-
Vencidos até 30 dias	14.053	12.753
Total	**14.053**	**12.753**

7. Impostos a recuperar: Os saldos dos impostos a recuperar estão demonstrados a seguir

	2024	2023
IRRF sobre aplicações financeiras	-	1.592
IRPJ base negativa	5.949	3.120
CSLL base negativa	-	1
Total impostos a recuperar	**5.949**	**4.713**

Os saldos dos impostos diferidos estão demonstrados a seguir

	2024	2023
Base de Cálculo	**86.800**	-
Imposto de renda diferido (i)	21.676	-
Contribuição social diferida (i)	7.812	-
Total impostos diferidos	**29.488**	-

(i) os impostos diferidos foram constituídos sobre as diferenças temporárias e prejuízos fiscais anteriores. A Companhia avaliou o prazo para compensação de seus créditos de tributos diferidos por meio da projeção de seu lucro tributável para os próximos 5 anos, considerando fatores macroeconômicos que preveem um incremento de receita a partir de investimento decorrentes de novas demandas. No ano de 2024 foram compensados o valor de R$ 6.219. **8. Adiantamentos a fornecedores**

	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamento a fornecedores	3.115	35.728
Total	**3.115**	**35.728**

O saldo de adiantamento de fornecedores é composto basicamente por valores adiantados a fornecedores de materiais e serviços aplicados nas construções em andamento. Sua redução é decorrente de custos incorrido de valores adiantados a fornecedores baixados em 2024. **9. Outros ativos**

	2024	2023
Prêmio de seguros (i)	4.663	15.228
Juros a transcorrer	1.457	1.179
Outras despesas pagas antecipadamente	-	3
Total	**6.120**	**16.410**

(i) os valores pagos a título de seguros, são transferidos para resultado na medida do transcurso do período contratado. Em 2024, a obra do passivo do planalto fase 1 foi entregue, conforme Nota nº 1, o que resultou na redução dos saldos de 2024. **10. Ativos financeiro - concessão de serviços públicos**

Movimentação dos saldos de Concessão de serviços públicos para ativos financeiros:

	2024	2023
Saldo inicial Ativo	**34.276**	-
Adições	1.268.891	1.317.567
Baixas	(1.271.155)	(1.283.291)
Saldo final Ativo	**32.012**	**34.276**

O ativo financeiro refere-se ao direito incondicional de receber e pagar caixa do poder concedente pela implantação da infraestrutura. O recebimento dos aportes segue o que está descrito no fluxo de desembolso das parcelas do Aporte de Recursos conforme TAM nº 01/2017 (Ampliação Principal), TAM nº 06/2021 (Risco Geológico), TAM nº 05/2021 (Obra Civil Contornos), TAM nº 008 (Automação dos Contornos), TAM nº 010 (Passivo do Planalto Fase 1), TAM nº 012 (Risco Geológico Túneis de serviço e Ligação) e TAM nº 015 (Passivo do Planalto Fase 2). **11. Imobilizado:**

	Taxa de depreciação	31/12/2024	31/12/2023
Fibra ótica	4%	8.867	4.531
Benfeitoria em imóveis de terceiros	10%	176	272
Total		**9.043**	**4.803**

Movimentação dos saldos de imobilizados para 2024 podem ser assim demonstrados

	%	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo em 31/12/2024
Fibra Ótica	4%	4.531	4.630	-	(294)	8.867
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	272	28	-	(124)	176
Total		**4.803**	**4.658**	-	**(418)**	**9.043**

Movimentação dos saldos de imobilizados para 2023 podem ser assim demonstrados

	%	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo em 31/12/2023
Fibra Ótica	4%	4.774	-	-	(243)	4.531
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	396	-	-	(124)	272
Total		**5.170**	-	-	**(367)**	**4.803**

12. Intangível

	%	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Amortização (*)	Saldo em 31/12/2024
Instalações	60%	149.670	42.180	(10)	(1.780)	190.061
Equipamentos, veículos e sistemas de controle	14%	37.226	20.351	(2.006)	(2.437)	53.134
Desapropriações	4%	8.163	243	-	(533)	7.873
Conservação especial	6%	12.156	-	(7.781)	(794)	8.581
Elementos de segurança	1%	3.088	750	-	(202)	3.636
Resultado financeiro	5%	11.511	1.204	-	(752)	11.963
Meio ambiente	1%	1.221	125	(60)	(80)	1.216
Outros	0%	1.824	505	(2)	(119)	2.208
Total		**224.859**	**63.359**	**(4.850)**	**(14.697)**	**268.671**

(*) a amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado, por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, pois esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A taxa média de amortização no ano de 2024 foi de 0,18%. **Contrato de concessão - infraestrutura** - O custo relativo à infraestrutura é calculado pela apropriação do custo incorrido na formação do intangível e refere-se aos custos dos investimentos em bens reversíveis ao Poder Concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão. Movimentação dos saldos de intangíveis podem ser assim demonstrados.

Movimentação	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**213.236**
(+) Adições	20.371
(-) Baixas	(41)
(-) Amortizações	(8.707)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**224.859**
(+) Adições (i)	63.359
(-) Baixas	(4.850)
(-) Amortizações	(14.697)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**268.671**

(i) as adições de 2024 referem-se as obras dos SAU 3 e 4 (Sistemas de Atendimento ao Usuário), WIFI (Equipamentos).

13. Debêntures - Em 25 de abril de 2022 a Companhia celebrou a 2ª (Segunda) Emissão Pública de Debêntures Privadas Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única no valor total de R$ 100.000 (cem milhões de reais). A emissão se deu através do enquadramento do "projeto" como prioritário pelo Ministério da Infraestrutura nº 1.561, de 24 de dezembro de 2021, publicado no Diário Oficial da União (DOU) em 30 de dezembro de 2021. A Debênture terá prazo de 10 (dez) anos e 20 (vinte) dias, vencendo-se, portanto, em 15 de maio de 2032. Sobre o valor nominal unitário atualizado incidirão juros remuneratórios pré-fixados, pagos semestralmente à taxa de juros de IPCA+ 7,6081 a.a. Em 16 de novembro de 2022, a Companhia realizou o pagamento da primeira parcela de juros no valor de R$ 3.910. Dia 15 de maio de 2023 efetuou o pagamento da segunda parcela de juros no valor de R$ 3.896. No dia 16 de novembro de 2023 efetuou o pagamento da terceira parcela no valor de R$ 4.099. Em 15 de maio de 2024 efetuou o pagamento da quarta parcela de juros no valor de R$ 4.040. Em 18 de novembro de 2024 efetuou o pagamento da quinta parcela de juros no valor de R$ 4.395. Em 18 de novembro de 2024 efetuou o pagamento da primeira parcela do principal no valor de R$ 4.412. **Cláusulas restritivas (covenants)** - A Companhia obriga-se a cumprir determinadas cláusulas restritivas (covenants), sob pena de ter decretado o vencimento antecipado de suas dívidas, a saber: (i) manutenção de garantias, (ii) ausência de títulos protestados, (iii) ausência de encerramento de conta depósito no banco, (iv) ausência de solicitação de recuperação judicial, entre outros. A Companhia está em dia com as obrigações financeiras. **Debêntures passivo:**

	2024	2023
Debêntures - Circulante	20.580	5.371
Debêntures - Não circulante (ii)	86.933	101.507
Total debentures a pagar	**107.513**	**106.878**

Movimentação dos saldos de debêntures passivo circulante e não circulante:

	Total Circulante	Total não circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	**100.669**
(+) Transferência	6.513	(6.514)
(+) Juros	2.957	11.248
(-) Pagamentos de Principal	(4.099)	-
(-) Pagamentos de Juros	-	(3.896)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**5.371**	**101.507**
(+) Transferência	11.162	(11.162)
(+) Juros	8.087	5.396
(-) Pagamentos de Principal	-	(4.412)
(-) Pagamentos de Juros	(4.040)	(4.396)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**20.580**	**86.933**

14. Fornecedores

	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores nacionais	10.362	15.131
Total	**10.362**	**15.131**

São registradas nessa conta os valores a pagar referente a aquisição de bens e serviços, para execução das obras, conservação e rotina da rodovia, além de custos operacionais e despesas administrativas.

15. Salários e encargos sociais

	31/12/2024	31/12/2023
Salários a pagar	32	25
Provisões de férias e encargos	3.327	2.925
IRRF de empregados a recolher	551	505
INSS a recolher	650	597
FGTS a recolher	243	215
Total	4.833	4.274

16. Obrigações tributárias

	31/12/2024 Circulante	31/12/2024 Não circulante	31/12/2023 Circulante	31/12/2023 Não circulante
PIS a recolher (ii)	262	-	202	-
Cofins a recolher (ii)	1.725	-	961	-
CSLL a recolher (i)	72	-	563	-
IRRF s/ terceiros a recolher	34	-	37	-
ISS s/ terceiros a recolher	3.869	-	21.925	-
ISS a recolher	1.154	-	1.078	-
INSS s/ terceiros a recolher	175	-	137	-
Pis/Cofins/CSLL terceiros a recolher	152	-	103	-
Outras obrigações tributárias	27	-	-	-
IRPJ diferido (i)	-	22.992	-	39.037
CSLL diferida (i)	-	8.277	-	14.092
PIS diferido (ii)	-	42.661	-	36.387
Cofins diferido (ii)	-	197.818	-	167.939
Total	7.580	271.948	24.996	257.455

(i) a tributação do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social do Lucro Líquido (CSLL) diferidos se dá mediante a apuração contábil dos resultados, cuja base de cálculo em 31 de dezembro de 2024 foi de R$ 52.291 (R$ 63.406 em 31 de dezembro de 2023). Os reflexos tributários da margem de construção, que é a diferença positiva entre a receita e o custo da construção (demonstrada na Nota Explicativa nº 3 item K (i)), para fins de apuração dos referidos tributos devem ser diferidos para serem tributados quando da entrada em operação da infraestrutura (Lei nº 11.078/04 - artigo 6 - § 3 - inciso I e IN 1700/17 - art. 171 § 1,2 e 3). (ii) o PIS e Cofins diferidos foram reconhecidos de acordo com a Lei nº 11.079/04, que determina a tributação dos aportes de recursos pelo prazo restante do contrato, considerando a data partir do início da prestação dos serviços públicos, sendo apurado pelo regime cumulativo com alíquota de 0,65% (PIS) a 3% (Cofins). Em março com a entrega da obra da ampliação principal começou o recolhimento dos impostos.

	Saldo em 31/12/2022	Adições ampliação principal	Adições obra civil	Adições passivo do planalto	Adições automação dos contornos	Exclusões pagamento	Saldo em 31/12/2023
PIS diferido	28.456	337	2.856	1.453	4.129	(914)	36.387
Cofins diferido	131.334	1.557	13.320	6.859	19.059	(4.220)	167.939
Total	159.790	1.894	16.206	8.382	23.188	(5.134)	204.326

	Saldo em 31/12/2023	Adições ampliação principal	Adições obra civil Contornos	Adições passivo do planalto fase 1	Adições automação dos contornos	Adições passivo do planalto fase 2	Adições Fluxo Rate Chuco	Exclusões pagamento	Saldo em 31/12/2024
PIS diferido	36.387	1.816	1.019	736	3.358	691	46	(1.222)	42.661
Cofins diferido	167.939	8.380	4.701	3.396	15.638	3.192	213	(5.641)	197.818
Total	204.326	10.196	5.720	4.132	19.026	3.883	259	(6.863)	240.679

17. Outros passivos

	2024	2023
Outros passivos - Circulante (i)	4.524	3.834
Outros passivos - Não circulante (ii)	8.076	8.046
Total	12.600	11.880

(i) Refere-se ao recebimento antecipado de parcelas do contrato de locação de fibra óptica apagada (vide Nota Explicativa nº 11), que será amortizado conforme o tempo de duração do referido contrato; (ii) refere-se a um Termo de Compromisso de Compensação Ambiental (TCCA), que foi celebrado com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, em decorrência do licenciamento ambiental de duplicação da rodovia. Os valores foram calculados em caráter provisório, considerando o potencial impacto ambiental na forma do Decreto Federal nº 6.848/09, conforme memória de cálculo elaborada pela CETESB e constante no Processo nº 96/2011. A Companhia depositou os valores em conta poupança de sua titularidade, que deverão ser repassados, juntamente com os respectivos rendimentos, ao ente federativo beneficiário, conforme deliberação a ser feita pela Câmara de Compensação Ambiental (CCA). **18. Provisão para demandas judiciais** - As provisões foram constituídas conforme parecer de seus assessores jurídicos, sendo as mesmas consideradas suficientes para cobrir eventuais perdas. A seguir a composição das provisões para demandas judiciais com prognóstico provável em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo não circulante	2.633	6.712
Total	2.633	6.712

	31/12/2024	31/12/2023
Trabalhistas (i)	156	211
Cíveis (ii)	2.477	6.501
Total	2.633	6.712

	31/12/2023	Reversões	Baixas	Adições	31/12/2024
Trabalhistas	211	(91)	-	36	156
Cível (i)	6.501	(4.364)	-	340	2.477
Total	6.712	(4.455)	-	376	2.633

(i) Os valores considerados como reversão de provisão se deram pelo fato da mudança de prognóstico. A Companhia é parte envolvida em processos cíveis, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. As provisões para eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos. Em 31 de dezembro de 2024, de acordo com os referidos consultores legais, havia o montante de R$ 2.633 e em 31 de dezembro de 2023 havia o montante de R$ 6.712 envolvendo riscos de perda classificadas como prováveis, o decréscimo para o período é devido a mudança de prognóstico. Além disso, cabe ressaltar que do montante total de processos envolvendo riscos de perda classificadas como prováveis para 31 de dezembro de 2024, cujo o montante é de R$ 1.939 refere-se aos processos de desapropriação, cujos riscos apesar de estarem relacionados à Concessionária, por força de contrato celebrado entre a Companhia e a parte relacionada EGTC Infra (antiga Engetec), serão reembolsados pela parte relacionada citada em forma de descontos financeiros demonstrados em seus boletins de medições. **Perdas possíveis, não provisionadas no balanço** - Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui ações de naturezas cível e trabalhistas, no montante de R$ 22.533 (R$ 21.368 em 31 de dezembro de 2023) envolvendo riscos de perda classificadas pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para os quais não existem provisões constituídas.

19. Provisão para manutenção

	31/12/2024	31/12/2023
Pavimentos	9.728	12.586
AVP pavimentos	6.079	7.312
Sinalização	3.303	5.384
AVP sinalização	2.259	1.591
Obras de arte especial	890	4.517
AVP obras de arte especial	1.927	2.038
Total	24.171	41.428

A provisão foi constituída considerando os investimentos previstos no contrato de concessão para o período de 05 anos (1º ciclo - de abril de 2016 a março de 2021/2º ciclo - de abril de 2021 a março de 2026), descontados a valor presente, conforme dívida da Concessionária. A determinação da taxa de desconto utilizada está baseada na média ponderada das captações no início do ciclo de investimentos. A Companhia revisa periodicamente os estudos sobre as referidas provisões com base em dados estimados pelos profissionais internos de engenharia e são consideradas suficientes pela sua Administração visando suprir as devidas manutenções futuras. Em 2021, houve o encerramento do 1º ciclo de manutenção de algumas áreas e o início do 2º ciclo de manutenção (que trataná de provisões anuais e vigorará por 05 anos, se encerrando em março de 2026), o qual demandou a projeção e provisionamento dos referidos desembolsos. A movimentação da provisão para manutenção, líquida de ajuste a valor presente, segue demonstrada a seguir:

Saldo em 31/12/2022	45.273
Adições	30.776
Baixas	(34.621)
Saldo em 31/12/2023	41.428
Adições	11.923
Baixas	(29.180)
Saldo em 31/12/2024	24.171

20. Patrimônio líquido - a) Capital social - Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, o capital social subscrito e integralizado é de R$ 137.151, dividido em 109.721.155 (cento e nove milhões, setecentos e vinte e um mil, cento e cinquenta e cinco) ações ordinárias e 27.430.289 (vinte e sete milhões, quatrocentos e trinta mil, duzentos e oitenta e nove) ações preferenciais, sendo todas nominativas e sem valor nominal. **b) Política de distribuição de lucros** - Do lucro líquido do exercício, serão deduzidas as reservas exigidas por lei e outras determinadas por sócios que representem a maioria do capital social, devendo o saldo remanescente ter o destino que os sócios, pelo mesmo quórum, determinarem. Contudo, conforme estabelecido no contrato de emissão das debêntures, a Companhia não pode realizar a distribuição de dividendos até a liquidação total da operação. Por esse motivo, não há registro de proposta de distribuição. **c) Reservas** - Do resultado do exercício apurado na forma da legislação em vigor, serão deduzidos os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto de renda. Do saldo remanescente, configurará o lucro líquido do exercício que terá as seguintes destinações: **1.** 5% para constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social, ficando dispensada a destinação de lucro para esta reserva quando o seu saldo, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei nº 6.404/76, exceder 30% do capital social. **2.** formação de reserva para demandas judiciais, caso haja necessidade, por proposta dos Administradores e aprovado em Assembleia Geral. **3.** constituição de reserva de lucros a realizar, se for o caso, na forma prevista da Lei. **4.** a Assembleia Geral decidirá o destino do lucro líquido remanescente do exercício, nos termos da Lei. **21. Receita líquida:**

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas		
Receitas de obras de infraestrutura (i)	1.242.521	1.381.638
Receitas de pedágio	153.628	138.069
Receitas de contraprestação	40.073	10.547
Receitas acessórias	3.938	3.956
Receita Bruta	1.440.160	1.534.210
Impostos sobre vendas		
ISS	(9.661)	(7.427)
PIS	(8.918)	(9.789)
Cofins	(41.161)	(45.181)
Outras deduções	(4.727)	(4.261)
Total	(64.487)	(66.658)
Receita líquida	1.375.673	1.467.552

(i) o montante de R$ 1.242.521 (de R$ 1.381.638 em 31 de dezembro de 2023) referente à Receita de obras de infraestrutura, nos termos da interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, conforme contrato de concessão vigente. A seguir está demonstrada a composição do PIS e da Cofins.

	31/12/2024	31/12/2023
PIS		
Sobre receitas de pedágios, acessórias e contraprestação	(1.222)	(943)
Sobre obras de infraestrutura	(7.696)	(8.846)
Total	(8.918)	(9.789)
Cofins		
Sobre receitas de pedágios, acessórias e contraprestação	(5.641)	(4.355)
Sobre obras de infraestrutura	(35.520)	(40.826)
Total	(41.161)	(45.181)
Total	(50.079)	(54.970)

22. Custos: O montante de R$ 1.242.521 (R$ 1.381.638 em 31 de dezembro de 2023), refere-se aos custos de obras de infraestrutura reconhecidos tomando-se por base as orientações contidas na interpretação técnica ICPC01 (R1) - Contratos de Concessão. A seguir está demonstrada a conciliação entre os custos de obras de infraestrutura citado acima e o valor reconhecido nas receitas de obras de infraestrutura do exercício, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 21:

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas de obras de infraestrutura - N.E nº 21	1.242.521	1.381.638
Margem de lucro	39.129	10.841
Receitas, líquidas de margem, de obras de infraestrutura	1.281.650	1.392.479
Deduções		
PIS Sobre obras de infraestrutura - N.E nº 21	(7.696)	(8.846)
Cofins Sobre obras de infraestrutura - N.E nº 21	(35.520)	(40.826)
Transferência de ativo	(31)	
Total	(43.247)	(49.672)
Custo de obras de infraestrutura	1.238.403	1.342.807

Os custos de obra são representados basicamente pelos custos incorridos pelas contratadas para a execução das obras de infraestrutura. A Companhia manteve custos incorridos no montante de R$ 1.238.403 em 2024 (R$ 1.342.807 em 2023) referente a custos de obras. **23. Despesas gerais e administrativas** - As despesas administrativas referem-se aos gastos com o pessoal, serviços tomados, materiais de uso e consumo, gastos gerais, conforme demonstrado no quadro a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Salários e remunerações	49.500	35.671
Prestadores de serviços	45.156	32.182
Material equip. e veículos (consumo)	11.729	5.107
Gastos gerais	6.572	5.265
Seguros	1.615	1.042
Provisões (reversões)	296	(2.582)
Outros resultados operacionais	-	134
Total	115.268	82.903

24. Resultado financeiro

Receitas financeiras	31/12/2024	31/12/2023
Rendimento de aplicação financeira	33.813	41.626
Juros ativos	328	42
Descontos obtidos	-	2.431
Variação cambial ativa	22	11
Outras receitas financeiras	-	3
Total	34.163	44.153

Despesas financeiras	31/12/2024	31/12/2023
IOF	18	346
Juros de financ. em moeda nacional	8.057	7.395
Juros sobre atraso de pagamento	2.751	7
Despesas bancárias	2.559	229
Descontos concedidos	4	72
Cide	36	7
IR s/ remessa exterior	144	3
Atualização do principal	5.356	5.505
ISS s/ remessa exterior	19	-
Outras despesas com juros	4	-
Variações cambiais s/ fornec. externos	18	2
Pis s/ receita financeira	290	244
Cofins s/ receita financeira	1.754	1.495
Transferências despesas financeiras	(1.204)	(1.244)
Resultado financeiro	20.001	15.482

25. Imposto de renda e contribuição - A Empresa mantém imposto de renda e contribuição social diferidos ativos calculados sobre diferenças temporárias entre saldos contábeis de ativos e passivos e suas bases fiscais, conforme a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Diferenças temporárias:		
Provisão de manutenção	8.291	-
Prejuízo fiscal	21.197	-
Imposto de renda e da contribuição social diferidos	29.488	-
Imposto de renda e da contribuição social Ativo	29.488	-

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro foram calculados às alíquotas vigentes, 25% (incluso a alíquota adicional de 10%) e 9%, respectivamente. **Conciliação da despesa de Imposto de Renda e da Contribuição Social** - A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social registrada no resultado está demonstrada a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	24.386	52.075
Alíquota nominal	34%	34%
Total imposto de renda e contribuição social pela alíquota	(8.291)	(17.706)
Diferenças permanentes:		
Programa de Alimentação do Trabalhador	(72)	(235)
Despesas não dedutíveis	4.558	14.777
Doação Fiscal Incentivada	(468)	(442)
Exclusões	23.046	3.442
Compensação prejuízo	(15.567)	(16.321)
Alíquota efetiva	34%	34%
Total imposto de renda e contribuição social corrente	(11.874)	(14.381)

Diferido - resultado

	31/12/2024	31/12/2023
CSLL diferido - ICPC 01	4.143	1.605
IRPJ diferido - ICPC 01	11.509	4.460
Contribuição social diferido	9.484	(7.465)
Imposto de renda diferido	26.212	(20.395)
Total	51.348	(21.795)

	31/12/2024	31/12/2023
Contribuição social corrente	(3.332)	(3.994)
Imposto de renda corrente	(8.542)	(10.387)
Total	(11.874)	(14.381)

26. Gestão do risco financeiros - a) Considerações gerais - As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos, definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e atividades da Companhia. As atividades da Companhia as expõem a diversos riscos financeiros: risco de liquidez, risco de crédito e exposição ao risco de taxa de juros. A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar os potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro. **b) Gerenciamentos de riscos** - A Companhia está exposta: (i) a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais; (ii) aos riscos de mercado, decorrentes de variações das taxas de juros e preços; e (iii) aos riscos de crédito, decorrentes da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e outras contas a receber. A gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito se dá através de mecanismos de manutenção de caixa mínimo e acompanhamento do mercado financeiro, buscando minimizar a exposição dos ativos e passivos, de modo a proteger a rentabilidade dos contratos e o patrimônio. **c) Risco de crédito** - O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas de acordo com os limites determinados pela Diretoria. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o período. **d) Gestão de capital** - Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos sócios quotistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para redução de custos. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de distribuição de lucros, devolver capital aos acionistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. A Companhia conta com um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e sua operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. **27. Operações com partes relacionadas**

Adiantamento de fornecedores	31/12/2024	31/12/2023
Alya construtora	-	1.507
Engetec	-	-
Total	-	1.507

Custo com construção	31/12/2024	31/12/2023
Alya construtora	331.614	50.000
Engetec	713.519	1.119.687
Total	1.045.133	1.169.687

Receita acessória	31/12/2024	31/12/2023
Engetec	206	137
Total	206	137

Remuneração das pessoas-chave da administração da Companhia - A Companhia não possui Conselho de Administração, sendo a administração da Companhia exercida pela Diretoria. A Diretoria foi eleita em Assembleia Geral Extraordinária em 11 de março de 2024. Os diretores são todos empregados da Companhia e suas remunerações se baseiam em contratos de trabalho, regidos pelas regras da CLT. **28. Seguros** - A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos (cuja política de cobertura não é objeto de escopo por parte do auditor independente). A Companhia mantém seguros de risco nomeados e operacionais, responsabilidade civil e seguro garantia para garantir uma efetiva cobertura de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as atividades e o pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato de concessão.

Modalidade	Vigência	Cobertura
Seguro garantia, fiança	Dezembro/2025	31.706
Seguro responsabilidade civil	Maio/2025	30.000
Seguro automação contornos	Dezembro/2025	500.000
Seguro risco engenharia automação contornos	Novembro/2025	4.523
Seguro risco engenharia passivo do planalto	Julho/2025	1.912
Seguro risco engenharia passivo do planalto fase 2	Maio/2026	259.001
Seguro responsabilidade civil passivo do planalto	Agosto/2025	276
Seguro responsabilidade civil	Abril/2025	30.000
Seguro responsabilidade operacional	Abril/2025	100.000
Seguro frota porto seguro	Abril/2025	1.000

Não é parte do escopo do auditor independente a avaliação da adequação das coberturas de seguros contratados pela administração da Companhia.

Contador: Diego Frigo de Carvalho - CRC: 1SP-347904/O-7
Diretor Financeiro: Leonardo Anmá Tavares de Melo Carneiro de Albuquerque

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Concessionária Rodovia dos Tamoios S.A.** Rio de Janeiro - RJ

Opinião - Examinamos as demonstrações contábeis da Concessionária Rodovia dos Tamoios S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Rodovia dos Tamoios S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis** - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2025.

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. CRC SP-025.583/F-2
Octavio Zampirollo Neto - Contador CRC 1SP-289.095/O-3

FOLHA mpme

Um guia para a micro, a pequena e a média empresa.

Receba dicas e informações de como melhorar seu negócio, conheça casos de sucesso e tendências dos diferentes setores e saiba quais os problemas que afetam os empreendedores.

Na Folha e no site. Não perca.

Patrocínio: bradesco

Realização: FOLHA



COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO - CPSEC

CNPJ nº 11.274.829/0001-07

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO DE 2024

Senhores Acionistas, A Companhia Paulista de Securitização ("Companhia" ou "CPSEC"), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis, as Notas Explicativas, o Relatório dos Auditores Independentes e o Parecer do Conselho Fiscal referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. A Companhia é uma sociedade por ações, controlada pelo Estado de São Paulo e vinculada à Secretaria da Fazenda, cuja constituição, em 15 de outubro de 2009, foi autorizada pela Lei Estadual nº 13.723/2009, com alterações posteriores trazidas pela Lei Estadual nº 17.293/2020. Tem por objeto social a aquisição de direitos creditórios de titularidade do Estado de São Paulo, originários de créditos tributários e não tributários, objeto de parcelamentos administrativos ou judiciais e a estruturação e implementação de operações que envolvam a emissão de valores mobiliários, tais como debêntures, de emissão pública ou privada, ou outra forma de obtenção de recursos junto ao mercado de capitais, lastreadas nos referidos direitos creditórios, podendo atuar também no âmbito das demais operações de securitização de recebíveis originários de relações contratuais junto as entidades da Administração Indireta do Estado de São Paulo. A Companhia é registrada junto à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, como emissora de Valores Mobiliários na categoria "S2", na forma da Resolução nº 60/2021, prestando regularmente todas as informações e cumprindo as respectivas obrigações exigidas pela CVM. Em 3 de setembro de 2024, atendendo à solicitação da CPSEC, a CVM cancelou o registro de companhia aberta na categoria "B", de que trata a Resolução CVM nº 80/2022. As demonstrações contábeis apresentadas contemplam os fluxos financeiros remanescentes dos direitos creditórios do Programa de Parcelamento Incentivado - PPI do ICMS/SP ("PPI") e do Programa Especial de Parcelamento - PEP do ICMS/SP ("PEP"), após o resgate integral das debêntures emitidas anteriormente. **Operações realizadas:** Em dezembro de 2014, por meio da Celebração de Contrato de Cessão com o Estado de São Paulo, a Companhia adquiriu direitos creditórios originários do "PEP" no montante de R$ 5.903.622 (base 28 de novembro de 2014). A liquidação financeira em moeda corrente no valor de R$ 809.010 foi realizada com recursos captados por meio da integralização da 1ª Série da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia, Adicional Real, distribuídas com esforços restritos de colocação para investidores qualificados, nos termos da Instrução 476/2009 ("1ª Série da 2ª Emissão"), o restante se deu com a subscrição, pelo Estado de São Paulo da 2ª Série da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia, Adicional Real ("2ª Série da 2ª Emissão"). Em 18 de maio de 2015, a Companhia realizou a 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública ("3ª Emissão"), nos termos da Instrução CVM nº 400/2003, no valor total de R$ 740.000, na data de emissão. Os recursos líquidos obtidos por meio da 3ª Emissão foram direcionados para a amortização extraordinária da 2ª Série da 2ª Emissão. Em 16 de junho de 2020, mediante o pagamento da 60ª e última parcela do Cronograma de Amortização, foi efetuado o resgate integral das Debêntures da 3ª Emissão. Em 21 de junho de 2021 foi efetuado o resgate integral antecipado das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão, mediante amortização financeira de R$ 5.334 com as disponibilidades de caixa da Emissora. Em 17 de junho de 2022, mediante o pagamento da 90ª e última parcela do Cronograma de Amortização, foi efetuado o resgate integral das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão. **Desempenho:** No exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 o lucro líquido auferido foi de R$ 24.495 (R$ 12.384, em 2023), sendo que deste resultado foram deduzidos R$ 181 (R$ 553, em 2023) referentes à realização do ajuste de avaliação a valor justo de ativos e de passivos financeiros no período. A receita operacional apresentou uma redução de 38,2%, comparativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, em razão da diminuição do estoque da carteira ativa de direitos creditórios decorrente das amortizações realizadas no tempo. Todavia, em contrapartida, dois outros fatores foram bastante favoráveis ao resultado, destacadamente os ganhos com a recuperação de créditos registrados em perdas e o incremento de 4,0% nas receitas financeiras. A proposta da Administração da Companhia a ser submetida à deliberação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas prevê a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 2024, no valor total de R$ 24.495, da seguinte forma: (i) constituição de reserva legal no valor de R$ 1.225; (ii) pagamento aos acionistas de JCP no valor de R$ 12.200; (iii) pagamento aos acionistas de dividendos obrigatórios no valor de R$ 5.817; e (iv) pagamento aos acionistas de dividendos adicionais no valor de R$ 5.253, cujo montante encontra-se registrado na rubrica "Reserva Especial", no Patrimônio Líquido. As Demonstrações Contábeis serão apresentadas à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, em atendimento à Resolução nº 60/2021. O Relatório da Administração é parte integrante destas demonstrações e deve ser lido em conjunto com as respectivas Notas Explicativas. Os valores estão expressos em milhares de reais (R$ mil) e de acordo com o disposto na Lei das Sociedades por Ações e normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários. **Avaliação dos Administradores:** Conforme previsto no Estatuto Social, o Conselho de Administração é responsável pela avaliação dos diretores da Instituição, nos termos do Inciso III, do Artigo 13, da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016. Em cumprimento as deliberações emitidas pelo Conselho de Defesa dos Capitais do Estado de São Paulo - Codec, foi realizada a Avaliação de Desempenho dos Administradores da Companhia, mediante o preenchimento de formulários específicos dos colegiados (Diretoria e Conselho de Administração), de forma coletiva e de forma individualizada (autoavaliação). A avaliação abarcou as seguintes dimensões: I - Exposição dos atos de gestão praticados com relação à licitude e à eficácia da ação administrativa; II - Contribuição para o resultado do exercício; III - Consecução dos objetivos estabelecidos no Plano de Negócios e no atendimento à Estratégia de Longo Prazo; IV - Funcionamento do Conselho de Administração; V - Conhecimento técnico e da Instituição; VI - Interação da Diretoria com o Conselho de Administração; e VII - Autoavaliação individual. O processo foi submetido à deliberação do Comitê de Elegibilidade, que avaliou a sua conformidade e posteriormente enviado ao Codec. **Relacionamento com Auditores Independentes:** Em conformidade com as instruções normativas vigentes no Brasil, a CPSEC esclarece que as empresas Taticca Auditores Independentes S.S. e a BDO RCS Auditores Independentes S.S. Ltda., nos exercícios em 2024 e 2023, respectivamente, prestaram a esta Companhia, exclusivamente, serviços de auditoria. A Administração da CPSEC entende e declara que esses serviços foram prestados com pleno atendimento às normas de independência que regem os trabalhos de auditoria.

São Paulo, 24 de março de 2025

Max Freddy Frauendorf
Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores

Eduardo Walmsley Soares Carneiro
Diretor de Gestão Corporativa

Jorge Luiz Avila da Silva
Diretor Presidente

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

ATIVO	Nota Explicativa	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023
CIRCULANTE		234.439	304.194
Caixa e Equivalente de Caixa	4	164.976	179.221
Banco		-	19
Aplicações financeiras		164.976	179.202
Contas a Receber	5 e 8	30.502	54.030
Direitos Creditórios a Receber - PPI		5.459	5.408
Direitos Creditórios a Receber - PEP		25.043	48.450
Ajuste a Valor Justo - PEP		-	181
Outros Ativos Circulantes		38.961	70.934
Tributos Correntes a Recuperar		4.384	4.157
Valores Transitórios a Receber	6	34.512	66.777
Outros Créditos		65	-
NÃO CIRCULANTE		1.752	3.745
Tributos Diferidos	8 a 13	1.654	3.526
IRPJ e CSLL Diferidos - Diferenças Temporárias		1.654	3.526
Contas a Receber	5, 8 e 14	94	212
Direitos Creditórios - PPI Rompidos		9.646	12.239
(-) Direitos Creditórios PPI Vencidos e Não Liquidados		(9.646)	(12.239)
Direitos Creditórios a Receber - PEP		94	212
Direitos Creditórios - PEP Rompidos		80.302	86.980
(-) Direitos Creditórios PEP Vencidos e Não Liquidados		(80.302)	(86.980)
Ativo Permanente		4	7
TOTAL DO ATIVO		236.191	307.939

PASSIVO	Nota Explicativa	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023
CIRCULANTE		19.646	10.652
Obrigações Sociais e Trabalhistas		301	278
Obrigações Sociais		121	116
Obrigações Trabalhistas		180	162
Obrigações Fiscais Federais	13	1.033	273
Outras Obrigações		18.312	10.101
Valores Transitórios a Pagar	7 e 14	-	2.204
Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis		259	203
Dividendos e juros a pagar s/ Capital Próprio	9 e 14	18.017	7.641
Outras obrigações		36	53
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio Líquido	9	216.545	297.287
Capital Integralizado		200.000	283.096
Reserva Legal		11.292	10.067
Reserva Especial		5.253	4.124
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		236.191	307.939

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LIQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

	Notas Explicativas	Capital Integralizado	Reservas de Lucros – Reserva Legal	Reservas de Lucros – Reserva Especial	Lucros acumulados	Total
SALDOS INICIAIS EM 01 DE JANEIRO DE 2024		283.096	10.067	4.124	-	297.287
Dividendos - Pago	9			(4.124)		(4.124)
Lucro líquido do período	9				24.495	24.495
Redução do Capital Social (AGE 28/03/2024)	9	(83.096)				(83.096)
Destinações:						-
Reserva Legal	9		1.225		(1.225)	-
Juros sobre Capital Próprio	9				(12.200)	(12.200)
Dividendos obrigatórios	9				(5.817)	(5.817)
Dividendos adicionais propostos	9			5.253	(5.253)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		200.000	11.292	5.253	-	216.545
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2023		283.096	9.448	8.836	-	301.380
Dividendos - Pago	9			(8.836)		(8.836)
Lucro líquido do período	9				12.384	12.384
Destinações:						
Reserva Legal	9		619		(619)	
Juros sobre Capital Próprio	9				(4.700)	(4.700)
Dividendos obrigatórios	9				(2.941)	(2.941)
Dividendos adicionais propostos	9			4.124	(4.124)	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		293.096	10.067	4.124	-	297.287

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

	Notas Explicativas	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
RECEITA DE VENDA DE BENS E/OU SERVIÇOS		20.344	7.538
Receita Atualização PPI - Selic	5	270	276
Receita Atualização PEP	5	10.803	17.631
Perdas de Créditos de Liquidação Duvidosa	9 a 13	9.271	(10.369)
DESPESAS E INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		(921)	(1.144)
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros		(921)	(1.144)
VALOR ADICIONADO BRUTO		19.423	6.394
RETENÇÕES		(3)	(3)
Depreciação, Amortização e Exaustão		(3)	(3)

	Notas Explicativas	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO		19.420	6.391
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		18.221	17.522
Receitas Financeiras	12	18.228	17.530
Despesas Financeiras	12	(7)	(8)
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		37.641	23.913
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		37.641	23.913
Pessoal		3.677	3.460
FGTS		160	150
Impostos, Taxas e Contribuições	13	9.309	7.919
Remuneração de Capitais Próprios	9	24.495	12.384
Dividendos / Juros sobre o Capital Próprio		18.017	7.641
Lucros retidos do exercício		6.478	4.743

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

	Notas Explicativas	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
RECEITA DE VENDA DE BENS E/OU SERVIÇOS	5 a 14	11.073	17.907
Receita Atualização PPI - Selic	5	270	276
Receita Atualização PEP	5	10.803	17.631
CUSTO DE BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS	20	(1.371)	(2.176)
Pis Não Cumulativo		-	(163)
Cofins Não Cumulativo		-	(794)
Pis Cumulativo		(192)	(170)
Cofins Cumulativo		(1.179)	(1.049)
RESULTADO BRUTO		9.702	15.731
DESPESAS / RECEITAS OPERACIONAIS		3.613	(15.968)
DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	10 a 11	(5.392)	(5.183)
Despesas com Salários	10	(2.852)	(2.651)
Encargos Sociais e Obrigações	10	(1.842)	(1.759)
Serviços Técnicos Especializados	11	(483)	(590)
Anúncios e Publicações	11	(205)	(176)
Despesas Legais e Societárias	11	(10)	(7)
(PERDAS)/GANHOS PELA NÃO RECUPERABILIDADE DE ATIVOS	9 a 13	9.271	(10.369)
(Perdas)/Ganhos no Recebimento de Direitos Creditórios PPI		2.593	-
(Perdas)/Ganhos no Recebimento de Direitos Creditórios PEP		6.678	(10.369)
OUTRAS RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS	11	(266)	(416)
Outras Despesas Operacionais		(266)	(416)
RESULTADO FINANCEIRO	4 a 12	18.221	17.522
Receitas Financeiras		18.228	17.530
Despesas Financeiras		(7)	(8)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		31.536	17.285
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	13	(7.041)	(4.901)
Imposto de Renda		(3.795)	(2.568)
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido		(1.375)	(933)
IRPJ e CSLL Diferidos - Diferenças Temporárias		(1.871)	(1.400)
LUCRO DO PERÍODO	9 a 17	24.495	12.384
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO - R$ (BÁSICO E DILUÍDO)	17	12,25	4,37

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	24.495	12.384
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	24.495	12.384

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

	Notas Explicativas	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício	9 e 17	24.495	12.384
Receita Atualização PEP		(1)	(1.775)
Depreciação		3	3
Amortização de mensuração inicial da carteira de direitos creditórios	8 e 13	181	553
IRPJ e CSLL Diferidos	6 e 13	1.871	1.400
Perdas / (Ganhos) no recebimento de Direitos Creditórios	8, 9 e 13	(9.271)	10.369
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO		17.278	22.934
VARIAÇÕES DE ATIVOS E PASSIVOS			
Direitos Creditórios a Receber - PPI	5	(51)	(168)
Direitos Creditórios a Receber - PEP	5	23.526	73.634
Direitos Creditórios PEP Rompidos	5	(4.034)	(10.370)
Direitos Creditórios PPI Rompidos	5	184	-
Valores Transitórios a Receber (pessoas ligadas)	6, 9 e 14	(11.319)	(16.559)
Outros Ativos		(292)	(2.129)
Fornecedores		(17)	2
Contas a Pagar		839	(680)
Outras Obrigações	7	8.242	(164)
VARIAÇÕES DE ATIVOS E PASSIVOS		17.078	43.566
CAIXA LÍQUIDO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		34.356	66.500
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Juros sobre o Capital Próprio	9	(4.700)	(4.250)
Redução de Capital Social	9	(36.836)	-
Dividendos Mínimos Obrigatórios	9	(2.941)	(4.362)
Dividendos Adicionais	9	(4.124)	(8.836)
CAIXA LÍQUIDO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(48.601)	(17.448)
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(14.245)	49.052
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	179.221	130.169
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	164.976	179.221

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Paulista de Securitização ("Companhia" ou "CPSEC") é uma sociedade por ações controlada pelo Estado de São Paulo e vinculada à Secretaria da Fazenda e Planejamento, constituída em 15 de outubro de 2009, na forma autorizada pela Lei Estadual nº 13.723, de 29 de setembro de 2009. Tem por objeto social a aquisição de direitos creditórios de titularidade do Estado de São Paulo, originários de créditos tributários e não tributários, objeto de parcelamentos administrativos ou judiciais e a estruturação e implementação de operações que envolvam a emissão de valores mobiliários, tais como debêntures, de emissão pública ou privada, ou outra forma de obtenção de recursos junto ao mercado de capitais, lastreadas nos referidos direitos creditórios. A Companhia é registrada junto à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, como emissora de Valores Mobiliários na categoria "S2", na forma da Resolução nº 60/2021, prestando regularmente todas as informações e cumprindo as respectivas obrigações exigidas pela CVM. Em 3 de setembro de 2024, atendendo à solicitação da CPSEC, a CVM cancelou o registro de companhia aberta na categoria "B", de que trata a Resolução CVM nº 80/2022. Em 15 de outubro de 2020 foi aprovada a Lei Estadual nº 17.293, que estabeleceu dentre outras medidas, a alteração das redações dos artigos 1º, 2º e "caput" do artigo 8º, e a inclusão dos artigos 9º-A, 9º-B e 9º-C à Lei nº 13.723/2009, ampliando o objeto social da Companhia no âmbito das operações de securitização. Neste contexto, a Companhia alterou o seu Estatuto Social, e vem prospectando também novas oportunidades de securitização de recebíveis originários de relações contratuais junto às entidades da Administração Direta e Indireta do Estado de São Paulo.

2. BASE PARA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária brasileira, incluindo os pronunciamentos e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Demonstrações Contábeis, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Uso de estimativas e julgamentos - A preparação das Demonstrações Contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas, quando necessárias, são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. a) Base de mensuração - Os principais ativos e passivos foram mensurados inicialmente (mensuração inicial) pelo seu custo histórico, exceto quando mensurado pelo seu valor justo, e posteriormente (mensuração posterior) pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. b) Moeda funcional e moeda de apresentação - Estas Demonstrações Contábeis são apresentadas em milhares de Reais (R$ mil), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para a unidade mais próxima. Aprovação das Demonstrações Contábeis: A aprovação para conclusão destas Demonstrações Contábeis foi dada pela Administração da Companhia em 24 de março de 2025.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e a elaboração das Demonstrações Contábeis são: **a) Caixa e equivalentes de caixa**: incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras em fundo de investimento resgatável a qualquer momento, com riscos insignificantes de mudança de seu valor de mercado e sem penalidades. As aplicações financeiras são registradas ao valor justo, considerando os rendimentos proporcionalmente auferidos até a data de encerramento do período ou pela cota do fundo investido divulgado pela administradora do fundo. **b) Definições, reconhecimento e classificação dos instrumentos financeiros**: Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento de patrimônio para outra entidade. Valor justo é o valor pelo qual o instrumento financeiro poderia ser adquirido ou vendido por duas partes bem-informadas, agindo deliberadamente e com prudência, em uma transação em condições regulares de mercado. A referência mais objetiva e comum para o valor justo de um instrumento financeiro é o preço que seria pago por ele em um mercado ativo, transparente e significativo "preço de mercado". O valor justo na data do negócio equivale ao preço da transação. Taxa efetiva é a taxa de desconto que corresponde exatamente ao valor inicial do instrumento financeiro em relação à totalidade de seus fluxos de caixa estimados, de todas as espécies, ao longo de sua vida útil remanescente. No caso de instrumentos financeiros de taxa fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data de contratação, adicionados, conforme o caso, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza, façam parte de seu retorno financeiro. Se instrumentos financeiros de taxa variável, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de retorno vigente em todos os compromissos até a data de referência seguinte de renovação dos juros. Modelo de negócio demonstra como os grupos de ativos financeiros são gerenciados em conjunto para atingir os objetivos da entidade. O modelo de negócio determina se os fluxos de caixa da Companhia resultarão da obtenção dos fluxos de caixa contratados. Fluxos de caixa contratuais que atendem o critério de principal e juros são ativos financeiros compostos somente por principal e juros, onde o principal é o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial, podendo mudar ao longo do tempo em função dos pagamentos, e os juros correspondem ao valor do dinheiro no tempo. Perda de crédito esperada é a estimativa ponderada por probabilidade de perdas de créditos, correspondendo ao valor presente de todos os déficits de caixa ao longo da vida esperada do respectivo instrumento financeiro. • Ativos financeiros: Os ativos financeiros

Continua

Eufrázio

Continuação

COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO - CPSEC

da Companhia são classificados como ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e Caixa e equivalentes de caixa e direitos creditórios a receber. Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável e reconhecidos no resultado do exercício. • Passivos financeiros: Os passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Após o reconhecimento inicial, se for o caso, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a transação seja realizada com a mesma contraparte, a Companhia tenha o direito legal e contratual de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. **c) Redução ao valor recuperável ("*impairment*")**: Ativos financeiros: Os ativos financeiros da Companhia, representados pelos direitos creditórios originários do PEP e do PPI estando classificados, de acordo do CPC 48 (IFRS 9), como Ativo Financeiro Mensurado ao Custo Amortizado, pois atendem cumulativamente as condições de ser mantido dentro do modelo de negócios da Companhia, cujo objetivo é manter o ativo financeiro com o fim de receber os fluxos de caixa contratuais, e de que os termos contratuais do ativo financeiro correspondem a fluxos de caixa que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Ainda, conforme o CPC 48 são reconhecidas as eventuais perdas de crédito esperadas em ativo financeiro mensurado ao custo amortizado, tendo como objetivo dos requisitos da redução ao valor recuperável, o reconhecimento de perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros para os quais houve aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, sendo avaliados de forma individual ou coletiva, observando todas as informações razoáveis, sustentáveis e, inclusive, prospectivas. Os ativos financeiros representados pelas carteiras de direitos creditórios oriundos do PEP e do PPI são individualmente reclassificados e imediatamente transferidos para a categoria de "rompidos", quando não for observada qualquer das condições estabelecidas e necessárias à continuidade do respectivo parcelamento, nos termos dos respectivos programas de parcelamento. Nesta circunstância também são efetuados os procedimentos de contabilização das perdas esperadas sobre a carteira de direitos creditórios (nota explicativa nº 5). **d) Benefícios a empregados**: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas, conforme o serviço relacionado seja prestado. A Companhia não oferece benefícios de longo prazo a empregados. **e) Provisões**: Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, sendo provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. **Ativos e passivos contingenciais**: Um passivo ou ativo contingente é uma obrigação ou direito possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade. Contabilizado no balanço patrimonial quando a Companhia possui um passivo ou ativo, formalizados e constituídos como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação ou estabelecer o direito obtidos futuramente. Os passivos e ativos são registrados tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido, como segue: • **Ativos contingentes**: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando como certa a sua realização do ativo. • **Passivos contingentes**: decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros, ex-empregados e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos mensuráveis. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam sua mensuração de forma adequada, baseado em suporte documental ou contábil, ou histórico de fatos assemelhados apesar da incerteza inerente ao prazo ou valor. As contingências classificadas como prováveis são aquelas para as quais são constituídas provisões; as contingências possíveis requerem somente divulgação e as remotas não requerem provisões ou divulgação. • **Obrigações legais** - fiscais e previdenciárias: decorrem de discussão judicial sobre a constitucionalidade das leis que as instituíram e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem seus montantes provisionados integralmente nas Demonstrações Contábeis. **f) Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido**: O Imposto de Renda sobre o Lucro - IRPJ e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R$ 240 no exercício para imposto de renda, e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. Os tributos correntes são os valores a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas vigentes à época de apresentação das Demonstrações Contábeis, e quaisquer ajustes decorrentes de exercícios anteriores. Os tributos diferidos são registrados, quando aplicável, com base em saldos de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, calculados utilizando a alíquota máxima de 34%, na extensão em que for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para sua realização, observando o limite de 30% do lucro real do exercício-base. **g) Apuração do resultado**: As receitas e despesas são registradas em conformidade com o regime contábil de competência dos respectivos períodos. **h) Determinação do valor justo**: As políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo para os ativos e passivos financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação usando técnica de avaliação para que estabeleça qual teria sido o preço da transação na data de mensuração em uma troca entre partes não relacionadas, com base nos fluxos de caixa descontados a taxas de mercado observáveis disponíveis. **i) Demonstração do valor adicionado**: A Companhia elaborou a demonstração do valor adicionado (DVA), nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, apresentada como informação suplementar, conforme práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às companhias abertas.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Bancos	-	19
Aplicações Financeiras	164.975	179.202
Total	164.975	179.221

As aplicações financeiras estão integralmente alocadas em fundos de investimentos em cotas de fundo de investimento, intitulados de BB CPSEC Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa Longo Prazo (fundo exclusivo da CPSEC), BB Renda Fixa Simples Solidez Automático FIC e BB Renda Fixa Solidez Diferenciado Fundo de Investimento, resgatáveis a qualquer momento e crédito em conta corrente no mesmo dia. Estes fundos de investimentos alocam seus recursos em cotas de Fundos de Investimento de Renda Fixa de Longo e Curto prazo, cuja carteira é composta por títulos públicos federais, títulos de renda fixa de emissão ou coobrigação de instituições financeiras que possuam classificação de risco atribuída pelo gestor, no mínimo, equivalente àqueles atribuídos aos títulos da dívida pública federal e operações compromissadas com lastro em títulos públicos federais. Todas são custodiadas e administradas pelo Banco do Brasil, com taxas compatíveis com as de mercado. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, o resultado auferido com a remuneração das aplicações financeiras, registrado na rubrica de "Receitas Financeiras", alcançou o montante de R$ 18.228 (R$ 17.530, em 2023).

5. CONTAS A RECEBER

As Demonstrações Contábeis apresentadas contemplam os direitos creditórios do Programa Especial de Parcelamento do ICMS/SP - PEP ("PEP") e do Programa de Parcelamento Incentivado do ICMS/SP - PPI ("PPI"), adquiridos do Estado de São Paulo, controlador da Companhia. **DIREITOS CREDITÓRIOS A RECEBER - PPI**: Em abril de 2012, a Companhia adquiriu do Estado de São Paulo, direitos creditórios originários do PPI no montante de R$ 2.079.641, atualizados pela Taxa Selic. Os saldos da carteira destes recebíveis estão assim demonstrados:

Carteira de Recebíveis - PPI

Classificação	31/12/2024	31/12/2023
Até 12 meses	5.459	5.408
Total	**5.459**	**5.408**
PPI rompido (1)	9.646	12.239
Perdas estimadas com crédito de difícil liquidação (2)	(9.646)	(12.239)
Total	**5.459**	**5.408**

(1) Referem-se aos direitos creditórios de PPI Rompidos (créditos com atraso superior a 90 dias).
(2) Contabilização das Perdas no recebimento de direitos creditórios na correspondente Conta Redutora do crédito (saldo de direitos creditórios de PPI Rompidos).

Receita de Atualização - PPI

Detalhamento das Receitas	31/12/2024	31/12/2023
Receita de Atualização PPI - Selic	249	263
Receita PPI - Indenização	21	13
Total da Receita de Atualização PPI	**270**	**276**

DIREITOS CREDITÓRIOS A RECEBER - PEP: Em dezembro de 2014, a Companhia adquiriu do Estado de São Paulo direitos creditórios originários do PEP no montante de R$ 5.903.622, cuja atualização é pré-fixada, com percentual estabelecido em contrato, conforme o prazo de parcelamento escolhido pelo contribuinte. Os saldos da carteira destes recebíveis estão assim demonstrados:

Carteira de Recebíveis - PEP

Classificação	31/12/2024	31/12/2023
Até 12 meses	25.043	48.450
Até 24 meses	39	128
Até 48 meses	55	61
Acima 48 meses	-	23
Total	**25.137**	**48.662**
Curto Prazo	**25.043**	**48.450**
Longo Prazo	**94**	**212**
PEP rompido (3)	80.302	86.980
Perdas estimadas com crédito de difícil liquidação (4)	(80.302)	(86.980)
Ajuste a Valor Justo a realizar - Ativo Circulante (5)	-	181
Total	**25.137**	**48.843**

(3) Referem-se aos direitos creditórios de PEP rompidos (créditos com 4 ou mais parcelas em atraso). (4) Contabilização das perdas no recebimento de direitos creditórios na correspondente Conta Redutora do crédito (saldo de direitos creditórios de PEP Rompidos). (5) Refere-se ao ajuste a valor justo no reconhecimento inicial, deduzido das apropriações feitas ao longo do tempo, dos direitos creditórios adquiridos do Estado de São Paulo (nota explicativa nº 8).

Receita de Atualização - PEP

Detalhamento das Receitas	31/12/2024	31/12/2023
Receita de Atualização PEP	8.440	5.164
Reversão Receita PEP PECLD	(197)	(1.476)
Receita PEP - Indenização	11.154	16.559
Reversão Receita PEP por Decisão Judicial e outros	(8.413)	(2.061)
Reversão Ajuste a Valor Justo - PEP	(181)	(555)
Total da Receita de Atualização PEP	**10.803**	**17.631**

RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS ROMPIDOS REGISTRADOS EM PERDAS: Em novembro de 2014, a Companhia reconheceu a receita de R$ 13.122, referentes à recuperação de direitos creditórios dos parcelamentos rompidos do PEP e do PPI, que foram recebidos diretamente pelo Estado de São Paulo, em razão da cobrança dos débitos fiscais exercida por intermédio da Procuradoria Geral do Estado - PGE/SP. Dos créditos recuperados a receber, R$ 10.446 foram compensados com os "valores transitórios a pagar" devidos pela CPSEC ao Estado, referentes à arrecadação de parcelamentos não securitizados (nota explicativa nº 7). O saldo remanescente de créditos recuperados a receber, no montante de R$ 2.676, foi registrado na rubrica "valores transitórios a receber" (nota explicativa nº 6) para futura compensação ou repasse à Companhia pelo Estado.

6. VALORES TRANSITÓRIOS A RECEBER

Valores Transitórios a Receber: Corresponde aos valores relativos à ocorrência de Eventos de Indenização dos Direitos Creditórios do PEP e do PPI favoráveis à Companhia, bem como aos valores decorrentes da arrecadação direta pelo Estado de débitos fiscais vinculados aos direitos creditórios dos parcelamentos rompidos do PEP e do PPI pertencentes à Companhia, nos termos das Cláusulas 6ª e 9ª, respectivamente, dos Contratos de Cessão dos Direitos Creditórios. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 foram apurados Eventos de Indenização do PEP favoráveis à Companhia no montante de R$ 11.154, cujo valor registrado foi adicionado na rubrica "valores transitórios a receber". Em relação aos direitos creditórios do PPI, neste mesmo exercício foram apurados Eventos de Indenização favoráveis à Companhia no valor de R$ 298, cujo montante absorveu integralmente o saldo anterior das Indenizações do PPI favoráveis ao Estado de R$ 134, remanescendo assim um saldo líquido de R$ 164, favoráveis à Companhia, o qual também foi adicionado na rubrica "valores transitórios a receber". Conforme mencionado na nota explicativa nº 5, também foi adicionado o saldo remanescente de créditos recuperados a receber no valor de R$ 2.676. Dessa forma, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 foram incorporados aos "valores transitórios a receber" o somatório de R$ 13.994, relativos ao registro dos Eventos de Indenização do PEP e do PPI e ao saldo remanescente de créditos recuperados a receber. Em 28 de junho de 2024 foi efetivada nova redução de capital social da Companhia, no montante de R$ 83.096, mediante a transferência financeira de R$ 36.836 aos acionistas, e a outra parte com a compensação de valores transitórios a receber no valor de R$ 46.260 (notas explicativas nº 9 e 14). Em 31 de dezembro de 2024 o saldo da rubrica "valores transitórios a receber" registrou R$ 34.512 (R$ 66.777, em 2023).

7. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Valores Transitórios a Pagar: Referem-se basicamente a valores devidos pela CPSEC ao Estado de São Paulo, decorrentes das diferenças transitórias apuradas entre a efetiva arrecadação mensal dos Direitos Creditórios e os valores informados nos relatórios gerados pela PRODESP - Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo, a arrecadação de parcelamento não securitizados e, circunstancialmente, a eventos de indenização do PPI favoráveis ao Estado. Em virtude da compensação de R$ 10.446, referentes à arrecadação de parcelamentos não securitizados (nota explicativa nº 5), em 31 de dezembro de 2024 o saldo da rubrica da "valores transitórios a pagar" foi zerado (R$ 2.204, em 2023). Passivos contingentes: Até abril de 2024 havia uma Ação Popular, classificada com risco possível, em razão de sentença proferida de primeiro grau julgada parcialmente procedente, cujo valor da causa atribuída em juízo foi fixada em R$ 1.000,00 (um mil reais), para a qual a Administração vislumbrava a reversão da sua situação, inclusive do seu arquivamento, em razão dos termos do Recurso de Apelação conferirem manifestação favorável à Companhia pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, em relação ao mérito julgado. Em linha com essa perspectiva, em 24 de abril de 2024, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, através da 9ª Câmara de Direito Público, deu provimento ao recurso do Estado de São Paulo e da Companhia Paulista de Securitização - CPSEC para reformar a r. sentença apelada e julgar extinto o processo relativo à Ação Popular, sem resolução do mérito. O processo está extinto sem resolução do mérito, ainda sem trânsito em julgado. Os recursos especial e extraordinário dos autores ainda estão pendentes de julgamento. Não há outro litígio ou risco em andamento com divulgação requerida.

8. MENSURAÇÃO INICIAL DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Estruturação - Vigente: Em face dos Pronunciamentos Técnicos CPC 38, vigente até dezembro de 2017, e o atual CPC 48 (IFRS 9), que tratam do reconhecimento e mensuração inicial dos instrumentos financeiros, os Direitos Creditórios do PEP foram classificados como "Ativo financeiro mensurado ao custo amortizado", e na mensuração inicial do seu valor justo ("fair value") foi reconhecida uma redução no valor de R$ 29.164. Em contrapartida, ao realizar a mensuração inicial do valor justo no passivo nas Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão, classificada como "Passivo financeiro mensurado subsequentemente ao custo amortizado", foi reconhecida uma redução de R$ 43.417. O valor líquido da mensuração inicial resultou no reconhecimento de um aumento do patrimônio líquido em R$ 14.253. Em 31 de dezembro de 2024 foi zerado o saldo do ajuste positivo do valor justo a apropriar da carteira de Direitos Creditórios do PEP (R$ 181, em 2023). No exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 foi deduzido do resultado o valor de R$ 181 (R$ 553, em 31 de dezembro de 2023), referentes à realização do valor justo (mensuração inicial) no período. As premissas utilizadas para aplicação do valor justo aos instrumentos financeiros consideraram a forma disposta no CPC 48 (IFRS 9), para precificação nas datas em que foram contratados pela Companhia. Para a apuração do valor justo dos Direitos Creditórios do PEP, os fluxos futuros dos recebíveis foram descontados por uma taxa de juros anual de 12% (doze por cento), adicionada de um spread de 0,5% a.a. Este "spread" foi estimado considerando que a taxa de risco de crédito do Estado de São Paulo seria superior ao risco do Tesouro Nacional (Taxa Selic/DI) e inferior às taxas de captação de empresas estatais controladas pelo Estado. Para apuração do valor justo das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão, subscritas e integralizadas pelo Estado de São Paulo, foram usadas as mesmas premissas utilizadas para calcular o valor justo do contrato de cessão de direitos creditórios, tendo em vista que as Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão foram emitidas como mecanismo de retorno ao Estado dos excedentes financeiros oriundos do recebimento dos Direitos Creditórios, após a amortização da 1ª Série da 2ª Emissão de debêntures. As Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão não foi aplicado à apuração do valor justo em função de terem sido emitidas à taxa de mercado. Diante da capacidade e da intenção de manter a vencimento os instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia, premissa reforçada por força contratual, os efeitos apurados no reconhecimento inicial do valor justo, serão apropriados na proporção a data de vencimento dos respectivos fluxos projetados. As premissas utilizadas para aplicação do valor justo aos instrumentos financeiros consideraram a forma disposta no CPC 48 (IFRS 9), para precificação nas datas em que foram contratados pela Companhia.

Divulgação dos instrumentos financeiros por classe

	31/12/2024 Valor contábil	31/12/2023 Valor contábil	Categoria
Ativos Financeiros			
Direitos Creditórios	30.596	54.251	Ativo financeiro mensurado ao custo amortizado

A categoria acima considera a previsão do CPC 48, tendo em vista o modelo de negócio da Companhia e as características dos fluxos de caixa contratuais dos instrumentos financeiros. Hierarquia de valor justo: Os instrumentos financeiros da Companhia estão registrados pelo valor justo, utilizando o método de avaliação considerando os diferentes níveis definidos a seguir: • Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2 - "Inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços). • Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia classificou como nível 2 de hierarquia do valor justo na mensuração dos ativos e passivos financeiros mencionados acima.

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2024 o capital social subscrito e integralizado é de R$ 200.000, em moeda corrente nacional, representado por 2.000.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais sem valor nominal. É vedada a emissão de partes beneficiárias e de ações preferenciais. Os acionistas reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de março de 2024, considerando o excessivo capital social da Companhia, frente à sua atividade operacional, deliberaram pela redução de 830.956 ações ordinárias, equivalente a R$ 83.096, cuja alteração tornar-se-á efetiva após o decurso do prazo decadencial de 60 dias, sem a oposição de credores, nos termos do art.174, da Lei das S.A. e posterior registro do respectivo ato societário na Junta Comercial do Estado de São Paulo - Jucesp. Em 28 de junho de 2024 foi efetivada a redução do capital social da Companhia, mediante a transferência financeira aos acionistas de R$ 36.836, e a outra parte com a compensação de valores transitórios a receber no valor de R$ 46.260 (notas explicativas nº 6 e 14). b) Reserva legal e Reserva Especial: A Reserva Legal foi constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 193, da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, apresentando em 31 de dezembro de 2024 o saldo de R$ 11.292. c) Lucro Líquido do exercício: No exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 o lucro líquido auferido foi de R$ 24.495 (R$ 17.384, em 2023), sendo que deste resultado foram deduzidas R$ 181 (R$ 553, em 2023) referentes à realização do ajuste de avaliação a valor justo de ativos e de passivos financeiros no período (nota explicativa nº 8). A receita operacional apresentou uma redução de 38,2%, comparativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, em razão da diminuição do estoque da carteira ativa de direitos creditórios decorrente das amortizações realizadas no tempo. Todavia, em contrapartida, dois outros fatores foram bastante favoráveis ao resultado, destacadamente os ganhos com a recuperação de créditos registrados em perdas e o incremento de 4,0% nas receitas financeiras. d) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio: O Estatuto da Companhia autoriza o Conselho de Administração a: (i) declarar dividendos intermediários à conta dos lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral; bem como (ii) determinar o levantamento de balanços mensais, trimestrais ou semestrais e a declarar dividendos intercalares com base nos lucros neles apurados, observadas as limitações legais. O Estatuto estabelece também que as ações ordinárias terão direito a dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após as deduções admitidas em lei. Os dividendos e JCP de 2023, no montante de R$ 11.765, sendo R$ 4.700 de JCP, R$ 2.941 de dividendos obrigatórios e R$ 4.124 de dividendos adicionais, foram pagos integralmente em 28 de junho de 2024, nos termos da deliberação dos Acionistas, da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 30 de abril de 2024. Em relação à destinação do lucro líquido de 2024, a Administração propõe o pagamento aos acionistas de R$ 12.200 na forma de JCP, R$ 5.817 referentes ao dividendo obrigatório e R$ 5.253 como dividendos adicionais, cuja destinação será objeto de deliberação dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 30 de abril de 2025.

10. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, CONSELHOS E EMPREGADOS

A gestão da Companhia é realizada pelos membros da Diretoria e do Conselho de Administração. O Conselho de Defesa dos Capitais do Estado ("CODEC") através da Deliberação CODEC nº 1, de 15 de março de 2024, estabeleceu o limite de remuneração da Diretoria e Conselhos das sociedades controladas pelo Estado. Além dos honorários mensais, o CODEC estabelece ainda uma Gratificação Anual aos Administradores, "*pro rata temporis*", no valor de um honorário mensal a ser satisfeito no mês de dezembro de cada ano, equivalente ao 13º salário. Os membros da Diretoria fazem jus a um prêmio eventual anual, conforme disposto na Deliberação CODEC nº 1, bem como têm direito a um descanso anual, com características de licença remunerada, pelo período de 30 dias corridos, com pagamento de adicional correspondente a 1/3 (um terço) dos honorários mensais.

Despesas com salários:	31/12/2024	31/12/2023
Honorários da diretoria e conselho	2.322	2.137
Salários - empregados	511	495
Vale Refeição - empregados	19	19
Total de despesas	**2.852**	**2.651**
Encargos sociais e obrigações:	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Férias e 13 salário - empregados	112	107
Licença remunerada	88	83
Gratificação Anual e Prêmio Eventual	626	677
Despesa de INSS	856	799
Despesa de FGTS	160	151
Reversão de Provisões	-	(58)
Total de despesas	**1.842**	**1.759**

11. DETALHAMENTO DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	31/12/2024	31/12/2023
Serviços Técnicos Especializados		
Auditoria Independente	160	264
Assessoria Contábil	275	266
Auditoria Interna	48	59
Outros	-	1
	483	**590**
Anúncios e Publicações	**205**	**176**
Despesas Legais e Societárias	**10**	**7**
Outras Despesas Operacionais		
Taxa CVM	39	39
Seguros D&O	217	-
Juros e Multa s/ Recolhimento em Atraso	-	364
Outras despesas operacionais	10	13
	266	**416**

12. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras:		
Rendimento fundos investimentos	17.773	17.229
Juros Ativos - Selic	401	252
Descontos obtidos	54	49
Subtotal	**18.228**	**17.530**
Despesas financeiras:		
IOF (aplicação em fundos investimentos)	(7)	(8)
Subtotal	**(7)**	**(8)**
Total do resultado financeiro	**18.221**	**17.522**

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO

	2024 Exercício 12	2023 Exercício 12
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	31.538	17.285
(+) Adição Ajuste a Valor Justo	181	553
(+) Adição Despesas Indedutíveis Temporárias	4.866	10.369
(+) Adição Despesas Indedutíveis Permanentes	970	1.347
(-) Exclusão - Diferenças Dedutíveis Temporárias	(10.078)	(14.487)
Base de cálculo antes da compensação de Prejuízo Fiscal (IRPJ) e Base Negativa (CSLL) não reconhecidos anteriormente	27.475	15.067
JCP Provisionado	(12.200)	(4.700)
Base de cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social	15.275	10.367
Imposto de Renda (IRPJ) Corrente (25%)	3.795	2.568
Contribuição Social (CSLL) Corrente (9%)	1.375	933
IRPJ e CSLL Diferidos - Diferenças Temporárias (34%)	1.871	1.400

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram reconhecidos R$ 1.654 de ativos fiscais diferidos (IRPJ e CSLL) sobre a diferença temporária dedutível, correspondente a 34% sobre o lançamento das perdas de R$ 4.866 verificadas e registradas na rubrica de direitos creditórios vencidos e não liquidados do PPI e do PEP. O reconhecimento de R$ 1.654 de ativos fiscais diferidos (IRPJ e CSLL) para a diferença temporária dedutível encontra amparo no histórico de lucratividade e na perspectiva de formação de base tributável futura, observando a composição patrimonial atual da Companhia. No encerramento da apuração fiscal de 2024 foram deduzidos da base tributária os créditos vencidos há 12 meses ou mais e não recuperados, e simultaneamente baixados os ativos fiscais diferidos (IRPJ e CSLL), sobre as diferenças temporárias, que haviam sido registrados em 2023. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2024 os ativos fiscais diferidos relativos ao IRPJ e a CSLL referentes às diferenças temporárias dedutíveis apresentaram o saldo de R$ 1.654. A Companhia apura o IRPJ e a CSLL pelo regime do lucro real, optando pelo recolhimento mensal por estimativa.

14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Controlador: O Contrato de Cessão de Direitos Creditórios do PEP no montante de R$ 5.903.622, de 28 de novembro de 2014, foi firmado com o Estado de São Paulo, controlador da Companhia. No quadro abaixo são demonstradas as posições, receitas e despesas oriundas de transações existentes com partes relacionadas.

	Notas	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa) Exercício 31/12/2024	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa) Exercício 31/12/2023
Estado de São Paulo					
Direitos Creditórios - PPI Rompidos	5	9.646	-	12.239	-
Direitos Creditórios - PEP Rompidos	5	80.302	-	86.980	-
Valores Transitórios a Receber	6	34.512	-	66.777	-
- Valores Transitórios a pagar	7	-	-	(2.204)	-
- Juros a pagar sobre o Capital Próprio	9	(12.200)	-	(4.700)	-
- Dividendos Obrigatórios	9	(5.817)	-	(2.941)	-
- Receitas de Indenização PEP e PPI	6	-	9.837	-	13.357

Em outubro de 2020 foi constituída a rubrica contábil denominada "valores transitórios a receber", para registro e controle dos valores relativos à ocorrência de Eventos de Indenização dos Direitos Creditórios do PEP e do PPI favoráveis à CPSEC e devidos pelo seu controlador, o Estado de São Paulo, nos termos da Cláusula 6ª, dos Contratos de Cessão dos Direitos Creditórios. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 foram adicionados à rubrica de "valores transitórios a receber" o montante de R$ 13.994, referentes aos Eventos de Indenização dos Direitos Creditórios do PEP e do PPI favoráveis à CPSEC e ao saldo remanescente de créditos recuperados a receber (notas explicativas nº 5 e 6). Em 28 de junho de 2024 foi efetuada nova redução do capital social da Companhia, sendo parte desta redução realizada mediante a compensação de valores transitórios a receber no valor de R$ 46.260 (notas explicativas nº 6 e 9). Dessa forma, em 31 de dezembro de 2024 o saldo da rubrica de "valores transitórios a receber" passou para R$ 34.512 (R$ 66.777, em 2023).

15. GERENCIAMENTO DE RISCOS

Visão geral: Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia aos riscos citados a seguir, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas Demonstrações Contábeis. Especificamente quanto às aplicações financeiras, essas são mantidas em montantes adequados à garantia de liquidez da Companhia, estando aplicadas junto a instituições financeiras de primeira linha e consideradas como expostas de baixo risco. A Companhia mantém uma reserva mínima de liquidez, em aplicações de curto prazo, para cobertura plena de suas obrigações. As Debêntures, por sua vez, são títulos colocados no mercado com o objetivo de captar recursos que viabilizaram a aquisição de Direitos Creditórios. As condições estabelecidas para resgate dos títulos foram definidas em virtude das taxas, dos indexadores, dos prazos e do fluxo de amortização dos recebíveis que lhes dão lastro, gerando compatibilidade entre ativos e passivos. Em virtude do resgate integral de todas as debêntures emitidas, atualmente a Companhia não possui passivos expostos a risco.

	Natureza do risco associado	31/12/2024 Saldo exposto ao risco	31/12/2023 Saldo exposto ao risco
Ativos expostos a risco			
Caixa e Bancos	Mercado, liquidez e crédito	-	19
Aplicações Financeiras	Mercado, liquidez e crédito	164.976	179.202
Direitos Creditórios (1)	Mercado, crédito, liquidez e operacional	30.596	54.251

(1) Excluído o saldo dos direitos creditórios rompidos (créditos registrados em perdas);

Estrutura de gerenciamento do risco: A administração da Companhia adota uma política conservadora no gerenciamento dos seus riscos. Essa política materializa-se pela adoção de procedimentos que envolvem todas as suas áreas críticas, garantindo que as condições do negócio estejam em conformidade estrita com a proposta estabelecida para o exercício. Como resultado, alguns riscos, inerentes à atividade de securitização, não são identificados nas operações da Companhia, e outros são minimizados pela adoção de mecanismos de proteção e controle, conforme exposto a seguir: **Risco de mercado** - Relacionado com a possibilidade da perda por oscilação de taxas, descasamento de prazos ou moedas nas carteiras ativas e passivas. Esse risco é acompanhado mensalmente para direcionar as estratégias voltadas a novas operações. Para as operações em andamento, o risco é minimizado na Companhia pela compatibilidade entre os títulos emitidos e os recebíveis que lhes dão lastro. No que diz respeito à atividade da tesouraria, as disponibilidades financeiras estão concentradas

Continua

Continuação

COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO - CPSEC

em aplicações de renda fixa e, quando aplicável, têm os seus saldos ajustados a valor de mercado. **Risco de crédito** - Considerado como a possibilidade de a Companhia incorrer em perdas no recebimento dos direitos creditórios. Para minimizar esse risco, já na fase de aquisição dos recebíveis, todos os créditos ofertados são submetidos à rigorosa análise qualitativa, abrangendo, entre outros quesitos, a análise histórica da pontualidade na solvência das obrigações e a relação entre saldos devedores e garantias a eles relacionados. São expostos ao risco de crédito os direitos creditórios oriundos de contratos com 4 parcelas não pagas, ocasião na qual passam a ser considerados rompidos. Quanto ao gerenciamento dos recursos em tesouraria, este tem como parâmetro, entre outros, a aplicação somente em instituições financeiras de primeira linha. **Risco de liquidez** - Considerado pela capacidade de a Companhia gerenciar os prazos de recebimento dos seus ativos em relação aos pagamentos derivados das obrigações assumidas. Esse risco é mitigado pela compatibilidade de prazos e fluxos de amortização entre títulos emitidos e lastros adquiridos, além da manutenção obrigatória de uma reserva mínima de liquidez, do saldo dos títulos emitidos. A Companhia monitora os fluxos de pagamentos de suas dívidas e possui ativos para fazer frente a seus fluxos de pagamentos conforme tabelas abaixo:

Análise do Risco de Liquidez

Prazo	31/12/2024 Outras Obrigações	31/12/2023 Outras Obrigações
0 a 3 meses	-	2.204
Total	-	2.204

O fluxo de realização dos ativos financeiros que fazem frente aos pagamentos, está apresentado na nota explicativa nº 5. **Pré-pagamentos** - O risco derivado dos pré-pagamentos por parte dos devedores dos créditos securitizados, comum nas operações de securitização, é neutralizado na Companhia pela disposição prevista nos títulos emitidos que permite antecipações efetuadas pelos devedores. **Risco operacional** - Entendido como relacionado à possibilidade de ocorrência de perdas não previstas decorrentes da inadequação dos sistemas, das práticas e medidas de controle em resistir e preservar a situação esperada por ocasião da ocorrência de falhas na modelagem de operações, na infraestrutura de apoio, de erros humanos, de variações no ambiente empresarial e de mercado e/ou de outras situações adversas que atentem contra o fluxo normal das operações. Com o objetivo de minimizar essas eventuais deficiências, a Companhia estabeleceu políticas, processos, procedimentos e rotinas de verificação, realizadas por profissionais próprios, inclusive por aqueles mandatados fiduciariamente, e/ou por área diversa daquela em que o procedimento se originou. A Companhia tem como premissa a melhoria contínua dos processos substantivos, especialmente aqueles relacionados à evolução e acompanhamento dos recebíveis adquiridos (Direitos Creditórios) e Debêntures colocadas no mercado, de forma a proporcionar maior eficiência aos controles internos. Especificamente quanto à segurança dos ambientes de informática são adotados procedimentos que visam a sua adequada proteção a partir da padronização das estações de trabalho, da adoção de procedimentos de controle de acesso, e da manutenção de rotinas de preservação e recuperação de dados e informações. **Gestão do capital:** A política da Administração considera a manutenção de uma sólida base de capital para assegurar a confiança dos investidores, de eventuais credores e do mercado em geral, assim como garantir o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultado auferido dividido pelo patrimônio líquido total, excluindo participações de não controladoras, quando for o caso. A Administração também monitora o nível de dividendos distribuídos para acionistas da Companhia. A Administração procura manter um equilíbrio entre os melhores retornos possíveis com níveis mais adequados de endividamento e as vantagens/segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Não houve alterações na abordagem da Companhia na administração de capital durante o exercício. Em linha com esta política a administração da Companhia propôs e os acionistas deliberaram pela redução do capital (nota explicativa nº 9), tendo em vista o mesmo ser considerado excessivo frente à sua atividade operacional. **Análise de sensibilidade:** A Companhia não está exposta a instrumentos financeiros não evidenciados nas suas Demonstrações Contábeis. Os instrumentos financeiros representados pelas Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão (liquidadas em junho de 2021) e pelos respectivos contratos de recebíveis tomados como lastro para a emissão dessas Debêntures estão sujeitos a condições equivalentes de taxas, indexadores e prazos, situação que torna neutro os efeitos decorrentes de qualquer cenário econômico ao qual a Companhia possa estar exposta. Com relação à 1ª Série da 2ª Emissão de debêntures (liquidadas em junho de 2022) também não há descasamento de prazo com o respectivo lastro dos recebíveis, porém os recebíveis são atualizados a uma taxa prefixada, enquanto as Debêntures possuem remuneração flutuante com base no DI, adicionado de spread fixo de 2,60% a.a. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, a inflação brasileira, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, em dezembro de 2024, foi de 0,52%. Com isso, IPCA acumulado de 12 meses fechou o ano passado com alta de 4,83%. Em janeiro de 2025 o IPCA apresentou uma forte desaceleração, comparativamente ao mês anterior, ficando em 0,16%, com a inflação acumulada dos últimos 12 meses caindo para 4,56%, porém ainda ligeiramente acima do teto da meta. Essa foi a menor taxa de IPCA para o mês de janeiro desde 1994, cuja desaceleração foi puxada pela queda de 14,21% nos preços do subitem energia elétrica residencial, em virtude da incorporação do Bônus de Itaipu, creditado nas faturas emitidas em janeiro. No entanto, o consenso é de que índice de janeiro foi atípico, e a expectativa é de que o IPCA volte a acelerar, pois os preços dos alimentos, itens com significativo peso na composição do índice, seguem em alta, em razão de problemas na oferta decorrentes do clima e, em alguns casos, também pelo aumento da demanda. O centro da meta de inflação perseguida pelo BC é de 3% para os exercícios de 2024 a 2026, com tolerância é de 1,5 ponto percentual para menos ou para mais. Assim, a meta será cumprida se o IPCA ficar no intervalo de 1,5% (piso) a 4,5% (teto). Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros da economia brasileira (Selic). Preocupado com a desancoragem das expectativas de inflação futura, em setembro de 2024, o Copom voltou a elevar a meta da taxa Selic, estando, atualmente posicionada em 13,25%. As projeções para a taxa Selic, divulgadas regularmente pelo Boletim Focus, uma pesquisa semanal realizada pelo Banco Central com economistas do mercado financeiro, é de que a Selic termine o ano de 2025 em 15%. Essas projeções levam em conta vários fatores para ano de 2025, como a expectativa de inflação acima da meta, o crescimento do PIB estimado em 2,04%, o mercado de trabalho aquecido, a apreciação das commodities e o impacto do câmbio sobre os preços, em que pese seu arrefecimento recente. A confirmação deste cenário de elevação da taxa Selic no curto prazo enseja um ligeiro incremento no resultado financeiro da Companhia, em razão do volume de aplicações financeiras alocadas na renda fixa referenciada na taxa DI. Com o resgate integral das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão (Debêntures Mezanino) em 17 de junho de 2022, qualquer alteração da taxa SELIC não impacta o resultado financeiro passivo da Companhia. Neste cenário, na visão consolidada, o resultado líquido tende a aumentar, conforme se pode observar no quadro abaixo.

Cenários

Ativo	Saldo 31/12/2024	Provável 14,75%	Possível (i) 18,44%	Remoto (ii) 22,13%
Aplicações Financeiras	164.976	189.310	195.393	201.477
Direitos Creditórios (PPI)	5.459	5.765	5.841	5.918
Direitos Creditórios (PEP)	25.137	28.224	28.224	28.224
Total do Ativo	195.572	223.299	229.459	235.619
Variação		27.727	33.887	40.047
Passivo	**Saldo 31/12/2024**	**Provável 14,75%**	**Possível (i) 18,44%**	**Remoto (ii) 22,13%**
Total do Passivo	-	-	-	-
Variação		-	-	-
Resultado = TT Ativo - TT Passivo		27.727	33.887	40.047
Resultado da Variação			6.160	12.320

(i) Aumento de 25% da taxa básica de juros (Selic) provável
(ii) Aumento de 50% da taxa básica de juros (Selic) provável
(i) Cenário Possível: premissa considerada pela Administração, com aumento de 25% na taxa básica de juros, indica uma variação positiva no resultado líquido de R$ 6.160.
(ii) Cenário Remoto: premissa considerada pela Administração, com aumento de 50% na taxa básica de juros, indica uma variação positiva no resultado líquido de R$ 12.320.

15. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

A operação atual da Companhia consiste na emissão de valores mobiliários no mercado de capitais, lastreados em Direitos Creditórios do programa de parcelamento de tributos, cedidos pelo Estado de São Paulo, sendo este um dos segmentos de negócios da Companhia, no âmbito de operações de securitização, e a base para tomada de decisões dos administradores.

17. LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO

A tabela a seguir demonstra o lucro líquido valor por ação em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

	2024 Exercício	2023 Exercício
Lucro do exercício (R$ mil)	24.495	12.384
Número de Ações	2.000.000	2.830.956
Lucro por ação - básico e diluído (R$)	12,24758	4,37463

18. TRANSAÇÕES QUE NÃO IMPACTARAM A DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Todas as transações realizadas pela Companhia que envolveu o caixa estão refletidas na demonstração do fluxo de caixa de 31 de dezembro de 2024 e 2023, sendo efetuados como ajuste usual no resultado do exercício os valores contábeis da despesa de depreciação, da realização do ajuste a valor de mercado e de perdas/ganhos no recebimento de créditos. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia realizou as seguintes transações que não envolveram o caixa, e que, portanto, não estão refletidas na demonstração de fluxo de caixa. • Compensação de R$ 46.260 na rubrica contábil "valores transitórios a receber", em virtude da redução do Capital Social (notas explicativas nº 6, 9 e 14). • Compensação de R$ 10.446 na rubrica contábil "valores transitórios a receber", em contrapartida na rubrica contábil "valores transitórios a pagar", em virtude da recuperação de créditos rompidos registrados em perdas (notas explicativas nº 5, 6 a 7).

19. INDEPENDÊNCIA DO AUDITOR

Em atendimento às normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), registre-se que a CPSEC, nos exercícios abrangidos nestas Demonstrações Contábeis, não contratou e nem teve serviços prestados pela Taticca Auditores Independentes S.S. que não os serviços de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

20. OUTROS ASSUNTOS

Supremo Tribunal Federal ("STF") muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária: Em 8 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 - Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 - Recurso Extraordinário nº 955.227. Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões proferidas em ação direta ou em sede de repercussão geral interrompem automaticamente os efeitos temporais das decisões transitadas em julgado nas referidas relações, sem a necessidade de ação rescisória. Ou seja, se anos atrás uma empresa tornou-se titular de decisão transitada em julgado para deixar de recolher algum tributo, essa permissão deixará de gerar efeitos se, e quando, o STF entender que o pagamento do respectivo tributo é devido. A Administração avaliou os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta em impactos em suas Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2024, e em consonância com o CPC 25 / IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC 24 / IAS 10 Eventos Subsequentes. Adequação ao regime de apuração do PIS e da Cofins e às alíquotas próprias da atividade securitizadora: Com fundamento na Lei Federal nº 14.430, de 3 de agosto de 2022, que estendeu a possibilidade das companhias securitizadoras realizarem a securitização de qualquer tipo de direito creditório por meio de sua vinculação a Certificados de Recebíveis ou de outros títulos e valores mobiliários representativos de operações de securitização, e que, também, alterou a Lei Federal nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, para estabelecer que, na determinação da base de cálculo do PIS e da Cofins, poderão ser deduzidas as despesas de captação de recursos incorridas pelas companhias securitizadoras, em qualquer categoria de crédito, ampliando a previsão anterior que era restrita aos créditos imobiliários, financeiros e agrícolas, nestes termos, mesmo estando obrigada ao lucro real, a partir de abril de 2023 a CPSEC passou a calcular e a recolher os tributos federais relativos ao PIS e a Cofins pelo regime cumulativo, empregando as alíquotas próprias da atividade securitizadora, sendo 0,65% para o PIS e 4% para a Cofins.

21. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreu qualquer evento subsequente relevante que merecesse qualquer menção no respectivo relatório e/ou que pudessem alterar ou impactar os saldos das Demonstrações Contábeis findas em 31 de dezembro de 2024.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Jorge Luiz Avila da Silva
Guilherme Afif Domingos
Samuel Yoshiaki Oliveira Kinoshita
Samyla Mileide Fernandes Freitas
Marco Antonio Assalve
Jorge Luiz de Lima
Rogerio Campos
Vivianne Wanderley Araújo Tenório
Andrezza Rosalém Vieira

DIRETORIA

Max Freddy Frauendorf - Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores
Eduardo Walmsley Soares Carneiro - Diretor de Gestão Corporativa
Jorge Luiz Avila da Silva - Diretor Presidente

CONTADOR

Renato Vieira Pita
CRC nº 1SP215.875/O-8 - CPF 280.830.348-35

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia Paulista de Securitização - CPSEC, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e as alterações subsequentes, examinou as Demonstrações Financeiras da Empresa, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado, complementados pelas Notas Explicativas e pelo Relatório de Administração, sobre os negócios sociais e principais fatos administrativos do exercício. Com fundamento nas análises realizadas, bem como nos esclarecimentos adicionais prestados pela Administração e à vista do relatório da Taticca Auditores Independentes S.S., datado de 24 de março de 2025, sem ressalvas, este Conselho é de opinião que o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras estão em condições de ser submetidas à deliberação dos Senhores Acionistas.
É o Parecer.

São Paulo, 25 de março de 2025.

Daniele Carla Machado Cruz **Fábio Aurélio Aguilera Mendes** **João Henrique Martins** **Raquel Araujo dos Santos Berti** **Tzung Shei Ue**

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas,
Conselheiros e Administradores da
Companhia Paulista de Securitização
São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Paulista de Securitização ("Companhia" ou "CPSEC"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia Paulista de Securitização em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase: Transações com partes relacionadas:** Conforme mencionado nas Notas Explicativas 1 e 14, as operações da Companhia são realizadas exclusivamente com seu acionista, o Governo do Estado de São Paulo. Essas operações foram realizadas em condições comerciais e financeiras na forma da Lei estadual. Caso tivessem sido realizadas com terceiros, os resultados das operações poderiam ser diferentes daquelas obtidas. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Direitos creditórios e sua realização:** No contexto de suas operações normais, a Companhia estrutura operações de securitização vinculando direitos creditórios relacionados com créditos detidos pelo Governo do Estado de São Paulo. Como resultado destas operações, seus registros contábeis contemplam os direitos creditórios, originários de créditos tributários cuja titularidade é do Estado de São Paulo, decorrentes de parcelamentos administrativos do PPI (Programa de Parcelamento de Incentivado do ICMS/SP) e do PEP (Programa Especial de Parcelamento do ICMS/SP) mantidos pelo custo amortizado, registrando perdas esperadas com a realização destes créditos, após a completa compensação com as debêntures, enquanto estas não foram integralmente liquidadas, com isso os direitos creditórios adquiridos como a emissão das debêntures subordinadas tiveram o próprio Estado de São Paulo como sendo cedente e adquirente. Assim, quando os referidos créditos sofrerem dúvidas quanto à sua realização, estes são transferidos para "créditos rompidos" e imediatamente utilizados na forma de dação em pagamento para amortização antecipada das debêntures subordinadas, sendo reconhecidas eventuais perdas esperadas. Devido a relevância destas operações, a existência e realização dos créditos adquiridos, bem como a atividade fim da Companhia e os reflexos contábeis provenientes destas movimentações financeiras, podem impactar de forma relevante nas demonstrações contábeis da Companhia e, por isso, foram considerados como significativo em nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Em resposta ao risco significativo de auditoria identificado, mapeamos os processos e as atividades de controles implementados pela Companhia, e efetuamos procedimentos específicos de auditoria, que incluem, mas não se limitam a: • Confronto dos valores das bases analíticas com os correspondentes saldos dos registros contábeis dos direitos; • Comparação da posição da carteira dos direitos creditórios com os relatórios financeiros, analisando se estes relatórios conferem a titularidade dos ativos a Companhia; • Avaliação da adequação divulgação realizadas nas demonstrações contábeis. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que as evidências de auditoria obtidas são apropriadas e suficientes para suportar os registros e a titularidade da Companhia sobre os direitos creditórios, a correta mensuração e contabilização dos respectivos ativos e passivos e as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas. **Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:** Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentadas para fins de comparação, foram auditados, por outros auditores independentes que emitiram o relatório de auditoria independente sem modificação, datado, em 26 de março de 2024. **Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro, e emitir um relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de março de 2025.

TATICCA
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP-03.22.67/O-1

Aderbal Alfonso Hoppe
Contador
CRC-1SC020036/O-8-T-SP

PODCASTS FOLHA

OS MELHORES PODCASTS ESTÃO NA FOLHA. COMECE O DIA BEM INFORMADO E EXPLORE NOVOS CONTEÚDOS.

FOLHA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA-SP

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA-SP** ATRAVÉS DE SEU REPRESENTANTE LEGAL, JULIANO VIGILATO GUIRO, PREFEITO DO MUNICÍPIO, VEM PUBLICAR A QUEM SE INTERESSAR A **ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2025, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 130/2025 EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 12/2025**, CUJO OBJETO É **REGISTRO DE PREÇOS (SRP), VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS E FRACIONADAS DE CONCRETO USINADO E EM CONFORMIDADE COM O TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL**, SENDO A (S) SEGUINTE (S) EMPRESA (S) E VALORES: EMPRESA GAMA MAT. PARA CONSTRUÇÃO TUPI PAULISTA LTDA – R$259.500,00. TUPI PAULISTA, 27 DE MARÇO DE 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDO PRESTES

LEILÃO Nº 01/2025 - EDITAL DE LEILÃO Nº 1-01/2025 (Resumo) O Município de Fernando Prestes, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ sob n.º 47.826.763/0001-50, representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito, MARIEL SEBASTIÃO ROCHA, torna público, para conhecimento de todos os interessados, que será realizado LEILÃO, COM CRITÉRIO DE JULGAMENTO DE MAIOR LANCE, DE BENS MÓVEIS - VEÍCULOS INSERVÍVEIS, no modo de disputa aberto, no dia 28/04/2025, com início às 08:45 horas, Na Sede da Prefeitura Municipal, localizada na Rua São Paulo, nº 57, Centro, para alienação dos bens descritos no Anexo I, que é parte integrante do Edital, regendo-se este pela Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores. Prefeitura municipal de Fernando Prestes 28 de março de 2025. MARIEL SEBASTIÃO ROCHA PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADÓPOLIS

AVISO DE LICITAÇÃO **Concorrência Eletrônica nº 01/2025** Processo nº 004/2025 TIPO: Menor preço global A Prefeitura Municipal de Pradópolis torna público que estará realizando na sede da prefeitura, através da plataforma eletrônica http://187.32.212.89:5656/comprasedital/, por intermédio da SCPI – PORTAL DE COMPRAS (CONCORRÊNCIA ELETRÔNICO), certame licitatório na modalidade Concorrência Eletrônica Nº 01/2025, cujo objeto consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE NOVA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE – UBS NOVA PRADÓPOLIS II. Data e horário do início da sessão: 15 de Maio de 2025, às 10:30 hrs. Local para retirada do Edital: Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Pradópolis sito à Rua Tiradentes nº 958, Centro. O arquivo deverá ser retirado através de mídia (CD / Pendrive) fornecido pelo interessado, das 08h00 min às 11h30min e 13h00min às 16h30min, ou através dos sites https://pradopolis.sp.gov.br/transparencia/licitacoes ou http://187.32.212.89:5656/comprasedital/ Para conhecimento do público, este aviso deverá ser publicado na forma da Lei.

Pradópolis, 28 de Março de 2025.

Saulo Emmanuel Átique Filho - Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE ÁLVARES MACHADO

CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 006/2025 – Processo Administrativo Nº 016/2025
2º EDITAL

Acha-se reaberta na Divisão de Material a CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 006/2025, do tipo menor preço global, para execução de serviços de construção de uma Unidade Básica de Saúde, situada na Rua Antônio Bortoluzzi, s/nº, Vila Paulista, Álvares Machado/SP; nos termos da Proposta nº 11109.7430001/24-002, firmado com o Ministério da Saúde, mais contrapartida do Município; com credenciamento às 9h do dia 14 de abril de 2025 e continuidade da sessão às 9h do dia 16 de abril de 2025. O Edital completo e seus anexos estão disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), pelo site: https://pncp.gov.br/app/editais/43206424000110/2025/16 ou no site: https://www.alvaresmachado.sp.gov.br/conteudo/Publica%C3%A7%C3%B5es/4890. Telefone: (18) 3273-9300, ramal 222 ou pelo e-mail: licitacao@alvaresmachado.sp.gov.br. Álvares Machado, 28 de março de 2025. Luiz Francisco Borgues – Prefeito.

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAOCARA

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 02/2025
Processo Administrativo: 74/2025

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de acompanhamento e orientação dos procedimentos contábeis da Câmara Municipal de Itaocara. **Tipo:** Menor Preço. **Modo de Disputa:** Aberto. **Valor Estimado:** R$ 82.131,12. **Data de Abertura:** 14 de abril de 2025 às 10h - Horário de Brasília/DF. **Endereço Eletrônico:** www.gov.br/compras/pt-br. **Disponibilidade do edital:** Consulta e retirada das 09h às 17h, de segunda a sexta-feira, na Câmara Municipal de Itaocara, através do e-mail licitacao@camaraitaocara.rj.gov.br, ou no endereço eletrônico www.gov.br/compras/pt-br ou www.camaraitaocara.rj.gov.br.
Outras informações através do telefone: (22) 3861 – 8625.

Itaocara/RJ, 28 de março de 2025.

PREFEITURA DE DIVINOLÂNDIA
Construindo Qualidade de Vida

RERRATIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 02/2025

A Prefeitura Municipal de Divinolândia, Estado de São Paulo, através do Prefeito Municipal, torna público a todas as empresas interessadas em participar do referido certame, a rerratificação do Edital da Concorrência Eletrônica nº 02/2025 com as seguintes alterações:

- Alteração do Preambulo;
- Alteração na data de realização do mesmo para o dia 13/05/2025 às 08:30h.

Considerando as alterações acima elencadas, ficam reabertos os prazos para abertura dos envelopes sendo:

Data final de entrega de propostas: 13/05/2025

Realização da Sessão Pública: 13/05/2025

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas do referido edital.

O conteúdo rerratificado poderá ser retirado na prefeitura municipal de Divinolândia – SP de segunda a sexta feira no horário das 08:00min às 11h:00min e 13h00min às 17h00min junto à Divisão de Licitações, bem como pelo portal nacional de contratações (pncp) **www.pncp.gov.br**, bem como pelo site **www.divinolandia.sp.gov.br**.

Publique-se.

Antônio de Pádua Aquisti
Prefeito Municipal

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VARGEM GRANDE PAULISTA /SP

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura do Município de Vargem Grande Paulista, através do Departamento de Licitações e Contratos Administrativos, TORNA PÚBLICO aos interessados que encontra - se aberto processo licitatório, na modalidade CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº 001/2025, Edital nº 040/2025, Processo nº 066/2025, que tem por objeto: Contratação de empresa especializada para execução de ponte de pequeno porte e recuperação de pavimentação asfáltica, sistemas de águas pluviais e sinalização viária na Estrada Ribeirão das Lajes - Bairro Paysage – Vargem Grande Paulista/SP, em conformidade com o projeto, memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e demais condições deste Edital que será dirigida pelo Agente de Contratação e equipe de apoio, nos termos da Portaria de nº. 1247, de 17 de janeiro de 2025, com fundamentação legal na Lei Federal nº 14.133/2021, observadas as disposições da Lei Complementar nº 123/2006 (Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte) e alterações subsequentes. LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: Em sessão eletrônica pela rede de internet, no endereço eletrônico www.novobbmnet.com.br – Sistema: BBMNET Licitações Eletrônicas. INÍCIO DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 03/04/2025 às 08h30min, TÉRMINO DO RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: 16/04/2025 às 13h30min. ABERTURA E ANÁLISE DE PROPOSTA: 16/04/2025 às 13h31min. INÍCIO DA ETAPA DE LANCES: 16/04/2025 às 14h00min; Horário oficial de Brasília - DF. DISPONIBILIDADE DO EDITAL: O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP): nos endereços eletrônicos: www.novobbmnet.com.br e www.vargemgrandepaulista.sp.gov.br - Portal da Transparência). Informações sobre esta licitação poderão ser obtidas pelo telefone (11) 4158.8800 – Ramal 238. Extrato de Publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo, Imprensa Oficial Eletrônica do Município de Vargem Grande Paulista e Diário de Grande Circulação. Em, 28 de março de 2025 – José Luiz de Oliveira Prado – Departamento de Licitações e Contratos Administrativos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE

A Fundação Casa de Cultura torna público, realização de licitação, na modalidade Pregão Eletrônico Nº 01/2025, Processo Nº 12/2025 da Fundação Casa de Cultura.Objeto: Registro de Preços para a contratação de empresas especializadas para a prestação de serviços diversos em atendimento aos eventos da Fundação Casa de Cultura, que ocorrerão no decorrer do ano de 2025 e 2026. Os serviços incluem a locação de estrutura de palco e extensão de palco em vários formatos; equipamentos de sonorização e iluminação de diversos portes; tendas e barracas para suporte estrutural e operacional; barricadas; placas de fechamento; envelopamento de estruturas com tecido; estrutura Box Truss Q30/Q50; equipe de apoio; seguranças;brigadistas; locação de banheiros químicos convencionais e PNE; painel de LED;equipe de filmagem para transmissão simultânea; projetores para mapeamento digital e projeção audiovisual; mesas, cadeiras e ombrelones; locação de geradores; brinquedos; serviço de recreação infantil; buffet de camarim; alimentação, incluindo lanches e marmitex, gelo e caixa térmica, barraca de pipoca e algodão doce; entre outras ações essenciais para o pleno e completo funcionamento dos eventos a serem realizados pela Fundação Casa de Cultura. Data de abertura: 15/04/2025 às 08:30 horas. Edital e anexos disponível no site do município www.pmjm.mg.gov.br; Mais informações: (31) 3859-2514 / 2510 / 2509.João Monlevade, 28 de março de 2025.Nadja Lírio Furtado.Diretora-Presidente.Fundação Casa de Cultura de João Monlevade

AVISO

Encontra-se aberta na **Prefeitura do Município de Ilha Comprida/SP: Pregão Presencial nº 04/2025** do tipo menor preço item para a contratação de empresa para aquisição de materiais descartáveis/consumo de enfermagem para suprir a demanda das Unidades de Saúde do Município de Ilha Comprida/SP, através do SRP (Sistema de Registro de Preços). Entrega e abertura da documentação dar- se- á no dia 10/04/2025 às 09h. O edital em seu inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.ilhacomprida.sp.gov.br. Maristela Osório de Marques Cardona Prefeita Municipal.

PRÓ-SANGUE DOE SANGUE (11) 4573-7800

cosan

COSAN S.A.

CNPJ/MF 50.746.577/0001-15 - NIRE 35.300.177.045

Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 11 de Março de 2025

1. Data, Hora e Local: Aos 11 dias do mês de março de 2025, às 10:00 horas, na sede social da Cosan S.A., localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 4.100, 16º andar, sala 01, Itaim Bibi, CEP 04538-132, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ("Companhia" ou "Emissora"). **2. Presenças:** Presentes todos os membros do Conselho de Administração da Companhia, Srs. Rubens Ometto Silveira Mello - Presidente do Conselho de Administração; Marcelo Eduardo Martins - Vice-Presidente do Conselho de Administração; Luis Henrique Cals de Beauclair Guimarães, Burkhard Otto Cordes, Pedro Isamu Mizutani, Vasco Augusto Pinto da Fonseca Dias Júnior, José Alexandre Scheinkman, Ana Paula Pessoa e Silvia Brasil Coutinho - Membros do Conselho de Administração. Todos os membros participaram da reunião mediante videoconferência, conforme permissão do parágrafo único do artigo 19 do Estatuto Social da Companhia. **3. Convocação:** Dispensada em face da presença de todos os membros do Conselho de Administração, nos termos do artigo 18, parágrafo 1º, do Estatuto Social. **4. Composição da Mesa:** Presidente: Rubens Ometto Silveira Mello e Secretária: Marcela Bruno Coelho. **5. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **(i)** a realização, pela Companhia, nos termos do artigo 59, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações") e do artigo 21, alínea (xi), do Estatuto Social da Companhia, da sua 12ª (décima segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em 3 (três) séries, no valor total de R$ 2.500.000.000,00 (dois bilhões e quinhentos milhões de reais), na Data de Emissão (conforme abaixo definido) ("Debêntures" e "Emissão", respectivamente), as quais serão objeto de distribuição pública, sob o rito de registro automático de distribuição, nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 160, de 13 de julho de 2022 ("Resolução CVM 160") e demais leis e regulamentações aplicáveis ("Oferta"); **(ii)** a autorização expressa à diretoria da Companhia, ou a seus procuradores, para praticar todos os atos, tomar as providências e adotar todas as medidas necessárias para a efetivação das deliberações desta reunião; e **(iii)** ratificação de todos e quaisquer atos já praticados pela diretoria da Companhia ou por seus procuradores para a realização da Emissão e/ou da Oferta. **6.Deliberações:** Após análise das matérias constantes da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram por unanimidade e sem ressalvas: **(i)** Aprovar a realização da Emissão, mediante a celebração do *"Instrumento Particular de Escritura da 12ª (Décima Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em 3 (Três) Séries, para Distribuição Pública, Sob o Rito de Registro Automático de Distribuição, da Cosan S.A."*, a ser celebrado entre a Companhia e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 4.200, Bloco 08, Ala B, Salas 302, 303 e 304, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38 ("Agente Fiduciário" e "Escritura de Emissão", respectivamente), e a realização da Oferta, a qual contará com as seguintes principais características e condições: **(I)** Destinação dos Recursos: Observados os prazos e termos a serem estabelecidos na Escritura de Emissão, os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão serão destinados para gestão de passivos financeiros da Companhia e para gestão ordinária de seus negócios; **(II)** Distribuição e Colocação: As Debêntures serão objeto de distribuição pública, destinada exclusivamente a Investidores Profissionais (conforme definição a ser prevista na Escritura de Emissão), sob o rito de registro automático de distribuição, sem necessidade de análise prévia da CVM, nos termos da Resolução CVM 160, em regime de garantia firme de colocação para o Valor Total da Emissão (conforme abaixo definido), com a intermediação de instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários responsável pela distribuição das Debêntures ("Coordenador Líder"), nos termos do *"Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em 3 (Três) Séries, da 12ª (Décima Segunda) Emissão, da Cosan S.A."*, a ser celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder ("Contrato de Distribuição"); **(III)** Número da Emissão: As Debêntures representam a 12ª (décima segunda) emissão de debêntures da Emissora; **(IV)** Número de Séries: A Emissão será realizada em 3 (três) séries, sendo (a) as Debêntures emitidas no âmbito da primeira série doravante denominadas "Debêntures da Primeira Série" ou "Primeira Série"; (b) as Debêntures emitidas no âmbito da segunda série doravante denominadas "Debêntures da Segunda Série" ou "Segunda Série"; e (c) as Debêntures emitidas no âmbito da terceira série doravante denominadas "Debêntures Terceira Série" ou "Terceira Série", sendo a Primeira Série, a Segunda Série e a Terceira Série denominadas, em conjunto, "Séries"; **(V)** Valor Total da Emissão: O valor total da Emissão será de R$2.500.000.000,00 (dois bilhões e quinhentos milhões de reais), na Data de Emissão ("Valor Total da Emissão"), sendo (i) R$1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais) referente às Debêntures da Primeira Série; (ii) R$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) referente às Debêntures da Segunda Série; e (iii) R$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) referente às Debêntures da Terceira Série; **(VI)** Data de Emissão: Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será aquela prevista na Escritura de Emissão ("Data de Emissão"); **(VII)** Data de Início da Rentabilidade: Para todos os fins e efeitos legais, a data de início da rentabilidade será a Primeira Data de Integralização das Debêntures (conforme abaixo definido) ("Data de Início da Rentabilidade"); **(VIII)** Forma, Tipo e Comprovação de Titularidade: As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Escriturador (conforme será definido na Escritura de Emissão) e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), conforme o caso, será expedido por extrato em nome do Debenturista, que servirá como comprovante de titularidade de tais Debêntures; **(IX)** Conversibilidade: As Debêntures serão simples, ou seja, não serão conversíveis em ações de emissão da Companhia; **(X)** Espécie: As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, sem preferência, não conferindo, portanto, qualquer privilégio especial ou geral a seus titulares; **(XI)** Prazo e Data de Vencimento: Observados os termos a serem dispostos na Escritura de Emissão, e ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures e/ou Resgate Antecipado Facultativo (conforme definido abaixo) das Debêntures, resgate da totalidade das Debêntures decorrente de Oferta de Resgate Antecipado Total (conforme definido abaixo) e Aquisição Facultativa (conforme abaixo definido) das Debêntures, com o consequente cancelamento da totalidade das Debêntures, as: (a) Debêntures da Primeira Série terão prazo de vencimento de 1.462 (mil, quatrocentos e dois) dias corridos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em data a ser estipulada na Escritura de Emissão ("Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série"); (b) Debêntures da Segunda Série terão prazo de vencimento de 1.826 (mil, oitocentos e vinte e seis) dias corridos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em data a ser estipulada na Escritura de Emissão ("Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série"); e (iii) Debêntures da Terceira Série terão prazo de vencimento de 2.557 (dois mil, quinhentos e cinquenta e sete) dias corridos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em data a ser estipulada na Escritura de Emissão ("Data de Vencimento das Debêntures da Terceira Série", e em conjunto com a Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série e a Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série", ("Data de Vencimento"); **(XII)** Valor Nominal Unitário: As Debêntures terão valor nominal unitário de R$1.000,00 (mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário"); **(XIII)** Quantidade: Serão emitidas 2.500.000 (dois milhões e quinhentas mil) Debêntures na Data de Emissão, sendo (i) 1.500.000 (um milhão e quinhentas mil) Debêntures emitidas no âmbito da Primeira Série; (ii) 500.000 (quinhentas mil) Debêntures emitidas no âmbito da Segunda Série; e (iii) 500.000 (quinhentas mil) Debêntures emitidas no âmbito da Terceira Série; **(XIV)** Coleta de Intenções de Investimento (Procedimento de *Bookbuilding*): O Coordenador Líder organizará procedimento de coleta de intenções de investimento, nos termos do artigo 61, parágrafos 2º e 4º e artigo 62, parágrafo único da Resolução CVM 160, sem lotes mínimos ou máximos, para definir as taxas finais da Remuneração (conforme abaixo definido), observadas as Taxas Teto (conforme abaixo definido) e a demanda pelas Debêntures de cada série ("Procedimento de *Bookbuilding*"); **(XV)** Preço de Subscrição e Forma de Integralização: As Debêntures serão subscritas, a qualquer momento, a partir da data de início de distribuição, conforme informada no anúncio de início de distribuição, durante o período de distribuição das Debêntures previsto no artigo 48 da Resolução CVM 160, sendo que as Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, de acordo com as normas de liquidação e procedimentos operacionais estabelecidos pela B3. Na primeira data de integralização da respectiva Série ("Primeira Data de Integralização"), as Debêntures serão integralizadas pelo seu Valor Nominal Unitário. Caso qualquer Debênture venha a ser integralizada em data diversa e posterior à Primeira Data de Integralização da respectiva Série (cada uma, uma "Data de Integralização"), a integralização deverá considerar seu respectivo Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração da respectiva Série, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade da respectiva Série (inclusive) até a respectiva e efetiva Data de Integralização da respectiva Série (exclusive) ("Preço de Integralização"). As Debêntures poderão ainda, em qualquer Data de Integralização, serem colocadas com ágio ou deságio, a ser definido pelo Coordenador Líder, desde que aplicado de forma igualitária à totalidade das Debêntures de uma mesma Série subscritas e integralizadas em uma mesma Data de Integralização. A aplicação do ágio ou deságio será realizada em função de condições objetivas de mercado, a exclusivo critério do Coordenador Líder, incluindo, mas não se limitando a: (i) alteração na taxa básica de juros (SELIC); (ii) alteração na remuneração dos títulos do tesouro nacional; (iii) alteração na Taxa DI (conforme abaixo definida); ou (iv) alteração material nas taxas indicativas de negociação de títulos de renda fixa (debêntures, certificados de recebíveis imobiliários, certificados de recebíveis do agronegócio e outros) divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA); **(XVI)** Atualização Monetária: O Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente; **(XVII)** Remuneração: *(a) Remuneração das Debêntures da Primeira Série.* Sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias do DI - Depósito Interfinanceiro de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente de *spread* (sobretaxa) a ser definida no Procedimento de *Bookbuilding*, limitada a 0,60% (sessenta centésimos por cento) ao ano ("Taxa Teto das Debêntures da Primeira Série"), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração das Debêntures da Primeira Série"); *(b) Remuneração das Debêntures da Segunda Série.* Sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada da Taxa DI, acrescida exponencialmente de *spread* (sobretaxa) a ser definida no Procedimento de *Bookbuilding*, limitada a 0,70% (setenta centésimos por cento) ao ano ("Taxa Teto das Debêntures da Segunda Série"), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração das Debêntures da Segunda Série"); e *(c) Remuneração das Debêntures da Terceira Série.* Sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada da Taxa DI, acrescida exponencialmente de *spread* (sobretaxa) a ser definida no Procedimento de *Bookbuilding*, limitada a 1,00% (um por cento) ao ano ("Taxa Teto das Debêntures da Terceira Série" e, em conjunto com a Taxa Teto das Debêntures da Primeira Série e a Taxa Teto das Debêntures da Segunda Série, "Taxas Teto"), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração das Debêntures da Terceira Série" e, em conjunto com a Remuneração das Debêntures da Primeira Série e a Remuneração das Debêntures Segunda Série, "Remuneração"). A Remuneração será calculada de acordo com a fórmula que será prevista na Escritura de Emissão; **(XVIII)** Pagamento da Remuneração: *(a) Pagamento da Remuneração da Primeira Série.* Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de Resgate Antecipado Facultativo, Oferta de Resgate Antecipado Total e/ou Aquisição Facultativa das Debêntures da Primeira Série, com o consequente cancelamento da totalidade das Debêntures da Primeira Série ou vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão, a Remuneração das Debêntures da Primeira Série será paga em uma única data, qual seja, na data a ser estipulada na Escritura de Emissão; *(b) Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série.* Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de Resgate Antecipado Facultativo, de Oferta de Resgate Antecipado Total e/ou Aquisição Facultativa das Debêntures da Segunda Série, com o consequente cancelamento da totalidade das Debêntures da Segunda Série ou vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão, a Remuneração das Debêntures da Segunda Série será paga conforme datas a serem previstas na Escritura de Emissão; e *(c) Pagamento da Remuneração das Debêntures da Terceira Série.* Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de Resgate Antecipado Facultativo, de Oferta de Resgate Antecipado Total e/ou Aquisição Facultativa das Debêntures da Terceira Série, com o consequente cancelamento da totalidade das Debêntures da Terceira Série ou vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão, a Remuneração das Debêntures da Terceira Série será paga conforme datas a serem previstas na Escritura de Emissão; **(XIX)** Amortização do Valor Nominal Unitário: *(a) Amortização do Valor Nominal Unitário da Primeira Série.* Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de Resgate Antecipado Facultativo, Amortização Extraordinária Facultativa, Oferta de Resgate Antecipado Total e/ou Aquisição Facultativa das Debêntures da Primeira Série, com consequente cancelamento da totalidade das Debêntures da Primeira Série ou vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão, o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série será amortizado em uma única data, qual seja, na Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série; *(b) Amortização do Valor Nominal Unitário da Segunda Série.* Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de Resgate Antecipado Facultativo, Amortização Extraordinária Facultativa, Oferta de Resgate Antecipado Total, e/ou Aquisição Facultativa das Debêntures da Segunda Série, com o consequente cancelamento da totalidade das Debêntures da Segunda Série ou vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão, o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série será amortizado em uma única data, qual seja, na Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série; e *(c) Amortização do Valor Nominal Unitário da Terceira Série.* Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de Resgate Antecipado Facultativo, Amortização Extraordinária Facultativa, Oferta de Resgate Antecipado Total e/ou Aquisição Facultativa das Debêntures da Terceira Série, com o consequente cancelamento da totalidade das Debêntures da Terceira Série ou vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão, o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série será amortizado em uma única data, qual seja, na Data de Vencimento das Debêntures da Terceira Série; **(XX)** Local de Pagamento: Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela B3 para as Debêntures custodiadas eletronicamente nela; e/ou (ii) os procedimentos adotados pelo Escriturador, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na B3; **(XXI)** Prorrogação dos Prazos: Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação até o 1º (primeiro) Dia Útil (conforme será definido na Escritura de Emissão) subsequente, se a data do vencimento coincidir com dia em que não seja Dia Útil; **(XXII)** Encargos Moratórios: Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, ficarão sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento); e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, ambos calculados sobre o montante devido e não pago ("Encargos Moratórios"); **(XXIII)** Repactuação: Não haverá repactuação programada; **(XXIV)** Classificação de Risco: Será contratada como agência de classificação de risco da Oferta a Fitch Ratings Brasil Ltda. ("Agência de Classificação de Risco"); **(XXV)** Resgate Antecipado Facultativo: A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar o resgate antecipado facultativo da totalidade (i) das Debêntures da Primeira Série efetivamente subscritas e integralizadas, a partir da data a ser estipulada na Escritura de Emissão, inclusive; (ii) das Debêntures da Segunda Série efetivamente subscritas e integralizadas, a partir da data a ser estipulada na Escritura de Emissão, inclusive; e (iii) das Debêntures da Terceira Série efetivamente subscritas e integralizadas, a partir da data a ser estipulada na Escritura de Emissão, inclusive, sendo, em qualquer caso, sendo vedado o resgate parcial de cada uma das Séries ("Resgate Antecipado Facultativo"). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo, o valor devido pela Emissora será equivalente: (a) ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da respectiva Série a serem resgatadas, acrescido (b) da Remuneração da respectiva Série, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade da respectiva Série, ou a Data do Pagamento da Remuneração da respectiva Série imediatamente anterior, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo; (c) dos Encargos Moratórios devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo; e (d) sobre os valores descritos nos itens (a), (b) e (c) acima, de prêmio correspondente a *(x)* 0,15% (quinze centésimos por cento) ao ano referentes às Debêntures da Primeira Série; *(y)* 0,20% (vinte centésimos por cento) ao ano referentes às Debêntures da Segunda Série; e *(z)* 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) ao ano referentes às Debêntures da Terceira Série, em todos os casos, calculado *pro rata temporis*, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, considerando a quantidade de Dias Úteis a transcorrer entre a data do Resgate Antecipado Facultativo e a Data de Vencimento da respectiva Série, conforme fórmula a ser prevista na Escritura de Emissão. Não será admitido o resgate antecipado facultativo parcial das Debêntures; **(XXVI)** Amortização Extraordinária Facultativa: A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar a amortização extraordinária facultativa (i) das Debêntures da Primeira Série efetivamente subscritas e integralizadas, a partir da data a ser estipulada na Escritura de Emissão, inclusive; (ii) das Debêntures da Segunda Série efetivamente subscritas e integralizadas, a partir da data a ser estipulada na Escritura de Emissão, inclusive; e (iii) das Debêntures da Terceira Série efetivamente subscritas e integralizadas, a partir da data a ser estipulada na Escritura de Emissão, observado o limite de 98,00% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da respectiva Série ("Amortização Extraordinária Facultativa") ("Amortização Extraordinária Facultativa"). Por ocasião da Amortização Extraordinária Facultativa, o valor devido pela Emissora será equivalente à parcela do Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário) das Debêntures da respectiva Série a serem amortizadas, acrescido (i) da Remuneração da respectiva Série, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade da Respectiva Série, ou a Data do Pagamento da Remuneração da respectiva Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data da efetiva Amortização Extraordinária Facultativa; (ii) dos Encargos Moratórios devidos e não pagos até a data da Amortização Extraordinária Facultativa; e (iii) sobre os valores descritos nos itens (i) e (ii) acima, de prêmio correspondente a *(x)* 0,15% (quinze centésimos por cento) ao ano referente às Debêntures da Primeira Série; *(y)* 0,20% (vinte centésimos por cento) ao ano referentes às Debêntures da Segunda Série; e *(z)* 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) ao ano referentes às Debêntures da Terceira Série, em todos os casos, calculado *pro rata temporis*, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, considerando a quantidade de Dias Úteis a transcorrer entre a data da Amortização Extraordinária Facultativa e a Data de Vencimento da respectiva Série, conforme fórmula a ser prevista na Escritura de Emissão; **(XXVII)** Oferta de Resgate Antecipado Total: A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, realizar oferta de resgate antecipado da totalidade das Debêntures da Primeira Série, das Debêntures da Segunda Série e/ou das Debêntures da Terceira Série efetivamente subscritas e integralizadas, em conjunto ou individualmente, endereçada a todos os Debenturistas e/ou a todos os Debenturistas de uma mesma Série, conforme aplicável, sendo assegurado a todos os Debenturistas e/ou a todos os Debenturistas de uma mesma Série, conforme aplicável, igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures por eles detidas ("Oferta de Resgate Antecipado Total"). A Oferta de Resgate Antecipado Total será operacionalizada conforme termos a serem descritos na Escritura de Emissão; **(XXVIII)** Aquisição Facultativa: A Emissora poderá, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, condicionado ao aceite do respectivo Debenturista vendedor, adquirir Debêntures da Primeira Série, das Debêntures da Segunda Série, e/ou das Debêntures da Terceira Série no mercado secundário, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e na Resolução da CVM nº 77, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 77"), desde que observe as eventuais regras expedidas pela CVM, devendo tal fato, se assim exigido pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora ("Aquisição Facultativa"). As Debêntures da respectiva Série adquiridas pela Emissora, de acordo com os termos a serem previstos na Escritura de Emissão, poderão, a critério da Emissora, ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures da respectiva Série adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos da Escritura de Emissão, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures da respectiva Série; **(XXIX)** Desmembramento: Não será admitido o desmembramento, nos termos do inciso IX do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações; **(XXX)** Vencimento Antecipado: As obrigações decorrentes das Debêntures terão seu vencimento antecipado automático ou não automático declarado nas hipóteses e nos termos a serem negociados pela Companhia na Escritura de Emissão; e **(XXXI)** Demais Condições: Todas as demais condições e regras específicas relacionadas à Emissão e/ou às Debêntures serão aquelas especificadas na Escritura de Emissão. **(ii)** Autorizar expressamente a diretoria da Companhia, ou a seus procuradores, a praticar todos os atos, tomar as providências e adotar todas as medidas necessárias para a efetivação das deliberações desta reunião, mas não se limitando, à **(a)** contratação do Coordenador Líder e dos demais prestadores de serviços relativos à Emissão e/ou à Oferta, tais como o banco liquidante, o escriturador, a B3, o Agente Fiduciário, a Agência de Classificação de Risco e os assessores legais, dentre outros, podendo, inclusive, negociar e fixar o preço e as condições para a respectiva contratação dos serviços, bem como assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais alterações em aditamentos; e **(b)** discussão, negociação e definição dos termos e condições, observado o disposto nas deliberações desta reunião, da Emissão, da Oferta e/ou das Debêntures, as especificações e as exceções aplicáveis às hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures, bem como os prêmios de resgate e amortização das Debêntures, bem como a celebração do Contrato de Distribuição, da Escritura de Emissão e eventuais aditamentos, inclusive o aditamento à Escritura de Emissão que refletirá o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, e ainda de todos os demais documentos pertinentes à realização da Emissão e/ou da Oferta, tais como declarações, requerimentos, termos, dentre outros, observado o disposto nas deliberações desta reunião; e **(iii)** Ratificar todos e quaisquer atos já praticados pela diretoria da Companhia ou por seus procuradores para a realização da Emissão e/ou da Oferta, inclusive aqueles relacionados aos atos descritos no item (ii) acima. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata, que, depois de lida, conferida e achada conforme, foi por todos assinada. São Paulo (SP), 11 de março de 2025. (aa) Rubens Ometto Silveira Mello - Presidente da Mesa e do Conselho de Administração; Marcela Bruno Coelho - Secretária da Mesa; Marcelo Eduardo Martins - Vice-Presidente do Conselho de Administração; Luis Henrique Cals de Beauclair Guimarães, Burkhard Otto Cordes, Pedro Isamu Mizutani, Vasco Augusto Pinto da Fonseca Dias Junior, José Alexandre Scheinkman, Ana Paula Pessoa e Silvia Brasil Coutinho - Conselheiros. São Paulo (SP), 11 de março de 2025. **Marcela Bruno Coelho** - Secretária. **JUCESP** nº 96.765/25-2 em 20/03/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

EU



DOAR

A Fundação Pró-Sangue precisa do seu apoio.

Doe sangue e ajude a salvar uma vida.

Utilizando a ferramenta de agendamento online, sua doação é mais rápida. Você economiza tempo na triagem e evita aglomerações nos postos.

Use sempre máscara e fique tranquilo, a Fundação Pró-Sangue toma todas as medidas de distanciamento e higiene necessárias para você realizar a sua doação de sangue com segurança.

Acesse o site e verifique os dias disponíveis e os horários de funcionamento de cada posto.

DOE SANGUE
(11) 4573-7800

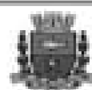
Agende sua doação de sangue online:



www.prosangue.sp.gov.br

Apoio Folha

FOLHA



Município da Estância Turística de Piraju

SUSPENSÃO DE EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO N. 07/2025

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PIRAJU**, estado de São Paulo, torna pública a **SUSPENSÃO** do vencimento do Edital do Pregão Eletrônico n. 07/2025 (processo administrativo n. 1108/2025), o qual visa ao registro de preços de pneus, câmaras e outros itens de borracharia, inicialmente previsto para o dia 04/04/2025, às 9h.

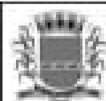
Carlos Alberto Camargo Lima - PREFEITO MUNICIPAL

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO CLARO

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Edital n. 17/2025 – Pregão Eletrônico n. 15/2025
Órgão: Diretoria Médica
Objeto: Destinado a aquisição de materiais e equipamentos hospitalares através de emenda parlamentar. A sessão pública deste Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico: http://comprasbr.com.br. A sessão de disputa de preços será dia 15/04/2025 a partir das 09h. Edital disponível a partir do dia 31/03/2025 através dos sites: http://comprasbr.com.br e http://licitacao.saude.rc.sp.gov.br/

Rio Claro, 28 de março de 2025.
WERNER WIDMER - Presidente da FMSRC em exercício.



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PARANAPANEMA

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL – N.º 20/2025 – N.º PROC. ADM. 232/2025

A Prefeitura Municipal de Paranapanema/SP torna público para conhecimento dos interessados, que encontra se aberta a licitação na modalidade Pregão Presencial n.º 20/2025, cujo objeto é a Aquisição de gêneros alimentícios perecíveis, hortifrutigranjeiros e carnes para atender a demanda da Instituição de Acolhimento "Casa Abrigo Pimpolho", de acordo com o Anexo III - Termo de Referência do edital. Os envelopes de n.º 01(Proposta) e n.º 02 (Habilitação) deverão ser protocolados até as 09h00min do dia 15 de abril de 2025. A sessão pública se dará a seguir, no mesmo dia e horário. O edital encontra-se a disposição no endereço acima em horário de expediente, até as 24 horas que antecedem a data do recebimento dos envelopes ou site www.paranapanema.sp.gov.br e https://www.gov.br/pncp/pt-br. Maiores informações no setor de Licitações, fone (14)3500-9218 ou silas.licitacao@paranapanema.sp.gov.br, danila.compras@paranapanema.sp.gov.br.

Paranapanema/SP, Rodolfo Hessel Fanganiello – Prefeito Municipal, 28/03/2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU

NOTIFICAÇÃO DE ABERTURA

ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE LEI Nº 14.133/2021 - UASG: 986219 - Edital nº 164/2025 - PE SMS nº 111/2025 - Processo: 9.800/2025 - Modalidade: Pregão Eletrônico **COMPRAS GOV nº Nº 93164/2025 - REGISTRO DE PREÇOS - AMPLA PARTICIPAÇÃO - MODO DE DISPUTA ABERTO** - por meio da INTERNET - Tipo Menor Preço por Lote - **Objeto:** AQUISIÇÃO ESTIMADA ANUAL DE MEDICAMENTOS REMUME PARA ATENDIMENTO À UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, DEVIDAMENTE ESPECIFICADOS NO ANEXO I DO EDITAL, ATRAVÉS DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - Período para entrega das propostas: **31/03/2025 às 8h até 11/04/2025 às 9h.** Data prevista para abertura da sessão pública: **11/04/2025 às 9h. Pregoeira: Mônica Alesandra de Oliveira.** O Edital completo e informações poderão ser obtidos na Divisão de Compras e Licitações, Rua Gérson França, 7-49, 1º andar, Centro, CEP: 17015-200 - Bauru/SP, fone (14) 3104-1463/1464/1465, ou pelo site www.bauru.sp.gov.br, ou através do site https://www.gov.br/compras/pt-br - **Id contratação PNCP: 46137410000180-1-000158/2025** onde se realizará a sessão de pregão eletrônico, com os licitantes devidamente credenciados.

Bauru, 28/03/2025 - compras_saude@bauru.sp.gov.br
Juliana Priscilla Dionisio Zanotto - Diretora da Divisão de Compras e Licitações - S.M.S.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU

NOTIFICAÇÃO DE ABERTURA

ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE LEI Nº 14.133/2021 - UASG: 986219 - Edital nº 166/2025 - PE SMS nº 112/2025 - Processo: 9.852/2025 - Modalidade: Pregão Eletrônico **COMPRAS GOV nº Nº 93.166/2025 (SRP)** - Sistema de Registro de Preço - **AMPLA PARTICIPAÇÃO - MODO DE DISPUTA ABERTO** - por meio da INTERNET - Tipo Menor Preço por item - Objeto: ***AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA O ABASTECIMENTO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, ATENDIMENTO ESPECIALIZADO E URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, DEVIDAMENTE ESPECIFICADOS NO ANEXO I DO EDITAL, ATRAVÉS DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS*** - Período para entrega das propostas: **de 31/03/2025 08:00:00 até 11/04/2025 09:00:00**. Data prevista para abertura da sessão pública: **11/04/2025 às 09h. Pregoeiro: Renato Vinicios Aquino**, O Edital completo e informações poderão ser obtidos na Divisão de Compras e Licitações, Rua Gérson França, 7-49, 1º andar, Centro, CEP: 17015-200 - Bauru/SP, fone (14) 3104-1463/1464/1465, ou pelo site www.bauru.sp.gov.br, ou através do site https://www.gov.br/compras/pt-br - **Id contratação PNCP: 46137410000180-1-000156/2025** onde se realizará a sessão de pregão eletrônico, com os licitantes devidamente credenciados.

Bauru, 28/03/2025 - compras_saude@bauru.sp.gov.br
Juliana Priscila Dionisio Zanotto - Diretora da Divisão de Compras e Licitações - S.M.S.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU

NOTIFICAÇÃO DE ABERTURA

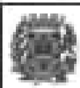
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE LEI Nº 14.133/2021 - UASG: 986219 - Edital nº 83/2025 - PE SMS nº 38/2025 - Processo: 95.211/2024 - Modalidade: Pregão Eletrônico **COMPRAS GOV nº Nº 93083/2025 - COMPRA ÚNICA/NOTA DE EMPENHO - ME/EPP - MODO DE DISPUTA ABERTO** - por meio da INTERNET - Tipo Menor Preço por Lote - **Objeto:** AQUISIÇÃO DE RODO LIMPA VIDRO COM CABO EXTENSOR, DESTINADO ÀS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BAURU, DEVIDAMENTE ESPECIFICADOS NO ANEXO I DO EDITAL, ATRAVÉS DE NOTA DE EMPENHO - Período para entrega das propostas: **31/03/2025 às 8h até 11/04/2025 às 9h.** Data prevista para abertura da sessão pública: **11/04/2025 às 9h. Pregoeira: Mônica Alesandra de Oliveira**, O Edital completo e informações poderão ser obtidos na Divisão de Compras e Licitações, Rua Gérson França, 7-49, 1º andar, Centro, CEP: 17015-200 - Bauru/SP, fone (14) 3104-1463/1464/1465, ou pelo site www.bauru.sp.gov.br, ou através do site https://www.gov.br/compras/pt-br - **Id contratação PNCP: 46137410000180-1-000142/2025** onde se realizará a sessão de pregão eletrônico, com os licitantes devidamente credenciados.

Bauru, 28/03/2025 - compras_saude@bauru.sp.gov.br
Juliana Priscilla Dionisio Zanotto - Diretora da Divisão de Compras e Licitações - S.M.S.

PREFEITURA DA ESTANCIA TURÍSTICA DE SÃO ROQUE

RESUMO DE EDITAL – CP 003/2025 – Contratação de Empresa Especializada para Construção de Unidade Básica de Saúde no Bairro Jardim Santa Vitória em São Roque - SP. Encerramento às 09h00 horas do dia 15/05/2025. O edital estará à disposição a partir do dia 31/03/2025, no site **www.saoroque.sp.gov.br**.

RESUMO DE EDITAL – PE 005/2025 – Registro de Preços para aquisição de materiais médico-hospitalares e medicamentos para atender o serviço de Assistência Farmacêutica do Departamento de Saúde. Encerramento às 08h45 horas do dia 24/04/2025. O edital estará à disposição a partir do dia 01/04/2025, no site **www.saoroque.sp.gov.br**.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARARAPES

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
PROCESSO Nº 040/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DESTINADA À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUOS, COM FORNECIMENTO DE INSUMOS E MÃO DE OBRA, PARA EXERCER O SERVIÇO DE PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR, DE ACORDO COM A LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO (LBI 13.146/2015), ART. 3º, INCISO XIII, PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO, NAS ATIVIDADES, QUE APRESENTEM LIMITAÇÕES MOTORAS E OUTRAS QUE ACARRETEM DIFICULDADES DE CARÁTER PERMANENTE OU TEMPORÁRIO NO AUTOCUIDADO, EM UNIDADES ESCOLARES PERTENCENTES À REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA QUE INTEGRA O PRESENTE EDITAL COMO ANEXO I. Recebimento das Propostas: das 09h00min do dia 01/04/2025 às 08h30min do dia 15/04/2025. Abertura das Propostas: às 08h31min do dia 15/04/2025. Início da Sessão de Disputa: às 09h00min do dia 15/04/2025. Local: www.bll.org.br. Modo de Disputa: Aberto. OBS: O Edital encontra-se a disposição dos interessados nos sites www.guararapes.sp.gov.br e www.bll.org.br. Maiores informações contato via e-mail: compras@guararapes.sp.gov.br e telefone: (18) 3606-8000, ramais 8046/8047.

Guararapes, 28 de março de 2025
Enevaldo Albano - Diretor do Departamento de Gestão de Material e Patrimônio

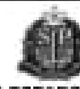
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO CLARO

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

EDITAL N. 22/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO PREÇO N. 20/2025
Órgão: Fundação Municipal de Saúde
OBJETO: VISA O EVENTUAL FORNECIMENTO/AQUISIÇÃO GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIVERSOS (AÇÚCAR, CHÁS, SUCOS E BISCOITOS) ATRAVÉS DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO, para atender a FMSRC através de **PREGÃO ELETRÔNICO**. A sessão pública deste Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico: http://comprasbr.com.br. A sessão de disputa de preços será dia 08.04.2025 à partir das 09h00min. EDITAL disponível a partir do dia 31.03.2025 através dos Sites: http://comprasbr.com.br e http://licitacao.saude.rc.sp.gov.br/.

Rio Claro, 28 de março de 2025.
Werner Widmer - Presidente da FMSRC em exercício.

O ***SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE TRANSPORTE ESCOLAR DO MUNICIPIO DE SÃO PAULO E REGIÃO - SINTTEASP, CNPJ:10.309.777/0001-96*** - Base Territorial: Aparecida, Areias, Arujá, Bananal, Bertioga, Biritiba-Mirim, Caçapava, Cachoeira Paulista, Campos do Jordão, Canas, Caraguatatuba, Cubatão, Cruzeiro, Cunha, Guarujá, Ferraz de Vasconcelos/SP, Guararema, Guaratinguetá, Guarulhos, Igaratá, Iguape, Itaquaquecetuba, Itanhaém, Jacareí, Jambeiro, Juquiá, Lagoinha, Lavrinhas, Lorena, Miracatu, Mogi das Cruzes, Mongaguá, Monteiro Lobato, Natividade da Serra, Paraibuna, Pariquera-Açu, Pedro de Toledo, Pindamonhangaba, Piquete, Poá, Praia Grande, Queluz, Redenção da Serra, Registro, Roseira, Salesópolis, Santa Branca, Santa Isabel, Santos, Santo Antônio do Pinhal, São Bento do Sapucaí, São José do Barreiro/SP, São José dos Campos, São Luís do Paraitinga, São Paulo, São Sebastião, Silveira, Suzano, Taubaté e Tremembé, Ubatuba. **Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinárias (CAMPANHA SALARIAL 2025/2026)** - No uso de minhas atribuições estatutárias convoco todos os trabalhadores associados ou não para assembleia geral extraordinaria a ser realizada no dia 31 de Março de 2025 as 8:00 em primeira convocação e as 8:30 em segunda convocação, locais rua Franklin Alves de Moura,424, Vila Antártica, Praia Grande, e no dia 03 de Abril de 2025, em primeira convocação as 8:00 e em segunda convocação as 8:30, na rua Dr Fernando Costa, 327, Centro, Pariquera Açu, no dia 14 de abril de 2025 as 8:00 em primeira convocação e as 8:30 em segunda convocação, na Avenida Getulio Vargas, 3460, ***Jacareí, SP,*** no dia 15 de abril de 2025 em primeira convocação as 8:00 e em segunda convocação as 8:30 na avenida Rodoviária Rosalvo de Almeida Teles,33, Jd. Maria Cândida, Caçapava, SP, dia 22 de abril de 2025 no endereço da sede rua Roberto Simonsen 72, centro São Paulo as 8:00 em primeira convocação e as 8:30 em segunda convocação, para discutir a seguinte pauta, a)- mudança de endereço, B)- aprovação de pauta para negociação, c)- aprovação do modelo de oposição a contribuições sindicais, sem mais, Alexandre Gerolamo de Almeida, diretor presidente.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL

EDITAL DE REPUBLICAÇÃO DE LEILÃO DE IMÓVEIS Nº 001/2025

Nº do Processo: 018.00017760/2023-17
Interessado: Secretaria de Gestão e Governo Digital
Assunto: Rua Professora Zenita Alcântara Nogueira, S/N, Vila Tragem, Bauru - SP

Torna-se público que o Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Gestão e Governo Digital, inscrita no CNPJ sob o nº 30.467.292/0001-07, sediada Avenida Rangel Pestana, nº 300, 14º e 16º andares, Sé, São Paulo/SP, doravante referida como "Unidade Contratante", realizará licitação na modalidade LEILÃO, na forma ELETRÔNICA, com o critério de julgamento por MAIOR LANCE POR ITEM, para venda do imóvel descrito e caracterizado no Anexo I deste Edital, na situação jurídica e no estado de conservação em que se encontra, sob a responsabilidade do Leiloeiro Oficial senhora MARLANE BORGES DE PAULA, inscrito no CPF/MF sob o nº 122.197.426-90, leiloeiro oficial matriculado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o nº 601, conforme contrato de prestação de serviços que constitui o documento SEI nº 0047824407dos autos do Processo nº 018.00027682/2024-21.

Esta licitação será regida pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto nº 21.981, de 19 de outubro de 1932, pelo Decreto estadual nº 68.422, de 2 de abril de 2024, e pelas demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

DATA E HORÁRIO DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 25/04/2025 às 10h (horário de Brasília)

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA (sítio eletrônico): **confiancaleiloes.com.br**

O leilão eletrônico será realizado mediante cadastramento prévio dos interessados no sistema indicado no sítio eletrônico **confiancaleiloes.com.br a partir das 10h00 (dez) horas do dia 25 de abril de 2025 até as 16h00 (dezesseis) horas do dia 25 de abril de 2025.**

O Edital poderá ser consultado pelos interessados nos sítios eletrônicos **https://pncp.gov.br/** (Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP), **confiancaleiloes.com.br**, **doe.sp.gov.br** e **Leilões** (sggd.sp.gov.br/sggd/transparência/editais/leilões) ou na sede da Unidade Contratante, mediante simples requerimento ou por meio eletrônico.

EDITAL DE 1º e 2º PÚBLICOS LEILÕES DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

1º Público Leilão: 11 de Abril de 2025 a partir das 09h00
2º Público Leilão: 17 de Abril de 2025 a partir das 14h00

ALEXANDRE TRAVASSOS, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 951, com escritório na Rua Sebastião Aniceto de Jesus Lins, nº 1177, Jardim Elisa, Embu das Artes/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **VERT COMPANHIA SECURITIZADORA,** inscrita no CNPJ sob nº 25.005.683/0001-09, venderá em 1º ou 2º Leilão Público Extrajudicial, nos termos do Contrato de empréstimo e pacto adjeto de alienação fiduciária em garantia de bem imóvel com emissão de cédula de crédito imobiliário - CCI nº 10087, Série 2022, datado em 01/08/2022, o seguinte imóvel em lote único: O apartamento nº 14, situado no 1º andar ou 2º pavimento do Edifício Oliva, com entrada pelo nº 411 da rua Brigadeiro Galvão, no 35º Subdistrito Barra Funda, correspondendo-lhe uma área útil de 52,60 metros quadrados, mais o terraço com 8,30 metros quadrados, num total de 60,90 metros quadrados, área comum de 10,46 metros quadrados, área construída de 71,36 metros quadrados e uma quota parte ideal no terreno de 4,328/100.000 avos. Matrícula nº 120.730 do 15º Cartório do Registro de Imóveis de São Paulo/SP. Cadastrado na Prefeitura Municipal sob nº 020.048.0054-2. **1º PÚBLICO LEILÃO - VALOR: R$ 253.953,51 (duzentos e cinquenta e três mil, novecentos e cinquenta e três reais e cinquenta e um centavos). 2º PÚBLICO LEILÃO - VALOR: R$ 196.513,37 (cento e noventa e seis mil, quinhentos e treze reais e trinta e sete centavos).** O arrematante pagará à vista, o valor da arrematação, 5% de comissão do leiloeiro e arcará com despesas cartoriais, impostos de transmissão para lavratura e registro de escritura, e com todas as despesas que vencerem a partir da data de arrematação. **O imóvel será entregue no estado em que se encontra. Venda ad corpus. Imóvel ocupado, desocupação a cargo do arrematante, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97.** Ficam os **Devedora Fiduciante Suzilene Simões de Oliveira**, RG nº 57.555.883-7-SSP/SP, inscrita no CPF sob nº 386.752.422-04, intimados das datas dos leilões pelo presente edital. Leilão online, os interessados deverão obrigatoriamente, tomar conhecimento do edital completo através da Loja SOLD LEILÕES (sold.superbid.net) e no SUPERBID EXCHANGE (www.superbid.net).

Informações: (11) 4950-9602 - Av. Eng. Luis Carlos Berrini, nº 105 - Condominio Thera Office - Cjs 401 e 414 - CEP: 04571-010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N. 024/2025 EDITAL N. 024/2025

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO, PRODUÇÃO E MONTAGEM DE ESTRUTURAS CENOGRÁFICAS TEMÁTICAS, EM ATENDIMENTO AO EVENTO DA "ENCENAÇÃO DA PAIXÃO DE CRISTO".
A sessão pública será realizada no endereço eletrônico **www.comprasbr.com.br** no dia 11.04.2025 a partir das 09h00min. EDITAL disponível dia 31.03.2025 através dos Sites: **www.comprasbr.com.br** e **licitacao.rioclaro.sp.gov.br**.
GUILHERME PIZZIRANI - Secretário Municipal de Turismo.

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N. 025/2025 EDITAL N. 025/2025

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO E MONTAGEM DE ESTRUTURA DE AMBIENTAÇÃO SONORA, ILUMINAÇÃO CÊNICA, ESTRUTURA DE PALCO, GRIDS EM BOX TRUSS E GERADOR DE ENERGIA, EM ATENDIMENTO AO EVENTO DA "ENCENAÇÃO DA PAIXÃO DE CRISTO".
A sessão pública será realizada no endereço eletrônico **www.comprasbr.com.br** no dia 11.04.2025 a partir das 09h00min. EDITAL disponível dia 31.03.2025 através dos Sites: **www.comprasbr.com.br** e **licitacao.rioclaro.sp.gov.br**.
GUILHERME PIZZIRANI - Secretário Municipal de Turismo.

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N. 026/2025 EDITAL N. 026/2025

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, PRODUÇÃO E MONTAGEM DE ESTRUTURAS DE ESCULTURAS CENOGRÁFICAS, EM ATENDIMENTO AS FESTIVIDADES DA PASCOA, AQUI COMPREENDIDA COMO "DECORAÇÃO DE PASCOA".
A sessão pública será realizada no endereço eletrônico **www.comprasbr.com.br** no dia 11.04.2025 a partir das 09h00min. EDITAL disponível dia 31.03.2025 através dos Sites: **www.comprasbr.com.br** e **licitacao.rioclaro.sp.gov.br**.
GUILHERME PIZZIRANI - Secretário Municipal de Turismo.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
SINDICATO DOS CONDUTORES AUTÔNOMOS DE VEÍCULOS RODOVIÁRIOS DE SÃO PAULO
CNPJ 61.594.164/0001-89

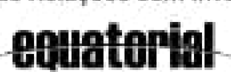
Em atenção às disposições legais e estatutárias, especialmente ao artigo 24, "a", convoco os associados deste Sindicato, a participarem da Assembleia Geral Ordinária de Prestação de Contas, que se realizará, em primeira convocação, às 09h00 do dia 04/04/2025, com a presença de metade mais um dos associados em pleno gozo de seus direitos sociais e em segunda chamada às 10:00hs, com qualquer número de associados presentes, na sede social localizada à Rua Estado de Israel, nº 833, bairro da Vila Clementino, São Paulo/SP, CEP 04022-002, para deliberarem quanto a: 1- Prestação de Contas da Diretoria, dos anos de 2021, 2022, 2023 e 2024. São Paulo, 29 de março de 2025.
LUIZ CARLOS FERNANDES CAPELO
Diretor Presidente.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE EDITAL - A Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Rio Pardo/SP comunica a todos os interessados que se encontra à disposição, o edital licitatório referente ao **Pregão Eletrônico SRP n.º 10/2025**, cujo objeto é a **Aquisição leite fluido de vaca pasteurizado, tipo C, acondicionado em embalagem plástica de polietileno de baixa densidade ou equivalente, de qualidade superior, com capacidade de 01 (um) litro e validade mínima de 02 (dois) dias, destinado à Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Governo e Relações Institucionais e Secretaria Municipal da Saúde.** O pregão eletrônico será realizado através da plataforma eletrônica www.bll.org.br na data de **10 de abril de 2025**, com início da sessão **às 09h30min**. O envio das propostas deverá ocorrer do dia **31 de março de 2025 às 09h00 ao dia 10 de abril de 2025 às 09h00**. O edital licitatório encontra-se disponível nos sites www.bll.org.br e www.santacruzdoriopardo.sp.gov.br. Maiores informações pelo telefone (14) 3332-2301 – Opção 07. Santa Cruz do Rio Pardo, 20 de março de 2025. **Cesar Augusto Pereira de Souza** - Pregoeiro.

EQUATORIAL PARÁ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/MF nº 04.895.728/0001-80
AVISO AOS ACIONISTAS

Acham-se à disposição dos Senhores Acionistas da Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A. na sede da Companhia e na página de Relações com Investidores dentro da página da Companhia na internet (https://ri.equatorialenergia.com.br/pt-br/), os documentos a que se refere o artigo 133, da Lei nº 6.404, de 15.12.76, relativos ao exercício findo em 31.12.2024.

Belém, 27 de março de 2025
Tatiana Queiroga Vasques
Diretora de Relações com Investidores



FRAZÃO Leilões

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

itaú

Ana Claudia Carolina Campos Frazão, [illegible] **ITAÚ UNIBANCO S/A**, [illegible] 60.701.190/0001-04 [illegible] **NELSON CANDIDO**, [illegible] **ELISANGELA VEIGA CANDIDO**, [illegible] **PÚBLICO LEILÃO** [illegible] **Presencial e On-line**, [illegible] **dia 14/04/2025, às 15h00min, à Rua Hipódromo, 1141, sala 66, Mooca, São Paulo/SP**, [illegible] **PRIMEIRO LEILÃO**, [illegible] **R$ 280.027,90** [illegible] **Imóvel objeto da matrícula nº 113.699 do 16º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo/SP. Inscrição Municipal:** [illegible] **Obs.: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97.** [illegible] **dia 28/04/2025, às 15h00min**, [illegible] **SEGUNDO LEILÃO**, [illegible] **R$ 291.381,23** [illegible] **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil**. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981, de 19 de outubro de 1932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. [illegible]

ALLIANÇA SAÚDE E PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/MF nº 42.771.949/0018-83 - NIRE 35300617760-1 - Companhia Aberta

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2025

Ficam convocados os senhores acionistas da **ALLIANÇA SAÚDE E PARTICIPAÇÕES S.A.**, companhia aberta, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Afonso de Freitas, nº 59, Piso Superior, Paraíso, CEP 04006-050, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o nº 42.771.949/0018-83, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE nº 353005176O-1, registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") como companhia aberta categoria "A" sob o código 24058 ("Companhia"), nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e dos artigos 4º a 6º da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81"), a se reunirem **de modo exclusivamente presencial**, mediante comparecimento na sede social da Companhia, admitida a possibilidade de participação via boletim de voto a distância, em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária, a ser realizada no dia 29 de abril de 2025, às 11hs30m ("AGEO"), a fim de discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **Em sede de Assembleia Geral Extraordinária:** (i) Alteração do estatuto social da Companhia para: (a) no artigo 5º, para refletir o aumento do de capital aprovado em Reunião do Conselho de Administração de 27 de novembro de 2024; (b) no artigo 5º, parágrafo 2º, aumentar o limite do capital social autorizado da Companhia; (c) no artigo 13, redução do número de membros do Conselho de Administração; e (d) ajustes formais de menor ordem em razão das alterações acima, com a consequente consolidação do Estatuto Social; e **Em sede de Assembleia Geral Ordinária**: (i) Tomada de contas dos administradores e análise e aprovação das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas (i) do relatório anual da administração, (ii) do parecer dos auditores independentes, e (iii) do relatório do Comitê de Auditoria da Companhia; (ii) Deliberar sobre a proposta de destinação do resultado relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; (ii) Definição do número de membros do Conselho de Administração da Companhia para um novo mandato a encerrar-se na Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as contas do exercício social findo em 31 de dezembro de 2026; (iii) Deliberar sobre a destituição dos atuais membros do Conselho de Administração; (iv) Eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia para o novo mandato; (v) Deliberar a respeito da caracterização dos membros do Conselho de Administração enquanto independentes à luz das disposições do Estatuto Social, da Resolução CVM nº80 e do Regulamento do Novo Mercado; (i) Eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia; e (ii) Fixação do limite da remuneração anual global dos administradores da Companhia e dos membros do Comitê de Auditoria para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2025. **Instruções e Informações Gerais:** Encontram-se à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia e nos websites da Companhia (www.ri.alliança.com), da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br), os documentos e informações necessárias à participação e exercício do direito de voto na AGEO, como as demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório da administração, do relatório dos auditores independentes e do relatório do Comitê de Auditoria, incluindo aqueles exigidos pela Resolução CVM 81, além das orientações e procedimentos para participação na AGEO, que estão detalhadas no Manual de Participação divulgado pela Companhia nesta data ("**Manual de Participação**"). O relatório da administração e as demonstrações financeiras foram publicados no jornal Folha de São Paulo, nas edições impressa e digital, em 27/03/2025. **Participação presencial na sede social da Companhia:** O acionista que desejar participar da AGEO de forma presencial deverá encaminhar e-mail para o endereço ri@alliança.com com antecedência de 2 (dois) dias da AGEO, ou seja, até às 11hs30m do dia 27 de abril de 2025, com os seguintes documentos: (i) documento hábil de identidade do acionista ou de seu representante, com foto; (ii) documentos que comprovem os poderes do representante do acionista pessoa jurídica ou do gestor ou administrador no caso de fundos de investimento – incluindo estatuto social, contrato social ou regulamento atualizado e consolidado, conforme o caso; e (iii) instrumento de procuração, devidamente regularizado na forma da lei, na hipótese de representação do acionista. O acionista pessoa física poderá ser representado na AGEO por procurador: (i) constituído há menos de um ano; e (ii) que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, cabendo ao administrador dos fundos de investimento representar os condôminos, conforme exigido pelo parágrafo 1º do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações. Em observância ao disposto no Ofício-Circular/Anual-2025-SEP, para representação de acionista pessoa jurídica, será aplicada a regra geral de representação do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002). Dessa forma, quaisquer procuradores devidamente constituídos de acordo com a lei e com os estatutos ou contratos sociais das respectivas pessoas jurídicas podem participar da AGEO ainda que não sejam acionistas, administradores ou advogados. Não obstante o disposto acima, os acionistas que comparecerem à AGEO munidos de tais documentos poderão participar e votar, ainda que tenham deixado de enviá-los previamente, nos termos do artigo 6º, parágrafo 2º, da Resolução CVM 81. **Participação por meio do Boletim de Voto a Distância:** O acionista que desejar participar da AGEO por meio de boletim de voto a distância deverá (i) transmitir as instruções de voto diretamente pelas instituições e/ou corretoras que mantêm suas posições em custódia; (ii) transmitir suas instruções de voto ao Depositário Central (nesse caso, os acionistas poderão manifestar seu voto diretamente por meio do sistema eletrônico disponibilizado pela B3, pela Área do Investidor disponível em https://www.investidor.b3.com.br), na seção "Serviços", clique em "Assembleias em Aberto"); (iii) transmitir as instruções de voto diretamente ao escriturador das ações da Companhia, qual seja Itaú Corretora de Valores S.A., conforme instruções estabelecidas no Manual de Participação; ou (iv) encaminhar o boletim de voto a distância diretamente à Companhia. Nos casos acima, as instruções de voto ou boletins de voto a distância, conforme o caso, deverão recebidos pelos destinatários mencionados acima em até 4 (quatro) dias antes da data de AGEO, ou seja, dia 25 de abril de 2025. Eventuais boletins recebidos pela Companhia após esse prazo serão desconsiderados. No caso do envio diretamente para a Companhia, o boletim de voto a distância, devidamente rubricado e assinado, deverá estar acompanhado dos seguintes documentos, conforme aplicável: (i) para acionistas pessoas físicas: (a) documento de identidade com foto do acionista ou seu representante (representante legal ou procurador, conforme o caso); (b) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia, na forma do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, para fins de comprovação da titularidade de suas ações; (c) documento que comprove a outorga de poderes, inclusive de representação, se aplicável; (ii) para acionistas pessoas jurídicas: (a) documento de identidade com foto do acionista ou seu representante (representante legal ou procurador, conforme o caso); (b) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia, na forma do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, para fins de comprovação da titularidade de suas ações; (c) documento que comprove a outorga de poderes, inclusive de representação, se aplicável; (d) contrato social ou estatuto social consolidado e atualizado, conforme o caso. (iii) para acionistas fundos de investimento: (a) documento de identidade com foto do acionista ou seu representante (representante legal ou procurador, conforme o caso); (b) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia, na forma do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, para fins de comprovação da titularidade de suas ações; (c) documento que comprove a outorga de poderes, inclusive de representação, se aplicável; (d) contrato social ou estatuto social, conforme o caso, consolidado e atualizado do gestor e/ou administrador, observada a política de voto; (e) regulamento consolidado e atualizado do fundo. **Justificativa pela escolha da modalidade presencial:** a Companhia optou por realizar a AGEO de forma exclusivamente presencial, em linha com a sua prática nos últimos anos, por acreditar que essa modalidade oportuniza a interação eficiente e próxima entre os próprios acionistas e entre os acionistas e a administração da Companhia, viabilizando eventual coordenação e possíveis esclarecimentos imediatos de eventuais dúvidas que possam surgir durante o conclave. **Percentual mínimo necessário para a requisição do voto múltiplo:** em observância à Lei das S.A. e à Resolução CVM nº 70, de 22 de março de 2022, o percentual mínimo de participação no capital votante necessário à requisição de adoção do sistema de voto múltiplo para a eleição do Conselho de Administração é de 5% (cinco por cento) do capital social com direito a voto. Conforme determina o artigo 141, §1º, da Lei das S.A., a requisição do processo de voto múltiplo deverá ser enviada à Companhia, com até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da AGEO. **Percentual necessário para requisição da instalação do Conselho Fiscal:** ainda, na forma do inciso I-A do artigo 5º da Resolução CVM 81, a Companhia informa que o pedido de instalação do Conselho Fiscal da Companhia pode ser realizado pelos Senhores Acionistas da Companhia que possuam, ao menos, 2% (dois por cento) do total das ações ordinárias da Companhia, em linha com o disposto no artigo 4º da Resolução da CVM nº 70, de 22 de março de 2022, conforme alterada. Informações adicionais estão disponíveis nos procedimentos descritos nos boletins de voto a distância para a AGEO e nas orientações contidas no Manual de Participação, bem como na Resolução CVM 81. O acionista que enviar boletins de voto a distância poderá participar da AGEO presencialmente. No entanto, caso este acionista exerça o direito de voto na AGEO, os seus boletins de voto a distância serão desconsiderados e os votos proferidos durante a AGEO serão considerados válidos. São Paulo, 28 de março de 2025.
Nelson Sequeiros Rodriguez Tanure - Presidente do Conselho de Administração.

espaçolaser

A Lisa Depilação a Laser S.A.
CNPJ nº 28.705.253/0001-80 - NIRE 35.300.520.602
Aviso aos Acionistas

A Lisa Depilação a Laser S.A. ("Companhia"), em atendimento ao disposto no caput do artigo 133 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), comunica aos senhores acionistas que se encontram disponíveis no escritório administrativo da Companhia, localizado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Pedroso de Morais, nº 1619, 4º andar, conjunto 404, Pinheiros, Edifício Centra Park, CEP 05.419-001, as demonstrações financeiras, e os documentos a que se refere o referido artigo, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a serem apreciados na Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser convocada e realizada oportunamente. Comunicamos ainda que os documentos acima referidos serão oportunamente publicados na forma da legislação aplicável.
Barueri/SP, 25 de março de 2025. **Fabio Itikawa** - Diretor Financeiro da Companhia

EQUATORIAL S.A.
Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/MF nº 03.220.438/0001-73
NIRE 2130000938-8
AVISO AOS ACIONISTAS

Acham-se à disposição dos Senhores Acionistas da Equatorial S.A., na sede da Companhia e na página de Relações com Investidores dentro da página da Companhia na internet (https://ri.equatorialenergia.com.br/pt-br/), os documentos a que se refere o artigo 133, da Lei nº 6.404, de 15.12.76, relativos ao exercício findo em 31.12.2024.
Brasília, 27 de março de 2025
Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Vice-Presidente de Finanças, Relações com Investidores e Novos Negócios

equatorial

LACTICÍNIOS TIROL LTDA.
CNPJ 83.011.247/0001-30 - NIRE 42200097568
CONVOCAÇÃO 001/2025 - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

A Administração da Lacticínios Tirol Ltda., pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o número 83.011.247/0001-30 e NIRE 42200097568, em cumprimento ao disposto nas Cláusulas 27ª e 27ª do Contrato Social, vem por meio desta CONVOCAR Vossa Senhoria a se fazer presente na ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, conforme local, data, horário e ordem do dia a seguir descritos: **Local:** Sede da empresa. Auditório da Lacticínios Tirol Ltda. Localização: R. Domingos Perondi, 36, Centro, Treze Tílias - SC, 89.650-000; **Data:** 07 de abril de 2025; **Horário:** 13h30 - Recepção e assinatura da lista de presença dos quotistas; 14h00 - Início dos trabalhos, devendo obrigatoriamente ter a presença de no mínimo dois terços das quotas do capital social, nos termos da Cláusula 28ª (vigésima oitava) do Contrato Social; **Ordem do dia:** A Assembleia Geral Extraordinária será destinada a tratar da seguinte ordem do dia: 1. Reanálise, deliberação e votação da Primeira Ordem do dia da Ata da Assembleia Geral Extraordinária 003/2024 - Alteração de titularidade de quotas com saída das pessoas físicas e ingresso de pessoa jurídica, com reserva de usufruto no Grupo Rofner. Treze Tílias (SC), março de 2025. **MAURO DRESCH - Diretor Executivo Industrial; ADALBERTO ROFNER - Diretor Executivo Comercial.**

FRANCO LEILÕES

LEILÃO DE IMÓVEL
Av. Barão Homem de Melo, 2222 - Sala 402
Bairro Estoril - CEP 30494-080 - BH/MG
ONLINE

inter

1º LEILÃO: 03/04/2025 - 10:40h - 2º LEILÃO: 04/04/2025 - 10:40h

EDITAL DE LEILÃO

Fernanda de Mello Franco, Leiloeira Oficial, Matrículas JUCEMG nº 1030 e JUCESP nº 1281, devidamente autorizada pelo credor fiduciário abaixo qualificado, ou sua Preposta registrada na JUCEMG, **Cássia Maria de Melo Pessoa**, CPF: 746.127.276-49, RG: MG-2.089.239, faz saber que, na forma da Lei nº 9.514/97 e do Decreto-lei nº. 21.981/32,levará a LEILÃO PÚBLICO de modo **online** o imóvel a seguir caracterizado, nas seguintes condições. **IMÓVEL**: Apartamento nº 2204, localizado no 22º pavimento do Bloco Estrela Beta – Condomínio Universo Tatuapé, situado na Rua Doutor Raul da Rocha Medeiros, nº 114, na Vila Santiago, 27º Subdistrito – Tatuapé, São Paulo/SP, contendo área privativa total de 55.000m²; área comum total de 42,784m² (com direito de uso de uma vaga indeterminada na garagem coletiva); área real total de 97,784m², correspondendo um coeficiente de proporcionalidade de 0,0026880. Imóvel objeto da Matrícula CNM: 113779.2.0338150-07 trasladada da Matrícula nº 338.150 do 9º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de São Paulo/SP. Dispensa-se a descrição completa do IMÓVEL, nos termos do art. 2º da Lei nº 7.433/85 e do Art. 3º do Decreto nº 93.240/86, estando o mesmo descrito e caracterizado na matrícula anteriormente mencionada. Obs.: Imóvel ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30, caput e parágrafo único da Lei 9.514/97, com a redação dada pela Lei nº 14.711/2023. **DATA DOS LEILÕES**: **1º Leilão: dia 03/04/2025, às 10:40 horas, e 2º Leilão dia 04/04/2025, às 10:40 horas. LOCAL: Av. Barão Homem de Melo, 2222 – Sala 402 – Estoril – CEP 30494-080 – Belo Horizonte/MG. DEVEDORES FIDUCIANTES**: WAGNER KAZUKO AKABANE, brasileiro, gerente de inovações, solteiro, nascido em 24/12/1977, RG: 21241579 SSP/SP, CPF: 256.461.678-09, residente e domiciliado na Rua Teixeira de Melo, nº 127, apto 142 bloco A, Bairro Tatuapé, São Paulo/SP, CEP: 03067-000. **CREDOR FIDUCIÁRIO**: Banco Inter S/A, CNPJ: 00.416.968/0001-01. **DO PAGAMENTO**: O pagamento integral da arrematação deverá ser realizado em até 24 horas, mediante depósito via TED, na conta do comitente vendedor a ser indicada pelo leiloeiro. **DOS VALORES 1º Leilão: R$ 769.440,00 (setecentos e sessenta e nove mil, quatrocentos e quarenta reais) 2º leilão: R$ 557.939,32 (quinhentos e cinquenta e sete mil, novecentos e trinta e nove reais e trinta e dois centavos),** calculados na forma do art. 26, §1º e art. 27, parágrafos 1º, 2º e 3º da Lei nº 9.514/97, com a redação dada pela nº 14.711/2023. Os valores estão atualizados até a presente data podendo sofrer alterações na ocasião do leilão. **COMISSÃO DO LEILOEIRO**: Caberá ao arrematante o pagamento da comissão do leiloeiro, no valor de 5% (cinco por cento) da arrematação, a ser paga à vista, no ato do leilão, cuja obrigação se estenderá, inclusive, ao(s) devedor(es) fiduciante(s), na forma da lei. **DO LEILÃO ONLINE:** O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) das datas, horários e local de realização dos leilões para, no caso de interesse, exercer(em) o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27, da Lei 9.514/97, com a redação dada pela Lei nº 14.711/2023.Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão cadastrar-se no site **www.francoleiloes.com.br** e se habilitar acessando a opção "Habilite-se", com antecedência de 01 hora, antes do início do leilão, enviando os documentos de identificação, inclusive do representante legal, quando se tratar de pessoa jurídica, com exceção do(s) devedor(es) fiduciante(s), que poderá(ão) adquirir o imóvel preferencialmente em 1º ou 2º leilão, caso não ocorra o arremate no primeiro, na forma do parágrafo 2º-B, do artigo 27 da Lei 9.514/97, com a redação dada pela Lei nº 14.711/2023, devendo apresentar manifestação formal do interesse no exercício da preferência, antes da arrematação em leilão. **OBSERVAÇÕES**: O(s) interessado(s) deverá(ão), sob pena de desfazimento do negócio: (i) estar com seu CPF /CNPJ em situação regular junto à Receita Federal do Brasil; (ii) não possuir restrições de crédito; (iii) ter conhecimento e observar os ditames da Lei nº 9.613/1998, que dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como dos normativos do Banco Central do Brasil que tratam do assunto, inexistindo em seu nome qualquer restrição relativa à matéria. O arrematante será responsável pelas providências de desocupação do imóvel, nos termos do art. 30, caput e parágrafo único da Lei 9.514/97, com a redação dada pela Lei nº 14.711/2023. O(s) imóvel(is) será(ão) vendido(s) no estado em que se encontram física e documentalmente, em caráter "ad corpus", sendo que as áreas mencionadas nos editais, catálogos e outros veículos de comunicação são meramente enunciativas e as fotos dos imóveis divulgadas são apenas ilustrativas. Dessa forma, havendo divergência de metragem ou de área, o arrematante não terá direito a exigir do VENDEDOR nenhum complemento de metragem ou de área, o término da venda ou o abatimento do preço do imóvel, sendo responsável por eventual regularização acaso necessária, nem alegar desconhecimento de suas condições, eventuais irregularidades, características, compartimentos internos, estado de conservação e localização, devendo as condições de cada imóvel ser prévia e rigorosamente analisadas pelos interessados. Correrão por conta do arrematante, todas as despesas relativas à arrematação do imóvel, tais como, taxas, alvarás, certidões, foro e laudêmio, quando for o caso, escritura, emolumentos cartorários, registros etc. Todos os tributos, despesas e demais encargos, incidentes sobre o imóvel em questão, inclusive encargos condominiais, após a data da efetivação da arrematação são de responsabilidade exclusiva do arrematante. **A concretização da Arrematação será exclusivamente via Ata de Arrematação. Sendo a transferência da propriedade do imóvel feita por meio de Escritura Pública de Compra e Venda. Prazo de Até 90 dias da formalização da arrematação. O arrematante será responsável por realizar a devida due diligence no imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ainda que não descritas neste edital.** Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, distribuída antes ou depois da arrematação, seja invalidada a consolidação da propriedade, e/ou os leilões públicos promovidos pelo vendedor e/ou a adjudicação em favor do vendedor, a arrematação será automaticamente rescindida, após o trânsito em julgado da ação, sendo devolvido o valor recebido pela venda, incluída a comissão do leiloeiro e os valores comprovadamente despendidos pelo arrematante à título de despesas de condomínio e imposto relativo à propriedade imobiliária. **A mera existência de ação judicial ou decisão judicial não transitada em julgado, não enseja ao arrematante o direito à desistência da arrematação.** O proponente vencedor por meio de lance on-line, terá prazo de 24 horas, depois de comunicado expressamente do êxito do lance, para efetuar o pagamento, exclusivamente por meio de TED e/ou cheques, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro, conforme edital. O não pagamento dos valores de arrematação, bem como da comissão do(a) Leiloeiro(a), no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas contadas da arrematação, configurará desistência ou arrependimento por parte do(a) arrematante, ficando este(a) obrigado(a) a pagar o valor da comissão devida do(a) Leiloeiro(a) (5% - cinco por cento), sobre o valor da arrematação, perdendo a favor do Vencedor o valor correspondente a 20% (vinte por cento) do lance ou proposta efetuada, destinado ao reembolso das despesas incorridas por este. Poderá o (a) Leiloeiro(a) emitir título de crédito para a cobrança de tais valores, encaminhando-o a protesto, por falta de pagamento, se for o caso, sem prejuízo da execução prevista no artigo 39, do Decreto nº 21.981/32. Ao concorrer para a aquisição do imóvel por meio do presente leilão, ficará caracterizada a aceitação pelo arrematante de todas as condições estipuladas neste edital. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. Maiores informações: (31)3360-4030 ou pelo e-mail: contato@francoleiloes.com.br. Belo Horizonte/MG, **24/03/2025.**

www.francoleiloes.com.br (31) 3360-4030

PRÓ SANGUE
DOE SANGUE (11) 4573-7800

ABANDONO DE EMPREGO

Solicitamos o comparecimento de **SERGIO MELO DA SILVA**, ao endereço abaixo, no prazo de 48 horas. O não comparecimento caracterizará o abandono de emprego, conforme o Artigo 482, letra I da CLT. **APOIO FACILITIES ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA.** Rua Beira Rio 57, Vila Olímpia, São Paulo - SP, 04548-050.
Data: 29/03/2025

ABANDONO DE EMPREGO

Solicitamos o comparecimento de **GISLENE SANTOS DOS ANJOS**, ao endereço abaixo, no prazo de 48 horas. O não comparecimento caracterizará o abandono de emprego, conforme o Artigo 482, letra I da CLT. **APOIO FACILITIES ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA.** Rua Beira Rio 57, Vila Olímpia, São Paulo - SP, 04548-050.
Data: 29/03/2025

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/25 – PROC. Nº 1436/25. OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI'S, COM ENTREGA ÚNICA PARA O SETOR DE MERENDA ESCOLAR. Abertura: 11/04/25, às 09h.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/25 – PROC. Nº 1601/25. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE DIETA ENTERAL E FÓRMULAS INFANTIS. Abertura: 14/04/25, às 14h. O edital poderá ser obtido via internet através dos sites www.tremembe.sp.gov.br; https://www.gov.br/pncp/pt-br ou www.novobbmnet.com.br, gratuitamente. Informações: Fone (12) 3607-1000 – ramal 1013.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CORONEL MACEDO
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL Nº 09/2025
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 09/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 32/2025

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS. **DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL:** 02/04/2025 às 12h00min horas. **INÍCIO DO CADASTRO DAS PROPOSTAS:** 02/04/2025 às 12h00min horas. **TÉRMINO CADASTRO DAS PROPOSTAS:** 15/04/2025 às 08h 30min horas. **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 15/04/2025 às 8h35min horas. **INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS:** 15/04/2025 às 09h00min horas. **LOCAL:** www.bllcompras.org.br - "Acesso Identificado". **FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E MAIORES INFORMAÇÕES:** Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura, sito à Av. Presidente Castelo Branco, nº 180 – Conj. Habitacional Ico Tonon, Coronel Macedo/SP, durante o seu expediente de atendimento ao público, de segunda a sexta-feira, das 07:30h. às 17:00h., ou pelo telefone: 14 3787.8211/8211, ou ainda, através do e-mail licitacao@coronelmacedo.sp.gov.br.
Coronel Macedo/SP, 28 de março de 2025
DIEGO GARCIA BATISTA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE VITERBO

Pregão Eletrônico 90008/2025 - Contratação de empresa especializada para prestação de serviços contínuos de captura, transporte, alojamento, alimentação e destinação de animais de pequeno, médio e grande porte (cão, gato, equino, muar, asinino, caprino, ovino, bovino, bubalino, suíno) no perímetro da cidade de Santa Rosa de Viterbo atendendo as necessidades do Departamento Municipal de Saúde, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital, Termo de Referência e demais anexos, pelo período de 12 meses. **Abertura da sessão:** 15/04/2025 às 09 h – Horário de Brasília. **Endereço Eletrônico:** www.gov.br/compras O Edital na íntegra está disponível na página da Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Viterbo-SP www.santarosa.sp.gov.br no link Processo Licitatório e no Portal Nacional de Contratações Públicas – pncp.gov.br Informações pelo telefone (16)3954 8802/ 39548827
Santa Rosa de Viterbo/SP, 28/03/2025
Omar Nagib Moussa-Prefeito Municipal

Pregão Eletrônico 90013/2025 - Contratação de empresa especializada para prestação de serviços transporte escolar de alunos da Rede pública Municipal e Estadual, conforme condições, quantidades, exigências estabelecidas neste Edital com as características descritas no Termo de Referência (Anexo IA) e demais anexos, pelo período de 12 meses. **Abertura da sessão:** 15/04/2025 às 14 h – Horário de Brasília. **Endereço Eletrônico:** www.gov.br/compras O Edital na íntegra está disponível na página da Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Viterbo-SP www.santarosa.sp.gov.br no link Processo Licitatório e no Portal Nacional de Contratações Públicas – pncp.gov.br Informações pelo telefone (16)3954 8802/ 39548827
Santa Rosa de Viterbo/SP, 28/03/2025
Omar Nagib Moussa-Prefeito Municipal

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - Online

zuk

Credora Fiduciária: VIDA NOVA ITAPETININGA III - EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO LTDA.
Fiduciante: JUAN PABLO DA SILVA

LOTE 01 - Descrição do imóvel: Um terreno urbano, de formato irregular, constituído pelo lote quarenta e oito (48) da quadra "N", do loteamento "Residencial Reserva da Mata", situado na cidade e comarca de Itapetininga, com a seguinte descrição: a partir da divisa com o lote nº 47, segue em linha reta por 6,77 metros e azimute 177°53'53" de frente para Rua 2 a -Lado B; deste deflete a direita em uma distância de 22,50 metros e azimute 267°53'53", confrontando com Lote nº47; deste deflete a direita em uma distância de 14,39 metros e azimute 357°53'53", confrontando com o Lote nº1; deste deflete a direita em uma distância de 12,62 metros e azimute 81°49'52", confrontando com a Avenida 1; deste segue em curva de raio 9,00 metros e desenvolvimento de 15,09 metros (AC=96°04'01"), na confluência entre a Rua 2 -Lado B e Avenida 1, perfazendo assim uma área total de 328,43 metros quadrados. Consta na **Av.3** que a Rua Dois passou a denominar-se como Rua Margarete Dias Rodrigues. **Imóvel objeto da matrícula nº 95.654 do Cartório de Registro de Imóveis de Itapetininga/SP. Observação:** Imóvel ocupado. Desocupação pelo adquirente, nos termos do art. 30 e § único da lei 9.514/97. **Datas e valores dos leilões: >1º Leilão: 10/04/2025**, às **10:00**h. Lance mínimo: R$ 175.264,73. **>2º Leilão: 17/04/2025**, às **10:00**h. Lance mínimo: R$ 12.344,89.

O arrematante pagará a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor de arremate. Caso haja arrematante, quer em primeiro ou segundo leilão, a escritura de venda e compra, será lavrada em até 60 dias, contados da data do leilão. Eventuais avisos/menções de ações judiciais, no site zukerman.com.br, na divulgação desse leilão, aderirão ao edital. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981/32, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427/33, que regulam a atividade da leiloaria. Demais informações no edital completo disponível no site do leiloeiro. DORAPLAT, leiloeira oficial - JUCESP nº 744.

PARA MAIS INFORMAÇÕES: Whatsapp: (11) 99514-0467 | contato@portalzuk.com.br | PORTALZUK.com.br

Eufrázio

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO PINHAL

Processo Licitatório nº. 1.421/2.025.
Edital de Concorrência Eletrônica nº 02/2.025.

OBJETO:- CONSTRUÇÃO DE UMA UBS NA RUA MARIO BARIM, PARQUE DAS NAÇÕES. O EDITAL que estará à **disposição a partir do dia 31 de março de 2.025**, pela INTERNET www.pinhal.sp.gov.br e www.bll.org.br, ou de segunda à sexta-feira, das 09:00 às 15:00 horas junto ao Setor de Compras e Licitações da Prefeitura, sito à Avenida Hélio Vergueiro Leite, s/nº. - Jardim Universitário I – Uni Pinhal - Bloco G - Sala G-39, nesta. **Recebimento das Propostas:** das 14:00 horas do dia 31/03/2.025 até às 09:00 horas do dia 15/04/2.025. **Início da Sessão de disputa de Preços:** às 09:05 horas do dia 15/04/2.025. **Esclarecimentos e Impugnações:** até às 23:59 horas do dia 10/04/2.025. Quaisquer informações poderão ser obtidas pelo telefone (19)3651-9897 / 3651-9609 ou pelo e-mail: compras@pinhal.sp.gov.br

Espírito Santo do Pinhal (SP), 28 de março de 2.025

SERGIO FERREIRA DO CARMO - Diretor – Departamento de Administração

Valor da Publicação R$ 168,00

Retificação do edital de Convocação para a Eleição dos Delegados Sindicais da base territorial do SINTECT-SP - Sindicato dos Trabalhadores da Empresa Brasileira de Correios, Telégrafos e Similares de São Paulo, Região da Grande São Paulo e Zona Postal de Sorocaba - CNPJ 56.315.997/0001-23. Nos termos do Estatuto Social, **RETIFICAMOS** as datas para Eleição do Conselho de Representantes (Delegados Sindicais), publicadas no edital de jornal de grande circulação Folha de São Paulo, no dia 19 de março de 2025, mantendo-se as mesmas regras mas passando a valer as seguintes novas datas para esse pleito, visando garantir a participação mais ampla e democrática possível da categoria, da seguinte forma: Ficam convocados todos os empregados da base territorial deste Sindicato para participarem da Eleição do Conselho de Representantes (Delegados Sindicais), para mandato de 01 (um) ano, de acordo com o Regimento do Conselho de Delegados (Representantes) Sindicais. **A referida eleição realizar-se-á do dia 28 de abril a 13 de maio de 2025**, podendo haver ampliação deste prazo, caso não seja possível, neste período, realizar as eleições em todos os setores de trabalho onde houveram candidatos inscritos. Avisa ainda aos interessados que: **1)** O prazo de inscrição de candidatos à Representante (Delegado) Sindical é de 24 de março à 04 de abril de 2025. **2)** As inscrições deverão ocorrer na Secretaria Geral do Sindicato, situado à R. Caruso do Val, 169, bairro Santa Cecília, na cidade de São Paulo, entre as 9 e 17 horas, nos dias úteis do período de inscrição; **3)** O processo de votação seguirá o calendário aprovado pela Comissão Eleitoral, formada pela Diretoria do Sindicato, que será amplamente divulgado pelos meios de comunicação do SINTECT/SP; **4)** Haverá, nos dias previstos, urnas itinerantes fixadas nas unidades, onde for necessário; **5)** Nos setores em que não houverem inscrições o Sindicato indicará os(as) Representantes (Delegados) (as) Sindicais, conforme prevê o Artigo 523º da CLT combinado com § 2º do Artigo 517º. Nesses setores será passada uma lista de assinaturas que os trabalhadores deverão assinar para referendar os nomes indicados pelo Sindicato; **6)** A listagem de Representantes (Delegados) (as) Sindicais eleitos será fixada no Sindicato logo após a apuração das eleições, e publicado pelos meios de comunicação do SINTECT/SP **7)** Os Representantes (Delegados) (as) Sindicais eleitos passam a cumprir com seus deveres sindicais após a coleta e conferência ou aclamação dos votos no setor de trabalho, sendo que a posse solene ocorrerá em data e local a ser definido pela diretoria. São Paulo, 28 de março de 2025. Comissão Eleitoral - Ricardo Adriano R da Sousa, Douglas Cristóvão de Melo e Manoel de Lima Feitoza.

BIASI leilões

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE

Alienação Fiduciária itaú

1º Leilão: dia 07/04/2025 às 14h30 2º Leilão: dia 17/04/2025 às 14h30

EDUARDO CONSENTINO, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 (**JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício**), com escritório à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR**, [illegible]

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

BIASI leilões

EDITAL ÚNICO DE LEILÃO | PRESENCIAL ON-LINE

HOMELEND

1º Leilão: dia 07/04/2025 às 11h00 2º Leilão: dia 14/04/2025 às 11h00

Eduardo Consentino, Leiloeiro Oficial, matrícula JUCESP nº 616 - João Victor Barroca Galeazzi [illegible]

Mais informações: (11) 4083-2575 | www.biasileiloes.com.br

BIASI leilões

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE

itaú

1º Leilão: dia 07/04/2025 às 14h30 2º Leilão: dia 17/04/2025 às 14h30

EDUARDO CONSENTINO, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 (**JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício**), com escritório à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário ITAÚ UNIBANCO S/A, doravante designado **VENDEDOR**, [illegible] **LUIZ RICARDO GATTI**, [illegible] levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 07 de abril de 2025, às 14:30** horas, à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 1.074.085,95 (Um milhão, setenta e quatro mil, oitenta e cinco reais e noventa e cinco centavos)**, o imóvel a seguir descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído pelo **APARTAMENTO COBERTURA nº 207, localizado no 2º andar (parte inferior) e 3º andar (parte superior) do Bloco 3 - TORRE GRANADA, integrante do CONDOMÍNIO ANDALUS, situado na Avenida Padre Lebret, nº 801, no Jardim Leonor, Bairro do Morumbi, 30º Subdistrito, Ibirapuera**, [illegible] **Matrícula nº 223.210 do 10º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo/SP.** [illegible]

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

Santander

LEILÃO DE IMÓVEIS
SOMENTE ONLINE

BIASI leilões

dia 09 de Abril de 2025 às 11:00 horas

06 Imóveis Comerciais em SP, MG, RJ e BA | Confira e Aproveite!!!

À VISTA, PARCELADO OU FINANCIADO CONFORME O EDITAL. Mais informações: (11) 4083-2575 ou www.biasileiloes.com.br

Leiloeiro Oficial: Eduardo Consentino - JUCESP nº 616 (João Victor Barroca Galeazzi - Preposto em exercício).

SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO DE MINÉRIOS E DERIVADOS DE PETRÓLEO (INCLUSIVE PESQUISAS DE MINÉRIOS) DE CAMPINAS - **AVISO** - Diante do decurso do prazo estabelecido no parágrafo 1º, do artigo 48 do Estatuto Social desta Entidade, faço saber que nas eleições realizadas nesta Entidade, nos dias 04 e 05 de fevereiro de 2025, novamente faz saber que, em primeira convocação, foram eleitos os componentes da Chapa 1, chapa única encabeçada pelo associado José Bezerra Neto, que obteve 95,58% (noventa e cinco vírgula cinquenta e oito por cento) dos votos. Os eleitos serão empossados no dia 30 de março de 2025. Paulínia/SP, 29 de março de 2025. José Bezerra Neto - Presidente.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BASTOS

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 005/2025

O Prefeito de Bastos torna público que se encontra aberto na Divisão de Compras, o Edital do Pregão Eletrônico n.º 005/2025, para "AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS". O Edital minucioso será disponibilizado no site www.bastos.sp.gov.br bem como na PLATAFORMA BLL no link www.bll.org.br, onde os interessados poderão solicitar maiores informações e esclarecimentos. A presente licitação encerrar-se-á após decorrer o prazo de 8 dias úteis da última publicação deste aviso em órgão de imprensa. Bastos/SP., 28.03.2025. Kléber Lopes de Sousa - Prefeito Municipal.

Sindicato dos Empregados nas Empresas de Refeições Coletivas, Refeições Convênio, Cozinhas Industriais, Restaurantes Industriais, Empregados nas Empresas de Refeições Escolares Terceirizadas (Merenda Escolar Terceirizada) de Osasco, Carapicuíba, Barueri, Jandira, Itapevi e Santana do Parnaíba - CNPJ 65.690.208/0001-25 - **Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária** - Pelo presente edital o Presidente do Sindicato dos Empregados nas Empresas de Refeições Coletivas, Refeições Convênio, Cozinhas Industriais, Restaurantes Industriais, Empregados nas Empresas de Refeições Escolares Terceirizadas (Merenda Escolar Terceirizada) de Osasco, Carapicuíba, Barueri, Jandira, Itapevi e Santana do Parnaíba, com sede à Rua Campos Sales, nº 303 - 6º andar - sala 603 - Centro - Barueri - SP - Cep 06401-000 e subsede à Rua Silvério Sasso, nº 79 - Vila Yara - Osasco - SP - Cep 06026-050, nos termos dos arts. 15, § 4º e 17 do estatuto social, convoca todos os empregados da empresa Cabana Burger S/A, do ramo de Refeições Coletivas, Refeições Convênio, Cozinhas Industriais, Restaurantes Industriais, Empregados nas Empresas de Refeições Escolares Terceirizadas e que exercem sua atividade laboral na base territorial do sindicato (municípios de Osasco, Carapicuíba, Barueri, Jandira, Itapevi e Santana do Parnaíba) para participarem de **Assembleia Geral Extraordinária** a ser realizada no **dia 1º de abril de 2025, às 06h30min em primeira convocação e às 07h30 min em segunda e última convocação**, no endereço Alameda Oceania (Polo Empresarial), nº 181 - Tamboré - Barueri - SP - CEP: 06543-308, com a seguinte ordem do dia: Discussão e deliberação sobre proposta de acordo de pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) para o exercício de 2025. Para participar da assembleia o interessado deverá respeitar as normas procedimentais de higiene e segurança do local da sua realização. Barueri, 26 de março de 2025. Luis Paulo Rocha - Presidente.

FRAZÃO Leilões

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

itaú

Ana Claudia Carolina Campos Frazão, [illegible] **ITAÚ UNIBANCO S/A**, [illegible] **ELAINE CRISTINA TEIXEIRA**, [illegible] a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e Online**, [illegible] **dia 14/04/2025, às 15h30min, à Rua Hipódromo, 1141, sala 86, Mooca, São Paulo/SP**, em **PRIMEIRO LEILÃO**, [illegible]

FRAZÃO Leilões

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

itaú

Ana Claudia Carolina Campos Frazão, [illegible] **ITAÚ UNIBANCO S/A**, [illegible] **FABIANO MATIAS DE RESENDE**, [illegible]

FRAZÃO Leilões

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

itaú

Ana Claudia Carolina Campos Frazão, [illegible] **ITAÚ UNIBANCO S/A**, [illegible] **RODRIGO ANTONIO SOARES**, [illegible]

PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM MG. FMS/SMS. Pregão Eletrônico nº 10/2025 – PAC nº 23/2025 exclusivos para ME/EPP/COOP - Objeto: Aquisição de insulinas diversas para atender às demandas judiciais. Abertura de proposta dia 16/04/2025 às 09:00h. Edital completo no site: www.portaldecompraspublicas.com.br do Portal de compras públicas e, no portal da Prefeitura de Betim pelo site www.betim.mg.gov.br. Informações: (31)3512-3319 – Superintendência de Suprimentos 28/03/2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM MG. FMS/SMS. Pregão Eletrônico nº 08/2025 – PAC nº 16/2025. Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de lavanderia hospitalar com locação de enxovais. Em função de alteração do edital, fica **ADIADA** a abertura da licitação do dia 10/04/2025 para o dia 15/04/2025 às 15:00h. Edital completo no site: www.portaldecompraspublicas.com.br do Portal de compras públicas e, no portal da Prefeitura de Betim pelo site www.betim.mg.gov.br. Informações: (31)3512-3319 – Superintendência de Suprimentos – 28/03/2025

★★★

FOLHA **mpme**

Um guia para a micro, a pequena e a média empresa.

Receba dicas e informações de como melhorar seu negócio, conheça casos de sucesso e tendências dos diferentes setores e saiba quais os problemas que afetam os empreendedores.

Na Folha e no site. Não perca.

Patrocínio: bradesco

Realização: FOLHA

Lance Maior Leilões Oficiais Online

IMPERDÍVEL LEILÃO DE VEÍCULOS **EXTRAJUDICIAL ONLINE**

02 E 03 DE ABRIL DE 2025 ÀS 13H30

Informações: (11) **2366-9273**

Gerson A. Céglio - JUCESP: 822, Leiloeiro Oficial, por intermédio da plataforma **Lance Maior Leilões ,** torna público, os Leilões de venda e arrematação dos veículos, conforme relação a seguir **- Chassis:**

WDC0G1FW4LF7455;	93JCA2BX3KT2080;	9BHGC813BJP0416;	9BFZB55P6G85792;	95PJN81FPD80513;
YV1LF68CCJ13617;	WBAHT110XGP9001;	98MVL5007F4A004;	WDCBB86E57A2488;	9BWDB45U7TT0426;
98M50AA08N40110;	3GNAX9EX2LS5202;	KNAMH817BE65826;	9BFZB55H4D86105;	WBAFB310X3LP114;
WDBSK5JW7BF1653;	93JCA2BN8GT2009;	WV1SD42H0EA0298;	9BWMF07X7EP0165;	3N1BC1CD3DK1509;
WBAXW3104H0T902;	SALLSAAG6DA8023;	WBAFE810X7LZ729;	KMHSH81GDBU6709;	935CHRFN27B5065;
93XATGK1WRCP079;	3C4PDCFG6JT1562;	LJ12EKR24L47041;	9BFZB55HXD68163;	3N1BC1AS9CL3549;
		2FMDK4KC3DBE081;		

VISITAÇÃO DOS LOTES: 3ª feira (01/04) das 9h às 16h - 4ª feira (02/04) das 9h às 12h - **Local:** Rua Doutor Ferreira Lopes, 148 Sabará, São Paulo/SP - **Informações:** E-mail: **contato@lancemaiorleiloes.com.br** - Tel: **(11) 2366-9273 / 2366-9275 / 5665-8738 CONDIÇÕES:** Os bens serão vendidos no estado em que se encontram e sem garantia. Débitos de IPVA, multas de trânsito ou de averbação que porventura recaiam sobre o bem, ficarão a cargo do arrematante, correndo também por sua conta e risco a retirada dos bens. No ato da arrematação o arrematante obriga-se a acatar, de forma definitiva e irrecorrível, as normas e demais condições de aquisição informadas e aceitas no processo do seu cadastramento. **ACESSE NOSSO PORTAL www.lancemaiorleiloes.com.br. FAÇA O SEU CADASTRO E DÊ SEU LANCE**

Terremoto de magnitude 7,7 deixa ao menos 144 mortos em Mianmar e 8 na Tailândia

Autoridades falam em mais de 100 desaparecidos após abalo sísmico atingir países do Sudeste Asiático



Pessoas passam de moto ao lado de prédio destruído após terremoto de magnitude 7,7 em Mandalay, em Mianmar AFP

SÃO PAULO Um terremoto de magnitude 7,7 atingiu o Sudeste Asiático nesta sexta-feira (28), matando ao menos 144 pessoas em Mianmar e oito na Tailândia. O tremor deixou um cenário de devastação na região —um prédio em construção desabou na capital tailandesa, Bancoc, e uma ponte de mais de 90 anos desabou na região mianmarense de Mandalay, no centro da nação.

Novas atualizações aumentavam a cifra de mortos rapidamente —uma análise do USGS (Serviço Geológico dos Estados Unidos, na sigla em inglês), afirma que, com base na força e profundidade do terremoto, poderia haver milhares de mortes. Segundo o Itamaraty, até a tarde desta sexta-feira não havia informações sobre vítimas brasileiras.

O terremoto ocorreu na hora do almoço, às 12h50 locais (3h20 em Brasília). Segundo o USGS, o evento de magnitude 7,7 ocorreu a uma profundidade de 10 km, seguido 11 minutos depois por uma forte réplica de 6,4 e por outras mais moderadas. Quanto mais próximo for o sismo da superfície terrestre, maior será o estrago —tremores a até 70 km de profundidade costumam ser considerados superficiais.

"No geral, a população desta região reside em estruturas que são vulneráveis a tremores de terremoto, embora existam estruturas resistentes", disse a análise do órgão. "Altas baixas e danos extensos são prováveis, e o desastre provavelmente é generalizado."

De acordo com a junta militar no poder em Mianmar, além dos mais de 140 mortos, havia ao menos 732 feridos. Na Tailândia, a operação de resgate que atende o desabamento do arranha-céu em Bancoc disse que procurava 117 desaparecidos na construção.

A cidade foi declarada "área de emergência" pelo premiê Paetongtarn Shinawatra, que pediu aos moradores que esvaziassem edifícios altos; em Mianmar, as autoridades declararam estado de emergência em seis regiões.

O epicentro foi a 17 km de Mandalay, cidade de cerca de 1,5 milhão de pessoas que é a antiga capital real de Mianmar e um importante centro para o budismo. Mas o sismo foi sentido em locais tão distantes quanto Bancoc, a mais de mil quilômetros de distância, e, segundo a agência de notícias Xinhua, Yunnan, província no sudoeste da China, onde não há relatos de vítimas.

Terremoto atinge Mianmar e Tailândia



Na capital tailandesa, turistas correram em roupões e trajes de banho em pânico enquanto caía água de uma piscina no topo de um hotel de luxo, segundo testemunhas —cena que rapidamente se espalhou nas redes sociais.

Dados sobre mortos e feridos demoraram a ser divulgados, especialmente em Mianmar, regido por uma junta militar desde 2021, quando o país foi palco de um golpe de Estado. Para frustrar a dissidência, a internet foi limitada após o desastre, o que pode atrapalhar a entrega de ajuda em uma emergência como a atual, na qual quedas de energia já podem dificultar a comunicação.

Mesmo antes do anúncio dos números de mortos, diversos relatos já indicavam a extensão dos estragos. Um morador de Mandalay, em Mianmar, por exemplo, afirmou à agência de notícias Reuters ter visto o desabamento de um prédio de cinco andares; outro disse à agência de notícias que uma casa de chá ruiu com várias pessoas presas dentro.

Joe Freeman, o pesquisador de Mianmar da Anistia Internacional, disse que o terremoto não poderia ter ocorrido em um momento pior. O evento deve causar deslocamento e exigir ajuda humanitária no momento em que cortes do governo de Donald Trump limitam a assistência dos EUA ao mundo.

O presidente dos EUA, Donald Trump, disse em uma entrevista coletiva que já conversou com autoridade da região afetada e afirmou "é uma situação muito ruim, e nós vamos ajudar". Ainda nesta sexta, porém, o governo americano informou funcionários da Usaid (Agência dos EUA para o Desenvolvimento Internacional) que todos os cargos não exigidos por lei seriam eliminados. O órgão historicamente desempenha um papel importante na coordenação de esforços de socorro a desastres.

Com Reuters, AFP e The New York Times

'Pensei que o prédio fosse desabar', afirma brasileira em Bancoc

Tatiana Cavalcanti

SÃO PAULO Brasileiros viveram momentos de pânico na Tailândia, com prédios sacudindo, armários abrindo com os tremores e trânsito caótico. O abalo no país e em Mianmar deixou dezenas de mortos nesta sexta-feira (28).

A empresária Tarsila Silva, 30, mora em Bancoc, capital tailandesa, e acordou de um cochilo quando sua cama começou a chacoalhar por volta das 13h20 locais (cerca de 3h20 em Brasília). Ela conta que olhou pela janela e viu os postes de um lado para o outro. Ali percebeu que era um terremoto. "Hoje foi bem desesperador, balançou muito mesmo. Eu pensei que o prédio fosse desabar", afirmou à **Folha**.

O alarme de emergência soou, e ela saiu correndo de seu apartamento. Quase nove horas depois, ela ainda estava na rua, assim como muitos de seus vizinhos, receosos de voltar para casa devido ao risco de tremores secundários.

A cidade está um caos, ela conta. "O trânsito está como nos filmes de apocalipse. A estação de metrô foi fechada, e não sei quando vai reabrir. Os comércios estão todos fechando, inclusive restaurantes. Muitos tentam voltar para casa, mas está muito difícil."

A veterinária Luciana Prudente Cicci, 53, que mora em Bancoc com a família, estava com o marido no carro quando sentiu um forte tremor. Ela conta que o veículo balançou como se estivesse num barco em alto mar.

"Foi muito forte, nos deixou assustados", diz. "Hoje foi um dia difícil para nós. Mas a vida segue."

Colaborou Nelson de Sá, de Pequim

Entenda a causa de terremotos

A explicação está no movimento das placas tectônicas que flutuam sobre o manto da Terra. Quando essas placas se movem, podem produzir abalos sísmicos.



Kacper Pempel - 12.mar.25/Reuters

Andrii Sibiha Brasil tem influência para convencer autoridades da Rússia de garantias do cessar-fogo

Chanceler da Ucrânia afirma que Brasília tem influência sobre Moscou e pode usar sua diplomacia para acordo de paz que envolva presença de forças militares estrangeiras no país do Leste Europeu com apoio dos Estados Unidos

ENTREVISTA
UCRÂNIA NA ERA TRUMP

Patrícia Campos Mello

KIEV O ministro das Relações Exteriores da Ucrânia, Andrii Sibiha, vê espaço para o Brasil convencer a Rússia a aceitar um pacote de garantias de segurança na negociação para o cessar-fogo entre os dois países. Os ucranianos querem que países europeus monitorem o cumprimento dos termos de uma trégua, mas Moscou rechaça a presença de tropas europeias no país.

"O Brasil tem influência sobre a Rússia", disse Sibiha à Folha, em Kiev. "Um país com profundas tradições diplomáticas sabe como pressionar países terceiros." O tom é bem diferente daquele adotado pelo presidente ucraniano, Volodimir Zelenski, na reunião de Davos, em janeiro. Lá, Zelenski disse que o Brasil tinha perdido o trem e não seria mais um player em negociações.

*

A Rússia tinha concordado, em conversa entre Donald Trump e Vladimir Putin, com o cessar-fogo parcial para impedir ataques à infraestrutura energética. Mas os ataques prosseguiram, e a Ucrânia também atingiu alvos desse tipo. Lamentavelmente, essa foi a resposta deles à proposta de cessar-fogo completo após Jiddah [reunião de negociação na Arábia Saudita]. Eles atacaram massivamente nossas cidades, alvos civis. É por isso que não confiamos neles e precisamos de esforços coletivos para pressioná-los pela paz. E aqui o Brasil poderia desempenhar um papel importante como um país com influência global.

O presidente Lula tem uma reunião bilateral com Putin em maio, e há a cúpula do Brics em julho. Que tipo de papel o governo brasileiro poderia desempenhar nas negociações de paz? Do nosso ponto de vista, é hora da diplomacia. O apoio de um país como o Brasil é realmente crucial e importante. Confiamos no apoio brasileiro aos nossos esforços para alcançar uma paz justa e abrangente na Ucrânia. O Brasil tem influência sobre a Rússia. A Ucrânia não é um obstáculo para a paz. E os ataques massivos do lado russo após Jiddah demonstram quem quer paz e quem quer guerra.

Que tipo de influência o Brasil deveria exercer sobre a Rússia? Influência política, diplomática. Um país como o Brasil, com profundas tradições diplomáticas, sabe como pressionar países terceiros. Para alcançar uma paz justa e abrangente, é necessário dar à Ucrânia um pacote de garantias de segurança.

Em janeiro, em Davos, Zelenski disse que "o trem do Brasil já passou" e que o país não era mais um ator nas negociações. Algo mudou após todas as ações que Trump tem tomado em relação à Ucrânia? O sr. e Zelenski gostariam de se encontrar com as autoridades brasileiras? Tenho contatos constantes com meu homólogo [Mauro Vieira]. Nosso chefe de gabinete presidencial, Andrii Yermak, também tem contatos regulares com Celso Amorim. E, claro, estamos interessados no diálogo entre nossos presidentes. Estamos interessados em realizar a visita de nosso presidente ao seu grande país. E vice-versa, receberíamos com satisfação a visita do presidente Lula à Ucrânia.

Seria aceitável para a Ucrânia ter forças de paz chinesas e brasileiras para monitorar os termos do cessar-fogo, como uma garantia de segurança, em vez de tropas europeias? Não quero falar de "uma coisa em vez de outra". Precisamos de garantias de segurança reais, e um dos elementos é a presença de forças militares estrangeiras. Temos o apoio de nossos amigos europeus. Estamos discutindo detalhes concretos sobre a possível implantação. Mas, de qualquer jeito, precisamos do envolvimento dos EUA, apoio de retaguarda a este pacote de segurança. Países europeus estão prontos para mandar suas tropas.

Não queremos Minsk 3 [nova versão dos acordos de Minsk de 2014 e 2015, de cessar-fogo após a guerra no Donbass] ou apenas uma ausência de guerra. Temos uma experiência muito negativa com o processo de Minsk. Mais de 25 vezes o cessar-fogo foi anunciado e imediatamente foi violado. Claro que os russos nos acusaram. E é por isso que precisamos de um mecanismo forte para monitorar este cessar-fogo.

Nossa linha de frente tem 1.300 quilômetros, você esteve lá, é muito desafiador ter um controle adequado sobre o cessar-fogo. Precisamos de medidas de construção de confiança, como a troca de prisioneiros de guerra e o retorno das crianças deportadas. Mais de 20 mil crianças ucranianas foram deportadas à força para a Rússia.

Quais são as linhas vermelhas para a Ucrânia? Precisamos aumentar o preço para a Rússia de uma agressão futura contra a Ucrânia. Não será assumido nenhum compromisso que afete a integridade territorial e soberania da Ucrânia. Nunca reconheceremos [como russa] qualquer parte que foi ocupada pela Rússia. Também não admitimos restrições a nossas capacidades militares, ao nosso direito soberano de conduzir nossa política externa e à escolha de nosso país de se unir a quaisquer aliados.

Se os Estados Unidos interromperem novamente a ajuda militar e o compartilhamento de inteligência, quais seriam as maiores vulnerabilidades ucranianas? Não quero discutir esse cenário, porque os Estados Unidos são nosso principal aliado. Mas, se estamos falando sobre nossas capacidades, devemos nos tornar mais autossuficientes na indústria da defesa. E aqui também contamos com o apoio de nossos parceiros.

Temos a vantagem de que poderíamos testar produtos da indústria da defesa imediatamente no campo de batalha. Poderíamos produzir até 6 milhões de drones por ano. Esse também poderia ser um bom terreno para cooperação com o Brasil, as tecnologias de drones, não apenas para fins militares, mas na agricultura.

Como a Ucrânia vê a proposta de acordo de paz apresentada por China e Brasil? Essa proposta não está em contradição com a nossa, a fórmula de paz do presidente Zelenski. Há muitos elementos semelhantes. Acolhemos todos os esforços dos países que nos apoiam para alcançar uma paz justa.

A repórter viajou à Ucrânia a convite da ONG Public Interest Journalism Lab

Andrii Sibiha, 50
1975, Zboriv (Ucrânia)
Ministro de Relações Exteriores da Ucrânia desde setembro de 2024. É formado em relações internacionais pela Universidade Ivan Franko, de Lviv, e é diplomata desde 1997. De 2021 a 2024, foi vice-chefe de gabinete do presidente Volodimir Zelenski



Série aborda efeitos de Trump em país invadido

Desde o retorno de Donald Trump ao poder, a Ucrânia passou a conviver com a incerteza sobre o apoio dado pelos EUA e a expectativa de que a guerra com a Rússia chegasse ao fim.

Na série "Ucrânia na era Trump", a repórter especial Patrícia Campos Mello percorre o país para relatar a vida dos ucranianos, diante do cenário de uma trégua parcial do conflito.

Itália anuncia restrição de acesso a cidadania por direito de sangue

Reconhecimento será limitado a filhos e netos de cidadão nascido no país europeu

Michele Oliveira

MILÃO O vice-premiê italiano, Antonio Tajani, anunciou nesta sexta-feira (28) novas regras que restringem o acesso à cidadania italiana por direito de sangue de quem nasceu fora da Itália. A partir de agora, para esses casos, só será reconhecida a cidadania do descendente que for filho ou neto de um cidadão nascido na Itália.

As regras valem para novos pedidos, apresentados desde oh desta sexta-feira, no horário italiano. A reforma faz parte de um decreto-lei, aprovado pelos ministros do governo.

Nada muda para quem já tem o passaporte italiano, mas não está claro ainda se a norma afeta ou não a transmissão de cidadania para quem já possui o documento mas nasceu fora da Itália. Em teoria, seria uma limitação para quem ainda precisa ter esse direito reconhecido.

O texto do comunicado do governo não é a versão que vai tramitar no Legislativo.

"O decreto altera concretamente a situação, porque prevê que o ítalo-descendente nascido no exterior será cidadão italiano automaticamente somente por duas gerações", disse Tajani, que também é ministro das Relações Exteriores. "Desde a meia-noite da Itália não se pode mais pedir a cidadania com as regras antigas."

A medida significa uma mudança na Lei da Cidadania, de 1992, que não previa limite de gerações para o direito de sangue. Para o ministro, tratava-se de uma "abertura excessiva", em contraste com as demais normativas vigentes na União Europeia.

O principal impacto deverá ser sobre descendentes que moram no Brasil e na Argentina, que receberam milhões de italianos emigrados a partir do fim do século 19. Só no Brasil, um contingente de 1,4 milhão chegou de 1870 a 1920. Estima-se que hoje existam 30 milhões de descendentes no país, além de mais de 800 mil cidadãos italianos (expatriados ou com dupla cidadania).

Tajani justificou a decisão com base na reclamação, crescente nos últimos anos, de tribunais de Justiça e prefeituras italianas, principalmente de pequenos municípios, que se dizem sobrecarregados pelo volume de pedidos, especialmente aqueles apresentados por via judicial, em que o autor não precisa morar na Itália.

Em 2023, foram reconhecidas ao menos 61,3 mil cidadanias por direito de sangue a descendentes. Com quase 42 mil, os brasileiros representaram 68,5% dos casos —os maiores beneficiados. Os casos se referem aos processos por via judicial e administrativa (via prefeituras italianas), sem contabilizar os consulados.

Outra razão, afirmou o ministro, é que os interessados no reconhecimento da cidadania não teriam interesse em usar o direito para irem residir no país, mas para circular com mais facilidade pela União Europeia e entrar nos Estados Unidos sem visto.

"Ser cidadão italiano é um assunto sério, não é uma brincadeira ter no bolso o passaporte [italiano] para fazer compras em Miami", disse Tajani. "Queremos que aqueles que desejam ser cidadãos italianos, porque têm o direito e porque se sentem ligados ao nosso país, possam fazê-lo. Mas sem abusos, com o fim do uso da nossa nacionalidade por outros motivos."

Nos últimos anos, o tema da cidadania por direito de sangue (ius sanguinis, em latim) entrou no debate público e político sobre mudanças na legislação, considerada antiga.

Tajani, presidente do partido Força Itália, de centro-direita, é o principal defensor no governo da restrição ao ius sanguinis.

Para não perder a eficácia, o texto do decreto deve ser convertido em lei, em até 60 dias, pelo Parlamento, onde o governo tem maioria na Câmara e no Senado.

Além do direito de sangue, pela legislação de 1992, é possível se tornar cidadão italiano por tempo de residência no país —adultos de fora da União Europeia podem fazer o pedido após dez anos morando legalmente na Itália.

Genitores residentes no país que tenham obtido a cidadania podem transmiti-la aos filhos menores de 18 anos. Jovens nascidos na Itália de genitores estrangeiros —e residentes sem interrupção no país— também podem se tornar italianos quando completam 18 anos.



Entenda as mudanças nas regras

- O governo italiano alterou a Lei da Cidadania, de 1992, para restringir o acesso à cidadania por direito de sangue de quem nasceu fora da Itália
- A partir de agora, para esses casos, a cidadania só será reconhecida a filhos ou netos de cidadão nascido em solo italiano. Antes, não havia limite de gerações
- Nada muda para quem já tem o passaporte italiano, mas não está claro ainda se a norma afeta ou não a transmissão de cidadania para quem já possui o documento mas nasceu fora da Itália



Bombardeio israelense atinge área residencial ao sul de Beirute, no Líbano Mohamed Azakir/Reuters

Israel volta a bombardear Beirute depois de quatro meses de cessar-fogo com Hezbollah

GUERRA NO ORIENTE MÉDIO

BEIRUTE | AFP Israel bombardeou subúrbios ao sul de Beirute nesta sexta-feira (28), um reduto do Hezbollah. Este foi o primeiro ataque ao Líbano desde a trégua acordada em novembro do ano passado. A ação, segundo Tel Aviv, foi uma resposta ao lançamento de foguetes por parte do grupo extremista.

A ofensiva ocorreu em um bairro densamente povoado que abriga várias escolas, de acordo com a agência de notícias libanesa NNA.

O porta-voz do Exército israelense, Avichay Adraee, afirmou na rede social X antes do ataque que os moradores do bairro de Hadath deveriam se retirar da área ao redor das instalações do Hezbollah, apontando um prédio em vermelho em um mapa.

"Israel estava respondendo ao lançamento de dois projéteis, dos quais um foi interceptado e outro caiu em solo libanês. Além do bombardeio em Beirute, o Exército também disparou contra alvos do Hezbollah no sul do Líbano, na fronteira com Israel", disse.

Nesta região, muitas escolas fecharam, como na cidade de Tiro, onde já tinha havido um bombardeio no último sábado (22). "Levei meus filhos para a escola apesar da situação, mas a direção disse que haviam fechado após as ameaças israelenses e que eu tinha que levá-los para casa", disse Ali Qasem, pai de quatro crianças.

É a segunda vez desde a trégua que entrou em vigor em 27 de novembro que foguetes lançados do Líbano atingem Israel. O premiê Binyamin Netanyahu disse que Israel atacará "em todos os lugares no Líbano contra qualquer ameaça".

O presidente libanês, Joseph Aoun, afirmou que "tudo indica que o Hezbollah não é responsável" pelos foguetes e anunciou a abertura de uma investigação.

Por sua vez, o presidente francês, Emmanuel Macron, qualificou de inaceitáveis os bombardeios israelenses, "uma violação do cessar-fogo" de novembro —a França tem laços históricos com o Líbano e tradicionalmente busca mediar tensões na região.

As hostilidades no Líbano começaram quando o Hezbollah abriu uma nova frente com Israel em solidariedade ao Hamas no início da guerra em Gaza após o ataque de 7 de outubro de 2023.

Em setembro de 2024, o conflito no Líbano se intensificou, resultando em mais de 4.000 mortos. Do lado israelense, 78 mortes foram registradas, incluindo 48 soldados, além de 56 militares mortos durante uma ofensiva terrestre no Líbano.

Apesar do cessar-fogo de novembro e da retirada incompleta dos soldados israelenses no sul do Líbano, Israel continua realizando ataques em território libanês.



Tel Aviv aprova lei controversa sobre escolha de juízes

O Parlamento israelense aprovou, nesta quinta (27), uma lei que reforça a influência do poder político na nomeação de juízes, reativando um projeto de reforma judicial alvo de protestos. A oposição vai recorrer à Justiça.

Trump pede ao Supremo fim de bloqueio de deportações baseadas em lei de guerra

Presidente dos EUA leva à última instância da Justiça americana caso que aprofundou crise do governo federal com o Judiciário

Guilherme Botacini

BRASÍLIA O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, pediu na sexta (28) que a Suprema Corte do país derrube a ordem judicial que bloqueou deportações de venezuelanos fundamentadas em lei de guerra do século 18.

O governo Trump argumenta que a medida é questão de segurança nacional e que a Justiça não pode invadir a autoridade do presidente ao bloquear atos do tipo.

O Departamento de Justiça pediu à corte máxima que suspendesse a ordem do juiz James Boasberg, de Washington, emitida no último dia 15, que pausou as remoções dos venezuelanos. A segunda instância já tomou a decisão de manter a ordem de bloqueio, o que fez a gestão Trump levar o caso à Suprema Corte.

O departamento afirmou no documento em que leva o processo ao Supremo que o caso representa a discussão sobre quem deve conduzir operações sensíveis de segurança nacional, o Executivo ou o Judiciário. "A Constituição fornece uma resposta clara: o presidente. A república não pode se dar ao luxo de uma escolha diferente", argumenta o governo.

A União Americana pelas Liberdades Civis (ACLU) foi uma das responsáveis por contestar os voos de deportação. A organização argumenta que o uso da lei de guerra nega aos migrantes o devido processo legal para contestar os fundamentos de sua remoção —normalmente, é necessária uma ordem judicial de deportação assinada por um juiz.

A disputa tem provocado queixas e ataques de Trump e aliados contra os tribunais federais, que emitiram dezenas de outras decisões impedindo uma série de medidas da agenda do republicano desde que ele assumiu o cargo em 20 de janeiro.

A Lei de Inimigos Estrangeiros, de 1798, autoriza o presidente a deportar, deter ou impor restrições a estrangeiros que possam representar um risco à segurança nacional em tempos de guerra. O governo diz que a gangue venezuelana Tren de Arágua comete atos de desestabilização nos EUA —a gestão classifica o grupo de terrorista, assim como faz com cartéis mexicanos.

O governo Trump permitiu que dois aviões que já estariam no ar no momento da emissão da ordem judicial continuassem seu trajeto para El Salvador, onde 238 venezuelanos foram levados para uma prisão de segurança máxima. Familiares de migrantes venezuelanos deportados negam os supostos laços com a gangue.

Nesta sexta, Boasberg estendeu o bloqueio até o dia 12 de abril. Em ordem separada, o juiz federal Brian Murphy emitiu medida temporária feita para proteger imigrantes de serem deportados para países que não sejam suas nações de origem.

Além do bloqueio, Boasberg examinou se a gestão Trump violou sua ordem ao não retornar os voos de deportação após o bloqueio. Advogados do Departamento de Justiça disseram que os voos haviam deixado o espaço aéreo dos EUA quando o juiz emitiu a ordem por escrito e, portanto, não eram obrigados a retornar.

Paralelamente à disputa judicial, o que se seguiu ao longo das últimas duas semanas foi uma série de ataques e críticas de Trump e aliados ao juiz e ao Judiciário como um todo.

Trump chamou Boasberg de "lunático radical de esquerda" e pediu seu impeachment. A declaração gerou um raro posicionamento em tom crítico do presidente da Suprema Corte, o conservador John Roberts, que admoestou o republicano.

Um segundo avião com 178 migrantes venezuelanos deportados dos Estados Unidos, incluindo mulheres, pousou na madrugada desta sexta-feira (28) na Venezuela, como parte do restabelecimento dos voos de deportação acordados com Washington após um mês de suspensão.

Os voos foram retomados no último sábado (22). Estes deportados são imigrantes em situação irregular nos Estados Unidos, e não têm a ver com os que foram deportados sob a lei de guerra em voos agora bloqueados.



'Por que não volta para seu país?', diz deputada a jornalista

A deputada dos Estados Unidos Marjorie Taylor Greene atacou uma jornalista da rede britânica Sky News, sugerindo a ela que voltasse ao seu país, depois de ser questionada sobre o vazamento de segredos militares americanos, caso considerado um escândalo no governo de Donald Trump.

"Por que você não volta para o seu país?", perguntou a deputada à repórter. "Temos um grande problema de migração e você deveria se importar com as suas próprias fronteiras. Você se importa com as pessoas do seu país? E com as mulheres que são estupradas por migrantes?"

A deputada republicana se irritou com pergunta da jornalista Martha Kelner, da emissora Sky News, sobre o vazamento de dados sigilosos ao editor-chefe da revista The Atlantic, Jeffrey Goldberg.

J.D. Vance chega à Groenlândia em meio a ameaças contra território

NUUK (GROENLÂNDIA) | REUTERS O vice-presidente dos Estados Unidos, J. D. Vance, desembarcou na Groenlândia na sexta (28), em um momento em que Donald Trump insiste na ideia de que Washington deve assumir o território autônomo da Dinamarca.

A visita à base militar dos EUA em Pituffik, no norte da ilha ártica, ocorreu horas depois que uma nova coalizão governamental, que por ora pretende manter os laços com a Dinamarca, foi apresentada na capital Nuuk.

O novo primeiro-ministro, Jens-Frederik Nielsen, disse que a visita dos EUA sinalizou uma "falta de respeito" e pediu unidade diante da "pressão externa". O rei da Dinamarca emitiu uma declaração de apoio nas mídias sociais. "Vivemos em uma realidade alterada. Não deve haver dúvida de que meu amor pela Groenlândia e minha ligação com o povo da Groenlândia estão intactos", disse o rei Frederik.

Vance afirmou, durante a visita, acreditar que o território está menos seguro agora do que há algumas décadas. "Nosso argumento realmente é com a liderança da Dinamarca, que está subinvestida na Groenlândia e subinvestida em sua arquitetura de segurança. Isso simplesmente precisa mudar. É a política dos Estados Unidos que mudará isso", afirmou.

O americano disse que consideraria melhor que a região fique sob a segurança dos EUA e, além disso, afirmou que a Groenlândia fará parceria com Washington, acrescentando que o "uso da força não será necessário", já que, segundo ele, "os groenlandeses escolherão se tornar independentes da Dinamarca" e, por isso, terão conversas com os americanos

A delegação dos EUA também inclui a esposa do vice-presidente, Usha Vance, o conselheiro de segurança nacional, Mike Waltz, e o secretário de Energia, Chris Wright. O plano inicial da viagem era que a esposa de Vance visitasse uma corrida de trenós puxados por cães na ilha junto com Waltz, embora eles não tenham sido convidados pelas autoridades da Groenlândia ou da Dinamarca. Os protestos públicos e a indignação das autoridades locais e da Dinamarca levaram a delegação dos EUA a visitar apenas até a base militar, isolada, e a não se encontrar com o público.



O vice-presidente dos EUA, J.D. Vance, em visita à base de Pituffik, na Groenlândia Jim Watson/Reuters



Vance cumprimentou militares dos EUA logo após sua chegada, agradecendo-lhes pelo serviço prestado na base remota localizada a 1.200 km ao norte do Círculo Polar Ártico. "O presidente está realmente interessado na segurança do Ártico, como todos vocês sabem, e isso só vai aumentar nas próximas décadas", disse Vance. "Está muito frio aqui. Ninguém me contou", acrescentou, provocando risos em sua primeira visita à ilha. A temperatura externa em Pituffik era de -19°C.

De acordo com os termos de um acordo de 1951, os EUA têm o direito de visitar sua base sempre que quiserem, desde que notifiquem a Groenlândia e Copenhague. Pituffik está localizada ao longo da rota mais curta da Europa para a América do Norte e é vital para o sistema de alerta de mísseis balísticos dos EUA.

O vice deixou evidente a importância que os EUA enxergam no território. "Sabemos que a Rússia, a China e outras nações estão tendo um interesse extraordinário nas passagens do Ártico, nas rotas navais do Ártico e nos minerais dos territórios do Ártico. Precisamos garantir que a América esteja liderando no Ártico."

Igor Patrick

Excepcionalmente, o colunista não escreve nesta edição

ONU amplia em quase um Mato Grosso do Sul a área marítima do país, que terá mais 360 mil km²

Objetivo do país é explorar minérios e petróleo e realizar estudos na área de solo e subsolo abaixo do mar; pedido para ampliar a placa foi feito pelo Brasil e aprovado pela Comissão de Limites da Plataforma Continental

Claudinei Queiroz

SÃO PAULO A CLPC (Comissão de Limites da Plataforma Continental), da ONU (Organização das Nações Unidas), aprovou na quarta-feira (26) um pedido do Brasil de ampliação da plataforma continental (área de solo e subsolo abaixo das águas do mar) na costa do litoral norte, do Amapá ao Rio Grande do Norte.

Na prática, o país passa a ter uma área de cerca de 360 mil km² a mais para explorar minérios, bacias de petróleo e realizar estudos científicos da fauna marinha, além das 200 milhas náuticas da costa norte. Isso representa quase o tamanho do estado do Mato Grosso do Sul, que possui 357,1 mil km².

A decisão foi anunciada na 63ª sessão da CLPC, realizada entre os dias 17 e 28 de fevereiro, em Nova York (EUA). Na ocasião, foi concluída a análise técnica da Submissão Parcial Revista relativa à Margem Equatorial e iniciada a avaliação das submissões referentes às margens Oriental e Meridional —consideradas as mais complexas do processo, tanto em extensão territorial quanto em características geológicas.

"Quando pedimos essa extensão da plataforma, estamos pleiteando uma extensão sobre aquele solo e subsolo, além das 200 milhas. Não sobre a água, que está em cima, que só vai até 200 milhas sempre", explica o diretor de pesquisa e inovação do Inpo (Instituto Nacional de Pesquisas Oceânicas), Andrei Polejack.

"Já tinha saído um primeiro pleito aprovado, na região Sul, na frente do lagoa dos Patos. Esse que saiu agora é o segundo. E agora a gente pode fazer exploração dessa área, não necessariamente em petróleo, mas a gente pode fazer exploração científica e outras, e isso vai ajudar muito no programa de mar profundo do país", completa Polejack.

Com a descoberta do pré-sal em 2006, o Brasil acelerou o processo iniciado em 2004 para pedir o aumento de sua plataforma continental, o local em que detém direitos para explorar ou conceder licença de exploração. Em 2007, a ONU concedeu 81% do que o país havia pedido, e então o governo refez a proposta.

As submissões da margem brasileira foram divididas em três áreas: Região Sul, Margem Equatorial e Margem Oriental Meridional. A proposta da Região Sul foi apresentada em 2015 e aprovada integralmente pela CLPC em 2019. Já a submissão da Margem Equatorial foi depositada em 2017 e encerrada na 63ª Sessão da CLPC.

"Essa conquista é o resultado do trabalho contínuo de marinheiros, pesquisadores e diplomatas na Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) na importante tarefa de ampliar nossos limites, expandindo cada vez mais nossa Amazônia Azul. Essa expansão traz consigo toda a riqueza de recursos vivos e não vivos que constituem um verdadeiro patrimônio da sociedade brasileira", afirmou o secretário da CIRM, contra-almirante Ricardo Jaques Ferreira.

O diretor de Hidrografia e Navegação da Marinha, vice-almirante Marco Antônio Linhares Soares, conta que, com a conquista, "o país passa a ter direito de explorar riquezas do solo e do subsolo marinho, em uma área equivalente à do território da Alemanha". Segundo ele, nódulos polimetálicos, além de gás e petróleo, podem vir a ser encontrados dentro dessa nova fronteira marítima.

"A região da Margem Equatorial que a Petrobras atualmente tem interesse está dentro das 200 milhas, mas poderá haver algum bloco de petróleo que venha a ser descoberto e se estenda além dessa faixa e que incida sobre essa nova área que só o Estado brasileiro tem, agora, o direito de explorar", completou Linhares.

No ano passado, mesmo sem a ONU aprovar a ampliação das margens Equatorial e Oriental Meridional, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) já incluiu essas áreas da Amazônia Azul no Atlas Geográfico Brasileiro. Essa decisão de incluir no atlas "teve o objetivo de modificar a percepção dos estudantes, profissionais e do público em geral sobre o território brasileiro", disse o subsecretário para o Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira, o capitão de mar e guerra Rodrigo de Campos Carvalho.

Atlas geográfico escolar passa a incluir Amazônia Azul no mapa



Fonte: Atlas escolar IBGE

Descoberta do pré-sal acelerou a solicitação

A descoberta do pré-sal em 2006 fez com que o Brasil acelerasse o processo iniciado em 2004 para pedir o aumento de sua plataforma continental.

Gilmar recua de mineração em terras indígenas, e governo Lula propõe indenização a proprietários

João Gabriel

BRASÍLIA O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), recuou da tentativa de regulamentar a mineração em terras indígenas por meio de grupo de conciliação que analisa o marco temporal.

Dentro deste mesmo grupo, a Advocacia-Geral da União (AGU) do governo Lula (PT) fez uma proposta de anteprojeto de lei que prevê a indenização ou compensação a proprietários que tenham suas terras convertidas em territórios indígenas.

A mesa de conciliação está prevista para terminar na próxima quarta-feira (2) e deve ter como principal resultado um projeto de lei sobre o tema, que será enviado ao Congresso —é no âmbito dessa discussão que aconteceram essas sugestões. O marco temporal é a tese, defendida pelos ruralistas, de que devem ser consideradas terras indígenas aqueles territórios ocupados pelos povos quando da promulgação da Constituição Federal, em 1988.

Críticos dela afirmam que, pelo texto da Carta Magna, esse direito não pode ser limitado por uma data, mas é inclusive anterior à própria criação do Estado brasileiro e, por isso, as demarcações devem respeitar estudos antropológicos que determinem o espaço em que aquelas comunidades indígenas devem viver.

Em 2023, o Supremo terminou o julgamento acerca do marco temporal e derrubou a tese.

O Congresso Nacional reagiu e aprovou um projeto para instituir o marco dentro da legislação brasileira. Depois disso, o ministro Gilmar Mendes instaurou uma mesa de conciliação para analisar as divergências sobre o tema.

O grupo foi criticado pelo movimento indígena. A Apib (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil), que integrava a mesa inicialmente, decidiu abandoná-la sobre críticas de discriminação e inconstitucionalidade.

Foi neste espaço que Gilmar apresentou um anteprojeto de lei sobre o tema que revoga o marco temporal, mas no qual ele previa também a regulamentação da mineração dentro de terras indígenas, o que hoje é proibido.

Na quinta-feira (27), no início da sessão do grupo, foi anunciado que o ministro havia recuado de regular o tema por este caminho e escolheria outro processo do Supremo para debatê-lo.

Os integrantes da mesa agora discutem propostas feitas pelos integrantes para a construção de uma redação final para o projeto.

Nesta mesma sessão, a AGU apresentou o seu anteprojeto de lei, que também revoga o marco temporal e no qual já não consta nada sobre mineração dentro dos territórios. Neste texto há a previsão de que, caso a demarcação de terras indígenas atinja áreas privadas, os proprietários podem ser compensados e indenizados, mesmo em caso de terras nuas, ou seja, mesmo que a área não tivesse sido utilizada para nada por seu proprietário.

Indenização é criticada por indígenas

A possibilidade de indenização a proprietários de áreas privadas em caso de demarcação de terras indígenas é criticada pelo movimento indígena. O argumento é que, sobretudo em tempos de pouco espaço para gastos, prever que a União deva pagar fazendeiros terá como efeito prático travar a demarcação dos territórios, por falta de recursos.

Casa da Moeda propõe entrega de passaporte em domicílio

Polícia Federal não confirma mudança, mas elaborou minuta de alteração no contrato de emissão do documento, que custa R$ 257,25

Mateus Vargas

BRASÍLIA A Casa da Moeda propôs ao governo Lula (PT) uma nova modalidade de entrega de passaporte, permitindo o envio direto à residência dos solicitantes. A sugestão já foi apresentada à Polícia Federal, em setembro de 2024. "Os requerentes podem optar por receber o documento diretamente no endereço que for mais conveniente, sem precisar se deslocar até um dos postos de atendimento", afirma a proposta comercial.

Questionada se a sugestão foi aprovada, a PF não se manifestou. Em janeiro, a corporação chegou a preparar uma minuta de atualização do contrato de emissão de passaportes.

No mesmo processo, a polícia afirma que a sua área técnica já aceitou a ideia por facilitar a "vida do cidadão para obter o passaporte" que, em alguns casos, "se desloca até 400 km somente para buscar o passaporte".

Hoje, o passaporte é entregue na mesma unidade em que foi solicitado. A PF também diz que a proposta não traria custos adicionais para emissão do passaporte.

A Casa da Moeda sugeriu inserir no contrato com o governo a previsão de que o passaporte "será entregue no endereço escolhido pelo usuário, dentro do território nacional, conforme indicado no momento da solicitação do passaporte". A logística de entrega ficaria sob responsabilidade da empresa pública.

"Com nossa infraestrutura e logística, garantimos que os produtos sejam entregues com rapidez e eficácia, diretamente no local escolhido pelos requerentes. Eles poderão rastrear seus pedidos em tempo real e saber exatamente quando chegarão", diz a proposta da Casa da Moeda.

O prazo de entrega do documento em domicílio seria de cinco a dez dias úteis, segundo a empresa pública. Essa modalidade de envio não seria permitida para os passaportes emitidos em caráter de urgência.

A proposta ainda prevê que a Casa da Moeda fará a coleta de passaportes emitidos com erros.

A área técnica da divisão de passaportes da PF avaliou a nova modalidade como um "passo lógico após a intensificação das entregas em domicílio feitas durante e após a pandemia recente, de forma que também demonstrará modernidade ao serviço público".

A Casa da Moeda confirmou a proposta. "A iniciativa visa oferecer mais comodidade aos cidadãos no recebimento de seus documentos. O serviço, opcional, permitirá que o documento seja entregue diretamente na residência do solicitante, eliminando a necessidade de deslocamento até os postos de retirada", disse a empresa pública, que afirmou não ter informações sobre a aprovação da mudança contratual.

Atualmente, o serviço de emissão do passaporte custa R$ 257,25 para a primeira via.



Banhistas aproveitam dia de sol e calor no litoral norte de São Paulo

Banhistas aproveitam a praia Grande, em Ubatuba, no litoral norte de São Paulo, onde a previsão é sol e calor no fim de semana; já na capital paulista, sábado e domingo devem ser com chuva Wendell Marques/Folhapress

CIDADE DE SÃO PAULO APRESENTA

EstúdioFOLHA

Prefeitura inaugura 11 parques e amplia área verde, de preservação e de lazer

Investimentos em quatro anos ultrapassam R$ 135 milhões; até o fim de 2025, mais quatro novos espaços serão entregues

A Prefeitura de São Paulo inaugurou neste ano dois parques na cidade e ampliou o tamanho de outro já existente, consolidando a estratégia de expansão de áreas verdes e de lazer para a população. Nos últimos quatro anos, mais de R$ 135 milhões foram investidos na conclusão de 11 parques. Até o final de 2025, quatro novos parques serão entregues.

Além disso, a atual gestão aumentou de 48% para 54% a cobertura vegetal da cidade, refletindo a preocupação crescente em criar ambientes sustentáveis e acolhedores, integrados à natureza e à vida urbana. Um decreto de 2024 desapropriou 32 áreas verdes que têm o tamanho de Paris.

Inaugurado em fevereiro, o Parque Linear Córrego do Bispo, na Casa Verde (zona norte), com mais de R$ 12 milhões em investimentos, tem cerca de 717 mil m² destinados à preservação e ao lazer, incluindo trilhas, playgrounds e academias ao ar livre.

Já na zona sul, também em fevereiro, foi inaugurado o Parque Jardim Apurá-Búfalos-Núcleo Pilão. Foram investidos quase R$ 15 milhões nas áreas de lazer e convivência, como campos esportivos, que beneficiam diretamente 4.000 famílias, além de garantir a preservação ambiental às margens da represa Billings.

Outro destaque recente é o Núcleo Pabreu do Parque Municipal Jardim Prainha, inaugurado em janeiro de 2025, que adicionou mais 30 mil m² de preservação ambiental à área já existente de 112 mil m², às margens da represa Billings.

Novos investimentos e inaugurações estão previstos para os próximos anos. Ainda em 2025, deve começar a construção de um novo núcleo no Parque Linear Córrego do Bispo, o Fazendinha (zona norte), que inclui a recuperação de uma capela histórica e a instalação de um Centro de Educação Ambiental.

Edson Lopes Jr./SECOM



Vista aérea do Parque Jardim Apurá-Búfalos-Núcleo Pilão, na represa Billings, extremo sul da cidade de São Paulo, inaugurado em fevereiro

Outros núcleos já estão em construção, como o Núcleo Sede no Parque Jardim Apurá-Búfalos, projetado com completa infraestrutura de lazer e conservação ambiental.

COMPROMISSO COM O VERDE

Nos últimos anos, a Prefeitura tem reforçado seu compromisso com o meio ambiente e a qualidade de vida dos cidadãos. Somente em 2024, quatro parques foram inaugurados: o Parque Linear Jardim São Francisco, na Penha (zona leste), o Parque Linear Sarah (zona oeste), Parque Linear Córrego Itaquera (zona leste) e o Parque Princesa Isabel (centro).

Em 2023, destacaram-se as inaugurações do Parque Linear Água Podre Ypuera (Butantã, zona oeste), e o Parque Linear Aristocrata (Grajaú), criado em uma área histórica.

Desde 2021, a capital recebeu importantes áreas verdes, como o Parque Augusta-Prefeito Bruno Covas, o Parque Paraisópolis e o Parque Alto da Boa Vista, que ganhou uma segunda fase de investimentos.

A preservação da biodiversidade também tem sido prioritária. Diversos parques possuem uma rica variedade de flora, incluindo espécies nativas como jerivá, ipomeia, tapiá-guaçu e cambuci, bem como espécies exóticas adaptadas às condições urbanas. Essa vegetação contribui para melhorar o clima local e promover a recuperação ecológica das áreas urbanas.

As áreas verdes também beneficiam a fauna local, já que se tornam habitat seguro para diversos animais. São observadas frequentemente aves como o pica-pau-de-cabeça-amarela, tiê-preto, gavião-carijó e até espécies ameaçadas ou raras.



Acesse o QR Code e veja a relação dos parques entregues pela Prefeitura desde 2021

EstúdioFOLHA | Conteúdo patrocinado produzido pelo Estúdio Folha

Eufrázio

Sequestro-relâmpago

Trump põe as polícias nas ruas

Luís Francisco Carvalho Filho
Advogado criminal, é autor de "Newton" e "Nada Mais Foi Dito Nem Perguntado"

É aterrorizante a cena de prisão da estudante turca Rumeysa Ozturk, 30, por agentes mascarados do Departamento de Segurança Interna dos Estados Unidos, captada por câmera de vigilância urbana, em Massachusetts.

A mulher é submetida a sequestro-relâmpago por homens que não se identificam. É suspeita de ser favorável a palestinos de Gaza e desfavorável ao governo de Israel, o que significaria, segundo autoridades migratórias, antissemitismo. Muçulmana e bolsista de prestígio no programa de pós-graduação da Universidade Tufts, tem o visto de permanência cassado.

Não é caso isolado. Trump põe as polícias nas ruas, persegue delitos de opinião e ambiciona instituir uma dinâmica política de limpeza étnica e ideológica nos campos universitários.

Com fundamento em lei de 1798, editada para tempos de guerra e nunca utilizada em tempos de paz, que permite deportar cidadãos de "países inimigos" sem garantias do devido processo legal, Trump avança contra venezuelanos que supostamente pertencem a gangues e a grupos criminosos. Convênio sinistro de colaboração totalitária, o governo de El Salvador faz a gentiliza remunerada de acolher presos dos EUA em suas gigantescas prisões. É a terceirização da violência e do abuso de poder.

Nas fronteiras, não se pronuncia a palavra "não". Turistas são atingidos. Com base em "suspeita razoável" e sem mandado judicial, agentes dos órgãos de imigração encontram meios de invadir, em busca de informações sensíveis ou comprometedoras, a privacidade de telefones e computadores de quem viaja a passeio para Nova York ou para a Disney.

Convênio sinistro de colaboração totalitária, o governo de El Salvador faz a gentiliza remunerada de acolher presos dos EUA em suas gigantescas prisões. É a terceirização da violência

Ordens executivas de controle ideológico atingem escritórios de advocacia com histórico de patrocínio de causas contrárias ao que se convencionou chamar de pensamento trumpista. Não resistem pelo temor de perder a clientela para a concorrência.

Instituições museológicas e de pesquisa como o Smithsonian são acusadas de ideologia imprópria. Cientistas patrocinados pelo governo norte-americano estão impedidos de participar de encontros internacionais que discutem temas inoportunos, como clima, vacinação.

A resistência é pífia. Como mostra o jornalista Guga Chacra, em O Globo, a capitulação é geral. Não há mais vozes dissonantes no Partido Republicano como havia no primeiro mandato. O líder da minoria democrata no Senado a nada se opõe. A venerável Universidade Columbia sucumbe para não perder fundos federais de financiamento e admite restrições à liberdade acadêmica. A covardia e o oportunismo se espalham como fogo.

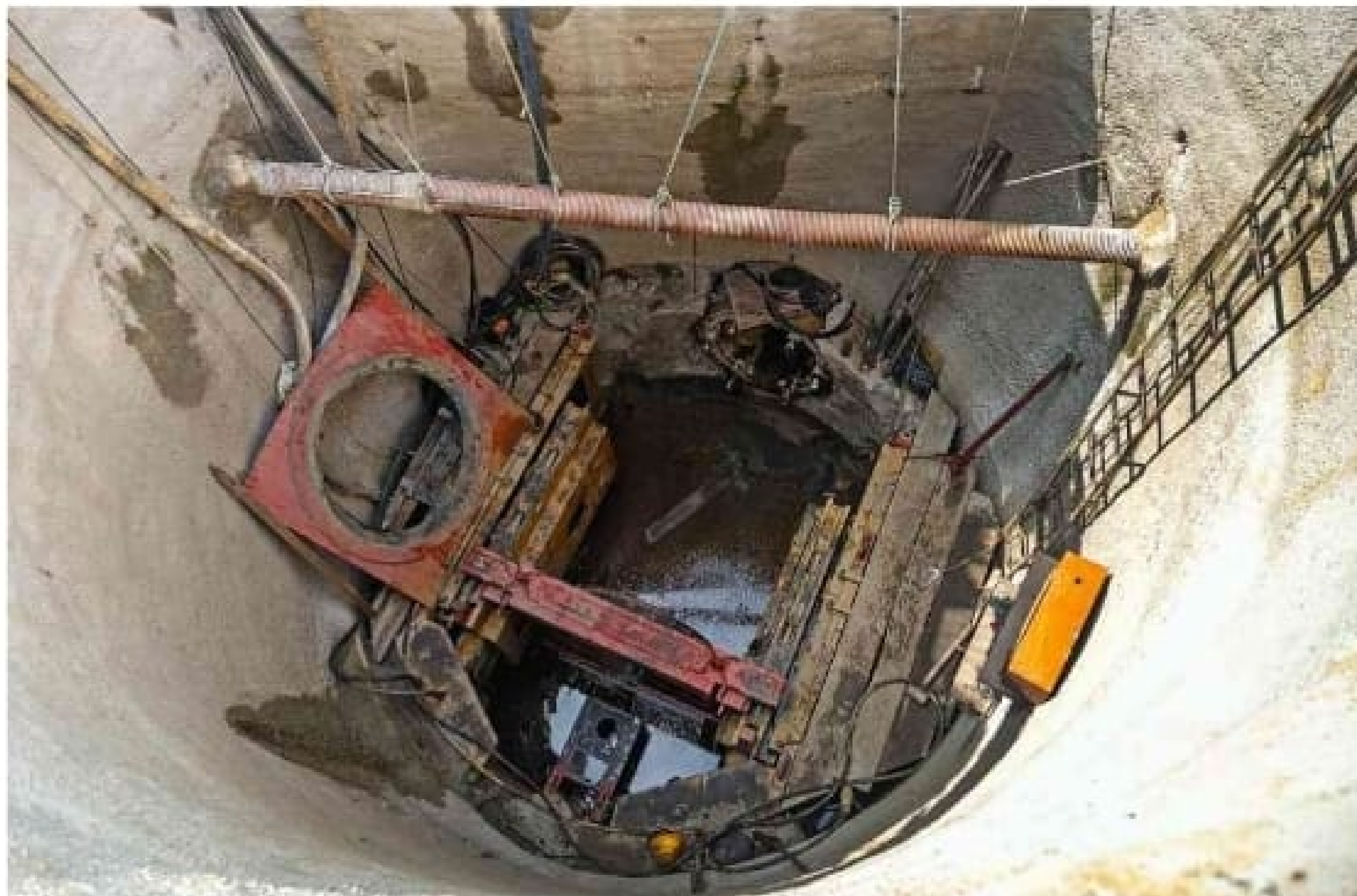
Muito além da guerra tarifária, o presidente dos Estados Unidos quer anexar a Groenlândia e intimidar países vizinhos. Aparece como chefe de uma polícia planetária e corrupta, pronta para agir, o que, no Brasil, dá ânimo para a famiglia Bolsonaro de criminosos políticos e para seus agregados de sempre, os golpistas silenciosos.

Ambicioso, o autocrata não tem limites. Trump ameaça com impeachment juízes que eventualmente criem embaraços judiciais para atos que violam a Constituição.

Os Estados Unidos, a despeito das suas guerras e da arrogância diplomática, têm tradição profunda de liberdades civis, que, agora, escorre como água pelos dedos.

A América está de ponta-cabeça.

DOM. Antonio Prata **SEG.** Becky S. Korich / Giovana Madalosso
TER. Vera Iaconelli **QUA.** Ilona Szabó de Carvalho / Jairo Marques
QUI. Sérgio Rodrigues **SEX.** Tati Bernardi
SÁB. Oscar Vilhena Vieira / Luís Francisco Carvalho Filho



Poço cavado por tatuzinho para instalar tubulação de esgoto Vila Jacuí, em São Paulo Danilo Verpa/Folhapress

Cidade de São Paulo pode ter 260 frentes de obra de água e esgoto na cidade até 2026

Sabesp promete investimentos de R$ 9,5 bilhões, divididos em 60 contratos; não estão previstas obras em grandes vias da capital

Lucas Lacerda

SÃO PAULO A cidade de São Paulo deve ter, até o fim do próximo ano, 260 frentes de obra de água e esgoto sendo abertas e concluídas. Entre projetos de ligação de redes e a ampliação de estações de tratamento, a Sabesp promete investimentos de R$ 9,5 bilhões, divididos em 60 contratos.

A conclusão das obras deve ocorrer em diferentes etapas até o fim de 2026, diz a companhia, e a maior parte do trabalho estará concentrada na ampliação de coleta e tratamento de esgoto. Segundo a Sabesp, haverá intervenções em distritos de todas as regiões da cidade, com foco nas zonas leste e norte.

As melhorias, diz a empresa, serão de maior impacto em Guaianases, Itaim Paulista, São Miguel Paulista, Itaquera, Cidade Tiradentes, Vila Matilde e Artur Alvim. "Serão tubulações de grandes diâmetros, muitas delas na beira de córregos, tributários", diz Roberval Tavares, diretor de engenharia e inovação da Sabesp.

Já na parte norte da cidade, por exemplo, está uma das obras de grande porte, na Estação de Tratamento de Esgoto do Parque Novo Mundo, na Vila Maria, que terá sua capacidade ampliada em 148%. Outros distritos com melhorias previstas são Vila Guilherme, Tucuruvi, Tremembé, Freguesia e Perus, por exemplo.

A companhia promete 955.755 ligações de esgoto e 861.469 ligações de água. A possibilidade de trabalhar em áreas informais, o que segundo Roberval não estava previsto no contrato anterior à desestatização da Sabesp, deve agilizar a conexão desses imóveis, o que é feito após uma autorização da prefeitura.

Para diminuir o impacto no cotidiano de São Paulo, centro de uma região cujas viagens diárias por transporte individual superaram as de coletivo, a companhia fará parte das intervenções por métodos não destrutivos.

Isso consiste em furar poços com um tatuzinho, versão menor de máquinas tuneladoras que abrem buracos para linhas de metrô, e usar outras máquinas para instalar as tubulações pelos túneis subterrâneos, que ficam entre três e oito metros de profundidade. Segundo a Sabesp, não haverá obras ao longo de grandes vias da cidade, como a marginal Tietê ou radial leste.

Os troncos coletores têm diâmetro de até 1,20 metro. Ao todo, serão instalados 561 metros de tubos de concreto. Considerando um solo de boa qualidade, a companhia consegue perfurar, com o tatuzinho, sete metros em cerca de oito horas.

Segundo Roberval, muitas das tubulações a serem enterradas estão em córregos tributários do Tietê, como Tijuco Preto, Tiquatira e Itaquera, na zona leste. Ao todo, estão previstos 4.098 km de tubulação de esgoto para a cidade até o fim do ano que vem.

O pacote de obras a serem entregues até 2026 faz parte do Integra Tietê, programa do Governo de São Paulo. Dos R$ 9,5 bilhões anunciados, R$ 4,6 bilhões ainda estão em etapa de contratação. Até 2029, o valor será de R$ 19 bilhões. Embora o esgoto represente a maior parte do trabalho, diz a companhia, também estão previstas obras para captação e armazenamento de água.

A primeira é a conclusão da adutora do rio Itapanhaú, em Bertioga, no litoral de São Paulo. A obra fazia parte de um conjunto de melhorias após a crise hídrica de 2014 e 2015 e passou por mudanças de contrato e suspensão na Justiça. A vazão que deve ser integrada ao sistema Alto Tietê é de 2.500 litros por segundo.

Já uma entrega prevista para os próximos dias é a do reservatório parque Europa, no Jardim Ângela, na zona sul paulistana, com capacidade para dez milhões de litros de água.

Hoje, a estrutura da Sabesp para lidar com água na região metropolitana tem capacidade de tratar 72 mil litros por segundo. Com a conclusão das obras, o previsto é 82 mil litros por segundo.

Além de ampliar a capacidade de tratamento, a companhia quer lidar com o problema de esgoto no rio Tietê da mesma forma com que tem tratado o Pinheiros. O rio, que nasce em Salesópolis (SP), começa a ter problemas, diz Roberval, ao se aproximar da região metropolitana, como na região de Mogi das Cruzes.

"Então, quando a gente chegar em 2029, o objetivo é que a gente tenha um rio com condições melhores do que as que a gente tem hoje, com vida aquática", afirma.

"No rio Pinheiros, trabalhamos de 2019 a 2022 e tudo que está para cima da [avenida dos] Bandeirantes até a Pedreira, em Santo Amaro, já tem presença de vida. Conseguimos conectar mais de 600 mil imóveis da bacia do Pinheiros, agora faremos isso na bacia do Tietê."

todas





CUIDE-SE

Neste mês das mulheres, a Folha tem um convite especial para você: cuide-se. Cuidar do corpo e da mente, e manter o equilíbrio na rotina são passos essenciais para uma vida plena — e estamos ao seu lado nessa jornada. Em 2023, lançamos a iniciativa **Todas** e a newsletter **Cuide-se.** Em 2025, seguimos com a série **Mova-se**, com orientações sobre atividades físicas. Agora, sob o **movimento Cuide-se,** a Folha irá reunir todo o seu conteúdo de autocuidado, para você ficar em dia com o seu bem-estar.

ASSINE JÁ:



ASSINATURA ESPECIAL PARA MULHERES

2 MESES GRÁTIS
+ 6 MESES Por apenas R$ 9,90/MÊS*

*cancele quando quiser

- Acesso ilimitado ao conteúdo Folha e TODAS
- Newsletters CUIDE-SE e MOVA-SE
- Descontos especiais em Saúde e Bem-estar no Clube Folha
- 15% de desconto nas inscrições das corridas** LIVE!RUN

**Agora, assinantes Folha têm acesso a descontos e a benefícios exclusivos em mais de 50 corridas de rua em todo o Brasil.
Acesse e confira: www.clube.folha.com.br.

FOLHA
NÃO DÁ PRA NÃO LER.

Professores da rede municipal de SP aprovam paralisação para o dia 2

Categoria reivindica que a gestão Nunes conceda 12,9% de reajuste e o fim do confisco de 14% das aposentadorias

Isabela Palhares

SÃO PAULO Os professores da rede municipal de São Paulo aprovaram uma paralisação na próxima quarta-feira (2). Eles reivindicam que o prefeito Ricardo Nunes (MDB) negocie o pedido de reajuste salarial e mudanças nas regras previdenciárias do município.

A paralisação foi aprovada em assembleia da Aprofem (Sindicato dos Professores e Funcionários Municipais de São Paulo) na quinta-feira (27). Os servidores decidiram que, além da paralisação das atividades, vão fazer um ato em frente à prefeitura, no Viaduto do Chá, às 10h de quarta-feira.

A categoria pede o reajuste linear de 12,9%, a elevação do piso de todos os profissionais da educação (não apenas dos professores), com a incorporação dos valores à carreira, e o fim do confisco de 14% das aposentadorias e pensões.

"Depois de receber nossas reivindicações, queremos saber o que o prefeito efetivamente fará com elas e que respostas já tem para nos dar. Não calaremos enquanto nossos pedidos não forem atendidos", afirma a professora Margarida Prado Genofre, vice-presidente da Aprofem.

A Secretaria Municipal de Educação não respondeu até a conclusão desta edição.

Os professores da rede estadual aprovaram greve a partir de 25 de abril para pressionar o governo Tarcísio de Freitas (Republicanos) a contratar mais profissionais efetivos, aumentar o piso salarial da categoria e apresentar um plano de climatização para as escolas.

Entre as reivindicações da categoria está a contratação de mais professores efetivos. O Ministério Público ingressou com duas ações civis nesta semana para obrigar o governo Tarcísio a recompor o quadro de profissionais da educação.

A categoria também pede que o Governo de São Paulo passe a cumprir o Piso Nacional Salarial dos Professores —hoje, os docentes recebem uma bonificação para alcançar o mínimo estabelecido pelo governo federal, ou seja, os valores não são incorporados para cálculo de férias e aposentadoria, por exemplo.

Pedem ainda que a gestão Tarcísio apresente um plano para a climatização das escolas estaduais. Segundo a Secretaria de Educação, são 750 escolas climatizadas atualmente no estado, ou 13% da rede.

O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), durante leilão na Bolsa de Valores Rafaela Araújo/Folhapress

RETIFICAÇÃO DE AVISO DE LICITAÇÃO

ACADEMIA DE POLÍCIA "Dr. Coriolano Nogueira Cobra"

Encontra-se aberta na Academia de Polícia licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, tipo menor preço, modo de disputa aberto, tendo como objeto contratação de serviços contínuos de manutenção predial (preventiva e corretiva), compreendendo o fornecimento de mão de obra residente, ferramentas/materiais e equipamentos adequados, com o objetivo de manter as instalações prediais do Campus II da Academia de Polícia Civil em perfeito funcionamento a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra (materiais/insumos de reposição serão fornecidos pela Contratante), conforme segue: Pregão Eletrônico nº 90002/2025, Processo SEI 058.00012580/2025-31. A data e horário do início do recebimento das propostas será no dia 31/03/2025 às 08h00min (horário de Brasília). A sessão pública será realizada no dia 14/04/2025 às 10h00min, no endereço eletrônico HYPERLINK "http://www.gov.br/compras" www.gov.br/compras. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, HYPERLINK "https://www.gov.br/pncp/pt-br" https://www.gov.br/pncp/pt-br. Maiores informações pelo telefone: (11) 3468-3334/3344 – email: HYPERLINK "mailto:licitacao.acadepol@policiacivil.sp.gov.br" licitacao.acadepol@policiacivil.sp.gov.br

Santander — SOLD LEILÕES

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

1º LEILÃO: 10 de abril de 2025, a partir das 09h00min

2º LEILÃO: 14 de abril de 2025, a partir das 13h00min (*horário de Brasília)

Alexandre Travassos, Leiloeiro(a) Oficial, JUCESP nº 951, com escritório na Rua Sebastião Anacleto de Jesus Lins, 1177, Jardim Elisa, Embu das Artes/SP, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo presencial e/ou on-line, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizado pelo **Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** - CNPJ nº 90.400.888/0001-42, [illegible] em 18/11/2022, com o(s) Fiduciante(s) **EVERTON LEANDRO CASTILHO/FERNANDA MATTOS CAVALCANTE CASTILHO**, [illegible], em **10 de abril de 2025, a partir das 09h00min** em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 754.798,19 (Setecentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e noventa e oito reais e dezenove centavos)**, o imóvel matriculado sob nº **18.247 do Oficial de Registro de Imóveis de Promissão/SP**, [illegible], Residencial Porto Seguro, em Promissão/SP, [illegible]. Venda em caráter "ad corpus" [illegible] **14 de abril de 2025, a partir das 13h00min**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 660.801,31 (Seiscentos e sessenta mil, oitocentos e um reais e trinta e um centavos)**, nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97. **O leilão presencial ocorrerá no escritório do Leiloeiro(a). Os interessados em participar do leilão de modo on-line**, deverão se cadastrar no site da Loja SOLD LEILÕES (sold.superbid.net) e no SUPERBID EXCHANGE (www.superbid.net), e solicitar habilitação até 01 (uma) **hora do início do leilão. Outras informações no site do leiloeiro(a):** Loja SOLD LEILÕES (sold.superbid.net) e no SUPERBID EXCHANGE [illegible]

Santander — FRAZÃO LEILÕES

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA – PRESENCIAL E ONLINE

1º LEILÃO: 11 de abril de 2025, às 14h30min*

2º LEILÃO: 14 de abril de 2025, às 14h30min* (*horário de Brasília)

Carlos Alberto Fernando Santos Frazão, Leiloeiro Oficial, JUCESP nº 808, [illegible] FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **PRESENCIAL E ON-LINE**, [illegible] **Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** [illegible] com os **Fiduciantes MARCELO ALVES MOREIRA** [illegible] **MARIANNA VARGAS CAMPOS MOREIRA** [illegible] **PRIMEIRO LEILÃO** [illegible] **SEGUNDO LEILÃO** [illegible] Outras informações no site do Leiloeiro: www.FrazaoLeiloes.com.br [illegible]

Santander — FRAZÃO LEILÕES

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA – PRESENCIAL E ONLINE

1º LEILÃO: 14 de abril de 2025, às 15h00min*

2º LEILÃO: 15 de abril de 2025, às 15h00min* (*horário de Brasília)

[illegible] **BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** [illegible] **PRIMEIRO LEILÃO** [illegible] **SEGUNDO LEILÃO** [illegible] Outras informações no site do Leiloeiro: www.FrazaoLeiloes.com.br [illegible]

Santander — FRAZÃO LEILÕES

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA – PRESENCIAL E ONLINE

1º LEILÃO: 07 de abril de 2025, às 14h30min*

2º LEILÃO: 09 de abril de 2025, às 14h30min* (*horário de Brasília)

[illegible] **PRESENCIAL E ON-LINE** [illegible] **BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** [illegible] **PRIMEIRO LEILÃO** [illegible] **SEGUNDO LEILÃO** [illegible] Outras informações no site do Leiloeiro: www.FrazaoLeiloes.com.br [illegible]

Santander — FRAZÃO LEILÕES

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA – PRESENCIAL E ONLINE

1º LEILÃO: 07 de abril de 2025, às 14h30min*

2º LEILÃO: 09 de abril de 2025, às 14h30min* (*horário de Brasília)

[illegible] **BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** [illegible] **RANEI DE MARIA DE SOUSA** [illegible] **MARCOS ANTÔNIO DE SOUSA** [illegible] **PRIMEIRO LEILÃO** [illegible] **SEGUNDO LEILÃO** [illegible] Outras informações no site do Leiloeiro: www.FrazaoLeiloes.com.br [illegible]

Associação Cultural São Paulo

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

São convocados os associados proprietários da **Associação Cultural São Paulo**, com sede na Rua Monte Alegre, 1083, Perdizes - SP, para Assembleia Geral Ordinária, que será realizada no dia 07 de abril de 2025, às 14h00, na Rua João Ramalho, 182, 3º andar, São Paulo - SP. A ordem dos trabalhos será a seguinte: **1.** Aprovação das demonstrações financeiras do exercício de 2024; **2.** Outros assuntos de interesse da Associação. Caso na primeira convocação não estejam presentes os associados proprietários em número suficiente para a instalação da Assembleia Geral Ordinária, esta será instalada em segunda convocação com qualquer número de participantes, às 14h30, na mesma data e local.

São Paulo, 29 de março de 2025.

José Olímpio Cardoso Neto - Presidente

COMPANHIA METALÚRGICA PRADA

CNPJ/MF nº 56.993.900/0001-31 - NIRE 35300048580

Aviso aos Acionistas

A Companhia Metalúrgica Prada ("Companhia") informa que os documentos relacionados no artigo 133 da Lei nº 6.404/76 referentes às demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia, localizada na Rua Engenheiro Francisco Pitta Britto, nº 138, Jardim Promissão, São Paulo/SP - CEP 04.753-900.

São Paulo, 29 de março de 2025.

Diretoria.

Santander — SOLD LEILÕES

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

1º LEILÃO: 10 de abril de 2025, a partir das 10h50min

2º LEILÃO: 14 de abril de 2025, a partir das 14h50min (*horário de Brasília)

[illegible] **Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** [illegible] **JOÃO ANTÔNIO APARECIDO RODRIGUES/PAULA SANCHES PAINE** [illegible] **PRIMEIRO LEILÃO** [illegible] **R$ 657.190,32** [illegible] **SEGUNDO LEILÃO** [illegible] **R$ 307.500,00 (Trezentos e sete mil e quinhentos reais)** [illegible] Loja SOLD LEILÕES (sold.superbid.net) e no SUPERBID EXCHANGE [illegible]

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAÍBA

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n.º 053/2025

Proc. Adm. nº. 2501200436570000/2025

Objeto: Registro de Preços para contratação de empresa especializada em **LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO**, em atendimento à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, pelo período de 1 (um) ano. **Do Edital:** O edital completo poderá ser consultado e/ou obtido a partir do dia 31/03/2025, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, bem como por meio do site https://intranet.santanadeparnaiba.sp.gov.br/SisComp/Publico/Default.aspx, na aba serviços para sua empresa, licitações e Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Início da sessão de disputa de lances: **Dia 14/04/2025, às 10h00min.**

Santana de Parnaíba, 28 de março de 2025.

AUTORIDADE COMPETENTE

CPTM - COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS

CNPJ 71.832.679/0001-23 - N.I.R.E. 35300136467

AVISO AOS ACIONISTAS

A **COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS – CPTM** comunica que se encontram à disposição dos senhores Acionistas da Sociedade, na Rua Boa Vista, n.º 162, 13º andar, nesta Capital, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei Federal nº 6.404/1976, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. São Paulo, 28 de março de 2025. **Alexandre Akio Motonaga** - Presidente do Conselho de Administração.

CPTM — Secretaria dos Transportes Metropolitanos — SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

AVISO DE LICITAÇÃO N.º 00615370522025

UASG 380101– SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

Modalidade: Dispensa de Licitação 173/2025

N.º Processo: SEI 006.00111471/2025-40

Objeto: Contratação de serviços contínuos contratação de serviços de coleta e guarda de veículos automotores, para atender as necessidades da Secretaria da Administração Penitenciária.

Total de Itens Licitados: 1 (um) serviço

Valor total da licitação: R$ 39.600,00

Endereço: Rua Libero Badaró, n.º 600, Centro, São Paulo, SP, CEP 01008-000

Link do PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais/96291141000180/2025/1122

Fonte: DOESP e PNCP

ambiente

Ibama deve frustrar prazo de teste previsto pela Petrobras para explorar Foz do Amazonas

Ala energética espera vistoria e prova de emergência em abril, mas órgão ambiental não se movimentou

André Borges e João Gabriel

BRASÍLIA A previsão feita pela Petrobras ao Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) para que o órgão ambiental realize o chamado exercício de emergência em relação a possíveis acidentes envolvendo a exploração de petróleo na Foz do Amazonas corre sério risco de ser frustrada.

O teste é o passo decisivo para que o Ibama delibere sobre o licenciamento que autoriza a perfuração de poços na região.

Em 14 de março, a Petrobras enviou um comunicado ao Ibama no qual informa que a construção de sua Unidade de Estabilização de Fauna, obra que integra o plano de proteção de fauna para o licenciamento do bloco 59, estava próxima de ser concluída. A empresa também avisa: a unidade poderá ser vistoriada no dia 7 de abril.

Com a vistoria realizada, o Ibama já poderia testar a capacidade da Petrobras de responder a um eventual acidente no poço, um exercício de emergência conhecido como Avaliação de Plano de Operação (APO). Trata-se de uma etapa obrigatória no processo de licenciamento ambiental de atividades petrolíferas em alto-mar.

Mas, conforme informações obtidas pela **Folha**, não houve até agora nenhuma mobilização interna do presidente do Ibama, Rodrigo Agostinho, junto aos analistas ambientais do setor de petróleo com o objetivo de planejar, definir os cenários acidentais a serem testados e como se daria a forma de acompanhamento.

O Ibama e a Petrobras foram procurados pela reportagem, mas não responderam.

Para complicar o cenário, hoje o posicionamento formal conhecido sobre a exploração do bloco é de rejeição do licenciamento de perfuração requerido pela Petrobras. Na prática, isso significa que não basta ao presidente do Ibama simplesmente recrutar os profissionais e marcar as datas de vistoria e teste.

Como definiu um profissional do Ibama especializado no assunto, será preciso que ocorra, antes, um certo malabarismo administrativo de Agostinho junto aos analistas para não só dizer que o processo deve prosseguir, mas também indicar como as medidas tomadas pela Petrobras precisam ser testadas o quanto antes.

Dada a complexidade do caso, segundo relatos, é remota a chance de o teste ocorrer em abril.

Um teste desse tipo envolve a simulação de derramamento de óleo no mar, em condições semelhantes às da região. A partir daí, acionam-se protocolos de emergência e mobilização dos recursos descritos no Plano de Emergência Individual da Petrobras. Isso envolve embarcações, aeronaves, barreiras de contenção e equipamentos de recolhimento, entre outros recursos, com a participação de equipes de diferentes órgãos.

Rodrigo Agostinho silencia sobre o assunto. Internamente, porém, a realização do teste é vista no Ibama como sua "bala de prata" para encontrar uma "saída técnica" e liberar o licenciamento, mesmo com o parecer contrário dos analistas ambientais.



Estatal tem pressa devido a aluguel de sonda

O governo considera abril como prazo limite para o Ibama autorizar a exploração do bloco 59 devido ao contrato da Petrobras com a sonda, válido até outubro.

A perfuração leva cerca de seis meses, e atrasos podem exigir novos contratos, aumentando custos. A máquina atual custa R$ 2,4 milhões por dia, e já foram investidos R$ 1 bilhão no bloco.


Estrutura que imita árvore, feita de material reciclado, como vergalhões, na av. Doca, em Belém Leonardo Macêdo/Ascom Seop

Árvore artificial em obra da COP30 causa polêmica com ambientalistas e organizações em Belém

Augusto Pinheiro

BELÉM Duas avenidas de Belém onde ocorrem obras para a COP30, conferência do clima que ocorrerá em novembro, ganharam estruturas que imitam árvores. Chamadas de "eco-árvores" pelo Governo do Pará, elas são feitas de vergalhões reaproveitados das construções e servem de suporte para plantas trepadeiras.

As instalações ficam nos parques lineares que estão sendo construídos ao longo dos canais das avenidas Visconde de Souza Franco, conhecida como Doca, e Almirante Tamandaré.

Nesta semana, foram apresentadas pela gestão Helder Barbalho (MDB) como "árvores artificiais" em reportagem da Agência Pará, ligada ao governo estadual. A iniciativa repercutiu e causou polêmica entre ambientalistas, organizações e políticos locais. O texto foi alterado: as menções a "eco-árvores" e "árvores artificiais" foram substituídas pela expressão "jardins suspensos".

"O termo escolhido não explicava o que são essas estruturas e ainda levava a um entendimento errado, uma vez que todas as plantas são naturais e crescem apoiadas em uma estrutura feita de material reciclado", explica uma nota no final da reportagem.

O movimento COP do Povo viu o projeto com "incredulidade". "Em plena amazônia, o governo do estado do Pará resolveu plantar 'árvores artificiais', para fornecer 'sombra e ventilação' a participantes da COP30", criticou nesta quinta (27). "Centenas de alternativas poderiam ser encontradas para tal tarefa, bastava consultar as comunidades tradicionais e os povos originários da região", escreveu o grupo que reúne povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, extrativistas e agricultores familiares.

A arquiteta Naira Carvalho, da Seop (Secretaria de Estado de Obras Públicas), autora do projeto, diz que "a ideia surgiu devido à necessidade de sombreamento e a não disponibilidade de solo para plantio". "Precisamos adaptar a maneira de arborizar o parque, inspirados em projetos de Singapura. Reaproveitar, reutilizar, reciclar e repensar é mais que uma tendência", diz à Agência Pará.

A **Folha** solicitou entrevista com a arquiteta, mas a secretaria emitiu nota. Nela, a Seop explica a escolha pelos "jardins suspensos", afirmando que "a [av.] Doca não tem solo natural disponível".

A nota diz que "os jardins suspensos são montados com a colocação de vasos grandes no centro das estruturas". "A copa será formada pelas vegetações plantadas nos vasos. Está sendo programada a implantação de cestaria com plantas naturais até o desenvolvimento final das trepadeiras."

"A Nova Doca tem cerca de 180 espaços estruturados e adequados para receber o plantio de 180 unidades de árvores naturais já adquiridas e algumas plantadas." A reportagem perguntou qual será o local de plantio das "árvores naturais" na obra da av. Tamandaré e as espécies e como será a manutenção dos "jardins suspensos", mas não obteve resposta.

O professor José Júlio Ferreira Lima, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará, que não tem relação com a obra, diz que não há lugar para plantio de árvores nas laterais dos canais —na Doca e na Tamandaré. Para ele, os "jardins suspensos" não terão a função de amenização climática que uma árvore teria. "Mas não é ruim."

Já o engenheiro florestal Rafael Salomão, pesquisador do Museu Paraense Emílio Goeldi, em Belém, diz que muitos virão porque o evento será na amazônia. "E daí se deparam com 'árvores artificiais' em um bioma com cerca de 16 mil espécies de árvore."

Autor do "Guia de Seleção de Árvores Ornamentais – Paisagismo Urbano para a Amazônia", ele sugere uso de ingás e fabáceas.



'Champion' deve ser anunciada na próxima semana

André Corrêa do Lago, presidente da COP30, indicou nesta sexta (28) que o "climate high-level champion" do evento deve ser anunciado na semana que vem. Quem ocupa o cargo de "champion", tradicional em COPs, faz a ligação entre os governos e cidades, estados, empresas e investidores. "Tem de ser pessoa do mundo empresarial, com boas conexões internacionais, para fazer a ponte com setor privado", disse Lago.

Europa indica a cidadãos kit de sobrevivência para catástrofe do clima

André Fontenelle

PARIS Em caso de catástrofe climática ou ambiental, o que você deve ter em um kit de sobrevivência? A Comissão Europeia decidiu responder a essa pergunta e lançou na quarta-feira (26) o que chamou de Estratégia de Preparação, com o slogan Prontos para Tudo.

A iniciativa se junta à de alguns países europeus, como Suécia, Noruega e Finlândia, que distribuíram aos cidadãos manuais com recomendações. A França prepara cartilha semelhante.

É também evidência da mudança de mentalidade da União Europeia em relação à chance de um conflito armado com a Rússia.

A comissária europeia para Ajuda Humanitária e Gestão de Crises, a belga Hadja Lahbib, postou vídeo no Instagram mostrando os itens de seu kit de sobrevivência por 72 h. "Primeiro, meus óculos. Depois, meus documentos, em pasta à prova d'água." Ela prossegue: lanterna, fósforos ou isqueiro, para a falta de luz; água, um canivete suíço, medicamentos de uso constante, barras de cereais, dinheiro em espécie, um carregador de celular, um baralho ou algum jogo para passar o tempo, um rádio e pilhas. "Isso é tudo de que você precisa para sobreviver às primeiras 72 h de uma crise", diz ela, colocando tudo numa mochila.

Itens como o rádio e o dinheiro em espécie demonstram preocupação com ruptura das redes digitais de comunicação. "Na crise, dinheiro vivo é rei", diz Hadja.

Até junho, segundo o jornal parisiense Libération, milhões de lares franceses receberão cartilha do governo, com 32 páginas. O conteúdo da cartilha estaria em fase de aprovação pelo gabinete do primeiro-ministro François Bayrou. O manual se inspira em livretos distribuídos nos países escandinavos. Mas não faz referência a guerra ou terroristas.

Distribuído a 2,2 milhões de lares em novembro, o manual sueco, intitulado "Em Caso de Crise ou de Guerra", vai além de um kit. Aconselha como se proteger em caso de ameaça militar ou invasão: como encontrar abrigo ou zona de segurança, e como se deslocar. Propõe lista de frequências de rádio para se informar por canais oficiais. E ensina a purificar água e preparar refeições com recursos escassos.

classificados

11 3224-4000

Para anunciar ou ver mais ofertas acesse folha.com/classificados — Formas de pagamento cartão de crédito, boleto bancário ou pagamento à vista

IMÓVEIS

SÃO PAULO

APARTAMENTO VENDA

NOVA ANDRADINA - MS
Vendo Fazenda de pecuária com 977 HA
Rossafa - 018 9 81113 0666

#siga a folha

NEGÓCIOS

EMPRESAS COMPRA/VENDA

LOTERICAS IMPERDÍVEL
LOTERICAS IMPERDÍVEL
Rentabilidade 2% A 2,5%
Birigui, Top, Lucro R$ 22 mil
Campinas, Superm R$ 15 mil
Circuito das Águas, $ 590 mil
Ibitinga, Lucro 24mil, 1.190m
Jundiaí, Nobre, Lucro $ 23mil
Junqueirópolis, Pço. $ 850 mil
Lençóis Pta., 9 mil, R$ 450mil
Paulínia, Lic. Lucro R$ 18 mil
S.J.Cpos, Lucro$ 8mil, 250mil
Sta.B.D'Oeste, 23m, 750 mil
Taubaté, Lucro, $ 13 mil, Top
Vinhedo, Lucro13 mil, 650mil
ZN-SP, Lucro $14mil, $ 550mil
ZN-SP, Shop, LL$11m 420mil
Joinville-SC, Lucro, R$ 17mil
Maracaju-MS, Preço R$$ 640mil
Pouso Alegre MG, Top, $ 980 mil
MPUGA (19) 9 9653-2020

ANTIGUIDADES COLEÇÕES/JÓIAS

COMPRO ESTES ÁLBUNS DE FIGURINHAS SÓ ANOS 50
Álbum Balas Futebol ano 1957, Álbum Balas Equipe 1957, Álbum Balas Centro Goal ano 1958 e Álbum Futebol Editora Americana ano 1958. Que tenham a figurinha do Pelé neles.
Pago até R$15.000,00 cada por PIX ou dinheiro
Posso ir buscar.
(11) 9-8492-0549 com Marcio- (Colecionador)

HAMBURGUERIA
Região Tatuapé, capacidade 200 pessoas, super instamagrável. Ót. rentabilidade. Excel. oportunidade! Operação rodando. Motivo: mudança Estado
Tr. (11) 99334-2204

COMUNICADOS

COMUNICADO

COMUNICADO

PARA ANUNCIAR NOS CLASSIFICADOS FOLHA
11/3224-4000

LEILÕES

LEILÃO DE ARTE MODERNA E CONTEMPORÂNEA

ACOMPANHANTES

AMANDA

ASSINE A FOLHA
folha.com/assine

PESTANA LEILÕES — LEILÃO ONLINE | APARTAMENTO EM SÃO PAULO/SP — Participe em pestanaleiloes.com.br — bradesco

Liliamar Pestana Gomes, Leiloeira Oficial, JUCISRS 168/00, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizada por Banco Bradesco S/A, inscrito no CNPJ/MF sob nº 60.746.948/0001-12, promoverá, na forma da Lei 9.514/97, nas datas de **15/04/25 (1º leilão) e 17/04/25 (2º leilão)**, ambas às **9h**, o leilão do seguinte imóvel: **LOTE 13 - São Paulo/SP.** 18º Subdistrito. Bairro Ipiranga. Rua Manifesto, 2.707. Apartamento 126 (12º pavimento) com uma vaga de garagem. Áreas: privativa 48,07m² e fração ideal 1,03283%. Matrícula 154.870 do 6º RI local. Obs.: Constituição de condomínio pendente de averbação no RI. Regularizações e encargos perante os órgãos competentes, inclusive quanto a eventual divergência de denominação de bairro que vier a ser apurada no local com a lançada em cadastro imobiliário e averbada no RI, correrão por conta do(a) comprador(a). Ocupado. (AF). **Lance mínimo: 1º Leilão R$ 610.106,07. 2º Leilão R$ 216.600,00** (caso não seja arrematado no 1º leilão). **COND. DE PGTO.**: à vista, mais comissão de 5% à Leiloeira. **DA PARTICIPAÇÃO ON-LINE:** mediante cadastro prévio no site da Leiloeira. **OBS.**: O Fiduciante possui direito de preferência de compra, nos termos da lei.

Consulte cond. de Venda e Pagamento: banco.bradesco/leiloes e pestanaleiloes.com.br | 51 3535.1000

LEILÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DE SÃO PAULO — Justiça Federal — Sanches Leilões Presencial e Online
322ª HASTA — 02 ABRIL - 11h00 — 09 ABRIL - 11h00
ATÉ 50% ABAIXO DA AVALIAÇÃO E POSSIBILIDADE DE PARCELAMENTO EM ATÉ 59X (Consulte condições no edital do leilão)

Lote 14 — Terreno com 1.814,08m² - Chácara Maria Trindade - São Paulo/SP — Avaliação: R$ 8.982.044,53 — L.I.: R$ 4.491.022,27
Lote 16 — Terreno com 108.684,72m² Centro - Juquitiba/SP — Avaliação: R$ 3.000.000,00 — L.I.: R$ 1.500.000,00
Lote 30 — Imóvel e terreno com 2.618,02m² Jardim Marambá - Bauru/SP — Avaliação: R$ 7.000.000,00 — L.I.: R$ 3.500.000,00
Lote 31 — Casa com 750m² Jardim Alvorada - Jaú/SP — Avaliação: R$ 2.659.129,50 — L.I.: R$ 1.329.564,75

Acesse: www.sanchesleiloes.com.br | Dúvidas (11) 4296-1522 ou (11) 3526-1-5552 L.O.: Antonio Sanches Ramos Junior - JUCESP 677

LEILÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DE SÃO PAULO — Justiça Federal — SATO
321ª HASTA — 31 MAR - 11h00 — 07 ABRIL - 11h00
ATÉ 50% ABAIXO DA AVALIAÇÃO E POSSIBILIDADE DE PARCELAMENTO EM ATÉ 59X (Consulte condições no edital do leilão)

Lote 48 — Prédio e terreno com 100.000m² Jardim Cumbica - Guarulhos/SP — Avaliação: R$ 278.187.642,64 — L.I.: R$ 139.093.821,32
Lote 56 — Imóvel rural com 3,63Ha - Fazenda Limoeiro - General Salgado/SP — Avaliação: R$ 8.100.000,00 — L.I.: R$ 4.050.000,00
Lote 65 — Terreno com 1.246,70m² - Distrito Bomfim Paulista - Ribeirão Preto/SP — Avaliação: R$ 1.079.704,53 — L.I.: R$ 539.852,26
Lote 107 — Prédio e terreno com 210m² Bela Vista - São Paulo/SP — Avaliação: R$ 2.600.000,00 — L.I.: R$ 1.300.000,00
Lote 58 — Terreno com 15.000m² - Ponte Grande Mogi das Cruzes/SP — Avaliação: R$ 5.761.800,00 — L.I.: R$ 2.880.900,00

www.satoleiloes.com.br | Dúvidas (11) 4223-4343 | L.O.: Antonio Hissao Sato Junior - JUCESP 690

VENDO ÁREAS PARA INCORPORAÇÃO
BARUERI/CENTRO
2.834m² | 3.530m²
3.712m² | 4.296m²
11.300m²
POTENCIAL CONSTRUTIVO: 5X
Áreas planas no centro de Barueri, com toda infraestrutura, em frente ao shopping e estação de trem. Somente venda.
Tratar com Humberto
(11) 98169.6000
CRECI: 35.290

satoleiloes.com.br
Prédio Comercial — GPA
Centro - São Caetano do Sul/SP
Possibilidade de parcelamento (consulte condições)
Imóvel locado até 2030. A locação gera receita mensal de R$ 118.000,00.
7.668m²
Data de encerramento: 30 abril 10h00
Lote 003
Lance Inicial: R$ 17.000.000,00
Valor de avaliação: R$ 31.728.000,00
46% de desconto
Acesse www.satoleiloes.com.br | (11) 4223-4343 | L.O.: Antonio Hissao Sato Junior - JUCESP 690

saúde

Em ano de lucro recorde, planos de saúde retêm R$ 5,8 bilhões de hospitais privados

Pesquisa mostra que 42% das instituições reduziram investimentos; convênios afirmam que retenção ocorre quando há inconformidades

Cláudia Collucci

SÃO PAULO Hospitais de ponta do país tiveram em 2024 o maior montante de pagamentos retidos por planos de saúde, que totalizou R$ 5,8 bilhões. No mesmo ano, o lucro das operadoras de saúde quintuplicou, atingindo R$ 10,2 bilhões, o melhor desempenho desde 2020.

Levantamento da Anahp (Associação Nacional de Hospitais Privados), com 85 instituições, mostra que o valor retido representou 15,89% do total que elas deveriam ter recebido das operadoras de saúde, alta de quatro pontos percentuais sobre 2023.

Essas suspensões de pagamentos, as glosas, ocorrem quando as operadoras fazem questionamento ou pedem mais detalhes sobre as cobranças. Ao final das discussões, porém, a maior parte desses valores é liberada. Mas, diz a Anahp, a prática recorrente das operadoras tem levado à redução de investimentos nos hospitais, com impacto em expansão de leitos, aquisição de equipamentos e abertura de unidades de UTI.

Em 2024, 41,7% dos hospitais dizem ter feito investimentos menores do que o planejado, diz a pesquisa. "É situação de bastante aperto porque coincide com os juros altos", diz Antônio Britto, diretor-executivo da Anahp. Segundo ele, a taxa de contas hospitalares glosadas girava entre 3% e 5%. Em 2022, saltou para 9%, e em 2023, para 11,8%. Em 2024, foi a 16%. "A glosa tem que existir, é direito do pagador olhar a conta. Mas as operadoras as transformaram numa forma de administrar os pagamentos que fazem aos hospitais. Eu te devo, digo que não vou pagar porque estou examinando a conta e acabo sendo o juiz do momento de pagar."

Os números podem ser muito maiores se consideradas as mais de 175 instituições associadas à Anahp, que reúne nomes como Albert Einstein, Sírio-Libanês, Oswaldo Cruz, Copa D'Or, Hcor e Nove de Julho e tem quase 25% de participação em despesas assistenciais na saúde suplementar.

Entre as razões para as glosas está se o procedimento era ou não necessário. "Quando o hospital faz algo, que seja exame de sangue, a operadora já autorizou", diz Britto. Segundo a Anahp, só 2% do total glosado em 2024 foi mantido. Outra questão é o aumento do tempo médio para o pagamento das contas hospitalares. "Girava em torno de 60 e 70 dias. Em 2024, saltou para 120 dias."

Em muitos casos, para ter o valor liberado, operadoras exigem que hospitais deem descontos. "Eu reconheço que te devo 800. Mas, para te pagar, preciso que você me dê desconto, aí te pago 600."

Outra consequência, diz Britto, é que os hospitais atrasam o pagamento dos fornecedores. Segundo a Abraidi (Associação Brasileira de Importadores e Distribuidores de Produtos para Saúde), em 2024 os fornecedores de equipamentos deixaram de receber R$ 3,8 bilhões, referentes à retenção de faturamento, glosas injustificadas e inadimplência.

Sérgio Rocha, presidente do conselho de administração da Abraidi, diz que é animador ver a melhora das operadoras de planos de saúde, mas o mesmo não se aplica a fornecedores de dispositivos médicos, que lidam com prazos dilatados de autorização para emissão de notas fiscais de vendas, fazendo-os enfrentar problemas de ordem fiscal e tributária. "Quando obtêm a autorização, são submetidos a prazos extensos para recebimento ou a pedidos de descontos indecorosos. Práticas deletérias que prejudicam toda a cadeia de saúde."

Em nota, a Abramge (Associação Brasileira de Planos de Saúde) diz que se trata de relação individual entre as empresas e seus respectivos fornecedores (operadoras e prestadores de serviços hospitalares). E diz que dados da ANS mostram que o tempo médio de pagamento (dias) do total de procedimentos realizados caiu em comparação com o ano anterior. "O que demonstra esforço constante das operadoras na avaliação de glosas administrativas."

Federação diz que é preciso olhar mais profundo para compreender planos

Vera Valente, diretora-executiva da Fenasaúde (Federação Nacional de Saúde Suplementar), afirma que "cada operadora tem sua realidade, compondo um panorama multifacetado".

De acordo com dados da entidade, no primeiro semestre de 2024, dado mais recente disponível, o tempo médio decorrido entre a apresentação da cobrança pelos prestadores de serviços e o pagamento pelas operadoras de planos de saúde foi de 32,8 dias, o menor da série anual da ANS.



Campanha de vacinação de gripe começa nesta sexta em São Paulo

Wilma Tabarin, 96, recebe vacina contra vírus da gripe no 1º dia da campanha, que foi antecipada pela Prefeitura de São Paulo —no calendário nacional, será 7 de abril—, na UBS Nossa Senhora do Brasil Karime Xavier/Folhapress

MORTES

coluna.obituario@grupofolha.com.br



Arquivo Pessoal

KLEBER DUARTE BARRETTO (1966 - 2025)

Amante da natureza, dizia que 'beleza salvará o mundo'

Psicólogo dedicou-se a sítio em Juquitiba (SP), onde realizava retiros espirituais

Isabela Palhares

SÃO PAULO Apaixonado pela natureza e pelo mundo espiritual, o psicólogo Kleber Barretto encontrou um jeito de juntar suas paixões ao seu trabalho. Desde 2001, ele dedicou seus esforços para construir um sítio em Juquitiba, no interior de São Paulo, onde reunia amigos e conhecidos para um retiro espiritual.

O sítio, com mais de 225 mil metros quadrados, tem diversos templos e vegetação da mata atlântica preservada nas margens do rio Juquiá. "Ele gostava muito de natureza, entendia que esse contato era uma forma de autocuidado, de conexão. Era vegetariano há mais de 30 anos, não bebia, tudo por essa conexão espiritual muito forte que tinha", conta Kaíque Barretto, irmão mais novo.

Segundo dos quatro filhos de um casal de professores de Itapira, Kleber planejava seguir a profissão do pai e cursar educação física. Ele, no entanto, foi fazer um intercâmbio nos Estados Unidos quando tinha 17 anos e lá decidiu que iria estudar psicologia.

Ao retornar para o Brasil, foi aprovado na USP e seguiu na carreira acadêmica. Fez mestrado e doutorado na PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), pesquisando a psicologia clínica. Também deu aulas em faculdades particulares.

"Ele era um grande estudioso, pesquisador, intelectual. E não deixou de lado os atendimentos. Ele se especializou no acompanhamento terapêutico, em que acompanha os pacientes para ajudá-los a reconfigurar o cotidiano, aliviar o sofrimento daqueles que têm dificuldade de socializar. E ele era muito carismático, conquistava todo mundo com sua risada forte", diz o irmão.

Era também apaixonado pela música e literatura russas —é, inclusive, do escritor russo Fiódor Dostoiévski a frase que Kleber mais citava e guiava a sua vida: "a beleza salvará o mundo".

Por muitos anos, Kleber integrou o Coral Russo de São Paulo. Além da paixão pela natureza, amava viajar e conheceu Espanha, Portugal, Dinamarca, Grécia, Turquia, México, Estados Unidos, Venezuela, Colômbia e Equador, entre muitos outros.

Nos últimos três anos, viajou ao Japão e se encantou com a cultura e a espiritualidade que viu lá. Inclusive, um dos últimos pedidos que fez antes de morrer foi para que suas cinzas fossem deixadas em Koyasan, refúgio espiritual nas montanhas japonesas.

Kleber morreu em 18 de março, após quase dez dias internado por ter contraído febre amarela, provavelmente, durante viagem para Brotas (SP) no Carnaval. Ele deixa os três irmãos, Momaya, Klaus e Kaíque, e a mãe Zuma, de 80 anos.

O QUE FAZER EM CASO DE MORTE

Serviço Funerário Municipal de São Paulo Central 156 Tel. (11) 3396-3800; prefeitura.sp.gov.br/servicofunerario
Anúncio pago na Folha Tel. (11) 3224-4000. Seg. a sex.: 10h às 20h. Sáb. e dom.: 12h às 17h.
Aviso gratuito folha.com/mortes. Até as 18h para publicação no dia seguinte (19h de sexta para publicação aos domingos).

ciência

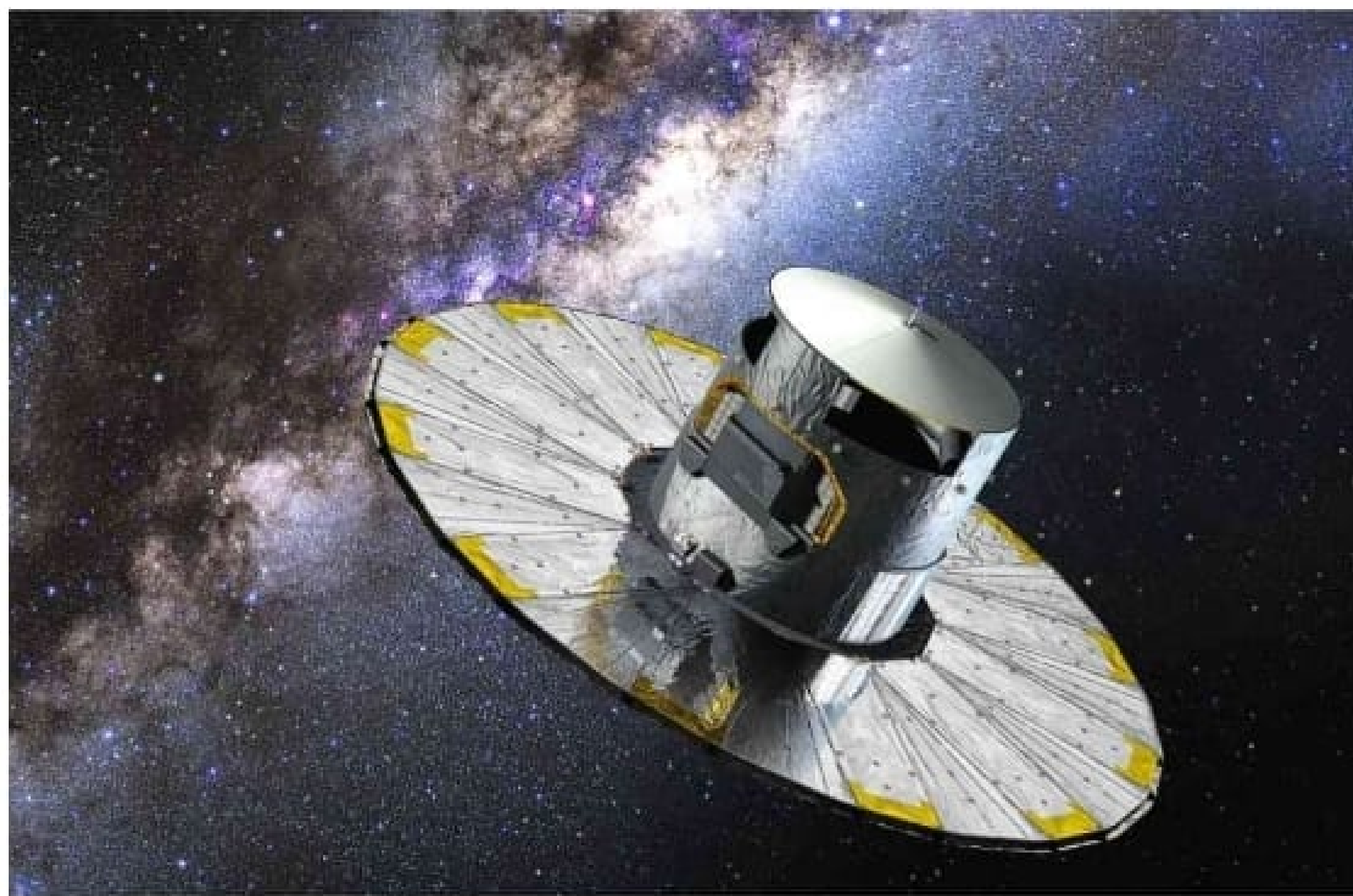


Ilustração do satélite Gaia, que foi lançado em dezembro de 2013 ESA/D. Ducros/ AFP

Satélite Gaia, o cartógrafo da Via Láctea desde 2014, despede-se de sua missão

Após mapear 2 bilhões de estrelas, milhões de galáxias e 150 mil asteroides, ele foi desligado na quinta (27), mas seu legado continua

Katrina Miller

THE NEW YORK TIMES Das antigas correntes estelares às entranhas das anãs brancas, Gaia viu tudo.

Nesta quinta-feira (27), especialistas da missão na Agência Espacial Europeia (ESA) enviaram Gaia, que está com pouco combustível, para a órbita ao redor do Sol e o desligaram após mais de uma década de serviço prestados a astrônomos.

Gaia mapeou o cosmos desde 2014, criando uma vasta enciclopédia das posições e movimentos de objetos celestes em nossa Via Láctea e além. É difícil capturar a amplitude do desenvolvimento e das descobertas que o observatório possibilitou. Mas aqui estão alguns números: quase 2 bilhões de estrelas, milhões de galáxias potenciais e cerca de 150 mil asteroides. Essas observações resultaram em mais de 13 mil estudos, até agora, pelos astrônomos.

O satélite transformou a maneira como os cientistas entendem o Universo, e seus dados viraram referência para muitos outros telescópios na Terra e no espaço. E menos de um terço dos dados reunidos já foi disponibilizado para os cientistas.

"É algo que está sustentando quase toda a astronomia", disse o astrônomo Anthony Brown, da Universidade de Leiden, na Holanda, que lidera o grupo de processamento e análise de dados do Gaia. "Se você perguntasse aos meus colegas astrônomos, eles não conseguiriam mais imaginar fazer pesquisa sem o Gaia."

Lançado em 2013, o principal objetivo do Gaia era revelar a história e a estrutura da Via Láctea, construindo o mapa tridimensional mais preciso das posições e velocidades de 1 bilhão de estrelas. Com apenas uma fração desses dados, os astrônomos estimaram a massa do halo de matéria escura que envolve nossa galáxia e identificaram milhares de estrelas invasoras, absorvidas de outra galáxia há 10 bilhões de anos.

Medindo as vibrações contínuas no disco da Via Láctea —uma espécie de sismologia galáctica, diz Brown—, o satélite levou a evidências de um encontro com uma galáxia satélite que orbita a nossa muito mais recentemente do que os cientistas acreditavam. Isso poderia ser o motivo pelo qual a Via Láctea parece distorcida quando vista de lado.

A abrangência da Gaia se estendeu além do que pode ser deduzido sobre nosso endereço galáctico. O satélite ajudou a observar luas orbitando outros mundos em nosso Sistema Solar, capturou terremotos estelares e avistou estrelas hiper-rápidas cruzando a Via Láctea. Em seu catálogo de estrelas, os astrônomos encontraram indícios de novos planetas e buracos negros, incluindo o mais próximo conhecido da Terra. Cosmologistas têm usado os registros do Gaia de estrelas pulsantes para ajudar a medir a taxa de expansão de nosso Universo.

"O Gaia tem sido e será incrivelmente importante para nossa compreensão do cosmos", disse a astrônoma Lisa Kaltenegger, da Universidade de Cornell. Em 2021, ela usou o catálogo da Gaia para descobrir quais mundos podem ser capazes de nos ver.

A missão começou a gravar dados em torno de seis meses após o seu lançamento. Por mais de dez anos, Gaia girou no espaço, em faixa onde a gravidade da Terra e a do Sol se equilibram com o movimento do satélite.

Dois telescópios gêmeos, apontados em direções diferentes no satélite, escanearam o céu, capturando a luz óptica que riscava através de seu campo de visão. Três instrumentos a bordo mediram as posições, velocidades e cores de estrelas e outros objetos celestes. Com isso, cientistas inferiram informações sobre temperatura, massa e composição química. "Está fazendo o que soa como um trabalho chato", disse o astrofísico Joshua Winn, da Universidade de Princeton.

Winn descobriu novo exoplaneta no catálogo do Gaia. É um dos poucos planetas encontrados usando um método chamado astrometria, que ajuda a descobrir mundos massivos que orbitam longe de suas estrelas. "Gaia é o primeiro recurso que tivemos que deveria encontrar um monte de planetas, inegavelmente, por meio dessa técnica", disse Winn. "É o início do que acredito que será a próxima grande fase na descoberta de exoplanetas."

Gaia fechou os olhos para a luz das estrelas em 15 de janeiro. Desde então, especialistas da missão têm conduzido testes técnicos finais que podem ajudar na operação de futuros telescópios. Só uma parte do que o Gaia viu está disponível aos astrônomos, pois é preciso mais tempo para processar a quantidade de dados coletados. A próxima divulgação de dados será em 2026 e terá cinco anos e meio de informações. A divulgação final deve ocorrer em 2030.

Primeiro veio a estrada, depois a destruição

Estudo mostra impacto de estradas primárias e secundárias sobre florestas

Marcia Castro

Professora de demografia e chefe do Departamento de Saúde Global e População da Escola de Saúde Pública de Harvard

A abertura de estradas primárias em fronteiras de floresta tropical pode aumentar ofertas de emprego, reduzir custos de transporte e apoiar o desenvolvimento regional. Entretanto também pode impulsionar o desmatamento e a vulnerabilidade de comunidades locais a invasões de terras e violência.

Estradas secundárias, abertas a partir de estradas primárias, estão proliferando rapidamente em grande parte das florestas tropicais, sendo em média 29 vezes maiores em comprimento do que as estradas primárias. Um estudo recente analisou 92 estradas primárias, sendo 13 na Nova Guiné, 33 na bacia do Congo e 46 na amazônia brasileira.

O estudo mostra que 4,8, 9,8 e 49,1 km de estradas secundárias foram abertos para cada quilometro de estrada primária na bacia do Congo, em Nova Guiné e na amazônia brasileira, respectivamente. A perda e degradação florestal associada a essas estradas secundárias foi 31,5, 22,2 e 305,2 vezes maior, respectivamente, do que aquela diretamente ligada às estradas primárias. Além disso, os impactos humanos foram detectáveis a distâncias de até 35,9, 17,7 e 68 km das estradas primárias em bacia do Congo, Nova Guiné e amazônia brasileira, respectivamente.

O estudo mostra ainda que o desmatamento devido a estradas secundárias é 150 vezes maior do que o provocado por estradas primárias. Cada quilômetro de estrada secundária resultou em 1.923 ha (hectares) de impactos humanos na amazônia brasileira, 272 ha na Nova Guiné e 186 ha na bacia do Congo.

Estudo mostra que o desmatamento devido a estradas secundárias é 150 vezes maior do que o de estradas primárias. Cada km de estrada secundária resultou em 1.923 hectares de impactos na amazônia

Os números para a amazônia brasileira refletem a existência de estradas secundárias perpendiculares à primária, resultado de antigos projetos de colonização agrícola, além da perda florestal impulsionada devido a agricultura, pecuária e extrativismo predatório. Cabe ressaltar que, dos 3,36 milhões de quilômetros de estradas na amazônia brasileira, 8% estão em áreas protegidas (5% em unidades de conservação e 3% em territórios indígenas). Cerca de 41% da floresta amazônica é cortada por estradas ou está a 10 km de uma estrada (e, portanto, sujeita ao risco de desmatamento).

No Brasil, projetos de infraestrutura (como estradas e hidrelétricas) demandam a elaboração e aprovação de um estudo de impacto ambiental (EIA). No caso de estradas, EIAs raramente abordam o impacto de estradas secundárias.

Por exemplo, a rodovia BR-319, que liga Manaus a Porto Velho, com cerca de 870 km de extensão, começou a ser construída em 1968 e foi inaugurada em 1976. Entretanto a rodovia foi abandonada em 1988 uma vez que o transporte fluvial era mais barato e o tráfego pela rodovia não justificava o custo de manutenção.

Planos recentes para reconstruir a BR-319 demandaram a elaboração de um EIA. O estudo, entretanto, não inclui uma avaliação detalhada sobre estradas secundárias, apesar dessas poderem afetar 68 áreas indígenas e 38 unidades de conservação.

Grande parte das estradas primárias da amazônia foram construídas durante a ditadura militar, principalmente nas décadas de 1960 e 1970, parte de um modelo predatório de desenvolvimento e integração.

Em alguns dias o golpe militar fará 61 anos. O regime pode ter acabado, mas os impactos não. Ainda estão presentes na sociedade e na amazônia brasileira.

DOM. Reinaldo José Lopes **SEG.** Marcelo Leite, Mensageiro Sideral **TER.** Álvaro Machado Dias **QUA.** Marcelo Viana **SEX.** Suzana Herculano-Houzel **SAB.** Marcia Castro

Eufrázio



Daniel Alves chega a sua casa em Barcelona, na Espanha, após o Tribunal Superior da Catalunha anular sua sentença Nacho Doce/Reuters

Justiça espanhola anula condenação de Daniel Alves por agressão sexual

Juízes dizem ver 'lacunas, imprecisões, inconsistências e contradições'; ex-jogador da seleção brasileira havia sido sentenciado a 4 anos e 6 meses de prisão no ano passado

MADRI | AFP E BERLIM Um tribunal de apelações espanhol anulou a condenação de 4 anos e 6 meses de prisão por agressão sexual do ex-jogador de futebol brasileiro Daniel Alves. A nova sentença foi divulgada nesta sexta-feira (28) pelo Tribunal Superior de Justiça da Catalunha (TSJCat).

Ainda cabe recurso perante o Supremo Tribunal da Espanha. Ester García, advogada de acusação, anunciou que irá fazê-lo e que sua cliente está emocionalmente desgastada —sua identidade é preservada pela Justiça. O processo, estimam especialistas, consumiria cerca de um ano.

Em comunicado, o TSJCat informou que os juízes decidiram por unanimidade dar razão ao ex-jogador da seleção e anular uma sentença condenatória na qual encontraram "lacunas, imprecisões, inconsistências e contradições sobre os fatos" ocorridos em uma discoteca de Barcelona em 31 de dezembro de 2022.

Na decisão, a seção de apelação da corte, formada por quatro magistrados, três mulheres e um homem, declara que o testemunho da suposta vítima carecia de confiabilidade ao se referir a fatos que poderiam ser verificados objetivamente por meio de gravações de vídeo, "indicando explicitamente que o que ela contou não corresponde à realidade".

"O que ela diz, que eles estavam desconfortáveis, não é compatível com o que é visto nas imagens", diz o tribunal, observando que ela é vista "participando da dança com o acusado da mesma forma que qualquer outra pessoa disposta a se divertir".

Os juízes abordam no texto a diferença entre credibilidade e confiabilidade: "Em sua análise, a sentença do tribunal inferior usa o termo credibilidade como sinônimo de confiabilidade, o que não é o caso. A credibilidade corresponde a uma crença subjetiva, que não pode ser verificada, associada à pessoa que faz a declaração; a confiabilidade, por outro lado, afeta a declaração em si".

A decisão reitera ainda a definição de liberdade sexual da sentença de primeira instância, que se traduz na faculdade de escolher "livremente como, onde, quando e com quem", de forma "inseparável do consentimento individual". Pondera, no entanto, que "o padrão exigido pela presunção de inocência não foi excedido, o que deve ter seus efeitos levando à revogação da sentença do tribunal inferior e ao pronunciamento de uma absolvição".

O tribunal afirma que a única hipótese relevante submetida a julgamento é a acusatória. O fato de não considerá-la razoável não implica afirmar "que a hipótese verdadeira é a sustentada pela defesa do acusado".

Alves havia sido condenado em fevereiro de 2024, mas foi solto sob fiança de € 1 milhão (R$ 6,09 milhões) depois de ter passado 14 meses em prisão preventiva no Centro Penitenciário Brians 2 enquanto aguardava o julgamento. A defesa alegou no pedido de liberdade provisória que ele já havia cumprido um quarto da pena.

O Ministério Público, em recurso à decisão original, pediu um aumento da pena para nove anos. A advogada de acusação, por sua vez, queria uma revisão para 12 anos. Na segunda instância, porém, veio a anulação.

Alves agora poderá deixar o país, pois a corte suspendeu todas as restrições de viagem. "Estamos muito felizes, a justiça foi feita, foi provado que Alves é inocente", afirmou Inés Guardiola, sua advogada, a uma emissora de TV espanhola. Segundo o jornal La Vanguardia, o ex-jogador teria dito que está "feliz" com a decisão.

Relembre o caso

De acordo com a denúncia, Alves forçou a suposta vítima a fazer sexo no banheiro da área VIP da boate Sutton, em Barcelona. A jovem afirmou que Daniel a obrigou a fazer sexo oral, deu tapas em seu rosto e a chamou de "minha putinha". Depois, disse que ele a virou de costas e a penetrou.

No processo, a amiga e a prima da jovem, que a acompanhavam na noite do ocorrido, também testemunharam, além de três funcionários da boate.

Em seu depoimento, Alves sustentou que fez sexo consensual com a jovem. Segundo ele, a mulher o seguiu deliberadamente ao banheiro, após sugestão dele.

Colaborou José Henrique Mariante

TRECHO
DA DECISÃO

“ O tribunal de primeira instância optou por aceitar uma crença subjetiva do que aconteceu dentro do banheiro, limitada apenas ao fato de que a penetração vaginal não foi consentida, como alega a reclamante. Justificando a versão, penetração vaginal não consentida, com o argumento de que o consentimento para a relação sexual pode ser modificado a qualquer momento e aventando possíveis razões pelas quais a reclamante pode ter faltado com a verdade para explicar as discrepâncias no relato, por razões de necessidade

Chance de Superior Tribunal mudar decisão é remota, diz especialista

João Gabriel de Lima

LISBOA A sentença que condenou o ex-jogador brasileiro Daniel Alves a quatro anos e meio de prisão por agressão sexual foi anulada nesta sexta (28) pelo Tribunal Superior de Justiça da Catalunha.

Ao julgar um recurso da defesa, a corte considerou que "a partir das provas existentes não se pode concluir que se tenham superado os padrões da presunção de inocência". Cabe recurso ao Supremo Tribunal da Espanha, a última instância, equivalente ao STF brasileiro.

"Parece-me remota a hipótese de que o Supremo Tribunal mude a decisão do Tribunal Superior", diz o espanhol Ignácio González Vega, juiz da Audiência Provincial de Barcelona. "A sentença está bem fundamentada do ponto de vista jurídico."

De acordo com González Vega, Alves receberá de volta a íntegra do valor da fiança, está livre para sair do país e pode, se quiser, processar o Estado espanhol pelo tempo que ficou privado de liberdade.

A revogação da pena provocou controvérsia nos meios políticos da Espanha. "Não li a sentença ainda, mas expresso minha solidariedade a todas as vítimas de abusos ou maus-tratos físicos que às vezes têm dificuldade para denunciar", disse a vice-primeira ministra, Maria Jesús Monteiro.

"A sentença do Tribunal Superior não busca esclarecer se houve ou não consentimento na relação sexual. Ela responsabiliza a vítima e a descredibiliza. Isso é a Justiça patriarcal e a cultura da violação", escreveu Irene Montero, deputada do Parlamento Europeu e ex-ministra da Igualdade da Espanha, no X (ex-Twitter).

Montero se refere ao fato de que a anulação da pena se baseou principalmente em contradições entre o depoimento da suposta vítima e as imagens das câmeras da boate Sutton. Segundo a sentença, a denunciante não parece ter sido coagida por Alves e seus amigos a ir ao banheiro onde se deu a suposta agressão sexual, conforme disse em seu depoimento.

Segundo González Vega, a jurisprudência espanhola costuma exigir provas que corroborem o testemunho da denunciante em casos de agressão sexual. "Pode-se reconstituir uma história de assédio antes ou depois do crime, através do depoimento de outras testemunhas."

Caso haja um novo recurso à suprema corte espanhola e Alves volte a ser condenado, deverá retornar à Espanha e se apresentar à Justiça para cumprir o que resta da pena. Se estiver no Brasil e se recusar, o governo espanhol pode fazer um pedido de extradição.

ESPORTE AO VIVO Campeonato Brasileiro
18h30 São Paulo x Sport, Premiere

A crise de identidade da seleção brasileira

Episódio na Inglaterra mostra que não há amor incondicional por camisa

Marina Izidro
É jornalista, cobriu sete Olimpíadas, duas Copas e Champions. Mestre e professora de jornalismo esportivo na St Mary's University

Aqui na Inglaterra, a reação é de surpresa com o que está acontecendo com a seleção brasileira. Os ingleses são encantados com nosso futebol e com a camisa amarela. Mas, como contra fatos não há argumentos, manchetes no dia seguinte ao Argentina x Brasil por aqui citavam uma atuação "vergonhosa" e "humilhante." O fim da partida, às 2h no horário local, fez o time ser poupado graças ao fuso horário.

Fosse mais cedo, a repercussão negativa na imprensa seria maior. Uma boa análise foi a do jornal The Guardian. O repórter começou o texto lembrando que José Mourinho certa vez afirmou que "um time sem um brasileiro não é um time", e o encerrou, retificando: "um time com 11 brasileiros ainda não é um time".

Em alguma medida, com as devidas diferenças, os inventores desse esporte passam por algo parecido com sua própria seleção e estão aprendendo lições que o futebol brasileiro poderia, se não quiser se espelhar, pelo menos observar.

Primeiro, os ingleses sabem que não importa se são do país que criou o futebol e ama esse esporte, ou têm a liga doméstica mais poderosa do mundo. Nada como um longo jejum de troféus para deixar a seleção inglesa humilde. O único título da Copa do Mundo, em 1966, faz parte de um passado muito distante, e eles não se agarram a isso.

No caso do Brasil, ter conquistado a última das cinco estrelas da camisa há quase 23 anos não deveria deixar sensação parecida?

> **Ter orgulho de representar um clube, uma seleção ou uma empresa depende, claro, do próprio talento e dedicação, mas também de incentivos, boa gestão e comando**

Além disso, os ingleses, sempre organizados com seus planejamentos de longo prazo, tiveram que reprogramar a rota da preparação para a Copa de 2026. Depois que o treinador Gareth Southgate pediu demissão, no ano passado, a federação de futebol anunciou um alemão como substituto (quase equivalente a ter um argentino no comando da seleção brasileira). Thomas Tuchel só estreou na semana passada, a um ano e três meses do Mundial. Mesmo em cima da hora, bancaram a mudança.

Outro ponto em comum é que eles têm, assim como o Brasil, um timaço no papel, com craques nas principais ligas europeias. Mas têm percebido na marra, torneio após torneio, que não basta talento para ter uma equipe vencedora. Como consequência, veio uma crise de identidade, afetando jogadores e o desejo de defender a seleção. Nove deles desistiram de jogar pela Inglaterra ao serem convocados em novembro do ano passado por um treinador interino, antes de Tuchel chegar. Alegaram lesões, mas o capitão Harry Kane disse que alguns tinham tirado vantagem da situação, dando a entender que seria falta de vontade.

Independentemente de quem disse a verdade, o episódio deixou a mensagem de que não há amor incondicional por uma camisa, por mais ou menos pesada que ela seja. Isso vale no futebol, no mundo corporativo, no seu trabalho: ter orgulho de representar um clube, uma seleção ou uma empresa depende, claro, do próprio talento e dedicação ao cargo, mas também de incentivos, boa gestão e comando e expectativa de resultados positivos.

Na época, o experiente Kane deixou um aviso. Disse que criar uma identidade e a cultura de defender a seleção é algo que "leva um longo tempo para construir e pouco para perder", e "vai embora rapidamente quando não se tem cuidado".

Serve não só para o futuro próximo, até a Copa de 2026, mas para além.

DOM. Tostão, Juca Kfouri **SEG.** Juca Kfouri **TER.** Sandro Macedo **QUA.** Tostão **QUI.** Juca Kfouri **SEX.** Na Corre/O Mundo é uma Bola **SAB.** Marina Izidro



Dorival Júnior, agora ex-técnico da seleção, durante jogo contra a Argentina Juan Mabromata - 25.mar.25/AFP

Depois de vexame, Dorival é demitido e seleção busca 4º técnico em menos de 3 anos

Sequência de jogos ruins e goleada desastrosa para Argentina determinam saída do treinador; Ancelotti e Jorge Jesus são cotados

Lucas Bombana

SÃO PAULO Dorival Júnior foi demitido do comando da seleção brasileira nesta sexta-feira (28). A saída acontece após a desastrosa atuação do Brasil na goleada sofrida para a Argentina, em Buenos Aires, por 4 a 1.

Ednaldo Rodrigues, presidente da CBF (Confederação Brasileira de Futebol), fez curto pronunciamento com a notícia logo após se encontrar com o treinador para formalizar o desligamento na sede da entidade, no Rio de Janeiro.

"A partir de agora é que vamos trabalhar na busca de um substituto", disse o cartola. Carlo Ancelotti e Jorge Jesus despontam no radar da CBF, mas Ednaldo negou que tenha iniciado a busca antes do anúncio da demissão.

O treinador que assumir a seleção será o quarto em menos de dois anos e meio, evidenciando o tamanho da turbulência na preparação do país para a Copa do Mundo de 2026, daqui a pouco mais de um ano.

Em seu período à frente do Brasil, Dorival acumulou 7 vitórias, 7 empates e 2 derrotas em 16 partidas, com 25 gols marcados e 17 sofridos (aproveitamento de 58,3%); 58 jogadores foram convocados. Mais do que números, o treinador nunca conseguiu fazer a seleção apresentar um bom futebol.

Ele assumiu a equipe já em uma fase negativa e sem poder contar com Neymar, lesionado. Nos primeiros compromissos, com uma vitória contra a Inglaterra em Wembley, e um empate de seis gols com a Espanha no Santiago Bernabéu, as mudanças trazidas pela nova comissão agradaram.

Contudo, a expectativa não se confirmou. Na Copa América, o Brasil ficou apenas no empate com Costa Rica e Colômbia na fase de grupos e avançou ao mata-mata sem grande brilho. Nas quartas, foi eliminado nos pênaltis após empate sem gols com o Uruguai, mesmo jogando com um a mais no fim da partida.

Os próximos compromissos pelas Eliminatórias não ajudaram o treinador, com derrota para o Paraguai e empate com a Venezuela em casa. Na dura derrota contra a Argentina, as deficiências da equipe ficaram escancaradas, com o meio de campo brasileiro completamente dominado pela alviceleste durante toda a partida.

Movido pelo clamor público, Ednaldo optou pela troca e convocou a reunião com Dorival nesta sexta já certo da decisão.

O preferido do dirigente baiano para a sucessão é o italiano Carlo Ancelotti, já tentado por Ednaldo no início de sua gestão, mas que tem contrato firmado com o Real Madrid até junho de 2026.

Questionado nesta sexta-feira sobre o interesse da CBF, Ancelotti negou que tenha sido procurado e destacou seu compromisso com o clube espanhol.

Com passagem de sucesso pelo Flamengo, o português Jorge Jesus, hoje no saudita Al Hilal, corre por fora. Pesa contra o luso a relação estremecida com Neymar, que saiu do Al Hilal no início do ano após críticas do treinador.

Após 14 rodadas, o Brasil é o atual 4º colocado na tabela das classificatórias sul-americanas, com 21 pontos —os seis primeiros garantam vaga na Copa; o 7º ainda disputa uma repescagem.

COMEÇA HOJE

Brasileirão terá jogos espalhados em canais e plataformas

SÃO PAULO A cada rodada de um grande campeonato, um hábito se repete entre torcedores: correr para o Google e digitar "onde assistir". Com os direitos de transmissão espalhados entre TV aberta, fechada e diversas plataformas de streaming, a busca a cada partida se tornou uma das mais frequentes nos dias de evento.

Esse comportamento tornou-se comum em relação a torneios internacionais, logo passou a ser necessário em relação aos estaduais e, a partir deste ano, também para o Campeonato Brasileiro, que terá seus jogos exibidos por Globo, Record, CazéTV (YouTube), Sportv, Prime Video e Premiere.

Pela primeira vez em mais de 30 anos, o certame terá seus direitos de transmissão pulverizados em diversas emissoras e plataformas. Isso não acontecia desde 1992, quando o Grupo Globo passou a monopolizar as transmissões.

Apesar disso, o grupo ainda conseguiu que dos 10 duelos de cada rodada, 8 sejam exibidos apenas nas plataformas da empresa: TV aberta (Globo), fechada (SporTV) e pay-per-view (Premiere).

A Amazon também garantiu uma partida exclusiva por rodada, enquanto Record e CazéTV (no YouTube) vão compartilhar a transmissão de um jogo —que será exibido também no Premiere. **Luciano Trindade**



Centro de reabilitação devolve à natureza araras resgatadas pelo Ibama

Arara-canindé resgatada do tráfico de animais silvestres após sofrer maus-tratos é solta na reserva ecológica Chapada Imperial, em Brasília Ueslei Marcelino/Reuters

COMBO

Gustavo Soares
Repórter de Mercado

'Assassins Creed Shadows' supera polêmicas

Novo título da franquia tem desempenho melhor que anteriores em momento sensível para Ubisoft e alcança marca de 2 milhões de jogadores na estreia

Principal aposta da Ubisoft para este ano, "Assassin's Creed Shadows" já mostra que conseguiu superar polêmicas para se tornar um dos principais lançamentos da franquia inspirada em eventos históricos. O título lançado no dia 20 de março alcançou no sábado (22) o marco de 2 milhões de jogadores, superando as estreias de "Assassin's Creed Origins" (2017) e "Assassin's Creed Odyssey" (2018). O número só estaria atrás de "Valhalla" (2020), lançado na pandemia e a transição de gerações de consoles. Já "Mirage" (2023), omitido por um post da empresa no X, foi uma produção de escopo menor.

A Ubisoft, no entanto, não divulgou o número absoluto de unidades vendidas. Dados do SteamDB mostram que o jogo ambientado no Japão feudal teve um pico de 64,8 mil jogadores simultâneos no domingo (23) —o maior para a série, embora o último lançado na plataforma logo na estreia tenha sido "Odyssey".

Embora os números ainda estejam atrás do "Valhalla" em receita, o relativo sucesso pode significar um alívio para Ubisoft, que vive momento sensível após as vendas de "Star Wars Outlaws" ficarem abaixo do esperado, e vir à tona um possível acordo para ser adquirida pela chinesa Tencent.

Comunicado interno da Ubisoft obtido pelo site IGN afirma que "Valhalla" foi lançado durante uma "tempestade perfeita", e por isso o desempenho do título mais recente deveria ser comparado com os outros da franquia.

Nos últimos nove meses de 2024, as receitas da empresa caíram 31,4% em relação ao mesmo período no ano anterior, para € 990 milhões (cerca de R$ 6 bilhões), segundo resultados referentes ao terceiro trimestre fiscal divulgados em fevereiro.

"Shadows" também enfrenta polêmicas como acusações de ser "woke" por ser protagonizado pelo samurai negro Yasuke, um adiamento e, nesta semana, uma atualização que impede que objetos de santuários e templos sejam destruídos. O patamar de "Shadows" ainda está muito aquém, por exemplo, do principal hit do ano. "Monster Hunter Wilds", da Capcom, já vendeu 8 milhões de unidades desde fevereiro e viu um pico de 1,38 milhão de jogadores simultâneos.

As ações da empresa francesa acumulam baixa de 32,7% nos últimos 12 meses, apesar de uma leve recuperação de cerca de 7,7% no mês, avaliadas em € 13,16 (cerca de R$ 81) —ainda longe do pico de cerca de € 100 em 2018 (R$ 617, na cotação atual).

PLAY

Dica de game, novo ou antigo, para você testar

Assassin's Creed Shadows
(PC, PS5, Xbox Series S/X, Mac)
Questões mercadológicas de lado, o jogo não representa nenhuma evolução na fórmula já conhecida, mas é um de seus melhores exemplares. A combinação de ação e movimento fluidos com um mundo rico e graficamente impressionante ofuscam as redundâncias e excessos de sempre. Além de tudo, é um passeio fiel ao Japão de 500 anos atrás, e talvez o mais bem-acabado da franquia.

UPDATE

Novidades, lançamentos, negócios e o que mais importa

PARCERIA Na divulgação dos resultados financeiros para o ano passado, a CD Projekt Red, de "Cyberpunk 2077" e "The Witcher", anunciou uma parceria com a Scopely, produtora de jogos mobile, para um título baseado nas suas franquias. A empresa divulgou um lucro líquido de US$ 121,5 milhões (cerca de R$ 696 milhões), 2,3% menor que no ano anterior, com as vendas do título mais recente batendo as 30 milhões de unidades.

VEM AÍ O mercado brasileiro ganhou nesta semana a Nuntius Games, publisher de jogos independentes pertencente ao estúdio Statera, de "Pocket Bravery". A estreia foi acompanhada de anúncios de jogos como "Damned 2", "Shard Squad", "Cordels & Spells" e "Ghetto Zombies", que devem sair ainda neste ano.

RESGATE A PlayStation anunciou na última quarta (26) que os assinantes da Plus poderão resgatar sem custo adicional a partir de 1º de abril os jogos "RoboCop: Rogue City", "The Texas Chain Saw Massacre" e "Digimon Story: Cyber Sleuth – Hacker's Memory" no PS4 e PS5. Os três títulos poderão ser resgatados até 5 de maio.

PRÉ-VENDA "Indiana Jones e o Grande Círculo", um dos principais lançamentos do Xbox Game Studios do ano passado, vai chegar ao PlayStation 5 em 17 de abril, quatro meses após a estreia nas plataformas da Microsoft. No anúncio, o ator Troy Baker, que interpreta o protagonista no jogo, aparece ao lado da estrela de "Uncharted", Nolan North, franquia da Sony inspirada na série de filmes. O jogo está em pré-venda por a partir de R$ 349,90.



Acesse o QR Code para se inscrever



Download

Lançamentos no mundo dos games

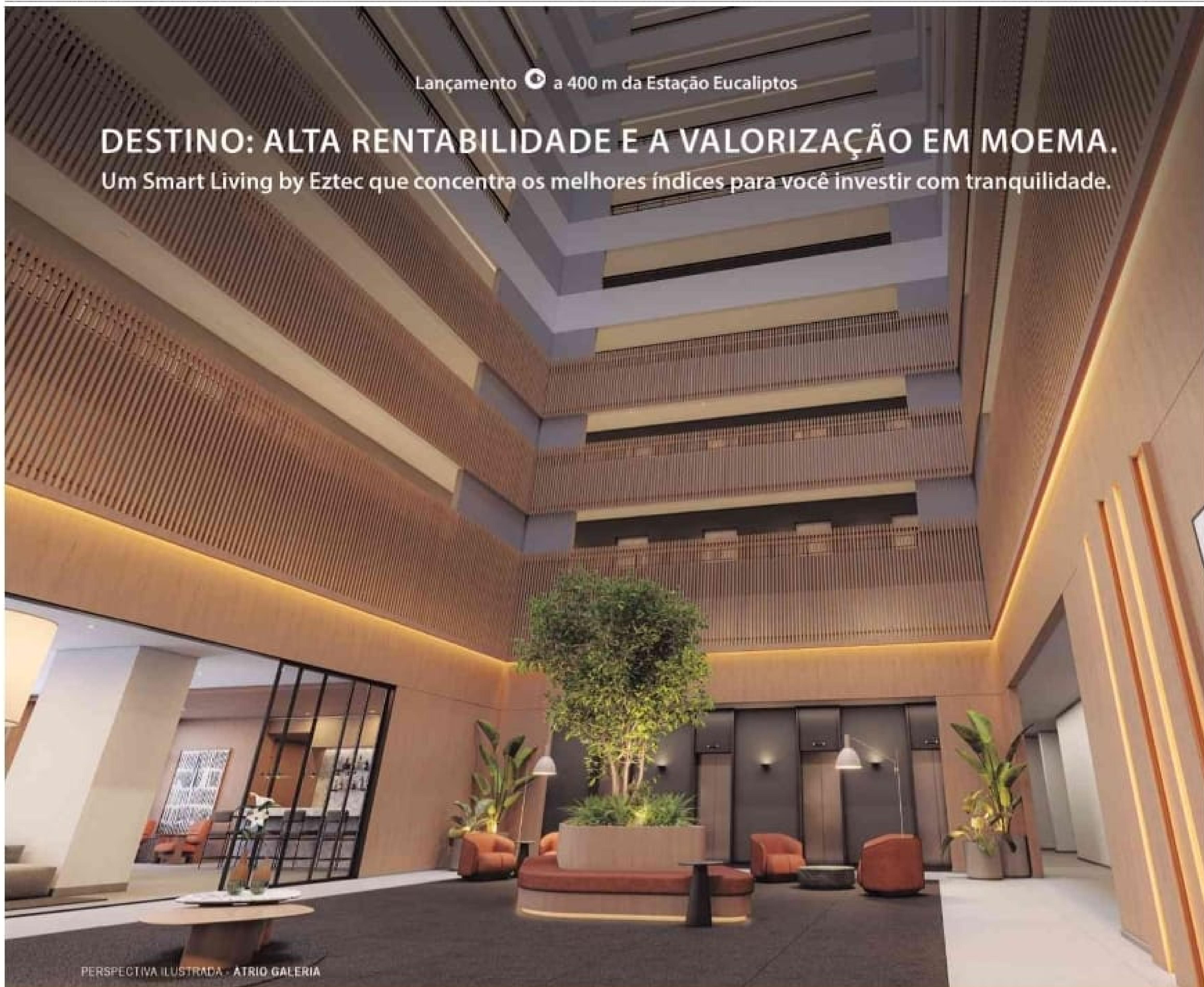
27.MAR
- "The First Berserker: Khazan" (PS5, Xbox Series, PC)
- "Atomfall" (PS4, PS5, Xbox One, Xbox Series, PC)
- "I Have No Mouth, and I Must Scream" (Nintendo Switch, PS4, PS5, Xbox One, Xbox Series)

28.MAR
- "InZOI" (PC)*

31.MAR
- "Post Trauma" (PS5, Xbox Series, PC)

*Acesso antecipado

Eufrázio



CONDIÇÕES ESPECIAIS DE LANÇAMENTO

SP_360°

smart living by eztec

studios **24 a 30 m²** | 1 dorm. **34 e 35 m²**

ÁREAS COMUNS

- Áreas comuns sociais entregues equipadas e decoradas[1]
- Gerador para atender às áreas comuns[1]
- Wi-fi nas áreas comuns sociais[1] [2]
- Piscina com 20 m
- Bicicletário
- Captação e reaproveitamento de águas pluviais para fins não potáveis[1]

FACHADA

- Arquitetura contemporânea com átrio central

APARTAMENTO

- Fechadura com controle de acesso em todas as unidades[1]
- Tomada USB-C[3]
- Infraestrutura para ar-condicionado[3]

(1) Conforme Memorial Descritivo.
(2) Não entregue provedor.
(3) Item opcional, não está incluído no memorial do apartamento e estará disponível para comercialização - Kit Conforto.



Visite os decorados:
Al. dos Pamaris, 282

eztec.com.br/sp360
Informações: 3135-5110

Central de Atendimento TECVENDAS: R. Domingos de Morais, 2187 - Torre Dubai - Sl. 114 - Vila Mariana - São Paulo (SP) - Fone: 5056-8308. CRECI Tecvendas: 5677-J. As perspectivas são ilustrativas com sugestão de decoração com móveis e utensílios de dimensões comerciais e não fazem parte do contrato. SP 360° - Juquei Incorporadora LTDA. CNPJ 28.450.705/0001-20. Memorial de Incorporação, registro nº 01 na matrícula nº 260.587 no 14º Cartório Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo em 21/02/2025. 110668

Realização e Construção:
eztec

FOLHA DE S.PAULO ★★★
SÁBADO, 29 DE MARÇO DE 2025 B1

ilustrada

A demolidora

Morre Heloisa Teixeira, pesquisadora que avançou o feminismo e mudou toda a crítica literária, derrubando as paredes que existiam entre as universidades e as periferias Leia na pág. B12

Heloisa Teixeira em retrato de 1999
Bel Pedrosa/Folhapress

MÔNICA BERGAMO

monica.bergamo@grupofolha.com.br

Vinicius Coimbra
Tentei mediar os dois lados, e acabei sendo moído na fricção

Ex-diretor da Globo diz que condenação da emissora por racismo institucional mostra que não era ele o problema nos bastidores de 'Nos Tempos do Imperador'

Karina Matias

O diretor artístico da novela "Nos Tempos do Imperador", Vinicius Coimbra, diz que a decisão judicial de condenar a Globo a pagar R$ 500 mil à atriz Roberta Rodrigues por assédio moral e racismo institucional durante as gravações da trama mostra que o problema estava relacionado com práticas existentes dentro da emissora, e não com ele.

*

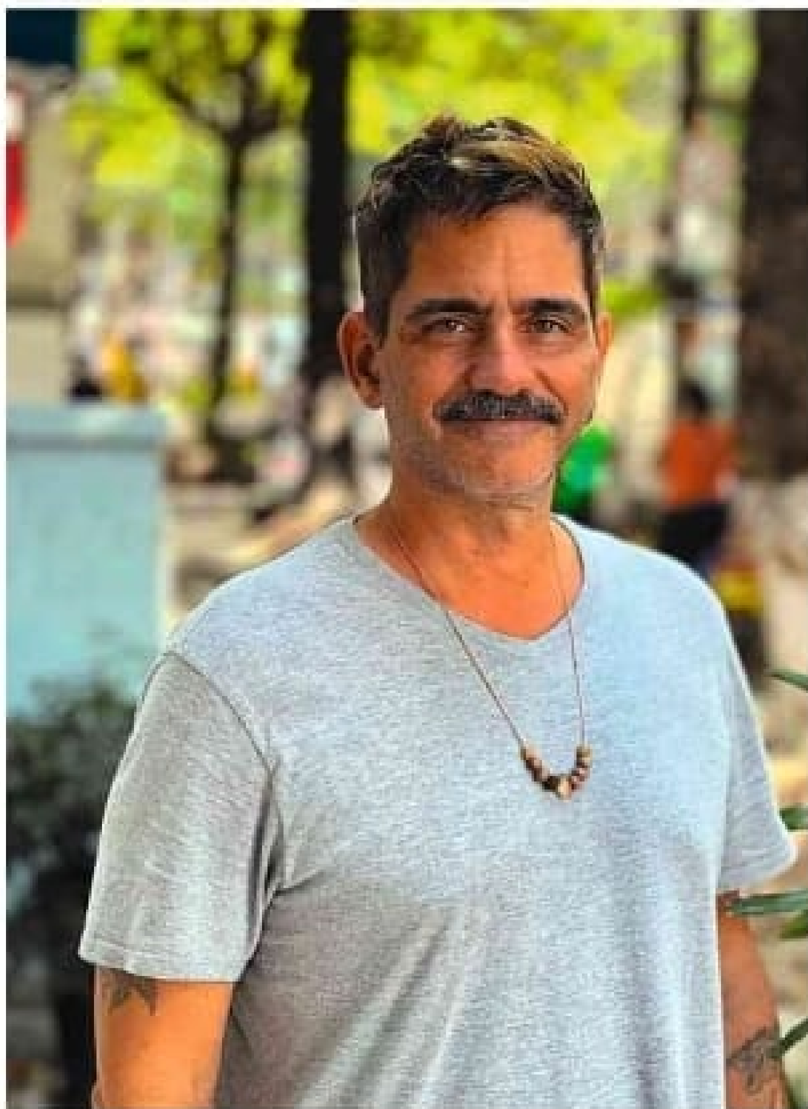
"Alguns jornalistas sensacionalistas me colocam como o responsável pelo que aconteceu na novela. Essa reparação é importante de ser feita. A questão deles [dos atores negros] era com a Globo, não comigo", afirma Coimbra à coluna.

*

O caso veio à tona em fevereiro de 2022. Na ocasião, a coluna revelou que o departamento de compliance da Globo havia recebido uma denúncia de racismo nos bastidores das gravações da trama, que foi ao ar entre agosto de 2021 e fevereiro de 2022. Coimbra disse que não foi intimado a testemunhar na ação e que não há nenhum outro processo contra ele relacionado ao caso. O que ele sabe é que alguns atores se sentiram incomodados pelo fato de o diretor ter chamado uma reunião apenas com o elenco negro da novela.

*

A trama sofria críticas por exibir uma cena em que sugeria que uma personagem branca havia sido segregada por negros, numa espécie de "racismo reverso". A autora da novela pediu desculpas publicamente após a repercussão. Coimbra afirma já ter pedido desculpas publicamente por ter promovido o encontro só com os profissionais negros e que agiu desta forma porque não imaginava que essa atitude poderia ofender algumas pessoas. Ao mesmo tempo, afirma considerar que a reunião foi "importantíssima".



O ex-diretor da Globo Vinicius Coimbra Divulgação

*

"Eles falaram dezenas de coisas que eu nem imaginava e que não se relacionavam com o meu trabalho e com a minha equipe. Eram questões de produção, salariais [diferenças na remuneração entre atores brancos e negros], de falta de apoio psicológico para algumas cenas, uma série de coisas."

*

"Acho que conscientemente de forma nenhuma [fui racista]", diz. "Por melhor que tenham sido as minhas intenções, [a reunião] acabou gerando um desconforto em algumas pessoas. Entendo esse desconforto. Mas achei que a reunião teve um benefício maior, que foi coletar aquelas informações [de insatisfação do grupo] e levar para os departamentos necessários, servir de ponte entre aquele elenco e a empresa."

> **Quando você é considerado racista publicamente, pode imaginar o que acontece com a sua família. Meu casamento se desfez, eu tinha trabalhos já engatilhados que foram cancelados**
>
> Vinicius Coimbra
> ex-diretor da Globo

*

Para Coimbra, o que aconteceu com ele foi uma espécie de "tempestade perfeita". "Os atores tinham reivindicações que me pareciam muito legítimas, e acho que a Globo teve uma postura de tentar sanar aquelas questões. Entrei no meio, tentando mediar esses dois lados, e acabei sendo moído na fricção."

*

Ele complementa que, mais importante do que a sua experiência pessoal, é ver que "a sociedade está melhorando em diversos aspectos". "A Globo está realmente com muito mais artistas negros participando [das produções]."

*

A juíza Aline Gomes Siqueira, do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, entendeu que o ambiente de trabalho durante as gravações da novela foi marcado por práticas de assédio moral e racismo institucional. Esse ambiente, de acordo com a magistrada, teria causado o adoecimento da atriz Roberta Rodrigues, que recebeu diagnóstico de burnout e se afastou do trabalho por cerca de três meses. Cabe recurso.

*

Procurada, a Globo disse que não comenta ações em andamento na Justiça. No processo, a emissora negou as acusações, alegando que não houve qualquer tipo de discriminação ou segregação racial. E defendeu que, mesmo após o fim do contrato das gravações da novela, Roberta atuou em outras produções da emissora.

*

Para Coimbra, o mais importante de tudo o que ocorreu foi a discussão levantada pela sociedade. "Acho que a novela trouxe à tona uma questão que era muito mais antiga. Eles foram discriminados por anos. Não só na Globo, mas em qualquer lugar que eles pisassem, existia um tratamento diferenciado, que está sendo corrigido."

*

Um mês depois de o caso se tornar público, o diretor foi demitido. Segundo informado pela emissora a ele na época, a causa foi assédio moral. Mas ele afirma que nunca recebeu explicações da empresa do que teria feito. "Eles falam que pelo compliance, precisam manter em sigilo. E fica assim, estou sendo demitido, vou ser linchado publicamente, e vocês não me falam nem o porquê."

*

Na época do ocorrido, ele diz que enfrentou uma "pequena tragédia". "Quando você é considerado racista publicamente, pode imaginar o que acontece com a sua família. Meu casamento se desfez, eu tinha trabalhos já engatilhados que foram cancelados." Afirma também que só permaneceram ao seu lado os amigos de verdade. "Quando você perde o poder e o dinheiro, só fica do seu lado quem realmente gosta de você."

*

Diz que, por outro lado, a situação permitiu que ele conhecesse profissionais do Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, que fizeram a websérie "É o Complexo" (2022). Juntos, eles planejam lançar uma trilogia de filmes que vão usar três composições de Chico Buarque para refletir sobre a realidade das favelas cariocas.

*

O primeiro longa, que tem "Meu Guri" como música-tema, já foi feito com recursos próprios, segundo Coimbra. "Estou feliz com essa nova perspectiva de trabalho. Me conectei mais com essa questão dos direitos humanos. Vi o quanto o racismo e o machismo alteram a vida das pessoas, e outras práticas que precisam ser revistas."

Ministério da Cultura, SP-Arte, Itaú, Vivo, Iguatemi e I♥PRIO apresentam

sp-arte.com

SP–Arte 2025

Compre seu ingresso

2—6 Abr Pavilhão da Bienal São Paulo









Lollapalooza começa com chuva e atraso em shows

Primeiro dia do festival, com a norueguesa Girl in Red, teve uma hora de paralisação depois de alertas de raios

Lucas Brêda e Laura Lewer

SÃO PAULO O primeiro dia de apresentações do Lollapalooza foi marcado por atrasos e mudanças de horários dos shows após uma paralisação, na tarde desta sexta-feira (28), devido às chuvas e a alertas de riscos de raios. A 12ª edição brasileira do festival acontece até este domingo (30), no Autódromo de Interlagos, na zona sul de São Paulo.

Quem estava no festival viu nos telões dos palcos, por volta das 15h40, um aviso meteorológico, pedindo para que o público se afastasse das estruturas metálicas dos palcos. No momento da paralisação, a banda Jovem Dionísio e MC Kako estavam se apresentando nos palcos Budweiser e Mike's Ice, respectivamente. Então, os shows foram interrompidos, bem como a transmissão no Multishow, enquanto eram reprisadas as gravações de trechos anteriores das apresentações.

"O Lollapalooza é o primeiro festival do Brasil a elaborar um plano de evacuação e retorno do público para o caso de tempestades chuvas, raios ou ventos fortes", afirmou o festival em nota. "A segurança e o bem-estar do público são nossa prioridade absoluta."

No comunicado, a organização do Lollapalooza afirmou que a paralisação duraria até 40 minutos, mas acabou chegando a uma hora. Por volta das 16h40, os shows voltaram a acontecer, com apresentações da banda Inhaler, no palco Samsung Galaxy, e da artista Blancah, no palco Perry by Fiat.

Após chuva, o sol surgiu timidamente à tarde, formando um arco-íris que acabava bem em cima do palco principal do festival. "Vocês viram o arco-íris? Os deuses gays estão com a gente hoje", disse a norueguesa Marie Ringheim, a Girl in Red, para a plateia que esperava o show, encurtado em 20 minutos depois da interrupção.

A impressão é de que a música da Girl in Red combinaria com qualquer cenário que o Lollapalooza apresentasse. Ela começou sua carreira como parte de uma primeira leva de artistas que ajudaram a cunhar o termo "bedroom pop", ou pop de quarto. É um som introspectivo, feito com programas simples e letras confessionais.

É o caso de Marie, que aprendeu sozinha a tocar instrumentos e a mexer nos softwares caseiros.



Público no primeiro dia de Lollapalooza Adriano Vizoni/Folhapress

De sua morada na Noruega, ela subiu para o Soundcloud, em 2016, seu primeiro single, "I Wanna Be Your Girlfriend", que fechou o show em São Paulo. A canção, que fala de forma explícita que ela quer beijar outra mulher, e não só ser sua amiga, também põe Marie como uma das precursoras de um filão musical que viu seu auge no ano passado, nas vozes de nomes como Billie Eilish, Chappell Roan, Fletcher e Reneé Rapp, exemplares do chamado pop sáfico.

Essa identidade perpassa toda a música de Marie, em letras com "fortes doses de lesbianismo", como ela comentou antes de tocar "Girls", e naturalmente impacta o seu público. No evento, não foi raro ver pessoas levantando leques nas cores da bandeira LGBTQIA+.

Mas a norueguesa também dedica parte de seu repertório, como "Serotonin", produzido pelo irmão de Billie Eilish, Finneas, a temas como a depressão com a qual ela lida há anos. Essa mistura de deboche e de liberdade temática no palco, somada à crueza das letras, ajuda o Lollapalooza a assumir a sua melhor forma enquanto festival.

Ministério da Cultura, Associação Quatro Cinco Um e Maré Produções apresentam:

14—22 de junho 2025

praça charles miller, pacaembu, sp

a feira do livro 2025

ADRIANA LISBOA
AFONSO CRUZ
ALEXANDRA LUCAS COELHO
ALINE BEI
ALINE MIDLEJ
AMARA MOIRA
BEATRIZ BRACHER
CIDINHA DA SILVA
CUTI
DRAUZIO VARELLA
EDU LYRA
EDUARDO GIANNETTI
EDYR AUGUSTO
ELISAMA SANTOS
FERNANDO ROSAS
HÉLIO DE SEIXAS GUIMARÃES
IGNÁCIO DE LOYOLA BRANDÃO
LAURA LIUZZI
LAVÍNIA ROCHA
LÁZARO RAMOS
LEONARDO FRÓES
LÍDIA JORGE
LINA MERUANE
MARCELO RUBENS PAIVA
MARILENA CHAUI
MARTHA NOWILL
MAYRA COTTA
NEIDE RIGO
OSCAR NAKASATO
PALOMA VIDAL
PAULO HENRIQUES BRITTO
PEDRO MAIRAL
RICARDO CARDIM
RICARDO TERTO
RONILSO PACHECO
RUTH WILSON GILMORE
TATI BERNARDI
VERONICA STIGGER
VINÍCIUS PORTELLA
YAMALUÍ KUIKURO MEHINAKU

9 dias, 3 palcos

vem ocupar a praça pública com a gente!

evento gratuito

realização: Lei Rouanet · Associação Quatro Cinco Um · maré produções

patrocínio: itaú

apoio: Pinheiro Neto Advogados · Camões · Instituto Cervantes

realização: Ministério da Cultura · Governo Federal Brasil

Caio Horowicz desponta em obras que destacam jovens na ditadura

Ator, que participou de 'Ainda Estou Aqui', estrela 'A Batalha da Rua Maria Antônia' e deseja fazer novelas e comédias para diversificar seu currículo

O ator Caio Horowicz, que estrela o filme 'A Batalha da Rua Maria Antônia' Fábio Audi/Divulgação

Lara Paiva

SÃO PAULO Uma década separa dois momentos decisivos na carreira de Caio Horowicz. Em 2014, ele foi eleito, no Festival do Rio, o melhor ator coadjuvante, por "Califórnia", de Marina Person, seu primeiro trabalho no cinema. A carreira do paulistano de 29 anos estava bem diferente quando voltou ao evento, em 2023, com "A Batalha da Rua Maria Antônia", de Vera Egito, vencedor do prêmio de melhor filme de ficção.

Nesse intervalo, Horowicz galgou seu espaço. Protagonizou "Zé", sobre o líder estudantil José Carlos Novais da Mata Machado, fez o filho da apresentadora Hebe Camargo numa minissérie do Globoplay e esteve à vista de milhões com "Ainda Estou Aqui", no qual fez o amigo de uma das irmãs de Marcelo Rubens Paiva.

A ditadura militar, aliás, é o que interliga "Zé", "Ainda Estou Aqui" e "A Batalha da Rua Maria Antônio". Este último, em cartaz nos cinemas, conta a história do conflito em 1968 entre estudantes da Universidade de São Paulo e da Mackenzie, de polos ideológicos opostos, envolvendo ataques do Comando de Caça Comunista.

Em preto e branco, o longa costura 21 cenas em tomada única. Horowicz é Benjamin, liderança na Maria Antônia e "galã da PUC" —gíria para os "esquerdomachos" da época, ainda que o ator venha da USP, como seu personagem.

Uma das inspirações, diz ele, foi o papel de Louis Garrel em "Os Sonhadores", não por acaso um longa sobre 1968, em que Bernardo Bertolucci vê um estudante contraditório, que clama por liberdade, mas é autoritário.

"Benjamin é um líder controverso, mas cativante, e eu via muito disso no Caio", afirma Vera Egito, a diretora. "Ele é um ator multifacetado, possui uma força, mas também provoca muita empatia."

O ator destaca o tom teatral que as tomadas longas trouxeram. "Tínhamos que ensaiar uma cena por quatro a seis horas," diz. "Imaginei estar num palco. Tem muito a ver com a minha trajetória."

Ainda que reconheça estar ligado ao tipo do jovem soturno, Horowicz sonha em fazer comédias. O interesse pelo humor é de longa data —trabalhou em um projeto como palhaço, com alguns dos maiores nomes do meio, em um curso na USP. Marina Person, diretora de "Califórnia", também estava nessas aulas, e se lembra da seriedade do artista quando fez o teste para seu filme, aos 17 anos.

No mês passado, Horowicz ainda estrelou a peça "A Banda Épica na Noite das Gerais", da Companhia de Latão, sobre um músico cujo ônibus quebra no interior de Minas Gerais, nos anos 1970. Outro lançamento no horizonte é "O Rei da Internet", sobre Daniel Nascimento, um dos maiores hackers do Brasil. Horowicz também começou as gravações de "Isabel", produzido pela RT Features, a mesma de "Ainda Estou Aqui", no qual contracena com Person.

A Batalha da Rua Maria Antônia

PRODUÇÃO Brasil, 2023. **DIREÇÃO** Vera Egito. **COM** Caio Horowicz, Pâmela Germano, Isamara Castilho. **ONDE** Em cartaz nos cinemas. **CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA** 14 anos

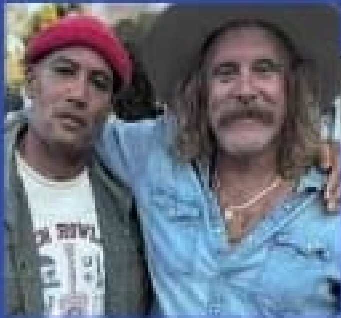
Confira nossa **PROGRAMAÇÃO** **VIBRA SÃO PAULO**



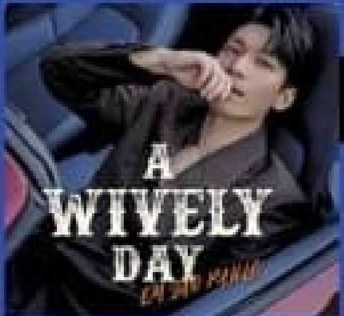
05/ABR
TIHUANA
25 anos



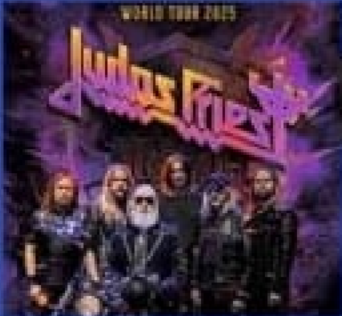
12/ABR
VALENCIANAS
Alceu Valença e Orquestra Ouro Preto



15/ABR
BEN HARPER E DONAVON FRANKENREITER



18/ABR
WI HA JUN
Fan Meeting Tour A Wively Day



20/ABR
JUDAS PRIEST & QUEENSRŸCHE



25/ABR
SORRISO MAROTO



30/ABR
ELI SOARES
Gravação de DVD Betel



08/MAI
SAMBABOOK BETH CARVALHO



09 DATA EXTRA 10 ÚLTIMOS INGRESSOS
09 E 10/MAI
IRA!
Acústico 20 anos



17/MAI
FMS 6 FIGHT MUSIC SHOW
Popó Freitas vs Duda Nagle



31/MAI
TURMA DO PAGODE
Hoje é dia



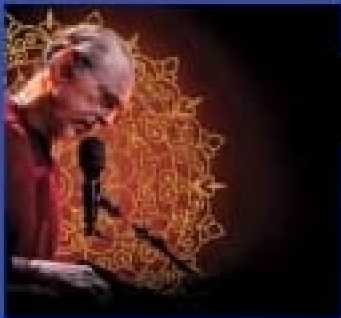
07/JUN
GABRIEL E SHIRLEY



11/JUN
MAURÍCIO MANIERI CLASSIC SUPER HITS
Especial Dia Dos Namorados



21/JUN
OVERDRIVER DUO



05/JUL
KRISHNA DAS
Peace Of My Heart South America Tour 2025



19/JUL
VANESSA DA MATA
Lançamento da Nova Turnê



01 E 02/AGO
CONFERÊNCIA FAZ CHOVER



16/AGO
THE REALNESS FESTIVAL
O maior festival DRAG da América Latina!

PROGRAMAÇÃO COMPLETA
em ***vibrasaopaulo.com*** e nos canais oficiais */vibrasaopaulo*

OPUS

Av. Nações Unidas 17955
Vila Almeida - São Paulo/SP

Troque seus pontos por ingressos
PETROBRAS premmia

Baixe a App Premmia



A ABERTURA DO SHOW AGORA É COM A GALERA!

Chegue cedo e aproveite o novo bar da Vibra São Paulo, na área externa

VIBRA SÃO PAULO OPUS JACK DANIEL'S



Eufrázio



Walter Salles e 'Ainda Estou Aqui' levam o Brasil aos holofotes em festival na França

Em ano de trocas entre os países, diretor foi homenageado durante evento na cidade de Dreux com discussão sobre a ditadura militar

André Fontenelle

DREUX (FRANÇA) Ao chegar a Dreux, cidadezinha de 50 mil habitantes a 80 quilômetros de Paris, Walter Salles esperava encontrar um pequeno cinema de interior. Espantou-se ao se deparar com um multiplex de nove salas. A maior delas, com 400 lugares, exibiria dali a poucos minutos "Ainda Estou Aqui". "É um prazer ver uma sala de cinema cheia", disse.

A presença de Salles na pequenina Dreux foi o momento culminante do festival Regards d'Ailleurs, ou olhares de fora, deste ano. Depois da projeção do longa, vencedor do Oscar de melhor filme internacional, o diretor brasileiro respondeu às perguntas da plateia, explicando para os franceses uma realidade às vezes incompreensível para eles.

Um burburinho de surpresa percorreu a sala quando Salles contou que a Eunice Paiva idosa é interpretada pela mãe da atriz principal. "Em alguns países, as pessoas disseram: 'que trabalho extraordinário de maquiagem!'", afirmou, provocando risos da plateia. "Fernanda Torres, que tem um humor mordaz, diz que eu a traí com Fernanda Montenegro fazendo 'Central do Brasil'. Agora foi a oportunidade de reuni-las."

Os franceses queriam saber mais sobre a ditadura no Brasil. Um espectador perguntou como outras camadas da população viveram a repressão, porque o filme vê "um meio intelectual branco".

"Evidentemente, o estrato social que vemos no filme é a alta burguesia, onde justamente se acha que essas coisas não acontecem", respondeu Salles. "O cinema tem que ser polifônico. Em um país tão grande quanto o Brasil, você vai ter cem reflexões diferentes. Um grande cineasta brasileiro, Kleber Mendonça Filho, está terminando um filme, "O Agente Secreto", protagonizado por Wagner Moura, exatamente sobre esse período, mas em Pernambuco."

Outro espectador, depois de qualificar o filme como "deslumbrante", fez ressalvas. "Tenho vontade de fazer quase uma crítica. Em tudo o que se disse sobre a ditadura e seus abusos, foram mostrados os subalternos. Ninguém sobe até o topo da cadeia. Vamos ter que esperar que um Costa-Gavras faça um filme sobre o que aconteceu no seu país?", perguntou, referindo-se ao cineasta notório pelos filmes engajados.

> **O cinema tem que ser polifônico. Em um país tão grande quanto o Brasil, você vai ter cem reflexões diferentes. Kleber Mendonça Filho está terminando 'O Agente Secreto', um filme exatamente sobre o período do regime militar, em Pernambuco**
>
> **Walter Salles**
> cineasta

"Costa-Gavras já fez, sobre vários países do continente", lembrou Salles, citando "Missing" e "Estado de Sítio", que tratam, respectivamente, do Chile e do Uruguai. "E o documentário se presta a fazer o que você traz à tona. O cinema é um leque de possibilidades."

Salles explicou que os silêncios de "Ainda Estou Aqui" também cumprem um papel. "Um monte de pessoas 'completou' o filme no Brasil. As pessoas começaram a contar as história de suas famílias nas redes. Um filme só fica pronto quando é confrontado ao olhar dos outros," disse.

Continua na pág. B9


Guilherme Silveira, Selton Mello, Cora Mora e Fernanda Torres em cena de 'Ainda Estou Aqui' Divulgação

Em Paris, Marcelo Rubens Paiva diz se orgulhar de como o Brasil revê traumas

Escritor diz que adaptação de seu livro, que venceu o Oscar, é perfeita ao comunicar um repente de intolerância refletido no mundo

PARIS Marcelo Rubens Paiva gostaria de estar na primeira fileira do Supremo Tribunal Federal, ao lado das famílias de Stuart Angel e Vladimir Herzog, vítimas da ditadura como seu pai, Rubens, durante o julgamento dos acusados por tentativa de golpe de Estado em 2022 e 2023. "Uma pena que minha família não pôde ir, mas ela certamente se sentiu bem representada pelas famílias dessas duas grandes figuras da nossa história."

"Minha sensação é de muito orgulho e admiração por ver que o país tem coragem para enfrentar um trauma grande e para julgar os golpistas", disse.

Marcelo não pôde ir porque está na Europa, cumprindo uma agenda de compromissos que ainda repercutem o sucesso de "Ainda Estou Aqui". Nesta sexta, o autor emocionou e arrancou risos e aplausos, falando do livro e do longa sobre seu pai, que trouxe o primeiro Oscar de melhor filme internacional do Brasil, para um auditório lotado por 350 pessoas na universidade Sorbonne-Nouvelle, em Paris.

O evento faz parte do festival Printemps Brésilien, ou primavera brasileira, organizado pelo professor Leonardo Tonus, com o apoio do serviço cultural da universidade. O festival terá eventos com diversas personalidades da cultura brasileira ao longo de 2025, designado como o ano do Brasil na França.

Alternando português e francês, Marcelo Rubens Paiva descreveu o processo de criação de "Ainda Estou Aqui", ao mesmo tempo que explicava à jovem plateia francesa o contexto político brasileiro da época. Durante a palestra, atores também leram textos do autor e de sua mãe, Eunice Paiva. Também estava presente outra filha de Rubens Paiva, Ana Lúcia, a Nalu, que mora em Paris há três décadas e foi muito aplaudida.

Marcelo contou ter visto "Ainda Estou Aqui" pela segunda vez dez dias atrás, no Brasil, com os colegas de escola de seus filhos —a primeira foi no Festival de Veneza, onde o filme ganhou o prêmio de melhor roteiro. "Crianças de sete a 11 anos de idade. Que adoraram o filme, acharam muito bem produzido", afirmou, fazendo toda a plateia rir.

Ao assistir ao filme mais uma vez, Marcelo contou que lhe chamou a atenção a cena em que sua irmã Vera, vivida por Valentina Herszage, chega de Londres, faz questionamentos sobre a prisão de outra irmã, Eliana, e não obtém resposta. "Está relacionado a algo que minha terapeuta me disse: 'puxa, sua família não falava do assunto?' E de fato minha família não falava muito sobre esse assunto. Especialmente com a minha mãe", afirmou o escritor à plateia.

Um dos momentos mais aplaudidos foi quando Marcelo descreveu o abraço que sua mãe deu em um militar, em uma cerimônia de homenagem a Rubens Paiva no Palácio do Planalto, em 1996. "Eu perguntei: 'mãe, que história é essa de abraçar general?' 'Ele estava do meu lado, eu ia fazer o quê?' Mas é de uma sabedoria que faz muita falta hoje. É um momento Eunice Paiva. É dessa mulher que o mundo precisa."

A história que mais causou risos foi quando Marcelo descreveu a história da transformação de "Ainda Estou Aqui" em filme. Contou que estava satisfeito com o sucesso do livro, quando foi procurado por Walter Salles. "A Rede Globo tinha me procurado para fazer uma série, e eu estava apavorado. Na época tinha umas novelas das dez e das onze que tinham muita nudez e muito sexo. Eu tinha medo que tivesse uma cena com minha mãe e meu pai, e os tanques passando..."

Para Marcelo, o filme "ficou perfeito, porque captou tudo aquilo que precisava. Aquela meia hora de uma família feliz, de uma utopia, e de repente a intolerância arrebenta com uma família, como poderia acontecer em Israel, na Ucrânia, em vários lugares do mundo. Como está acontecendo nos Estados Unidos justamente agora."

O autor ainda defendeu o filme de uma crítica que lhe é feita às vezes, a de não mostrar explicitamente a tortura. "Não estávamos ali para contar a história da ditadura brasileira. Não dava tempo para contar. Outros filmes virão para contar essa história. É o mesmo que você pedir que 'A Lista de Schindler' conte a história do nazismo. Não dá. A minha mãe não viu tortura, então por que a gente tem que mostrar tortura?"

O livro "Ainda Estou Aqui" ainda não foi lançado na França. A previsão é que a tradução francesa seja publicada em outubro pela editora Decrescenzo. **AF**

Continuação da pág. B8

A festival de Dreux, agora em sua 22ª edição, homenageia a cada ano o cinema de um país. Desta vez, o escolhido foi o Brasil, coincidentemente no ano em que o país conquistou pela primeira vez o Oscar de filme internacional.

Até poucos dias atrás, o organizador do festival, o francês Thierry Méranger, crítico da revista Cahiers du Cinéma, temeu que Salles não pudesse ir à França, devido à agenda lotada. Quando o convite foi feito, no ano passado, "Ainda Estou Aqui" nem havia estreado, longe da badalação do Oscar.

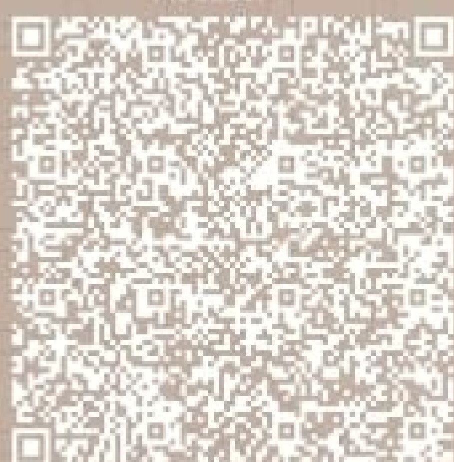
Mas Salles fez questão de prestigiar o amigo de duas décadas. "Quando Méranger me chamou, eu estava no comecinho da mixagem do filme. Ele me falou do festival e me deu vontade. Estou feliz de estar nesta cidade encantadora", afirmou o brasileiro. "Nós sabíamos que você ia cumprir sua promessa", disse Méranger, ao apresentar Salles à plateia.

Antes da projeção, o diretor ficou encantado com um clipe exibido na tela, com cenas do cinema brasileiro, de "Limite" a "Ainda Estou Aqui". Salles cobriu de elogios Glauber Rocha e o cinema novo. "Estou muito emocionado por ver incluído o filho dele," disse. O documentário "A Queda do Céu", dirigido por Eryk Rocha e Gabriela Carneiro da Cunha, também foi exibido no festival de Dreux. O diretor deve ficar na cidade até sábado, quando dará uma masterclass, uma aula, sobre seu processo criativo para estudantes.

Antes da projeção, Walter Salles ficou encantado com um clipe exibido na tela, com cenas do cinema nacional, indo desde 'Limite' até 'Ainda Estou Aqui'. Cobriu de elogios o cinema novo e Glauber Rocha, além de ter celebrado a exibição em Dreux do documentário 'A Queda do Céu', dirigido por Eryk Rocha e Gabriela Carneiro da Cunha



Acesse:



R. BARTOLOMEU DE GUSMÃO, 575

11 4118-2295

THEPALACEVILAMARIANA.COM.BR

Incorporadora: CBR 125 EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA. Memorial de Incorporação prenotado sob o nº 464.343, no 1º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo – SP na data de 28/02/2025. Área não contaminada conforme processo CETESB 45/04008/24 (CETESB.008551/2024-96). Manejo arbóreo e plantio compensatório autorizados, conforme processo SEI 6027.2024/0008347-0. Projeto Arquitetônico: OAAZ ARQUITETOS . Projeto Paisagístico: Benedito Abbud. Projeto de decoração das áreas comuns: Chris Silveira. O empreendimento está localizado na Rua Dona Avelina, nº 294 . Incorporadora: CBR MAGIK LZ 20 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. Memorial de Incorporação prenotado sob o nº463.962,do 1º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo – SP na data de

Eufrázio

BREVE LANÇAMENTO



O EXTRAORDINÁRIO SE REVELA

2 A 4 DORMITÓRIOS
1 E 2 VAGAS

REALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO

CYRELA

21/02/2025. Área não contaminada conforme processo CETESB 45/04063/24 (CETESB.019353/2024-61). Manejo arbóreo e plantio compensatório autorizados, conforme processo SEI 0272024/0012573-3. Projeto Arquitetônico: MCAA Arquitetos e Associado . Projeto Paisagístico: Benedito Abbud. Projeto de decoração das áreas comuns: Chris Silveira. O empreendimento está localizado na Rua Bartolomeu de Gusmão nº 521. As perspectivas e plantas são meramente ilustrativas e possuem sugestão de decoração. Acabamentos, quantidades de mobiliários e equipamentos serão entregues conforme Memorial Descritivo do empreendimento. Perspectiva artística da vegetação com porte adulto, que será atingido após a entrega do empreendimento e de acordo com o projeto de paisagismo. Imagens ilustrativas. Comercialização: Cyrela Brazil Realty S/A Empreendimentos e Participações (Creci: 17592-J): Rua do Rocio, 109, 3º andar - Sala 01 - Vila Olímpia - Cep: 04.552-000.

Obra de Osman Lins, da mesma linhagem de Cortázar, Calvino e Borges, é resgatada

Opinião

Reeditados, 'Os Gestos', 'Guerra sem Testemunhas' e 'Avalovara' navegam entre a liberdade da imaginação e o rigor construtivo que marcaram produção do autor

Wander Melo Miranda
Professor emérito da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais

Em comemoração ao centenário do escritor pernambucano Osman Lins, ocorrido no ano passado, três de seus livros mereceram reedições: "Os Gestos", "Guerra sem Testemunhas" e "Avalovara".

Diferentes quanto à forma — conto, ensaio, romance—, eles têm em comum a reflexão sobre o ofício de escrever, especialmente na fase mais dura da ditadura militar de 1964, período de produção da maior parte de sua obra.

O leitor pode ter uma visão ampla e diversificada da natureza experimental e da singularidade que apresenta, como a crítica, com razão, não cessa de ressaltar.

Osman Lins pertence à família literária de Jorge Luis Borges, Julio Cortázar e Italo Calvino, com quem compartilha o elo entre a a imaginação e o rigor construtivo.

Para tanto, o escritor deve exercer integralmente sua função de "contemplar, desafiar, opinar, inventar, indagar, negar, inquietar", pois o livro é o meio pelo qual age.

Mais do que uma política, uma verdadeira ética da escrita. Ou nas palavras de André Gide, "uma literatura submetida é uma literatura envilecida, por maior e legítima que seja a causa a que serve".

Em "Guerra Sem Testemunhas", de 1969, que desde o título reitera a luta do autor com a palavra, destaca não só a escrita, mas a produção e circulação do livro pela sociedade, como também o papel que nela desempenham o escritor, o leitor, o editor, o crítico.

Segue o exemplo de Michel Butor, mais um integrante do seu panteão francês, para quem "todo escritor honesto [...] se defronta hoje com o problema do livro". Das múltiplas perspectivas por que aborda a questão, oferece meios para compreender melhor a própria obra ficcional e teatral.

Nos contos de "Os Gestos", publicado inicialmente em 1957, Lins já traça o caminho a seguir, ao propor "uma visão a seu tanto sombria da nossa condição", apesar, diz ele, da sua "experiência ainda curta". São textos na sua maioria autoficcionais, em que a vivência dos personagens se mistura à memória de seu escritor.

O resultado são perfis traçados com maestria, colhidos em momentos transitórios —gestos— da vida retratada, para os quais existir "era uma coisa dolorosa, difícil e extremamente confusa".

"Avalovara", de 1973, é a obra-prima do autor. O título remete ao deus tibetano Avalokiteçvara —que enxerga os clamores do mundo— e se apresenta, no livro, como pássaro feito de pássaros.

Estranho e inquietante, o livro captura logo a atenção segundo Antonio Candido, pela "poderosa coexistência da deliberação e da fantasia, do calculado e do imprevisto, tanto no plano quanto na execução de cada parte".

Baseado em um palíndromo latino que, disposto em cruz num quadrado, pode ser lido em todas as direções, carrega um significado enigmático. Pode ser traduzido como "o lavrador mantém cuidadosamente a charrua nos sulcos" ou "o lavrador sustém cuidadosamente o mundo em sua órbita", o que lhe confere um sentido ao mesmo tempo literal e alegórico, físico e metafísico.

Sobre o quadrado a espiral, que passa várias vezes na mesma letra, segundo sua disposição gráfica, retoma os relatos dos encontros do escritor Abel com três mulheres: Anneliese Roos, feita de cidades; Cecília, feita de pessoas; a terceira, sem nome, apenas figurada por um símbolo gráfico.

Em algumas situações os relatos são interrompidos, como que cortados, por uma frase curta a respeito da situação política do país sob a ditadura, o que dá uma imprevista inflexão ao texto: "nenhum indivíduo, instituída a opressão, subtrai-se ao seu contágio". Segue o jogo narrativo para "representar o que há de aleatório em nossas existências" e "ampliar a área do visível".

Como poucos autores entre nós, Osman Lins se entregou a essa tarefa de modo rigoroso e desassombrado. A mãe do escritor morreu quando ele tinha apenas 16 dias de existência. Não havia nenhuma imagem dela, nenhuma fotografia sequer. O escritor disse uma vez que escrevia com o propósito de buscar esse rosto perdido em sua vida. Vale acompanhá-lo nessa sua busca pessoal.

Os Gestos
AUTOR Osmar Lins. **EDITORA** Edições Olhos Livres. **PREÇO** R$ 89,90 (136 págs.)

Guerra Sem Testemunhas
AUTOR Osmar Lins. **EDITORA** Cepe Editora. **PREÇO** R$ 70,00 (332 págs.)

Avalovara
AUTOR Osmar Lins. **EDITORA** Pinard. **PREÇO** R$ 89,90 (450 págs.)



O escritor Osmar Lins, que tem obras relançadas
Acervo UH/Folhapress



Livro 'Nebulosas', de Narcisa Amália, é uma experiência ardente e fugidia para seus leitores

LIVROS
Nebulosas
★★★★★
Autora: Narcisa Amália. Organização: Maria de Lourdes Eleutério. Ed.: 34. R$ 69 (304 págs.); R$ 49 (ebook)

Carolina Anglada

Talvez não seja por acaso a cisma de escritoras com as nuvens, as únicas "deusas legítimas", nas palavras de Sócrates. Na comédia de Aristófanes, essas divindades são invocadas para que ensinem a um endividado como "falar bem" e se livrar de seus credores "usando só as palavras". Saber fazer coisas só com as palavras equipara-se à persuasão sofística e às nuvens que, por sua vez, "transformam-se no que desejam".

A jornalista e poeta Narcisa Amália, de dentro das "névoas do Ocidente", fez mais do que observar suas formas: atentou-se para a relação entre linguagem e turvação, no seu único livro publicado, "Nebulosas", de 1872. A obra foi recuperada pela editora 34, no ano em que entra na lista de leituras obrigatórias da Fuvest, o vestibular da Universidade de São Paulo.

O clima do fim do século 19, a arregimentar os ânimos libertários, nutre-se da metáfora do ar suspenso, o que se nota em poemas como "Vinte e Cinco de Março" e "Miragem", e com inflexões feministas em "Invocação" e abolicionistas em "O Africano e a Poeta".

Mas o contexto de aflição e incertezas políticas, pensado muitas vezes como sinônimo de história, não é a única razão para que a obra seja construída sob essa penumbra a embaçar a visão.

A presença das "gases vaporosas", além de instaurar o clima penumbrista em versos vagos — muitas vezes intimando a poeta à escuta das "brisas suspirosas", da "queixa túrbida das matas", das "ondas murmurantes", diálogo típico de obras românticas—, outras tantas revela algo diferente dessa capacidade de poder em tudo transformar-se, mesmo que até a natureza saiba forjar uma imagem de si só moldando a linguagem.

As nuvens, em todo o seu simbolismo, são trabalhadas por Narcisa como mão dupla: podem fascinar e devorar, persuadir ou fazer o sentido escoar. Em "Amargura", os versos nos dizem que "cedo esvaeceu-se a frívola miragem/ e fugitiva, rápida, desfez-se essa ilusão". Tal como cortinas de ar, as nebulosas enganam. Se se transformam em tudo que se deseja, pelos formatos distintos que adquirem, fazem crer no que não há. "Nebulosas" é, portanto, experiência ardente e fugidia, de suportes provisórios à imaginação.

Parece pouco, mas é muito o saber fazer da palavra em relação ao engodo das aparências e com os equívocos da matéria. Ainda mais para uma escritora do século 19.

PAINEL DAS LETRAS

Planeta investe em novo selo para crianças e em filósofas

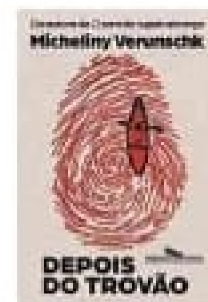
Editora lança a marca infantil Tatu Bola e contrata livros de Tiburi e Marilena Chauí

Walter Porto
walter.porto@grupofolha.com.br

A editora Planeta vai estrear seu próprio selo infantil, o Tatu Bola. Os livros voltados a crianças começam a ser editados já em maio, com uma série robusta de lançamentos já na fila para ser publicada.

A lista abrange a primeira edição brasileira da obra infantojuvenil da atriz Reese Witherspoon, aqui chamada de "Beta Inquieta", uma nova edição das clássicas fábulas de Esopo e títulos inéditos de autores consagrados da casa, como Christian Dunker, Ana Suy e Geni Núñez, agora escrevendo para pequenos.

O Tatu Bola também se preocupou em contratar autores já estabelecidos no filão dos infantis, como Thiago de Melo Andrade, que trará seu "Caixa Preta", inventivo vencedor do Jabuti, de volta às livrarias, e Alexandre Rampazo, com o novo "Meu", história que tirou inspiração do conflito Israel-Palestina.



DEPOIS DO TROVÃO
Bordado de Aline Bagre intitulado 'A Bordo' compõe a capa inédita do próximo romance de Micheliny Verunschk, que sai em junho pela Companhia das Letras

Atenta às movimentações do mercado, a editora também tem programada uma série de livros de colorir, inclusive uma adaptação de "Alice no País das Maravilhas" e o inusitado "Capyvibes", sobre a capivara de estimação do protagonista de "As Aventuras de Mike".

Já numa nota mais séria, que demonstra como o guarda-chuva do grupo editorial é amplo, a mesma Planeta fechou acordo para lançar uma leva de obras de filósofas brasileiras bem conhecidas.

Estão contratados um livro de Viviane Mosé, dois de Marcia Tiburi —incluindo um sobre o período em que viveu fora do Brasil por causa do governo Bolsonaro— e três de Marilena Chaui —entre eles, uma ficção científica escrita em parceria com seu filho, José Guilherme Chaui-Berlinck.

O PIANISTA A Companhia das Letras prepara mais um lançamento de J.M. Coetzee, Nobel sul-africano com pena das mais afiadas. "O Polaco", publicação mais recente do autor, sairá por aqui até o final do ano. É uma novela curta sobre um pianista polonês que se aproxima de Beatriz, uma espanhola casada. Foi um dos últimos trabalhos de tradução de José Rubens Siqueira, que morreu no mês passado.

O ANALISTA A editora Vestígio contratou para o segundo semestre o próximo livro do italiano Giuliano da Empoli, que fez sucesso com "Os Engenheiros do Caos", uma análise sobre como se dá a proliferação de fake news na internet e na política. Agora, em "A Hora dos Predadores", ele avança sua pesquisa examinando como o aumento do poder das plataformas digitais, o impulso da inteligência artificial e o enfraquecimento das instituições tradicionais estão reconfigurando o tabuleiro geopolítico.

E O SAMBISTA A Livraria Simples vai sediar a Feira do Livro da Rocha, uma nova iniciativa em torno da arte e da literatura no Bixiga, bairro tradicional de São Paulo. No fim de semana de 3 e 4 de maio, haverá ao longo da rua Rocha palcos com programação cultural diversa e bancas com livros de mais de 40 editoras, além de debates com convidados como Sérgio Vaz, Bel Santos Mayer e Miguel Nicolelis. A feira, como diferencial, quer se integrar à comunidade e às manifestações culturais locais, procurando ser um evento atrativo também a quem ainda não tem o costume de ler. Haverá passeios pelo bairro, contação de histórias para crianças, exibição de filmes sobre a história do bairro e, claro, rodas de samba.







Morre a pesquisadora Heloisa Teixeira, que mudou os rumos do feminismo e da crítica

Intelectual da Academia Brasileira de Letras, que decidiu mudar seu nome já octogenária, repensou a cultura e projetou novos autores

Luisa Destri

SÃO PAULO Morreu nesta sexta-feira a crítica literária Heloisa Teixeira, aos 85 anos. Ela estava internada no Rio de Janeiro com uma pneumonia dupla, segundo a Academia Brasileira de Letras.

Uma das maiores intelectuais do país durante décadas, ela já passava dos 80 anos quando anunciou que gostaria de mudar o nome pelo qual era conhecida.

Professora emérita da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro e integrante da ABL desde 2023, Heloisa Buarque de Hollanda foi responsável pela publicação de dezenas de livros como autora ou organizadora. Mas em 2024 decidiu assinar "Rebeldes e Marginais: Cultura nos Anos de Chumbo (1960-1970)" como Heloisa Teixeira.

O gesto teve força simbólica, já que tirou de cena o sobrenome do primeiro marido, de quem havia se separado no fim dos anos 1960, e fez surgir o da mãe, figura pouco lembrada nas narrativas que refazem o percurso intelectual e profissional da filha.

Nascida em Ribeirão Preto (SP), teve trajetória de grande influência masculina —como do pai, professor de medicina, de Afrânio Coutinho, professor do curso de letras de quem foi assistente no início da carreira, e do sociólogo Darcy Ribeiro, vice-governador do Rio de Janeiro que a nomeou diretora do Museu da Imagem e do Som na década de 1980.

As mulheres, porém, motivaram suas mais decisivas escolhas intelectuais, a ponto de a professora de literatura brasileira, formada em letras clássicas pela PUC do Rio de Janeiro em 1961, ter se tornado expoente feminista da crítica cultural no país —e, mais recentemente, principal interlocutora universitária de autoras provenientes da periferia.

Em seus dois trabalhos autobiográficos —o volume intitulado "Escolhas", de 2009, e a coletânea "Onde É que Eu Estou?", de 2019—, Heloisa relatou a definição progressiva de seu campo de atuação como pesquisadora.

Descobriu o próprio país durante uma temporada nos Estados Unidos, quando, acompanhando o primeiro marido, Luiz Buarque de Hollanda, atuou como assistente de pesquisa no Instituto de Estudos da América Latina na Universidade Harvard.

Na volta, em 1964, após aproximar-se de Coutinho, ingressou como docente na UFRJ, ministrando cursos sobre José de Alencar, Lima Barreto e Mário de Andrade —este, tema de sua pesquisa de mestrado, que resultou na publicação de "Macunaíma: Da Literatura ao Cinema" alguns anos depois, em 1978.

Até a promulgação do AI-5, em 1968, viveu a efervescência no ambiente urbano e universitário do Rio de Janeiro, o que permitiu a construção de sua identidade profissional e de gênero como uma "experiência feminina fundamentalmente coletiva".

No contexto das mudanças comportamentais e políticas de sua geração, em oposição ao regime militar, as mulheres encontravam, sob estímulo do feminismo, um ambiente favorável à sua entrada na vida pública.

Pessoalmente, as novidades se refletiram no divórcio de Heloisa e Luiz, já pais de três filhos, após uma festa de Réveillon em sua casa que ocasionou outras 17 separações, como relatou o amigo Zuenir Ventura em seu livro "1968: O Ano que Não Terminou".

Profissionalmente, a atuação na Faculdade de Letras da UFRJ, então improvisada em um galpão, forjou uma maneira de olhar a produção cultural do presente. "Eu fui tirando tudo quanto é parede para o resto da vida", disse ela.

Diante do vazio cultural posterior a 1968, realizou dois movimentos importantes. Experimentou uma "euforia criativa" decorrente de seu interesse pelo audiovisual, dirigindo documentários e realizando programas de rádio. Nessa época, casou-se com o segundo marido, o fotógrafo João Carlos Horta, com quem ficou até a morte dele, em 2020.

Além disso, passou a acompanhar a produção poética contemporânea, que parecia buscar formas de resistir ao contexto político, social e cultural da época.

Daí surgiu o primeiro trabalho a tornar seu nome conhecido: a antologia "26 Poetas Hoje", de 1976, reunindo jovens da geração que ficaria conhecida como mimeógrafo ou marginal —autores que produziam seus livros artesanalmente, fora do circuito, e atuavam na contracultura, como Ana Cristina Cesar, Torquato Neto e Roberto Piva. A barulhenta reação à obra, acusada de carecer de valores literários, motivou a formação de um grupo de estudos com o poeta e amigo Antonio Carlos de Brito, o Cacaso.

Continua na pág. B13





Fotografias do documentário 'Helô', sobre Heloisa Teixeira, dirigido por seu filho Lula Buarque Divulgação

Continuação da pag. B12

Essa mesma poesia seria objeto da tese de doutorado de Heloisa Teixeira, publicada como livro em 1980, com o título "Impressões de Viagem: CPC, Vanguarda e Desbunde (1960/1970)". Aquelas reflexões sobre literatura a levaram a expandir os fundamentos de sua atuação, se voltando a problematizar a produção literária.

Naquele mesmo ano, publicou "Cultura e Participação nos Anos 60", ao lado do jornalista Marcos Augusto Gonçalves. A ampliação do repertório aconteceria na década seguinte, em uma nova temporada nos Estados Unidos. Durante o pós-doutorado em sociologia da literatura na Universidade Columbia e a atuação como professora visitante em Stanford, se aprofundou nos estudos culturais, em especial no pensamento feminista que então se desenvolvia na universidade.

Elaine Showalter, Jean Franco, Gayatri Spivak e Donna Haraway foram algumas autoras que estiveram em uma antologia preparada por ela em 1994: "Tendências e Impasses — O Feminismo como Crítica de Cultura".

Em todo ambiente universitário, sua atuação "sem paredes" se caracterizou pela recusa em ocupar o lugar da professora transmissora de conhecimentos. Para além de adotar o formato de seminário em seus cursos e de realizar encontros em sua própria casa, ela investiu na interdisciplinaridade e na extensão.

Na Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, fundou em 1986 o Centro Interdisciplinar de Estudos Contemporâneos e em 1994 o Programa Avançado de Cultura Contemporânea. A partir deste, deu início 15 anos depois àquele que considerou o projeto mais importante de sua vida, a Universidade das Quebradas, laboratório que propõe o encontro entre estudiosos e produtores de cultura da universidade e da periferia.

Mesmo aí, continuou voltada às mulheres, como mostra a série "Pensamento Feminista", que organizou para a Bazar do Tempo de 2019 a 2020, e a antologia "As 29 Poetas Hoje", de 2021, em que revisitava por outra ótica e temporalidade a proposta de sua coletânea já referencial dos anos 1970.

"O feminismo é uma lente que altera sua visão de mundo. E quando essa lente fica subcutânea, ferrou", afirmou certa vez. A fala é reveladora não só pelo conteúdo, mas também porque traz a combinação entre desembaraço e elaboração intelectual característica da pesquisadora.

Descrita por amigos, companheiros de trabalho e orientandos como generosa, antenada e antecipadora de tendências, Heloisa foi definida pelo romancista Luiz Ruffato como "contemporânea da contemporaneidade" e por Zuenir Ventura como uma pessoa capaz de enxergar, na aparente calmaria do oceano, a onda ainda começando a se formar.

Já seu amigo Cacaso lhe dedicou o poema "Relógio Quebrado", que ela mesma identificou como o seu melhor retrato: "Não sei parar na hora/ certa".

Ela deixa os filhos André, Pedro e Luiz, conhecido como Lula.


Heloisa Teixeira em entrevista à Folha
Lewy Moraes - 22.jan.1981/Folhapress



Fê

Timão campeão! Porco vira pernil!

E o papa teve alta!
Conclave só nos cinemas!

José Simão
Jornalista, precursor do humor jornalístico

Buemba! Buemba! Macaco Simão Urgente! O esculhambador-geral da República! Timão campeão!

Quando começa a estourar rojão na zona leste, já sabe: o Corinthians ganhou! No zero a zero. No pau a pau! E o Palmeiras? O porco virou pernil! Torresmo! E se o Abel é técnico, eu sou astronauta! Rarará! E Mundial pro Palmeiras é marca de liquidificador! Rarará!

E atenção! Bolsonaro: "Me pronunciarei em breve em cadeia nacional!". Rarará! Viva! Glória a Deus! Estoura a rolha da Chandon. Bolsonaro teve um upgrade: de suspeito a réu. Inelegível, inviajável e quadradável: vai ver o Sol nascer e morrer quadrado!

E a capa fake da revista Veja: "O drama de Bolsonaro! Vão comer o meu cu na cadeia". Vão! O incomível na Papuda! O nível de exigência dos presidiários não está nada alto! Rarará! E o meme: "Chupa Argentina! O STF meteu foi 5 a 0 no Bolsonaro!". E o Sensacionalista: "CBF quer Javier Milei como técnico da seleção, só ele é capaz de acabar com a Argentina!".

E o papa teve alta! Conclave só nos cinemas! Rarará!

Alcione revela desejo de casar com Moraes! "Maaas tem que me prender." Rarará!

E o Tesla, o carro do Musk? Sobrou algum? Estavam quebrando todos pelas ruas. E tem vídeo de uns meninos praticando skate no vidro do Tesla! Se nevar, dá pra esquiar! Melhor que Bariloche!

E o Tesla, o carro do Musk? Sobrou algum? Estavam quebrando todos pelas ruas. E tem vídeo de uns meninos praticando skate no vidro do Tesla! Se nevar, dá pra esquiar! Melhor que Bariloche! Perfeito! O Tesla é uma rampa de skate! Rarará!

Eu acho que o Musk é um alienígena que desceu à Terra só para nos prejudicar. E adoro os nomes dos filhos do Musk: XAE-XII, Exa Dark Siderǣl e Techno Mechanicus. "Techno Mecanicus desliga o videogame." "Exa Dark, vamos visitar o tio Trump." Rarará!

Pior que os filhos da Baby do Brasil: Kryshna Baby, Nãna Shara, Zabelê e Riroca!

E o ovo? O problema do ovo explodiu no mundo! "Estados Unidos enfrentam escassez de ovos e preço do produto dobra." As americanas estão se engalfinhando por um ovo! Bacon sem ovos. Eggburguer sem egg! "Contrabando de ovos supera o de drogas entre Tijuana, no México, e San Diego, nos EUA!" É o narco-ovo. Em vez de galinheiro agora é cartel! Eu só como ovo do cartel de Sinaloa! Rarará! E aviso no boteco do Bigode: "Em vez de ovo frito, teremos panqueca".

E o Lula lá do Vietnã: Vai Corinthians! E campeão em vietnamita é nhà vô djchit! Timão nhà vô djchit!

Nóis sofre, mas nóis goza.

Que eu vou pingar o meu colírio alucinógeno!

DOM. Ricardo Araújo Pereira **QUA.** Bia Braune
QUI. Flavia Boggio **SEX.** Renato Terra **SAB.** José Simão



Obra 'Você Sempre Você', que Ubi Bava fez nos anos 1970 incorporando espelhos *Jaime Acioli*

Nome pioneiro da arte cinética no Brasil, Ubi Bava é lembrado em livro sobre sua vida e obra

Pintor ligado ao concretismo carioca e professor de arquitetura ficou conhecido por incorporar espelhos e materiais industriais às criações

João Perassolo

SÃO PAULO Na pandemia, Teodoro Bava ligava para seu avô todos os dias. Ele gravava as histórias que seu familiar contava sobre o seu tio-bisavô, Ubi Bava, antes de elas se perderem com o tempo.

Embora não seja tão conhecido, dado que a última grande exposição de sua obra aconteceu no Museu Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro antes de sua morte, em 1988, Ubi teve uma carreira sólida. Como artista, se associou aos concretistas cariocas enquanto manteve a independência criativa; como professor, lecionou desenho artístico na faculdade de arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Nos telefonemas, Teodoro queria manter a mente de seu avô Idéo ativa no período de isolamento social, mas também saber, da pessoa que mais conhecia Ubi, quem era esse artista do qual ele tanto ouvia falar. Idéo tinha acompanhado a vida e a obra de Ubi, de quem comprou quadros e herdou um acervo documental com fotos, cartas e desenhos.

Com o material em mãos, Teodoro, um consultor de arte, organizou um livro sobre quem foi seu tio-bisavô e, em paralelo, negociou a doação do acervo de Ubi para o Instituto de Arte Contemporânea, organização em São Paulo dedicada a guardar e expor documentos de vários artistas.

Ele também contata museus para viabilizar, em 2026 ou 2027, uma mostra com as obras de Ubi, a primeira grande exibição pública de seus trabalhos em mais de 40 anos. "É um projeto de vida", diz Teodoro, por telefone, sobre assumir para o si o papel de cuidar do legado de seu tio-bisavô.

O livro sobre Ubi, lançado em São Paulo no final do ano passado e com outro lançamento previsto para maio no Rio, reúne dezenas de obras de todas as fases da carreira do artista, partindo das ilustrações figurativas e surrealistas dos anos 1930 e 1940 e passando pelas telas com espelhos da série "Homenagem ao Espectador", da década de 1970, o momento mais festejado de sua produção.

As obras são debatidas em textos de Taisa Palhares, Giancarlo Hannud e Fernanda Lopes, enquanto Marilúcia Bottalo explica a importância de se manter o acervo do artista e o próprio Teodoro contribui com palavras de afeto sobre o seu tio-bisavô.

"A finalidade do Ubi é a coisa da estética, do belo, e como os ambientes e a arte podem transformar as nossas emoções. Ele cria ambientes, e isso tudo é muito arquitetura", afirma Teodoro.

Nascido em Santos, Ubi se formou e viveu no Rio de Janeiro até morrer —o Museu Nacional de Belas Artes e o Museu de Arte Moderna da cidade têm obras do artista nos seus acervos. Ele é considerado um dos pioneiros da arte cinética no Brasil, um tipo de produção que tem nos efeitos óticos a sua razão de ser e pela qual Ubi se afeiçoou quando morou na Europa nos anos 1960.

Ao voltar para o Brasil, passou a produzir quadros com tiras de espelhos dispostas ao lado de ripas de madeira pintadas. Ele também introduziu elementos industriais em sua obra, como o plexiglass e o acrílico, o que o levou a ser tido como um artista de vanguarda.

Sua produção conta com cerca de 600 obras, diz Teodoro. Ele espera a exposição institucional acontecer para só depois negociar a representação do artista com uma galeria comercial. "Primeiro, eu estou dizendo para o público quem é Ubi Bava", afirma ele, antes de argumentar que, apesar de a obra de seu tio-bisavô ter sido produzida entre os anos 1940 e 1980, "é ainda muito fresca".

Ubi Bava - Uma Homenagem
ORGANIZADOR Teodoro Bava. **EDITORA** Ayo Cultural. **PREÇO** R$ 120 (256 págs.)

QUADRINHOS

Piratas do Tietê Laerte



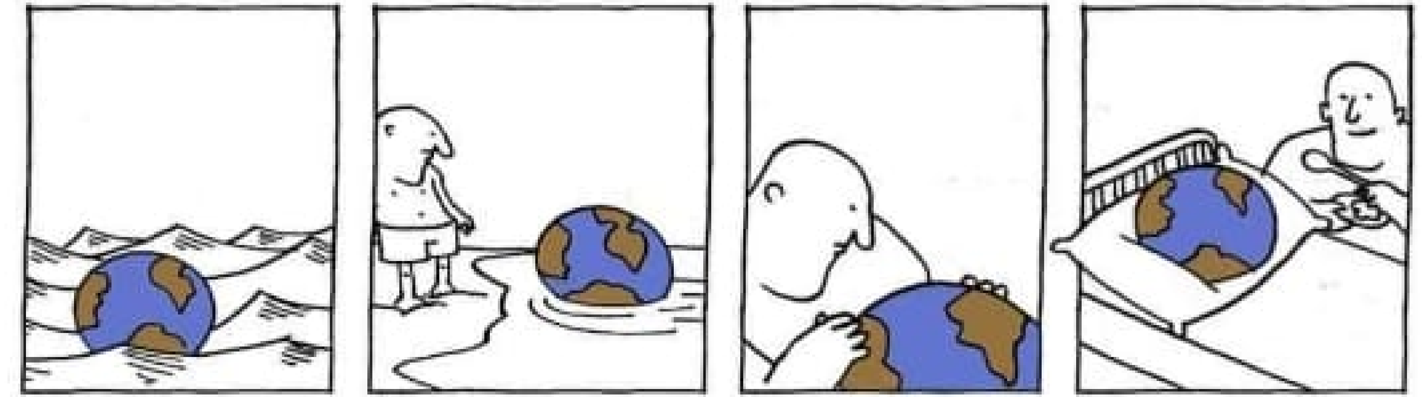
Bicudinho Caco Galhardo



Níquel Náusea Fernando Gonsales



Não Há Nada Acontecendo André Dahmer



Viver Dói Fabiane Langona



Péssimas Influências Estela May



Vida Besta Galvão Bertazzi



SUDOKU texto.art.br/fsp

MÉDIO

		1			3			
4								1
		3			1	6	9	2
6		8			9			
	2			5			1	
			1			3		7
2	5	9	8			1		
8								6
			9			7		

O Sudoku é um tipo de desafio lógico com origem europeia e aprimorado pelos EUA e pelo Japão. As regras são simples: o jogador deve preencher o quadrado maior, que está dividido em nove grids, com nove lacunas cada um, de forma que todos os espaços em branco contenham números de 1 a 9. Os algarismos não podem se repetir na mesma coluna, linha ou grid

SOLUÇÃO

5	6	1	2	9	3	4	7	8
4	9	2	6	7	8	5	3	1
7	8	3	5	4	1	6	9	2
6	1	8	7	3	9	2	5	4
3	2	7	4	5	6	8	1	9
9	4	5	1	8	2	3	6	7
2	5	9	8	6	7	1	4	3
8	7	4	3	1	5	9	2	6
1	3	6	9	2	4	7	8	5

CRUZADAS

HORIZONTAIS

1. (Inform.) Um milhão de bits **2.** A filosofia da moral / A 25 de Março é um famoso destino de compras em SP **3.** Crustáceo marinho, vive na beira do mar / O designer Donner **4.** Afinado, harmônico **5.** A nota que inicia a escala musical / Nascida em São Petersburgo ou Perm **6.** Vaso de barro para conservar água **7.** As partes do vestuário que cobrem os braços **8.** A entrada e a saída da casa / Árvore de lindas flores amarelas, brancas ou roxas **9.** No lugar em que / Fosso, trincheira **10.** Interjeição que exprime espanto / Objeto que serve como símbolo sagrado de uma tribo **11.** (Fisiol.) Substância que é parte do cromossomo **12.** A sigla do tempo anterior a Jesus Cristo / Sigla do órgão governamental que luta pelos direitos do consumidor **13.** Raivoso, irado.

VERTICAIS

1. O "ordenado" que o pai dá ao filho / Em pequena quantidade (fem. e pl.) **2.** Do aspecto moral / Soberano vitalício e, geralmente, hereditário de uma nação **3.** (Pop.) Passeio curto / Elemento de composição: coração **4.** Que estimula, abre o apetite (diz-se de comida) / Milhas por Hora **5.** Sigla do estado do Nordeste que faz divisa com MG e ES / Curinga, no baralho / Adivinhação que usa um baralho **6.** Leilão / As cédulas com que se emitem as opiniões numa eleição ou numa decisão resolvida por sufrágios **7.** Que atravessa o continente da China, da Tailândia e do Nepal **8.** Usar manteiga na forma / Cheio, completo **9.** A atriz carioca Regina, de "Eu Tu Eles" / Aquele que tem o desejo mórbido de fazer compras.

	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1								■	
2						■			
3					■				
4									
5			■						■
6		■							
7	■							■	
8						■			
9					■				
10				■					
11									
12			■						
13								■	

HORIZONTAIS: 1. Megabit, **2.** Ética, Rua, **3.** Siri, Hans, **4.** Acordante, **5.** Dó, Russa, **6.** Cântaro, **7.** Mangas, **8.** Porta, Ipê, **9.** Onde, Valo, **10.** Uai, Totem, **11.** Cromatina, **12.** aC, Procon, **13.** Sanhoso.
VERTICAIS: 1. Mesada, Poucas, **2.** Ético, Monarca, **3.** Giro, Cardio, **4.** Acirrante, Mph, **5.** BA, Dunga, Tarô, **6.** Hasta, Votos, **7.** Transasiático, **8.** Untar, Pleno, **9.** Case, Oneômano.

Aula de canto

No céu, na terra, onde for, ouvirei a tua voz, viverá o nosso amor

Mario Sergio Conti

Jornalista, é autor de 'Notícias do Planalto'



Bruna Barros

"Conhece essa do Elvis Presley?", perguntou o professor, dedilhando o teclado. A tendência imediata foi responder que não, mas a gente não deve se deixar levar pelo primeiro impulso. Um rápido olhar bastou para ver que ele tinha o ar de quem perguntava algo óbvio como "handkerchief é cinzeiro em português?".

À Rubem Braga em "Aula de Inglês", não fazia ideia do que o professor falava. Graças às musas mitológicas da música, cantarolou:

"Wise men say
Only fools rush in
But I can't help
Falling in love with you".

Como já ouvira aquilo, e esquecera por completo, mais entoei a melodia do que cantei a letra. Repeti-a três vezes e o professor desistiu. Procurou, pinçou uma partitura, comemorou: "Esta na certa você conhece!". Com efeito, sabia os três primeiros versos:

"Eu tenho tanto pra lhe falar
Mas com palavras não sei dizer
Como é grande o meu amor por você".

Ao murmurar o grudento melado de Roberto Carlos, as palavras me voltaram à mente. O professor corrigia: não mexa a cabeça; prolongue a nota; relaxe a garganta. Repassamos a canção e, entusiasmado, incitou-me: "Agora é pra valer, vai!". Fui. Titubeei em "Me desespero a procurar/ Alguma forma de lhe falar". Ele relevou a vacilada: "Você é afinado".

"Você diz isso a todos", repliquei. Explicou que eu sabia na prática os quatro atributos da música —altura, duração, intensidade, timbre. Tudo bem, mesmo não intuitivo. Nunca houve comunidade humana que não se dedicasse a essa atividade ubíqua, incoercível: cantar. Será arte?

O professor foi primeiro pianista, fez faculdade de música, formou-se em composição. Um dia, um professor ouviu-o cantar e alertou: você é cantor. Com o tempo, viu que era verdade. Acha que a personalidade da pessoa vem à tona ao cantar e que a música tem mistérios

O professor é solista e canta no coro do Theatro Municipal. É tenor —segundo ele, uma doença: "O sujeito estufa o peito, posa". Também ensina piano, mas prefere dar aulas de canto, sobretudo a amadores: "O essencial é gostar, ter prazer em cantar, e isso os diletantes têm".

Perguntou se canto quando tomo banho. Contei que não canto nunca. (Cantei "Coqueiro de Itapuã" quando André e Lina eram pequenos, várias vezes em seguida, para ficarem quietos. Dava certo.)

Ele foi primeiro pianista, fez faculdade de música, formou-se em composição. Um dia, um professor ouviu-o cantar e alertou: você é cantor. Com o passar do tempo, viu que era verdade.

Acha que a personalidade da pessoa vem à tona ao cantar: "Ainda que não queira, quem canta revela quem é". E a música tem mistérios: "Alguém irritado não consegue cantar de jeito nenhum, mas um instrumentista colérico pode, eventualmente, tocar melhor certas peças".

No piano, o professor gosta dos alemães: Beethoven, Mozart, Mahler, Schumann. Na ópera, os italianos: Verdi, Puccini. E eu, de quem gosto? Mencionei Beethoven. O Papageno de Mozart na abertura de "A Flauta Mágica". A ária do Catálogo em "Don Giovanni".

Na música popular, o que escuta? João Gilberto, disse-lhe. Informou-me o que já sabia: seria dificílimo cantar parecido com ele, se não impossível. E na música americana? Frank Sinatra, respondi. Sua expressão dizia o seguinte: esse cara só gosta de cantores que não dá para imitar.

Achou melhor fazer exercícios fundamentais —respirar na parte baixa do pulmão; relaxar a garganta ao cantar; não forçar o aparelho vocálico. O bom seria começar por músicas de notas espichadas, tipo "Como É Grande o Meu Amor por Você", a canção de Roberto Carlos que eu estraçalhara no início da aula.

Inopinadamente, propôs que cantasse a inconcebível "Io Che Amo Solo Te", de Sergio Endrigo. Topei no ato e ataquei:

"Io ho avuto solo te
E non ti perderò, non ti lascerò
Per cercare nuove avventure".

Lamentei duas derrapadas e dei uma desculpa capenga: "Se Chico Buarque desafina, por que não eu?". Abespinhado, o professor defendeu que Chico não desafina: "Canta muito bem, mas alguns acham que sua voz não é bonita; ora, são coisas diferentes".

Admitiu que Maria Bethânia desafina, mas raramente. "Ocorre que ela é uma cantora fora do padrão", explicou, "busca a dramaticidade, privilegia a letra, acerta na mosca quando enfatiza". Provou seu ponto: "O disco do Chico e a Bethânia ao vivo no Canecão, em 1975, é obra-prima".

O professor insistiu para que, antes de a aula terminar, cantasse uma música que amasse. Com dificuldade escolhi uma que João Gilberto cantava pouco e limpidamente, a versão nacional da escocesa "Auld Lang Syne", de Robert Burns, conhecida aqui por "Valsa da Despedida":

"Adeus, amor, eu vou partir
Ouço ao longe um clarim
Mas onde eu for irei sentir
Os teus passos junto a mim
No céu, na terra, onde for
Viverá o nosso amor".

SEG. Luiz Felipe Pondé TER. João Pereira Coutinho QUA. Wilson Gomes QUI. Drauzio Varella, Fernanda Torres SEX. Djamila Ribeiro SÁB. Mario Sergio Conti

MULTITELA

Jacqueline Cantore

cantorejac@gmail.com

Filme com Tom Hanks mostra a vida de várias gerações em uma casa

Aqui
Prime Video, 12 anos

Ambientado em um único cômodo através do tempo, o filme "Aqui" acompanha as várias gerações de moradores que fizeram daquele lugar seu lar. O elenco é liderado por Tom Hanks e Robin Wright, que repetem a dobradinha de "Forrest Gump" e são ajudados por uma tecnologia de inteligência artificial para rejuvenescer e envelhecer em tempo real. Também repetindo "Forrest Gump", a direção é de Robert Zemeckis, e o roteiro, de Eric Roth.

Alexandre e a Viagem Terrível, Horrível, Espantosa e Horrorosa
Disney+, livre

Alexandre Garcia, que acredita ter a pior sorte do mundo, não quer viajar com a família para a Cidade do México porque acha que tudo vai dar errado. Mas ele vai mesmo assim e, como previu, não são poucos os desastres pelo caminho —talvez por causa de um antigo totem amaldiçoado do qual Alexandre vai ter de se livrar.





Saturday Night Live
Universal+, 0h30, 12 anos

A vencedora do Oscar de melhor atriz deste ano, Mikey Madison, faz sua estreia no 'Saturday Night' Live como apresentadora. Como convidado musical, estará o cantor de música country Morgan Wallen, que lança o álbum 'I'm the Problem' em maio

Mestres do Asfalto
Prime Video, 16 anos

Os funcionários de um hotel de luxo formam a gangue intocável que dá nome ao filme. À noite, eles perseguem e roubam os hóspedes ricos no meio da estrada. Até que o hotel contrata um matador de aluguel para rastreá-los, identificá-los e fazê-los pagar.

Mais um Carnaval
TV Brasil e YouTube, 21h, livre

Com uma passista, uma aderecista e uma ritmista, o filme acompanha os preparativos de três escolas de samba que desfilam na série prata do Carnaval carioca, culminando no desfile deste ano, quando buscavam alcançar uma vaga na Marquês de Sapucaí.

O Assassino Happy Face
A&E, 22h, 14 anos

Baseado no caso real de um serial killer que está preso, este drama biográfico conta a história de Keith Jesperson, um caminhoneiro que, durante cinco anos, atravessou o país assassinando ao menos oito mulheres. Ele é interpretado por David Arquette.

Baby
Canal Brasil, 22h30, 16 anos

Baby é o apelido de Wellington, jovem que acabou de sair da detenção juvenil e anda perdido por São Paulo. Até que ele conhece o garoto de programa Ronaldo, que o toma como seu protegido e ensina a ele novas formas de sobreviver. Dirigido por Marcelo Caetano, o filme estreou no Festival de Cannes do ano passado.

INDÚSTRIA CRIATIVA

Lulu Santos, Boninho e Boni participarão do evento Rio2C, sobre inovações no mercado

SÃO PAULO O Rio2C, um dos maiores eventos sobre inovação da América Latina, vai discutir o tema "No Limiar da Perfeição" entre 27 de maio e 1º de junho, quando ocupará a Cidade das Artes, no Rio de Janeiro.

A ideia é debater a fronteira entre a imperfeição humana e a precisão tecnológica. O Rio2C busca trazer destaques de cada setor para palestrar. Da música, Lulu Santos, Marina Sena e Criolo estão entre os nomes que integram o evento.

Esther Garcia, produtora de filmes de Pedro Almodóvar, também está entre os convidados do audiovisual, junto dos diretores Boni e Boninho. Outros nomes são a atriz Bianca Comparato e Raphael Montes, criador de "Beleza Fatal".